

PACO  EDITORIAL



TRABALHADORAS E TRABALHADORES

- CAPÍTULOS DE HISTÓRIA SOCIAL -

ORGANIZAÇÃO:

FABIANE POPINIGIS

DEIVISON AMARAL

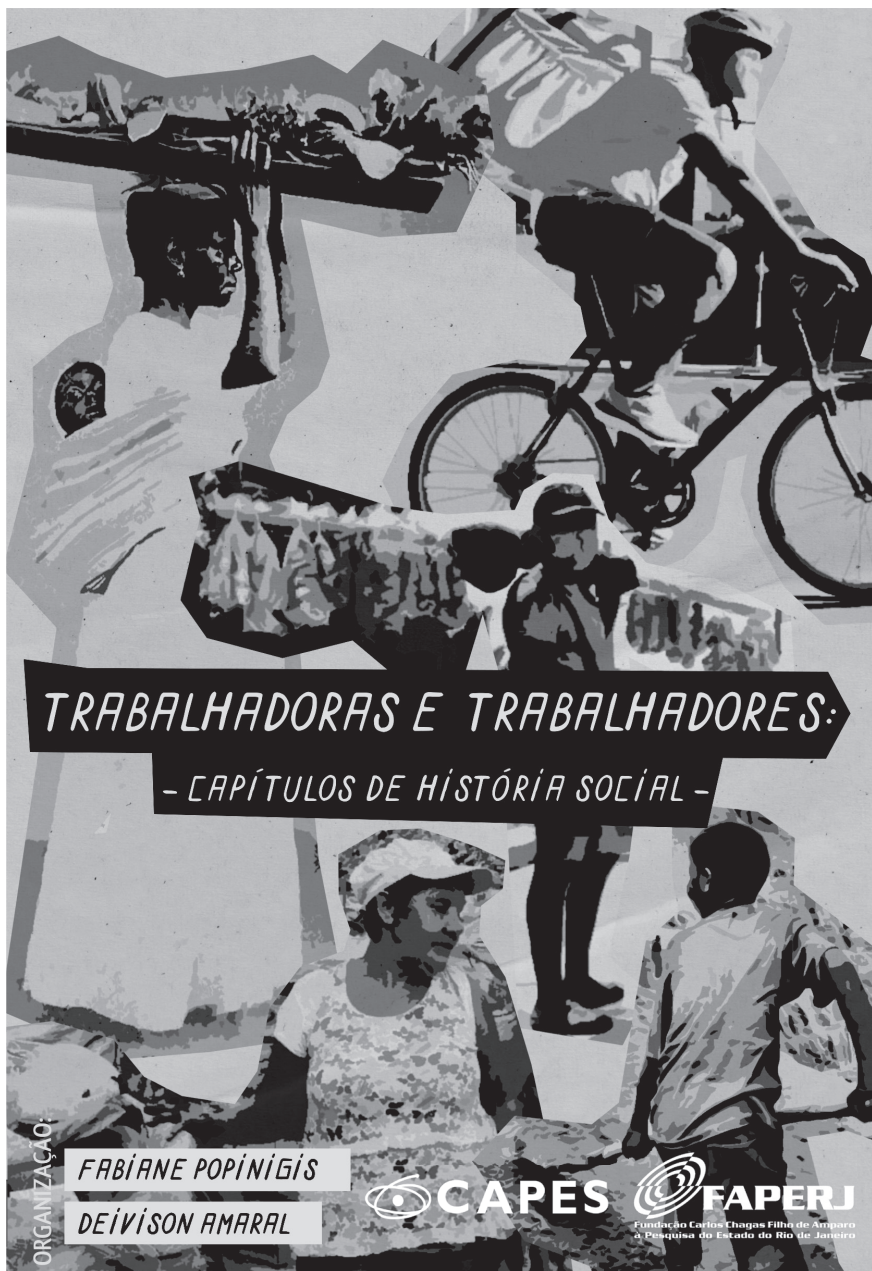
 CAPES



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Trabalhadoras e Trabalhadores
capítulos de história social



TRABALHADORAS E TRABALHADORES:

- CAPÍTULOS DE HISTÓRIA SOCIAL -

ORGANIZAÇÃO:

FABIANE POPÍNIÇIS

DEIVISON AMARAL

CAPES

FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

PACO  **EDITORIAL**

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Droguett
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Comitê Editorial para Publicações de História

Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro, Dr. Magno Francisco de Jesus Santos,
Dra. Marileide Lázara Cassoli, Dra. Silene Ferreira Claro, Ma. Tatiane de Jesus Chates

©2022 Fabiane Popinigis; Deivison Amaral

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T758

Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social / Fabiane Popinigis (Organizadora), Deivison Amaral (Organizador). – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

392 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5840-932-8

1. Trabalhadores. 2. Trabalho. 3. Sociologia do trabalho. 4. História.
I. Popinigis, Fabiane (Organizadora). II. Amaral, Deivison (Organizador).
III. Título.

CDD 331.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Trabalhadores : Trabalho

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

AVANÇOS E DESAFIOS DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

7

*Fabiane Popinigis
Deivison Amaral*

I - POVOS INDÍGENAS E MUNDOS DO TRABALHO

TRABALHO, COERÇÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DE UM CAMPESINATO INDÍGENA (BAHIA E ESPÍRITO SANTO, SÉCULO XIX)

29

*Vânia Maria Losada Moreira
Ayalla Oliveira Silva*

O TRABALHO MINEIRO DE POTOSÍ NOS MUNDOS DO TRABALHO INDÍGENA NA AMÉRICA COLONIAL HISPÂNICA, SÉCULOS XVI-XVII

59

Paula Cecília Zagalsky

II - GÊNERO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS MUNDOS DO TRABALHO

AS SENHORAS NOS TRIBUNAIS: MULHERES CASADAS E CONTROLE DA MÃO DE OBRA NO BRASIL IMPÉRIO

85

Mariana Dias Paes

GÊNERO, COMÉRCIO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS E LIBERDADE (FEIRA DE SANTANA, BAHIA, 1871 A 1888)

117

Karine Teixeira Damasceno

UM “IMPÉRIO DE MULHERES”? ESCRAVIDÃO, TRABALHO, GÊNERO E LIBERDADE - SENEGAL (1818-1848)

143

Juliana Barreto Farias

III - TRABALHADORES, POLÍTICA E A CIDADE

TRABALHO, CIDADE E IMIGRAÇÃO NA CAPITAL AMAZONENSE, 1880-1910

177

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

**DE SÃO BENTO A SÃO LÁZARO: RELIGIÃO E RAÇA
NAS DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO
(SALVADOR, 1893-1906)** **205**

Gabriela dos Reis Sampaio

**ORGANIZAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA
DOS COMITÊS DEMOCRÁTICOS E POPULARES E A ELEIÇÃO
MUNICIPAL DE 1947 EM SÃO PAULO** **235**

Adriano Luiz Duarte

**TRABALHADORES E AS FAVELAS CARIOCAS: O CASO
DA FAVELA DA PRAIA DO PINTO NO PERÍODO
DO SEGUNDO PÓS-GUERRA** **253**

Rafael Soares Gonçalves

IV - DESIGUALDADE E DESAFIOS PARA OS MUNDOS DO TRABALHO

**GÊNERO E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO:
A DIFERENCIAÇÃO DOS CHOFERES PARTICULARES DO
SERVIÇO DOMÉSTICO NA ARGENTINA** **291**

Inés Pérez

**UM INVENTÁRIO DE DESAFIOS PARA O SINDICALISMO
DIANTE DA PANDEMIA NEOLIBERAL** **317**

Hélio da Costa

V - CONFERÊNCIA DE EILEEN BORIS, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, SANTA BÁRBARA (EUA)

**COMO UMA AMERICANISTA SE TRANSFORMOU
EM HISTORIADORA TRANSNACIONAL?** **351**

*Fabiane Popinigis
Gláucia Candian Fraccaro
Henrique Espada Lima*

SOBRE OS AUTORES **385**

AVANÇOS E DESAFIOS DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

*Fabiane Popinigis
Deivison Amaral*

A gente não é empreendedor, a gente é trabalhador.
Eu não abro mão da luta dos trabalhadores
Nós somos o desdobramento da história dos operários. Somos os
operários do nosso tempo.
Nossa luta se conecta com a conquista da liberdade.
Paulo Galo¹

Ao comemorarmos o 1º de maio, a gente não pode deixar de pensar
na situação de desigualdade e interiorização em que o racismo
mantém os trabalhadores negros e, sobretudo, a trabalhadora negra
desde maio de 1888.
Lélia Gonzalez²

Em entrevista ao jornalista Bob Fernandes sobre o lançamento de seu novo livro, *Ganhadores*, João José Reis comparou a situação daqueles trabalhadores do século XIX, negros, escravizados e livres, em sua maioria africanos, aos trabalhadores de aplicativos,³ referindo-se ao fenômeno recente, mais conhecido como “uberização” de trabalho “autônomo ou por conta própria” à luz da experiência histórica da luta de trabalhadores no passado.

A comparação levou-o a uma reflexão sobre os termos da autonomia relativa de trabalhadores inseridos em relações de trabalho específicas e distantes no tempo. Muito diferente de uma visão evolutiva sobre o tema, que postularia o “avanço” da mão de obra escrava às relações livres, Reis observou que, para aqueles trabalhadores escravizados que

1. Paulo Galo é considerado o líder o movimento dos entregadores por aplicativo. Fontes, Paulo e Pandolfi, Dulce (orgs.). *Relatos de Combate: movimentos sociais e a pandemia*. Rio de Janeiro: Universidade da Cidadania e Editora da UFRJ, 2022, p. 133 (e-book).

2. Gonzalez, Lélia; “E a trabalhadora negra, cumé que fica?” em *Por um feminismo afro-latino-americano*. Flávia Rios e Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

3. Reis, João José Reis ; Fernandes, B. *Entrevista com Bob fernandes* (completa). 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

circulavam pela cidade de Salvador no período Imperial, assim como em outras capitais do Atlântico, havia limites à exploração de sua força física e aos maus tratos, tendo em vista que eles significavam a perda ou dano ao investimento inicial realizado pelos proprietários escravistas. Já para os entregadores de aplicativos, que circulam em motocicletas, bicicletas e até mesmo a pé nas grandes cidades do Brasil, a falta de vínculos formais ou da empresa que faz a intermediação dos serviços não gera nenhuma obrigação contratual para com o trabalhador, nem mesmo no caso de acidentes ou adoecimento.

O controle do tempo de vida e dos processos de trabalho sempre esteve em disputa no capitalismo, e foram objeto de reivindicações viscerais em manifestações individuais e coletivas dos trabalhadores. O elemento em comum entre os aspectos aqui levantados, ou seja, entre as relações de trabalho livre no escravismo do século XIX e no liberalismo do século XXI, encontra-se na falta de vínculos de compromisso e responsabilidades entre trabalhadores e trabalhadoras e os utilizadores, ou intermediadores desse trabalho, e a insegurança levada ao extremo da noção de autonomia. Também os trabalhadores manumitidos tinham que negociar sua liberdade, que podia eximir ex-senhores e senhoras das responsabilidades com a vida deles, significando muitas vezes a precariedade dessa situação. Entre uns e outros, entretanto, há uma longa história de luta por direitos, que nos interessa discutir a partir das questões colocadas pelo tempo presente e em longa duração.⁴

Essa analogia entre situações tão distantes no tempo, com um enorme processo histórico de resistência à opressão, lutas, reivindicações, repressão e negociação, tanto de aprendizado quanto de retrocessos, inspira reflexões fundamentais para o nosso campo: em primeiro lugar sobre a importância de ampliar a perspectiva cronológica das análises sem perder sua especificidade e historicidade; em segundo lugar, sobre como pensar o trabalho e os trabalhadores nessas cronologias diversas, buscando responder perguntas comuns, porém levando em conta as experiências dos sujeitos em seus próprios termos. Finalmente, identificar essas conexões nos leva a refletir também sobre o papel dos historiadores no nosso tempo, sobre a urgente necessidade

4. Para uma proposta de ampliação das balizas diacrônicas para a história do trabalho, bem como dos conceitos de trabalho e trabalhadores, periodização e escalas de análise ver: Fernando Teixeira da Silva; "Reforma Trabalhista: emprego, tempo e história"; em Clarice Gontarski Speranza (org.) *História do Trabalho – entre debates, caminhos e encruzilhadas*. Jundiaí, Paco Editorial, 2019.

de fazer circular esse conhecimento crítico historicizado para atingir um público cada mais amplo, diversificando as linguagens e os meios utilizados. Essa intervenção é urgente para divulgar o conhecimento construído a partir dos reconhecidos critérios da área e combater as versões revisionistas e negacionistas que se espalham em grandes canais de divulgação de notícias falsas ou mesmo na grande imprensa.⁵

Somada a esse processo, a crise de desindustrialização e desregulamentação do trabalho aprofundada nas últimas décadas tem tornado mais evidente um tema que a historiografia já vinha apontando e debatendo: assalariamento, emprego, estabilidade e sindicalização não revelavam o grau de desenvolvimento e de organização dos trabalhadores, tendo sido uma parte da experiência das classes trabalhadoras ao redor do mundo, já que a mercantilização da mão de obra tomou muitas formas diferentes, e sua organização também.⁶ Não sem debates, tem sido incorporadas à agenda de investigação as mais diversas formas de exploração do trabalho e suas experiências de organização, que tem sido percebidas como fundamentais para o desenvolvimento histórico e a manutenção do capitalismo, mas também em seus enfrentamentos e transformações.

Buscaremos aqui apresentar um breve histórico do GT Mundos do Trabalho e suas realizações desde sua criação em âmbito nacional em 2001, até a criação da Associação Nacional de História do Trabalho, em 2021. Na segunda parte do capítulo, apresentaremos os eixos temáticos que organizam este livro e os textos de cada um deles.

*

No final da década de 1980 e início da de 1990 identificou-se uma diminuição no interesse de pesquisa pelo tema da história operária, num contexto mais geral de crise dos movimentos sociais de esquerda, sobretudo após a queda do muro de Berlim.⁷ Ao mesmo tempo, a

5. Haja vista o exemplo mais recente e escandaloso publicado na *Folha de São Paulo*, que mereceu várias respostas contundentes, das quais destacamos aqui a resposta de Wlamyra Albuquerque, “Quem anda com porcos... Ou negacionismo vende anúncio?”, publicado na FSP, 30/08/2021. Acessível em: <https://bit.ly/3Erdmyc>. Acesso em: 07 dez. 2021.

6. Marcel van der Linden. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2013. 520p.

7. Batalha, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 145-158.

mudança desse cenário no Brasil, do ponto de vista acadêmico, contou com grande influência da história social inglesa, especialmente de E.P.Thompson, na formação de novas gerações de historiadores e da criação de programas de pós-graduação.

As décadas de 1980 e 1990 no Brasil foram um período de renovação dos paradigmas da história social, com uma forte expansão da chamada “história vista de baixo”. Uma geração de historiadores e historiadoras se perguntaram sobre a possibilidade de investigar a experiência social das classes trabalhadoras, e dos “subalternos”, incluindo homens e mulheres pobres e pessoas escravizadas, através de novos métodos e inclusive de novas fontes.⁸

A efervescência e o *boom* de estudos sobre história social do trabalho estiveram intimamente conectados à virada dos movimentos de esquerda na América Latina. No Brasil, este movimento se entrelaça com as grandes greves de 1979 e 1980, e a emergência de um movimento sindical militante e o fim da ditadura militar. Um de seus principais líderes, o ex-operário e candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, seria eleito presidente e empossado em 2002, sendo reeleito em 2006.⁹ Um ano antes da primeira eleição, em 2001 institucionalizou-se o GT Mundos do Trabalho junto a Anpuh – Associação Nacional de História. Criava-se assim um espaço até então inédito de discussão no campo da história social do trabalho que reuniu pesquisadores e estimulou novas pesquisas. Desde sua criação, a proposta do GT foi expandir o conceito de classe trabalhadora para ser o mais inclusivo possível.

Impulsionado pela pesquisa empírica e pelo (difícil) diálogo com os movimentos sociais, esse processo fazia parte de um questionamento que, desde a década de 1980 buscava ampliar a noção de classe trabalhadora para além do trabalhador industrial, atentando para a agência dos sujeitos, mas também para a diversidade de identidades dos trabalhadores, como raça, gênero, etnicidade e origem regional, o que implicou em novas metodologias de análise de fontes. É justamente essa multiplicidade de

8. Para uma versão atualizada desse desdobramento ver o dossiê: *Brazilian Labour History in global context*. Fontes, P., Fortes, A.; Mayer, D.; *International Review of social history*. Vol. 62, especial issue 25, dez. 2017. Ver também Batalha, C. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

9. Alexandre Fortes e John French. “When the plumber comes to fix a country: doing labor history in Brazil.” *International Labor and Working-Class History* No. 82, Fall 2012, p. 117-126.

interesses de pesquisas e pesquisadores presentes no GT Mundos do Trabalho que reside a força da produção atual da história social do trabalho.

As críticas às leituras teleológicas sobre uma transição do trabalho escravo para o livre – em que a classe organizada, consciente e combativa surge a partir da industrialização, num processo protagonizado, em geral, por homens brancos e trabalhadores qualificados, excluindo assim escravizados e mulheres –, foram ancoradas em pesquisas empíricas sobre a heterogeneidade e especificidade das formas de exploração do trabalho e de organização, resistência e projetos políticos dos trabalhadores escravizados, livres e libertos. Sendo assim, a complexidade das experiências dos sujeitos sob diferentes formas de coerção, inclusive e sobretudo vivendo em sociedades escravistas e em sociedades com escravos, tem sido posta no centro do debate. Desse ponto de vista, um dos grandes ganhos desse movimento historiográfico é a percepção e a valorização do oitocentos para a história do trabalho, a partir do reconhecimento das atividades, redes e experiências de homens e mulheres que produziam e faziam circular mercadorias e serviços de todo tipo, e que sustentavam a economia e a sociedade nos mais diferentes contextos. Finalmente, incluir essa diversidade de identidades e culturas dos trabalhadores demonstrou ser, não uma ameaça, mas um fortalecimento da história social do trabalho.¹⁰

Desde que o GT foi reconhecido junto a Anpuh, foram organizados simpósios temáticos no campo da história social do trabalho no âmbito dos Simpósios Nacionais de História (SNH). O interesse gerado por eles é tão grande que em geral precisam ser expandidos e multiplicados para acolher mais inscritos.¹¹ Se nos anos pares temos os SNH's na Anpuh nacional, nos anos ímpares temos as Jornadas Nacionais de História do Trabalho e, desde 2010 ocorre o Seminário Internacional Mundos do trabalho, de modo que todos os anos ocorre alguma das modalidades de encontros periódicos dos pesquisadores

10. A bibliografia aqui é muito extensa, para uma discussão sobre a produção historiográfica no âmbito do GT Mundos do Trabalho ver: Fabiane Popinigis e Paulo Cruz Terra. "Raça e classe na história social do trabalho no Brasil." *Estudos Históricos*, 2019.

11. Para se ter uma ideia, no 31º. Simpósio Nacional de História, organizado pela Anpuh, o GT Mundos do Trabalho teve 5 simpósios aprovados, dentro de quatro temas: Mundos do trabalho: escravidão, liberdade e as diversas formas de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, Mundos do trabalho: Literatura e sociedade. Mundos do Trabalho: Luta por direitos e Democracia Mundos do Trabalho: relações de gênero, masculinidades, trabalho de mulheres e organização social. Este último precisou ser dividido em dois, devido ao grande número de participantes.

ligados ao GT e interessados nos temas de pesquisa que tem sido desenvolvida nesse âmbito. Esses encontros permitiram a manutenção, a criação e a ampliação de redes orgânicas de diálogo e trocas historiográficas no campo, incentivando também a criação de várias sessões estaduais do GT. As sessões estaduais também criam seus eventos próprios e encontros nos Simpósios das Anpuhs estaduais. Essa ramificação tem dinamizado o interesse de jovens pesquisadores pelo campo, aprimorado sua formação e introduzido tanto temas clássicos como novas abordagens numa grande diversidade de cronologias e contextos regionais e locais. A *Revista Mundos do Trabalho*, criada em 2009, tornou-se o principal *locus* de debates para a produção sobre história social do trabalho no Brasil, contando também com a circulação internacional e a autoria de pesquisadores estrangeiros.¹²

O intercâmbio internacional também foi expandido ao longo desses anos de intensa atividade do GT. Dentro de um contexto de ampliação dos diálogos com o sul global a partir das propostas da história global do trabalho e do crescimento de organizações e instituições no mundo todo, o GT Mundos do Trabalho completou, em 2021, vinte anos.¹³ Em 2021 foi criada, a partir dessa experiência, a Associação Nacional de História do Trabalho, um antigo sonho acalentado pelos seus membros.¹⁴ Ao lado do crescimento das redes nacionais e internacionais e da pujança do campo, este aniversário também marca uma relativa falta de reconhecimento dessa força e da incorporação dessa produção dentro das ciências humanas e em alguns campos da própria área de história. Além disso, é consenso a evidente necessidade, já mencionada, de multiplicar os esforços para que o conhecimento histórico produzido na academia alcance um público muito mais amplo do que o seu próprio.¹⁵

12. Sobre isso ver: Castellucci, A.; Gerbelli, C. C.; et al. Os êxitos da história social do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-12, 2020.

13. Nesses vinte anos o GT Nacional teve as seguintes coordenadoras e coordenadores: Beatriz Ana Loner (UFPEL), Marcelo Badaró Mattos (UFF), Alexandre Fortes (UFRRJ), Henrique Espada Lima (UFSC), Paulo Fontes (UFRJ), Aldrin Castellucci (Uneb), César Queiroz (Ufam), Clarice Gontarski Speranza (UFRGS) e Fabiane Popinigis (UFRRJ).

14. A atual diretoria é formada por Robério Santos Souza, Gláucia Fraccaro, Paulo Cruz Terra e Adalberto Paz.

15. Paulo Fontes; "História e mundos do trabalho no Brasil: desenvolvimentos, paradoxos e desafios." Apresentação do dossiê História do Trabalho e dos trabalhadores: dimensões políticas, econômicas e sociais. *Ars histórica* - Revista do corpo discente dos pós-graduandos em história social - UFRJ, jul./dez. 2019.

Foi partindo desses desafios que organizamos VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho/ X Jornada Nacional de História do trabalho de forma virtual, devido à grave crise sanitária vivida no mundo todo. O Brasil e o mundo viveram, desde o início de 2020, uma catástrofe humanitária, com a perda de um enorme número de vidas para a Covid-19, com o agravante da crise política no Brasil a partir do golpe de 2016. Sendo assim, este também foi um período de agravamento dos ataques às instituições democráticas e aos avanços sociais alcançados pelos governos anteriores, notadamente a expansão das universidades públicas e as instituições de pesquisa e suas políticas de financiamento. Por isso, queremos enfatizar nosso agradecimento à Capes e a Faperj pela manutenção do apoio aos eventos científicos de forma virtual, que possibilitou a concretização do VI Seminário nessas condições.

O evento ocorreu virtualmente no canal do YouTube do GT Mundos do Trabalho, entre outubro e dezembro de 2020, com a apresentação de 5 mesas redondas e uma conferência, onde se encontram disponíveis.¹⁶ Quase todas as apresentações foram transformadas em textos, a serem publicados em três veículos diferentes. As apresentações de Claudio Batalha, Leonardo Pereira, Fernanda Oliveira, da mesa “Associativismos”, coordenada por Renata Moraes, e as de Lúcia Silva e Yaci Maia Mata, da mesa “Experiências negras”, coordenada por Robério Souza, foram reunidas no dossiê publicado na sessão de debates da Revlatt, *Revista da Red Latinoamericana y del Caribe de Trabajo y Trabajador@s*, como título de “Associativismo e experiências negras nos Mundos do Trabalho”.¹⁷ Os artigos de Alexandre Fortes e Lucas Poy, resultado de suas apresentações na mesa redonda intitulada “Fontes e acervos para a história do trabalho na era digital”, coordenada por Gláucia Konrad, foram publicados na sessão de debates da *Revista Mundos do Trabalho* num dossiê com mesmo título.¹⁸

Este livro, reúne 11 artigos divididos em quatro sessões, e uma conferência. Cada sessão foi pensada para contemplar os eixos temáticos que organizaram o evento: 1. Povos indígenas e Mundos do

16. Canal do GT Mundos do Trabalho: <https://bit.ly/3rEWJKi>.

17. Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 2(mayo-octubre2021), 215-257 | <https://bit.ly/3JT26M4> | e-ISSN: 2667-3231 | revista.redlatt.org. Disponível em: <https://bit.ly/37xzieX>. Acesso em: 04 jan. 2022.

18. Sessão de debates: Fontes e acervos para a história do trabalho na era digital. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 1-6, 2021. Acesso em: 04 dez. 2022.

Trabalho; 2. Gênero, escravidão e liberdade nos Mundos do Trabalho; 3. Trabalhadores, política e a cidade; 4. Desigualdades e sindicalismo. Finalmente, fechamos o volume com a conferência realizada com a historiadora do trabalho estadunidense Eileen Boris.

A intenção da organização desses eixos foi apresentar alguns dos principais debates que tem se desenvolvido no âmbito do GT, mas que também o extrapolam, em diálogo com vários campos da historiografia nacional e internacional. Sendo assim, os artigos aqui apresentados são resultados de pesquisas em conexão com temas centrais para a história social do trabalho, em sua abrangência e diversidade, e a partir do engajamento político e do diálogo de pesquisadores e pesquisadoras da academia em relação aos movimentos sociais

Parte I - Povos indígenas e mundos do trabalho

Nós estamos em guerra... A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo.¹⁹

A importância e a relevância da temática indígena para a história social do trabalho ganharam ainda mais relevância considerando as dinâmicas de genocídio a que os povos indígenas têm sido submetidos, situação agravada pela pandemia. Essa foi, portanto, a mesa escolhida como a de abertura do evento.

A história indígena não está no passado. Embora o genocídio indígena continue existindo, os povos originários se mantêm vivos e ativos. A visibilidade dessas questões tem sido amplificada pelas intervenções políticas dos movimentos sociais indígenas desde o início da pandemia. Os povos indígenas têm sido submetidos a contínuas ameaças e violências muito agravadas nos últimos anos, com riscos de retrocessos de direitos humanos e conquistas obtidas, sobretudo, a partir da constituição de 1988. Dentre algumas dessas ameaças estão a votação do marco temporal para demarcação de terras indígenas e o avanço do garimpo ilegal na Amazônia. Ao desmantelamento das agências de proteção e de políticas públicas pela atual gestão do Governo Federal soma-se a

19. Fala de Ailton Krenak no vídeo documentário *Guerras do Brasil.doc* (2019), de Luiz Bolognesi.

necropolítica do mesmo Governo em relação à pandemia causada pela Covid-19, agravada no caso indígena.

Na sequência da derrubada de estátuas de grandes escravocratas e traficantes de pessoas escravizadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, o incêndio da estátua do bandeirante Borba Gato na cidade de São Paulo – que se destacou na dizimação de populações indígenas –, provocou intensas discussões em diversos âmbitos, chamando, novamente os historiadores e historiadoras a se posicionarem na arena pública. O intenso debate público suscitado pelos ataques, em várias partes do mundo, às estátuas em homenagem a colonizadores e escravistas, conectando os debates de interesse nacional a respeito de direitos humanos e, dentro disso, dos direitos trabalhistas.

Como apontou John Manuel Monteiro, o bandeirantismo foi o responsável não pelo povoamento, mas pela devastação de imensas áreas de território de seus povos originários:

Com certeza, atrás das façanhas destes intrépidos desbravadores, esconde-se a envolvente história dos milhares de índios – os negros da terra – a aprisionados pelos sertanistas de São Paulo.²⁰

Em suas reflexões, produzidas na década de 1990 a partir de intensa pesquisa empírica, o antropólogo afirmava que a historiografia dera pouca atenção ao papel do trabalho indígena na formação da sociedade e economia coloniais. Em seu livro seminal, *Negros da Terra*, Monteiro apresenta uma história social de São Paulo na qual os indígenas ocupam papel central. As primeiras manifestações da política indigenista, já no século XVI, visavam disciplinar os indígenas como trabalhadores, com organização rígida do tempo da produção e divisão sexual do trabalho e – pois eram mão de obra fundamental para a manutenção da colônia. O aldeamento como base para a reprodução dessa mão de obra previa salário ou remuneração, mas quando este projeto de “trabalho livre” falhou já no século XVII, devido, sobretudo, à resistência indígena. Aí o argumento sobre a escravidão pura e simples dos indígenas ganhou força, o que estimulou os sistemas de apresamento pelos bandeirantes paulistas que os escravizavam ou

20. John Monteiro, *Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 8.

simplesmente os exterminavam. Assim a organização de economia e sociedade foram pautadas na dependência do trabalho de escravizados indígenas e, em seguida, de africanos, tornando-se esse sistema a base de funcionamento da sociedade colonial na América Portuguesa. Essas experiências cruzadas tem sido também investigadas para o século XIX e para diversas regiões.²¹

Enquanto na América Portuguesa o principal metal que mobilizou organização social e econômica colonial foi o ouro, na América Espanhola foi a prata. No seu auge a região de Potosí, atualmente uma cidade localizada na Bolívia, produzia cerca de 50% da prata do mundo, demandando grandes contingentes de mão de obra, majoritariamente indígena. Como mostra Paula Zagalsky em “O trabalho mineiro de Potosí nos mundos do trabalho indígena na América colonial hispânica, séculos XVI-XVII”, as relações de trabalho na mineração naquela região durante os séculos XVI e XVII variavam entre formas de servidão pré-Conquista até o trabalho indígena assalariado, passando por trabalho compulsório ou forçado. A autora fornece elementos para reposicionar a questão do trabalho indígena e as dicotomias entre “trabalho escravo” e “trabalho livre”, pois o sistema era constituído por diferentes níveis de coação e diferentes formas de exploração. A autora também nos ajuda a pensar a diversidade de formas de exploração do trabalho numa cadeia global de produção e circulação, já que os metais eram alguns dos principais ativos nesses processos.

O trabalho indígena é fundamental para compreender a gestação de projetos de Brasil e não termina no século XVIII. É o que demonstram Vânia Losada Moreira e Ayalla Silva em “Trabalho, coerção e fronteira agrícola em movimento: a formação de um campesinato indígena (Bahia e Espírito Santo, século XIX)”. O Império buscou deslegitimar diferenças étnicas os indígenas tornando-os “brasileiros”. As fronteiras territoriais rigidamente definidas não faziam parte da concepção indígena de uso e da terra. Eles, porém, mobilizaram diversas estratégias para expandir sua autonomia, inclusive deixando aldeamentos para

21. A relevância da temática foi anteriormente abordada nessa perspectiva em dossiê da Revista *Mundos do Trabalho*, intitulado *Política e Experiências indígenas*, enfocando a presença indígena nos mundos do trabalho em diferentes temporalidades e contextos históricos. Dossiê “Trabalho, política e experiências indígenas.” *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.6, n.12, 2014. Ver também Patrícia Sampaio. “Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX.” *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, 2021.

habitar nas vilas. Criava-se assim um espaço de trânsito e negociações entre indígenas “posseiros” e não indígenas que estabeleciam relações de trabalho, vizinhança e comércio com estrangeiros, sesmeiros e pessoas ex-escravizadas. Esses indígenas tinham interesse em se definir como honrados e estabelecidos e manter a paz com as autoridades civis e religiosas para se livrarem do recrutamento forçado, porém, faziam-no sem deixar de se apresentar às autoridades como índios. A participação desses homens e mulheres nas frentes de expansão e ocupação do território era não apenas desejada como estimulada pelas autoridades locais e por particulares. Assim, como mostram as autoras, a formação de um campesinato indígena não decorreu apenas do processo de territorialização por aldeamento e vilas indígenas operado pelo Estado (português e brasileiro), mas foi também resultado do protagonismo dos próprios indígenas.

Parte II – Gênero, escravidão e liberdade nos mundos do trabalho

Nos últimos anos tem se destacado investigações sobre as experiências de mulheres no período da emancipação e os sentidos de gênero e suas transformações nos processos de abolição no Brasil e na América Hispânica.²² Destacam-se as disputas e conflitos em torno das concepções de maternidade e de sua expressão como trabalho racializado de cuidados, a luta das mulheres escravizadas pela sua própria liberdade e, sobretudo, sua centralidade na formulação de estratégias para evitar a separação de suas famílias nas últimas décadas da escravidão no Brasil. Também foram abordados os trabalhos de produção e reprodução social realizados por mulheres, bem como sua inserção no comércio e na vida econômica e social em geral. Esses estudos têm trazido à tona outras dimensões da ampla e complexa teia de relações sociais e redes

22. María Elisa Velázquez Gutiérrez y Carolina González Undurruaga (org.). *Mujeres africanas y afrodescendientes: experiencias de esclavitud y libertad en América Latina y África. Siglos XVI al XIX* /. México : Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2016. (Colección Africanía, 9). Camillia Cowling *Concebendo a liberdade. Mulheres de Cor, Gênero e a Abolição da Escravidão nas Cidades de Havana e Rio de Janeiro*, Campinas, S.P.: Ed. Da Unicamp, 2018. Maria Helena Pereira Toledo Machado, Luciana da Cruz Brito; Iamara da Silva Viana, Flávio dos Santos Gomes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Ventres Livres – gênero, maternidade e legislação*. São Paulo, ed. da Unesp, 2021.

de apoio tecidas por mulheres e homens de origem africana em todas as áreas de atividades, trabalhos de produção e de circulação.

Nos artigos reunidos nesta sessão, as pesquisas dialogam intensamente com as dimensões imbrincadas de classe, raça e gênero. Ela resulta e atende às demandas para a história do trabalho em uma incorporação mais efetiva e sistemática das perspectivas de gênero, bem como da importância da África como elemento central para a compreensão desses processos históricos em geral.

Utilizando processos de liberdade que chegaram ao Tribunal da Relação da Bahia, Karina Damasceno mostra a luta das mulheres negras – escravizadas, libertas e livres – pela conquista da liberdade legal em Feira de Santana nas décadas de 1870 e 1880, buscando evitar a separação de suas famílias durante as negociações na “cidade da feira”. Quando era impossível evitar a venda, ou negociar liberdade, essas mulheres utilizaram distintas estratégias para serem vendidas junto a seus filhos, que eram negociados atendendo à demanda de mão de obra para a produção cafeeira. Adotando uma perspectiva intercalada entre o estudo de caso e o contexto nacional dos embates abolicionistas, a autora apresenta a evolução da legislação repressora do comércio interprovincial de pessoas escravizadas ao longo da segunda metade do século XIX, mostrando a interconexão entre a luta dessas mulheres pelas suas famílias em contextos locais e a dinâmica que alimentava as lutas abolicionistas no Brasil Império, produzindo instrumentos legais que, por sua vez, eram utilizadas por elas.

Também dialogando com uma consolidada tradição de história social do direito, Dias Paes investiga diversos locais de produção normativa para entender os significados jurídicos do poder senhorial, permeado por dinâmicas de gênero. Sendo assim, ela investiga os esforços das mulheres e seus advogados pela manutenção do estatuto jurídico de senhoras, em processo de separação de seus maridos em meados do século XIX. Essa manutenção era essencial para que elas não perdessem todos os seus bens, e, ao mesmo tempo, para que detivessem o poder de alforriar escravizados e escravizadas. Isso, por sua vez, era fundamental para manter o controle sobre e a exploração do trabalho de homens e mulheres libertas. Por outro lado, contestar as alforrias concedidas por mulheres casadas era fundamental para os senhores reforçarem seu estatuto jurídico. Sendo assim, numa sociedade escravista patriarcal o

grande potencial disruptivo de ter mulheres casadas tomando suas próprias decisões e conseguindo manter o estatuto jurídico de “senhoras” em detrimento de seus maridos era diminuir o poder do pater família sobre elas e a escravaria, contestando o poder senhorial de forma geral.

Também o capítulo de Juliana Barreto Farias trata da relação das mulheres com a propriedade sobre seres humanos escravizados, desta vez do outro lado do Atlântico, nas ilhas de Saint Louis e de Gorée, no Senegal, onde as mulheres e crianças eram a principal fonte de mão de obra escravizada, e eram conhecidas como “cidades femininas por excelência”. As “signares” eram mulheres que em geral se uniam a europeus formando famílias mestiças de posses, e se destacavam como poderosas comerciantes. Na primeira metade do século XIX, no contexto atlântico das disputas em direção a abolição gradual da escravidão, foram produzidos documentos coloniais e locais que, lidos a contrape-lo pela autora, a permitiram descobrir o trabalho das mulheres nesse processo, examinando as dinâmicas do trabalho escravo e os projetos de liberdade. Esses eram projetos familiares de liberdade e as diferenças de gênero abriam diferentes possibilidades a homens e mulheres escravizados, e também às suas senhoras e senhores.

Finalmente, as três autoras mostram, nesta seção, que as interconexões entre gênero raça e classe são fundamentais para explicar as diferentes visões sobre a liberdade e a escravidão nos contextos abordados, justamente a partir da centralidade das relações de trabalho naquele contexto.

Parte III – Trabalhadores, política e a cidade

A relação dos trabalhadores e dos movimentos sociais com as cidades é um tema clássico da história social do trabalho e da cultura. Em grande parte, esses trabalhos se dedicaram, inicialmente, à relação da formação das cidades modernas com a industrialização e as condições de vida dos trabalhadores e operários. Depois partiram, de um lado, da expansão da concepção de classe trabalhadora e, de outro, da investigação sobre seus modos de vida, hábitos, costumes compartilhados em comunidade, família e lazer na vida cotidiana, também fora do local de trabalho. Mas também não se perdeu de vista a importância de perguntar como essas relações formam coletividades e se transfor-

mam em ação política.²³ Ou seja, o espaço- tempo é parte constituinte da formação dos costumes compartilhados entre homens e mulheres trabalhadoras. Atentou-se então para a importância das espacialidades não apenas como pano de fundo dessas experiências de vida e trabalho ou de lutas e organização social, mas também como parte intrínseca da formação das subjetividades, cruzando-se diversas formas de identidades, ação coletiva e consciência política.²⁴

Nos artigos reunidos nesta sessão, quatro autores e autoras desenvolvem perspectivas em diálogo, partindo dos casos das cidades de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. O artigo de Maria Luiza Ugarte Piniheiro apresenta a especificidade da formação da classe trabalhadora em Manaus. Sua análise permite perceber como trabalhadoras e trabalhadores se organizaram e construíram estratégias de luta em uma cidade em crescimento nas décadas finais do século XIX. O artigo destaca, ainda, os espaços e formas de trabalhos assumidas pelas mulheres na cidade. Além disso, a própria composição da classe trabalhadora é analisada, dando a ver como imigrantes de várias nacionalidades, brasileiros, migrantes e trabalhadores indígenas conformaram os mundos do trabalho manauara.

No artigo “De São Bento a São Lázaro: religião e raça nas disputas pelo espaço urbano (Salvador, 1893-1906)” na Salvador da aurora republicana autoridades políticas, sanitárias e militares buscavam formas de cercear direitos dos recém egressos da escravidão e trabalhadores pobres através de marcação social e racial, enquanto estes últimos buscavam arrancar direitos e garantir sua presença na cidade, disputando espaço com os brancos e poderosos. Gabriela Sampaio aborda esse conflito cotidiano através de duas procissões que ocupavam espaços muito semelhantes, mas com significados muito diversos: uma delas foi a procissão fúnebre do renomado médico Raimundo Nina Rodrigues, e a outra, uma romaria prescrita por uma entidade africana até a igreja de Santo Antônio da Barra, uma das prediletas da elite oitocentista, onde os fiéis deveriam dedicar velas a Santo Antônio, com o intuito de evitar uma epidemia de cólera. Esse “teatro de marcação de lugares sociais”,

23. Mike Savage. “Espaços, Redes e formação de classe.” *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

24. Harvey, David. O espaço como palavra-chave. *Revista Geographia*. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2002. A importância desse tema foi anteriormente abordada num dossiê da *Revista Mundos do Trabalho*. Ver: *Mundo Urbano e História do Trabalho*. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

revelava uma disputa racializada em torno da indignação com a circulação de candomblecistas pela cidade e seus locais considerados mais nobres pela classe dominante, e da insistência daqueles trabalhadores em ocuparem esses espaços e exercerem seus direitos.

Os artigos de Adriano Luiz Duarte e Rafael Soares abordam disputas pela cidade nas duas maiores metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente nos anos 1940 e 1950. No capítulo intitulado “Organização popular e democracia: a experiência dos Comitês Democráticos Populares e a eleição municipal de 1947 em São Paulo”, Adriano Duarte analisa a relação entre a organização dos trabalhadores nos Comitês Democráticos e Populares, com a política municipal em São Paulo como meios de educação para a ação política e exercício da cidadania. Em um estudo que mobiliza questões urbanas, associativismo e política, o autor demonstra como os trabalhadores organizados atuaram durante as eleições municipais de 1947, colocando suas pautas e candidatos em evidência. O artigo evidencia como, para além de pensar sobre a cidade e os trabalhadores, é preciso integrar o espaço e suas relações (transporte, habitação e serviços públicos, como rede de esgoto, iluminação etc.) na investigação dos conflitos políticos, sociais e econômicos. Além disso, o autor liga as questões cotidianas da população no imediato pós-guerra, à política institucional e eleitoral, mostrando como o PCB conseguiu eleger representantes a partir de seu diálogo com as bases entre a classe trabalhadora, aliando a disputas sobre o direito a cidade as disputas político-partidárias.

Em “Trabalhadores e as favelas cariocas: o caso da Favela da Praia do Pinto no período do segundo pós-guerra”, Rafael Soares discute as construções teóricas sobre a marginalidade ao longo das décadas de 1950 e 1960 que criaram estigmas sobre as favelas, tratadas como lugares apartados da cidade. Construía-se assim uma ideia de grupos populacionais e traços culturais incompatíveis com o tipo de modernidade que se queria. Nessa visão negativada da favela, seus moradores estariam lá de forma transitória e deveriam ser preparados para a vida em sociedade, além de removidos dos locais centrais em que se encontravam. Através de sua pesquisa sobre a ação da instituição católica Fundação Leão XIII, Soares mostra que, ao contrário, já à época os favelados podiam ser reconhecidos como trabalhadores, como apontam fontes coevas, e, conclui que a favela e seus moradores “tiveram

um papel importante na conformação do mundo trabalho carioca”. Na falta de habitações apropriadas e acessíveis, o acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos eram a justificativa para trabalhadores e trabalhadoras que querem permanecer no local. No Rio de Janeiro, os moradores das favelas foram parcialmente responsáveis pelo sucesso do PCB nas eleições de 1945 e 1947, pois os representantes do partido contestavam a legislação urbanística e defendiam o direito dos favelados, agindo contra as remoções e demandando melhorias. O autor conclui que as favelas eram – e são – na verdade, espaços de integração dos trabalhadores à cidade.

Parte IV - Desigualdades e desafios para os mundos do trabalho

A última parte deste livro trata de um tema clássico para a história social do trabalho – o sindicalismo e a organização coletiva dos trabalhadores – retomando as questões levantadas no início deste texto. No artigo intitulado “Um inventário de desafios para o sindicalismo diante da pandemia neoliberal” Hélio da Costa faz uma análise em perspectiva histórica dos desafios do sindicalismo global, mas especificamente no caso do Brasil. O autor nomeia e reflete o que se percebeu como uma crise da organização dos trabalhadores e das transformações das relações de trabalho, seus limites, desafios e possibilidades.

Uma das consequências dessas transformações nos termos dos significados históricos da representação sindical no passado é exemplificada por Inés Perez, em “Gênero e desigualdade no mercado de trabalho: a diferenciação dos choferes particulares do serviço doméstico na Argentina”, no qual ela chama a atenção para o processo de organização de certos setores. A autora questiona assim, a teleologia implícita na história da sindicalização da classe trabalhadora, mostrando não apenas que ela é heterogênea, mas que no processo de lutas por direitos algumas categorias e determinados tipos de relações de trabalho ficaram de fora. Entender o porquê e como isso aconteceu entre os anos 1930 e 1960 na Argentina, ajuda a iluminar o que o outro artigo dessa seção, de Hélio da Costa, identifica como desafios do presente.

O artigo de Perez parte do início do século XX, quando na Argentina, os choferes foram excluídos de diferentes direitos garantidos a ou-

tros trabalhadores, porque estavam incluídos na categoria “serviço doméstico”. Sendo assim, adotaram a estratégia de distanciar-se daquela categoria, aproximando-se das noções androcêntricas de trabalho que estavam sendo construídas pelo próprio estado, pautadas por noções de modernidade, avanços tecnológicos e especialização. As principais leis trabalhistas foram sendo sancionadas na primeira metade do século, centradas no trabalho industrial, acompanhadas pelo trabalho no comércio. O serviço doméstico seguiu excluído e relegado ao âmbito da não regulamentação, tanto por ser um trabalho já altamente feminizado, e, portanto, visto como complementar ao masculino, quanto por ser considerado improdutivo e que não gerava lucro. Além disso, a proximidade entre patrões e empregadas levava o serviço doméstico a ser visto como mais próximo de uma relação familiar do que de trabalho. Tudo isso permitiu que os choferes tivessem, em 1956, salário mínimo e fossem protegidos pela lei de acidentes de trabalho, enquanto as trabalhadoras domésticas continuavam excluídas desses direitos.

Perez mostra, assim, como uma abordagem da história da organização sindical e luta por direitos em perspectiva de gênero pode desvelar dimensões sobre a história da classe trabalhadora de outra forma invisibilizadas, pois, segundo afirma “o gênero foi um elemento chave nas políticas sindicais e nas associações de trabalhadores”, ocupando “um lugar central na produção e reprodução das desigualdades no mercado de trabalho”.

Nos últimos dez anos o processo de desemprego e a precarização ganharam escala explosiva em escala mundial, e as novas modalidades implicadas por esse cenário de pulverização do trabalho – tanto a uberização quanto o próprio *home office*, para os trabalhadores formalizados, trazem dificuldades para a ação coletiva e a representação sindical. Sendo assim, Costa fornece elementos para refletirmos sobre a necessidade de uma reinvenção do movimento sindical a partir dessas mudanças.

Numa retrospectiva da organização sindical a partir do paradigma fordista pós segunda guerra, passando pelos ataques neoliberais da década de 1980 e 1990 aos modelos de socialdemocracia na Europa e chegando até o *impeachment* da presidenta Dilma e a reforma trabalhista mais recente no Brasil, Costa mostra que, em todos esses casos, o sindicato foi fundamental na experiência de luta e resistência da classe trabalhadora. Atualmente, para enfrentar a fragmentação da globalização, uma das iniciativas dos trabalhadores tem sido a organização de

comitês mundiais em várias empresas multinacionais para negociação das condições mínimas de trabalho, tendo como referencia a OIT.

Diante da crise de representação sindical, que abriga um processo de desindustrialização, ataques e retrocesso da legislação trabalhista e fragmentação do trabalho, o movimento sindical tem lutado contra a sua própria negação como instituição legítima e necessária para representar e lutar pelos interesses dos trabalhadores. Para enfrentar os desafios colocados por essa nova conjuntura, segundo Costa, seria necessária uma nova cultura sindical engendrada historicamente, num modelo que precisa estar aberto aos novos trabalhadores informais, terceirizados, autônomos e dispersos sob diversas formas. Mais interessante, o autor não aponta a emergência de novos movimentos sociais pautados em gênero e raça e orientação sexual, além da classe, como empecilho, mas, ao contrário, afirma que tal diversidade “abre uma janela de oportunidades para o sindicalismo e os movimentos sociais atuarem conjuntamente”, para a obtenção de avanços de lutas gerais e específicas. Mas, para isso, será preciso “combinar a longa tradição de luta classista e solidária, que forjou a democracia e a cultura de direitos com a realidade e as aspirações de uma classe trabalhadora cada vez mais diversificada e fragmentada é o grande desafio contemporâneo para o sindicalismo brasileiro e internacional”.

O tema das lutas sindicais também é o tema da conferência de encerramento do evento, apresentada por Gláucia Fraccaro, Henrique Espada e Fabiane Popinigis. Eileen Boris é professora do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e é especialista na história do trabalho e dos movimentos sociais, na intersecção entre gênero, classe e raça e em uma perspectiva global.

Na conferência, aqui transcrita e traduzida para o português, a autora revisita sua longa trajetória como pesquisadora e ativista, dedicada aos estudos sobre a imigração, as fronteiras do trabalho no mundo doméstico, e o trabalho de cuidados no pós-guerra. Em sua bela exposição, Boris tenta entender sua trajetória, mostrando como uma especialista nos Estados Unidos tornou-se, ao longo do tempo, uma estudiosa da história global, por meio do seu intenso engajamento com a produção do conhecimento e por sua atuação social junto aos grupos e organizações políticas de mulheres de vários países do mundo.

Referindo-se aos trabalhos de cuidados, Boris enfatiza o trabalho reprodutivo feito pelas mulheres, para as quais a casa é o lugar de ganhar a vida. Nos termos da materialidade das relações sociais, ela atenta para como as relações de gênero, como relações de poder naturalizadas no cotidiano, criam e reproduzem marcadores sociais e hierarquias nos mundos do trabalho. Boris, assim, aprofunda a discussão sobre organização social de categorias historicamente pouco ou tardiamente representadas pelos sindicatos classistas, lutando para reconhecer o valor do trabalho não-pago, não remunerado e visibilizar sujeitos que o realizam.

Como tem mostrado Boris e outras historiadoras, o trabalho de cuidados deve ser considerado trabalho, incluindo a produção para consumo próprio e também os serviços para a manutenção da casa. O trabalho reconhecido como reprodutivo é também produtivo, pois é essencial para que outras formas de trabalho produtivo ocorram. O fato dessas atividades, nem sempre reconhecidas serem reconhecidas como trabalho é um dos principais elementos explicativos para as desigualdades salariais entre homens e mulheres no mundo todo.²⁵ No entanto, no momento que vivemos as condições históricas desse tipo de trabalho, segundo Boris, se parecem menos com o passado e mais com o futuro para os trabalhadores informais e sem vínculos (como aqueles citados no início deste artigo).

O desafio da história social é integrar todas as dimensões da experiência humana da forma mais completa possível. É para esta perspectiva que este livro visa contribuir, demonstrando a riqueza de abordagens em diálogo com o campo e que tem enriquecido o debate e a compreensão dos processos históricos em transformação. Busca-se compreender, por um lado, as características de produção e reprodução das desigualdades sociais, e por outro, das estratégias de luta e de criação de alternativas e possibilidades por homens e mulheres comuns, grupos subalternos, trabalhadores e trabalhadoras nas mais variadas condições jurídicas.

A qualidade das pesquisas empíricas apresentadas neste livro evidencia, portanto, os avanços que foram feitos até aqui para integrar as diversas dimensões das experiências desses sujeitos tanto em suas traje-

25. Boris, E. "Reproduction as production: Thinking with the ILO to move beyond dichotomy". *Journal of Labor and Society*, 22(2) 2019, 283–298.

tórias individuais e coletivas como em suas interações relacionais. Consideramos que uma abordagem sistêmica, como observamos no início deste artigo, não se opõe a escalas reduzidas de observação: ao contrário, ela é necessária para reconhecer a complexidade e simultaneidade das múltiplas formas de desigualdade (étnico-raciais, de classe, gênero, entre outras) que se misturam e se sobrepõe umas às outras, assim como as formas de organização e resistência dos “de baixo” e seu impacto nos processos de transformações históricas.

Essas estratégias, ações e organizações são geradas em determinados contextos e moldadas por eles, mas também o transcendem, em diálogo com as experiências e as expectativas de futuro. Vivendo o presente, formulamos perguntas e questões sobre essas lutas e mobilizações do passado que, vencidas ou não, com seu legado nos ajudam a olhar à frente com esperança. E aqui abre-se um grande leque de possibilidades para a história social do trabalho, cada vez mais amplo e inclusivo.

I - POVOS INDÍGENAS E MUNDOS DO TRABALHO

TRABALHO, COERÇÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DE UM CAMPESINATO INDÍGENA (BAHIA E ESPÍRITO SANTO, SÉCULO XIX)

Vânia Maria Losada Moreira
Ayalla Oliveira Silva

A política difamatória contra os povos originários no Brasil é fenômeno de longa duração, sistematicamente produzido e reproduzido em diferentes instâncias do mundo civil e religioso. Preguiça, indolência e imprevidência foram alguns dos muitos “vícios” atribuídos às diferentes comunidades e etnias para justificar violências e arrancar deles o que, livremente e de boa vontade, não estavam dispostos a dar. Em 1804, por exemplo, o capuchinho Apolonio de Todi expressou tais ideias e preconceitos com clareza, em um relatório escrito ao governador da Bahia sobre o “estado de civilização” dos índios que moravam em vilas e povoados da região:

[...] são gentes de nenhum préstimo, por serem falsos, preguiçosos, vingativos, e luxuriosos ao último excesso. E por esse motivo a gente índia não se pode atrair com o céu, porque a fé deles não é firme; não se pode atrair com riquezas, porque não fazem caso dos bens do mundo, nem com os pontos de honra, porque são sem vergonha. Enfim, são bichos, que só com medo se alcança alguma coisa deles.¹

Desde os primeiros contatos interétnicos, os portugueses buscaram transformar os indígenas em forças produtivas para fazer girar a eco-

1. Lisboa, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d’El-Rei Dom João VI*; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e Cia., 1835, v. VI, p. 183.

nomia colonial e, de acordo com Stuart B. Schwartz, utilizaram principalmente três estratégias: coerção direta sob a forma de escravização; a tentativa de criação de um campesinato indígena, por meio da territorialização em aldeamentos regidos por missionários; e a integração individual e paulatina no mercado como trabalhadores assalariados, realizado por leigos e religiosos.² Na época de Apolonio de Todi, a governança dos índios era regulada por meio do diretório, ainda em pleno vigor em várias partes do Brasil no início do século XIX.

O “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário”³ substituiu o regime das missões e foi criado como uma resposta às demandas das elites regionais da Amazônia portuguesa, interessadas na exploração do trabalho indígena.⁴ A lei se dedicava à regulamentação da ampla liberdade concedida aos indígenas em 1755, criando mecanismos e regras para a exploração de seu trabalho. Pouco depois, passou a valer no restante da colônia e, como demonstra o testemunho de Apolonio de Todi, estava longe de representar uma estrutura legal e governativa que angariasse entusiasmo e aprovação dos setores sociais dominantes. Afinal, de acordo com Todi, os indígenas não estavam respondendo adequadamente à “honra” de viverem em vilas, participarem das câmaras, possuírem terras e postos nas ordenanças. Em outras palavras, continuavam “preguiçosos” e mal-conversos, resistindo às estratégias coloniais de cooptação pela religião, pelo dinheiro e pela honra. Por isso mesmo, era preciso substituir o diretório por uma política de “medo” para subjugar-los.⁵

O presente capítulo visa discutir a formação de um campesinato indígena não apenas como resultado do processo de territorialização operado pelo Estado (português e/ou brasileiro), por meio de aldeamentos e vilas indígenas, mas também em razão do interesse e do protagonismo dos próprios indígenas. Para isso, serão discutidos os casos dos indígenas moradores de vilas e aldeias do Espírito Santo e do Sul da Bahia.

2. Schwartz, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 45.

3. Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário. In: Espírito Santo. *Livro tomo da vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

4. Coelho, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o diretório dos índios. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, ano 168, n. 437, p. 29-48, out./dez., 2007.

5. Moreira, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia*. São Paulo: Humanitas, 2019, p. 198.

Coerção ao trabalho e lavradores indígenas no Espírito Santo

Apolônio de Todi não era uma voz isolada a pedir medidas violentas e coercitivas contra os indígenas e seu modo de vida. Na transição do Brasil colonial para o independente e ao longo do século XIX, vários políticos importantes defenderam a “severidade” tanto em relação aos indígenas que viviam em vilas, povoados e aldeias do mundo colonial/imperial, quanto em relação aos povos originários independentes dos sertões. O marquês de Queluz João Severino Maciel da Costa, por exemplo, entendia que, se fosse mantido o diretório, a instituição deveria adquirir “uma forma mais policial que tutelar”, para coagir os indígenas ao trabalho e evitar a “vagabundagem”.⁶

Na mesma toada, em 1826, o presidente de Pernambuco Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque lamentava o fato de o diretório ainda estar em vigor, uma vez que a lei que mandava sua abolição “desgraçadamente [...] foi sufocada no berço, e o mal tem ido em crescimento descompassadamente”.⁷ Ele estava se referindo à carta régia de 12 de maio de 1798, editada na transição do governo mariano para o joanino e que mandava abolir o diretório. Para ele, Pernambuco não precisava mais de vilas, aldeias e povoados indígenas porque não mais possuía “índios bravos”, mas apenas “filhos e netos dos já aldeados”, e estes lhe provocavam “lágrimas de aflição”: eram inteiramente “preguiçosos” e estavam “corrompidos” pelas “convulsões” e “arruaças” políticas que estavam ocorrendo na província. O “mal” produzido pela continuidade do diretório era que os índios, “filhos e netos dos já aldeados”, tinham a posse e o domínio de algumas das melhores terras da província, além de desfrutarem de liberdade, em vez de serem úteis ao Brasil, suprimindo o déficit de escravos:

É pois de muita importância, falando da província de Pernambuco, acabar com as tutelas, e dar-lhes uma carta de total emancipação, dando-se providências policiais para que os mais novos sejam

6. Moreira Neto, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/Funai, 2005, p. 244.

7. Informações relativas à civilização dos índios, ordenada por Sua Majestade, o imperador, no ano de 1826. Pernambuco. In: Naud, Leda Maria Cardoso. Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822). *Revista de Informação Legislativa*, v. 7, n. 28, p. 437-520, out./dez. 1970, p. 331.

ocupados nos trabalhos, e misteres sociais, e aos que forem pais de famílias, marquem-se-lhes suficientes porções das muitas e boas terras, que inutilmente possuem, para nelas trabalharem, revertendo ao Estado, as que restarem, para se venderem, e nelas levantarem engenhos de açúcar, e estabelecerem-se fazendas de algodão, ou de qualquer outro gênero de cultura.⁸

A primeira tentativa de abolir o diretório foi, portanto, em 1798, em uma lei que fazia aberta crítica contra a opressão exercida pelos diretores de índios, propugnando, ainda, a igualdade jurídica deles frente aos demais súditos da Coroa. Desse modo, passariam a ser governados localmente apenas pelas câmaras e ordenanças das vilas e povoados em que moravam, tal como acontecia com os demais moradores livres. Ficavam fora dessa igualdade jurídica os povos autônomos dos sertões, que passariam a ser ressocializados por meio de um novo sistema tutelar.⁹ A tentativa, contudo, não prosperou na medida do esperado e a própria historiografia questiona-se se, de fato, a carta régia de 1798 foi extensiva a toda a colônia, como sugeriu Carneiro da Cunha, ou somente à Amazônia portuguesa, como argumentam Lopes e Sampaio.¹⁰

Na Amazônia portuguesa existia, mesmo antes da carta régia de 1798, uma espécie de campesinato indígena, que vivia em seus próprios ranchos, produzindo alimentos e outros gêneros, cujos excedentes faziam chegar aos mercados urbanos.¹¹ Eles estavam fora do alcance dos diretores de índios, serviam nas milícias e parte deles se dedicava aos

8. Idem, p. 332.

9. Cópia da carta régia, de 12 de maio de 1798, sobre a civilização dos índios, enviada a Antônio Peres da Silva Pontes, em 29 de agosto de 1798. In: Oliveira, José Joaquim Machado de. Notas e apontamentos e notícias para a história da província do Espírito Santo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 22, p. 161-335, 1856, p. 313-325.

10. Cunha, Manuela Carneiro da. Política indígena do século XIX. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992. p. 133-154. Lopes, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Norte-Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 396. Sampaio, Patrícia. M. Política indigenista no Brasil imperial. In: Grinberg, K.; Salles, R. *O Brasil Imperial: 1808-1831*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 175-206, 182.

11. Sampaio, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: Priore, Mary del; Gomes, Flávio (orgs). *Os senhores dos rios*. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 123-140.

ofícios manuais¹². De acordo com Sampaio, a abolição do diretório intensificou ainda mais a militarização das populações ressocializadas em aldeamentos, povoados e vilas, pois passaram a ser alistadas em Corpos de Milícias e Corpos Efetivos de Índios, com o objetivo de inseri-los no mundo do trabalho civil e militar. Para a autora, “o engajamento nas tropas para prestar serviços ao Estado coroava a composição desse vassalo índio, por definição, livre e igual a qualquer outro súdito”¹³.

Apesar da abolição do diretório não ter sido aplicada de maneira linear e uniforme no conjunto do território colonial, o engajamento dos indígenas nas milícias e forças armadas ganhou impulso a partir da carta régia de 1798. Com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, por exemplo, as forças militares passam por um processo de reorganização e reforma, dando-se continuidade ao enquadramento militar da população indígena. Em 1808, foram criados o Corpo da Brigada Real do Brasil, o Arsenal Real da Marinha, a Intendência e Contadoria da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinhas e a Real Fábrica de Pólvora e, em 1819, o ministério Linhares fundou a Academia Real Militar, lançando as bases do ensino militar no país¹⁴. Nesse novo contexto, os índios foram amplamente incluídos como setores que deveriam ser recrutados tanto para servirem nas forças terrestres quanto para ingressarem na Armada. Taxativo a esse respeito foi o Aviso de 22 de novembro de 1808, que mandava os governadores da Bahia, Pernambuco e Ceará enviarem, de suas aldeias e distritos, “200 índios destinados a servir hum ou dous annos no Arsenal, voltando depois aos seus lares, com as viagens pagas, e vestidos assim à vinda, como quando voltarem por conta da Real fazenda”¹⁵.

A independência não alterou, inicialmente, as relações entre as forças armadas, agora nacionais, com os indígenas. A Decisão n. 284 da Marinha, de 20 de dezembro de 1825, aprovou, por exemplo, a criação de “uma Companhia de Índios pagos pela Fazenda Pública, para se empregarem no serviço do Arsenal da Marinha dessa Província [i.e. Maranhão], e nos navios da Armada Nacional e Imperial”¹⁶. Na rea-

12. Idem, p. 127.

13. Idem, p. 128.

14. Sodré, op. cit., p. 57.

15. 22/11/1808: Aviso – Índios no Arsenal da Marinha. In: Manuela Carneiro da Cunha (org). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUDP, 1992, p. 65.

16. 20/12/1825: decisão n. 284 – Marinha – Approva a criação de uma companhia de Índios para o serviço no Arsenal da Marinha do Maranhão, e dos navios da Armada. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). *Legislação indigenista no século XIX*, p. 127.

lidade, a concepção de que os índios eram particularmente “aproveitáveis” na marinhagem se intensificou depois da independência: uma circular enviada ao presidente da província do Pará e depois recomendada aos demais presidentes provinciais determinava que os “recrutas índios” deveriam ser depositados em navios da Armada estacionados nas províncias, para evitar gastos com transporte em embarcações mercantis.¹⁷ Também foram editadas normas para a hospedagem, alimentação e fardamento dos indígenas que chegassem das províncias para servir no Arsenal¹⁸. Em 1875, já finda a Guerra do Paraguai e tendo sido aprovada a nova lei do recrutamento, baseado no sorteio e na ideia de universalização do serviço militar, o Duque de Caxias, então à frente do Ministério dos Negócios da Guerra, reiterava que os indígenas deveriam estar sujeitos aos alistamentos, inclusive aqueles de recente contato e territorialização, ou seja, os indígenas aldeados: “(...) os índios, que fazem parte da comunhão brasileira estão sujeitos ao alistamento para o Exército e a Armada, não devem, por maioria de razão, ser d'elle excluídos os referidos cidadãos, salvo se tiverem algumas das isenções estabelecidas na Lei”¹⁹.

Na capitania do Espírito Santo, o diretório foi oficialmente abolido em 1800 e, sob o argumento da igualdade jurídica entre portugueses e indígenas, o então governador Antônio Pires da Silva Pontes mandou que todos os pedidos de aforamentos de terras fossem aceitos dentro das sesmarias e vilas indígenas da região. Alguns anos mais tarde, curiosamente o cargo de diretor de índio foi recriado na capitania, mas passou

17. 31/07/1837: Dec. n. 370 – Marinha – Circular aos Presidentes de Província, para evitar as enormes despesas com o transporte de recrutas e índios para esta Côrte, que sejam elles depositados a bordo de algum navio da Armada ahi estacionada, até que se ofereça ocasião de os enviar para aqui. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). *Legislação indigenista no século XIX*, p. 172.

18. 14/08/1837: Dec. n. 400 – Marinha – Dando providências para que no Arsenal da Marinha da Côrte se estabeleça huma accomodação para Índios empregados no mesmo, e ordenando que se lhes abonem rações e vestuário como se pratica com as praças de bordo. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). *Legislação indigenista no século XIX*, p. 173.

19. 17/09/ 1875. Dec. n. 401 – Declara que os cidadãos estabelecidos nos aldeamentos de Índios, situadas em diversas províncias, estão sujeitos ao serviço militar, salvo se tiverem algumas das isenções. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org). *Legislação indigenista no século XIX*, p. 291. Sobre o sistema de recrutamento que vigorou até 1875, ver Kraay, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos* – Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999. Sobre a reforma no sistema de recrutamento e as revoltas populares contra o sorteio ver Mendes, Fábio Faria. A “lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1999.

a funcionar muito mais como uma autoridade coativa, que vigiava e explorava o trabalhador indígena, do que como uma autoridade diretiva e organizadora da vida social nas vilas de índios, tal como ocorria no tempo do diretório.²⁰ Além disso, o recrutamento militar nos povoados e vilas de maioria indígena foi bastante intensificado nesse período a ponto de, nos anos seguintes, e até o fim do regime imperial, ocorrer uma significativa redução da população indígena regional, em razão das deportações para servirem na Marinha e Exército e das fugas para evitar o trabalho forçado.

O recrutamento militar não funcionava apenas como um método de obtenção de soldados e marinheiros para as forças armadas. Era também um meio de controle social e de coerção dos homens ao trabalho, pois as isenções e as dispensas eram somente válidas àqueles que exercessem seus ofícios e demonstrassem bom comportamento.²¹ As Instruções de 10 de julho de 1822 regulamentaram o recrutamento militar, codificando as práticas mais usuais de conscrição então vigentes. Tal modelo vigorou até 1875 e, de acordo com os critérios dessa legislação, todos os homens livres entre 18 e 35 podiam ser recrutados. Previam-se, no entanto, várias isenções que visavam à proteção da família e da economia familiar, desonerando os homens casados que efetivamente morassem com mulher e filhos e provessem o sustento da família, bem como aqueles responsáveis por irmãos órfãos ou que fossem filhos únicos de viúvas. Também estavam isentos os filhos únicos de lavradores ou mesmo um dos filhos que estes indicassem, segundo sua vontade. As demais isenções protegiam o mundo do trabalho livre, impedindo que o recrutamento desorganizasse a produção, o comércio e um certo número de serviços. Nesse caso, feitores e administradores de fazendas com mais de seis escravos estavam isentos. Também o estavam tropeiros, mestres de vários ofícios, como carpinteiros e pedreiros, mestres com lojas abertas, caixeiros de casas de comércio, pescadores, marinheiros e estudantes.²²

O sistema de alistamento era claro: findo o período da conscrição voluntária e tendo sido o número de conscritos insuficiente para cobrir

20. Moreira, op. cit., p. 303.

21. Kraay, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos – Revista do Departamento de História da UEM*. Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999; Mendes, Fábio Faria. A “lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar, op. cit.; Assunção, Mathias Röhrig. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: Priore, Mary; Gomes, Flávio (Org.). *Os senhores dos rios*. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2003, p. 195-225.

22. Apees. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, folhas 13 e 14.

a demanda do Estado, o governo imperial estimulava o alistamento compulsório nas províncias, dando início à temporada do “pega” ou da “caçada humana”.²³ Populações consideradas “perigosas” e delinquentes de diferentes tipos e quilates – inclusive maridos infiéis, por exemplo – podiam ser punidas com o serviço militar compulsório. Seguiam o mesmo destino os homens taxados de “vadios” e aqueles que tinham profissões consideradas incertas ou pouco respeitáveis.²⁴ No fim do regime colonial, Caio Prado Júnior observou que essa camada social intermediária entre escravizados e senhores estava em franco crescimento, sendo composta pelos “desclassificados”, “inúteis”, “inadaptados”, i.e. “indivíduos de ocupação mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”²⁵. Laura de Mello e Souza também se ocupou dos “desclassificados” e, como observou a autora, parte deles exercia as “funções de supervisão (feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)”²⁶.

No Espírito Santo, os indígenas moradores de vilas e povoados formavam um setor social intermediário importante e foram um dos alvos preferenciais do recrutamento militar. Em 1837, por exemplo, Manoel Pinto, “Índio de Nação”, foi de canoa para a cidade de Vitória comprar mantimentos e, chegando no porto, repentinamente foi preso pelos soldados da Companhia da Montanha e depois trancado no calabouço do quartel para sentar praça, apesar de ser casado e possuir roças próprias²⁷. Também foram julgados “idôneos” para o serviço militar, em outubro de 1844, Felipe de Santiago – “Índio, filho de Alexandre de Amorim, natural de Aldeia Velha, idade 23 anos, sem ofício, diz ser casado” – e José Antônio, “Índio, filho de Sebastiana Pinto, natural de Nova Almeida, idade 20 anos, sem ofício, solteiro”²⁸. O mesmo aconteceu, alguns anos depois, em janeiro de 1847, com Antônio Gomes

23. Mendes, Fábio Faria. A “lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1999, p. 268.

24. Sobre essa população livre, pobre e intermediária entre senhor e escravos ver: Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971, 390p.

25. Prado Júnior, op. cit., p. 281.

26. Souza, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 62-63.

27. Apees. Série Accioly. Livro 34 - Correspondência de Recrutamento, fl. 179.

28. Apees. Secção Histórico-Administrativa - Chefe de Polícia 1845 e 1846 - Fundo Accioly - no 56, fl. 494 e 495.

Soares, “Índio, filho de Inácio da Silva, natural de São Matheus, 24 anos de idade, casado, segundo diz, profissão de lavrador, o qual foi hoje inspecionado e julgado idôneo ao serviço militar.”²⁹

As conscrições forçadas de indígenas foram não apenas frequentes, mas também recorrentemente justificadas como um ato de correção contra a vadiagem. Em março de 1852, em um ofício expedido ao Chefe de Polícia, o presidente da província José Bonifácio Nascimento d’Azambuja frisava que, em razão de estarem muito desfalcadas as duas companhias de 1ª linha da província, dever-se-ia fazer um amplo recrutamento nas “povoações de beira-mar” e que, “de preferência, recrutem os vadios que enchem as praias sob o título de pescadores, como já foi ordenado.”³⁰ Em abril de 1852, d’Azambuja enviou novo ofício ao chefe de polícia, mandando pôr em liberdade dois recrutas enviados pelo subdelegado de Santa Cruz, pois ambos, além de serem menores de 18 anos, eram filhos únicos de lavradores, recomendando ainda “[...] todo o escrúpulo no recrutamento, preferindo para ele os vadios de que abundam as praias do distrito [...]”.³¹ Voltou ao mesmo assunto pouco depois, lembrando que o alvo do recrutamento eram os “[...] vadios que enchem as praias sob o título de pescadores [...]”.³² Assim, em 27 de maio de 1852, novamente escreveu para o chefe de polícia, mandando-o lembrar ao subdelegado de Santa Cruz que “[...] entre os vadios de seu distrito encontrará ele recrutas de sobra, uma vez que dirija os esforços para essa classe de gente tão perigosa à sociedade”.³³

O recado do presidente às autoridades policiais foi bem claro: dentre toda a população masculina legalmente definida como passível de ser recrutada, dever-se-ia proceder ao recrutamento dos “pescadores”, pois eles eram os “vadios” que abundavam nas praias da província. A maior parte dos pescadores eram oriundos de povoados indígenas situados à beira-mar e Santa Cruz, tão citado nas admoestações de d’Azambuja, era a antiga Aldeia Velha, um dos mais tradicionais povoados de índios da província, que existia desde os primeiros tempos dos jesuítas. Além disso, Santa Cruz representava, naquele momento, o maior distrito in-

29. Apees. Secção Histórico-Administrativa – Chefe de Polícia 1846 e 1848 – Série Accioly - no 57, fl. 40.

30. Apees. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 567.

31. Apees. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, fl.16.

32. Apees. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 567.

33. Apees. Série Accioly. Livro 35 – Correspondência de Recrutamento, fl. 27.

dígena do Espírito Santo, onde as famílias e as comunidades viviam da combinação da pesca, mariscagem, roça, caça e atividade madeireira.

Para escapar do recrutamento forçado, os indígenas protagonizaram diferentes estratégias: fugas individuais e coletivas de suas terras e povoados; fundação de novos povoados nas regiões mais ermas da província, onde ficavam mais à salvo das temporadas de pega; ou mesmo busca de um patrão que, em troca de seu trabalho, oferece um pouco mais de proteção contra os recrutamentos e deportações. Também buscavam estar em paz com as autoridades civis e religiosas, casando na Igreja, lavrando a terra e provando ser homens honrados. O caso de Manoel dos Santos é um bom exemplo. Ele e sua esposa, Anna Pinto, eram índios residentes na vila de Linhares. Um certo dia, ele foi preso para sentar praça e no requerimento que interpôs solicitando soltura, apresentou-se como homem “estabelecido”, “marinheiro” e “casado”, que deveria ser posto em liberdade “para desse modo cuidar da subsistência de sua família, dependente só do suplicante”.³⁴ Pela documentação disponível, não é possível saber se Manoel dos Santos foi solto ou se prestou juramento e sentou praça. Mas duas tendências aparecem claramente na documentação sobre recrutamento militar disponível: de um lado, o interesse das autoridades em recrutar indígenas, como se eles fossem ociosos e vadios se estivessem cuidando de suas próprias lavouras e afazeres; de outro, o interesse dos indígenas em se definirem como honrados e estabelecidos. A petição de soltura do “cidadão Brasileiro” Manoel Ribeiro é ainda mais esclarecedora:

Diz Manoel Ribeiro, cidadão Brasileiro, casado, morador no sertão de Mangarahy, 4^o [ilegível] desta cidade, que ele vive de ser lavrador; e sendo-lhe mister vir a esta cidade a vender os seus afeitos e comprar arranjos para a sua família e para a sua lavoura, suceda ser preso no dia de ontem, 31 do mês próximo findo, e conduzido ao calabouço por um soldado de polícia para sentar praça.

O suplicante, Exmo. Sr., pelo documento junto, mostra a verdade do que expõem, e não apresenta certidão de casamento porque se recebeu na vila de Nova Almeida, quando era lá morador e freguês, distante desta cidade mais de 12 léguas; e não ter quem nesta cidade o possa fazer pela longitude e ser pobre; e estar resi-

34. Apees. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 386.

dindo no lugar supracitado a [ilegível] 11 anos (...). Outrossim, se pelo documento apresentado não for atendida sua requisição, o suplicante protesta apresentar documento do Inspetor do Quarteirão de sua residência, fazendo com ele certo ser casado, onerado de filhos, lavrador, e a sua conduta.³⁵

No requerimento de soltura de Manoel Ribeiro está anexado um atestado de casamento, provando suas núpcias com Guardina Maria do Nascimento, em 25 de junho de 1830, na freguesia dos Santos Reis Magos, pertencente à vila de Nova Almeida. O atestado também traz a informação de que ele, a esposa e os pais de ambos eram todos índios daquela freguesia.³⁶ Por que ele abandonou a vila, onde viviam parentes, vizinhos e amigos? Por que deixou terras que pertenciam aos indígenas da vila, demarcadas e protegidas com título de sesmaria? Por que foi viver no que era, então, o distante sertão de Mangarahy? Nas fontes compulsas não existem dados suficientes para construir respostas seguras às questões levantadas. É certo, contudo, que ao sair da vila e estabelecer-se nos sertões Manoel Ribeiro escolheu um caminho comum entre seus pares, interessados em manter a liberdade pessoal e de suas famílias. Afinal, desde a revogação do diretório, as perseguições, deportações e trabalho forçado produziram uma diáspora indígena na região, esvaziando suas terras, vilas e povoados. Em 14 de janeiro de 1840, o “cidadão Brasileiro” Manoel Ribeiro foi posto em liberdade, livrando-se do serviço militar compulsório. Provou ser casado, lavrador e ter boa conduta. Mas talvez não tivesse a mesma sorte se estivesse nas terras de sua vila à beira-mar, realizando as mesmas atividades na qualidade de índio.

Terra, trabalho e os “índios posseiros” no distrito de Una, sul da Bahia

Em 1835, Luiz Borges integrava a população do aldeamento São Pedro de Alcântara ou aldeamento de Ferradas, na vila de Ilhéus³⁷. Luiz

35. Apees. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 286.

36. “(...) se receberam em matrimônio Manoel Francisco Ribeiro, filho legítimo de Manoel da Rocha Pinto e Anna Maria do Rozário, e Guardina [?] Maria do Nacimmento, filha legítima de João de Araújo Barcellos e Anna Maria da Conceição, todos Índios desta freguesia”. Ver: Apees. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fls. 289 e 289v.

37. Cf. Silva, Ayalla Oliveira. *Ordem Imperial e Aldeamento Indígena: camacãs, gueréns e pataxós no Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2018: O aldeamento São Pedro de Alcântara ou aldeamento de

Borges tinha 57 anos, era natural da vila indígena de Olivença, viúvo, livre e lavrador. Ele vivia em Ferradas com a filha, Virgínia, de 27 anos, também viúva e lavradora; com a sobrinha, Flora, de 17 anos, também natural de Olivença, e com o neto Manuel Lorenzo (filho de Virgínia) de três anos de idade e natural de Ferradas.³⁸ Não sabemos exatamente o que levou Luiz Borges a Ferradas, talvez tenha sido deslocado àquele aldeamento a fim de ensinar os camacãs “não civilizados” a trabalhar, pois essa foi uma prática utilizada pelo diretor de Ferradas.³⁹ O que sabemos, com certeza, é que Luiz Borges não permaneceu em Ferradas, apesar de ter construído laços familiares na localidade.

Pouco antes dessa época, o frade capuchinho italiano Ludovico de Livorno – diretor de Ferradas durante os anos 1818 a 1848 – escreveu ao ouvidor da comarca de Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, para compartilhar algumas dificuldades. Na ocasião, queixou-se ao ouvidor que muitos índios estavam abandonando o aldeamento em razão de uma epidemia de febre amarela que havia vitimado a maior parte deles. Também mencionou a desconfiança que os índios ainda alimentavam sobre ele, pelo tratamento que recebiam de parcela dos colonos locais, pois eles ainda tinham muito fresco na memória a submissão que sofriam ao trabalho forçado sob ameaça e castigo, mesmo sendo legalmente livres.⁴⁰ Portanto, o risco de epidemias e a possibilidade da servidão eram motivos mais que suficientes para que Luiz Borges regressasse com a sua família para Olivença. Porém, ao retornar, Luiz Borges não fincou residência na vila, ele se instalou em uma zona distante dos limites da sesmaria indígena.

Em 1854, passados dezenove anos desde que nos deparamos com ele, como índio livre e lavrador, em Ferradas, Luiz Borges estava em posse de um sítio, no rio Cachoeira de Una, distrito de Una. Ele estava

Ferradas foi um aldeamento colonial tardio implantado na vila de Ilhéus, em 1814. Composto inicialmente pelos gueréns transferidos do seu antigo aldeamento no rio Almada e pelos camacãs de recente contato. O aldeamento converteu-se em um estabelecimento central no que dizia respeito ao acesso ao trabalho indígena e à manutenção da pacificação regional, durante o século XIX.

38. Censo de Ferradas (Aldeamento São Pedro de Alcântara). Arquivo Público do Município de Ilhéus, 1835. Transcrição disponibilizada pela brasilianista Mary Ann Mahony. O documento trata-se de parte dos registros documentais colhidos em ocasião da sua pesquisa de doutorado, em 1989.

39. Marcis, Teresinha. *A “hecatombe de Olivença”*: Construção e reconstrução da identidade étnica-1904. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, p. 63.

40. Cartas enviadas pelo frei Ludovico de Livorno a Balthazar da Silva Lisboa, em 29 de outubro de 1820; 21 de outubro de 1829. In: Lisboa, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Editora Leitura: Rio de Janeiro. Tomo VI, 1835, p. 209-211; 214-217.

em companhia de mais 18 posseiros indígenas e não indígenas instalados entre as localidades de Sequeiro Grande e Repartimento, em uma zona de frente de expansão fundiária. Luiz Borges, portanto, de índio vilado/aldeado e lavrador em Ferradas passou a “índio posseiro” nos registros da Inspetoria de Terras em Una, na comarca de Ilhéus, sul da Bahia. O distrito de Una e a vila de Olivença constituíam uma fronteira social extremamente fluida em meados do século XIX. Una era também uma zona de expansão fundiária, que avançava ao encontro do território da sesmaria da vila dos índios de Olivença.

O aldeamento Nossa Senhora da Escada foi elevado à condição de vila de Olivença, em 1758, no entanto, a sesmaria do antigo aldeamento foi mantida como patrimônio dos índios e dos seus descendentes, esse foi um fator que culminou na estruturação administrativa mista da vila. Na avaliação de Teresinha Marcis, a característica administrativa de vila/aldeamento permitiu que os índios mantivessem a identificação étnica diferenciada dos não indígenas, e com isso, podiam reivindicar direitos específicos orientados pela legislação indigenista, sobretudo lhes permitiam tentar garantir proteção jurídica aos “abusos e explorações” cometidos pelos colonos e pelas autoridades. Porém, a manutenção do reconhecimento da condição jurídica diferenciada não impedia que o *status* de “índio” fosse recorrentemente questionado pelos demais moradores da vila e pelas autoridades provinciais, ao longo do século XIX.⁴¹

A partir da criação da vila, a então igreja de Nossa Senhora da Escada foi elevada a condição de freguesia do termo da vila de Olivença, cujos limites abarcavam a capela de Santo Antônio da Barra de Una. O rio Acuípe marcava o limite legal entre a expansão da ocupação fundiária não indígena e o território da sesmaria da vila dos índios de Olivença.⁴² Contudo, os índios historicamente ocupavam um perímetro para muito além dos limites da sesmaria indígena, com suas roças e moradias.⁴³ Ao elaborar um estudo etnográfico sobre os tupinambás

41. Marcis, Teresinha. op. cit., p. 56-62.

42. Dias, Marcelo Henrique; Araújo, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 9, n. 1, jan./jun., 2016, p. 218.

43. Idem: Em relatório elaborado no contexto da aplicação do Diretório dos Índios, na comarca de Ilhéus – no processo de criação das vilas na Bahia –, o ouvidor Luís Freire de Veras mencionou a existência de outras terras que estavam sob o domínio dos índios de Olivença para além do perímetro do aldeamento. Frei de Veras deixava em evidência a legitimidade de os índios da vila, então criada, expandirem seus limites territoriais conforme suas necessidades, conquanto o fizessem em terras incultas. Também Balthazar da Silva Lisboa, juiz conservador

de Olivença, Susana de Matos Viegas concluiu que, no século XIX, os índios de Olivença ocupavam o território em três modalidades. Havia os que se mantinham fixos na vila; havia uma segunda parcela que alternava residência entre a vila e a mata; uma terceira parcela vivia exclusivamente na mata.⁴⁴

Nesse ponto é importante salientar que a tendência de caracterizar o território indígena de forma homogênea e inerente a todos os grupos indígenas deve ser lida mais como uma construção pós-colonial e menos como reivindicação dos grupos étnicos. Porque, como frisou João Pacheco de Oliveira, “não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”.⁴⁵

Dito isto, durante a segunda metade do XIX, as terras da sesmaria do antigo aldeamento dadas como patrimônio aos índios da vila de Olivença estavam sujeitas à legislação indigenista do Império, subsidiária ao Decreto 601 e suas emendas complementares. O Império se caracterizou por um modelo autoritário de indigenismo que, apoiado no “novo campo normativo liberal e nacionalista em ascensão” deslegitimava as diferenças étnicas, privatizando as terras coletivas e “reclassificando” os índios como “brasileiros”, “nacionais” e “cidadãos” (Moreira, 2012). Nesse processo, as terras indígenas dos índios de Olivença estavam sujeitas ao arrendamento e aforamento a terceiros, assim como ficavam sujeitas ao mesmo fim dos aldeamentos considerados extintos, à venda a quem melhor preço pagasse por elas, segundo o Decreto provincial de 1875 que atribuía tal prerrogativa às Câmaras Municipais.⁴⁶ Nesse contexto, de maior interesse do estado em controlar as terras apropriáveis ao sul, é que as autoridades de Ilhéus, responsáveis pelo cumprimento das demandas legais da pasta das Terras Públicas da Bahia, se ocuparam em levantar a situação fundiária em Una, ocasião na qual reencontramos Luiz Borges, agora alçado à condição de posseiro daquele distrito.

das matas e ouvidor da comarca de Ilhéus, em 1798, afirmou que os únicos moradores em diversas localidades entre os rios Acuípe e Una eram os índios da vila de Olivença.

44. Viegas, Susana de Matos. *Terra calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 264.

45. Oliveira, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. *Revista Travessia*, São Paulo: CEM, v. 9, n. 24, jan./abr., 1996, p. 9.

46. Marcis, Teresinha. op. cit., p. 66-67.

O levantamento da situação fundiária em Una estava em consonância com o artigo 28 do Decreto 1.318, de 1854, que regulamentou a Lei de terras de 1850. O referido artigo do Regulamento determinava o seguinte:

Logo que for publicado o presente Regulamento, os Presidentes das Províncias exigirão dos Juizes de Direito, dos Juizes Municipaes, Delegados, Subdelegados, e Juizes de Paz informação circunstanciada sobre a existencia, ou não existencia em suas Comarcas, Termos e Districtos de posses sujeitas a legitimação, e de sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral, ou Provincial sujeitas a revalidação.⁴⁷

Nessa ocasião, mandava-se que nas províncias onde existissem terras devolutas deveria ser escolhido um inspetor-geral (ligado à Repartição Especial de Terras Públicas) responsável por realizar as medições necessárias. Note-se, além disso, que o cumprimento do novo dispositivo legal de terras, exigia, nas localidades, a participação de diversas autoridades judiciais e policiais. Em nível provincial, deveria ficar a cargo da Repartição Especial de Terras Públicas, do Delegado de Terras e do Inspetor geral, o cumprimento das orientações da Diretoria Geral de Terras do Império.

Neste processo, o levantamento da situação fundiária do distrito de Una visava levantar detalhadamente as sesmarias existentes, assim como a situação legal de cada uma, e as posses estabelecidas em sesmarias e em terras públicas. O resultado de tal levantamento foi apresentado em documento datado de 1854, que trazia de forma circunstanciada a condição das terras nos seis quarteirões daquele distrito.⁴⁸

O Distrito de Una, conforme informou o escrivão de polícia João Caetano de Souza Quadros, estava dividido em seis quarteirões cujas delimitações tiveram como referência as localidades, a costa e as margens dos rios. No Documento foram registrados 64 (66)⁴⁹ indígenas, seguramente quase todos de Olivença, e que viviam fora do perímetro da vila ou da sesmaria da vila. Todos eles escolheram conduzir suas

47. Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854, contendo o regulamento da Lei de Terras de 1850, artigo 108. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2019.

48. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juizes (1851-1859), maço 2397, 1854.

49. Para alguns quarteirões, o relator da inspetoria de terras mencionou o número de índios “posseiros” de forma imprecisa, dessa maneira não é possível dizer, com exatidão, o total dos índios registrados no relatório do distrito de Una.

vidas fora da vila indígena sem, contudo, deixarem de se apresentar às autoridades como “índios”.

Na prática, isso significa dizer que, por um lado, eles buscaram adaptar as suas vidas, livres da pressão das autoridades e dos colonos ávidos pelo trabalho e pelo domínio econômico do patrimônio territorial da vila indígena. Por outro lado, ao deixarem a vila ou a sesmaria indígena, eles se lançaram numa fronteira de dominação econômica mais ampla e que não deixava de ser um espaço de exercício da violência, nos termos definidos por Pacheco de Oliveira.⁵⁰ Pois a transformação daquele espaço que os Tupinambás historicamente ocupavam e entendiam como extensão do território da sesmaria indígena, em fronteira de ocupação, implicava na negação dos direitos indígenas sobre o espaço em detrimento do seu controle pelos colonos e pelos agentes do Estado.

Esse exercício de tentativa da negação dos direitos dos índios aparece, indiretamente, na maneira como eles foram classificados no levantamento de terras em Una. No qual eles foram referidos como posseiros e alguns também como moradores⁵¹. O mapa a seguir corresponde à exposição aproximada dos respectivos quarteirões do distrito de Una, termo da vila de Ilhéus.⁵²

50. Oliveira, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, 27(1), 2021.

51. O documento está estruturado em duas seções. A primeira seção compreende a apresentação do relatório de cada um dos seis quarteirões. A segunda seção é reservada à apresentação dos ocupantes de terrenos reconhecidamente devolutos e cujos ocupantes solicitaram a demarcação dos mesmos. Dentre estes, onze indígenas (1º, 2º, 4º e 6º quarteirões) solicitaram a demarcação das suas posses. Nesta seção eles foram registrados na categoria de “morador” e destituídos da categoria de “índio”. Possivelmente, esses onze indígenas cujos sítios estavam erigidos em “terrenos reconhecidamente realengos” buscaram se valer da Lei de Terras a fim de garantir o direito sobre as suas posses. Pois os pequenos posseiros recorrentemente se valeram da Lei de Terras na busca de salvaguardar o direito sobre as posses, em razão da disposição legal em discriminar as terras públicas das privadas, o que implicava na possibilidade de regularização das posses feitas em terras devolutas, conforme observou Motta, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2008, p. 229.

52. Conforme informa o Documento analisado, o *distrito* de Una era *termo* da vila de Ilhéus. No âmbito da organização político-territorial e jurídica do Brasil imperial, o *termo* correspondia ao total da extensão territorial de uma vila, ou seja, a sede e as suas cercanias; já os *distritos* eram unidades administrativas dentro dos limites territoriais da vila e a ela subordinadas juridicamente (Paula; Almeida, 2016). O escrivão de polícia João Caetano Quadros informava que o distrito de Una se encontrava dividido em seis quarteirões, a referência à unidade de quarteirão provavelmente tem a ver com a atuação da instituição policial no processo de formação do Estado imperial. O exercício policial foi orientado pelo Código de Processo Criminal, de 1832, que criou categorias com atividades específicas, dentre elas a figura do *inspetor de quarteirão* – nomeado pela Câmara e subordinado ao juiz de paz da vila –, seu papel precípuo era garantir a ordem pública (Soares, 2017).

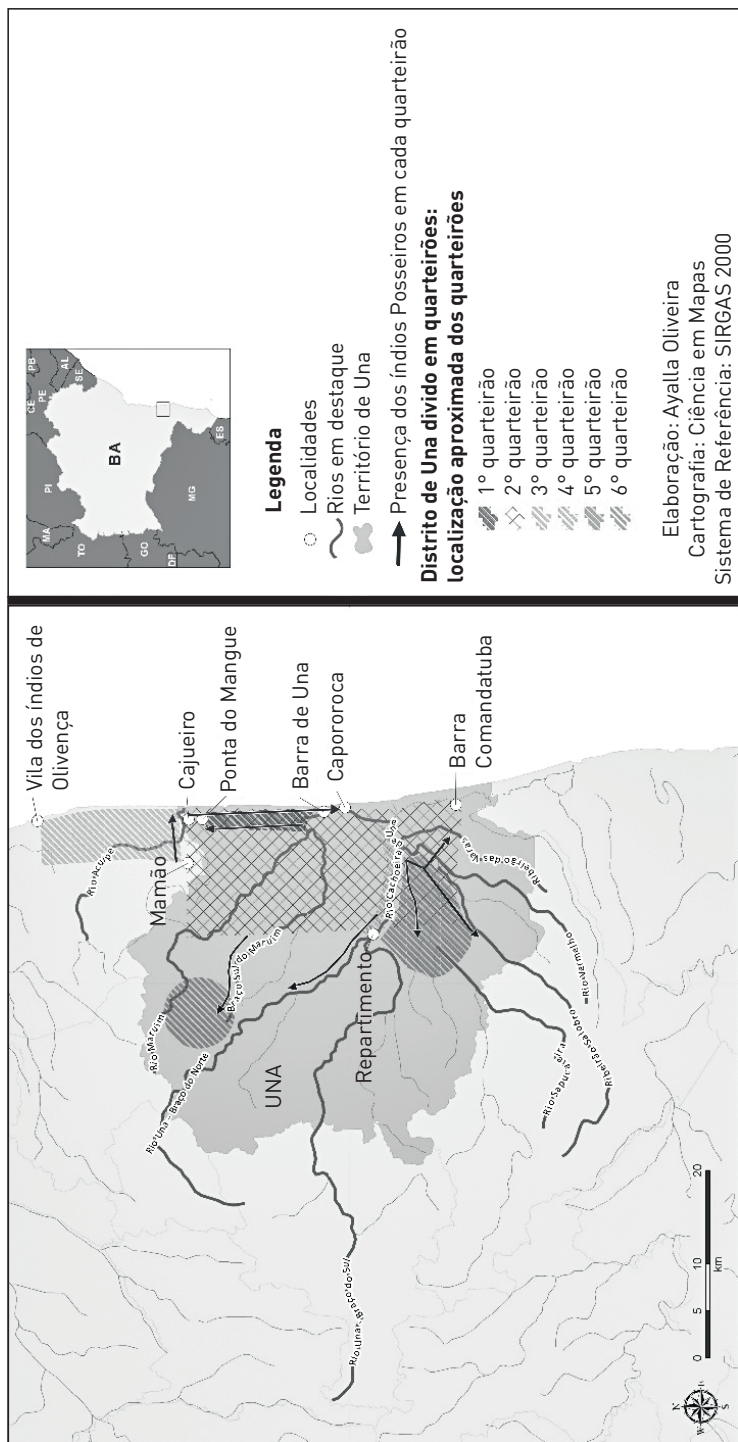


Figura 1. Quarteirões do distrito de Una, 1854

Fonte: Elaboração própria, com base na documentação administrativa consultada no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb).

O primeiro quarteirão, dos seis existentes, compreendia a parte mais habitada do distrito de Una, onde se situava Santo Antônio, capela da povoação que havia sido anexada à freguesia de Olivença, quando esta passou à condição de vila. Iniciava-se na parte do norte da Barra de Una e terminava no lugar denominado Ponta do Mangue.⁵³

A maior parte das posses desse quarteirão era modesta, composta de terrenos com casas cobertas de palha e outras de telha, um total de 39 casas. Florinda, viúva, estava instalada na parte de ocupação mais antiga do quarteirão cujos moradores tinham terrenos maiores, com casas e cultivos. Florinda tinha naquela localidade um terreno de 30 braças quadradas no qual estava localizada a sua casa e uma plantação de coqueiros. Essa parte do primeiro quarteirão também era ocupada com casas de aluguel e de negócios. Em outro extremo do primeiro quarteirão, a maior parte dos terrenos compreendia apenas a casa de moradia, sem quintal; era o caso dos terrenos de José Joaquim, Eugênio Francisco, Silvéria, e a de outra índia (nome ilegível). Os terrenos dos seus vizinhos não indígenas tinham as mesmas características e proporções, estavam ocupados com casas cobertas de palha, sem quintal, também casas ainda em construção.⁵⁴ Pode-se considerar que aquela povoação correspondia à parte relativamente urbanizada do distrito.

Os indígenas habitantes do primeiro quarteirão se encaixavam em duas das três já mencionadas categorias elaboradas por Viegas para se referir ao modo como os tupinambás de Olivença se relacionavam no território. Dessa forma, é possível considerar que alguns mantivessem dupla residência: na vila de Olivença e no distrito de Una; a maioria provavelmente se estabeleceu definitivamente fora da vila, para se esquivar dos “abusos e explorações” dos colonos e autoridades a que eram submetidos em Olivença. Os indígenas do primeiro quarteirão aparentemente trabalhavam para os colonos instalados naquela zona, tendo em vista que a maior parte possuísse apenas casa sem quintal e pelo histórico de que fossem contumazes jornaleiros. Pois, desde o século XVIII, a força de trabalho dos índios de Olivença ao sul da freguesia de Ilhéus era preferível em relação à dos africanos escravizados em razão da ameaça de ataques dos pataxós.⁵⁵

53. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juízes (1851-1859), maço 2397, 1854.

54. Idem.

55. Dias, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. 435f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007.

O segundo quarteirão do distrito também ocupava a faixa litorânea de Una. Como se pode notar no Mapa referido acima (Figura 1) este quarteirão se expandia até o limite legal da sesmaria dos índios de Olivença (limitada pelo rio Acuípe). A parte habitada desse quarteirão compreendia o lugar denominado Ponta do Mangue até o lugar de nome Cajueiro. As posses foram registradas do lugar denominado Cajueiro até a localidade de Capororocas. Quatorze posseiros, com plantações de coqueiros e outras lavouras, estavam estabelecidos naquela zona. Dentre os quais foram relacionados os índios Pedro Gomes, com 68 braças de terra; João Calisto, com 121 braças; José Alexandrino, com 36 braças; e José da Serqueira, com 50 braças de terra. Os índios dessa localidade cultivavam preferencialmente coqueiros.⁵⁶

Além da área de ocupação entre Cajueiro e Capororocas, mencionase que da Ponta do Mangue até o lugar chamado Mundéu, existiam “09 casas avulsas, sem quintal, por entre pés de coqueiros, cujos ocupantes [eram] índios”⁵⁷. Eram eles: Manoel Pereira, Luís José Antonio, José Antonio Mascarenhas, Delfina Maria, Manoel [Lazerido], Francisco Ignacio, Severiano de tal pardo (Severiano Francisco) e Pedro Archanjo do Rozario. Dentre os sítios dos índios localizados entre Ponta do Mangue e Mundéu registrou-se o tipo de cultivo apenas referente às terras de Pedro do Rozario, que tinha uma plantação com 200 pés de coqueiros em uma área de 45 braças, de José Mascarenhas e Francisco Ignacio, ambos tinham plantações com “alguns pés de coqueiros”.

Todos os indígenas naquela localidade residiam em casas [de taipa] cobertas de palha. Na memória atual dos tupinambás, a substituição das casas de taipa por casas de tijolos se deu pela administração municipal, a partir dos anos 1930, e é considerada como “movimento de despejo dos índios e ocupação da vila pelos brancos”.⁵⁸ Portanto, o modo de habitar em casa de taipas e palhas – mantido pelos tupinambás de Olivença até o século XX – era reproduzido pelos índios que escolhiam seguir suas vidas fora do perímetro do centro administrativo ou mesmo fora dos limites da vila de Olivença, mantendo as relações comunitárias. Possivelmente a maior parte dos índios dessa

56. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juízes (1851-1859), maço 2.397, 1854.

57. Idem.

58. Viegas, Susana de Matos. op., cit., p. 255-256.

localidade trabalhasse como jornaleiros no corte de madeira e na agricultura, modalidades de trabalho nas quais eles eram recorrentemente empregados na região.



Figura 2. “‘Casa isolada’ em Acuípe”. Foto: Susana Viegas, 1998
Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <http://bit.ly/2PvklPp>.

O terceiro quarteirão tinha início ao norte da Barra de Una, à margem sul do rio Acuípe, e limitava-se com o centro administrativo da vila dos índios de Olivença e o lugar denominado Mamão. Vale salientar que quase todo o terceiro quarteirão estava localizado dentro da sesmaria indígena (ver Figura 1). Daquele lugar até a costa, relatou-se haver onze índios estabelecidos com plantações de mandioca.⁵⁹

Diferentemente dos dois primeiros quarteirões em que o cultivo agrícola mais notável praticado pelos índios é o de coqueiros, no terceiro quarteirão o produto principal de cultivo pelos índios e não índios era a mandioca. Ainda em meados do século XVIII, sesmeiros compartilhavam com os índios de Olivença pontos da zona entre os rios Acuípe e Cachoeira de Una cujos índios eram responsáveis por grande produção de farinha de mandioca.⁶⁰ Portanto, além de indispensável

59. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juízes (1851-1859), maço 2.397, 1854.

60. Dias, Marcelo Henrique; Araújo. Girleane Santos. Op., cit., 2016, p. 218.

mão de obra local, os índios participavam intensamente do comércio de farinha (e outros produtos).

O que estamos interessadas em demonstrar aqui, é que o processo de expansão fundiário em Una, durante o século XIX, correspondia a uma realidade fronteiriça móvel entre Una e Olivença, nos termos de Laura Muñoz, para quem se deve entender a fronteira como um “espaço onde dois mundos se tocavam pela colonização [...], pelo intercâmbio [...], [no qual] seu caráter de fronteira excedeu o de uma linha divisória e se converteu, melhor, em uma área ampla, variável e complexa, de contatos, cruzamentos e mesclas”.⁶¹ Em outras palavras, a fronteira geográfica entre a sesmaria indígena e as sesmarias e posses não indígenas, naquela região e época, se converteu em espaço de trânsitos e certamente negociações entre o mundo dos indígenas aldeados/vilados e dos não indígenas. Mais ainda, os “índios posseiros” foram forjados na intensidade e improviso do contato, fenômeno que Mary Louise Pratt denomina de “zona de contato”.⁶²

O quarto quarteirão compreendia todo o rio Cachoeira. O rio Cachoeira ou rio Cachoeira de Una correspondia a parte do rio Una caracterizado por intensas corredeiras de água que formavam cachoeiras na confluência entre os seus braços: Rio Braço do Sul do Una e Rio Braço do Norte do Una.⁶³ A extensão do rio Cachoeira é identificada como o núcleo de ocupação territorial mais antigo daquela região, pelo fato de se configurar em região de antiga disputa pela terra e nela estarem localizadas as sesmarias que viriam a ser objeto de partilha entre os respectivos herdeiros.⁶⁴ Desse modo, no relatório referente ao quarto quarteirão, se deu atenção privilegiada às sesmarias ali existentes. Segundo o mesmo relatório, existiam duas sesmarias ao norte e uma sesmaria ao sul do rio Cachoeira de Una.

A primeira sesmaria ao norte pertencia aos herdeiros do seu terceiro possuidor, José Antônio Ferreira, da cidade da Bahia [Salvador]. As terras da sesmaria de Antônio Ferreira limitavam com as posses de dezoito sítiantes: “seguinto rio acima, sua frente vai até a 5ª caxoeira denominada

61. Muñoz, Laura. Bajo el cielo ardiente de los trópicos: Las fronteras del Caribe em el siglo XIX. In: *Fronteiras: Paisagens, personagens, identidades*. Gutiérrez, Horácio; Naxara, Márcia R. C.; Lopes, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: Enesp, São Paulo: Olho d'Água, 2003, p.55. Tradução livre.

62. Pratt, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

63. Dias, Marcelo Henrique; Araújo. Girleane Santos. Op., cit., 2016, p. 229.

64. Ibidem.

Sequeiro Grande. Dahi para cima até o lugar denominado Repartimento achão-se 18 posseiros situados em terras públicas”. Dentre os posseiros situados nesse lugar está o nosso já conhecido Luiz Borges, juntamente com os índios João Mendes, Francisco Gonçalves, Sebastião Barbosa, Zeferino Antônio e José Antonio do Bomfim. Esses indígenas tinham como vizinhos o inspetor Manuel Florêncio Lima, o pardo José Caetano e dois estrangeiros: o francês André Marvell e o alemão Balsca [Balso Prene]. Conforme o relator observou, esses posseiros ocupavam uma extensão contígua de “3 quartos de légua” interrompida apenas por pequenas faixas de “mata grossa” que os referidos posseiros haviam deixado para servir de divisa entre os seus sítios. Mais três índios, que “trabalhavam juntos”, estavam instalados no lugar denominado Repartimento, ponto de encontro entre os braços do rio Una (Braço Sul e Braço Norte).⁶⁵

Naquelas localidades, tanto eles podiam ter escolhido obter e cultivar terras de forma coletiva quanto podiam ter estabelecido suas posses com moradia individual e fazer uso comum da terra ou, ainda, se organizar comunitariamente para o trabalho, mantendo roças individuais. Isso, porque, em quase todos os quarteirões, os índios reproduziam as suas relações coletivas, mesmo participando do processo de apossamento que tendia a ser uma prática individual de acesso à terra. Além disso, todos esses posseiros estavam estabelecidos entre a primeira e a segunda sesmaria do lado norte do rio Cachoeira de Una. Portanto, os sitiantes indígenas, ou parte deles, provavelmente já estivessem com suas roças e residências nessas localidades, quando as sesmarias ali existentes foram concedidas aos seus concessionários, com os quais estabeleceram vizinhança.

É importante salientar que as autoridades consideravam positivo e desejável, os índios participarem da frente de expansão da ocupação, a exemplo de Ferradas. Em fins dos anos 1850, o aldeamento de Ferradas se encontrava abandonado administrativamente, ocasião na qual, uma autoridade de Ilhéus reportou-se ao presidente da província, informando que os índios estavam abrindo sítios fora do perímetro do aldeamento. Ela pediu que o presidente mantivesse o aldeamento em funcionamento em vista da importância da mão de obra dos camacãs aldeados de Ferradas alertou, porém, que o presidente não julgasse tal deslocamento inconveniente, por certo, porque aquela prática auxiliaria no processo

65. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juízes (1851-1859), maço 2397, 1854.

de ocupação e desejado desenvolvimento regional.⁶⁶ Dito de outra maneira, em contexto do espólio do patrimônio territorial dos indígenas, a sua participação nas frentes de expansão da ocupação, de forma individual, era mais que aceitável, era incentivada por autoridades locais e particulares, porque, o processo de desamortização das terras dos índios iniciado com a promulgação e regulamentação da Lei de Terras de 1850, objetivou suprimir apenas o domínio e uso coletivo da terra.⁶⁷

Dito isto, acima dos terrenos dos índios referidos, na margem norte do rio Cachoeira estavam situados mais seis posseiros, no lugar denominado Garapas, estes divisavam com o sítio do Frances Andre Marvell, que na distância de uma légua se comunicava com a casa do pardo Custódio. Este era local de uma antiga casa de farinha do índio Pedro Gomes, personagem mencionada anteriormente como moradora do segundo quarteirão. Fica evidente, mais uma vez, o quanto as relações étnico-sociais eram estreitas: sesmeiros, índios, estrangeiros, pessoas ex-escravizadas ou seus descendentes estabeleciam relações de trabalho, vizinhança e comércio.⁶⁸

No quinto quarteirão, que se estendia do lugar chamado Pau do Cedro ao Ribeirão Salobro, estavam instalados vários sítios de indígenas estabelecidos em terras de três sesmarias abandonadas por seus concessionários. A primeira sesmaria limitava-se com a sesmaria de José Carvalho Lessa, referido no quarto quarteirão, e se estendia até o lugar denominado Sapucaieira. A sesmaria pertencia a Antônio Ribeiro da Silva e havia mais de 20 anos que ela se encontrava em abandono. Em seus terrenos se estabeleceram estrangeiros e índios com as suas roças e fazendas:

66. Silva, Ayalla Oliveira. *Camacãs, pataxós e botocudos no sul da Bahia: indigenismo, colonização e etnopolítica (1850-1879)*. Orientadora Vânia Maria Losada Moreira. 2020. 317f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020, p. 38.

67. Pois se acentuou uma política liberal, em prática desde a Independência, que envolvia um processo de mão dupla: a promoção da deslegitimação das identidades étnicas coletivas e expropriação das suas terras comunais. Tal política foi consolidada com a lei n. 1.114, de 1860. Como Vânia Moreira verificou, a nova lei permitia, de um lado, a privatização das terras coletivas dos índios, por meio do aforamento e venda; de outro, a concessão de parcelas individuais de terras àqueles que se mantivessem reconhecidos como “índios” pelas autoridades competentes. Portanto, a expropriação dos direitos indígenas se dava no plano coletivo e não individual: Moreira, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidadanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, jul./dez., 2012.

68. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juízes (1851-1859), maço 2397, 1854.

Em cujos terrenos achão-se sitiados e afazendados os estrangeiros Carlos Sinffrin [Schirimpf] e o seo sócio, Militar, com serraria de taboados finos para caixas de charutos. Abaixo deste existe a fazenda de cacau pertencente aos herdeiros de Jorge Conrado Fuchs, logo abaixo o portuguez Manoel Cardoso Machado, lavrador de mandiocas e para cima dos primeiros estão situados alguns índios em numero de 6 a 8.⁶⁹

A segunda sesmaria fazia limite com a anteriormente citada e especulava-se pertencer aos herdeiros de José da Costa de Carvalho, um ex-construtor do arsenal da Marinha. Em suas terras estavam estabelecidas algumas posses de razoável porte, tais como as de membros da família Fuchs: posse de 500 braças com três mil pés de cacau, pertencente à sobrinha de Jorge Dória Fuchs, de quem ele era tutor; também o alemão Pedro Mendes e Antonio Francisco Moreira estabelecidos com diversas plantações. “Entre estes principais posseiros estão situados alguns Índios em número de 8, athé o Ribeirão Salobro aonde pela parte de baixo finaliza a dita Sesmaria”.⁷⁰

Diferentemente do quarto quarteirão, no qual os índios tinham seus sítios limitados às sesmarias estabelecidas naquelas localidades, no quinto quarteirão os seus sítios estavam instalados nas terras das sesmarias abandonadas ou em situação irregular, conforme a legislação agrária vigente. Pois sequer se sabia a quem de fato pertencia a segunda sesmaria, apenas especulava-se que ela pertencia aos herdeiros de José da Costa Carvalho.

É importante salientar que os indígenas foram referidos na cifra dos “principais posseiros” daquela faixa entre o ribeirão Salobro e Sapucaieira. Este é um dado muito significativo para pensar as relações sociais ali estabelecidas, bem como os protagonismos indígenas. Se os indígenas faziam parte do rol dos “principais” ocupantes da zona entre o Rio Salobro e Sapucaieira, no quinto quarteirão, cujos vizinhos eram estrangeiros posseiros que ocupavam as sesmarias em abandono e as herdeiras das sesmarias pertencentes ao quarto quarteirão, era de se esperar que todos travassem relações entre si. Certamente isso impactou os modos de vida dos “principais posseiros” da região. Apesar disso, eles permaneciam se identificando como índios e mantendo modos comunitários de vivência e trabalho.

69. Idem.

70. Idem.

No relatório do quinto quarteirão consta ainda que havia uma terceira sesmaria. Ao que tudo indica ela pertencia a José Pereira de Araújo Costa, em cujas terras se estabeleceram nove a dez índios, com plantações de mandioca. O principal tipo de cultivo manejado pelos índios no quinto quarteirão era a mandioca, voltada ao fabrico do beiju e de vários alimentos e, sobretudo, da farinha. O testemunho de Viegas, quando do seu estudo etnográfico entre os tupinambás de Olivença, demonstra bem a importância da fabricação da farinha entre eles: “em Sapucaieira, os Tupinambá de Olivença dedicam-se de forma particularmente intensa ao cultivo da mandioca [...]. A farinha de mandioca produzida em Sapucaieira é reconhecida regionalmente, como pude diversas vezes constatar, por exemplo, através do sucesso da sua venda nas feiras de Ilhéus”.⁷¹ Já os imigrantes estrangeiros estabelecidos no quinto quarteirão estavam ocupados também em cultivar cacau, produto que já integrava a economia de exportação da Bahia, na segunda metade do século XIX.⁷²

No sexto e último quarteirão que compreendia os rios Maruim e Braço do Sul do Maruim, se achavam “situados 16 moradores com posses e casa habituais até a 1ª pancada do dito rio”, dentre eles, 3 índios: Manoel José Cardoso, João Felix, Januário Bento.⁷³

Em detrimento da tentativa do governo da Província em avaliar a situação agrária e regulamentar a posse da terra, a continuidade da prática do apossamento se deu de forma privilegiada, no sul da Bahia, até o final do Império, como testemunhou, em 1888, o engenheiro Miguel de Ferreira Argolo, designado pelo governo, para verificar quais as terras devolutas da Província eram apropriadas à colonização:

Entre os proprietários e fazendeiros alguns há, se não a maior parte, que invadiram as terras do Estado, estabeleceram seus domicílios e suas lavouras sem que tivessem, se quer solicitado a compra dos terrenos que ocupam. Outros tantos exibem títulos adquiridos por meios ilegais e com os quais alardeiam ter illesos os seus pretensos direitos. Consequentemente poucos tem títulos de posse ou são proprietários legitimados e devidamente legalizados.⁷⁴

71. Viegas, Susana de Matos. Op., cit., p. 34.

72. Mahony, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics, and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Dissertation (Doctorate in Philosophy) - Yale University, New Haven, 1996.

73. Apeb: Seção colonial e provincial, série justiça, correspondência recebida de juizes (1851-1859), maço 2.397, 1854.

74. Apeb: Seção colonial e provincial. Argolo, Miguel de Ferreira: Relatório/Terras Públicas e Colonização (1874-1889). Maço 4850.

Apesar da constatação de Miguel Argolo, a tolerância das práticas ilegais de apossamento de terras era evidente, participando desse processo pequenos lavradores, sitiantes, pessoas ex-escravizadas, migrantes e imigrantes pobres e indígenas. Todos elaboraram formas de luta e permanência na terra e, “aos trancos e barrancos”, conseguiram construir alternativas para continuar tendo acesso à terra e nela viver relativamente conforme as suas escolhas.⁷⁵

Foi nesse processo de contínuo e flagrante avanço ilegal sobre as terras do Estado, de avanço dos colonos – com a anuência das autoridades – sobre os patrimônios territoriais dos índios, que os indígenas foram alçados pelas autoridades à condição de posseiros em Una. Contudo, se aqueles homens e mulheres tomaram para si tal categoria e lugar social, eles igualmente continuaram se identificando como “índios” e reproduzindo suas sociabilidades e organização para o trabalho fora do alcance das autoridades da vila. Além do mais, a prática de abrirem sítios fora do perímetro do antigo aldeamento jesuítico tornado vila demonstra que os limites legais impostos a eles não os inibiram na busca de novas terras para eles e suas famílias. Ao se apresentarem às autoridades na condição de índios, o faziam para afirmar a legitimidade do seu direito sobre o território, pois o antigo aldeamento havia sido convertido por eles em um espaço mais elástico e fluido do que a demarcação da sesmaria oficial.

Considerações finais

Embora analisados a partir de realidades geográficas e contextos sociopolíticos distintos, os indígenas aldeados/vilados do Espírito Santo e do Sul da Bahia têm em comum o fato de buscarem garantir, na experiência da diáspora, a manutenção da sua liberdade e autonomia em relação às autoridades públicas. Liberdade e autonomia frágeis, é certo, pois estar na realidade da diáspora não impediu que Manoel Ribeiro fosse encontrado pelas autoridades que realizavam o recrutamento forçado e tampouco livrou os tupinambás das violações dos seus direitos, ao integrem a fronteira Olivença-Una.

O nosso objetivo neste capítulo foi demonstrar como as diferentes modalidades de violência exercidas sobre as comunidades indígenas ressocializadas em aldeamentos e vilas forçavam a diáspora, exigiam

75. Motta, Marcia M. Menendes. Op., cit.

dos indígenas novas estratégias de vida e terminaram desembocando na formação de um campesinato indígena no Espírito Santo e no Sul da Bahia, nem sempre reconhecidos em sua dimensão de grupos étnicos impactados pela violência, expropriação etc. Nossa investigação voltou-se menos para a ação de dominação do Estado, pois o objetivo era explorar as estratégias e protagonismos dos indígenas diante de realidades impostas. Eles buscaram adaptar-se e moldar-se frente aos novos desafios, o que não significava dizer que haviam se dobrado ao mando das autoridades ou dos particulares. Ao assumirem a condição de “homens lavradores e honrados” ou de “posseiros e moradores”, o faziam a fim de garantir a autonomia em relação ao uso da terra e do seu trabalho, com o fito de garantir a liberdade pessoal e familiar em novos contextos sociopolíticos e econômicos.

Na diáspora, os casos do Espírito Santo e do Sul da Bahia também demonstram que as respostas e o protagonismo dos indígenas podiam variar bastante. Assim, a estratégia de não apenas fugir da vila indígena de Nova Almeida, mas também de esconder a própria condição de índio, tal como sugere o caso do “cidadão” e “lavrador” Manoel Ribeiro, em nada é igual aos dos indígenas de Una. Os posseiros indígenas de Una, a despeito de toda a pressão direta e indireta, continuaram reproduzindo relações comunitárias, mesmo estando inseridos na lógica do apossamento familiar na frente de expansão da fronteira de ocupação.

Para concluir, vale lembrar que Susana Viegas escreveu sobre o modo de habitação dos tupinambás e demonstrou que eles se organizam preferencialmente em “unidades compostas de residência”, denominadas por eles de *lugares*. O lugar é “constituído por diversas casas que mantêm entre si relações simultâneas de dependência e independência”.⁷⁶ Em estudo sobre a Serra do Padeiro, aldeia que integra a Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença⁷⁷, Daniela Alarcon

76. Viegas, Susana de Matos. Op. cit., p. 75-76.

77. A vila de Olivença foi extinta administrativamente em fins do século XIX sob o subterfúgio de ali não restar traços de vida “propriamente indígena”. No ano 2000, a Funai recebeu formalmente dos tupinambás a requisição da sua identificação étnica (Idem, p. 18; 23). Os tupinambás de Olivença foram reconhecidos etnicamente pela Funai em 2001, quando se instaurou o grupo técnico para o levantamento do território. O relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, com extensão de 47 mil hectares, foi publicado no Diário Oficial da União em 2009, desde então tal processo aguarda no Ministério da Justiça a assinatura da portaria declaratória para a conclusão da demarcação da TI. Os indígenas, entretanto, desde 2004 ocupam o território localizado entre os municípios de

confirmou o que já havia sido observado por Viegas. Em diversas localidades da TI, denominadas de “comunidades”, “encontram-se conjuntos de casas mais ou menos dispersos” que, no entanto, se integram de forma dinâmica ao território.⁷⁸ Segundo seu Zé Sergipano, um dos seus interlocutores, o território era composto por muitas roças pequenas que conformavam uma grande roça.⁷⁹ Em outras palavras, a atual TI de Olivença integra várias localidades que foram palco das experiências dos índios posseiros em Una (Acuípe, Mamão, Cajueiro, Sapucaieira etc.). A experiência dessas pequenas comunidades se mantém na atual organização social de parte do território e guardam vínculos não apenas com o antigo aldeamento jesuítico tornado vila, mas também com o movimento e a experiência histórica protagonizada pelos indígenas no processo da sua dispersão no território ao longo do século XIX.

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do padeiro, Sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o diretório dos índios. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, ano 168, n. 437, p. 29-48, out.- dez., 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUDP, 1992.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial**. 435f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique; ARAÚJO, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 9, n. 1, jan./jun., 2016.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. **Diálogos** – Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.

Ilhéus, Buerarema e Una, pelo processo das retomadas. “As retomadas consistem em processos por meio dos quais coletividades indígenas recuperam áreas tradicionalmente ocupadas que se encontravam em posse de não indígenas”: Alarcon, Daniela Fernandes. *O retorno da terra*: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do padeiro, Sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019, p. 19.

78. Idem, p. 54.

79. Idem, p. 362.

LISBOA, Balthazar da Silva. **Annaes do Rio de Janeiro**, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d'El-Rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e Cia., 1835, v. VI.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Norte-Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAHONY, Mary Ann. **The world cacao made**: society, politics, and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919. Dissertation (Doctorate in Philosophy) - Yale University, New Haven, 1996.

MARCIS, Teresinha. **A “hecatombe de Olivença”**: Construção e reconstrução da identidade étnica-1904. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MENDES, Fábio Faria. A “lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1999.

MENDES, Fábio Faria. A “lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar, op. cit.; ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Org.). **Os senhores dos rios**.Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidadanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. **Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 8, jul./dez., 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Reinventando a autonomia**. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Os índios e a ordem imperial**. Brasília: CGDOC/Funai, 2005.

MOTTA, Marcia Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

MUÑOZ, Laura. Bajo el cielo ardiente de los trópicos: Las fronteras del Caribe em el siglo XIX. In: **Fronteiras**: Paisagens, personagens, identidades. GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: ENESP, São Paulo: Olho d'Água, 2003.

NAUD, Leda Maria Cardoso. Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822). **Revista de Informação Legislativa**, v. 7, n. 28, p. 437-520, out./dez. 1970.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. **Revista Travessia**, São Paulo: CEM, v. 9, n. 24, jan./abr., 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. **MANA** 27(1): 1-31, 2021.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 17, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. *In*: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio (orgs). **Os senhores dos rios**. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. *In*: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial**: 1808-1831. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Ordem Imperial e Aldeamento Indígena**: camacãs, guerens e pataxós no Sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2018.

SILVA, Ayalla Oliveira. **Camacãs, pataxós e botocudos no sul da Bahia**: indigenismo, colonização e etnopolítica (1850-1879). Orientadora Vânia Maria Losada Moreira. 2020. 317f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SOARES, Joice de Souza. Considerações sobre uma polícia preventiva: discursos políticos e a natureza da atividade policial no Brasil oitocentista. **Almanack (UNIFESP)**: São Paulo, n. 15, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VIEGAS, Susana de Matos. **Terra calada**: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

O TRABALHO MINEIRO DE POTOSÍ NOS MUNDOS DO TRABALHO INDÍGENA NA AMÉRICA COLONIAL HISPÂNICA, SÉCULOS XVI-XVII

Paula Cecília Zagalsky

Introdução

Este texto é produto da minha participação no painel de abertura do “VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho, na sessão intitulada *Povos indígenas e mundos do trabalho*”. O convite foi uma honra e um desafio ao tratar de um tema central da história colonial, cujo tratamento sintético envolve uma série de escolhas e recortes. Nesse sentido, apresentamos um quadro geral de instituições e diretrizes que enquadraram o trabalho indígena sob o domínio colonial na América hispânica e, particularmente, nos Andes. Em seguida, passamos a tratar de questões e problemas relacionados com o mundo do trabalho mineiro, especialmente o de Potosí (atual Bolívia) durante os séculos XVI e XVII. Por que é relevante indagar em particular sobre esse mundo de trabalho? Porque em um contexto em que os metais preciosos - ouro e prata - foram concebidos como fonte fundamental de riqueza e valor, e em particular durante o período 1580-1630, Potosí registrou 90% da prata produzida no vice-reinado do Peru e mais de 50% da prata produzida no mundo. Consequentemente, os trabalhadores que perfuraram o Cerro Rico de Potosí e processaram seus minerais e a organização desse mundo do trabalho constituíram elos fundamentais no início da globalização.

Os trabalhos indígenas no mundo colonial hispano-americano: algumas chaves gerais

Antes de nos concentrarmos no trabalho indígena relacionado à mineração de prata, nesta seção vamos nos deter em alguns elementos que nos ajudarão a delimitar geograficamente e localizar historicamente variáveis

e problemas associados ao trabalho indígena, em termos gerais, na América hispânica durante o período colonial. Vamos analisar sociedades que, desde os tempos pré-hispânicos, foram sociedades complexas, localizadas nos territórios nucleares dos vice-reinados da Nova Espanha e do Peru durante os séculos XVI e XVII. Dentro dessas estruturas espaciais e temporais, diferentes variáveis podem ajudar a analisar o trabalho indígena.¹

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que existiam instituições coloniais estabelecidas pela coroa que serviam para canalizar a extração de sobras e organizar o trabalho indígena, como a *encomienda* de índios, instituição nodal durante as primeiras quatro ou cinco décadas do período colonial, aproximadamente, nos territórios centrais de cada vice-reinado. A instituição da *encomienda* - entre outras coisas - concedeu ao *encomendero* o direito de cobrar impostos em espécie e em trabalho de um grupo humano. Essas unidades tributárias eram geralmente entidades sociopolíticas indígenas, que estavam sob o comando de uma autoridade política nativa (no caso andino, *curaca* ou *mallku*), responsável pelo cumprimento da obrigação coletiva de pagar impostos perante o *encomendero* ou a coroa. As formas e nomes dessas entidades sociopolíticas podem variar de acordo com as instituições pré-hispânicas locais existentes (*altépetl*, *guarangas*, chefias, entre outras). Na região de Charcas (atual Bolívia), durante as primeiras décadas coloniais, as divisões de índios foram estabelecidas a partir de unidades políticas (chefias). Inicialmente tinham um sentido fiscal, levando cada divisão a um grupo humano sob a autoridade de um chefe político nativo como unidade de tributação e organização do trabalho indígena, que ocupava um território não necessariamente contínuo e não concentrado. Ao longo das décadas, a instituição também foi adquirindo um sentido territorial/jurisdicional contínuo, assimilando significados castelhanos atribuídos ao espaço.

O sistema de tributos associado à *encomienda* também variou durante o primeiro século colonial. A princípio, os *encomenderos* exigiam dos grupos

1. Esta seção é uma síntese e é inspirada por numerosas obras que é impossível citar em detalhes. Incluímos apenas algumas referências seminais: Lockhart, James. *El mundo hispanoperuano 1532-1560*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982; Lockhart, J. *Los nahuas después de la conquista*. Historia social y cultural de los indios del México central, del siglo XVI al XVII. México: Fondo de Cultura Económica, 1992; Zavala, Silvio. *El servicio personal de los indios en el Perú*. México: El Colegio de México, 1978; Zavala, S. *El servicio personal de los indios en la Nueva España*. México: El Colegio de México, 1984; Assadourian, Carlos Sempat. La renta de la encomienda en la década de 1550: piedad cristiana y desconstrucción. *Revista de Indias*, XLVIII, 1988, p. 109-146.

encomendados tributos em trabalho e em espécie - inclusive metais - sem qualquer tipo de regulamentação ou controle. Num segundo momento, no final da década de 1540 e início da de 1550, a coroa passou a tentar a regularização do imposto devido, tornando as primeiras visitas de índios ao território, no caso peruano, uma espécie de censos para conhecer e registrar recursos humanos e produtivos, o que permitiria fixar listas ou alíquotas dos tributos que os *encomenderos* poderiam cobrar. Essas taxas ou listas de impostos continham principalmente bens (incluindo metais preciosos, em alguns casos). Com o passar do tempo, as taxas posteriores foram contendo o cálculo monetário dos bens em dinheiro, passando a exigir os impostos em bens e em dinheiro, variando amplamente, de acordo com as regiões e grupos indígenas. Na Cordilheira dos Andes, especialmente em suas áreas centrais, durante o governo do vice-rei Francisco de Toledo entre 1569-1581, passou-se a uma taxação tributária predominantemente monetizada, calculada a partir de um valor fixo multiplicado pelo número de contribuintes, ou seja, homens entre 18 e 50 anos. Segundo as interpretações vigentes, essa generalização do pagamento de tributos em dinheiro obrigou os grupos indígenas a ter vínculos mais estreitos e incontornáveis com o mercado: inserindo-se de forma definitiva e afinada nas relações de trabalho comercializadas e nas trocas comerciais.²

No final da década de 1560, num contexto em que se debatia a continuidade da *encomienda*, a coroa, por um lado, acabou por se inclinar a não permitir a sua perpetuidade, o que significava que, com a morte dos *encomenderos* nas áreas centrais do Vice-reino, as *encomiendas* voltaram à coroa, passando esses grupos a tributar o Tesouro Real. Por outro lado, a coroa instituiu os *corregimientos* indígenas, instituição jurisdicional que abrangia várias divisões indígenas, sob a autoridade de um oficial do rei, o *corregidor*, encarregado de administrar a justiça e cobrar impostos, entre outras funções. Assim, no contexto do declínio da *encomienda*, a coroa visualizou os *corregimientos* e os *corregidores* como elementos que seriam centrais na dinâmica social, política, judicial e fiscal com os grupos indígenas, contando também com as autoridades nativas como articuladores significativos, juntamente com os membros dos novos conselhos instituídos na mesma década nas cidades indígenas, que tiveram graus de relevância diversos, conforme o caso.

2. Assadourian, Carlos S. La despoblación indígena en Perú y Nueva España durante el siglo XVI y la formación de la economía colonial. *Historia Mexicana*, v. 38; 3, p. 419-453, 1989.

Voltando às décadas anteriores a 1560, devemos notar que, de forma complementar à *encomienda*, também se recorreu a instituições indígenas, que, em alguns casos, eram de origem pré-hispânica, embora reformuladas e readaptadas aos novos tempos. Como indicamos, as relações de trabalho que envolviam os indígenas, em grau crescente, eram mediadas por uma série de instituições e agentes de tipo estatal e por autoridades nativas.

Dito isso, devemos lembrar que no século XVI e na primeira metade do século XVII, uma parcela menor das relações de trabalho praticamente não era mediada pelo Estado e abria a possibilidade de vínculos mais diretos, como os que passaram a existir entre proprietários de terras e indígenas.

Assim, por um lado, temos a instituição do tributo indígena, que numa primeira fase será um tributo sem limites e muito diverso, em espécie e em dinheiro, e progressivamente será exigido principalmente em dinheiro, calculado individualmente, mas sempre entregue de forma coletiva pelas autoridades nativas, desde a década de 1560, a funcionários da coroa. Os tributos, este excedente da produção indígena, nas primeiras décadas foram canalizados através da instituição da *encomienda*, sendo a maioria deles *encomenderos* privados, embora uns poucos e muito valiosos fossem *encomiendas* reais. Por volta dos anos 1560, e depois de muitas dúvidas e debates, a coroa acabará por se inclinar a não permitir que as *encomiendas* sejam perpétuas e fechará assim as portas à possibilidade de erguer um poder autônomo, do tipo feudal. E é então que, nas áreas centrais desses territórios, a *encomienda* vai perder força porque não pode ser transmitida à próxima geração. A partir daí, os tributos serão direcionados para as Caixas Reais, para a Coroa, e em paralelo é criado o cargo de corregedor, que entre outras funções terá o controle sobre a arrecadação dos tributos. Essas instituições e a apropriação do excedente vinculado aos impostos serão possíveis pelo papel articulador que desempenharam as autoridades indígenas nativas, com papel fundamental na estruturação e organização do trabalho indígena, seja ele vinculado ao tributo ou a outras formas de extrativismo excedente.

Outra chave analítica para investigar os mundos do trabalho está ligada à análise das relações de trabalho. Nesse sentido, por um lado, as relações assalariadas existiam - muito antes do que se costuma acreditar, principalmente nas áreas urbanas. Muitos autores tendem a pensar nes-

ses tipos de relacionamento em termos contemporâneos de liberdade e individualização, mas, na prática, eles envolviam vários graus de coerção e força e eram frequentemente articulados coletivamente e mediados pelas autoridades cacicais. Aqueles que ingressavam em relações assalariadas por contrato, ao mesmo tempo, eram tributários indígenas vinculados às suas comunidades, embora uma parte fossem pessoas que se estabeleceram em centros urbanos e ali permaneceram, em alguns casos cortaram os laços com seus grupos de origem. Depois temos situações servis, um tecido de laços mais individualizados e de dependência pessoal, que nos Andes estavam associados a instituições que existiam antes da conquista, como a dos *Yanaconas*, que eram pessoas totalmente separadas de suas comunidades de origem e que estabeleceram relações pessoais de dependência, com graus variáveis de liberdade e condições de vida.³ Por outro lado, localiza-se o trabalho compulsório ou forçado, que na maioria das vezes implicava um salário, embora insuficiente para a reprodução do trabalho. Isso inclui a instituição da *mita* que iremos recuperar para o caso Potosí, mas também outras instituições que envolveram a mediação de funcionários da coroa (agentes do Estado) e autoridades nativas para a seleção, mobilização e cessão dessa força de trabalho a particulares. Esse tipo de relação era usado no Peru, a forma mais conhecida era a da *mita* e principalmente aquela que se voltava para a mineração de Potosí e Huancavelica, mas também servia para sustentar e fornecer mão de obra barata a outros ramos de atividade.

3. Na época pré-hispânica, os *Yanaconas* eram indígenas separados de seus *ayllus* e laços de parentesco de origem, servindo como servidores pessoais do estado, da elite inca e das autoridades políticas locais, com ocupações, origens e *status* sociais muito heterogêneos. Murra, John V. *La organización económica del Estado inca*. México: Siglo XXI, 1989. Os espanhóis utilizaram essa força de trabalho, primeiro associando-a a situações de escravidão e depois assimilando-a à de servos ou serventes. Houve *yanaconas* do rei, embora a maioria tenha passado para as mãos de particulares. A categoria dos *yanaconas* coloniais também teve um caráter fiscal: inicialmente excluídos de todos os tributos, a partir de 1566 foram obrigados a pagar um tributo significativamente inferior ao do resto da população indígena. Não eram obrigados a mudar de trabalho ou a *mita* Potosina, variáveis que explicam o crescimento da categoria na época colonial. Era uma categoria ambígua: teoricamente perto de condições não livres, na dinâmica colonial tendia a se tornar uma categoria fiscal e também operada por indefinições de etnias indígenas. Escobari De Querejazu, Laura. *Caciques, yanaconas y extravagantes*. La Sociedad Colonial en Charcas s. XVI-XVIII. La Paz: Plural-Embajada de España en Bolivia, 2001; Escobari de Querejazu, Laura. "Mano de obra especializada en los mercados coloniales de Charcas. Bolivia, siglos XVI-XVII". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2011; Gil Montero, Raquel; Oliveto, Guillermina; Longhi, Fernando. *Mano de obra y fiscalidad a fin del siglo XVII: dispersión y variabilidad de la categoría yanacona en el sur andino*. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 43, p. 59-93, 2015.

Na Nova Espanha, havia uma “divisão de mineração” que implicava a atribuição de indígenas forçados a migrar e trabalhar em alguns centros de mineração. As dimensões dessa mobilização do trabalho compulsivo foram, sem dúvida, menores que as do Peru, mas ainda assim importantes.⁴ Por fim, a instituição da escravidão, que envolvia indígenas, que no contexto da região de Charcas eram chamados de *piezas*: eram indígenas de sociedades não conquistadas que eram capturados em confrontos ou “entradas”, na fronteira porosa, e cuja escravidão foi justificada em termos de “guerras justas”.⁵

Outro elemento que nos permite investigar os mundos do trabalho é o tipo de atividade econômica envolvida (agricultura, pecuária, produção têxtil, produção artesanal, mineração), que também variou de acordo com o trabalho realizado nas cidades ou no campo. O trabalho também pode ser pensado a partir do tipo de unidade produtiva e das relações de produção e propriedade que ali se estruturavam.

As condições de trabalho às vezes tendiam a ser pensadas em termos binários de livre e não livre, mas poderíamos antes falar de todo um *continuum* de situações que variavam de graus maiores a menores de liberdade e coação. Nesse sentido, essas condições estão atreladas ao tipo de relação: assalariada, forçada ou compulsória, servil e escravidão. Como veremos, no caso de Potosí, as relações poderiam ser combinadas e alternadas. Até aqui chegamos com algumas das características e variáveis para pensar de forma geral sobre o trabalho indígena e possíveis recortes para sua conceituação.

4. Castro Gutierrez, Felipe. “La resistencia indígena al repartimiento minero en Guanajuato y la introducción de la *mita* en Nueva España”. *CLHR: Colonial Latin American Historical Review*, v. 11, n. 3, p. 229-258, 2002; Gavira Márquez, María Concepción. *Entiendan que desobedecen: estrategias de resistencia de la población indígena michoacana ante la coacción para el trabajo en las minas*. In: Ruiz Medrano, Carlos Rubén (coord.). *Los otros rebeldes novohispanos: imaginarios, discursos y cultura política de la subversión y la resistencia*. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2015. 73-99; Zagalsky, Paula C. y Povea Moreno, Isabel M. *Un mundo diverso: una panorámica sobre los trabajadores mineros coloniales a partir del análisis de casos en los virreinos de Nueva España y del Perú*. In: Barragán Romano, Rossana (coord. y comp.); Villanueva Rance, Amaru y Machicado Murillo, Cristina (orgs.). *Trabajos y trabajadores en América Latina (siglos XVI-XXI)*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2019.

5. Oliveto, Lía Guillermina. *Conceptualizar y contextualizar las campañas contra los chiriguanaes del oriente de Tarija en el siglo XVI. ¿Violencia justa? ¿Etnocidio? ¿Genocidio? Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, v. 27, n. 2, 2019.

O mundo do trabalho de mineração de prata: o caso da Vila Imperial de Potosí⁶

Antes de focar no mundo do trabalho de mineração de Potosí, oferecemos uma visão geral da produção de metais preciosos na América colonial para situar o papel de Potosí. A busca por metais preciosos foi um fator central na promoção do processo de exploração, conquista e dominação europeia do continente americano. Entre 1550 e 1800, os domínios americanos de Portugal e Espanha contribuíram para o desenvolvimento da economia global com mais de 80% da prata e mais de 70% do ouro produzidos no mundo.⁷ A tabela 1 oferece números conclusivos sobre o papel da produção americana de prata no contexto mundial e seus diferentes momentos.

	Prata			Ouro		
	XVI	XVII	XVIII	XVI	XVII	XVIII
Vice-Reino do Peru	57.1%	61.0%	32.5%	35.7%	60.1%	36.0%
Brasil					1.7%	44.1%
Vice-Reino da Nova Espanha	11.4%	23.4%	57.0%	3.4%	4.3%	4.8%
Porcentagem americana da produção mundial	68.5%	84.4%	89.5%	39.1%	66.1%	84.9%

Tabela 1. Porcentagem de prata e ouro americanos na produção mundial, 1500-1800⁸

6. Algumas das propostas aqui apresentadas retomam pesquisas anteriores. Zagalsky, Paula C. La mita de Potosí: una imposición colonial invariable en un contexto de múltiples transformaciones (siglos XVI-XVII; Charcas, virreinato del Perú). *Chungará*, v. 46, n. 3, p. 375-395, 2014a. Zagalsky, Paula C. Trabajadores indígenas mineros en el Cerro Rico de Potosí: tras los rastros de sus prácticas laborales (siglos XVI y XVII). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 12, p. 55-82, 2014b.

7. As informações nesta seção vêm de textos seminais sobre o assunto: Cross, Harry E. South American Bullion Production and Export, 1550-1750. In: Richards, J. F. (ed.). *Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern Worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983, p. 397-424; Garner, Richard L. Long-term silver mining trends in Spanish America: A comparative analysis of Peru and Mexico. *The American Historical Review*, v. 93, n. 4, p. 898-935, 1988; Bakewell, Peter J. La Minería en la Hispanoamérica Colonial. In: Bethell, L. (ed.). *Historia de América Latina*. 3. América Latina Colonial: Economía. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 49-91; Tepaske, John J. A New World of Gold and Silver. ed. Kendall Brown. Leiden: Brill, 2010; Hausberger, Bernd; Ibarra, Antonio. *Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda*. México: El Colegio de México, 2014.

8. Cifras retiradas de Cross, op. cit., p. 403.

Considerando todo o período colonial, a América produziu mais prata do que ouro. O Brasil foi a região da América Latina com a maior produção de ouro, especialmente durante o século XVIII. No que diz respeito à prata, observa-se que o Vice-Reino da Nova Espanha foi o maior produtor, mas deve-se notar que ocorreram dois ciclos de expansão: o primeiro entre 1570 e 1630 liderado pelo Vice-Reino do Peru e o segundo entre 1770-1800, dominado pelas minas novo hispanas. Potosí foi o maior produtor de prata do Peru e de toda a América Latina durante os séculos XVI e XVII, liderando o primeiro ciclo de expansão. Durante a segunda metade do século XVIII, o vice-reinado peruano alcançaria as cifras máximas da sua produção, mas já sem o papel protagonista de Potosí. No final do século XVIII, o volume da produção peruana foi amplamente superado pelo das minas da Nova Espanha, que registrou um crescimento espetacular entre as décadas de 1770 e 1810, com destaque para Guanajuato, então o maior produtor de prata da Nova Espanha e do mundo.⁹

Nos domínios de Portugal e Espanha, destacaram-se diferentes centros mineiros, de importância variável ao longo do período colonial. No território da Nova Espanha, dentro de um universo numeroso, destacaram-se Guanajuato, Zacatecas, Real del Monte e San Luis Potosí, todos centros produtores de prata desde o século XVI, embora tenham tido seus máximos picos de produção no século XVIII.

No território do vice-reinado do Peru destacou-se o Cerro Rico de Potosí, centro mineiro que desempenhou um papel central durante os séculos XVI e XVII, especialmente durante 1575-1630 quando suas Caixas Reais registraram 90% da produção total de prata peruana. A partir da década de 1630 e durante o século seguinte, importantes centros de mineração argentíferos começaram a brilhar no contexto peruano, embora sem atingir os níveis de Potosí ou os que a Nova Espanha apresentaria (Oruro, Carangas, San Antonio del Nuevo Mundo, Hualgayoc, Cerro de Pasco, Chachapoyas, Cailloma, Huantajaya, entre outros).

Potosí e seu mundo de trabalho de mineração

Esta seção enfoca o mundo do trabalho na mineração de prata de Potosí (na atual Bolívia), que apresentou um *continuum* de condições de

9. Brading, David A. *Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)*. México: FCE, 2012, 349.

trabalho, de formas mais para menos livres, que coexistiram, ou mesmo agiram em combinação, para mover essa grande máquina que fez de Potosí um dos maiores produtores de prata do mundo. Para enfrentar esse mundo do trabalho e sua diversidade, vamos nos deter nos sujeitos do trabalho, suas etnias, gêneros, origens e condições fiscais; os tipos de trabalhos realizados; a existência de remunerações e salários e os pagamentos efetivamente efetuados; as formas coercitivas que operavam sobre os trabalhadores; as conexões entre os sistemas de trabalho “livre” com os sistemas “não livres”, e os possíveis deslocamentos entre formas concretas que os trabalhos de mineração adotaram e para investigar seus significados e amarrá-los a uma interpretação historicamente situada.

Localizada a 4.000 metros acima do nível do mar, a Villa Imperial de Potosí desde seus primórdios em 1545 fazia parte do território do Vice-Reino do Peru até 1776, quando então passou a fazer parte da jurisdição do Vice-Reino do Rio da Prata. O centro de mineração estava localizado a distâncias significativas - pouco mais de dois mil quilômetros - das capitais do vice-reinado, Lima e Buenos Aires, bem como do centro fornecedor de mercúrio, Huancavelica. Além disso, essas distâncias eram jornadas complexas, pois eram atravessadas por cadeias de montanhas e vales. No início do século XVII, durante seu pico produtivo, Potosí era uma das cidades mais populosas do mundo ocidental. As estimativas são variáveis, mas oferecem cifras que variam entre 120 e 200 mil habitantes (situação comparável à de Sevilha, Londres e Antuérpia).

Como outros centros de mineração no Peru e na Nova Espanha, Potosí dependia predominantemente da força de trabalho indígena, embora sujeitos com outras afiliações étnicas operassem nesse mundo do trabalho. Os afrodescendentes (escravos ou libertos) constituíam uma fração muito pequena da força de trabalho na mineração de prata (ao contrário do que acontecia com a mineração de ouro), sempre trabalhando na superfície e nunca no trabalho subterrâneo: nos engenhos ou refinarias, como artesãos (carpinteiros, fabricação de ferramentas) e, em alguns casos, serviram aos proprietários de minas como mordomos e administradores. Mestiços e espanhóis constituíam uma minoria: proprietários de minas, inquilinos, mordomos e funcionários encarregados da supervisão e da justiça nas minas. Vale ressaltar que evidências documentais datadas do século XVIII indicam que o universo dos mineiros, geralmente pensado como um mundo exclusivamente indígena, poderia

ter sido mais variado: além de indígenas, os documentos identificam mulatos, mestiços e até espanhóis.¹⁰ No que se refere ao trabalho indígena, sua organização se deu por meio de diferentes sistemas cuja importância variou ao longo do tempo, coexistindo em alguns casos: indígenas *encomienda*, escravidão indígena (principalmente nas primeiras décadas coloniais, as chamadas “*piezas*”), indígenas em regime de recrutamento forçado (*mita*) e trabalhadores assalariados “livres” (*mingas*).¹¹

No início da exploração colonial de Cerro Rico de Potosí (1545), tanto a organização da produção quanto o controle dos meios de produção estavam sob controle indígena, no que ficou conhecido como a etapa da *huayra* (vento), período que durou cerca de trinta anos, durante o qual o processamento do mineral extraído das profundezas das minas (de altíssimo teor) era realizado em fornos de fundição (*huayrachinas*) instalados nas encostas dos morros, e que eram alimentados pela combustão de lenha com os fortes ventos.¹² Desde o final da década de 1540, os *encomenderos* da região de Charcas, e mesmo de outras mais distantes, enviaram contingentes de seus indígenas tributários para Potosí, de maneira particular, com prazos e tarefas variáveis. Houve também a instalação de uma população crescente de *yanaconas* que durante toda a fase de *huayra* controlou, em grande medida, os meios de produção e as diferentes fases produtivas da mineração. Os garimpeiros *yanaconas* de Potosí extraíam prata para seus senhores, mas gozavam do direito de explorar as clareiras (descartes do material que se acumulava nas entradas dos buracos). Na década de 1560, além dos contingentes de tributários e *yanaconas* enviados por particulares, a coroa obrigou os indígenas *lupaca* - da margem sudoeste do lago Titicaca - a enviar quinhentos tributários por ano para realizar tarefas rotativas de mineração em Potosí.¹³ Na década de 1570, um novo sistema estatal de recruta-

10. Futuros trabalhos poderão revisitar a composição da força de trabalho da mineração em uma perspectiva de longo prazo, recuperando o problema até o século XVI.

11. Optamos por citar a condição “livre” dos trabalhadores assalariados coloniais para diferenciá-la das características contemporâneas do trabalho livre. A maior diferença entre os trabalhadores livres (*mingas*) e os trabalhadores forçados (*mitayos*) reside nos salários mais elevados dos primeiros e, em alguns casos, no tipo de trabalho dentro das minas, mas tendemos a pensar que as condições concretas de trabalho não diferiam tanto em outros aspectos centrais (duração dos dias, permanência semanal nas minas etc).

12. Cruz, Pablo; Vacher, Jean (comps). *Mina y metalurgia en los Andes del Sur*. Desde la época prehispánica hasta el siglo XVIII. Sucre: IRD-Ifea, 2008.

13. Barnadas, Joseph. Charcas. Orígenes Históricos de una Sociedad Colonial. La Paz: CIP-

mento de trabalho forçado foi consolidado: a *mita* colonial. Durante a década anterior, uma série de variáveis atuaram para produzir esse sistema. No contexto de uma coroa coberta por dívidas, a obtenção de metais preciosos era uma prioridade, enquanto naqueles anos a qualidade do mineral extraído em Potosí estava em queda. Por outro lado, no quadro do debate sobre a perpetuidade da *encomienda*, a pulseada acabaria por favorecer aos *encomenderos*, teoricamente reforçando o poder real, materializado no Vice-Reino numa rede de poder político fragmentado, de instâncias do vice-reinado, regional e locais. Neste contexto, o vice-rei Francisco de Toledo estabeleceu durante a década de 1570 um conjunto de políticas e medidas destinadas a atingir objetivos urgentes. Em primeiro lugar, para aumentar a produção de prata no Peru, que começava a declinar devido à extinção dos minerais de alto teor. Para tanto, introduziu o método de obtenção da prata a partir do amálgama do mineral com o mercúrio, deu início ao sistema de funcionamento da *mita* potosina e ordenou a construção de um sistema de lagoas artificiais cujas águas alimentavam os engenhos onde era processado o mineral.¹⁴ Durante o período estudado, o mercúrio usado em Potosí provinha das minas peruanas de Huancavelica, que eram monopólio da coroa. A extração desse mercúrio contou com o trabalho *mitayo* de indígenas de lugares próximos a Huancavelica (para se ter uma referência, por volta de 1620 os *mitayos* que ali se encontravam, forçados, eram por volta 2.200 pessoas). Em segundo lugar, buscou-se um controle mais rígido da população indígena (fiscal, social, re-

CA, 1973, p. 261-284; Assadourian, Carlos Sempat. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial. In: Florescano, Enrique (ed.). *Ensayos Sobre el Desarrollo Económico de México y América Latina (1500- 1975)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 237-249; Bakewell, Peter J. *Mineros de la montaña roja*. El trabajo de los indios en Potosí 1545-1650. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 65-70.

14. Lohmann Villena, Guillermo. *Las minas de Huancavelica en los siglos XVI y XVII*. Lima: PUCP, 1949; Cobb, Gwendolyn Ballantine. *Potosí y Huancavelica: Bases Económicas, 1545-1640*. La Paz: Banco Minero de Bolivia, 1977; Contreras, Carlos. *La ciudad del mercurio, Huancavelica, 1570-1700*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982; Robins, Nicholas. *Mercury, Mining and Empire: The Human and Ecological Cost of Colonial Silver Mining in the Andes*. Bloomington: Indiana University Press, 2011; Brown, Kendall. W. *The History of Mining in Latin America: From the Colonial Era to The Present*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2012; Povea Moreno. Isabel M. *Minería y reformismo borbónico en el Perú*. Estado, empresa y trabajadores en Huancavelica, 1784-1814. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Banco Central de Reserva del Perú 2014; Bakewell, op. cit, 1989; Cole, Jeffrey A. *The Potosí Mita, 1573-1700: Compulsory Indian Labor in the Andes*. Stanford: Stanford University Press, 1985.

ligioso, espacial e político) por meio de um processo de concentração (“redução”) da população indígena nas cidades, segundo parâmetros europeus, rompendo o antigo padrão de assentamento disperso, estabelecendo novas diretrizes socioculturais e políticas.¹⁵ Outra medida estratégica do vice-rei Toledo foi a monetização quase total do sistema tributário, fixado *per capita* sobre os homens adultos (18 a 50 anos), mas cuja responsabilidade pelo pagamento recaiu sobre as autoridades indígenas das jurisdições fiscais coloniais básicas (repartição dos indígenas). O tributo monetizado era uma receita cada vez mais controlada pela Fazenda Real, ao mesmo tempo em que favorecia o aumento da participação indígena nas relações mercantis (oferecendo sua produção no mercado, trabalhando em troca de dinheiro, em relações de natureza tanto “livres” como coercivas).

A abertura da chamada fase de mercúrio significou a concentração quase total dos meios sociais de produção nas mãos dos espanhóis, a excepcional expansão da escala de produção e o aumento da demanda de força de trabalho. Foi então que se consolidou o sistema de recrutamento de trabalho forçado (*mita*), que coexistia em Potosí com outras formas de trabalho assalariado, menos coercitivo e mais voluntário, como o das *mingas* e o dos *yanaconas*. Segundo algumas estimativas, no início do século XVII, no pico da produção, a proporção teria sido de 70% do trabalho assalariado voluntário e 30% do trabalho compulsivo.¹⁶ Embora o sistema *mitayo* implicasse um contingente de mão-de-obra quantitativamente menor do que o voluntário, a *mita* teve um papel decisivo por

15. Sobre o processo de redução de Toledo, há uma bibliografia muito extensa e rica. Limitamo-nos a citar aqui apenas alguns trabalhos pioneiros e outros mais recentes: Gade, Daniel. Reflexiones sobre el asentamiento andino de la época toledana hasta el presente. In: Moreno Y., Segundo; Salomon, Frank (comps.). *Reproducción y transformación del asociativismo andino, siglos XVI-XX*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1991, v. 1, p. 69-90; Málaga Medina, Alejandro. Las reducciones toledanas en el Perú. In: Gutiérrez, Ramón (coord.). *Pueblos de Indios. Otro urbanismo en la región andina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 263-316; Saignes, Thierry. Lobos y ovejas. Formación y desarrollo de los pueblos y comunidades en el sur andino (Siglos XVI-XX). In: Moreno Y., Segundo; Salomon, Frankop. op. cit. p. 91-135; Zagalsky, Paula C. El concepto de “comunidad” en su dimensión espacial. Una historización de su semántica en el contexto colonial andino (siglos XVI-XVII). *Revista Andina*, n. 48, 2009, p. 57-90; Mumford, Jeremy. *Vertical Empire. The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Durham and London: Duke University Press, 2012; Zuloaga Rada, Marina. *La conquista negociada: guarangas, autoridades locales e imperio en Huaylas, Perú (1532-1610)*. Lima, IEP-Ifea, 2012; Saito, Akira; Rosas Lauro, Claudia. *Reducciones: la concentración forzada de las poblaciones indígenas en el Virreinato del Perú*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú Fondo Editorial, 2017.

16. Assadourian, op. cit., 1979, p. 257.

ser o principal motor da oferta de mão-de-obra mineira que obrigou a constantes migrações das cidades para Potosí. Em tese, o contingente anual de *mitayos* era dividido em três grupos, cada um tendo que trabalhar uma semana e “descansar” nas duas seguintes. O desenho do sistema previa salários *mitayos* tão baixos que os pressionaria a serem contratados durante as semanas em que estivessem hipoteticamente «descansando». Assim, o sistema garantiu ao setor de mineração uma força de trabalho «livre». Por outro lado, enquanto Potosí era um centro de repulsão, pois muitos tributários fugiam do centro mineiro e de suas cidades para fugir da obrigação da *mita* mineira, também foi um polo de atração para inúmeras porções da população indígena (mingas e yanacunas) que foram individualmente ou com o consentimento das autoridades nativas, em busca de riquezas minerais e comerciais.

Embora o sistema *mitayo* estabelecido em 1573 pelo vice-rei Toledo contivesse certas ligações com sistemas de trabalho anteriores (incluindo o Inca) e sobreviveram práticas rituais e valores pré-hispânicos associados à mineração¹⁷, o da *mita* colonial tornou-se um novo sistema, pois tinha caráter oficial, estava sob a administração de funcionários reais e autoridades indígenas (capitães de *mita*) e padronizou elementos anteriormente díspares: a composição numérica dos contingentes, a extensão de permanência em Potosí, salários e certas condições de trabalho em minas e engenhos. As características do sistema de trabalho *mitayo* têm sido amplamente estudadas, apenas as apresentamos de forma sintética juntamente com as modificações que foram experimentadas na prática durante o período emergente.¹⁸ A *mita* potosina envolveu a migração forçada durante o período teórico de um ano de tributários indígenas (homens entre 18 e 50 anos) de 16 municípios (ou províncias), na região entre o sul de Cuzco e o sul da atual Bolívia. As rotas dessa migração forçada ultrapassaram até 1.000 quilômetros de distância e 20 dias andando. Os indígenas que habitavam as terras baixas e quentes deste grupo de

17. Wachtel, Nathan. Los mitimas del valle de Cochabamba: la política de colonización de Wayna Capac. *Historia Boliviana*, v. I, n. 1, 1980, p. 21-57; Bakewell, op. cit., 1989; Bouysse-Cassagne, Thérèse. Las minas del centro-sur andino, los cultos prehispánicos los cultos cristianos. *Bulletin de l'Institut Français d'Etudes andines*, v. 34, n. 3, 2005, p. 443-462; Platt, Tristan; Bouysse-Cassagne, Thérèse; Harris, Olivia. *Qaraqara-Charka*. Mallku, Inka y Rey en la Provincia de Charcas (Siglos XV - XVII). *Historia Antropológica de Una Confederación Aymara*. La Paz: Instituto Francés de Estudios Andinos, Plural Editores, University of St. Andrews, University of London, Inter American Foundation, Fundación Cultural del Banco Central de Bolivia, La Paz, 2006.

18. Bakewell, op. cit., 1989; Cole, op. cit., 1987; Zagalsky, op. cit., 2014a.

povoados forçados foram isentos da *mita*, pois temia-se que a passagem abrupta para o clima frio e seco das terras altas de Potosí pudesse causar mortes e doenças. A partir de 1573, sucessivos vice-reis emitiram divisões gerais de *mita*, ou seja, listas de indígenas obrigados e dos colonos que se beneficiavam do recebimento de mão de obra barata. De 1578 até a década de 1680, o contingente anual de *mitayos* era de cerca de 14.000 indígenas tributários, com flutuações que aumentaram no século XVIII por vários motivos, com o número de *mitayos* caindo significativamente (por exemplo, em 1789 os *mitayos* em Potosí eram cerca de 3300). No século XVI, a cota anual *mitayo* era composta por uma porcentagem dos tributários de cada um dos 127 distribuidores de indígenas obrigados (variando entre 17% e 13%), com base em uma população total estimada em 91.000 tributários na época do governo do vice-rei Toledo. Em teoria, o sistema implicava que cada indígena tributário deveria repetir sua vez de *mita* a cada 6 ou 7 anos. Esses homens obrigados a *mitar* costumavam migrar para Potosí junto com suas esposas, filhos e parte dos seus recursos. No Perú, os únicos centros mineiros que receberam atribuições de *mitayos* foram Huancavelica, Porco e Potosí, sendo esta última a mais numerosa. Outros importantes centros de mineração (Oruro, San Antonio del Nuevo Mundo, entre outros) não tinham atribuições de *mitayas*, embora isso não significasse que o trabalho assalariado ali fosse totalmente “voluntário” ou totalmente “livre”.¹⁹

Em 1575, foi estabelecido o sistema que dividia a cota anual em terços. Cada terço tinha que cumprir um turno semanal nas minas ou engenhos, deixando as duas semanas seguintes teoricamente “em greve” (descanso). No início do século XVII, o contingente *mitayo* não trabalhava mais dividido em terços, mas em metades. Alguns testemunhos dos anos 1610 e 1612, inclusive, chegam a afirmar que os *mitayos* trabalharam continuamente, sem semanas de “descanso” e que grande parte dos *mitayos* permaneceram em Potosí por mais de um ano.²⁰

O vice-rei Toledo estabeleceu uma série de decretos específicos sobre o trabalho de mineração *mitayo*. Ressalte-se aqui que o trabalho livre não recebeu tanta consideração ou regulamentação, o que talvez tenha

19. Gil Montero, Raquel. Free and unfree labour in the colonial Andes in the sixteenth and seventeenth centuries. *International Review of Social History*, v. 56, n. 19, 2011, p. 297-318; Gil Montero, Raquel. Mano de obra y fiscalidad a fin del siglo XVII: dispersión y variabilidad de la categoría yanacona en el sur andino. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, n. 43, 2015, p. 59-93.

20. Zagalsky, op. cit., 2014b, p. 70-71.

influenciado a historiografia que deu mais atenção à *mita*. O turno semanal *mita*, teoricamente, ia de segunda a sábado, com o domingo de folga. Às segundas-feiras, os capitães *mita* apresentavam os *mitayos* e os trabalhadores eram distribuídos entre os destinatários desta mão-de-obra. Esta tarefa específica de atribuição de mão-de-obra era realizada conjuntamente pelos capitães de *mita* (indígenas), os supervisores de morro (oficiais do rei), cabendo ao magistrado da vila a última palavra. Os trabalhos começavam na terça de manhã até sábado à noite. A jornada de trabalho era programada do nascer ao pôr do sol, embora na prática os indígenas trabalhem durante o dia e à noite, em “empresas” (geralmente de dois sócios, mas que podem chegar a cinco), cada empresa fica situada em um espaço (próprio ou *llancana*), revezando-se para fazer o trabalho: enquanto um trabalhava com o a marreta o outro descansava, compartilhando as ferramentas (picaretas, martelos, marretas e ponteiros). O depoimento de um supervisor de morro em 1610 alertava para a existência de uma certa autonomia dos trabalhadores dentro das minas, assinalando que os marreteiros, e mesmo os carregadores menos especializados, estavam sozinhos ou com pouco controle dos indígenas Pongos ou capitães do trabalho. O salário diário dos *mitayos* que o vice-rei Toledo fixava variava de acordo com o tipo de trabalho: os marreteiros que trabalhavam nas minas recebiam 3,5 reais, os *repasiris* que trabalhavam nos engenhos 2,75 reais, os que se movimentavam dentro das minas (*apiris*) e delas para os engenhos de açúcar (*chacaneadores*) recebiam 3 reais.²¹ No início do século XVII, os salários *mitayo* aumentaram para 4, 3 e 3 reais e meio, para os marreteiros das minas, *repasiris* dos engenhos e os carregadores, respectivamente. O salário semanal de um *mitayo* marreteiro era de 3 pesos em 1612, enquanto o minga marreteiro recebia 10 pesos. Por sua vez, em Oruro, em 1612, havia cerca de 6 mil indígenas marreteiros que cobravam 10 pesos por semana, assim como os trabalhadores “livres” mingas de Potosí.²² Sobre o valor real dos salários *mitayo*, fontes do início do século XVII estimam o custo individual da viagem a Potosí e a residência anual lá em 100 pesos, enquanto o salário anual de um *mitayo* (17 semanas de 6 dias) era em

21. Capoche, Luis. *Relación General de la Villa Imperial de Potosí*. Hanke, L. (ed.). Madrid: Ediciones Atlas, Biblioteca de Autores Españoles, v. 122, 1959[1585], p. 145; Zavala, op. cit., 1978, p. 103, 118-122.

22. Zagalsky, op. cit. 2014b, p. 75-77.

torno de 45 pesos.²³ Além da renda salarial, os *mitayos* tinham os recursos econômicos sob o controle dos grupos indígenas (*ayllus*), que operavam “subsidiando” a produção mineira colonial.²⁴ Parte desses recursos foi utilizada diretamente para a reprodução dos trabalhadores e suas famílias durante o cumprimento da *mita*. Mas também produtos e recursos dos *ayllus* eram destinados ao mercado para obter dinheiro com o qual as etnias pagavam o dinheiro necessário para “comutar” a *mita*, ou seja, davam uma quantia fixa de dinheiro (superior ao salário de um *mitayo*) que, em teoria, seria usado para contratar um trabalhador minga gratuito substituto. Também é importante considerar a contribuição das mulheres, com seu trabalho, nos mercados urbanos em Potosí.²⁵ Por outro lado, vários itens foram descontados dos salários dos *mitayos*: meio real diário da “tributação dos grãos” destinado a pagar os salários do prefeito de minas, do protetor geral, dos supervisores e dos capitães de *mita*; além disso, cada *mitayo* tinha que contribuir com meio peso por ano para o Hospital da Vila, embora a maioria dos pacientes hospitalizados não fosse indígena, apesar das graves consequências na saúde do trabalhador da mineração.²⁶ De resto, calcula-se que o pagamento do tributo absorveu cerca de 90% da receita salarial *mitayo*.²⁷ Se a essas obrigações se somam as despesas familiares dos *mitayos* residentes em Potosí (alimentação, vestimenta, moradia, entre outros), entende-se que os *mitayos* buscaram se contratar “livremente” por um salário durante o período de “descanso”. Em tese, as cotas de produtividade (chamadas de tarefas) eram proibidas (sucessivas portarias de diferentes vice-reis as proibiam), até porque se tratava de um trabalho cuja produtividade era marcada não apenas pelo número de horas, mas basicamente pelas condições e “disposição” das minas. Na prática, e para além da legislação e proibições, os caciques denunciavam que os pagamentos semanais estavam sujeitos à quantidade de metal “que foi trabalhado e retirado em pilhas e tarefas” e não ao número de dias e noites trabalhados. Para impor essas cotas de produtividade e disciplinar a força de trabalho, as mineradoras chicotearam, maltrataram e chegaram

23. Bakewell, op. cit., 1989, p. 112; Bakewell, op. cit., 1990.

24. Assadourian, op. cit., 1979, p. 257-268.

25. Mangan, Jane. *Trading Roles. Gender, Ethnicity, and the Urban Economy in Colonial Potosí*. Durham: Duke University Press, 2005; Numhauser, Paulina. *Mujeres Indias y Señoras de la Coca*. Potosí y Cuzco en el siglo XVI. Madrid: Cátedra, 2005.

26. Platt; Bouysse-Cassagne; Harris, op. cit, p. 832.

27. Assadourian, op. cit., 1979.

até matar trabalhadores indígenas. A disposição para esse tipo de punição era tal que há depoimentos que comprovam que os empresários calcularam as penalidades pecuniárias impostas pelos tribunais pela prática dessas práticas como mais um custo de produção.

Uma questão fundamental para a dinâmica do sistema de trabalho e a combinação entre trabalho *mitayo* e trabalho livre girava em torno da comutação da *mita*. A substituição dos *mitayos* por mingas (trabalhadores voluntários assalariados) tornou-se uma prática frequente poucos anos após a implantação do sistema em Potosí. Normalmente a historiografia afirma que os trabalhadores voluntários desenvolviam tarefas especializadas de mineração (marreteiros), enquanto os *mitayos* recebiam um salário menor e realizavam as tarefas mais simples (carregadores e *repasiris* nos engenhos).²⁸ Essa suposição pode ser precisada, por um lado, porque as condições *mitayo* e minga, em muitos casos, envolviam o mesmo indivíduo que, em momentos ou semanas diferentes, desempenhava um papel ou outro. Por outro lado, há evidências de que muitos dos *mitayos* desenvolveram tarefas especializadas sob sua responsabilidade e nem sempre comutavam sua obrigação de trabalho por pagamentos em dinheiro (seja porque não podiam ou porque não queriam).²⁹ Outra questão que permanece sem solução é a da transmissão de conhecimentos especializados em mineração, seja entre trabalhadores *mitayos*, mingas ou ambos. É nessa combinação de formas de trabalho que reside uma das peculiaridades específicas desse universo mineiro indígena do sul dos Andes. Situamo-nos num mundo de trabalhadores predominantemente indígenas, portadores de conhecimentos e especializações de trabalho particulares e de múltiplas identidades étnicas, atravessados por um sistema motorizado de cima que os impulsionava a coexistir no meio urbano e nas profundezas das minas.

Considerações finais

Poucos anos após o estabelecimento da *mita* mineira na década de 1570, o discurso dos *azogueros* (donos de minas e engenhos) adotou

28. Assadourian, op. cit., 1979, p. 252-257; Tandeter, Enrique. *Coacción y Mercado: la Minería de la Plata en el Potosí Colonial, 1692-1826*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

29. Atualmente, estamos desenvolvendo uma investigação sobre esta situação polivalente (de condição e função) dos trabalhadores *mitayo*.

como um de seus *leitmotifs* a lamentação pela falência do sistema *mitayo*. Apesar de tudo, durante seus primeiros quarenta anos a regulamentação legal da *mita* (divisões e ordenações) não sofreu modificações substanciais e o retumbante declínio do número de *mitayos* ocorreu junto com o da produção de prata e com a demografia dos corregimentos forçados, particularmente notório na primeira metade do século XVIII.

Assinalamos que Potosí necessitava de uma grande quantidade de mão de obra, principalmente indígena, e que essa foi proporcionada, em grande parte, apelando para a implementação de formas que envolviam diversos graus de coerção. Mas na manutenção do sistema forçado operaram também formas mais consensuais, por exemplo, aquelas vinculadas a práticas e crenças que vinculavam trabalho, metais e minas a espaços, seres e valores venerados desde os tempos pré-hispânicos e que sobreviveram de forma variável durante pelo menos o primeiro século colonial.³⁰ Da mesma forma, assinalamos um elemento central adicional, que poderia ter operado na trama consensual que sustentava a reprodução de um sistema de trabalho forçado das dimensões e durabilidade que o potosino possuía. Era um sistema que envolvia o desenraizamento e a mobilização de centenas de quilômetros por períodos prolongados e até permanentes. Tal sistema foi sustentado por mais de duzentos anos sem grandes modificações ou rebeliões abertas que reivindicaram ou desafiaram a existência de trabalho *mitayo* forçado até quase o final do século XVIII, quando o universo andino virou de cabeça para baixo em 1780-1781 com as rebeliões de Tomás Katari, Tupac Amaru II e Tupac Katari. E aqui entra em jogo nosso esquema explicativo da existência e reprodução do sistema *mitayo* por mais de 200 anos, uma variável ligada não à ordem simbólica e da religiosidade, mas às dimensões materiais e econômicas. A evidência da prática de *k'ajcheo* é visível e altamente denunciada no século XVIII.³¹ Os *k'ajchas*

30. Bouysse-Cassagne, Therese. *Le palanquin d'argent de l'Inca: petite enquête d'ethno-histoire à propos d'un objet absent*. Techniques et Culture, num. 29, 1998, p. 69-112; Bouysse-Cassagne, op. cit. 2005; Platt; Bouysse-Cassagne; Harris, op. cit.

31. Tandeter, Enrique. La producción como actividad popular: ladrones de minas en Potosí. *Nova Americana*, v 4, 1981, p. 43-65; Abercrombie, Thomas. Q'ajchas and La Plebe in rebellion: Carnival vs. Lent in 18th century Potosí". *Journal of Latin American Anthropology*, v. 2, n. 1, 1996, p. 62-111; Barragán Romano, Rossana. ¿Ladrones, pequeños empresarios o trabajadores independientes? K'ajchas, trapiches y plata en el cerro de Potosí en el siglo XVIII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. março 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3JUKhNd>. Acesso em: 18 maio 2021.

eram trabalhadores que, segundo as denúncias, ficavam aos domingos no morro, se apropriando do mineral. Os proprietários e inquilinos de minas e engenhos acusaram os *k'ajchas* de serem ladrões que roubavam minerais. Recentes interpretações como a de Rossana Barragán se distanciam criticamente e se propõem a pensar essa prática a partir da perspectiva dos próprios *k'ajchas* e das formas como eles processavam os minerais apropriados, geralmente com trapiches, evitando o processamento nos engenhos espanhóis. Não há menções ao *k'ajcheo* na documentação dos séculos coloniais anteriores. Mas propomos que talvez a existência da mesma prática ou semelhante possa ser rastreada, a longo prazo, até o século XVI, mesmo durante o pico de produção. Assim, voltando mais uma vez à leitura do clássico e extraordinário relato de Luis Capoche em 1585, dono de um engenho em Potosí e beneficiário de *mitayos*, encontramos a menção da *corpa*, ou seja, pedaços de metal que os índigenas guardavam em suas mãos. Segundo esse cronista, já se levantaram vozes na década de 1570 que questionavam se os índios podiam vender prata nos mercados e exigiam sua proibição. Diante das reclamações, porém, o vice-rei Toledo optou por garantir a prática costumeira e garantir a continuidade da comercialização do mineral nos mercados pelos índigenas.³² Assim, consideramos que o próprio vice-rei entendeu que era um elemento crucial para a manutenção do sistema de trabalho e o funcionamento das engrenagens de produção de prata em Potosí. Desta forma, essas variáveis simbólicas e materiais teceram uma trama que nos permite entender a sustentabilidade e aceitação a longo prazo do sistema de trabalho do gigante de Potosí, o maior produtor de prata do mundo durante o primeiro século colonial hispano-americano.

Referências

ABERCROMBIE, Thomas. Q'ajchas and La Plebe in rebellion: Carnival vs. Lent in 18th century Potosi. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 2, n. 1, 1996, p. 62-111.

ASSADOURIAN, Carlos S. La despoblación indígena en Perú y Nueva España durante el siglo XVI y la formación de la economía colonial. **Historia Mexicana**, v. 38, 3, p. 419-453, 1989.

32. Capoche, op. cit, p. 150-158.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial. *In*: FLORESCANO, Enrique (ed.). **Ensayos Sobre el Desarrollo Económico de México y América Latina (1500-1975)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 237-249.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. La renta de la encomienda en la década de 1550: piedad cristiana y desconstrucción. **Revista de Indias**, XLVIII, 1988, p. 109-146.

BAKEWELL, Peter J. La Minería en la Hispanoamérica Colonial. *In*: Bethell, L. (ed.). **Historia de América Latina. 3. América Latina Colonial: Economía**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 49-91.

BAKEWELL, Peter J. **Mineros de la montaña roja**. El trabajo de los indios en Potosí 1545-1650. Madrid: Alianza Editorial, 1989, 65-70.

BARNADAS, Joseph. **Charcas. Orígenes Históricos de una Sociedad Colonial**. La Paz: CIPCA, 1973, p. 261-284.

BARRAGÁN ROMANO, Rossana. ¿Ladrones, pequeños empresarios o trabajadores independientes? K'ajchas, trapiches y plata en el cerro de Potosí en el siglo XVIII. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Março 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3JUKhNd>. Acesso em: 18 maio 2021.

BOUYASSE-CASSAGNE, Thérèse. Las minas del centro-sur andino, los cultos prehispánicos los cultos cristianos". **Bulletin de l'Institut Français d'Etudes andines**, v. 34, n. 3, 2005, p. 443-462.

BOUYASSE-CASSAGNE, Therese. **Le palanquin d'argent de l'Inca: petite enquête d'ethno-histoire à propos d'un objet absent**. *Techniques et Culture*, n. 29, 1998, p. 69- 112.

BRADING, David A. **Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)**. México: FCE, 2012, 349.

BROWN, Kendall. W. **The History of Mining in Latin America: From the Colonial Era to The Present**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2012.

CAPOCHE, Luis. **Relación General de la Villa Imperial de Potosí**. HANKE, L. (ed.). Madrid: Ediciones Atlas, Biblioteca de Autores Españoles, v. 122, 1959 [1585].

CASTRO GUTIERREZ, Felipe. "La resistencia indígena al repartimiento minero en Guanajuato y la introducción de la *mita* en Nueva España". **CLAH: Colonial Latin American Historical Review**, v. 11, n. 3, p. 229-258, 2002.

COBB, Gwendolyn Ballantine. **Potosí y Huancavelica: Bases Económicas, 1545-1640**. La Paz: Banco Minero de Bolivia, 1977.

COLE, Jeffrey A. **The Potosí Mita, 1573-1700: Compulsory Indian Labor in the Andes.** Stanford: Stanford University Press, 1985.

CONTRERAS, Carlos. **La ciudad del mercurio, Huancavelica, 1570-1700.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.

CROSS, Harry E. South American Bullion Production and Export, 1550-1750. *In:* RICHARDS, J. F. (ed.). **Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern Worlds.** Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983, p. 397-424.

CRUZ, Pablo; VACHER, Jean (comps). **Mina y metalurgia en los Andes del Sur.** Desde la época prehispánica hasta el siglo XVIII. Sucre: IRD-IFEA, 2008.

ESCOBARI DE QUEREJAZU, Laura. **Caciques, yanaconas y extravagantes. La Sociedad Colonial en Charcas s. XVI-XVIII.** La Paz: Plural- Embaixada de Espanha em Bolivia, 2001.

ESCOBARI DE QUEREJAZU, Laura. Mano de obra especializada en los mercados coloniales de Charcas. Bolivia, siglos XVI-XVII. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2011.

GADE, Daniel. Reflexiones sobre el asentamiento andino de la épica toledana hasta el presente. *In:* MORENO Y., Segundo; SALOMON, Frank (comps.). **Reproducción y transformación de las sociedades andinas, siglos XVI-XX.** Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1991, v. 1, p. 69-90.

GARNER, Richard L. Long-term silver mining trends in Spanish America: A comparative analysis of Peru and Mexico. **The American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 898-935, 1988.

GAVIRA MÁRQUEZ, María Concepción. Entiendan que desobedecen: estrategias de resistencia de la población indígena michoacana ante la coacción para el trabajo en las minas. *In:* RUIZ MEDRANO, Carlos Rubén (coord.). **Los otros rebeldes novohispanos: imaginarios, discursos y cultura política de la subversión y la resistencia.** San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2015. p. 73-99.

GIL MONTERO, Raquel. Free and unfree labour in the colonial Andes in the sixteenth and seventeenth centuries. **International Review of Social History**, v. 56, n. 19, 2011, p. 297-318.

GIL MONTERO, Raquel. Mano de obra y fiscalidad a fin del siglo XVII: dispersión y variabilidad de la categoría yanacona en el sur andino. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 43, 2015, p. 59-93.

GIL MONTERO, Raquel; OLIVETO, Guillermina; LONGHI, Fernando. Mano de obra y fiscalidad a fin del siglo XVII: dispersión y variabilidad de la categoría yanacona en el sur andino. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, 43, p. 59-93, 2015.

HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. **Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda**. México: El Colegio de México, 2014.

LOCKHART, J. **Los nahuas después de la conquista. Historia social y cultural de los indios del México central, del siglo XVI al XVII**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LOCKHART, James. **El mundo hispanoperuano 1532-1560**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

LOHMANN VILLENA, Guillermo. **Las minas de Huancavelica en los siglos XVI y XVII**. Lima: PUCP, 1949.

MÁLAGA MEDINA, Alejandro. Las reducciones toledanas en el Perú". *In*: GUTIÉRREZ, Ramón (coord.). **Pueblos de Indios. Otro urbanismo en la región andina**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 263-316.

MANGAN, Jane. **Trading Roles. Gender, Ethnicity, and the Urban Economy in Colonial Potosí**. Durham: Duke University Press, 2005.

MUMFORD, Jeremy. **Vertical Empire. The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes**. Durham and London: Duke University Press, 2012.

MURRA, John V. **La organización económica del Estado inca**. México: Siglo XXI, 1989.

NUMHAUSER, Paulina. **Mujeres Indias y Señoras de la Coca. Potosí y Cuzco en el siglo XVI**. Madrid: Cátedra, 2005.

OLIVETO, Lía Guillermina. Conceptualizar y contextualizar las campañas contra los chiriguanaes del oriente de Tarija en el siglo XVI. ¿Violencia justa? ¿Etnocidio? ¿Genocidio? **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, v. 27, n. 2, 2019.

PLATT, Tristan; BOUYSSÉ-CASSAGNE, Thérèse; HARRIS, Olivia. **Qaraqara-Charka. Mallku, Inka y Rey en la Provincia de Charcas (Siglos XV - XVII). Historia Antropológica de Una Confederación Aymara**. La Paz: Instituto Francés de Estudios Andinos, Plural Editores, University of St. Andrews, University of London, Inter American Foundation, Fundación Cultural del Banco Central de Bolivia, La Paz, 2006.

POVEA MORENO, Isabel M. **Minería y reformismo borbónico en el Perú. Estado, empresa y trabajadores en Huancavelica, 1784-1814.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Banco Central de Reserva del Perú 2014.

ROBINS, Nicholas. **Mercury, Mining and Empire: The Human and Ecological Cost of Colonial Silver Mining in the Andes.** Bloomington: Indiana University Press, 2011.

SAIGNES, Thierry. Lobos y ovejas. Formación y desarrollo de los pueblos y comunidades en el sur andino (Siglos XVI-XX). *In:* MORENO Y., Segundo; SALOMON, Frank (comps.). **Reproducción y transformación de las sociedades andinas, siglos XVI-XX.** Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1991, v. 1, p. 91-135.

SAITO, Akira; ROSAS LAURO, Claudia. **Reducciones:** la concentración forzada de las poblaciones indígenas en el Virreinato del Perú. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú Fondo Editorial, 2017.

TANDETER, Enrique. **Coacción y Mercado:** la Minería de la Plata en el Potosí Colonial, 1692-1826. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

TANDETER, Enrique. La producción como actividad popular: ladrones de minas en Potosí. **Nova Americana**, v. 4, 1981, p. 43-65.

TEPASKE, John J. **A New World of Gold and Silver.** ed. Kendall Brown. Leiden: Brill, 2010.

WACHTEL, Nathan. Los mitimas del valle de Cochabamba: la política de colonización de Wayna Capac. **Historia Boliviana**, v. I, n. 1, 1980, p. 21-57.

ZAGALSKY, Paula C. El concepto de "comunidad" en su dimensión espacial. Una historización de su semántica en el contexto colonial andino (siglos XVI-XVII). **Revista Andina**, n. 48, 2009, p. 57-90.

ZAGALSKY, Paula C. La mita de Potosí: una imposición colonial invariable en un contexto de múltiples transformaciones (siglos XVI-XVII; Charcas, virreinato del Perú). **Chungará**, v. 46, n. 3, p. 375-395, 2014a.

ZAGALSKY, Paula C. Trabajadores indígenas mineros en el Cerro Rico de Potosí: tras los rastros de sus prácticas laborales (siglos XVI y XVII). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 12, p. 55-82, 2014b.

ZAGALSKY, Paula C.; POVEA MORENO, Isabel M. Un mundo diverso: una panorámica sobre los trabajadores mineros coloniales a partir del análisis de casos en los virreinos de Nueva España y del Perú. *In:* BARRAGÁN ROMANO, Rossana (coord. y comp.); Villanueva Rance, Amaru y Machicado

Murillo, Cristina (orgs.). **Trabajos y trabajadores en América Latina (siglos XVI-XXI)**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2019.

ZAVALA, S. **El servicio personal de los indios en la Nueva España**. México: El Colegio de México, 1984.

ZAVALA, Silvio. **El servicio personal de los indios en el Perú**. México: El Colegio de México, 1978.

ZULOAGA RADA, Marina. **La conquista negociada: guarangas, autoridades locales e imperio en Huaylas, Perú (1532-1610)**. Lima, IEP-IFEPA, 2012.

II - GÊNERO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS MUNDOS DO TRABALHO

AS SENHORAS NOS TRIBUNAIS: MULHERES CASADAS E CONTROLE DA MÃO DE OBRA NO BRASIL IMPÉRIO

Mariana Dias Paes

No ano de 1839, Carlos Augusto Taunay publicou seu *Manual do agricultor brasileiro*, que teria bastante circulação entre os fazendeiros do Brasil oitocentista. Após discorrer sobre terrenos propícios à agricultura, técnicas agrícolas, conhecimentos básicos de botânica e, principalmente, a administração e o disciplinamento de escravos, Taunay encerrou seu livro da seguinte maneira:

A este ponto já o dono terá pouco que fazer para conservar a ordem do seu estabelecimento, e desfrutará então a recompensa dos seus desvelos e constância. Então, sentado no solar da sua casa, qual um desses reis pastores da história sagrada, ele, ao anoitecer de qualquer dos dias encantadores que um clima propício prodigaliza ao Brasil, olha o bom arranjo e abundância que o cercam, os celeiros e despensas recheadas, as searas risonhas, os rebanhos numerosos e nítidos, a família bem morigerada e feliz, os escravos fartos, sem cuidado da seguinte manhã, para o qual um senhor benfazejo providencia. Esta contemplação o enche de doce satisfação, de inocente orgulho; ele se regozija no foro de sua consciência, e, na exaltação de sua alma, levanta para o céu os olhos umedecidos pelo júbilo e gratidão.¹

Esse quadro descrito por Taunay é expressão de um dos principais pilares ideológicos das sociedades atlânticas ibéricas: a chamada “*oeconomia católica*”. *Oeconomia* é um termo que designa a capacidade de mandar, ou seja, de governar a casa e administrar bens e dependentes. Nesse sentido, idealmente, as casas – unidades básicas da estrutura social – seriam administradas por pais de família “virtuosos”, “prudentes” e “caridosos”.

1. Taunay, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. p. 119. Sobre os manuais de agricultores no Brasil do século XIX, ver Marquese, Rafael de Bivar. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império (1830-1847). *Revista de História*, v. 137, p. 95-111, 1997.

Eles deveriam ser liberais nos favores concedidos, mas também deveriam manter a ordem, a disciplina e a lealdade de todos aqueles que estivessem sob sua administração: filhos, esposas, escravos, trabalhadores livres e agregados. À “caridade” e “liberalidade” dos pais de família, os dependentes deveriam responder com gratidão. Quanto mais pessoas estivessem sob a administração de um pai de família, maior sua “liberalidade” e “caridade”. Assim, possuir uma extensa escravaria e “receber em sua casa” um grande número de dependentes e agregados tinha importantes significados simbólicos e de status social para além dos óbvios ganhos econômicos que adivinham do controle dessa mão de obra.²

Essa ideologia encontrava tradução jurídica na categoria de “senhor”. Juridicamente, as pessoas eram consideradas como donas de si (*sui juris*) ou sujeitas ao poder de outrem (*alieni juris*).³ Os senhores eram tanto considerados donos de si mesmos, quanto tinham pessoas sujeitas a seu poder. Nas sociedades atlânticas escravistas, a figura do “senhor” passou a ser intimamente associada àquele que detinha poder sobre terras, escravos e dependentes livres. Ser juridicamente reconhecido como alguém que tinha o estatuto jurídico de “senhor”, portanto, abria uma extensa possibilidade de exercício de direitos sobre si, sobre outras pessoas e sobre bens.

Do ponto de vista jurídico-doutrinário, ser “senhor” seria uma prerrogativa predominantemente masculina, podendo ser reconhecida às mulheres apenas em casos excepcionais e com restrições. Do ponto de vista do cotidiano jurídico, porém, essa suposição era frequentemente colocada em xeque nas sociedades atlânticas escravistas. Nessas regiões, o papel das mulheres foi central no funcionamento, consolidação e perpetuação do trabalho escravo e do tráfico transatlântico. A atuação econômica e a dominação senhorial dessas mulheres possuíam especificidades moldadas por questões de gênero e raciais. Análises que levem em conta esses aspectos são fundamentais para complexificar nosso entendimento das sociedades escravistas e de seus sistemas jurídicos.⁴ O conhecimento jurídico que as mulheres acumulavam no

2. Zamora, Romina. *Casa poblada y buen gobierno: oeconomía católica y servicio personal en San Miguel de Tucumán, siglo XVIII*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.

3. Heinecio, Juan. *Recitaciones del derecho civil*. Madrid: Imprenta de P. Sanz, 1830. Tomo 1. p. 113-114; Savigny, Friedrich Karl von. *Traité de droit romain*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1855. p. 48-58.

4. Brooks, George. A Nhara of Guine-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia. In: Klein, Martin; Robertson, Claire (ed.). *Women and Slavery in Africa*. Madison: University of Wisconsin Press,

cotidiano, os atos e procedimentos jurídicos em que elas tomavam parte e a produção de documentos que elas empreendiam foram peças fundamentais nas engrenagens das economias escravistas. Elas viviam como senhoras não à margem, mas completamente imiscuídas com o direito. Porém, no Brasil oitocentista, a atuação dessas mulheres como senhoras, por vezes, tornava-se tema de debate nos tribunais.

Neste capítulo, analisa-se os debates em torno do poder senhorial de mulheres casadas que se envolveram em processos de definição de estatuto jurídico.⁵ “Senhor” era uma categoria jurídica no Brasil do século XIX. Assim, para as mulheres casadas, agir como “senhora” e ser reconhecida como tal, tanto por sua comunidade como judicialmente, poderia significar aumento na capacidade de exercer direitos sobre si, sobre outras pessoas e sobre bens.

1983, p. 295-317; Candido, Mariana. Engendering West Central African History: The Role of Urban Women in Benguela in the Nineteenth Century. *History in Africa*, v. 42, p. 7-36, 2015; Candido, Mariana. Women, Family, and Landed Property in Nineteenth-Century Benguela. *African Economic History*, v. 43, n. 1, p. 136-161, 2015; Candido, Mariana. Understanding African women’s access to landed property in nineteenth-century Benguela. *Canadian Journal of African Studies*, 2020; Farias, Juliana Barreto. O *laptot* e a *signare*: gênero, escravidão e liberdade (Senegal, século XIX). In: Ferreira, Roquinaldo; Reginaldo, Lucilene (orgs.). *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 329-367; Havik, Philip. Women and trade in the Guinea Bissau region: the role of African and Luso-African women in trade networks from the early 16th to the mid 19th century. *Studia*, v. 52, p. 83-120, 1994; Havik, Philip. Gender, Land, and Trade: Women’s Agency and Colonial Change in Portuguese Guinea (West Africa). *African Economic History*, v. 43, n. 1, p. 162-195, 2016; Jones, Adam. Female Slave-Owners on the Gold Coast: Just a Matter of Money? In: Palmié, Stephan (ed.). *Slave Cultures and the Cultures of Slavery*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1995, p. 100-111; Jones-Rogers, Stephanie. *They Were Her Property: White Women as Slave Owners in the American South*. New Haven: Yale University Press, 2019; Mann, Kristin. Women, Landed Property, and the Accumulation of Wealth in Early Colonial Lagos. *Signs*, v. 16, n. 4, p. 682-706, 1991; Oliveira, Vanessa. Gender, Foodstuff Production and Trade in Late-Eighteenth Century Luanda. *African Economic History*, v. 43, n. 1, p. 57-81, 2015; Oliveira, Vanessa. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (séc. XIX). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, p. 447-456, 2018; Oliveira, Vanessa. *Slave trade and abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda*. Madison: University of Wisconsin Press, 2021; Pantoja, Selma. Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). In: Pantoja, Selma (org.). *Entre Áfricas e Brasís*. Brasília: Paralelo, 2001, p. 35-49; Pantoja, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. *Travessias*, v. 4/5, p. 79-97, 2004; Sbravati, Daniela Fernanda. Mulheres de (in)certa condição. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 13-40, 2009; Walker, Christine. Pursuing Her Profits: Women in Jamaica, Atlantic Slavery and a Globalising Market, 1700-60. *Gender & History*, v. 26, n. 3, p. 478-501, 2014; Walker, Christine. *Jamaica Ladies: Female Slaveholders and the Creation of Britain’s Atlantic Empire*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

5. “Processos de definição de estatuto jurídico” é a designação que adoto para me referir aos mais diversos tipos processuais que discutiam o estatuto jurídico de escravo, liberto ou livre das pessoas no Brasil do século XIX.

O “senhor” como categoria jurídica

Antes de começarmos a destrinchar o que era ser juridicamente “senhor” no Brasil oitocentista, é necessário esclarecer que “o direito” vai muito além da legislação escrita. Ao longo do século XIX, o arcabouço jurídico secular brasileiro estava predominantemente estruturado pela lógica do direito comum (*ius commune*), no qual a legislação escrita não era a principal fonte do direito. Um local de produção de categorias e institutos jurídicos, fundamental na configuração do direito comum era a chamada “doutrina jurídica”: textos escritos por juristas. Esses textos costumavam apresentar os significados de institutos e categorias jurídicas partindo da análise de casos concretos. A solução para os casos deveria seguir princípios como a equidade e almejar a manutenção do *status quo*. Contanto que tais objetivos fossem alcançados, não era exatamente um problema decidir contra a letra da lei. À medida que o século XIX foi avançando, a forma dos textos jurídicos foi se modificando e a análise de casos concretos foi deixando de ser tão central em sua estrutura. Sem embargo, eles continuaram sendo fundamentais na criação de normas, categorias, institutos e princípios jurídicos.

Raramente a legislação escrita atribui significados concretos a categorias e institutos jurídicos. Por essa atribuição de significados ser uma atividade interpretativa, ela costuma ocorrer em outros locais de produção normativa, como, por exemplo, nos já mencionados textos jurídicos, na prática judicial e burocrática, na reiteração de hábitos e entendimentos etc. Tendo em vista esse quadro, para analisarmos qualquer aspecto jurídico, seja ele o poder dos senhores, o estatuto jurídico das mulheres, o acesso à terra, as relações de trabalho etc., é necessário ir além das Ordenações Filipinas, dos códigos, das leis e dos decretos.⁶

6. Para uma análise mais detalhada dos processos de produção normativa no Brasil do século XIX, ver Dias Paes, Mariana Armond. Direito e escravidão no Brasil Império. In: Barbosa, Samuel Rodrigues; Dantas, Monica Duarte (orgs.). *Constituição de poderes, constituição de sujeitos: caminhos da História do Direito no Brasil (1750-1930)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, no prelo. Ver também Cabral, Gustavo César Machado. *Ius commune: uma introdução à história do direito comum do Medievo à Idade Moderna*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2019; Dias Paes, Mariana Armond. *Esclavos y tierras entre posesión y títulos: la construcción social del derecho de propiedad en Brasil (siglo XIX)*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory, 2021, p. 1-16; Hespanha. *Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: António Manuel Hespanha, 2015, p. 3-32.

Os diversos livros de direito civil que circularam no Brasil do século XIX foram peças centrais na construção conceitual que constituía a categoria jurídica do “senhor”. Eram poucas as divergências entre os autores daqueles textos acerca deste tema. Em linhas gerais, o senhor concentrava, em si, três poderes: o pátrio poder, o poder marital e o poder senhorial. Já a família era entendida como a reunião de pessoas que habitavam em economia comum e estavam sujeitas a um poder e autoridade.⁷ De acordo com Lourenço Trigo de Loureiro, professor da Faculdade de Direito do Recife, as famílias se estruturavam da seguinte maneira:

Os nomes pai, mãe, filho e filha exprimem qualidades, que resultam naturalmente do fato da geração ativa, e passiva. Esses vocábulos pois são naturais, por serem efeitos da natureza as ideias, que eles representam. Os nomes porém pai de família, e filhos-famílias são vocábulos civis, porque o direito civil lhes tem ligado, quanto ao pai de família, a ideia de autoridade e poder sobre os filhos durante a minoridade destes; e quanto aos filhos-famílias, a ideia de sujeição, de obediência, e de amor e respeito a seus pais; sendo que a sujeição, e obediência, estritamente falando, cessam por sua emancipação, e o amor, e respeito subsistem sempre. São pais, e mães de família os homens, e mulheres, que são *sui juris*, isto é, que não estão sujeitos ao poder doméstico de outro; e pelo contrário, são filhos, e filhas-famílias aqueles e aquelas, que são *juris alieni*, isto é, que estão sujeitos ao poder doméstico de outro.⁸

O pátrio poder era, portanto, o poder que o pai de família exercia sobre a pessoa, as ações e os bens dos seus filhos. Seu fundamento era a “necessidade de manter a regularidade e boa ordem no seio da família, da qual o pai é chefe”.⁹ Ele era associado ao “império doméstico”

7. Freire, Pascoal José de Melo. *Instituições de direito civil português tanto público como particular* [online]. Tradução disponível na Biblioteca Digital da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 4 livros. Coimbra: Typis Academicis, 1815. Disponível em: <https://bit.ly/3s82UWs>. Acesso em: 28 jun. 2021. Livro 2, v. 1, p. 114; Loureiro, Lourenço Trigo de. *Instituições de direito civil brasileiro*. 2 tomos. Recife: Typographia Universal, 1861. Tomo 1, p. 50-51; Ribas, Antonio Joaquim. *Curso de direito civil brasileiro*. 2 tomos. Brasília: Senado Federal, 2003. [Edição fac-similar]. Tomo 2, p. 56.

8. Loureiro, op. cit., tomo 1, p. 49-50. Para definições similares, ver Freire, op. cit., livro 2, v. 1, p. 113.

9. Loureiro, op. cit., tomo 1, p. 51. Ver também Rocha, Manuel Antonio Coelho da. *Instituições de direito civil português*. 2 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1848. Tomo 1, p. 207;

e recaía tanto sobre aqueles que eram “porções dos corpos dos pais” ou sobre os que pertenciam à casa e família do pai.¹⁰ Havia, entre os juristas, controvérsias se o pai e a mãe poderiam exercer o pátrio poder sobre os filhos. Para alguns, esse era um poder exclusivo dos pais, ainda que à mãe fossem resguardados alguns direitos sobre os filhos.¹¹ Para outros, a mãe poderia ser a detentora do pátrio poder nos casos em que o pai não pudesse exercê-lo.¹²

Além do pátrio poder, no âmbito da família atuava o poder marital, também referido como “império marital”.¹³ De modo análogo ao pátrio poder, o poder marital implicava a administração da pessoa, das ações e dos bens das esposas pelos maridos.¹⁴

A boa ordem exige imperiosamente que haja um chefe nesta sociedade [o matrimônio], e não pode ser senão um dos dois; e como, por outra parte, a mesma natureza indica ser o homem, por ser o mais inteligente, o mais experimentado, e mais ágil em todos os negócios da vida, e ao mesmo tempo o mais forte; com razão e justiça devem competir a este alguns direitos especiais, os quais constituem o poder marital.¹⁵

O poder marital tornava o marido o “cabeça do casal” e administrador dos bens de toda a família. Ele conferia ao marido o direito de dirigir e administrar os negócios públicos e particulares da esposa.¹⁶ Antonio Ribeiro de Liz Teixeira, professor na Universidade de Coimbra,

Teixeira, Antonio Ribeiro de Liz. *Curso de direito civil português*: para o ano letivo de 1843-1844. 3 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1845. Tomo 1, p. 189-190.

10. Freire, op. cit., livro 2, v. 1, p. 114.

11. Carneiro, Manuel Borges. *Direito civil de Portugal*: contendo três livros I. Das pessoas; II. Das coisas; III. Das obrigações e ações. 4 tomos. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1851. Tomo 2, p. 258; Freire, op. cit., livro 2, v. 1, p. 114-115. Alguns consideravam, ainda, que as mulheres faziam parte da categoria dos filhos-família. Ribas, op. cit., tomo 2, p. 48; Rocha, op. cit., tomo 1, p. 208-209.

12. Loureiro, op. cit., tomo 1, p. 52-62; Teixeira, op. cit., tomo 1, p. 191.

13. Carneiro, op. cit., tomo 2, p. 61.

14. Carneiro, op. cit., tomo 2, p. 62; Freire, op. cit., livro 2, v. 2, p. 60-61.

15. Loureiro, op. cit., tomo 1, p. 108. Para uma definição similar, ver Rocha, op. cit., tomo 1, p. 155.

16. Freire, op. cit., livro 2, v. 2, p. 62; Rocha, op. cit., tomo 1, p. 157, 170; Telles, José Homem Corrêa. *Digesto português*: ou tratado dos direitos e obrigações civis, acomodado às leis e costumes da nação portuguesa para servir de subsídio ao novo Código Civil. 3 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835. Tomo 2, p. 65.

fazia uma ressalva muito tímida a essa norma. Para ele, a mulher tinha “muito acerto, e uma eficácia superior” para os negócios domésticos. Já o homem tinha “maior experiência” para os negócios exteriores. Assim, haveria esferas distintas de administração, ficando resguardados às mulheres os poderes de administração dos negócios domésticos. Porém, caso houvesse divergência de opiniões que perturbassem a “paz doméstica”, prevaleceria a “superioridade do marido”.¹⁷

Já o poder senhorial tem uma história mais intrincada. O jurista português Manuel Álvares Pegas, definiu *domini* (senhores) como aqueles que estavam constituídos em alguma dignidade ou poder; a quem tinha sido concedido algum assentamento, jurisdição ou império; ou aqueles em relação aos quais o povo estava submetido.¹⁸ Portanto, eram centrais nessa definição de poder senhorial as ideias de “jurisdição” e “império”. Jurisdição era o poder de julgar. Já o império era a jurisdição que se exercia através do cargo de juiz.¹⁹

Os senhorios foram um instituto jurídico fundamental na expansão colonial portuguesa.²⁰ Mas, nos contextos das sociedades coloniais escravistas, seu significado jurídico foi se alterando e a categoria jurídica de “senhor” foi se identificando, cada vez mais, com o governo de terras, escravos e dependentes.²¹ Esse governo passou a se dar, principalmente, por meio da mobilização do prestígio social e das práticas de dádivas, que garantiam a associação entre hierarquia social e capacidade de viver do trabalho alheio.²²

Como mencionei, a produção normativa por meio de atribuição de significados concretos às categorias jurídicas acontecia em diversos lugares. Assim, no Brasil oitocentista, o significado jurídico do poder senhorial foi forjado, também, nos debates judiciais. A análise de proces-

17. Teixeira, op. cit., tomo 1, p. 361.

18. Pegas, Emmanuelis Alvarez. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae*. Lisboa: Typographia Ioannis A Costa Senioris, 1694. Tomo 12, p. 108.

19. Cabral, Gustavo César Machado. Os senhorios na América Portuguesa: o sistema de capitânias hereditárias e a prática da jurisdição senhorial (séculos XVI a XVIII). *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 52, p. 65-86, 2015; Hespanha, op. cit., p. 34-38, 89-114.

20. Cabral, op. cit., 2015.

21. Alveal, Carmen. From colonial lordship to territorial authority: the pursuit of Antônio Vieira de Melo in Ararobá Sertão (Pernambuco, 18th century). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 70, 2015; Pedroza, Manoela. *Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América Portuguesa (1500-1759)*. Jundiaí: Editorial Paco, 2020.

22. Fragoso, João. E as *plantations* viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, v. 34, n. 2, p. 58-107, 2015.

tos judiciais mostra que o poder senhorial era a capacidade de angariar e governar dependentes, fossem eles escravos ou livres. Nesse sentido, ele se confundia com o chamado poder heril, que era o poder de governar escravos, servos e criados. O “favor” era um elemento essencial do poder senhorial, pois era o elo jurídico entre senhores e dependentes, constituindo os polos dessa relação jurídica. O senhor era aquele que, por “favor”, havia recebido em suas terras, no seio de sua família, o dependente. Em troca, o dependente deveria se mostrar eternamente grato e leal ao senhor, nunca contestando sua autoridade e, muito menos, agindo ou se considerando, ele mesmo, um senhor. Nos processos judiciais, “favor” estava fortemente associado à “boa-fé”. Aquele que fazia parte como dependente de uma relação de favor não podia legitimamente se considerar “senhor”. Em outras palavras, não podia, em boa-fé, considerar-se senhor. Demonstrar-se em boa-fé era necessário em diversas disputas civis como, por exemplo, conflitos fundiários.²³

O senhor, portanto, era aquele que detinha pátrio poder, poder marital e poder senhorial. Em resumo, era o dono de si a quem estavam sujeitos outros. A conjugação dos três poderes na figura do senhor era tão central que o professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Antonio Joaquim Ribas, chegou a afirmar que o homem solteiro era um “ente incompleto”, já que ele apenas se completaria no âmbito da constituição da família advinda do matrimônio.²⁴ Com o matrimônio, o homem consolidaria sua saída da esfera do pátrio poder, adquiriria o poder marital sobre a esposa e o seu próprio pátrio poder sobre os filhos. Além disso, ao se tornar o chefe da família, suas possibilidades de angariar escravos e dependentes livres, por meio de práticas de “favor”, consolidariam o exercício de seu poder senhorial sobre a mão de obra. Liz Teixeira, inclusive, notou que a base principal da estrutura familiar não era o vínculo de sangue, mas a sujeição a um poder.²⁵

23. Dias Paes, Mariana Armond. Ser dependente no Império do Brasil: terra e trabalho em processos judiciais. *Población & Sociedad*, v. 27, n. 2, p. 8-29, 2020; Dias Paes, op. cit., 2021, p. 19-71. No caso dos libertos, a ingratidão, vista como rompimento da relação de favor criada pela manumissão, poderia embasar pedidos de revogação da alforria. Grinberg, Keila. *Reenslavement, Rights and Justice in Nineteenth-Century Brazil. Translating the Americas*, v. 1, p. 141-159, 2013; Pinheiro, Fernanda Domingos. *Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português, Mariana e Lisboa, 1720-1819*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2018. p. 120-136.

24. Ribas, op. cit., tomo 2, p. 58.

25. Teixeira, op. cit., tomo 1, p. 185.

Ser “senhora”

O arcabouço conceitual forjado nos textos dos juristas configurou a categoria jurídica dos senhores como aqueles que detinham pátrio poder, poder marital e poder senhorial. Nesses textos, o viés de gênero é claro. Pressupunha-se que o detentor desses poderes era homem. Porém, o cotidiano do direito nas sociedades escravistas atlânticas desafiava essa construção conceitual. Nos processos judiciais, as referências a mulheres agindo como senhoras e executando atos jurídicos “de senhora” estão por todos os lados. Vejamos o exemplo de Dona Catharina Luiza da Conceição.

De acordo com Catharina, no ano de 1850, ela estava casada há mais de quarenta anos, porém, estava “no costume de negociar por sua conta, independente de seu marido, que tacitamente lhe concedeu o comprar, e vender, ter as suas roças separadas, escravos em negócio e até dar dinheiros a prêmio”.²⁶ Seis testemunhas corroboraram que Catharina realizava inúmeras atividades econômicas de maneira autônoma.

[...] sabe a quatorze para dezesseis anos, desde do tempo, que fora oficial de justiça do juiz de órfãos de Itaborahy, que algumas vezes pousando e estando em casa da justificante [Catharina] aí presenciou, que esta morava em companhia de sua digo de seu marido Leandro Antonio de Souza, estando sempre no costume de negociar por sua conta o que ele testemunha, sabe que ainda hoje o faz independente de seu marido, que tacitamente lhe consente, comprar, vender, ter suas roças separadas, escravos separados, tanto, que na época que ela testemunha se referiu, que a justificante tinha um sítio com escravos, os quais faziam todo o serviço da lavoura separado, do marido da justificante e por conta desta, que dos mesmos mantimentos dispunha como lhe parecia, e fazia conta deles sem nisso se meter o dito seu marido.²⁷

De acordo com outra testemunha:

26. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 6.039, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00044, apelante Maria, apelado Catarina Luísa da Conceição, ano inicial 1849, ano final 1854, caixa 3.689, local Vila do Rio Bonito, microfilme AN_047_2006, p. 93-93v.

27. Ibidem, p. 102-103v.

[...] costumando ele testemunha alugar sua tropa de bestas à justificante para botar mantimentos para o Porto das Caixas, e indo uma ocasião pedir a Leandro Antonio de Souza marido da justificante o aluguel das bestas o mesmo lhe dissera, que fosse exigir de sua mulher pois esse negócio não era com ele sendo a justificante, quem lhe pagou bem como em outra ocasião [ilegível] sua tropa com mantimentos da justificante no caminho do Porto das Caixas se perderam dois sacos de feijão branco, e querendo ele testemunha pagar ao dito Leandro Antonio este não quis receber dizendo, que fosse pagar a sua mulher o que ele testemunha assim o fez dando ela o preço do feijão.²⁸

No cotidiano, Catharina realizava atos comerciais e econômicos que eram também atos jurídicos. Ela também era claramente reconhecida pela comunidade em que vivia como uma “senhora”. Porém, sua capacidade de realizar esses atos jurídicos foi contestada no processo judicial iniciado pela escrava Maria, que requeria sua liberdade.²⁹

Maria era escrava de João Antunes Correa e tinha aproximadamente cinquenta anos em 1849, quando ajuizou um processo por sua liberdade. Maria argumentava que João Antunes lhe havia dado permissão para recolher “esmolas” no valor de noventa mil réis, para pagar por sua alforria. Porém, Maria não tinha conseguido a quantia no prazo estipulado por João Antunes e ele decidiu vendê-la a Catharina por duzentos mil réis, mais do que o dobro da quantia que Maria estava recolhendo para pagar por sua liberdade.³⁰

Inconformada com a transação que a impossibilitaria de comprar sua liberdade, Maria fugiu da casa de Catharina e compareceu perante o juiz municipal de Rio Bonito. Aí, ela depositou os noventa mil réis e, para legitimar a compra, apresentou a licença dada por José Antunes. Catharina, que não queria perder a recém-comprada escrava, embargou o pedido de Maria, apresentando a pública forma do papel de venda e alegando ser sua legítima senhora.³¹

Para defender a liberdade de Maria, o curador que a representava decidiu desconstituir a juridicidade da atuação de Catharina como senhora,

28. *Ibidem*, p. 108-108v.

29. *Ibidem*.

30. *Ibidem*.

31. *Ibidem*.

mobilizando o arcabouço conceitual que analisei na seção anterior. Ele argumentou que seu marido Leandro não a havia autorizado a comprar Maria. O ato jurídico da compra era, portanto, nulo, já que Leandro – e não Catharina – era o cabeça do casal e administrador dos bens da esposa enquanto fosse vivo.³² Analisando essa argumentação, percebe-se que, por incidir sobre Catharina o poder marital, ela não gozaria do estatuto jurídico de “senhor” e que, portanto, seus atos jurídicos seriam nulos. O juiz concordou com o curador e considerou que Catharina não poderia ter comprado a escrava Maria sem o consentimento de seu marido.³³

Inconformada com essa decisão, Catharina apresentou embargos argumentando que negociava “por sua conta e risco” e de maneira independente de seu marido. Suas roças, seus escravos e seus negócios eram separados dos dele. Mas Catharina não poderia simplesmente ignorar a existência do poder marital e, em uma tentativa de contornar o instituto, afirmou que toda sua atividade econômica era feita com o consentimento de seu marido, até porque eles estavam separados. A necessidade de comprovar sua atuação como senhora e a não-incidência do poder marital sobre ela era tão premente que Catharina ajuizou, em paralelo ao processo que discutia a liberdade de Maria, uma ação de justificação.³⁴ Nesse processo, foram ouvidas as testemunhas cujos depoimentos transcrevi no início desta seção e, ao final, o juiz considerou provado que Catharina vivia “em economia separada do seu marido”.³⁵ Por viver em economia separada do marido, sob ela não incidia o poder marital, o que a habilitava a ser senhora, dona de si.

Com essa sentença, Catharina conseguiu convencer o juiz do processo iniciado por Maria, que reformou sua decisão, declarando Maria escrava. Seu entendimento na questão do poder marital, no entanto, não foi exatamente coincidente com o do advogado de Catharina. Para este, Catharina atuava fora da órbita do poder marital já que tinha economia própria e

32. *Ibidem*.

33. *Ibidem*.

34. As ações de justificação eram processos judiciais que tinham como objetivo produzir prova sobre algum fato. Essa produção de provas se dava, em geral, por meio de depoimentos testemunhais. Tendo em vista esse objetivo, as justificações costumavam ser acopladas a outros processos – como no caso de Catharina – ou serviam como base para ajuizamento de uma futura ação judicial.

35. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 6.039, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00044, apelante Maria, apelado Catarina Luísa da Conceição, ano inicial 1849, ano final 1854, caixa 3.689, local Vila do Rio Bonito, microfilme AN_047_2006, p. 110.

separada da de seu marido. Para o juiz, no entanto, as transações de Catharina eram válidas porque seu marido a havia autorizado a negociar, ou seja, havia exercido seu poder marital no sentido de consentir que a esposa realizasse atos jurídicos.³⁶

A primeira decisão do juiz municipal de Rio Bonito foi contra Catharina. Ela só conseguiu revertê-la e fazer valer seu poder senhorial sobre Maria porque reuniu seis depoimentos testemunhais no processo de justificação. Os depoimentos mostram que Catharina era percebida pelos membros da comunidade como “senhora”. Era nessa capacidade que eles tomavam dinheiro emprestado dela e se envolviam nas mais diversas transações comerciais com ela. O reconhecimento social era fundamental na configuração do estatuto jurídico das pessoas no Brasil do século XIX.³⁷ Assim, para assegurar seu estatuto jurídico de “senhora”, essas mulheres deveriam atuar como senhoras no seu cotidiano e garantir sua percepção como tais pela comunidade.

Isso fica também evidente no processo ajuizado por Dona Joanna Maria da Conceição contra os libertos Anastacio, Simão e João. Os réus tinham sido libertados pelo falecido marido de Joanna e, no documento que lhes concedeu a alforria, havia a disposição de que poderiam viver no sítio que havia pertencido a uma tal Dona Josefa, já falecida. Porém, os libertos não poderiam vender ou transferir esse pedaço de terras a ninguém e, caso não o administrassem bem, Joanna poderia “tomar conta” do sítio.³⁸

Ocorre que, em dado momento, os libertos começaram a construir edificações no terreno. Para Joanna, essas construções eram “casas de vivenda, com valor do melhor de um conto de réis”.³⁹ O tipo de casa em que uma pessoa vivia era muito importante para a percepção social de seu estatuto jurídico.⁴⁰ Assim, ao construírem casas de vivenda, os libertos estavam construindo casas “de senhores” e, portanto, exteriorizando o fato de que já não estavam mais submetidos ao poder senhorial de Jo-

36. *Ibidem*.

37. Dias Paes, op. cit., 2020; Dias Paes, op. cit., 2021, p. 19-71.

38. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00007, apelante Joana Maria da Conceição, apelado João, ano inicial 1835, ano final 1838, caixa 3.696, local São Gonçalo, microfilme AN_035_2006.

39. *Ibidem*, p. 16v.

40. Para uma análise sobre tipos de casa e hierarquização, em Benguela, ver Guedes, Roberto. Casas e sanzalas (Benguela, 1797-1798). *Veredas da História*, n. 1, p. 55-85, 2014.

anna. Ela percebia a construção como uma afronta tão grande à sua condição de senhora que ajuizou o referido processo judicial para despejar os libertos das terras. Além disso, chegou até mesmo a ameaçá-los com a reescravização por ingratidão. Querer “viver como senhor” era percebido como uma negação da relação de favor e dependência e, portanto, poderia configurar ingratidão. Por isso, o que estava por trás do despejo que Joanna queria promover não era somente uma questão fundiária, mas uma reafirmação de seu poder senhorial e de sua capacidade de ter seu estatuto jurídico de senhora reconhecido. Porém, ao contrário de Catharina, Joanna não foi bem-sucedida no seu pleito judicial.

O poder marital e as alforrias passadas por senhoras casadas

Catharina e Joanna procuraram reafirmar, nos processos judiciais, seu poder de manter pessoas como suas escravas e dependentes. Porém, em outros casos, as senhoras procuravam ter seu poder senhorial reafirmado no sentido de ver reconhecida sua capacidade para alforriar seus escravos. No caso das mulheres casadas, contudo, as partes contrárias mobilizavam o instituto do poder marital para anular o poder senhorial e revogar as manumissões por elas feitas. Isso ocorria, principalmente, em situações de conflito e separação entre os casais.

Foi o caso de Dona Antonia Maria de Jesus que, em 1809, ficou viúva e herdou diversos imóveis, terras, rendas e escravos. Um ano depois, a viúva resolveu se casar com Francisco Machado, então feitor em sua fazenda. Nos vinte anos que se seguiram ao casamento, a convivência entre o casal foi se deteriorando e, em 1831, eles assinaram uma escritura de separação amigável e obtiveram divórcio eclesiástico em 1836. De acordo com Francisco, eles haviam se divorciado por ele “se envergonhar de estar unido a uma mulher tão devassa, e de costumes tão corrompidos”.⁴¹

O divórcio eclesiástico não foi o único processo com o qual o casal teve que lidar no ano de 1836. Nessa mesma data, Felisminda, que

41. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 866, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00014, apelante Felisminda, apelado Francisco Machado, ano inicial 1836, ano final 1839, caixa 3.685, local Rio de Janeiro, microfilme AN_037_2006, p. 39

havia sido escrava de Antonia, ajuizou uma manutenção de liberdade perante o juiz de direito da cidade do Rio de Janeiro. Ela alegava que havia sido libertada por sua senhora Antonia, em 1809, com a condição de viver em sua companhia enquanto fosse viva. Desconsiderando essa alforria, Francisco a mantinha como escrava em sua fazenda.⁴²

Francisco contestou argumentando que a carta de liberdade passada por Antonia tinha como objetivo o prejudicar: “depois de haver apunhalado a honra do seu marido de maneira a mais infame, tratou de também o lesar em seus bens”.⁴³ Também afirmou que o documento estava antedatado. Antonia teria colocado na alforria a data de 1809, porque, nessa época, era viúva e, portanto, poderia dispor de seus bens, já que “nossas Leis não consentem ato algum de alienação às mulheres casadas”.⁴⁴

Como mencionado anteriormente, o poder marital constituía o marido em cabeça do casal e, portanto, administrador da pessoa da esposa e dos bens da família. Assim, ao se casar, as mulheres se tornavam civilmente incapazes, ou seja, não podiam realizar, por si próprias, os atos da vida civil.⁴⁵

O poder marital forma-se pela deslocação de certos direitos da pessoa da mulher para a pessoa do marido. Roubando-lhe a faculdade de governar-se a si mesma, de contratar e de dispor dos bens, e pondo-a em consequência sob a direção do marido, essa deslocação de direitos constitui a mulher em estado de incapacidade.

Assim de um lado o poder marital e em frente, como efeito, a incapacidade da mulher.⁴⁶

Os direitos e prerrogativas que os maridos adquiriam em razão do poder marital eram: exigir da esposa respeito e obediência; que ela agisse com honestidade, fidelidade e de acordo com os bons costumes; que ela realizasse trabalhos domésticos e cuidasse da criação dos filhos. Os maridos também poderiam buscar reparação das injúrias sofridas por suas

42. Ibidem.

43. Ibidem, p. 119.

44. Ibidem, p. 137v-139v.

45. Para uma análise do instituto da capacidade civil no Brasil do século XIX, ver Dias Paes, Mariana Armond. *Escravidão e direito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 23-53.

46. Pereira, Lafayette Rodrigues. *Direitos de família*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1869. p. 77-78.

esposas e lhes era facultado castigar a mulher “moderadamente”. Em relação ao governo do casal, os maridos tinham o direito de escolher onde fixar o domicílio conjugal; de representar a esposa em juízo e fora dele; de administrar os bens do casal; de dispor dos bens móveis e semoventes; de dispor dos bens imóveis nos modos autorizados pelo direito; e de conceder ou não autorização à esposa para a prática dos atos da vida civil.⁴⁷

Nos processos de definição de estatuto jurídico que envolviam alforrias concedidas por mulheres casadas, era frequente que o instituto do poder marital fosse mobilizado para anular as manumissões. As senhoras casadas recorriam aos mais diversos expedientes para evitar que essas alforrias fossem anuladas. Por exemplo, em 1867, Dona Anna Luisa de Oliveira passou carta de liberdade a suas escravas com os seguintes dizeres ao final do documento: “E peço à Justiça de Sua Majestade Imperial queiram dar a este papel toda força necessária, afim de que meu marido não possa de modo algum invalidar minha resolução”.⁴⁸

Mas isso não impediu que seu marido, Mariano José Pires, ajuizasse uma ação de escravidão perante o juízo municipal de Patrocínio para reaver as escravas. Seu argumento principal foi a proibição de que mulheres casadas dispusessem de seus bens sem prévia autorização dos maridos. Seu advogado chegou, inclusive, a afirmar que permitir a mulheres casadas que passassem alforrias a favor de seus escravos seria “reduzir o marido à triste condição de feitor ou administrador dos bens do seu casal, com grave detrimento da reverência e poder marital”.⁴⁹

Outra disputa nesse sentido foi a que ocorreu entre Dona Candida Pereira de Queiros e seu marido Armand Habiaga. O casal já vivia há algum tempo em brigas constantes. Candida alegava que Armand estava dissipando seus bens e decidiu alforriar alguns escravos do casal. Logo após as alforrias, Candida protocolou um pedido para que seus bens fossem separados dos de seu marido, o que gerou o depósito de

47. Amaral, Isabela Guimarães Rabelo do. *Resistência feminina no Brasil oitocentista*: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no bispado de Mariana. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. p. 93-98.

48. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 13.642, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00135, apelante Lúcia, apelado Mariano José Pires, ano inicial 1867, ano final 1872, caixa 3.696, local Minas Gerais, microfilme AN_077_2006, p. 8-8v.

49. *Ibidem*, p. 37-38. Ao final desse processo, as libertandas foram declaradas escravas. Decisões como essa eram recorrentes em casos envolvendo mulheres casadas. Dias Paes, op. cit., 2019, p. 113-133.

alguns escravos e mesmo de alguns libertos, como Gabriela. Mas, no meio tempo, Armand vendeu alguns desses escravos e libertos que estavam depositados, incluindo Gabriela.⁵⁰

Diante da ameaça de ser vendida apesar de ter sido libertada por Candida, Gabriela conseguiu ajuizar dois processos judiciais contra Armand: um cível⁵¹ e um criminal.⁵² Em ambos, o cerne da questão foi o poder marital que recaía sobre Candida e que a impediria de alforriar escravos sem a autorização de seu marido. No processo criminal, o subdelegado não aceitou a denúncia do promotor e considerou Armand inocente do crime de reduzir pessoa livre à escravidão. Para ele:

[...] a mulher, que é casada, segundo o costume do Império, ou por carta d'ametade está debaixo do poder, e curadoria do seu marido, no qual somente compete a administração dos bens do casal, como único, e legal representante do mesmo em todos os negócios, e transações, que dizem respeito aos bens, e interesses da comunhão [...] e por isso não pode durante a constância do matrimônio dispor de bens, ou interesses de qualquer natureza, nem fazer contrato algum, doar, vender, ou por outra forma alienar qualquer bens do casal sem a intervenção, outorga, e autoridade do mesmo marido; sendo absolutamente nulo, e sem efeito tudo o que em contrário praticar. Aplicados estes princípios incontestáveis à questão vertente, fica claro que a mulher do mesmo réu Candida Pereira de Queirós, fazendo por escrito constante do documento a f 27v doação de liberdade à parda Gabriella, escrava de seu casal, sem consentimento, e antes contra a vontade do réu seu marido, praticou um ato nulo, e [ilegível], que nenhum direito pode atribuir à pretendida liberta, nem igualmente produzir qualquer efeito, visto como não está separada do réu, em virtude de sentença de divórcio perpétuo, proferida no Juízo Eclesiástico, único caso, em que se poderia tocar tal escrava

50. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, processo n. 1.229, ano 1864, réu Armand Habiaga, vítima Gabriela mulata, localidade Caçapava, subfundo vara cível e crime, p. 2v-3.

51. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11.339, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00105, apelante Gabriela, apelado Arman Habiaga, ano inicial 1863, ano final 1867, caixa 3.684, local Vila de Caçapava, microfilme AN_067_2006.

52. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, processo n. 1.229, ano 1864, réu Armand Habiaga, vítima Gabriela mulata, localidade Caçapava, subfundo vara cível e crime.

a sua meação por consequente partilha dos bens do casal, teria então o direito de dispor dela como bem lhe parecesse.⁵³

O juiz municipal confirmou a decisão do subdelegado. Gabriela não teve melhor sorte no juízo cível, no qual também foi declarada escrava em razão do poder marital que impedia Candida de passar alforrias aos escravos do casal. Ao longo do processo, o curador de Gabriela procurou argumentar em prol da validade da alforria afirmando que, na época em que o documento foi feito, Candida e Armand há muitos anos já não tinham “vida marital”. Por estarem separados, o marido não era mais administrador dos bens do casal e não tinha a esposa debaixo de seu poder.⁵⁴

Para fortalecer a alegação do poder marital e rebater possíveis argumentos de que as mulheres tinham “economia própria” e haviam alforriado seus escravos nesse âmbito, era frequente que os advogados contrários a elas também colocassem em discussão, nos processos judiciais, sua honra e comportamento. Essa foi a estratégia adotada por Francisco, que, para tentar invalidar os documentos de liberdade produzidos por Antonia em favor de Felisminda, afirmou que eles eram o “novo parto dos desatinos da mulher do Embargado; dessa infame mulher, ébria por hábito; e libidinosa por natureza; desse monstro, cujo caráter bem se acha patente do documento”.⁵⁵

Já na ação proposta por Gabriela, Armand afirmou que sua esposa Candida havia:

[...] faltado aos seus deveres mais sagrados, fugiu da casa do réu, para entregar-se a toda a sorte de excessos, e de vícios próprios da vida desregrada [...] tendo querido esbanjar o acervo comum, passando cartas de alforria, ilegais e nulas, não somente à Autora [Gabriela], mas também a outros escravos do casal,

53. *Ibidem*, p. 31v-33v.

54. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11.339, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00105, apelante Gabriela, apelado Arman Habiaga, ano inicial 1863, ano final 1867, caixa 3.684, local Vila de Caçapava, microfilme AN_067_2006.

55. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 866, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00014, apelante Felisminda, apelado Francisco Machado, ano inicial 1836, ano final 1839, caixa 3.685, local Rio de Janeiro, microfilme AN_037_2006, p. 137v-139v.

como a crioula Joana, e seu filho, pretendendo assim reduzir o Réu à indigência e à miséria.⁵⁶

Ataques à honra não eram frequentes apenas nos processos judiciais que envolviam as senhoras casadas.⁵⁷ Eles também eram uma arma à qual as partes e advogados recorriam quando queriam anular alforrias concedidas por mulheres em testamentos. Um exemplo foi a disputa em torno da liberdade de Rita e seus dois filhos, em 1880.⁵⁸

Rita e seus filhos alegavam que tinham sido escravos da falecida Dona Mathilde Ferreira de Toledo e, naquele momento, encontravam-se ilegalmente tratados como escravos na casa de João Pedro de Andrade. Eles afirmavam que sua senhora os havia libertado em seu testamento. Nele, Mathilde dizia que era de sua vontade que Rita e sua filha Geralda ficassem libertas depois de sua morte.⁵⁹

O réu João Pedro era casado com Flávia Demethilde de Andrade, sobrinha e afilhada do alferes Carlos Corrêa de Toledo, falecido marido da também falecida Mathilde. Ele defendia seu direito sobre Rita e seus filhos alegando que a teria recebido como dote de Carlos, à época do casamento com Flávia. Parte importante de sua estratégia judicial foi questionar a honra e o modo de vida que Mathilde levava. Ele afirmou que, já há algum tempo antes de sua morte, ela apresentava conduta desregrada, embriagava-se e estava amancebada com o italiano Januário Belotti. Este, por sua vez, seria um homem casado. João Pedro também afirmou que Januário tinha loja de relojoeiro em uma das casas de Mathilde no Largo da Matriz. Testemunhas do processo corroboraram

56. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11.339, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00105, apelante Gabriela, apelado Arman Habiaga, ano inicial 1863, ano final 1867, caixa 3.684, local Vila de Caçapava, microfilme AN_067_2006, p. 44-47v.

57. Sobre o papel determinante que noções de honra e honestidade tinham em processos de divórcio envolvendo mulheres mina, no Rio de Janeiro, ver Farias, Juliana Barreto. Diz a preta mina: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, p. 470-483, 2018. Sobre discussões acerca da honra e do comportamento das mulheres em processos envolvendo criadas, ver Lima, Henrique Espada; Popinigis, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s. *International Review of Social History*, 2018.

58. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo n. 1.742, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00661, apelado João Pedro de Andrade, apelante Rita e seus filhos, falecida Matildes Ferreira Toledo, ano inicial 1880, ano final 1881, maço 216, galeria C, local Barra Mansa.

59. *Ibidem*.

que Mathilde vivia com Januário, mas ressaltaram que nunca a haviam visto embriagada. Uma delas afirmou que “a conheceu sempre no seu juízo perfeito, isto é, no juízo geral de todas as mulheres”⁶⁰.

Poder marital, poder senhorial e controle da mão de obra

Em muitos dos casos analisados, as alforrias passadas pelas senhoras casadas não eram gratuitas, mas condicionais. Os libertos teriam que continuar as servindo até sua morte. O referido processo de escravidão autuado, em 1867, por Mariano para reaver as seis escravas alforriadas por sua esposa Anna nos ajuda a entender o que estava por trás dessas cartas de liberdade feitas por mulheres casadas em momentos de crise em seu casamento.⁶¹

Quando se casou com Mariano, Anna tinha mais de quarenta anos e vivia com seu irmão. Mariano era, então, mais jovem e possuía menos bens do que Anna. Algum tempo depois do casamento, eles começaram a ter conflitos recorrentes e Mariano passou a dizer, em público, que venderia todos os escravos do casal e abandonaria sua esposa. Diante da perspectiva de “ficar reduzida a servir-se por suas mãos”, “sem ter até quem lhe enchesse um pote d’água”, Anna alforriou Januário, Francisco, Thereza, Lucia, Maria do Patrocinio, Maria d’Assumpção e Anna com a condição de que lhe prestassem serviços até sua morte.⁶²

Já na alforria que Candida fez em favor de uma de suas escravas, Joana, ela afirmou que a razão era:

[...] meu marido tenha esbanjado quase toda a nossa fortuna a fim de *reduzir-me a miséria* por conselhos de pessoas mal intencionadas, chegando a vender a maior parte dos bens móveis e intentando finalmente vender a dita crioula Joana e seu filho ao seu procurador José Pinheiro de Ulhoa Cintra por uma suposta dívida.⁶³ (grifos meus)

60. Ibidem, p. 49v.

61. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 13.642, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00135, apelante Lúcia, apelado Mariano José Pires, ano inicial 1867, ano final 1872, caixa 3.696, local Minas Gerais, microfilme AN_077_2006.

62. Ibidem, p. 14-15.

63. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento De Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo

O poder marital dava ao marido a prerrogativa de dispor dos bens do casal como bem lhe aprouvesse. A única limitação a esse direito era a exigência de autorização da mulher para alienação de bens imóveis. A análise de processos judiciais, no entanto, torna possível levantar a hipótese de que houvesse fraudes, em especial nos casos das assinaturas “a rogo”. De acordo com o Recenseamento Geral de 1872, apenas 13% das mulheres sabiam ler e escrever.⁶⁴ Várias das senhoras que realizavam transações comerciais e econômicas, inclusive comprando e libertando escravos, estavam entre os 87% de mulheres analfabetas.

Quando uma pessoa analfabeta precisava elaborar um documento jurídico, era necessário que alguém assinasse no lugar dela. Eram as assinaturas “a rogo”. Na maior parte das escrituras, testamentos e outros tipos de documentos de transmissão de bens presentes nos processos judiciais não é possível identificar se as mulheres cujas assinaturas aparecem “a rogo” estavam ou não presentes no momento da confecção do documento. Ao que tudo indica, escriturais eram bastante crédulos em declarações de que essas mulheres estavam de acordo com as transações, não havendo indícios na documentação se eles confirmavam essa suposta aquiescência com as mulheres mesmas ou com outras testemunhas. Portanto, não é difícil imaginar a hipótese de que maridos podiam fraudar documentos de alienação dos bens do casal ou de suas esposas, pedindo que alguém assinasse em nome delas ou mentindo a respeito do fato de elas serem analfabetas. Forçar as esposas a consentir em uma alienação também parece ter sido uma “opção”, como evidencia o depoimento de Dona Maria Luiza de Mattos em um processo em que se disputava um terreno.

Disse que não foi ela quem consentiu na Escritura de compra, e venda a folhas 6 que lhe foi lida, sendo certo porém que o seu marido assinou a mesma Escritura [...] mas ela testemunha [Maria Luiza] não assinou essa Escritura, e nem pediu a José Marques Villaverde para fazê-lo a seu rogo, dando-se por essa ocasião as circunstâncias que passa a expor: o seu marido Firmino Gomes de Aguiar foi induzido pelo mesmo Villaverde [...] a vender as terras de que se trata [...] a que ela depoente sempre se opôs [...].

dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 129-130.

64. Brasil. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*: quadros gerais, recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

Achando-se por esse tempo a sua mãe em casa dela depoente, e receando que seu marido lhe fizesse algum mal consultou a mesma sua Mãe, e depois de ouvi-la assentiu em ir a Bemposta afim de passar esta Escritura; mas declarou logo, em sua casa, ao já referido Villaverde, que não assinaria a Escritura se não na presença de seu Pai natural, José Antonio de Souza Mello. Chegando ela à Bemposta aí não achando seu dito Pai para consultá-lo, como o esperava, porque o mesmo Villaverde lhe havia prometido mandar chamá-lo, para assistir com ela passar-se a Escritura de venda das terras [...] quando [ilegível] ela depoente para ir a Bemposta passar a Escritura estava com um pau na mão, e lhe disse que se não o acompanhasse lhe daria uma surra.⁶⁵

Denúncias explícitas de fraude e violência, como a feita por Maria Luiza, não são recorrentes nos processos judiciais. Porém, o alto índice de analfabetismo entre as mulheres, aliado à ausência de maiores diligências dos escrivães acerca do consentimento das mulheres casadas na alienação de bens do casal e na confecção de documentos com assinaturas “a rogo”, coloca sobre a mesa a possibilidade de que fraudes e falsificações fossem procedimentos eventualmente adotados por maridos na administração dos bens de suas esposas.

Em um outro processo, temos o caso de Dona Catharina Pereira de Jesus, que era analfabeta. Quando se casou com José Pereira Barcellos, em 1868, ela possuía uma fazenda com fábrica de açúcar, diversos escravos e muitos animais. Após o casamento, José começou a esbanjar os bens de Catharina, poupando os seus. Ao saber que seu marido iria vender os escravos Benedicto, Benedicta e Angela, Catharina decidiu passar-lhes carta de liberdade, metade gratuita e metade onerosa. Por não saber ler nem escrever e por ausência de escrivão na localidade, ela teve que declarar suas intenções perante testemunhas. Com a demora na formalização da alforria, José teve mais tempo para vender Benedicto, Benedicta e Angela e a disputa acerca da validade do documento de manumissão acabou chegando ao juízo municipal de Serra.⁶⁶

65. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 7.434, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.10274, apelante Francisco Gomes da Silva Figueira, apelado Felismino Gomes de Aguiar, ano inicial 1877, ano final 1881, caixa 400, galeria C, local Paraíba do Sul, p. 33-35.

66. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 284, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00836, apelante José Pereira de

Em cenários de conflitos entre casais, era comum que as mulheres temessem serem espoliadas de bens que consideravam pertencer a elas. Em alguns casos, como no conflito entre Mariano e Anna, os maridos explicitamente as ameaçavam com a venda ou mesmo vendiam seus bens e ficavam com o dinheiro. Em outros, elas temiam perder seus bens em decorrência de um processo de separação ou divórcio. Isso foi o que aconteceu no conflito entre Antonia e Francisco. Em uma tentativa de evitar que seus bens fossem vendidos por Francisco, Antonia publicou uma nota no *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 6 de fevereiro de 1838, enquanto ainda transcorria o processo que discutia a liberdade de Felisminda. O anúncio dizia: “Antonia Maria de Jesus faz saber, que sendo casada com Francisco Machado, obteve sentença de desquite com separação de bens, e como se não fizeram partilhas, quaisquer tratos que com ele se façam sobre os mesmos ficam de nenhum efeito”.⁶⁷

Diante das ameaças de espoliação, as alforrias condicionais eram uma maneira de as mulheres casadas continuarem usufruindo do trabalho de seus escravos, agora libertos sob condição, ainda que perdessem seus outros bens. Nesse sentido, o que orientava a confecção dessas cartas de alforria era uma racionalidade econômica e de perpetuação do trabalho compulsório. Além disso, como já discutido, para uma mulher ser juridicamente “senhora”, era imprescindível que ela fosse reconhecida socialmente como tal. Não era por acaso que essas mulheres ostentavam o título de “dona” antes de seus nomes. Daí a importância que Joanna deu à construção da casa dos libertos Anastacio, Simão e João. Diante de uma situação de conflitos, separação e divórcio, na qual a imagem pública dessas mulheres possivelmente seria afetada, era essencial que continuassem sujeitando mão de obra escrava e dependentes livres. Essa seria uma maneira de continuarem gozando do estatuto jurídico de “senhora”, ainda que senhoras separadas.

Os maridos e seus advogados também sabiam que o controle da mão de obra de escravos e libertos era um ponto fulcral das disputas matrimônias, já que representava a capacidade dos envolvidos em se

Barcelos, apelado Benedito, 169 falecida Catarina Pereira de Jesus, ano inicial 1879, ano final 1884, maço 16, galeria C, local Serra. Nesse processo, ao contrário de diversos outros, os libertandos tiveram suas liberdades confirmadas. Para uma análise desse desfecho, no contexto dos debates acerca da emancipação gradual, ver Dias Paes, op. cit., 2019, p. 131-133.

67. *Diário do Rio de Janeiro*, ano 17, n. 4, 6 de fevereiro de 1838, Rio de Janeiro, Typographia do Diário, proprietário N. L. Vianna. p. 3.

afirmar como “senhor” ou “senhora”. Por exemplo, de acordo com o advogado Severo Amorim do Valle, no processo que discutia a liberdade de Gabriela:

[...] um título concedido por uma mulher casada, sem o consentimento de seu marido, e a que presidiram a simulação e a fraude; um título que anula o poder do chefe da família, que assinala a desordem e o excesso a que chegou uma mulher em luta com seu marido, que abandonou, evadindo-se com os escravos da casa, e que mostra ser um papel de alforria destinado a arrancar ao apelado uma propriedade que a sua mulher não pôde deter por meio de um caviloso sequestro, julgado insubsistente. Fora ainda preciso para admitir tal papel como válido instituir uma doutrina que, *desconhecendo o poder marital, deixasse a fragilidade da mulher sem o escudo da proteção do marido, pondo em perigo a propriedade – escrava – e introduzindo fatalmente no seio da família a desordem e a infelicidade*.⁶⁸ (grifos da autora)

No mesmo caso, um outro advogado afirmou que o reconhecimento da validade da alforria passada por Candida teria como consequência que “o pomo da discórdia viria privá-los de toda a felicidade, produzindo imensos males, consequência necessária deste estado de desordem, e de anarquia”.⁶⁹

Já no processo que discutia a alforria passada por Anna:

Qual o homem, que sequestrando de si toda a sua dignidade, quisesse por-se, de tal sorte, à mercê e descrição da caprichosa vontade da mulher em quem se honra de casar? [...]. Portanto, seria [ilegível] e perigosa para a sociedade, e mormente para a sociedade em que vivemos, semelhante prática, porque, além de importar ela em uma degradação para o homem, [ilegível] assim tudo quanto ele tem de mais nobre (e em legítimo Direito) no estado conjugal – o

68. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11.339, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00105, apelante Gabriela, apelado Arman Habiaga, ano inicial 1863, ano final 1867, caixa 3.684, local Vila de Caçapava, microfilme AN_067_2006, p. 91-91v.

69. Ibidem, p. 44v.

poder e reverência marital – tornaria raros e difíceis entre nós os casamentos, que bem poucos e raros já vão sendo.⁷⁰

Este era um debate que se inseria em uma discussão mais ampla sobre o caráter disruptivo da atuação jurídica das mulheres, em especial das casadas. Como apontam as pesquisas sobre o Brasil Império, as mulheres, em seu dia a dia, realizavam os mais diversos atos jurídicos. Quando se tratava das senhoras, tais atos frequentemente contribuíam para a consolidação e perpetuação do trabalho escravo e compulsório.⁷¹ Porém, essa atuação, ainda que pouca ameaça real representasse aos fundamentos da sociedade escravista brasileira, já que reforçava esses fundamentos, era percebida como disruptiva por alguns juristas e pelos maridos.

No ano de 1869, Lafayette Rodrigues Pereira publicou o livro *Direitos de família*, no qual afirmava que a incapacidade da mulher casada não era consequência de um “defeito natural”, mas uma criação do direito. Prova disso era que viúvas e solteiras emancipadas não eram incapazes. Se fosse uma questão de “defeito natural”, todas as mulheres seriam civilmente incapazes. Diante disso, ele também afirmava que a incapacidade das mulheres casadas não era absoluta.⁷²

Exaltado diante do que dizia Lafayette, o jurista Augusto Teixeira de Freitas rebateu que o poder marital era uma “representação necessária por bem da conjugal unificação”. Como era uma necessidade, não havia que se falar em “roubo” às mulheres casadas da faculdade de governarem a si mesmas, como afirmava Lafayette. O poder marital não era uma criação do direito, era um corolário necessário do casamento e imposto pela natureza. Seguir o que propunha Lafayette era, para Freitas, colocar em perigo as estruturas fundacionais da sociedade brasileira: “Se o modelo é a mulher independente, solteira ou viúva, não tereis casal, sem casal não tereis família, sem família não tereis sociedade civil”.⁷³

70. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, processo número 13.642, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00135, apelante Lúcia, apelado Mariano José Pires, ano inicial 1867, ano final 1872, caixa 3.696, local Minas Gerais, microfilme AN_077_2006, p. 37-38.

71. Alegrio, Leila Vilela. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba* (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011; Almeida, Joseph Cesar Ferreira de. *Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008; Sbravati, op. cit.

72. Pereira, op. cit., p. 77-78.

73. Freitas, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. p. 147.

O potencial disruptivo desse debate estava no fato de que, reconhecida às mulheres casadas o estatuto jurídico de “senhoras”, excluía-se dos maridos a capacidade de administrar a elas e a seus bens. Os maridos ficavam, portanto, “menos senhores”. Chama atenção que, em muitos dos casos analisados, os maridos entravam no casamento com menos bens do que as mulheres. No caso de Francisco e Antonia, por exemplo, Francisco era feitor da fazenda de Antonia. Assim, havia casos em que o casamento era o que constituía esses homens em “senhores” do ponto de vista jurídico.⁷⁴ Nesse sentido, contestar as alforrias passadas por mulheres casadas era uma maneira de reforçar o seu próprio estatuto jurídico de “senhores”.

Considerações finais

Quando pensamos nos mundos do trabalho no Brasil do século XIX, a imagem do senhor de escravos que primeiramente nos vêm à cabeça é a do homem branco, análogo àquele imaginado por Taunay na passagem com a qual iniciei este capítulo. Não há dúvidas de que a sociedade escravista brasileira era patriarcal. Entretanto, isso não deve esconder o fato de que, além dos senhores, havia senhoras e, assim como eles, elas também foram peças fundamentais na construção e perpetuação das relações de trabalho escravo, compulsório e dependente. Em diferentes sociedades atlânticas, as senhoras de escravos lucraram e ascenderam socialmente por meio da exploração do trabalho escravo e compulsório. A dominação senhorial por elas exercida possuía especificidades que foram centrais em processos de perpetuação da escravidão e, também, em processos de emancipação. Como argumento neste capítulo, seu estatuto jurídico era perpassado por questões de gênero que incidiam diretamente em sua capacidade de angariar mão de obra escrava e dependente, bem como em suas estratégias de concessão de manumissão e autonomia a escravos, libertos e dependentes livres.

As “senhoras” tampouco constituíam um grupo social homogêneo. Havia uma variedade no que dizia respeito à sua cor, ao número de escravos que possuíam, à diversificação das atividades econômicas que empreendiam e ao estatuto jurídico de que gozavam. No que di-

74. Sobre o casamento como via de acesso a poder econômico e prestígio para homens brancos, no sul dos Estados Unidos, ver Jones-Rogers, *op. cit.*

zia respeito ao estatuto jurídico, as senhoras casadas constituíam um caso bastante complexo. Na documentação judicial, elas costumam ser apagadas pela fórmula “fulano de tal (nome do autor ou do réu) e sua mulher”. Em muitos processos, o nome dessas mulheres não é mencionado sequer uma vez. Aliado a isso, estava o fato de que, por estarem sujeitas ao poder marital, elas sofriam mais restrições de direitos do que as mulheres solteiras e, principalmente, as viúvas. Isso, no entanto, não as impedia de atuarem como verdadeiras senhoras de escravos e dependentes. No seu cotidiano, elas realizavam inúmeros atos jurídicos, comprando, vendendo e libertando escravos, constituindo agregados e dependentes, emprestando dinheiro, administrando fazendas etc. Essas senhoras casadas poderiam passar toda a vida sem encontrar nenhum obstáculo ao exercício de seu poder senhorial. Porém, caso acabassem em um processo judicial, o risco de verem esse poder ameaçado era premente.

Os processos judiciais de definição de estatuto jurídico são fontes riquíssimas para analisarmos as complexidades e peculiaridades da participação das senhoras casadas nos mundos do trabalho e do impacto do direito em suas estratégias de administração e exploração da mão de obra escrava e livre. Nesses processos, eram intensas as disputas das mulheres casadas para reafirmar seu poder senhorial, em contraposição ao poder marital que seus maridos procuravam exercer sobre elas. Por isso, esses documentos evidenciam que relações de gênero perpassavam e eram perpassadas pela ideologia senhorial e poderiam ser determinantes nas possibilidades de liberdade de um escravo ou na manutenção de um liberto nessa condição.

Nos processos em que as senhoras casadas pleiteavam a escravização, estava claro que, além dos benefícios econômicos que adviriam da manutenção de uma determinada pessoa como escrava, estava em jogo sua própria condição de “senhora”. A validação de seus atos jurídicos e a consequente afirmação de seu estatuto jurídico de “senhoras” dependia de seu reconhecimento social, isto é, tinham que provar que eram percebidas e que atuavam como verdadeiras detentoras de todas as dimensões de poder e capacidade de sujeição preconizadas pelo direito, ainda que oficialmente casadas. Isso se fazia ainda mais urgente quando o embate judicial era contra seus próprios maridos.

Já nos casos em que se procurava defender a alforria passada por senhoras casadas, também mostra-se o quão central era, para essas mulheres, continuarem sendo detentoras do estatuto jurídico de “senhoras”. Nesses processos, as alforrias em questão costumavam ser condicionais e feitas em contextos nos quais essas mulheres temiam a dissipação de seus bens. Assim, menos do que relações de intimidade e afeto – questões levantadas com alguma frequência em estudos que analisam gênero e práticas de alforria –, o que parece estar realmente em jogo é o fato das alforrias serem estratégias para continuar mantendo o controle e a exploração da mão de obra dos libertos e libertas, sustentando algum nível de poder senhorial ainda que seus maridos as tirassem todos os seus outros bens. Essas mulheres queriam, portanto, continuar sendo “senhoras”, ou seja, queriam continuar tendo em seu poder pessoas que lhe garantiriam retorno econômico, prestígio social e reconhecimento jurídico. Conseguir se manter como “senhoras” também poderia ser fundamental em outras eventuais disputas judiciais que elas tivessem, já que o estatuto jurídico poderia ser determinante em processos fundiários ou comerciais, por exemplo.

Assim, fosse em favor da liberdade, fosse em favor da escravidão, o cerne da discussão em processos de definição de estatuto jurídico envolvendo senhoras casadas era o poder senhorial dessas mulheres, em contraposição ao poder marital que sobre elas recaía. Atentar-se a esses debates jurídicos pode elucidar outros aspectos do funcionamento da ideologia senhorial no Brasil oitocentista e como eles impactavam a atuação e as estratégias judiciais de escravos e libertos.

Referências

Fontes primárias

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00007, apelante Joana Maria da Conceição, apelado João, ano inicial 1835, ano final 1838, caixa 3.696, local São Gonçalo, microfilme AN_035_2006.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 284, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00836,

apelante José Pereira de Barcelos, apelado Benedito, 169 falecida Catarina Pereira de Jesus, ano inicial 1879, ano final 1884, maço 16, galeria C, local Serra.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 866, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00014, apelante Felisminda, apelado Francisco Machado, ano inicial 1836, ano final 1839, caixa 3.685, local Rio de Janeiro, microfilme AN_037_2006.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo n. 1.742, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00661, apelado João Pedro de Andrade, apelante Rita e seus filhos, falecida Matildes Ferreira Toledo, ano inicial 1880, ano final 1881, maço 216, galeria C, local Barra Mansa.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 6.039, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00044, apelante Maria, apelado Catarina Luísa da Conceição, ano inicial 1849, ano final 1854, caixa 3.689, local Vila do Rio Bonito, microfilme AN_047_2006.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 7.434, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.10274, apelante Francisco Gomes da Silva Figueira, apelado Felismino Gomes de Aguiar, ano inicial 1877, ano final 1881, caixa 400, galeria C, local Paraíba do Sul.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 11.339, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00105, apelante Gabriela, apelado Arman Habiaga, ano inicial 1863, ano final 1867, caixa 3.684, local Vila de Caçapava, microfilme AN_067_2006.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, processo número 13.642, fundo 84 Relação do Rio de Janeiro, série apelação cível, código de referência 84.0.ACI.00135, apelante Lúcia, apelado Mariano José Pires, ano inicial 1867, ano final 1872, caixa 3.696, local Minas Gerais, microfilme AN_077_2006.

ARQUIVO Público do Rio Grande do Sul, processo n. 1.229, ano 1864, réu Armand Habiaga, vítima Gabriela mulata, localidade Caçapava, subfundo vara cível e crime.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**: quadros gerais, recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

CARNEIRO, Manuel Borges. **Direito civil de Portugal**: contendo três livros I. Das pessoas; II. Das coisas; III. Das obrigações e ações. 4 tomos. Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1851.

FREIRE, Pascoal José de Melo. **Instituições de direito civil português tanto público como particular** [online]. Tradução disponível na Biblioteca Digital da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. 4 livros. Coimbra: Typis Academicis, 1815. Disponível em: <https://bit.ly/3s82UWs>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.

HEINECIO, Juan. **Recitaciones del derecho civil**. Madrid: Imprenta de P. Sanz, 1830. Tomo 1.

LOUREIRO, Lourenço Trigo de. **Instituições de direito civil brasileiro**. 2 tomos. Recife: Typographia Universal, 1861.

PEGAS, Emmanuelis Alvarez. **Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae**. Lisboa: Typographia Ioannis A Costa Senioris, 1694. Tomo 12.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de família**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1869.

RIBAS, Antonio Joaquim. **Curso de direito civil brasileiro**. 2 tomos. Brasília: Senado Federal, 2003. [Edição fac-similar].

RIO Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

ROCHA, Manuel Antonio Coelho da. **Instituições de direito civil português**. 2 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1848.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Traité de droit romain**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1855.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

TEIXEIRA, Antonio Ribeiro de Liz. **Curso de direito civil português**: para o ano letivo de 1843-1844. 3 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1845.

TELLES, José Homem Corrêa. **Digesto português**: ou tratado dos direitos e obrigações civis, acomodado às leis e costumes da nação portuguesa para servir de subsídio ao novo Código Civil. 3 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835.

VIANNA, Nicolau Lobo. **Diário do Rio de Janeiro**, ano 17, n. 4, 6 de fevereiro de 1838, Rio de Janeiro, Typographia do Diário.

Bibliografia

ALEGRIO, Leila Vilela. **Donas do café**: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. **Entre engenhos e canaviais**: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830). 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

ALVEAL, Carmen. From colonial lordship to territorial authority: the pursuit of Antônio Vieira de Melo in Ararobá Sertão (Pernambuco, 18th century). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 70, 2015.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. **Resistência feminina no Brasil oitocentista**: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no bispado de Mariana. 329f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BROOKS, George. A Nhara of Guine-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia. In: KLEIN, Martin; ROBERTSON, Claire (ed.). **Women and Slavery in Africa**. Madison: University of Wisconsin Press, 1983, p. 295-317.

CABRAL, Gustavo César Machado. Os senhorios na América Portuguesa: o sistema de capitanias hereditárias e a prática da jurisdição senhorial (séculos XVI a XVIII). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 52, p. 65-86, 2015.

CABRAL, Gustavo César Machado. **Ius commune**: uma introdução à história do direito comum do Medieval à Idade Moderna. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2019.

CANDIDO, Mariana. Engendering West Central African History: The Role of Urban Women in Benguela in the Nineteenth Century. **History in Africa**, v. 42, p. 7-36, 2015.

CANDIDO, Mariana. Women, Family, and Landed Property in Nineteenth-Century Benguela. **African Economic History**, v. 43, n. 1, p. 136-161, 2015.

CANDIDO, Mariana. Understanding African women's access to landed property in nineteenth-century Benguela. **Canadian Journal of African Studies**, 2020.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Escravidão e direito**: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888). São Paulo: Alameda, 2019.

DIAS PAES, Mariana Armond. Ser dependente no Império do Brasil: terra e trabalho em processos judiciais. **Población & Sociedad**, v. 27, n. 2, p. 8-29, 2020.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Esclavos y tierras entre posesión y títulos: la construcción social del derecho de propiedad en Brasil (siglo XIX)**. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory, 2021.

DIAS PAES, Mariana Armond. Direito e escravidão no Brasil Império. *In*: BARBOSA, Samuel Rodrigues; DANTAS, Monica Duarte (orgs.). **Constituição de poderes, constituição de sujeitos: caminhos da História do Direito no Brasil (1750-1930)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, no prelo.

FARIAS, Juliana Barreto. Diz a preta mina: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 470-483, 2018.

FARIAS, Juliana Barreto. O *laptot* e a *signare*: gênero, escravidão e liberdade (Senegal, século XIX). *In*: FERREIRA, Roquinaldo; REGINALDO, Lucilene (orgs.). **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 329-367.

FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História**, v. 34, n. 2, p. 58-107, 2015.

GRINBERG, Keila. Re-enslavement, Rights and Justice in Nineteenth-Century Brazil. **Translating the Americas**, v. 1, p. 141-159, 2013.

GUEDES, Roberto. Casas e sanzalas (Benguela, 1797-1798). **Veredas da História**, n. 1, p. 55-85, 2014.

HAVIK, Philip. Women and trade in the Guinea Bissau region: the role of African and Luso-African women in trade networks from the early 16th to the mid 19th century. **Studia**, v. 52, p. 83-120, 1994.

HAVIK, Philip. Gender, Land, and Trade: Women's Agency and Colonial Change in Portuguese Guinea (West Africa). **African Economic History**, v. 43, n. 1, p. 162-195, 2016.

HESPANHA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo, 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes**. Lisboa: António Manuel Hespánha, 2015.

JONES, Adam. Female Slave-Owners on the Gold Coast: Just a Matter of Money? *In*: PALMIÉ, Stephan (ed.). **Slave Cultures and the Cultures of Slavery**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1995, p. 100-111.

JONES-ROGERS, Stephanie. **They Were Her Property: White Women as Slave Owners in the American South**. New Haven: Yale University Press, 2019.

LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s. **International Review of Social History**, 2018.

MANN, Kristin. Women, Landed Property, and the Accumulation of Wealth in Early Colonial Lagos. **Signs**, v. 16, n. 4, p. 682-706, 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império (1830-1847). **Revista de História**, v. 137, p. 95-111, 1997.

OLIVEIRA, Vanessa. Gender, Foodstuff Production and Trade in Late-Eighteenth Century Luanda. **African Economic History**, v. 43, n. 1, p. 57-81, 2015.

OLIVEIRA, Vanessa. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (séc. XIX). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 447-456, 2018.

OLIVEIRA, Vanessa. **Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda**. Madison: University of Wisconsin Press, 2021.

PANTOJA, Selma. Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). In: PANTOJA, Selma (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo, 2001, p. 35-49.

PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias**, v. 4/5, p. 79-97, 2004.

PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América Portuguesa (1500-1759)**. Jundiaí: Editorial Paco, 2020.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. **Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português, Mariana e Lisboa, 1720-1819**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2018.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. Mulheres de (in)certa condição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 13-40, 2009.

WALKER, Christine. Pursuing Her Profits: Women in Jamaica, Atlantic Slavery and a Globalising Market, 1700-60. **Gender & History**, v. 26, n. 3, p. 478-501, 2014.

WALKER, Christine. **Jamaica Ladies: Female Slaveholders and the Creation of Britain’s Atlantic Empire**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

ZAMORA, Romina. **Casa poblada y buen gobierno: oeconomía católica y servicio personal en San Miguel de Tucumán, siglo XVIII**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.

GÊNERO, COMÉRCIO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS E LIBERDADE (FEIRA DE SANTANA, BAHIA, 1871 A 1888)

Karine Teixeira Damasceno

Em 1880, Maria Pereira do Lago e Maria dos Anjos, por meio do curador Américo Manuel dos Santos Victal, resolveram mover uma ação de liberdade contra o coronel Joaquim Ferreira de Moraes, que alegava ser senhor de Praxedes, Tomazia e Bonifácia, filhos da primeira (Maria Pereira do Lago) e, ainda, proprietário da segunda (Maria dos Anjos) e de seu filho Faustino.¹

Segundo as Marias, que fizeram questão de dizer que, por “amor da criação e bons serviços que lhes prestaram”, o senhor João Francisco do Rego e dona Maria Carolina do Amor Divino concederam carta de liberdade gratuita a elas e às crianças, em 9 de fevereiro de 1878 e, por isso, desde então, passaram a gozar de liberdade, ainda que sem deixar de viver em companhia do casal devido à boa relação que continuava existindo entre eles.

As Marias afirmaram que, depois disso, o coronel Joaquim Ferreira de Moraes começou a aparecer na referida residência e a pressionar o ex-senhor para que este voltasse atrás na concessão da alforria.² Ao observar a intenção do coronel Joaquim Ferreira de Moraes e por receio de que seu marido fosse “iludido ou a carta fosse subtraída”, em 16 de setembro de 1880, por medida de segurança, dona Maria Carolina do Amor Divino pediu a Joaquim Ribeiro de Oliveira que fosse à fazenda Muricy, localizada no distrito de Bom Despacho, portanto zona rural do município de Feira de Santana, onde residia com o marido, para

1. Tribunal da Relação, Apelação Cível. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103. Por vezes, Joaquim Ferreira de Moraes apareceu na documentação como capitão, outras vezes, como coronel; optei por utilizar ao longo do texto a maior patente, isto é, coronel.

2. Tribunal da Relação da Bahia. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103.

escrever outra carta na qual conferiria, novamente, a liberdade a Maria dos Anjos e às crianças, garantindo o direito de poderem “gozar de plena liberdade como se de ventre livre fossem nascidos”.³

Maria Pereira do Lago e Maria dos Anjos declararam, ainda, que, pouco depois, as preocupações da ex-senhora se confirmaram, pois, além de conseguir do senhor João Francisco do Rego uma declaração para vender todos os seus bens, o coronel Joaquim Ferreira de Moraes foi nomeado seu primeiro testamenteiro e, assim que seu marido faleceu, o que não demorou a acontecer, depois de anos “vivendo no gozo de sua liberdade” Maria dos Anjos e todas as crianças passaram a ter a condição de liberdade ameaçada pelo coronel.⁴

As Marias relataram que o acusado não as reconheceu como libertas, exigindo uma carta de liberdade que, conforme alegaram, desapareceu antes de ser registrada. Naquela época, era muito comum que senhores concedessem cartas de liberdade e somente depois de um tempo fizessem o registro; muitas vezes, se passavam anos até o “bemfeitor” procurar o tabelião de notas para registrar o documento.⁵ Ou seja, ser bem-sucedida na negociação da alforria com a senhora ou senhor não era garantia de liberdade, isto porque, da promessa à concretização da manumissão, vários outros sujeitos sociais poderiam interferir.

Desse modo, o que interessa neste trabalho é reconstituir o cenário no qual as mulheres negras, escravizadas, libertas e livres lutavam por melhores condições de vida e de conquista da liberdade legal, em Feira de Santana, nas décadas de 1870 e 1880. Nesse sentido, buscarei tanto

3. Tribunal da Relação da Bahia. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 11-11v.

4. Tribunal da Relação Bahia. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 2.

5. Sobre o registro de cartas de liberdade, consultar: Nascimento, Flaviane Ribeiro. *E as mulheres da terra de Lucas?* Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), Feira de Santana, 2009, p. 146; Mattoso, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 177-178. Para ver uma discussão a respeito da precariedade da liberdade, consultar: Chalhoub, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista século XIX. *História Social* – Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp, Campinas, n. 19, p. 33-622. sem. 2010; Chalhoub, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 351; Machado, Maria Helena Pereira Toledo. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais*, n. 42, p. 157-193, 2010.

quanto possível trazer a público suas vozes bem como as de seus familiares, especialmente suas filhas e filhos pequenos e reconstituir a dinâmica em torno da feira semanal que ocorria na sede do município na qual eram realizados inúmeros negócios, inclusive a compra e a venda de pessoas escravizadas. Aqui interessa também reconstituir os riscos e a concretização da separação de famílias negras naqueles anos de intenso tráfico interprovincial quando proprietários, compradores, traficantes e procuradores realizavam seus negócios na “Cidade da Feira”.⁶

Trata-se de uma pesquisa de micro-história em que tento reconstituir ligações entre as mulheres negras pesquisadas e as pessoas com quem se relacionavam por meio do método onomástico, como propõe Carlos Ginzburg, ou da ligação nominativa das fontes, como denominou Robert Slenes.⁷ Isto é, a partir do nome, segui o itinerário das mulheres, bem como de pessoas que, de alguma maneira, tiveram suas vidas entrecruzadas com as delas durante uma escala de tempo reduzida, entre 1871 e 1888.

Uma vez que as personagens centrais nas análises realizadas enfrentavam opressões combinadas, o conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw, em 1989, se mostrou útil para este estudo, visto que consegue capturar as consequências da interação entre eixos como classe, gênero e raça, estruturantes da sociedade brasileira e, por isto mesmo, indispensáveis para compreender a experiência das

6. Ao longo do período investigado, tanto o município quanto a cidade que era o distrito sede tinham o mesmo nome, isto é, Feira de Sant’ Anna. Além disso, na documentação, por vezes, o distrito sede também apareceu como “Villa de Feira de Sant’ Anna”, “Feira” e “Cidade da Feira”, o que demonstra a permanência, no imaginário popular, de suas antigas denominações bem como a origem da cidade relacionada à feira livre e à feira de gado. Portanto, no sentido de padronizar e facilitar a leitura, optei por utilizar a denominação atual, isto é, Feira de Santana, sempre que fizer referência ao distrito sede e ao município. Sobre a denominação e origem de Feira de Sant’ Anna, ver: Andrade, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 1998, p. 25-59; Lima, Zélia Jesus de. *Lucas Evangelista, o Lucas da Feira: estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 1990, p. 29-36; Poppino, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968, p. 18-53.

7. Ginzburg, Carlo; Poni, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: Ginzburg, Carlo; Castelnovo, Enrico; Poni, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178; Slenes, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

mulheres negras pesquisadas.⁸ Embora o termo somente tenha ganhado maior visibilidade no Brasil nos últimos anos, é importante explicitar que interseccionalidade é a tradução do cruzamento das três categorias de análises selecionadas para esta investigação, o que já vinha sendo proposto por estudiosas como a brasileira Lélia González e as estadunidenses Angela Davis e Bell Hooks.⁹

No sentido de conhecer o perfil das pessoas escravizadas, libertas e livres de Feira de Santana, nas últimas décadas do século XIX, foi importante seguir os vestígios deixados por elas ao longo do tempo, combinando a abordagem qualitativa com a quantitativa das marcas deixadas pelo caminho e que consegui encontrar. Tal combinação permitiu um olhar mais aproximado dos sujeitos sociais investigados sem deixar de revelar aspectos mais gerais, fundamentais para identificar algumas de suas escolhas e inferir sobre o sentido de algumas delas dentro do universo cultural em que as personagens investigadas estavam inseridas. Olhando dessa maneira, ambas as abordagens se complementaram e, por isto mesmo, foram úteis para esta pesquisa situada no campo da história social.¹⁰

8. O conceito de interseccionalidade foi apresentado por Kimberlé Crenshaw no documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, em 1989. Além dos cruzamentos selecionados para este estudo, classe, gênero e raça, ela destacou a existência de outras diferenças, tais como: sexualidade, nação, etnia, religião (Crenshaw, Kimberlé. Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 117, 2002. Sobre o conceito de interseccionalidade, ver, ainda: Akotirene, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018; Collins, Patrícia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2nd ed. Londres: Routledge, 2000; Collins, Patrícia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rene Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

9. Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; Gonzalez, Lélia. *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018. p. 307-320; Hooks, Bell. *Ain't I a woman: black end feminism*. 2nd ed. Routledge: Taylor & Francis Group: New York and London, 2015, p. 13-15; Ratts, Alex; Rios, Flavia. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Pinto, Ana Flávia M. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB/Fino Traço, 2016, p. 387-403.

10. Burke, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992; Castro, Hebe. História Social. In: Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

Comércio de pessoas escravizadas, um negócio lucrativo na cidade encruzilhada

Devido à sua localização estratégica, fazendo a ligação entre o sertão e o litoral, Feira de Santana era conhecida por sua vocação para atrair pessoas da região e de lugares mais afastados interessadas em realizar todo tipo de negócios. Não por outra razão, na década de 1870, recorrentemente, o Tabelião de Notas de Feira de Santana, Francisco Gonçalves Pereira França era solicitado por compradores, vendedores e, muitas vezes, por procuradores destes para fazer o registro no livro de notas de propriedades negociadas no município, tais como casas, terras, sítios, fazendas e, notadamente, pessoas escravizadas.

No caso envolvendo as Marias da freguesia de Bom Despacho, diferentemente de reconhecer a liberdade, o suposto senhor apresentou os recibos da venda realizada pelo finado, entre janeiro e maio de 1880, nos quais se comprometia a passar a escritura pública a todo e qualquer tempo que fosse solicitado pelo novo proprietário.¹¹ Ao que tudo indica, a exigência para que a escritura fosse entregue não demorou a acontecer, visto que apenas alguns meses depois a escritura pública foi fornecida. Então, para comprovar sua versão dos fatos, o coronel Joaquim Ferreira de Moraes apresentou o documento à justiça.

Escritura pública de compra e venda paga e quitação que faz João Francisco do Rego, morador da Freguesia do Bom Despacho deste termo, do Capitão Joaquim Ferreira de Moraes, negociante e morador na cidade de Feira de Santana, dos escravos, Bonifácia do sexo feminino, cor fula, com idade de 9 anos, filha de Maria, liberta; Thomazia do sexo feminino, cor fula, com idade de 12 anos, filha de Maria; Praxedes do sexo masculino, cor fula, idade de 13 anos, solteiro, filho de Maria; Maria dos Anjos, cor preta, idade de 28 anos; Faustino do sexo masculino, de cor preta, idade de 10 anos, filho de Maria dos Anjos; todos solteiros, naturais da referida freguesia do Bom Despacho; pelo preço e quantia todos de 4 contos de réis, [...] ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1880, aos 7 dias do mês de outubro do dito

11. Tribunal da Relação Bahia. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 125-128.

ano, nesta Fazenda Sobradinho, propriedade do dito Capitão Joaquim Ferreira Moraes, no subúrbio da Cidade da Feira [...].¹²

Ao verificar o registro de matrícula de pessoas escravizadas pertencentes ao falecido João Pereira do Rego, realizado em 31 de agosto de 1872, e outros documentos anexos ao processo, foi possível constatar que uma cativa de nome Maria (provavelmente, Maria Pereira do Lago) de cor fula apareceu como alforriada, ao passo que as demais foram registradas como escravizadas.¹³ Assim, na mencionada carta de alforria, o casal teria reafirmado a liberdade já concedida anteriormente a uma das Marias. Nesse caso, é impossível não nos perguntarmos por que apenas Maria Pereira do Lago fora matriculada como liberta na ocasião do registro de matrícula.

Os depoimentos das testemunhas sobre o caso, assim como os documentos encontrados anexados à ação não permitem afirmar o teor da negociação entre Maria Pereira do Lago e o casal de ex-senhores. No entanto, uma das testemunhas ouvidas, o senhor Bernadino José Albino, natural da freguesia do Bom Despacho, de 58 anos, casado, que “vive da lavoura”, foi bastante elucidativo, pois, além de dizer que assinara as cartas de liberdade que dona Maria Carolina do Amor Divino mandara escrever, afirmou ter conhecido as escravizadas “gozando plena liberdade a partir da data em que ele testemunha assinou a dita carta” a rogo da irmã, isto é, em 9 de fevereiro de 1878. Segundo ele, as escravizadas continuaram a morar e a serem alimentadas pelo casal e somente se ausentaram da casa da ex-senhora ao saberem que estavam sendo vendidas na feira para o coronel Joaquim Ferreira de Moraes. Entretanto, no outro dia voltaram para a fazenda onde permaneciam na companhia da viúva.¹⁴

Diferente disso, ao reforçar as alegações feitas pela irmã e pelas escravizadas, Bernadino José Albino explicitou a boa relação que existia

12. Com o objetivo de facilitar a leitura, a escrita das palavras nas citações foi atualizada. Tribunal da Relação da Bahia. Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 23-24v.

13. Tribunal da Relação Bahia – Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 23-24v.

14. Tribunal da Relação Bahia – Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103, fls. 46-50.

entre as três mulheres e que a convivência somente fora interrompida por um breve momento de incerteza quanto ao futuro, isto é, diante da notícia de que poderiam ser vendidas na feira semanal que ocorria em Feira de Santana. Aquele era um motivo de preocupação, especialmente considerando o volume dos negócios que tradicionalmente eram realizados na sede do município naqueles dias em que se negociava de tudo, inclusive pessoas escravizadas.¹⁵

Desse modo, foi com o objetivo de negociar um escravizado que, em 3 de janeiro de 1871, Hylarião Silva Daltro saiu de São Gonçalo dos Campos, termo de Cachoeira, em direção a Feira de Santana ao encontro do alferes José Pedreira de Brandão, morador desta localidade, para quem vendeu o escravizado Félix, crioulo de mais ou menos 30 anos, por 650 mil-réis e depois foi até o cartório para que o tabelião de notas fizesse a escritura de compra e venda oficializando o negócio feito entre os dois homens.¹⁶

No entanto, se, para o vendedor e para o comprador, este foi mais um dia de negócios, o mesmo não posso supor para Félix que, a partir daquele momento, enfrentaria novas dificuldades, pois, mais do que o seu antigo senhor, ao ser vendido, ele teria que deixar para trás vínculos familiares e de amizade construídos na cidade onde nasceu e residia deste então. Embora a distância entre as duas cidades não fosse muito grande, ser vendido sempre implicava em incertezas quanto ao destino e, no mínimo, em preocupação quanto à necessidade de voltar a negociar melhores condições de vida em cativo e, ao mesmo tempo, perseguir a liberdade. As negociações eram constantes, mas era comum que o tabelião de notas tivesse que se deslocar até a residência de algumas das pessoas que negociavam pessoas cativas.

Quase dois meses depois, o tabelião de notas atendeu ao chamado para ir até a residência do tenente André Pereira da Silva Moraes que, por meio de uma procuração registrada em 1869, negociou, em nome do doutor José Pereira da Silva, uma mulher cativa chamada Possidonia, parda, de mais ou menos 35 anos e do serviço da lavoura. Do mesmo modo, para o mencionado local se dirigiu dona Clementina Maria Oliveira e Abreu que também saiu de São Gonçalo dos Campos com o propósito de regis-

15. Nascimento, F. R. *E as mulheres da terra de Lucas?...*, op. cit.

16. *Escritura de compra e venda de Félix*, 3 de janeiro de 1871. Feira de Santana - Cedoc/Uefs. Registro Cartorial. Livro de Notas: 12 - 1869-1873, fls. 98-99v.

trar a compra que fizera por 850 mil-réis. A documentação não informa o local de nascimento da cativa Possidonia, mas permite saber que ela fora adquirida para continuar se dedicando às atividades relacionadas ao cultivo da terra assim como à criação de animais que, por sua vez, era uma tradição na região.¹⁷

Desde o século XVII, a pecuária já se constituía como a atividade econômica mais importante da região de Feira de Santana, sendo que, nas primeiras décadas do século XIX, a feira de gado já era a mais importante da província, ainda que, em volume de negócios, fosse superada pela de Conceição da Feira e a de Nazaré o que, no primeiro momento, pode levar a pensar que ela tivesse poucos cativos, uma vez que as fazendas de gado em geral absorviam poucos trabalhadores. Entretanto, embora esse fosse o caso do distrito sede, estava longe de ser a realidade do município.¹⁸

Diferente disso, conforme observou Luiz Cleber de Moraes Freire, em Feira de Santana, era prática comum entre os proprietários a combinação em uma mesma unidade produtiva – pecuária e agricultura, produzindo especialmente mandioca, feijão e milho, produtos que eram usados para a alimentação na região. Além disso, cultivavam o tabaco, a cana-de-açúcar e o algodão que eram produzidos para exportação. Ele observou, ainda, que tais unidades utilizavam, principalmente, a mão de obra de pessoas escravizadas.¹⁹ Desse modo, é possível que muitas mulheres e homens escravizados adquiridos por proprietários locais fossem destinados a reforçar a mão de obra dessas propriedades rurais.

O fim do tráfico atlântico de escravizados, em 1850, com a lei de nº 581, Lei Eusébio de Queirós, resultou na competição por mão de obra e na transferência, em grande escala, de escravizados do Sul e do Nordeste para as províncias produtoras de café, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Embora o comércio intra e inter-regional de escravizados não fosse algo novo para o Nordeste, a partir desse período a Bahia deixou de ser importadora para exportar escravizados para essas regiões e muitos traficantes passaram a atuar na província. Além disso, ao contrário do que

17. *Escritura de compra e venda de Possidonia*, 23 de fevereiro de 1871. Feira de Santana – Cedoc/Uefs. Registro Cartorial. Livro de Notas: 12 – 1869-1873, fls. 110-111v.

18. Poppino, Rollie E. *Feira de Santana...*, cit., p. 57; Freire, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Feira de Santana: Uefs, 2011, p. 53-114.

19. Freire, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra...*, cit., p. 71-87.

se pensava, os grandes engenhos do Recôncavo não foram os principais fornecedores dos escravizados, e sim as pequenas e médias propriedades agrícolas sertão adentro que abasteceram a região de economia mais dinâmica do país de mão de obra escravizada, especialmente das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí.²⁰

Observando escrituras de compra e venda de escravizados de Caetité, Erivaldo Fagundes Neves verificou que, por conta do fim do tráfico, houve uma queda de 23% do número de escrituras na década de 1850, mas, devido ao estímulo do comércio inter-regional, nas duas décadas posteriores, a porcentagem cresceu, respectivamente, em 40% e 52%.²¹ No entanto, entre 1872 e 1873, a Bahia ainda tinha a terceira maior população escravizada do Brasil. O número de cativos nesta província era maior do que na província cafeeira de São Paulo.²²

Evidentemente, o que estava acontecendo com o Brasil chamava a atenção de outros países abolicionistas, especialmente da Inglaterra, que acompanhava o processo de emancipação em vários países. Desse modo, os representantes e agentes britânicos no exterior enviaram um relatório sobre o comércio de pessoas escravizadas referente a vários países. No caso do Brasil, um dos itens deste documento informava sobre a existência de um projeto de lei enviado pelo senador Junior Teixeira, em 8 de maio de 1877.²³ Segundo o cônsul britânico, Austin, a proposta do senador era uma adaptação de um projeto já apresentado à Câmara de Deputados pelo Barão de Cotegipe, em 1854, e consistia na proibição do tráfico interprovincial determinando que pessoas escravizadas só pudessem viajar acompanhadas de seus senhores sob limitações fixadas por regulamentos do governo. Na justificativa do projeto, o cônsul destacou

20. Barickman, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 226-231; Graham, Richard. "Nos tumbeiros mais uma vez?": o comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia* - Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 27, p. 130-131, 2002; Neves, Erivaldo F. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia* - Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 24, p. 99-104, 2000; Neves, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: Uefs, 2012, p. 196-203; Sampaio, Gabriela dos R. *Conexões Rio-Bahia: identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888*. Acervo, Rio de Janeiro, n. 1, p. 70-72, 2009.

21. Neves, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes...*, op. cit., p. 99.

22. Barickman, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 231.

23. Library of Congress. Um Arquivo Transnacional. "Representantes e agentes britânicos no exterior e relatórios oficiais relacionados ao tráfico de escravos", 1877. Correspondências. *Escravidão e anti-escravidão*, fl. 5.

que tal proibição era um complemento necessário à lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871.²⁴

Contudo, somente no início da década de 1880, quando, receosos do grande fluxo de escravizados que continuava saindo do Nordeste em direção ao Sudeste, alguns deputados, alegando o interesse de prolongar a escravidão no país, chamaram a atenção para o risco que a redução de escravizados na região exportadora significava para a continuidade da instituição no Brasil. Para eles, em um curto período, os deputados nordestinos não teriam mais interesse na manutenção da escravidão. O medo da “onda negra” e a adesão à solução imigrantista europeia também influenciaram para que as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, adotassem uma política anti-tráfico, cobrando altas taxas para cada pessoa escravizada que entrasse em cada uma delas, interrompendo imediatamente o tráfico interprovincial.²⁵ Este tipo de comércio somente foi proibido em 28 de setembro de 1885, com a lei de nº 3.270, conhecida como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe.²⁶

De acordo com as estimativas de Robert Slenes, o auge da transferência de escravizados para o Sudeste ocorreu entre 1873 e 1881, quando, em média, 90 mil cativos entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos.²⁷ Desse modo, é plausível pensar que Possidonia, Félix e muitas outras pessoas escravizadas vendidas nesse período em Feira de Santana fossem enviadas para abastecer de escravizados as fazendas de café do Sudeste do Brasil, especialmente na década de 1870, quando a probabilidade de mulheres e homens escravizados vendidos no Nordeste acabar indo para essa região aumentou bastante.²⁸

24. Library of Congress. Um Arquivo Transnacional. Representantes e agentes britânicos no exterior e relatórios oficiais relacionados ao tráfico de escravos, 1877. Correspondências. *Escravidão e anti-escravidão*, fl. 5.

25. Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p. 133-140; Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 57-59; Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978, p. 207-212; Neves, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 217-219.

26. Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008; Neves, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 219-220.

27. Slenes, Robert Wayne. *The demography and economics of Brazilian slavery*. Tese de Ph.D. Stanford University, 1976, p. 138.

28. Graham, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez?”..., op. cit., p. 130.

Nesse sentido, quando a liberta Maria Pereira do Lago e a escravizada Maria dos Anjos decidiram mover uma ação de liberdade contra Joaquim Ferreira de Moraes, elas, certamente, sabiam que corriam o risco de verem parte da família negociada na mencionada feira e enviada para longe. Isso porque diante do impasse entre elas e o coronel não seria exagero imaginar que o suposto senhor pudesse, de fato, considerar que vender a parte da família que ainda não atravessara a fronteira da escravidão rumo à liberdade fosse uma boa maneira de resolver o caso a seu favor.

Ocupação de pessoas escravizadas negociadas em Feira de Santana

Ao analisar as escrituras de compra e venda do tabelião de notas em conjunto foi possível constatar que elas nem sempre fornecem informações sobre a relação do comprador ou do vendedor com o tráfico interprovincial. Por outro lado, trata-se de registros importantes para que possamos traçar o perfil ocupacional das pessoas escravizadas e negociadas em Feira de Santana.

REGIÕES	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Capaz de qualquer trabalho	-	-	3	2,8	3	2,8
Sem aptidão	3	2,8	2	1,9	5	4,8
Serviço doméstico	10	9,5	3	2,8	13	12,4
Serviço da lavoura	38	36,2	43	40,9	81	77,1
Serviço da lavoura e doméstico	2	1,9	-	-	2	1,9
Serviço de mineração	-	-	1	0,9	1	0,9
TOTAL	53	50,4	52	49,3	105	100

Tabela. Ocupações nas escrituras de compra e venda de escravizados, 1871-1881

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos de Feira de Santana, 1871-1881. Feira de Santana - Cedoc/Uefs. Registro Cartorial.

Considerando o recorte deste estudo, nos registros de compra e venda de pessoas escravizadas do livro de notas de Feira de Santana, encontrei dados referentes aos anos de 1871 a 1881 que, porém, não informam a ocupação de 78 pessoas escravizadas, 41 mulheres e 37 homens, mas

oferecem uma amostra interessante sobre as ocupações que mais absorveram as mulheres, homens e crianças naqueles anos.

De acordo com a Tabela, o conjunto de 105 registros de compra e venda de pessoas escravizadas, 53 (50,4%) mulheres e 52 (49,3%) homens, reflete a importância do trabalho agrícola para a região. Desses, pelo menos 81 (77,1%) pessoas, 38 (36,2%) mulheres e 43 (40,9%) homens foram classificados para o serviço da lavoura, ou seja, a partir da análise desses dados observei que as pessoas escravizadas compradas e vendidas em Feira de Santana já se dedicavam ou, no mínimo, foram compradas para se dedicarem a ocupações ligadas à vida rural.

A presença quase equilibrada entre mulheres e homens neste ofício indica que ambos eram direcionados para realizar as desgastantes atividades relacionadas ao “serviço da lavoura” no período de 1871-1881. Esta tendência parece ser anterior ao período investigado, pois, iniciando a observação desde 1850, Flaviane Nascimento reuniu dados que lhe permitiram afirmar que a pequena agricultura e a policultura de Feira de Santana não faziam distinção de sexo para o trabalho na roça.²⁹

Apesar de o registro de compra e venda apresentado à justiça pelo coronel Joaquim Ferreira de Moraes não informar as ocupações das Marias e suas crianças, a partir de outros documentos reunidos, como os depoimentos das testemunhas, bem como da versão das autoras e do réu, foi possível constatar que existira uma relação de proximidade entre elas e seus ex-senhores. Tais informações sugerem que essas mulheres e, até mesmo, as crianças se dividissem entre ocupações rurais e o trabalho doméstico na casa do casal e que, por vezes, acompanhavam o falecido João Francisco do Rego à sede do município para fazer compras.³⁰

Do mesmo modo, a Tabela explicita que, entre as escravizadas e os escravizados negociados em Feira de Santana, apenas 13 (12,4%) estavam dedicados ao serviço doméstico, 10 (9,5%) mulheres e 3 (2,8%) homens. Embora de forma reduzida, essa amostra informa que se trata de uma ocupação em que havia uma preferência pelas mulheres, aproximando-se das conclusões mais comuns encontradas nos estudos sobre o tema e, ainda, explicita que 2 (1,9%) dentre elas transitaram en-

29. Nascimento, Flaviane Ribeiro. *E as mulheres da terra de Lucas?...*, cit., p. 45-56.

30. Tribunal da Relação, Apelação Cível – Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb – Arquivo Público do Estado da Bahia. Sessão Judiciária, *Ações de Liberdade*, 71/2521/103.

tre o trabalho doméstico e o trabalho da lavoura. Isso permite entrever que, enquanto o trabalho na lavoura era uma ocupação de ambos os sexos, os serviços domésticos eram considerados atividades femininas, sendo que 2 (1,9%) dos homens apareceram como capazes de realizar qualquer trabalho e um deles se dedicava ao serviço da mineração.³¹

Além disso, ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela, o comércio, forte tradição local, não apareceu em nenhum dos registros analisados para este período, ainda que a feira de gado do município já estivesse consolidada como a mais importante da província da Bahia e a venda de produtos derivados do boi, assim como de produtos agrícolas e de vários utensílios que não eram encontrados nas cidades menores fossem fundamentais para o abastecimento dos moradores da região.³²

Nesse sentido, dada a tentativa de controle e de restrição de espaços para a população negra nas áreas centrais da cidade, um modo de interpretar o silêncio sistemático em torno da existência de pessoas atuando no comércio se refere ao fato de que trabalhadores negros, especialmente as mulheres deste grupo, predominavam entre as pessoas que tradicionalmente se dedicavam ao comércio informal no município.³³

No tocante às mulheres que trabalhavam na rua, havemos ainda de lembrar que elas não eram bem-vistas, pois não era novo que o espaço considerado mais adequado para as mulheres, de uma maneira geral, era o âmbito privado. Entretanto, para aquelas que vivenciavam a ex-

31. Sobre a preferência pelas mulheres para o trabalho doméstico, consultar: Barreto, Marina Leão de Aquino. *“Criada, não, empregada!”: contrastes de resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2018; Graham, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Silva, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2016.

32. Poppino, R. *Feira de Santana...*, cit., p. 237-244; Freire, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra...*, op. cit., p. 57.

33. Damasceno, Karine Teixeira. *Para serem donas de si...*, op. cit., p. 59-81. Para outras regiões, consultar: Dias, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; Faria, Sheila de Castro. *Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)*. In: Soares, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas Atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007; Mott, Luis R. B. Subsídios e história do pequeno comércio no Brasil. *Revista História*, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976; Soares, Cecília Moreira. *Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. *Afro-Ásia* – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 17, p. 57-71, 1996; Soares, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Salvador: Eduneb, 2007.

perícia da escravidão, as libertas e mesmo as negras nascidas livres, a condição de trabalhadoras as tornava personagens tão comuns quanto os homens no mundo da rua, especialmente em uma cidade de vocação comercial como Feira de Santana. Por isso mesmo, discipliná-las não era exatamente uma tarefa fácil, visto que as condições de vida lhes impunham o trânsito no mundo da rua, aliás, para o trabalho na rua era imprescindível a circulação e, mesmo quando elas, enquanto trabalhadoras, estavam dedicadas ao trabalho doméstico, era muito comum que, em seu cotidiano, precisassem ir à rua seja para comprar algum produto na feira, lavar roupa, ir à quitanda ou à venda.³⁴

Ademais, no contexto de luta pela liberdade das últimas décadas da escravidão, transitar entre o público e o privado poderia ser determinante para a conquista de liberdade e, certamente, elas não poderiam e nem queriam se dar ao luxo de abrir mão dessa possibilidade. Era assim que acumulavam pecúlio para a compra da alforria e tinham acesso a informações sobre a movimentação de outras mulheres e homens que tramavam juntos as mais diferentes estratégias de liberdade. Certamente, foi uma dessas pessoas que fez chegar a Maria Pereira do Logo e a Maria dos Anjos a notícia dos negócios realizados entre o finado João Francisco do Rego e o coronel Joaquim Ferreira de Moraes na feira.

A documentação analisada não informa qual era exatamente a porcentagem de mulheres que trabalhava na feira ou que vendia produtos pelas ruas da cidade. Entretanto, a julgar pela preocupação das autoridades em formular posturas para discipliná-las como, por exemplo, a Resolução de 21 de junho de 1872 na qual a Assembleia Legislativa de Bahia, a pedido da Câmara Municipal de Feira de Santana, impôs várias restrições ao trabalho realizado pelas ganhadeiras no centro da cidade, elas dificilmente seriam coadjuvantes na prática do comércio na cidade, notadamente o de alimentos.³⁵

Dentre as atividades exercidas nas pequenas e médias propriedades estavam os cuidados com os animais, o cultivo da lavoura e, não menos importante, a venda dos produtos cultivados e de animais de pequeno

34. Para conhecer uma discussão interessante sobre a presença das mulheres escravizadas, libertas e livres nos espaços públicos bem como a respeito do incômodo que suas presenças causavam às elites e às autoridades, ver: Dias, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; Telles, Lorena Fêres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 221-319.

35. Damasceno, Karine Teixeira. *Para serem donas desi...*, op. cit. p. 74-77.

porte na feira semanal. Além disso, provavelmente, muitas pessoas livres tinham uma pequena roça familiar e cultivavam algum produto no quintal de casa de modo que, em qualquer dessas situações, os produtos serviam tanto para o complemento da dieta familiar quanto para serem vendidos na feira e a não referência ao exercício desta atividade pode significar que a venda fosse um desdobramento do trabalho agrícola.³⁶

A presença expressiva de mulheres que tinham como ocupação o trabalho agrícola, entre as pessoas escravizadas negociadas em Feira de Santana, sugere que, embora a maior parte dos senhores preferisse homens para o trabalho na lavoura, diante do cenário de escassez, a possibilidade de comprar uma escravizada com experiência de trabalho rural tenha despertado o interesse de muitos traficantes que acabaram optando por fazer este investimento. Com efeito, além da lei, de 1871, isso deve ter contribuído para que muitas delas fossem vendidas junto com suas filhas e filhos pequenos.

Mães com suas crianças e outras tantas pessoas escravizadas

As mulheres foram as principais protagonistas do desafio de manter a família unida.³⁷ O interesse em manter os laços familiares, cons-

36. Para conhecer outra inferência sobre isso, consultar: Damasceno, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2011, p. 47-48. Para outras regiões da Bahia, consultar: Costa, Alex A. *Tramas e contendas: escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na Bahia de Camamú, 1800-1850*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2016; Santana, Clíssio Santos. *“Ele queria viver como se fosse homem livre”*: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2014.

37. Sobre o esforço das mulheres para manter a família unida durante a escravidão, ver: Cowling, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Unicamp, 2018; Barreto, Virginia Q. *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016; Bertin, Enidelce. Uma “preta de caráter feroz” e a resistência ao projeto de emancipação. In: Castilho, Celso Thomas; Machado, Maria Helena P. T. (Org.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Edusp, 2018. p. 129-141; Machado, Maria Helena P. T. Entre dois Benditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: Xavier, Giovana; Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flavio (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emanci-*

tantemente ameaçados pelos interesses senhoriais, além de razões de ordem afetiva, também poderia ser visto como parte da estratégia para o sucesso de projetos de liberdade. O esforço coletivo dos membros da família poderia ajudar para a poupança, para a negociação da carta de alforria e, ao mesmo tempo, potencializar o esforço para acumular o pecúlio que poderia ser usado para libertar seus membros, por isso mesmo, o desejo e o empenho para não se afastar dos seus era uma tendência comum entre pessoas escravizadas de ambos os sexos.³⁸

Em 13 de fevereiro de 1871, encontrei outra Maria na documentação, esta de 32 anos, crioula, solteira, do serviço da lavoura e natural da freguesia de São Gonçalo dos Campos, com seus filhos pequenos, o “crioulinho” Manoel, de 7 anos, natural da cidade de Feira de Santana, e o “cabrinha” Epifanio, de 2 anos, natural da freguesia de Humildes. A família pertencia ao padre José Lourenço Vieira Gonçalves, morador no arraial das Mercês, na freguesia de São Gonçalo dos Campos. Por intermédio de seu procurador, Antonio Lopes de Oliveira Torres, o padre procurou o tabelião da sede do município para registrar em cartório a posse da família em nome de seu novo senhor, Ignacio de Cerqueira, morador da fazenda Pau a Pique, na freguesia de Humildes, pelo valor de 1 conto e 300 mil-réis. Todos deveriam trabalhar dedicados ao serviço da lavoura.

No caso desta Maria e suas crianças, o negócio tinha sido realizado informalmente, dois anos antes, o que explica o fato de uma das crianças ter nascido no novo destino da família. Além de ter nascido em outro lugar diferente da mãe e do irmão, Epifanio, cor cabra, talvez fosse filho de outro parceiro de Maria. Isto é, apesar do Decreto de nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, proibindo a separação de familiares, é possível que, com a venda, o pai de Manuel tenha sido deixado para trás, sendo que, em tempos de tráfico interprovincial intenso, o mais provável é que ele tivesse sido vendido para longe tornando ainda mais difícil reunir a família.³⁹ Desse modo, em seu novo local de moradia, é possível que ela tenha vivenciado outra experiência sexo-afetiva com o pai do filho caçula.

pação. São Paulo: Selo Negro, 2012; Reis, Isabel Cristina F. dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*— Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 23, p. 27-46, 1999; Taylor, Nikki Marie. *Driven Toward Madness: the fugitive slave Margaret Garner and tragedy on the Ohio*. Athens: Ohio University Press, 2016.

38. Slenes, Robert. W. *Na senzala, uma flor...*, cit., p. 206.

39. Disponível em: <https://bit.ly/32KZ9xA>. Acesso em: 5 dez. 2018.

Em 12 de agosto de 1872 foi a vez de Thereza, crioula, de mais de 40 anos, do serviço da lavoura, e de suas três crianças, Eugenio, crioulo, de 12 anos, Fernando, de 7 anos, Maria de 4 meses e Mônica, de 2 meses, deixarem de ser propriedade de João Domingues Moreira, morador em Feira de Santana, ao serem vendidos por 1 conto e 850 mil-réis a Manoel Veríssimo Ferreira da capital da Bahia. Nesse caso, vale salientar que os dois homens fizeram a transação por meio de seus respectivos procuradores.⁴⁰ Nesse sentido, é importante destacar que a figura do procurador costumava ser comum no intermédio das negociações de escravizados em Feira de Santana, pois, ainda que muitos deles fossem familiares, amigos ou advogados das pessoas representadas, uma parte significativa estava intimamente envolvida no lucrativo comércio interprovincial de pessoas escravizadas.

De acordo com Robert Slenes, muitos comerciantes de cativas e cativos pediam aos proprietários interessados em vendê-los para passar uma procuração dando-lhe poderes para representá-lo no negócio; tal subterfúgio tinha como objetivo camuflar a transação comercial para evitar o imposto de transferência de propriedade. Depois disso, o escravizado era revendido, passando a pertencer a um terceiro senhor.⁴¹ Portanto, ainda que muitas mães tenham sido vendidas, para outras províncias, com suas crianças, além de terem que romper com outros familiares da extensa família negra que continuaram em Feira de Santana ou nas localidades da região de onde muitas delas eram trazidas para serem vendidas ou revendidas na cidade, de fato, não tinham nenhuma garantia de que, ao longo de tantas negociações, continuariam juntas até o destino final.⁴²

40. O vendedor, João Domingues Moreira, foi representado pelo Alferes Noberto Alves Rodrigues e o comprador, Manoel Veríssimo Ferreira, por Saturnino Carlos de Uzeda. Escritura de compra e venda de Thereza e suas filhas e filhos, 12 de agosto de 1872. Feira de Santana - Cedoc/Uefs. Registro Cartorial. Livro de Notas: 12 - 1869-1873, fls. 163v-165.

41. Sobre procuração para venda de pessoas escravizadas e o tráfico interprovincial, ver: Slenes, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery...*, op. cit., p. 155-157. Ver, ainda: Chalhoub, Sidney. *Visões daliberdade...*, cit., p. 43-48.

42. Para uma discussão sobre a preservação de algumas famílias de pessoas escravizadas, ver: Andrade, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (a propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 93-104, 1998; Neves, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 213-214. Para conhecer um caso interessante sobre o esforço de um escravizado para não ser separado dos seus no contexto do tráfico interprovincial, bem como para conhecer o conceito de família negra, ver: Reis, Isabel Cristina F. *A família negra no tempo da escravidão*: Bahia, 1850-

Um dos homens que parece ter ganhado muito dinheiro com o comércio de negras e negros cativos em Feira de Santana foi Manoel Ribeiro de Macedo que, ora encontrei negociando em seu nome ora em nome da empresa da família Manoel Ribeiro de Macedo e Irmão. Em 19 de julho de 1878, por exemplo, uma menina sendo vendida sozinha, Praxedes, de 11 anos, preta, solteira, natural da freguesia Santa Barbara, filha de Simplicia, de nenhuma aptidão profissional, foi vendida por Pedro José das Mercês, por meio de seu procurador, ao capitão José Freire de Lima para a empresa dos irmãos Macedo por 400 mil-réis.⁴³

A historiadora Flaviane Nascimento, vasculhando os registros de compra e venda de escravizados de Feira de Santana ao longo de quase meio século, também encontrou os irmãos Macedo na documentação e descobriu que eles migraram da Província do Piauí para Feira de Santana, ainda no início do século XIX, onde acabaram se estabelecendo. Segundo esta autora, entre 1850 e 1888, o nome da empresa dos irmãos foi mencionado 11 vezes nas escrituras de compra e venda de pessoas escravizadas, sendo que, em 6 delas, Manoel Ribeiro Macedo era o intermediário da compra.⁴⁴ O comércio de gente era um negócio que vinha atraindo muitos adeptos e seus agentes estavam cada vez mais presentes e atuantes no Nordeste e, provavelmente, ganharam muito dinheiro naqueles anos de seca em que era possível comprar escravizados por um preço bem mais baixo.⁴⁵

Nesse sentido, é impossível não lembrar a estratégia de defesa adotada pelo coronel Joaquim Ferreira Moraes e seu advogado Cristovam Telles Barretto diante da acusação de que este tinha subtraído a carta de liberdade de Maria dos Anjos e das crianças – Bonifácia, Praxedes, Tomazia e Faustino. No sentido de enfraquecer a acusação e demonstrar poder econômico, de acordo com a defesa, em Feira de Santana não faltavam:

1888. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2007, p. 18-19; 40-60.

43. Escritura de compra e venda de Praxedes, 19 de julho de 1878. Feira de Santana – Cedoc/Uefs. Registro Cartorial. Doc. 985-985c.-

44. Nascimento, Flaviane Ribeiro. *E as mulheres da terra de Lucas?...*, op. cit., p. 67-68; Nascimento, Flaviane Ribeiro. *Viver por si: histórias de liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2012, p. 48-49.

45. Para ver uma discussão interessante sobre o fluxo de escravizados, especialmente de pessoas africanas vendidas da Bahia para o Rio de Janeiro antes e depois do fim do Tráfico Atlântico, consultar: Sampaio, G. dos R. *Conexões Rio-Bahia...*, op. cit., p. 70-72.

[...] escravos para serem vendidos por preços baixos e se o réu que não compra escravos para vender tinha interesse de adquirir algum para seu serviço, certamente, os comprariam em mão de outrem sem ser preciso cometer um crime inutilizando uma carta de liberdade; quando, aliás, os escravos em questão foram comprados por preços superiores aos preços porque poderia comprar outros em iguais condições e se tal compra fez foi por servir a João Francisco do Rego de quem era amigo e a quem havia adiantado todo dinheiro [...].⁴⁶

Embora não descarte a possibilidade de que o coronel Joaquim Ferreira Moraes também tivesse algum envolvimento com o comércio inter-regional de escravizados, outros aspectos chamaram a atenção nessa declaração, visto que esta parte de sua defesa foi construída buscando diferenciar seu cliente de outro tipo de comprador que parecia ser muito comum na região, isto é, os traficantes, que compravam escravizados para revender, sujeitos sociais que, àquela altura, atuavam neste tipo de comércio não só em Feira de Santana, mas em todo o Nordeste e que, certamente, eram notados por todos os outros segmentos sociais.

Em segundo lugar, ao afirmar que a oferta de escravizados era grande e os preços baixos, o coronel Joaquim Ferreira Moraes fez referência ao cenário de constantes estiagens no sertão, principalmente a seca de 1877 e a de 1879 que provocaram o desabastecimento regional, levando à migração em massa da população livre e à venda da escravaria por preço baixo. Isto é, bem diferente do que acontecia no Sudeste onde os preços aumentaram bastante com o fim do tráfico atlântico chegando a mais que o dobro do interior da Bahia.⁴⁷

Embora as vendas na região Nordeste fossem menos vantajosas para os traficantes⁴⁸, nas décadas seguintes ao fim do tráfico, era mais vantajoso, para os cafeicultores do Sudeste, comprar escravizados vin-

46. Tribunal de Relação da Bahia – Autora, Maria (escravizada); Réu, Joaquim Ferreira de Moraes. Juízo de Direito, Feira de Santana, 1880. Apeb. Sessão Judiciária, Ações de Liberdade, 71/2521/103, fls. 157-163.

47. Neves, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes”..., op. cit., p. 103-104; Graham, Richard “Nos tumbeiros mais uma vez?”..., op. cit., p. 131; Slenes, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery...*, op. cit., p. 179-214.

48. Graham, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez?”..., op. cit., p. 132; Pires, Maria de Fátima Novaes. *Fios davida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 46-51.

dos do Nordeste. Isso dificultava a compra, inclusive pelos senhores mais prósperos da Bahia, grupo do qual o coronel, que também era juiz de paz do município, ostentou fazer parte. Assim, é provável que mesmo os senhores de grandes propriedades de Feira de Santana não tenham saído ilesos dos reflexos do fim do tráfico e da seca nos preços das pessoas escravizadas, inclusive em algumas localidades do sertão onde foram obrigados a vendê-las.

Enquanto isso, nas últimas décadas da escravidão, na região de Feira de Santana, escravizadas, libertas e livres, dentre outros trabalhadores, tentavam sobreviver como podiam enquanto buscavam pequenas brechas que pudessem conduzi-las à conquista da liberdade. Se fosse preciso, algumas delas estavam dispostas a levar esse propósito às últimas consequências, chegando a mover ações de liberdade reivindicando, na justiça, o direito que acreditavam ter de serem donas de si e, por vezes, de garantir esse direito para suas crianças.⁴⁹

Ao analisar ações de liberdade no Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, Keila Grinberg constatou que o número de pessoas que decidiam mover uma ação vinha crescendo acentuadamente a partir de 1850 e, considerando as sentenças, concluiu que as chances de as pessoas escravizadas saírem vitoriosas eram maiores do que as de seus proprietários. Ou seja, pelo menos nessa instância, a legitimidade da escravidão estava com os dias contados.⁵⁰ Nesse sentido, Beatriz Mamigonian mostrou que a lei de 7 de novembro de 1831 declarando livres todas as pessoas escravizadas que entrassem no território ou portos do Brasil se tornou peça chave entre as décadas de 1860 e 1880, tanto que, no início da década de 1880, as ações de liberdade chegaram a se multiplicar. A interpretação “radical” da lei de 1831 era compartilhada por um grupo de advogados, juízes e funcionários dispersos em várias províncias do país.⁵¹

49. Para conhecer dois estudos que explicitam o protagonismo feminino para garantir a liberdade para si mesmas e para sua descendência, ver: Grinberg, Keila. *Liberata – a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dunará, 1994; Pedroza, Antonia Márcia N. *Desventuras de Hypólita*: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFERN, 2018.

50. Grinberg, Keila. Reescravidão, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: Lara, Sílvia H.; Mendonça, Joseli Maria Nunes. (Org.). *Direito e Justiça no Brasil*: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006, p. 120-124.

51. Mamigonian, Beatriz Galloti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: Lara, Sílvia H.; Mendonça, Joseli Maria Nunes. (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil*: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006, p. 130-152.

No caso das Marias da freguesia de Bom Despacho, apesar de todo o esforço para conquistar e garantir na justiça o direito à liberdade para toda a família, elas não foram tão felizes no primeiro momento, haja vista que a sentença em primeira instância fora contra a liberdade. Mas entre embargos e desembargos, deram muito trabalho ao coronel Joaquim Ferreira de Moraes. De acordo com a lei, de 28 de setembro de 1871, as ações de liberdade passaram a ser processos sumários e, quando a sentença fosse contrária à liberdade, haveria apelações junto ao Tribunal de Relação da Bahia. Foi nesta instância que elas conquistaram uma sentença favorável à liberdade, passado a que só foi possível ter acesso devido ao intercruzamento de suas vidas à justiça.⁵² Imagino que, do ponto de vista do vencido, pior do que ser derrotado por Maria Pereira do Lago e Maria dos Anjos na justiça era o significado político que aquela vitória teria para outras tantas pessoas em cativeiro que se mobilizavam de todas as maneiras possíveis para eliminar as barreiras que ainda as impediam de atravessar a fronteira que as separava do direito de viver em liberdade.

Considerações finais

Diferentemente dos homens, as mulheres escravizadas tiveram mais acesso ao interior das casas senhoriais. Este foi o caso de Maria Pereira do Lago e de Maria dos Anjos. Ali, se, por um lado, tiveram mais acesso a informações importantes para traçar as estratégias de liberdade, por outro, foram mais vigiadas e expostas a todos os riscos, o que implicava uma maior convivência com senhoras, senhores e seus convidados.

Além do trânsito em diferentes “mundos”, outras especificidades da escravidão feminina chamaram a atenção na análise da documentação como, por exemplo, a maternidade, que influenciava de modo decisivo em suas escolhas, sendo que, nas últimas décadas da escravidão, muitas mulheres viram, sobretudo, seus filhos serem vendidos para abastecer o Sudeste de mão de obra escravizada, se empenharam para evitar tais separações e algumas delas conseguiram ser vendidas junto com suas crianças, mas, para muitas outras, foi inevitável tal distanciamento.

Nas últimas décadas da escravidão no Brasil, mulheres como as Marias da freguesia de Bom Despacho levaram sua demanda por li-

52. Verificar o artigo 7º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://bit.ly/2H2etqK>. Acesso em: 21 out. 2017.

berdade para serem resolvidas pela justiça e, assim como elas, muitas outras alegaram ter recebido uma carta de liberdade que nem sempre foi apresentada às autoridades judiciais. Por vezes, elas conseguiram sair vitoriosas desses confrontos, mas, mesmo quando isso não acontecia, o fato de questionarem a legitimidade da escravidão era suficiente para abalar o sistema escravista. Além de mudar o rumo de suas vidas e de suas crianças, essas mulheres, bem como as outras tantas pessoas escravizadas que duelaram com integrantes da classe senhorial nos tribunais, contribuíram, sobremaneira, para que as gerações que vieram depois delas pudessem nascer e vislumbrar um tempo de liberdade.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2018.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 1998.

ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (a propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). **LOCUS** – Revista de História, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 93-104, 1998.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Marina Leão de Aquino. **“Criada, não, empregada!”: contrastes de resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador.** 158f.? Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2018.

BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888).** 250f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016.

BERTIN, Enidélce. “Uma ‘preta de caráter feroz’ e a resistência ao projeto de emancipação”. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P. T. (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: EDUSP, 2018.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista século XIX. **História Social** – Revista dos pós-graduandos em História da UNICAMP, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2. sem. 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2nd ed. Londres: Routledge, 2000.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rene Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Alex Andrade. **Tramas e contendas: escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na Baía de Camamú, 1800-1850**. 213f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2016.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Campinas: UNICAMP, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas-SP, 2011.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si:** mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 244f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)”. In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). **Rotas Atlânticas da diáspora africana:** da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2007.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra:** agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana: UEFS, 2011.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. **Liberata – a lei da ambigüidade:** as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dunará, 1994.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e Justiças no Brasil:** ensaios de História Social. Campinas: UNICAMP, 2006.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman:** black end feminism. 2nd ed. Routledge: Taylor & Francis Group: New York and London, 2015.

LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista, o Lucas da Feira:** estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana. 275f. Dissertação (Mestrado em História)

– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 1990.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 42, p. 157-193, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Entre dois Benditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e Justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: UNICAMP, 2006.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2008.

MOTT, Luis R. B. Subsídios e história do pequeno comércio no Brasil. **Revista História**, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **E as mulheres da terra de Lucas?** cotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas – Feira de Santana, 1850-1888. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2009.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si**: histórias de liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. **Afro-Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura**: alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS, 2012.

PEDROZA, Antonia Márcia N. **Desventuras de Hypolita**: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFRN, 2018.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertoins de sima-BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In*: PINTO, Ana Flávia Magalhães (Org.). **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil século XIX e XX**. Cruz das Almas: EDUFRB/Fino Traço, 2016.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. **Afro-Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, n. 23, p. 27-46, 1999.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. 305f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Conexões Rio-Bahia: identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888**. **Acervo**, Rio de Janeiro, n. 1, 2009.

SANTANA, Clíssio Santos. “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888). 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2014.

SILVA, Maciel Henrique. **Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador**. Jundiá: Paco, 2016.

SLENES, Robert Wayne. **The demography and economics of brazilian slavery**. Ph.D These. Stanford University, 1976.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Cecilia Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOARES, Cecilia Moreira. **Mulher Negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2007.

TAYLOR, Nikki Marie. **Driven Toward Madness: the fugitive slave Margaret Garner and tragedy on the Ohio**. Athens: Ohio University Press, 2016.

TELLES, Lorena Fêres da Silva. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

UM “IMPÉRIO DE MULHERES”? ESCRavidÃO, TRABALHO, GÊNERO E LIBERDADE - SENEGAL (1818-1848)

Juliana Barreto Farias

Em 3 de março de 1832, Desirée Dégriguy, “habitante indígena” da ilha de Gorée, no Senegal, dirigiu-se ao escritório notarial da cidade para registrar as alforrias de duas escravizadas: a “negra” (“negrèsse”) Gracia Faye, de 28 anos, e sua filha, de quatro anos de idade. Nascidas em Gorée, elas haviam “pertencido” à avó de Desirée, Madame Marie-Gabrielle Roussin, que falecera no ano anterior. E em “consideração ao acordo verbal” feito entre Gracia e Roussin, sua neta concedeu-lhes, gratuitamente, “plena e inteira liberdade”. Poucos dias depois, a “negra livre” (“nègre libre”) Babasika compareceu ao mesmo local para igualmente consignar, de forma gratuita, os atos de emancipação de duas cativas, também mãe e filha. Em “razão de sua boa conduta”, Coumba Pelka, de 25 anos, nascida em Baol, assim como sua filha Marianne Sée, de 3 anos, ficavam inteiramente livres¹.

Nesse mesmo ano, Eliza Boube, uma menina de nove anos de idade, também conquistou sua liberdade. Mas não tão facilmente. Cativa da “dame” Marie Therese Panet, ela vivia em Gorée. Não sabemos se com sua mãe, identificada apenas como Bisine Scene. Já seu pai, Babacar Boube, estava em Saint-Marie, à beira do rio Gâmbia, e foi de lá que enviou 160 cabaças (que “correspondiam ao valor de 800 francos”) para o pagamento da alforria da filha. Os recursos foram entregues à senhora Panet pelo negociante Jean Pierre Crispin, que os recebera na ilha senegalesa. Não era pouca coisa. Também em 1832, dois “negros” com ofícios especializados desembolsaram valores equivalentes por suas liberdades. Diaga-Tíam, pedreiro de 30 anos, pagou mil francos. Já o marinheiro Joseph-Jean, que permaneceu na Gâmbia por vários anos, teve sua “emancipação consentida por meio da soma de 800 francos”².

1. Archives Nationales du Sénégal (doravante ANS), 4Z1 13. *Actes Notariés*, 1832, n. 39 (3 mars 1832); n. 48 (19 mars 1832).

2. ANS, 4Z1 13. *Actes Notariés*, 1832, n. 3(10 janvier 1832); n. 112 (7 sept. 1832); n. 145 (5 décembre 1832).

Gracia, Coumba, Marianne, Eliza, Diaga-Tíam e Joseph-Jean foram libertados entre os meses de janeiro e dezembro de 1832. Não tenho informações mais detalhadas sobre seus anos de cativo, nem tampouco quando exatamente chegaram à pequena ilha do Senegal. Nessa época, as possessões coloniais francesas na costa ocidental africana consistiam nas bases insulares de Saint-Louis e Gorée e em alguns fortes ao longo do rio Senegal e da costa superior da Guiné. E desde 1818, não eram mais um *comptoir* (espécie de entrepostos comerciais) da França, e sim espaços coloniais, com orçamento próprio e governador e funcionários enviados diretamente de Paris. Entretanto, à diferença de suas colônias nas Antilhas, como Martinica e Guadalupe, que chegavam a reunir, cada uma, mais de 70 mil escravos, Saint-Louis e Gorée abrigavam uma população cativa bem mais reduzida, e que não se dedicava a uma agricultura de exportação. Juntas, as duas cidades contavam aproximadamente com 18.000 moradores, dos quais mais da metade eram escravizados³.

E embora eles pudessem conquistar suas liberdades de forma gratuita, condicional ou até mesmo paga desde pelo menos meados do século XVIII, as alforrias nunca chegaram a ser muito numerosas no Senegal. Ainda assim, assistiu-se um certo aumento na década de 1830, especialmente após a publicação de uma ordenança real em 1836. Por esse novo regimento, legalizava-se o chamado “*rachat forcée des esclaves*” (“resgate forçado dos escravos”), ou seja, o direito dos cativos comprarem a sua própria liberdade, e também a de seus pais, filhos ou cônjuges, mediante pagamento em dinheiro. No mesmo documento, igualmente se regulamentava o “*pecúlio dos escravos*” (“*pecúle des esclaves*”), uma prática já costumeira nas cidades de Saint-Louis e Gorée. Entretanto, com o despacho ministerial, “*escravos dos dois sexos*”, com idade acima de 21 anos, ficavam legalmente aptos a se tornarem proprietários de espécies definidas como móveis pelo Código Civil.

Por intermédio do procurador real, o cativo podia depositar os recursos numa poupança constituída para esse fim e, através desse mesmo intermediário, retirar parte ou todo o depósito. Desde que justificasse ser o legítimo “*possuidor do dinheiro*”. No caso dos “*resgates forçados*”, se não houvesse acordo com o senhor ou a senhora, o juiz

3. No censo realizado em 1845, por exemplo, dos 9.849 escravos registrados no Senegal, 6.008 viviam em Saint-Louis e 3.735, em Gorée. Charles Becker, Jean Schmitz et Monique Chastanet. *Les premiers recensements au Sénégal*. Dakar: Orstom, 1983.

real ouviria todos os envolvidos até que se estimasse um valor para a libertação. No entanto, para isso, o homem ou a mulher escravizada também deveria comprovar a posse legítima de soma suficiente para comprar sua alforria⁴.

Mesmo sem avaliações mais precisas ou estimativas regulares, sabemos que, depois da promulgação dessas leis, o número de “escravos libertos” (“esclaves libérés”) “multiplicou-se” em Saint-Louis. Segundo os dados catalogados no Registro de Estado Civil da cidade, 554 escravizados consignaram suas alforrias entre os anos de 1839 e 1848⁵. Contudo, de acordo com o historiador senegalês M’Baye Guye, esses atos de libertação estavam quase sempre restritos a quem tinha uma boa qualificação profissional, a exemplo dos *laptots* (como eram chamados os marinheiros). Além disso, complementa o autor, ainda que as mulheres e as crianças constituíssem a principal mão de obra escravizada em Saint-Louis e Gorée, elas não tinham os “recursos suficientes para recuperar a sua própria liberdade”⁶.

Certamente esses números estavam abaixo da realidade, uma vez que muitos senhores nem sempre achavam necessário entregar os “atos de liberdade” conferidos pela administração colonial àqueles que se resgatavam. Em julho de 1832, uma ordenança real fixou as formalidades que deveriam ser seguidas nas alforrias. Promulgada no Senegal em 2 de fevereiro de 1833, essa lei simplificava os termos de libertação, abolindo o imposto de liberdade instituído desde 1786. Em verdade, a antiga cobrança acabava fazendo com que muitos senhores não confirmassem a liberdade dada a seus cativos. Pela nova determinação, previa-se que todo escravo emancipado, seja por ato de libertação ou mesmo por resgate, só estaria de posse de seu título de liberdade (“titre de liberté”) após seis meses da concessão. E ainda assim, o promotor público tinha o direito de se opor cada vez que supusesse que o liberto era

4. Archives Nationales d’Outre-mer (doravante Anom), Projets d’Ordenances concernant le pécule des esclaves, le rachat forcé; avis de conseils coloniaux, 1836. Diferente das colônias de Guadalupe e da Martinica, os assentamentos coloniais franceses na África ocidental eram governados por decretos do rei, as chamadas ordenanças reais.

5. Anom, Sénégal et Dépendances VIII, Greffe de Saint-Louis. Registre l’état-civil. Annés 1839-1848.

6. Gueye, M’Baye. Des affranchissements définitifs à l’émancipation de 1848. In: *Les abolitions de l’esclavage*: de L. F. Sonthonax à V. Schoelder 1793, 1794, 1848. Actes du colloque international tenu à l’Université de Paris VIII, les 3,4,5 février 1994. Paris: Unesco/Presses Universitaires de Vicennes, 1998, réimpression, p. 361-362.

incapaz de prover sua subsistência. Com a promulgação da ordenança de 1836, esses direitos foram reafirmados. Entretanto, dois anos depois, o presidente do Tribunal de Apelação de Saint-Louis lançou um alerta, informando que alguns senhores continuavam achando desnecessário entregar os “atos de liberdade” aos escravos que haviam se resgatado⁷.

Por outro lado, os sub-registros também podem explicar o menor acesso de mulheres e crianças às alforrias. Afinal, conforme assinala a historiadora Hilary Jones, essa era uma prática recorrente entre as autoridades francesas no Senegal, que, normalmente, registravam estatísticas apenas para a “população útil masculina das cidades”. Entretanto, ainda conforme a autora, isso também parece comum entre alguns estudiosos. Diversas análises sobre a vida em Saint-Louis no século XIX, por exemplo, encobrem os papéis das mulheres muçulmanas, assim como raramente abordam as escravizadas a partir de suas próprias trajetórias e personalidades individuais⁸.

Para registrar os atos de alforrias de suas cativas, Desirée, Babasika e Marie-Thérèse precisaram ir até o *greffe*, o escritório do governador, considerado a “única autoridade judicial” local. Ali, através dos agentes notariais, realizavam-se quase todas as ações burocráticas, administrativas ou comerciais – a exemplo de transferências de propriedades, registros de compra e venda, alforrias, assentos de casamento, testamentos ou reconhecimentos de paternidade. Cotejando esses registros, hoje depositados em diferentes acervos documentais, localizamos mais documentos para a cidade de Gorée do que para a ilha de Saint-Louis, mesmo com o maior desenvolvimento econômico, social e populacional desta última⁹. Uma das razões para esses descompassos estaria na religião predominante em cada região, como explicarei a seguir.

7. As discussões que antecederam a promulgação da ordenação de 1836 são examinadas por Gueye, op. cit., pp. 361- 362.

8. Jones, Hilary. Women, Family & Daily Life in Senegal Senegal’s Nineteenth-Century Atlantic Towns. In: Cândido, Mariana; Jones, Adam (edts.). *African women in the Atlantic world: property, vulnerability & mobility, 1660-1880*. NY: James Currey, 2019, p. 233.

9. Ao longo dos anos, Saint-Louis foi se firmando como o centro de um “império” mercantil em expansão nas primeiras décadas do século XIX, um dos “portos de comércio mais importantes da África ocidental”, impulsionado pela crescente produção e exportação da goma arábica. Cf. Searing, James F. *West African slavery and Atlantic commerce: The Senegal River*

A maior difusão do catolicismo entre os habitantes de Gorée teria contribuído para um cumprimento mais rigoroso das leis francesas, que os obrigavam a realizar assentos de nascimentos e mortes e a executar inquéritos administrativos. De acordo com James Searing, muitos dos registros do *État civil* de Gorée eram mantidos por missionários e sacerdotes. Ao passo que, em Saint-Louis, a resistência dos moradores aos esforços europeus contava com o incentivo do conselho dos marabutos (líderes religiosos muçulmanos) da cidade e de suas imediações¹⁰.

Seja como for, atualmente, essa documentação encontra-se dispersa em inúmeros volumes de *Actes Notairés* nos acervos do Senegal e da França, sem uma sistematização mais regular. Embora alguns autores tenham compilado e examinado parte desses atos de libertação (classificados em gratuitos, condicionais e por resgate), esse ainda é um trabalho a ser consolidado¹¹. Sendo assim, como uma investigação ainda em andamento e sem pretender uma análise quantitativa mais detida desses registros, meu objetivo, neste capítulo, é proceder a um exame mais articulado entre trabalho escravo, gênero e liberdade.

Nesse percurso, algumas questões se colocam: mulheres e crianças tinham menos acesso à alforria, porque não tinham “recursos suficientes”, como aponta M’Baye Guye? Ou se tratava, em verdade, de negligência de senhoras e escritvãs no momento de registrar os documentos? Conforme previsto na ordenança real de 1836, mencionada anteriormente, os resgates eram “projetos familiares”, que envolviam mães, filhas, filhos, pais ou outros parentes, como as histórias que vimos no início deixam entrever? E em que medida as relações (desiguais) de gênero influíam

Valley, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University Press, 1993; Pasquier, Roger. *Le Sénégal au milieu du XIXe siècle: La crise économique et sociale*. Thèse pour le Doctorat des Lettres, Université Paris Sorbonne (Paris IV), 1987, 2 tomes.

10. Searing, op. cit., p. 179 e nota 61, p. 241.

11. Esses volumes de atos notarias estão conservados nos Archives Nationales du Sénégal e, em alguma medida também, nos Archives Nationales d’Outre-mer, na cidade francesa de Aix-en-Provence. Para o século XVIII, há diversas alforrias organizadas no código 4Z2, no arquivo do Senegal. Para o século XIX, venho coligindo esses registros, que se encontram dispersos pelas dezenas de volumes de atos notariais para Gorée e Saint-Louis, que se iniciam nas primeiras décadas dos oitocentos. Há algumas lacunas nessas séries conservadas nos acervos senegaleses e franceses, sobretudo por conta do período em que o Senegal esteve sob domínio da Grã-Bretanha. Assim, os arquivos do período inglês estendem-se por dois interlúdios: de 1763 a 1779, depois de 1809 a 1815. Muitos dos documentos desses intervalos de tempo foram transferidos para Londres. Agradeço aqui ao professor Jean Hébrard, que me cedeu os arquivos digitalizados das alforrias do século XVIII.

em atividades e comportamentos ou abriam possibilidades para homens e mulheres escravizados, e também a seus senhores e senhoras?

Para tentar responder essas questões, recorro a um conjunto diversificado de fontes, incluindo atos notariais, censos populacionais e profissionais, inventários, relatórios, inquéritos. Num primeiro momento, acompanho as atividades realizadas por homens e mulheres escravizados e livres nas duas cidades, atentando para seus lugares sociais e econômicos, que se mostravam fundamentais para compreender dimensões e possibilidades de acesso às alforrias. Em seguida, partindo de algumas trajetórias, avalio as formas e os significados que os *resgates forçados* tinham para cativos e cativas, e como as famílias, sobretudo mães e pais, eram essenciais nesses arranjos. Por fim, argumento como as interconexões entre gênero, “raça” e “classe” – esses dois últimos marcadores eram assim referidos na documentação – igualmente explicam as diferentes visões de escravidão, trabalho e liberdade que circulavam em Saint-Louis e Gorée nas primeiras décadas do século XIX.

Saint-Louis e Gorée: “cidades femininas”

Desde pelo menos o século XVIII, Saint-Louis e Gorée eram reconhecidas como “cidades femininas por excelência”. Tanto em termos quantitativos, por volta de 1779, por exemplo, as mulheres chegaram a representar o dobro do número de homens em Saint-Louis, como também na preeminência em determinados nichos socioeconômicos, a exemplo de experientes comerciantes¹². Praticamente desabitadas até princípios dos setecentos, as duas ilhas foram se destacando como importantes assentamentos urbanos na costa ocidental africana. Mais do que simples entrepostos para o comércio atlântico de mercadorias e escravizados, desenvolveu-se ali um sistema de trabalho e culturas que eram importantes por si só, já que essenciais para a manutenção econômica e social da própria região. Embora estivessem totalmente integradas à economia marítima que se expandia pelo Atlântico,

12. Cf. Bonnardel, R. *Saint-Louis du Sénégal: mort ou naissance?* Paris: l’Harmattan, 1992, p. 38; Kane Lo, Aissata. *De la Signare à la Diriyanké sénégalaise: trajectoires féminines et visions partagées*. Dakar: L’Harmattan Sénégal, 2014, p. 29. A historiadora senegalesa Aissata Kane Lo usa o termo “cidade feminina por excelência” (“cité féminine par excellence”) para caracterizar a cidade de Saint-Louis nos “primeiros séculos de sua existência”. Aqui, utilizo o termo para as duas cidades, porque Gorée também se destacava pela presença majoritária das mulheres.

mantiveram fortes laços culturais e históricos com as sociedades do continente africano.

Pouco a pouco, essas áreas começaram a ser habitadas por uma população muito diversa, que conjugava tripulações das embarcações que navegavam rio Senegal acima, marinheiros e soldados europeus, escravos da *Compagnie du Senegal* (que tinha o monopólio comercial na região) e trabalhadores sazonais do continente. E já nessa época um grupo muito característico começaria a se destacar: as poderosas negociantes conhecidas ali como *signares*. Com seu título derivado da expressão portuguesa *senhora*, elas quase sempre se uniam, nos chamados “matrimônios à moda da terra”, a comerciantes ou agentes coloniais europeus, formando famílias mestiças e acumulando um expressivo patrimônio, que incluía propriedades, embarcações e cativos¹³.

À medida que os habitantes das ilhas iam se envolvendo nas atividades comerciais, fosse nos negócios atlânticos e escravistas ou nas trocas para subsistência, a necessidade de mão de obra também se tornava cada vez maior. Sem qualquer tipo de produção agrícola, e dependente das provisões e mercadorias que vinham do interior do continente através das rotas fluviais, o recrutamento de marinheiros africanos, chamados de *laptots*, era essencial para sua manutenção. Com o crescimento populacional, os serviços domésticos também passaram a ser muito requisitados. Em Saint-Louis, o painço, milho miúdo ou milheto, era o alimento básico da população. No processo de preparação, seus grãos precisavam ser descascados e batidos para se obter os diferentes tipos de farinha usados para fazer cuscuz (em wolof, cere) ou mingau (em wolof, laax). Assim, a atividade de *pileuse*, de pilar ou bater o milho, era um dos trabalhos femininos mais solicitados.

Mas as mulheres também eram as responsáveis por praticamente toda a gestão doméstica. Elas buscavam água e madeira, cuidavam de pequenos jardins, dos animais, teciam algodão em linha, tingiam e la-

13. Sobre as *signares*, ver, entre outros, os trabalhos de Hilary Jones e Aissata Kane Lo: Jones, Hilary, *Women, Family & Daily Life in Senegal Senegal's Nineteenth-Century Atlantic Towns*. In: Candido, Mariana; Jones, Adam (eds.) *African women in the Atlantic world: property, vulnerability & mobility, 1660-1880*. New York: James Currey, 2019; *From Mariage à la Mode to Weddings at Town Hall: Marriage, Colonialism, and Mixed-Race Society in Nineteenth-Century Senegal*, *The International Journal of African Historical Studies*, 38 (1), 2005, pp. 27-48; *The métis of Senegal: urban life and politics in French west Africa*. Indiana University Press, 2013; Kane Lo, Aissata. *De la Signare à la Diriyanké sénégalaise: trajectoires féminines et visions partagées*. Dakar: L'Harmattan Sénégal, 2014.

vavam roupas, cuidavam das crianças, limpavam a casa e preparavam toda comida e bebida que era servida. E ainda podiam acompanhar os comboios que subiam até Galam, ponto final nos trajetos pelo rio Senegal, formando parte essencial da tripulação dos navios como cozinheiras, *pileuses* ou lavadeiras. Atendendo a uma demanda contínua, esses trabalhos femininos eram intensivos, enquanto as tarefas realizadas pelos homens obedeciam a períodos determinados. Boa parte dos escravos das duas cidades – e notadamente em Saint-Louis – acabavam sendo empregados nas embarcações que subiam o rio Senegal para comercializar goma, como *laptots*, intérpretes e mesmo como capitães. Mas esses ofícios seguiam um ritmo sazonal, dependentes, sobretudo, das condições climáticas¹⁴. De todo modo, fosse nos espaços urbanos, em águas fluviais ou no interior do continente, todas essas atividades acabavam sendo exercidas por pessoas escravizadas. Não à toa, cativas e cativos foram, gradualmente, se tornando majoritários nas ilhas.

Para acompanhar essa movimentação e a evolução demográfica das duas cidades, podemos recorrer aos censos populacionais e ocupacionais feitos no Senegal, ainda que nem sempre abarcassem completamente todos os grupos locais. Nas décadas de 1830 e 1840, a administração francesa decidiu realizar contagens nas duas ilhas, atentando-se sobretudo aos cativos e cativas. Em 1836, numa avaliação preliminar da população escrava em Saint-Louis e Gorée, chegou-se a um total de 9.849 escravizados, que foram agrupados segundo faixas etárias: 3.353 eram crianças com 14 anos ou menos; 5.568 adultos com idades compreendidas entre 14 e 40 anos; e 928 com mais de 40 anos¹⁵.

Quase oito anos depois, um recenseamento muito mais minucioso foi organizado, abarcando toda a população das ilhas. Foram contabilizadas 18.753 pessoas nas duas cidades, divididas, conforme sua religião. Em seguida, cristãos e “maometanos” foram divididos de acordo com a origem (“europeu” ou “nativo”), a condição social (cativo ou livre), a categoria de

14. Nas partes altas do deserto, a acácia Senegal que fornecia a goma crescia isoladamente, conforme os regimes de chuvas e ventos, e sua colheita acontecia em dois períodos distintos, atingindo seu pico por volta do mês de março. Acompanhando esse “tempo natural”, até pelo menos princípios do século XIX, o comércio nas *escales* era aberto em janeiro e encerrado em 31 de julho. Entretanto, essa duração era, de fato, definida pelo governador. E pouco a pouco, o início das trocas – anunciado com um tiro em cada *escale* – foi sendo adiado para fevereiro, março e mesmo abril. Eram os imperativos econômicos e políticos determinando o “tempo das transações”.

15. Nos registros sobre o Senegal nesse período, quem tinha 14 anos já era considerado adulto. ANS, K 7, Notes sur l’Affranchissement des Captifs, Guillet, January 29, 1836.

trabalho (“engagés à temps”¹⁶) e o “sexo” (só o “feminino” foi destacado). Em alguns casos, essas classificações também foram combinadas, a exemplo dos “indigènes libres” (“nativos livres”), que incluíam tanto a população negra, quanto a mestiça nascida nas duas cidades, e também referida como de “gens de couleur” (“gente de cor”). Como se vê na **Tabela 1**, maometanos (15.764), mulheres (10.492) e cativos (10.196) formavam a maioria da população. Mesmo que as informações para cada local não tenham sido particularizadas, ao recombiná-las e ainda compará-las com outros registros, conseguimos lançar algumas conjecturas.

Categorias	Cristãos	Maometanos	Totais
Europeus	235 (97)*	–	235
Nativos livres (Indigènes libres)**	1.795 (1.034)	5.726	7.521
Engagés à temps***	3	792	795
Cativos (Captifs)	956 (554)	9.240	10.196
Totais	2.989 (1.685)	15.764 (8.807)	18.753(10.492)

Tabela 1. Recenseamento de 1844 – Saint-Louis e Gorée

Fonte: ANS, *Memóire, Recensements - 1844*.

* Os dados entre parênteses indicam o número de mulheres na referida categoria, embora essa distinção não tenha sido feita em todos os casos.

** Incluindo os *habitants* “mestiços” ou “mulatos” (entre os quais, as *signares*) e os negros livres.

Nas primeiras décadas do século XIX, a população de Saint-Louis – tanto livre quanto escravizada – era majoritariamente muçulmana e falante de wolof. Apenas um pequeno número de famílias “mulatas” professava o catolicismo. Quando publicou seu livro *Esquisses sénéga-*

16. A categoria dos *engagés à temps* incluía tanto os trabalhadores escravizados recuperados no tráfico negreiro ilegal, como aqueles que fossem “resgatados” ou adquiridos fora do Senegal e alforriados depois de um longo “aprendizado da liberdade”, em que deviam trabalhar por um período determinado. Nas primeiras décadas do século XIX, acordos bilaterais propostos pela Grã-Bretanha levaram à proibição do comércio de escravizados em diversos territórios do mundo atlântico. Nesses processos, emergiram novas categorias de trabalhadores que, muitas vezes, tinham em comum experiências de trabalho teoricamente livres, mas que, na prática, representavam novas formas de exploração e controle da “mão de obra africana”. O principal trabalho sobre o tema ainda é: Zuccarelli, François. *Le regime des engagés à temps au Sénégal (1817-1848)*. *Cahiers d'études africaines*, vol. 2, n.7, 1962, pp. 420-461. Cf. Jennings, Lawrence. *French Anti-slavery. The movement for the abolition of slavery in France, 1802-1848*. Cambridge University Press, 2000; Flory, Céline. *De l'esclavage à la liberté forcée. Histoire des travailleurs africains engagés dans la Caraïbe française au XIXe siècle*. Paris: Éditions Karthala, 2015; Alforriar sem libertar: a prática do ‘resgate’ de cativos africanos no espaço colonial francês no século XIX. *Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro/2011.

lais, em 1853, o abade David Boilat, primeiro sacerdote católico nascido no Senegal, filho de uma *signare*, continuava reconhecendo a fragilidade do francês e da religião cristã e a predominância do islã e da língua wolof entre a população da ilha¹⁷, à diferença de Gorée, que mantinha um número mais expressivo de cristãos¹⁸. Desse modo, podemos inferir que os “maometanos” contados em 1844 viviam, em sua maioria, em Saint-Louis. E certamente também incluíam muitos cativos, já que, de acordo com uma outra estimativa populacional realizada naquele ano, de um total de 10.096 escravizados (100 a menos que o primeiro censo), 6.061 estavam em Saint-Louis; 236, na vila de pescadores de Guet Ndar (próxima a Saint-Louis); e 3.799, em Gorée.¹⁹ A partir dessas contagens, não temos, infelizmente, como calcular a proporção entre cativas e livres. De qualquer maneira, entre os 18.753 moradores das duas cidades, 10.492 eram mulheres, e certamente a maior parte era composta por escravizadas, já que homens e mulheres cativos constituíam metade da população do Senegal.

Gênero, escravidão e trabalho

Ao acompanharmos mais de perto as atividades realizadas pela população escravizada nas ilhas, o que de imediato salta aos olhos é a grande especialização de cativas e cativos, numa espécie de “monopólio virtual” sobre muitos ofícios, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, também fica evidente como os homens recebiam, mais frequentemente, uma formação especial. E as experiências de crianças e jovens, tornados “aprendizes” ainda muito cedo, também ratificam essas diferenciações.

Mesmo que restrito à Gorée, um inquérito feito na cidade em 1847 é meu ponto de partida para conhecer os ofícios e serviços ocupados por cativos e cativas no Senegal²⁰. Do conjunto que foi contabilizado,

17. Boilat, David. *Esquisses sénégalais, Physionomie du pays, peuplades, commerce, religions, passé et avenir, récits et légends*. Paris: Bertrand, Libraire-Éditeur, 1853.

18. Anom, Sénégal XIV-14, Annexe au procès-verbal de la séance du Mai 1842, p. 202.

19. ANS,13 G 22, Memoire Laissee par M. Thomas, December 11, 1845, documento citado em: Searing, op. cit., p. 107; Cottu, Charles. *Le Senegal: Histoire et Situation Actuelle de la Colonie*. *Revue des deux mondes* (1845), 262-3.

20. Também desenvolvi essa análise em: Farias, Juliana Barreto. *Resgates em família? Escravidão, gênero e liberdade (Senegal – século XIX)*. In: Brito, Luciana; Gomes, Flávio; Machado, Maria Helena P. T; Viana, Iamara (orgs.). *Ventres livres? Perspectivas de gênero, raça e liberdade nas sociedades escravistas atlânticas (séculos XVIII e XIX)*. (no prelo)

traçou-se um perfil ocupacional de 983 homens e 1.407 mulheres, com idades que iam dos 14 aos 60 anos. Entre os primeiros, destacavam-se, em termos quantitativos, cativos marinheiros (312)²¹, pedreiros (118), tecelões (107), operários (92), marceneiros (90), carpinteiros de navios (73), cozinheiros (59), criados (28), ferreiros (15), tanoeiros (10), padeiros (7), comerciantes (5), fogões (4), alfaiates (4) e 44 escravos “sem habilidade particular” (sem profissão). Já no grupo feminino sobressaíam bateadoras de milho (“pileuses”), que eram esmagadoramente majoritárias, com 965 registros; lavadeiras (274), costureiras (51), serventes (24), comerciantes (5) e 51 mulheres escravas “sem habilidades particulares”.²²

Em Gorée, 79 meninos cativos, com menos de 14 anos de idade, foram registrados como aprendizes em ofícios. Por sua vez, todas as meninas e também 479 rapazes com mais de 14 anos foram indicados como sem “quaisquer habilidades particulares”. Uma vez que boa parte das mulheres se ocupava em serviços domésticos, a instrução se dava de maneira informal, com práticas e conhecimentos fornecidos por outras escravizadas e também por mulheres livres que viviam no continente. Contudo, aquelas empregadas como costureiras e cozinheiras eram tidas como trabalhadoras qualificadas, já que, muitas vezes, tinham experiências especiais com alfaiataria e cozinha europeias, que lhes permitiam produzir mercadorias comercializáveis ou mesmo alugar sua mão de obra²³.

Se até aqui conseguimos identificar uma multiplicidade de atividades em que cativas e cativos eram empregados, essas contagens populacionais raramente apresentavam estimativas mais detalhadas sobre proprietárias e proprietários dessa população escravizada. Apesar dessas lacunas, alguns registros nos permitem algumas avaliações e conclusões. De um jeito ou de outro, os chamados *habitants* de Saint-Louis e Gorée eram seus principais donos e donas, o que incluía “negros livres” (“noirs libres”); a signares; a “gentes de cor” (“gens de couleur”), forma

21. No documento, há uma distinção entre 286 marinheiros e 26 *laptots*. Essa diferenciação, que aparece em meados da década de 1840, faria com que o termo *laptot*, segundo James Searing, ficasse reservado para barqueiros mais experientes, como pilotos e capitães de barcos, em oposição a marinheiros. James F. Searing, *op.cit.*, p. 261. Ainda assim, em outros registros, mesmo após esse período, continuou-se fazendo uso do termo *laptot* para indicar os cativos africanos empregados como marinheiros fluviais.

22. ANS, 3 G 2/124, Gorée: Etat Civil, Piece 2, 1847. Cf. Searing, *op. cit.*, p. 179.

23. ANS, 3 G 2/124, Gorée: Etat Civil, Piece 2, 1847. Cf. Searing, *op. cit.*, p. 179.

pela qual os “mestiços” ou “mulatos” também eram referidos; e ainda os chamados “habitantes notáveis”²⁴.

Termo por vezes tido como controverso, *habitant* indicava, em um sentido amplo, os “negros” e “mestiços” (homens e mulheres) envolvidos em atividades comerciais ou na administração colonial das duas cidades, que tinham alguma relação com a cultura francesa e ocupavam uma posição de relevo na sociedade senegalesa. Como formavam um grupo heterogêneo, eles não estavam, é certo, destituídos de tensões. No entanto, diferente do que propõe Roger Pasquier, não considero que o “critério social” necessariamente prevalecesse sobre o “racial”; “raça”, “classe” e também gênero estavam imbricados. De algum modo, quase todos estavam ligados ao trato da goma no rio Senegal (principal produto exportado pelo Senegal, como veremos mais à frente) e, segundo Roger Pasquier, constituíam, especialmente negociantes, tratistas e signares, a camada superior da “burguesia senegalesa”.

Nesse grupo, as signares se destacavam. De acordo com uma lista elaborada pela historiadora Nathalie Reyss para as cidades de Saint-Louis e Gorée em 1844, entre os 36 *habitants* que mais possuíam cativos, 22 eram signares. Eram donas de 830 homens e mulheres escravizados, numa média de 37 para cada uma²⁵. Em geral, eles compunham uma espécie de unidade de trabalho em torno de um senhor ou senhora. Quem estava ligado aos negócios da goma possuía cativos de habilidades variadas, capazes de atender às diversas necessidades de suas atividades comerciais. Já os “pequenos escravistas” tendiam a se concentrar em um setor específico.

A signare Elizabeth Diop podia ser considerada uma das grandes proprietárias de Gorée. Falecida em 18 outubro de 1837, um inventário dos seus bens, deixados para filhos menores e maiores de idade, foi apresentado no notário da cidade menos de um mês depois. Como outras mulheres negociantes de Gorée e Saint-Louis, ela também conservara um patrimônio constituído por casa, um barco com o nome *La Marie*, tecidos, títulos, joias e 40 cativos e cativas²⁶. Para os propósitos

24. Cf. Pasquier, op. cit.; Farias, Juliana B. O *laptot* e a *signare*: gênero, escravidão e liberdade, Senegal – século XIX. In: Ferreira, Roquinaldo; Reginaldo, Lucilene (orgs.) *África, margens e oceanos*: pesquisas em história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, pp. 329-367.

25. Reyss, Nathalie. *Saint-Louis du Sénégal à l'époque pre-coloniale: Y'urgence d'une société métisse originale*, 1658-1854. Thèse de 3ème cycle, Université Paris I, 2 tomes, pp. 144, 463.

26. Embora Roger Pasquier mencione os patrimônios reunidos por signares nas décadas de

desta análise, interessa esmiuçar as informações desses homens, mulheres e crianças escravizados. Não havia um modelo para essas descrições, mas, em geral, eram enumerados seus nomes, idades, profissões e algumas observações importantes.

Do grupo indicado no inventário de Elizabeth, havia 5 homens, 17 mulheres e 18 crianças. Entre os adultos, apenas os homens tiveram suas atividades declaradas: (3) marinheiros; (1) pedreiro; e (1) tecelão. As mulheres, com idades que iam dos 15 aos 50 anos (com um predomínio na faixa dos 30 e 40 anos), não tiveram suas profissões registradas. Mas sabemos que a jovem Madiguéne, de 15 anos, estava naquele momento na cidade de Rufisque. Assim como Sira, “mulher de 40 anos”, que se encontrava na “grande terra”, ou seja, no continente. Por ali também estava Badon, um menino de 13 anos, descrito como tecelão. E dois cativos marinheiros, Satir, de 30 anos, e Sidy, de 25 anos, haviam igualmente saído da casa de Elizabeth Diop: enquanto o primeiro desertara para Saint-Marie, na Gâmbia, o mais jovem permanecia embarcado, trabalhando como remador. Como é possível verificar em outros inventários e também em diferentes registros notariais, era comum que homens e mulheres escravizados se deixassem ficar por algum tempo no interior do continente ou mesmo na vizinha Gâmbia, para onde muitas signares migraram nas décadas de 1830 e 1840. E isso sem serem reclamados por senhores ou senhoras.

Seja como for, ao atentarmos para as crianças, confirmamos que as relações desiguais entre gênero e trabalho escravo eram iniciadas já na infância. Das 17 listadas, sete eram meninas e 10 meninos. E seis entre estes últimos foram apontados como aprendizes: (4) de tecelão e (2) de carpinteiro. O mais novo tinha apenas 4 anos e o mais velho, 10 anos. Entre as meninas, com idades que variavam entre 4 e 7 anos, não se referiu qualquer tipo de instrução. Havia ainda duas “crianças pequenas”, Tara e Elizabeth, ambas com apenas 6 meses. Não há notícias sobre pais ou mães desses meninos e meninas, mas certamente

1840 e 1850, vale comparar o inventário de Elizabeth Diop, de 1837, com as descrições apresentadas pelo historiador, pois revelam um mesmo padrão. Veja-se, por exemplo, o caso de Marie Descombes, que morreu em dezembro de 1843 e tinha 34. 340 francos, dos quais duas casas e terrenos representavam 70, 47% desse valor; cativos, 21,10%, joias, 6,43% e o restante, ou 2%, linho, roupas e mobiliário. Já Caty Bischopp, falecida em dezembro de 1847, deixou 10.387 francos, dos quais 57,76% eram referentes à propriedade imobiliária; 24,55%, a escravos; e 3,6%, a joias. Ver: Pasquier, op.cit., tome 2, pp. 524-526. Cf. Farias, Juliana B. *O laptot e a signare*, op. cit.; Kane Lo, op. cit.

eles – ou apenas elas? – estavam entre os adultos escravizados. Talvez o que mais chame atenção seja a tenra idade com que essas crianças, nascidas cativas, eram treinadas em um ofício. A média de idade desses aprendizes era de apenas 5 anos. E, lamentavelmente, essa não era uma realidade apenas na residência de Elizabeth Diop²⁷.

De um jeito ou de outro, para quase todas as signares, era “pela escravidão que o trabalho” ocorria. Entrevistadas num extenso inquérito sobre a abolição da escravidão realizado em Gorée e Saint-Louis em 1844²⁸, elas se mostraram enfaticamente contrárias à emancipação, pois alegavam que, sem o “trabalho escravo”, seu “verdadeiro meio de subsistência”, elas e suas famílias não teriam como sobreviver. Para comprovar o que diziam, fizeram questão de enumerar os valores recebidos pelo trabalho de seus “cativos negros”. Como uma espécie de representante das outras “damas nativas”, Marie Escal, signare que atuava no trato da goma e nos negócios de Galam, foi a primeira a detalhar uma contabilidade sobre o “trabalho escravo”. E como era “experiente”, lembrou que todo *habitant* possuía um certo número de

27. ANS, Inventário Elizabeth Diop, Gorée, 1837.

28. Entre os meses de fevereiro e abril de 1844, foram entrevistadas 362 pessoas em Saint-Louis e Gorée, com a intenção de investigar o que a população das cidades pensava sobre a abolição da escravidão. Elas foram classificadas de acordo com a “raça” e a “classe”, categorias assim registradas no próprio documento: Negociantes europeus: 39; Negros livres (Noirs libres): 166; negros cativos (noirs captifs): 52; Negras livres (Nègresses libres): 7; Negros recém-libertos (Nègres nouvellement affranchis): 16; Cativas (captive): 16; Signares (Dames indigènes): 49; Habitantes Notáveis (em geral, “mestiços”): 23. Voltarei a examinar esse documento mais adiante. Archives Nationales d’Outre-mer (doravante Anom), Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l’abolition de l’esclavage, 1844, 5 parties. Minhas primeiras análises desse inquérito estão em: Farias, Juliana B. “Não há cativo que não queira ser livre!”: significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. *Varia História*, vol. 36, n. 71, Belo Horizonte, maio-agosto 2020; Farias, Juliana B. *O laptot e a signare: gênero, escravidão e liberdade (Senegal, século XIX)*. In: Reginaldo, Lucilene; Ferreira, Roquinaldo (orgs.) *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp (no prelo). Apesar da riqueza dessa documentação, poucos estudiosos exploraram o inquérito em detalhes. Entre os trabalhos que também examinaram trechos do documento, podemos destacar: Pasquier, Roger. *Le Sénégal au milieu du XIXe siècle: La crise économique et sociale*. Thèse pour le Doctorat des Lettres, Université Paris Sorbonne (Paris IV), 1987, 2 vols.; Roger, Pasquier. A propos de l’émancipation des esclaves au Sénégal en 1848. *Revue Française d’Histoire d’Outre-mer*, tome 54, n°194-197, Année 1967 1967. Hommage à Robert Delavignette. pp. 188-208; Gueye, M’Baye. Des affranchissements définitifs à l’émancipation de 1848. In: *Les abolitions de l’esclavage*: de L. F. Sonthonax à V.Schoelder 1793, 1794, 1848. Actes du colloque international tenu à l’Université de Paris VIII, les 3,4,5 février 1994. Paris: Unesco/Presses Universitaires de Vicennes, 1998, réimpression, pp. 358-370.

cativos, entre os quais “homens de todos os estados” (“hommes de tous les états”), incluindo tratistas da goma²⁹ que, se fossem “habilitados”, eram procurados e bem pagos. Na sequência, esboçou uma espécie de “tabela” conforme a “profissão de cada um”. Contudo, tratou de advertir: só falava do “preço dado para alugar”, ou seja, dos valores recebidos quando os cativos eram alugados. Os resultados seriam muito “melhores” se ela pudesse explicar as “vantagens que devemos tirar de nossos cativos quando nossos recursos nos permitem aplicar sua inteligência ao cuidado de nossos próprios interesses”³⁰.

De todo modo, os tratistas de goma podiam ser alugados por 150 francos por mês, e mais 20 francos por cada mil gomas tratadas. O comércio nas escalas do rio Senegal durava uns 7 meses, o que resultava num total de 1.050 francos. Como chegavam a acumular 40 mil litros de goma, havia uma adição de 800 fr. Ao final de um ano, obtinham recursos em torno de 1.850 fr. Outros cativos, que exerciam uma “indústria similar”, mas como carpinteiros, calafates ou pedreiros, rendiam taxas em torno de 70 ou 60 francos por mês. Alguns desses homens escravizados, “desafiando o ofício”, podiam ser contratados como *laptots* ou para construir embarcações, e cada um conseguia trazer de volta para a senhora “uma **quantia mensal** [grifo do original] aproximadamente igual à participação anual de capital que pode ser dada pelo valor representativo do cativo”. Ou seja, o valor que receberiam de indenização pela libertação de um homem escravizado corresponderia ao que recebiam em apenas um mês pelo aluguel de um

29. O termo em francês é “traitans de gomme”, que pode ser traduzido em português como comerciante, negociante ou tratante, aquele que trabalha no trato da goma. Mas *commerçant* (comerciante, em francês) e *merchant* (que poderíamos traduzir como negociante ou mercador) eram, na hierarquia mercantil de Saint-Louis, categorias diferentes e superiores aos “traitans”. Por outro lado, o substantivo *tratante* tem, atualmente, um sentido pejorativo na língua portuguesa, indicando, sobretudo, aquele que faz negócios arditosamente, trapaceia. Assim, toda vez que me referir aos “tratains de gomme”, sejam homens livres ou cativos, os chamarei de tratista. Sigo aqui as indicações do historiador Luís Felipe de Alencastro, que – ao comentar os usos do termo no livro *O trato dos viventes* –, destaca que “usa a palavra *tratista*, corrente no Rio Grande do Sul, como sinônimo de negociante, em vez do substantivo *tratante*, cujo sentido, hoje, além de ser outro, é pejorativo na língua portuguesa”. Luís Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 16. Para acompanhar as hierarquias no trato da goma em Saint-Louis e nas regiões vizinhas, ver: Pasquier, op. cit., p. 690-700.

30. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties. As páginas do documento não estão numeradas. Os cadernos foram divididos de acordos com as categorias entrevistadas. Assim, quando citar o documento, mencionarei as referências completas.

cativo contratado. E ainda havia aqueles que vendiam mercadorias em Cayor, Walo e outros “países do rio”, ganhando 50 fr. mensais. Ao encerrar esses meticulosos cálculos, ela voltou a insistir: se a emancipação removesse todos esses “recursos aos quais nossos meios de subsistência estão intimamente conectados”, elas estariam expostas a muitos “infortúnios”.

Deixemos de lado a retórica senhorial das signares. Aqui, nesta parte do artigo, interessam-me as informações sobre cativos, cativas e seus ofícios. E como Marie Escal bem frisou, falava do “preço dado a alugar” por cada um dos serviços. Embora pudessem empregar homens e mulheres escravizados em diferentes atividades, especialmente aquelas realizadas no interior de suas casas ou lojas, elas preferiam alugá-los a outros negociantes, tratistas ou a companhias comerciais. E alugá-los significava receber valores que também seriam divididos com os próprios cativos e cativas, inclusive essas somas eram chamadas de “salários”. Segundo o historiador Mamadou Kane, essa era uma “prática imemorial” no Senegal. Talvez os próprios escravizados possam nos dizer o que isso de fato representava.

Resgates

Em fevereiro de 1844, uma comissão de “habitantes notáveis” da cidade de Saint-Louis seguiu até os mercados armados à beira do rio Senegal, conhecidos como *escales*, para saber o que os trabalhadores ali ocupados esperavam da abolição da escravidão. Essas entrevistas faziam parte de um inquérito mais amplo, organizado pela administração colonial francesa, e que ouviu cerca de 100 escravos e ex-escravos, além de outros tantos africanos e africanas livres, negociantes mestiços e europeus. Embora tenham sido formuladas 31 perguntas, os investigadores fizeram questão de ressaltar que nem todos seriam inquiridos da mesma forma: as questões seriam modificadas “**de acordo com a posição e o grau de inteligência** daqueles a quem serão endereçadas [o grifo é meu]”. Seguindo essa suposta hierarquia, decidiu-se ouvir, em primeiro lugar, europeus e “nativos” (“indigènes”) e, por fim, os “negros” (“noirs”), livres e cativos. Para este último grupo, ainda seriam esboçadas “questões suscetíveis a serem entendidas por eles” e, posteriormente, ainda poderiam ser submetidas a uma “deliberação especial”.³¹

31. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquete, Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties.

Entretanto, ao contrário do que acreditavam os “notáveis” de Saint-Louis e Gorée, cativos e “negros livres” tinham bastante discernimento sobre o que ocorria no Senegal e mesmo em outros lugares do Atlântico, como é possível constatar numa análise mais acurada de seus depoimentos. As declarações de Amon Shala, descrito como um “laptot de profissão”, são bem exemplares nesse sentido. Escravizado em 1816, ele saíra bem jovem de sua terra natal, o “país de Galam”, em direção à ilha Saint-Louis. Quase trinta anos depois, continuava como um marinheiro de múltiplas funções e “pertencia” ao Sr. Alin, prefeito de Saint-Louis, grande proprietário e comerciante. Ainda “preso” ao cativo, Shala garantia, em 1844, que poderia “ser livre” a qualquer momento:

Se eu quiser, nada é mais fácil para mim. Todas as pessoas estão indo para Galam, meu país, por isso, eu gostaria de ser livre, porque todo o fruto do meu trabalho pertenceria a mim³².

Mas seus interlocutores queriam saber mais: como conseguiria sustentar a si próprio e a sua família, se seu senhor não lhe desse mais nada?

Meu senhor, durante a saída para o trato, dá dois pedaços de guiné, de uma vez por todas, e é com estes dois pedaços de guiné³³, e mais o produto da venda que me diz respeito, nas “escales”, quesustento minha família; minha esposa também está trabalhando como “pileuse” [pilando o milho].

32. As páginas do inquérito não estão numeradas, assim todos as citações feitas nesse item, referidas às entrevistas com os “noirs captifs”, estão em: Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l’abolition de l’esclavage, 1844, 5 parties.

33. Principal moeda de troca no comércio da goma realizado no rio Senegal, as chamadas peças de guiné (guinée em francês) eram tecidos de algodão originários da costa de Comandé, no leste da Índia. Ao longo do rio Senegal, eram muito apreciadas pelos mouros, e sua cotação acompanhava as flutuações do próprio trato da goma. Para alguns registros sobre o tema, ver essas publicações elaboradas na década de 1840 (uma delas de autoria de Boeuf-Willaumez, o já mencionado governador que propôs a realização do inquérito de 1844): *Commerce des toiles bleues dites guinéennes*. De l’industrie française de Pondichéry et de la métropole. Dans ses rapports avec le Sénégal, l’île de Bourbon et l’étranger. Observations de J.-P. Duchon-Doris Junior, de Bordeaux. Paris, Imprimerie de Wittershem, 1842-1843, pp. 3-4 e segs; Bouet-Willaumez, E. *Commerce et traite des noirs aux cotes occidentales d’Afrique*. Paris: Imprimerie Nationale, 1848, pp. 6-10., 6-10.

Como isso não lhes parecia suficiente, eles insistiram: “mas como você vive quando não há negócio, ou quando termina o trato”?

Eu não incluí outros recursos além daqueles que eu posso obter com dois pedaços de guiné e aqueles que minha esposa ganhe, passe e trabalhe para meu senhor. Muitos donos de cativos, no Senegal, não lhes dão absolutamente nada e deixam que eles se virem como quiserem.

Através das palavras de Shala, conseguimos captar um pouco das relações entre trabalho, gênero e liberdade. Diferente de outros entrevistados, os membros da comissão parecem não ter considerado seu depoimento insignificante, tanto que fizeram uma “deliberação especial”, inserindo mais questionamentos. Ao longo do inquérito, eles recorrentemente diziam que, aos “negros cativos”, bastavam perguntas diretas e curtas. E na hora de apresentarem seus depoimentos por escrito, também optavam por um outro modelo: abandonavam o padrão de perguntas e respostas adotado para os negociantes europeus e para alguns *habitants* e “negros livres”, preferindo uma espécie de transcrição, entremeadada de citações literais e breves comentários sobre o comportamento de alguns escravizados.

Assim, não temos como saber qual das questões foram exatamente feitas a todos eles, ou tampouco se o que foi anotado era apenas uma parte de suas respostas. Felizmente, não foi o que aconteceu com Amon Shala. É bem provável que as credenciais de seu senhor tenham influenciado na forma e na extensão dos questionamentos. De todo modo, suas reveladoras palavras, em conjunto com as breves, mas também significativas, declarações dos demais *laptots* (justamente os principais escravizados e ex-escravos entrevistados) nos permitem ir bem além do proposto inicialmente.

Trabalhando como *laptot*, Shala passava meses transportando e negociando mercadorias no decurso do rio Senegal, especialmente a goma arábica. Extraída das terras desérticas que adentravam o continente, era produto central nas negociações feitas com os mouros que habitavam as regiões ribeirinhas, e também ocupava o primeiro lugar na lista de mercadorias exportadas pela colônia francesa do Senegal³⁴.

34. Das *escales* de Darmankour, Trarza e do Coq, que distavam entre 24 e 50 léguas de Sain-

Tal proeminência levou o historiador James Searing a caracterizar a cidade de Saint-Louis como centro de um “império” mercantil em expansão, um dos “portos de comércio mais importantes da África ocidental” em princípios dos oitocentos.³⁵

Mas a organização de uma campanha de trato de goma exigia um capital relativamente grande e mobilizava muitos trabalhadores (escravizados e livres), com múltiplas exigências e habilidades. E os *laptots* eram justamente os mais importantes nesses comboios, já que eram detentores de saberes e técnicas que lhes permitiam cruzar e explorar aquelas águas ao longo de boa parte do ano. Quase sempre referidos, simplesmente, como marinheiros dos rios ou do mar, suas atividades extrapolavam as fainas da navegação, e muitos atuavam, ao mesmo tempo, como barqueiros, mestres de línguas, enfermeiros, cozinheiros e seguranças dos barcos³⁶.

Nos registros sobre suas atividades, salta aos olhos a autonomia e a mobilidade de que dispunham. Para começar, eles ficavam labutando por longo período no rio, quase sempre longe do domínio senhorial. Também recebiam um “salário”, assim referido na documentação, que, em geral, era concedido (em dinheiro, bens ou peças de guiné) por quem alugava o cativo. Quando o pagamento era feito por terceiros, eles retinham apenas a metade, já que a outra parte ficava para seu se-

t-Louis (cada légua correspondendo a cerca de 5 quilômetros), a goma era transportada para Saint-Louis em comboios, de onde seguia pelo Atlântico até a cidade de Bordeaux. E era um produto essencial não só nos mercados da França, como em muitos lugares da Europa. Da costa francesa, era levada para Inglaterra, Países Baixos, Bélgica e Rússia, onde seria usada nas indústrias farmacêuticas, na confeitaria, no acabamento de lingerie e rendas finas ou ainda na estampagem de tecidos. Cf. Jones, Hilary Jones. *The méfis of Senegal*, op. cit, p. 40-70; Pasquier. *Le Sénégal au milieu du XIXe siècle*, op. cit., p. 690-700.

35. Searing, op. cit., p. 169.

36. Uma das hipóteses para a origem do termo estaria na combinação da palavra *matelot*, marinheiro em francês, com a expressão wolof *lappato bi*, que apontava mais claramente para uma de suas funções essenciais, a de intérpretes ou intermediários. Cf. Fall, Mouhamadou. *Les auxiliaires indigènes de le traite des esclaves sur le fleuve Sénégal: 1664-1848*. Mémoire de maîtrise. Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Département d'Histoire, Université Cheikh Anta Diop de Dakar, 2009, pp. 62-63; Raffanel, A. *Nouveau voyage dans le pays des negres suivi d'études sur la colonie du Senegal...* Tome 2, Paris, Imprimerie et Librairie Centrale des Chemins de Fer, 1856, p. 179. Também é interessante comparar com os trabalhos de François Manchuelle sobre os trabalhadores soninke: *Willing migrants: soninke labor diaspora, 1848-1960*. Ohio University Press, 1997; *Slavery, emancipation and labour migration in West Africa: the case of the Soninke*. *The Journal of African History*, vol. 30, n. 1 (1989), pp. 89-106; *The 'patriarchal ideal' of soninke labor migrants: from slave owners to employers of free labor*. *Canadian Journal of African Studies*, vol. 23, n.1 (1989), pp. 106-125.

nhor. Há que se levar em conta que essa posição “privilegiada” também refletia os perigos e as habilidades que seus trabalhos demandavam³⁷.

Seja como for, ao retomarmos o depoimento de Amon Shala, constatamos que ele recebia recursos para sua subsistência e ainda ganhava a mais com a venda do que lhe dizia “respeito nas escales”, talvez no próprio negócio da goma. Ao contrário de outros escravizados no Senegal, cujos “donos” os obrigavam a se virarem como quisessem ou conseguissem. Estes, como Shala igualmente indicou, também podiam se ocupar em outros ofícios em Saint-Louis, e assim angariar fundos para si próprio e sua família. Outra opção estava no comércio de milho e demais gêneros alimentícios realizado entre as ilhas e o continente. Todo ano, entre 400 e mil toneladas de painço, desciam o rio. Nesse ponto, é preciso apontar outra informação destacada pelo *laptot*, extrapolando um pouco as declarações contidas no inquérito e recorrendo a outros registros.

Como vimos, ele indicou que sua mulher – também escravizada, mas não nomeada – ocupava o ofício de *pileuse*, com o qual igualmente podia obter recursos extras. Embora as atividades dos marinheiros dos rios e do mar fossem fundamentais para a economia e para a própria manutenção da vida nas ilhas, o trabalho feminino – praticamente invisível no inquérito – também era essencial. É certo que muitos entrevistados mencionaram mulheres, mães, filhas ou outras parentes com quem compartilhavam experiências de cativeiro e liberdade. Contudo, não mencionavam seus nomes ou tampouco informações mais detalhadas sobre suas vidas. Da mesma forma que pareceram também não importar muito aos membros da comissão, ainda que – conforme veremos mais adiante – algumas cativas tenham sido contatadas em Gorée. Ainda assim, sabemos que elas eram maioria entre a população escravizada que trabalhava nas casas das ilhas senegalesas.

37. Alguns relatos dos séculos XVIII e XIX enfatizavam o pesado trabalho físico e os perigos que eles enfrentavam nessas rotas fluviais. Havia notícias de afogamentos e ataques de crocodilo. Em alguns momentos, eles se viam obrigados a controlar os barcos com a força de seus braços ou com o auxílio de cordas. Reconhecidos como guerreiros, levavam armas para impedir ataques aos comboios e proteger os franceses quando eles deixavam as embarcações para negociar no continente. Com um espírito de equipe, sabiam perscrutar o ambiente e decidir os diferentes passos a serem tomados para garantir as manobras ou orientar as ações em situações de risco. Por essa razão, eles tinham uma posição nas sociedades das ilhas dita como similar à dos soldados escravos *ceddo* dos reinos do continente, e isso os diferenciava dos “escravos comuns”. Não à toa, por esse e outros motivos, eles eram descritos em muitos documentos como “cativos de elite”. Cf. Searing, op. cit., p. 123; Farias, “Não há cativo que não queira ser livre”, op. cit.; Barry, Boubacar. *Senegambia and the slave trade*. NY: Cambridge University Press, 1997.

Em Saint-Louis, o painço, milho miúdo ou milheto, era o alimento básico da população. No processo de preparação, seus grãos precisavam ser descascados e batidos para se obter os diferentes tipos de farinha usados para fazer cuscuz (em wolof, cere) ou mingau (em wolof, laax). Assim, o ofício de *pileuse*, de pilar ou bater o milho, era um dos trabalhos femininos mais solicitados. Além de preparar a comida nas cidades, e igualmente nos mercados à beira do rio, elas ainda podiam exercer múltiplas funções, entre as quais as de cozinheiras e lavadeiras nas tripulações das embarcações que subiam até Galam. Como os *lap-tots*, acabavam aproveitando as viagens para obter ganhos adicionais com esses outros serviços ou mesmo no comércio de grãos³⁸.

As análises esboçadas até aqui nos permitem reafirmar que, enquanto as atividades exercidas por escravizados eram mais regularmente enumeradas e descritas, as das mulheres cativas ou libertas, como já havia apontado Hilary Jones, eram, na maioria das vezes, apenas sugeridas. Entretanto, isso não quer dizer que elas não tivessem oportunidades similares às dos homens, mesmo que em proporções diferentes ou mais reduzidas. Cozinheiras, costureiras e *pileuses* também tinham acesso a “salários”, que – ao final – podiam ser economizados e usados para si próprias ou para outros familiares. Inclusive, para comprar a própria liberdade ou a de seus filhos, filhas, sobrinhos...

Dessa maneira, quando o pecúlio dos escravos foi regulamentado em 1836, só veio confirmar uma prática já costumeira em Saint-Louis e Gorée. Conforme acompanhamos, o sistema de trabalho nas ilhas sempre favoreceu a formação de uma reserva financeira, especialmente entre os escravizados com ofícios especializados. Sendo assim, por mais que os senhores resistissem à nova lei que, no limite, levaria à liberdade de cativos e cativas, era uma situação que já não tinham como evitar. E não tinham mesmo, como os próprios libertos e escravizados deixavam evidentes nos depoimentos que concederam na enquete de 1844.

Mesmo sem terem sido diretamente questionados sobre o assunto, muitos ex-escravos que trabalhavam nas *escales* do rio Senegal e também alguns com “especialidades profissionais” em Gorée fizeram questão de destacar que resgataram sua liberdade, e por vezes as de familiares, mediante pagamento em dinheiro. Em muitos casos, mencionavam os valores despendidos, quase sempre pecúlio reunido com

38. Cf. Kane Lo, op. cit., p. 90-95.

seu próprio labor, mas também a partir de empréstimos tomados a comerciantes europeus.

O ex-escravo *laptot* Macoumba afirmou que pagou o preço de 1000 francos por sua liberdade e, partindo de sua experiência, avaliava “quantos cativos poderiam fazer” o mesmo, se lhes fosse permitido usar “o produto de seu trabalho para pagar sua pessoa”. O liberto Maconde Sav, também marinheiro do rio, foi taxativo: “pelo meu trabalho, eu me resgatei”. Em Gorée, Mbar Ndoumbé, mestre pedreiro, descrito como um “negro recém-alforriado” (“nègre nouvellement affranchis”), disse que “o desejo de ser livre fez com que, com o produto do meu trabalho, eu fosse capaz de me resgatar”. E achava que devia ser “o mesmo para todos os cativos”. Além do mais, os “negros emancipados economizam com seu trabalho, provendo para si mesmos e para suas esposas e filhos”. Guedé também era um mestre pedreiro, mas escravizado, que ganhava uma taxa de 3 a 80 francos por dia. Ao ser perguntado sobre qual seria “sua posição se o governo libertasse os cativos”, ele respondeu:

Eu ficaria sem inquietude para o meu futuro: hoje, cativo e recebendo apenas metade do meu salário, eu sou o suficiente, ainda posso sustentar minhas mulheres e meus filhos. Livre, eu farei ainda melhor, quando meu salário pertencer a mim todo o tempo, entretanto, se o resgate forçado fosse admitido, eu preferiria minha liberdade assim adquirida, àquela que terá que ser feita como resultado de uma medida geral³⁹.

Essas palavras de Guedé nos remetem a, pelo menos, mais duas questões. Em primeiro lugar, destaco sua afirmação de que preferia o resgate forçado a uma libertação mais ampla. Como venho assinalando, não é possível assegurar que questões foram exatamente feitas aos escravizados e mesmo a libertos ou livres. Não obstante, logo no início de suas entrevistas, alguns homens livres lançaram justamente a questão colocada pelo cativo de Gorée. A discussão já estava aberta entre os negociantes europeus e os “habitantes notáveis” interrogados. Os proprietários e proprietárias de escravos de Saint-Louis, em sua maior parte “nativos” (“indigènes”) africanos, sabiam que, com as pressões

39. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties.

da Grã-Bretanha e da França, a abolição da escravidão parecia cada vez mais inevitável. Contudo, diante do acirramento da crise econômica que se prenunciava com o fim do trabalho cativo, o verdadeiro “motor” a impulsionar a economia das ilhas senegalesas, eles defendiam que as medidas fossem paulatinas, e por isso a preferência de muitos pelo resgate forçado. Junte-se a isso as apreensões em torno da execução das atividades no rio Senegal e na própria cidade de Saint-Louis.

Se quisermos ir mais longe, constataremos que essas preocupações já vinham circulando por outros espaços atlânticos. Na década de 1830, o movimento emancipacionista que se reestruturava na França, embora sem a base social do abolicionismo na Inglaterra, também apostava nas teses gradualistas inglesas, preconizando que a emancipação só chegaria ao final de uma sequência de reformas, cuja primeira etapa havia sido a proibição do tráfico em 1818.⁴⁰

Não foi à toa, portanto, que Guedé e outros escravizados tenham se manifestado. Ou quem sabe isso fizesse parte das perguntas não reveladas na transcrição, mas mesmo assim colocadas para eles. De qualquer maneira, o debate dividiu as opiniões, com uma sensível, e mais evidente, vantagem para uma abolição geral, sobretudo da parte dos ex-escravos e daqueles que não possuíam cativos. Do lado das autoridades coloniais, e sobretudo dos proprietários de escravos, o assunto era importante, pois colaborava para a definição de uma libertação gradual, que tinha o apoio de muitos habitantes de Saint-Louis e Gorée.

Nesses termos, Ely Mohamed, capitão do rio (“patron de rivière”), economizou nas palavras, mas foi direto: “resgate os cativos e use-os como marinheiros”. O *laptot* Massamba Tramboye, que possuía alguns escravos, também preferia o resgate forçado, pois esse “esquema” lhe parecia ter “mais vantagens”. Como uma espécie de “bônus de enco-

40. Até os anos 1840, essa saída progressiva permaneceria como um credo para os abolicionistas franceses. Uma virada só aconteceria mais tarde, impulsionada sobretudo pelo abolicionista francês Victor Schoelcher, após seu retorno de um périplo pelas Américas, onde percorreria o sul dos Estados Unidos, as Antilhas francesas e o Haiti. Esse giro atlântico o levou a uma conclusão: a única saída para as colônias francesas seria a abolição imediata da escravidão. Só assim se evitaria a multiplicação de revoltas escravas e, especialmente, a repetição do episódio de São Domingos (o velho “fantasma do Haiti”). O título do livro que publicou logo ao regressar, em 1843, foi comouma palavra de ordem: *Colonies françaises: abolition immédiate* (Colônias francesas: abolição imediata). Cinco anos depois, a abolição da escravidão nas colônias francesas seria, enfim, decretada. Cf. Dorigny, Marcel. *As abolições da escravatura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2019; Jennings, L. C. *La France et l'abolition de l'esclavage (1802-1848)*. Bruxelles: André Versaille, 2010.

raçamento para a conduta e para o trabalho”, seria “mais honroso para os cativos que devem sua liberdade a si mesmos”. Já Mamady Conkal tinha um ponto de vista diferente. Piloto de navio a vapor, ele havia sido escravo e, como apreciava o preço da liberdade, também a queria para os outros. Mas não achava o resgate forçado preferível a uma emancipação total. Para ele, “o senhor usaria muitas facilidades para impedir o trabalho do cativo e impediria a aplicação dos frutos que ele pode retirar desse trabalho”. E ainda contestava as certezas de alguns senhores de escravos (mesmo que ele próprio também fosse um proprietário):

Eu não sou daqueles que pensam que os negros estão fugindo do trabalho; eu os vejo todos os dias sob o exemplo oposto; eles o amam quando ele é acompanhado por um bom tratamento. Se eles fossem tratados nos navios como os brancos se tratam uns aos outros, eles seriam levados a um gosto decidido pela navegação e poderiam ser usados com grande utilidade. [...] Eles são bons sujeitos e sabem do que são capazes⁴¹.

Conkal, Tramboye e Mohamed pareciam se aproximar de Guedé em suas expectativas sobre o período pós-abolição. Mas não eram apenas eles. Ao examinar os demais depoimentos em conjunto, é possível depreender que o trabalho estava no centro da vida nos tempos do cativo e também da liberdade. A diferença era que, livres, poderiam desfrutar dos próprios ganhos ou repartir com sua família. Com essa autonomia, ainda teriam a chance de escolher entre permanecer em Saint-Louis e Gorée ou voltar para suas terras de origem, de onde boa parte saíra ainda muito jovem. Como não temos mais informações sobre as circunstâncias em que as entrevistas foram realizadas, fica difícil asseverar se essas constantes referências ao trabalho eram de fato espontâneas. Quem garante que as perguntas dirigidas a eles não foram exatamente sobre esses temas? Infelizmente, as transcrições do inquérito nos deixam com essas incertezas. Ainda assim, podemos continuar indo além do aparente, indagando sobre os significados que tudo isso teria para homens, mulheres e crianças, escravizados ou não.

41. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties.

Um “império de mulheres”?

Tenho certeza de que, após a abolição, aqueles que têm negócios continuarão com eles, e que se houver alguém que aceite abandoná-los, **o império que as mulheres exercem sobre aqueles** os forçaria a trabalhar se não fossem trazidos para lá por necessidade [o grifo é meu]⁴².

Com essas palavras, o ex-cativo Clédov, que ocupava o cargo de intérprete do tribunal de Saint-Louis, completava seu depoimento sobre o que esperava do fim do cativeiro no Senegal. Então um senhor de escravizados, ele não esquecia, naquele princípio de 1844, que, “antes de ser livre”, também fora “cativo” e compreendia “a diferença entre escravidão e liberdade”. Conforme declarou,

foi a liberdade que fez o que sou, que me deu coração e força para o trabalho; é através dela que tenho algo, é com ela que vou preservá-lo. Por isso, **dou uma opinião favorável à emancipação porque sou negro e os negros são meus irmãos**; e que devo desejar para aqueles as mesmas vantagens de que as pessoas livres, e que tomei eu mesmo da liberdade. (o grifo é meu)⁴³

Assim como os demais libertos, ele igualmente fazia associações entre liberdade e trabalho, tidas como fundamentais para sua sobrevivência. Contudo, Clédov foi além. Sem que tenha utilizado expressões mais literais, ele falou também das relações de gênero e raciais naquela sociedade. Embora, desde pelo menos o século XVII, as duas cidades senegalesas já fossem consideradas “cidades femininas por excelência”, até aqui, vimos que as fontes oitocentistas se mostravam bem lacunares quando se tratava de abordar “negras livres” ou “negras cativas”. E o intérprete do tribunal de Saint-Louis também seguia com alusões bem indefinidas às mulheres. Entretanto, indicou que, nos arranjos familiares ou conjugais, elas tinham certa ascendência sobre seus companheiros, filhos e demais parentes. Assim, caso eles se recusassem a trabalhar quando libertos, elas facilmente os convenceriam.

42. Esse depoimento e os seguintes estão em: Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties.

43. Ibidem.

Por outro lado, também chama atenção a forma como Clédov se identifica e como se diz irmanado com os demais negros, independente de sua condição social. Ao longo de todo o inquérito de 1844, observamos o uso das expressões “noir”, “nègre”, “noire” ou “nègresse” para designar tanto os “negros” e “negras” cativos, como os “negros” e “negras” “livres”. Mas a escolha desses termos dependia, no mais das vezes, de quem emitia a opinião ou formulava a questão. Hoje, sua tradução para o português pode, aparentemente, indicar as mesmas palavras, “negro” ou “negra”. No entanto, em francês, essas designações tinham – e ainda têm – conotações diferenciadas.

Buscando as definições de “nègre” em dicionários franceses, Sue Peabody assinala que, a partir de meados do século XVIII, quando os escravos na França começaram a passar por um maior escrutínio público, a palavra já era separada em suas duas partes constitutivas: cor (“noir”) e status (“esclave”). Em 1750, o dicionário de Prevost a distinguia mais claramente entre seus usos gerais e específicos. Assim, nègre era apontado como o termo derivado do latim *Niger*, que significava “preto”. E este nome era, em geral, conferido a “todas as criaturas humanas que têm a pele negra”, mas – em particular – aos “habitantes infelizes de várias partes da África que os europeus compram para o serviço de suas colônias”.

Mesmo que a expressão “raça” tenha sido introduzida na França no final do século XV, uma transformação em seu significado só ocorreria ao longo da segunda metade do século XVII, na esteira do desenvolvimento das ciências naturais e da ampliação do conhecimento dos europeus sobre o mundo além da Europa. Entretanto, o início da produção açucareira no Caribe e sua associação com a escravidão dos negros africanos (em geral, saídos de diferentes regiões da Senegâmbia) conferiram a essas ideias uma ideologia racista. Como consequência, passou-se a legitimar a dominação de um grupo humano sobre outro, tendo como base uma suposta superioridade moral e intelectual (dos brancos), que seria correspondente a distinções físicas e fenotípicas, tidas como “imutáveis” e necessariamente transmissíveis a seus descendentes. Das colônias, essas concepções seriam propagadas para o seio da elite francesa.⁴⁴

44. Boule, Pierre H., La construction du concept de race dans la France d’Ancien Régime. *Outre-mer*, tomo 89, n. 336-337, 2o. Semestre 2002, p. 158. Cf. Delasse, Delasse et Valensi, Lucette.

No século XIX, em determinadas situações os dois vocábulos tinham significados intercambiáveis. Mas, em geral, reforçava-se uma relação direta entre “nègres”, “nègresses”, escravidão e comportamentos tidos como reprováveis. Tanto Clédov como os demais escravizados e libertos entrevistados em Saint-Louis e Gorée referiram-se a si mesmos ou a outros negros e negras como “noir” ou “noire”. De sua parte, ao inventariarmos os léxicos raciais enunciados pelos membros da comissão e, especialmente, os negociantes europeus, verificamos que eles continuavam a traçar uma relação entre “nègres” (por vezes também apontados como “noirs”), cativo africano e a “preguiça natural”, a “vagabundagem” e a “libertinagem”. Contrapondo-se a essa classificação depreciativa, muitos “negros livres” ou “cativos” consideravam importante reafirmar sua “cor”, sua “raça negra”, numa espécie de racialização da liberdade. Ainda que essa positivação passasse por uma certa ideologia do trabalho, ao ressaltarem suas capacidades para realizá-lo de forma conscienciosa, acabavam falando de identidades e solidariedades raciais bem mais amplas e ainda restituíam, mais uma vez, sua liberdade como seres humanos⁴⁵.

Ao seguir analisando as declarações conjuntamente (tanto aquelas transcritas aqui, como as mais de 300 registradas na documentação), inferimos ainda que as considerações sobre cativo e liberdade *verbalizadas* na investigação de 1844 refletiam, ao mesmo tempo em que reelaboravam, relações e identidades forjadas naquelas sociedades. Nesses processos, o gênero também era elemento central, mas não sem levar em conta “raça” e “classe”, tal como sublinhado pelos próprios membros da comissão de inquérito. Conforme assinalam Pamela Scully e Diana Patton, apesar da diversidade de resultados e processos no mundo atlântico, a emancipação de escravos em todos os lugares assumiu formas de gênero, reestruturando as relações entre homens e mulheres, tornando o direito dos homens à liderança de uma família uma característica central das sociedades pós-emancipação; eram, afinal, “uma parte importante do que os ex-escravos queriam da liberdade”⁴⁶.

Le mot nègre dans les dictionnaires français d’ancien régime: histoire et lexicographie. *Langue française*, 15, 1972, p. 100; Peabody, Sue. *There are no slaves in France: the political culture of race and slavery in the Ancien Regime*. New York, Oxford University Press, 1996, p. 60-61.

45. Também desenvolvi esses argumentos no artigo: Farias, Juliana B. “Não há cativo que não queira ser livre”, op. cit.

46. Scully, Pamela; Patton, Diana (ed.). *Gender and slave emancipation in the Atlantic world*. Durham: Duke University Press, 2005, p. 1-2. Para refletir também sobre como o gênero aju-

Como em outras sociedades que caminhavam para a emancipação, estavam evidentes o encorajamento e a criação de mais oportunidades para o avanço e o exercício da agência política por homens recém-libertados, e mesmo cativos, do que por mulheres. O que, de muitas maneiras, reatualizava desigualdades de gênero já colocadas durante a escravidão. Por outro lado, se as interfaces de “classe” e “raça” distinguiam signares de “negras livres” e “negras libertas” de “negras cativas”, o gênero construído nesses processos de libertação, de algum modo, as aproximavam⁴⁷.

Não obstante a determinação e a atuação de muitas signares à frente de seus negócios ou de familiares, que outras atividades, “próprias” a mulheres “mestiças” e de “elite”, elas poderiam exercer para manter a si, a seus filhos, netos ou outros agregados? Desde que entrara em vigor em 1804, o novo Código Civil francês, também conhecido como Código Napoleônico, conferia às mulheres um “*status social inferior*”, ressaltando, entre outras questões, seu papel como donas de casa⁴⁸. Mesmo que nem sempre as legislações francesas fossem, de fato, aplicadas ao Senegal, o Código Napoleônico era tipicamente a base do sistema judiciário de suas colônias. Assim, mais do que simplesmente uma questão de costume ou de moral, as relações de gênero também se mostravam essenciais para compreender as resistências ao fim da escravidão e os novos significados que a emancipação produzia nos mundos do trabalho. Ao final, para garantirem sua autonomia e sua distinção, as *signares* dependiam da liberdade de trabalho cerceada e, no limite, da própria vida de homens e mulheres escravizados.

Mas certamente essas experiências eram bem diferentes das de Madame Marie Jacques Bougoma, descrita como uma “negra livre” que tinha quatro cativos e dois edifícios de aluguel em Gorée, ou de Guissaly Faye, “negra liberta depois de 20 anos”, que era dona de dois escravos. E o que dizer de Betsy, “cativa lavadeira” da Madame Nicolas Potin? Ela acredita-

dou a construir e foi construído por meio de categorias raciais e de classe, ver, por exemplo: Evelyn Brooks Higginbotham, African-american women’s history and the metalanguage of race. *Signs*. n. 17 (1992), p. 251-274; Scully, Pamela. Race and Ethnicity in Women’s and Gender History. In: Smith Bonie G. Women’s History in Global Perspective: Themes. Urbana: University of Illinois Press, 2004.

47. Essas discussões também foram desenvolvidas em: Farias, J. B. A *signare* e o *laptot*, op. cit; Farias, Juliana Barreto. *Resgates em família?*, op. cit.

48. Kane Lo, op.cit., p. 101.

va que seu marido, uma vez livre do cativeiro, poderia dispor da “totalidade da sua remuneração” e estaria a salvo de todas as necessidades. E assim seriam “capazes de economizar dinheiro para uma idade mais avançada”. Já Marianne Kouka, também escravizada, parecia ter menos esperanças. Dizendo-se “velha”, contava que não tinha “nenhum comércio” e, com a libertação, acabaria próxima a “certo estado de miséria”.

De sua parte, os homens escravizados, especialmente *laptots* e outros com ofícios especializados, não mostravam tantos receios ante um futuro de liberdade. Pelo contrário. Tornando-se “donos de si”⁴⁹, tinham convicção que trabalhariam mais e melhor. E as histórias de seus próprios companheiros de labuta no rio e mesmo de alguns senhores só corroboravam essa certeza. Entre os *laptots* entrevistados nas *escales* havia muitos ex-escravos que conseguiram se “resgatar” pagando por sua liberdade, muitas vezes com o fruto de seu trabalho. E além de continuarem partindo nas campanhas da goma, inclusive como tratistas, alguns ainda adquiriam cativos para auxiliá-los nessas jornadas.

Em que medida esses projetos eram meramente individuais ou envolviam cônjuges e familiares? Como vimos, tanto nas estatísticas e análises coloniais, como na própria historiografia sobre escravidão e liberdade em Gorée e Saint-Louis, as mulheres, sobretudo as escravizadas e as muçulmanas, que representavam a maior parte da população, estavam “ausentes” dos registros. Contudo, mesmo que pouco fossem nomeadas, tendo suas histórias via de regra narradas pelos homens, seus companheiros, senhores ou advogados, conseguimos captar suas agências nessas declarações e em outras fontes.

Ainda que a maior parte dos registros examinados aqui mostrem homens se resgatando ou falando das alforrias de esposas e filhos, há evidências e mesmo referências diretas à participação das mulheres na reunião dos valores necessários para consegui-las. Esse era, de fato, um projeto de família, que envolvia cônjuges, filhos e outros parentes. Basta lembrar dos atos de libertação apresentados logo no início deste capítulo. Ou acompanharmos as palavras da cativa ladeira Bety, que tinha esperanças em se ver liberta, mas “ajudada pelo trabalho de seu marido”. Livre do cativeiro, ele poderia dispor da totalidade de sua remuneração, e ficariam “a salvo

49. O ex-escravo Demba N’Diaye, que se ocupava como calafate, disse que obteve sua liberdade e tornou-se “senhor de mim mesmo”. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l’abolition de l’esclavage, 1844, 5 parties.

de todas as necessidades”, “capazes de economizar para uma idade mais avançada”⁵⁰. Como vimos, as relações desiguais de gênero influíam na oferta e na diversidade das atividades que as mulheres podiam exercer, no acesso à alforria e mesmo na posse de outros homens e mulheres. Mas elas também ganhavam seus salários, contribuía para o sustento das famílias e podiam mesmo usar seus recursos para brigar na justiça por liberdade.

Referências

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the slave trade**. NY: Cambridge University Press, 1997.

BOILAT, David. **Esquisses sénégalais, Physionomie du pays, peuplades, commerce, religions, passé et avenir, récits et légends**. Paris: Bertrand, Libraire-Éditeur, 1853.

BONNARDEL, Régine. **Saint-Louis du Sénégal: mort ou naissance?** Paris: l'Harmattan, 1992.

BOUET-Willaumez, Édouard . **Commerce et traite des noirs aux cotes occidentales d'Afrique**. Paris: Imprimerie Nationale, 1848.

BOULE, Pierre H., La construction du concept de race dans la France d'Ancien Régime, **Outre-mer**, tomo 89, n. 336-337, 2o. Semestre 2002.

COTTU, Charles, Le Senegal: Histoire et Situation Actuelle de la Colonie. **Revue des deux mondes**, 1845.

DELASSE, Delasse; VALENSI, Lucette. Le mot nègre dans les dictionnaires français d'ancien régime: histoire et lexicographie. **Langue française**, 15, 1972.

DORIGNY, Marcel. **As abolições da escravatura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2019.

DUCHON-DORIS JUNIOR, J. P. **Commerce des toiles bleus dites guinées. De l'industrie française de Pondichéry et de la métropole. Dans ses rapports avec le Sénégal, l'île de Bourbon et l'étranger**. Observations de J.-P. Duchon-Doris Junior, de Bordeaux. Paris, Imprimerie de Wittershem, 1842-1843.

FALL, Mouhamadou. **Les auxiliares indigènes de le traite des esclaves sur le fleuve Sénégal: 1664-1848**. Mémoire de maîtrise. Faculté des Lettres et

50. Anom, Senegal XIV, 13, Commission de enquête - Questions relatives à l'abolition de l'esclavage, 1844, 5 parties.

Sciences Humaines, Département d'Histoire, Université Cheikh Anta Diop de Dakar, 2009.

FARIAS, Juliana Barreto. *Resgates em família? Escravidão, gênero e liberdade (Senegal – século XIX)*. In: BRITO, Luciana; GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P. T.; VIANA, Iamara (orgs.). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

FARIAS, Juliana Barreto. O laptot e a signare: gênero, escravidão e liberdade, Senegal – século XIX. In: FERREIRA, Roquinaldo; REGINALDO, Lucilene (orgs.) **África, margens e oceanos: pesquisas em história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

FARIAS, Juliana Barreto. “Não há cativo que não queira ser livre!”: significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. **Varia História**, v. 36, n. 71, Belo Horizonte, maio-agosto 2020.

FLORY, Céline. **De l’esclavage à la liberté forcée. Histoire des travailleurs africains engagés dans la Caraïbe française au XIXe siècle**. Paris: Éditions Karthala, 2015.

FLORY, Céline. Alforriar sem libertar: a prática do ‘resgate’ de cativos africanos no espaço colonial francês no século XIX. **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, julho-dezembro/2011.

GUEYE, M’Baye. Des affranchissements définitifs à l’émancipation de 1848. In: **Les abolitions de l’esclavage: de L. F. Sonthonax à V. Schoelder 1793, 1794, 1848**. Actes du colloque international tenu à l’Université de Paris VIII, les 3,4,5 février 1994. Paris: UNESCO/Presses Universitaires de Vicennes, 1998, réimpression.

JENNINGS, Lawrence C. **La France et l’abolition de l’esclavage (1802-1848)**. Bruxelles: André Versaille, 2010.

JENNINGS, Lawrence C. **French Anti-slavery**. The movement for the abolition of slavery in France, 1802-1848. Cambridge University Press, 2000.

JONES, Hilary. Women, Family & Daily Life in Senegal Senegal’s Nineteenth-Century Atlantic Towns. In: CANDIDO, Mariana; JONES, Adam (edts.). **African w African women in the Atlantic word: property, vulnerability & mobility, 1660-1880**. NY: James Currey, 2019.

JONES, Hilary. **The métis of Senegal: urban life and politics in French west Africa**. Indiana University Press, 2013.

JONES, Hilary. From Mariage à la Mode to Weddings at Town Hall: Marriage, Colonialism, and Mixed-Race Society in Nineteenth-Century Senegal. **The International Journal of African Historical Studies**, 38 (1), 2005.

KANE LO, Aissata. **De la Signare à la Diriyanké sénégalaise**: trajectoires féminines et visions partagées. Dakar: L'Harmattan Sénégal, 2014.

PASQUIER, Roger. **Le Sénégal au milieu du XIXe siècle**: La crise économique et sociale. Thèse pour le Doctorat des Lettres, Université Paris Sorbonne (Paris IV), 1987, 2 tomes.

PASQUIER, Roger. A propos de l'émancipation des esclaves au Sénégal en 1848. **Revue Française d'Histoire d'Outre-mer**, tome 54, n°194-197, Année, 1967. Hommage à Robert Delavignette.

PEABODY, Sue. **There are no slaves in France**: the political culture of race and slavery in the Ancien Regime. New York, Oxford University Press, 1996.

RAFFANEL, Anne. **Nouveau voyage dans le pays des negres**: suivi d'études sur la colonie du Senegal... Tome 2, Paris, Imprimerie et Librairie Centrale des Chemins de Fer, 1856.

REYSS, Nathalie, **Saint-Louis du Sénégal à l'époque pre-coloniale**: l'émergence d'une société métisse originale, 1658-1854. Thèse de 3ème cycle, Université Paris I, 2 tomes.

SCULLY, Pamela; PATTON, Diana (ed.), **Gender and slave emancipation in the Atlantic world**. Durham: Duke University Press, 2005.

SCULLY, Pamela. Race and Ethnicity in Women's and Gender History. In: SMITH Bonie G. **Women's History in Global Perspective**: Themes. Urbana: University of Illinois Press, 2004.

SEARING, James F. **West African slavery and Atlantic commerce**: The Senegal River Valley, 1700- 1860. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZUCCARELLI, François. Le régime des engagés à temps au Sénégal (1817-1848). **Cahiers d'études africaines**, v. 2, n. 7, 1962.

III - TRABALHADORES, POLÍTICA E A CIDADE

TRABALHO, CIDADE E IMIGRAÇÃO NA CAPITAL AMAZONENSE, 1880-1910

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

A articulação do tema cidade, trabalho e imigração permite reflexões acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da economia de exportação da borracha, momento rico em transformações e conflitos, sendo ainda o que concentrou o maior fluxo migratório para a região. A história da capital amazonense é marcada, portanto, pela presença de imigrantes oriundos de outras regiões do país e do mundo, fazendo com que a dinâmica das relações sociais na cidade tenha se tornado mais rica e complexa em função das múltiplas tensões e interações que tais envolvimento provocavam tanto na população de destino quanto entre as segmentações étnicas que então se fizeram presentes.

Não há dúvida que tais deslocamentos foram mobilizados, em essência, pela nova dinâmica da economia regional, fincada na exploração extrativa da borracha e em seu fornecimento ao mercado mundial que a demandava, mobilizando esforços privados e governamentais, em forte propagandismo, na tentativa de apresentar imagens positivas da região, mostrando-a como próspera, acolhedora e, sobretudo, salubre. Em paralelo, o processo extrativo era informado como um empreendimento seguro e promissor, sendo capaz de gerar uma acumulação de renda que garantisse o sustento do extrator, assim como sua emancipação diante da pobreza e da miséria.

No entanto, no momento da “grande emigração” europeia, histórias de sofrimento e insucesso no Novo Mundo, notadamente nos países de tradição escravista, já circulavam pela Europa com tanta força quanto a demonstrada pelo sonho de fazer a América e deixar para trás uma vida de sofrimento e penúria. Com relação ao contexto amazônico, denúncias quanto às reais condições de salubridade e segurança – em especial, relacionadas ao ataque de índios – circulavam pela imprensa estrangeira, que também trazia narrativas acerca das condições de trabalho no seringal. Portanto, tanto na Europa quanto no Nordeste do Brasil, esse conflito de narrativas gerava inquietações, apreensões e dúvidas no seio da popu-

lação, tornando ainda mais difícil a decisão de emigrar e, como se verá adiante, tais dilemas respondiam, em boa medida, para que muitos dos que chegavam à Amazônia, tudo fizessem para ficar nas cidades, notadamente Belém e Manaus, vistas como espaços de maior oportunidade.

Manaus se beneficiou desse processo, pois, dinamizada pelos rendimentos da borracha, pôde fazer a transição a um modelo de urbanização mais moderno, que requeria braços e qualificações. De desenvolvimento recente, seu processo de expansão urbana em muito se diferenciava daquele vivenciado pelas maiores cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, cujo primeiro urbanismo remontava ao período colonial, momento em que a atual capital amazonense – então Vila da Barra de São José do Rio Negro – não passava de pequeno aglomerado urbano. Seu marasmo só começaria a ser quebrado, muito lentamente, em meados do século XIX.

Bento Aranha, filho do primeiro presidente da Província do Amazonas – criada em 5 de setembro de 1850 e instalada dois anos depois – e um dos mais destacados intelectuais e jornalistas do Norte do país, a quem se deve atribuir o mérito de ter escrito a primeira história da cidade, descreve, em 1897, como ela se apresentava no ano de instalação da província:

Em 1852, a Vila da Barra, hoje cidade de Manaus, conserva-se tal qual devera ter sido em 1832, tendo menos população e número maior de seus edifícios em ruínas.

A área da capital do Amazonas estava circunscrita a uma pequena superfície, limitada ao Oriente pelo igarapé da Cachoeirinha e ao Ocidente pelo da Cachoeira Grande e ao Norte pelas matas, que tinham a denominação de Campinas, correndo na linha E. O. da cabeceira do igarapé de S. Vicente até encontrar-se com o dos Remédios (Aterro), e ao Sul pelo Rio Negro.¹

O arrolamento populacional parcial feito pelo governo naquele ano mostrava uma cidade pequena, com uma população avaliada em 5.132

1. Aranha, Bento. *Um olhar pelo passado*. Manaus: Imprensa Oficial, 1897, p. 11. O decréscimo populacional e aspecto de abandono mencionados pelo autor se deve ao impacto do movimento cabano e, sobretudo, à virulência de sua repressão. Um governo rebelde ocupou a cidade em março de 1836, administrando-a por cerca de 10 meses. Miranda, Bertino de. *Cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos*. 2. ed. Manaus: ACA, 1986.

habitantes, sendo composta por 2.200 homens e 2.549 mulheres, além de 51 estrangeiros, considerados livres. A população escravizada era estimada em 332 indivíduos, dos quais 144 eram homens e 188 mulheres.²

Nas primeiras décadas do século XX, o pequeno comércio da hinterlândia com os países andinos fronteiriços havia deslocado seu eixo, do vale do Rio Negro para o do Solimões, decretando a decadência da primeira capital da Comarca do Alto Amazonas – Barcelos – e reacendendo um lento desenvolvimento de Barra, mais bem posicionada, já que estava localizada na confluência daqueles dois rios. Daí ter derivado, inclusive, sua passagem ao estatuto de cidade, em 1848, quando então se firma a sua designação atual. Foi, todavia, a implementação da província e sua conseqüente conversão à capital que criaram as bases para as primeiras reformas urbanas, mas elas se mantiveram extremamente lentas e incipientes até o último quartel do século XIX.

Tanto a historiografia quanto os registros de viajantes e naturalistas registraram a morosidade na implementação das benfeitorias, como arruamentos e calçamentos de ruas, consertos de pontes, construção ou reforma de prédios públicos, como o palacete provincial. Lenta também foi a construção da Igreja Matriz, das repartições públicas e das primeiras escolas, fazendo com que as reclamações e os desassossegos fossem a tônica na fala dos administradores locais. Tais falas também registram a carência, tanto de materiais necessários às construções, quanto de mão de obra especializada para os trabalhos, tendo que se lançar mão do trabalho de indígenas, recrutados pelas Diretorias de Índios nas aldeias de origem e despachados para as obras públicas. Os diversos relatórios oficiais da época dão conta do largo uso do trabalho compulsório de indígenas nos diversos serviços.³

Vinte anos depois da instalação da província, o censo populacional de 1872 apresenta números que sugerem um incremento populacional importante, com aumento tanto no contingente de nacionais quanto

2. Amazonas. *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Ângelo Thomaz do Amaral, à Assembleia Legislativa Provincial*. 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemert, 1858, p. 27.

3. A título de exemplo: “Edifícios para as escolas do sexo feminino: Dos três decretados pela lei nº 219, de 20 de maio do ano passado, por falta de operários, somente um, o do bairro do Espírito Santo, foi começado e já se acha concluído; tendo sido sua sólida construção de pedra e cal executada segundo o mesmo risco, depois de alterado com as necessárias correções o respectivo desenho, das escolas já construídas para o sexo masculino.” Amazonas. *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis à Assembleia Legislativa Provincial*. Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1872, p. 267.

no de estrangeiros residentes na cidade. Assim, da população total de 17.686 almas, 15.290 eram originários do Amazonas, enquanto 1.737 tinham origem em outras regiões do Brasil, além de 659 estrangeiros. Entre os deslocados de origem nacional, destacam-se os do Pará, com 823 pessoas, seguidos pelos do Maranhão, com 307; do Ceará, com 191; e da Bahia, com 180 pessoas. Com relação ao gênero da população brasileira livre ali residente, homens somavam 9.453 indivíduos enquanto as mulheres somavam 7.204.

No que concerne aos originários de outros países residindo em Manaus, o destaque era para os portugueses, com o registro de 433 indivíduos, seguido de 78 bolivianos, 23 espanhóis, 19 paraguaios (dos quais 17 eram mulheres), 12 peruanos, 11 ingleses, 10 italianos, 7 franceses, 5 alemães, 4 norte-americanos, 2 orientais, 1 grego, 1 holandês e 1 japonês. Já a população escrava, somada à parte no censo, contava com um contingente de 377 pessoas, dos quais 201 eram homens e 176 mulheres.⁴

A presença de paraguaios, sendo a quase totalidade constituída por mulheres, parece uma incógnita, já que não se tratava nem de país fronteira nem de uma área tradicional de emigração. A relação mais óbvia, no entanto, parece ser a estabelecida pela guerra recém finalizada. Na ausência de informações seguras até o momento, permito-me um breve hiato especulativo, a necessitar de posterior confirmação. Levanto a possibilidade de tais mulheres terem chegado a Manaus nos idos de 1870, acompanhando o retorno da brigada dos “voluntários da pátria” que foram mobilizados para combater as tropas paraguaias. Infelizmente, para além do censo de 1872, ainda não localizamos na documentação informações maiores sobre elas, mas é legítimo pensar que tenham chegado na condição de esposas, concubinas ou amantes; verdadeiros espólios de guerra, encobertos pela forma licenciosamente abrangente com que eram entendidos uma parte significativa de indivíduos “livres”, embora, na prática, estivessem submetidos a regime de trabalhos compulsórios e tirânicos.

Fato incontestável, a subalternidade feminina está por toda parte nos registros. Na literatura de viagem o que choca os forasteiros é, sobretudo, o enclausuramento das mulheres “livres” nas vilas e cidades do Extremo Norte do país. Elizabeth Agassiz e seu esposo as viam em termos de inferioridade frente às mulheres indígenas e até mesmo escravas:

4. Brasil. *Recenseamento da população do Império do a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

é impossível imaginar coisa mais triste e mais monótona do que a existência da senhora brasileira nas pequenas cidades. Nas províncias do Norte, principalmente, as velhas tradições portuguesas sobre o enclausuramento de mulheres ainda prevalecem. Seus dias decorrem tão descoloridos como os das freiras num convento e sem o elemento entusiasta e religioso que sustenta essas últimas. Muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, senão raramente, à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre tão pouco vestidas que vão além da negligência. É triste verem-se essas existências fanadas, sem contato algum com o mundo exterior, sem nenhum dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura. A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor de uma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se se revolta contra as suas cadeias, a sua infelicidade então só é comparável a nulidade de sua vida.⁵

Poucos anos depois, em 1870, um jornal da jovem imprensa amazonense, publicava matéria que ostentava o título de “Mulher não é gente”.⁶ Em que pese o jornal não assumir essa ideia, o simples fato de trazê-la à baila é bastante sintomático do *status* de subalternidade atribuído às mulheres no contexto regional.

Voltando ao censo de 1872, é importante também registrar que ele trouxe algumas informações importantes sobre o universo do trabalho e das atividades desenvolvidas pela população amazonense. Assim, dos 17.686 habitantes, 9.645 eram declarados sem profissão, o que pode significar que mais da metade da população fosse constituída por pessoas vinculadas a um mercado de trabalho informal, seja produzindo diretamente sua subsistência, seja ofertando produtos ou serviços, seja ainda ofertando para terceiros sua própria força de trabalho na execução de tarefas temporárias. De qualquer forma, apenas um terço dos

5. Agassiz, Luís; Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000, p. 260. Convém lembrar aqui as ponderações de June Hahner acerca do enclausuramento feminino apresentado pelos viajantes estrangeiros como uma característica geral da condição feminina no país. Segundo a autora, essa visão era parcial e obscurecia inúmeras situações em que mulheres apresentavam dimensões maiores de liberdade e movimentação, inclusive dirigindo e/ou chefiando diversos empreendimentos. Hahner, June. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870-1920*. Brasília Edunb, 1993, p. 12.

6. *Commercio do Amazonas*, nº 227. Manaus, 22 de julho de 1870, p. 1.

habitantes aparecia no censo vinculada a alguma profissão ou ofício, sendo 3.711 enquadrados na categoria de criados e jornaleiros, 1.694 nos serviços domésticos e, ainda, 1.177 inseridos na categoria de lavradores.

Na categoria denominada pelo censo de profissões ligadas à indústria e ao comércio, 329 pessoas aparecem discriminadas como comerciantes, guarda-livros e caixeiros, enquanto 17 pertenciam à categoria de manufaturados e fabricantes, perfazendo um total de 346. Cabe destacar que nesta categoria de profissões “industriais e comerciais”, estão arrolados, sem discriminação, tanto patrões quanto empregados, tornando difícil mensurar o quantitativo deles pelo censo. Nas profissões ditas manuais ou mecânicas – operários de edificações, metais, madeiras, vestuário e calçado –, incluindo-se aí também a costura, aparecem no censo 299 trabalhadores. Já os empregados públicos eram em número de 64, constando da lista: 8 professores e homens de letras, 2 procuradores, 2 notários e escrivães, 4 juizes e 2 religiosos. Havia ainda: 5 médicos, 1 farmacêutico e 28 artistas, entendendo-se esta última categoria como a que abrigava trabalhadores detentores de algum ofício. Já o serviço militar contava com um contingente de 502 almas, os marítimos eram computados em 156 pessoas e os pescadores em 39.

Com relação à população estrangeira ativa residente em Manaus, cabe destacar que, dos 659 residentes, 325 aparecem discriminados na categoria sem profissão, seguidos de 134 listados como comerciantes, guarda-livros e caixeiros, 101 arroladas em criados e jornaleiros, 28 constando como lavradores, 12 discriminados como operários em metais, 8 operários em edificações, 5 operários em calçados, 5 operários em madeira, 5 na categoria de artistas, 4 operários em vestuário, 3 trabalhadores discriminados na categoria de manufaturados e fabricantes, 3 como professores ou homens de letras e 2 como médicos. Profissionais de maior especialização, como a de médico cirurgião, simplesmente não existiam no estado, o que fazia com que, para acessar aquele serviço, os doentes tivessem que se deslocar para outros espaços do país em busca de cura.

As mulheres, no censo de 1872, aparecem em algumas poucas profissões e atividades, especificamente nas ditas femininas. Assim, do total de 9.645 indivíduos declarados como sem profissão, as mulheres respondem por cerca de metade desse contingente, ou 4.539 pessoas. Também são registradas, neste cômputo, 81 estrangeiras, 97 escravas, sendo o restante de nacionais. As mulheres aparecem em número significativo no serviço doméstico, formando, neste segmento, a imensa

maioria, 1.129 mulheres, e apenas 40 homens. Além dessas mulheres, indicadas como sendo nacionais, são também arroladas 72 escravas e 9 estrangeiras. Olhando para outras profissões e ofícios, é possível perceber que elas também aparecem na categoria de lavradoras, em número de 219, sendo 2 estrangeiras, 6 escravas e o restante constituído por nacionais. Outras 20 mulheres são discriminadas na categoria de costureiras (todas nacionais); 2 arroladas na categoria de criados e jornaleiros (sendo 1 escrava) e 1 na categoria de parteira.

Em que pesem as falhas e omissões que o censo possa conter, ele se constitui em documento importante para o pesquisador da área do trabalho, sendo uma das poucas fontes que mostram a abrangência e discriminação das profissões no Brasil do século XIX. Além do mais, e, embora o censo de 1872 demonstre um aumento importante no número total da população e no contingente de trabalhadores na província em relação à 1852, os administradores provinciais continuaram enfrentando problemas relacionados à falta de trabalhadores especializados, limitando o desenvolvimento econômico e emperrando a execução das obras e a oferta de serviços públicos necessários ao bom funcionamento da cidade. Foi comum, nesse período, que as Diretorias de Índios continuassem a abastecer a capital amazonense com índios arregimentados em diversas localidades do interior do Estado, disponibilizando-os para as obras públicas em andamento. Muitos deles sucumbiram diante da dureza do serviço e das péssimas condições em que eram abrigados, sem falar na frequente inadaptação ao tipo de trabalho e aos costumes locais.

Achando-se muito arruinado o barracão (levantado em 1863) que servia de moradia aos índios empregados nas obras públicas, construiu-se no terreno do Hospital de Caridade um outro barracão coberto de palha, fechado até a altura de oito palmos com paredes de taipa de pau a pique e dividido internamente em dois grandes repartimentos.

[...]

Ficou concluído o principal de desaterro da praça 28 de Setembro. Esse trabalho foi feito pelos índios ao serviço das obras públicas e por 4 carroceiros ajudados pelos presos de justiça.⁷

7. Amazonas. *Relatório do Diretor das Obras Públicas, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, apresentado ao Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto*. Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1874, p. 128.

Os governos provinciais tentaram estimular a formação profissional de meninos índios através da criação do Educandário dos Artífices, instituição de cunho educacional que possuía oficinas para a formação profissional de sapateiros, alfaiates, marceneiros etc. Por trás de uma capa de benemerência, o Educandário funcionou como um espaço disciplinador e repressivo, cuja intenção era voltada para o fornecimento de mão de obra barata para os serviços urbanos. Eram frequentes as denúncias de maus tratos e de confinamento dos internos em quartos e salas aos moldes de prisões.⁸

Para a execução de atividades mais complexas, que exigiam conhecimentos técnicos específicos, o governo provincial recorria à contratação de profissionais da Corte ou mesmo da Europa. Assim, atividades que requeriam o conhecimento de engenheiros, agrimensores, bombeiros hidráulicos e de metalurgia tendiam a ser realizados com a utilização de força de trabalho importada, considerada cara pelos administradores, e que acabava, muitas vezes, em experiências trágicas e mal-sucedidas, como as ocorridas com alguns trabalhadores alemães:

A falta de pessoal habilitado é um dos obstáculos com que aqui se luta, para que estas e outras instituições apresentem os resultados obtidos em muitas provinciais. Para prová-lo, basta referir a experiência cara, a que meu antecessor se viu forçado, contratando mestres alemães, que parecendo-lhe de grande proveito, apenas trouxeram despesas não pequenas.

Esses estrangeiros, além de ignorarem, pela maior parte, o ofício que deviam ensinar, não eram entendidos, nem se faziam compreender, e davam-se a excessos e a vícios, que até os tornavam prejudiciais a disciplina do estabelecimento. Um deles, Augusto Theobald, recolhendo-se em uma canoa, em estado de embriaguez, foi na noite de 4 de julho do ano findo vítima desse desregramento, dois por nomes Carlos Scheuks e Carlos Doring evadiram-se a 19 de agosto, não obstante o contrato a que estavam sujeitos.⁹

8. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto; Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017, p. 22-23.

9. Amazonas. *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto à Assembleia Legislativa Provincial*. Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1873, p. 503.

Outro estratagema, usado pelas elites da época para solucionar a questão de braços para o trabalho, foi o uso da mão de obra infantil, o que pode ser observado a partir de anúncio publicado no periódico *O Catequista*, de 1863, pelo empresário Antônio Monteiro Tapajós, que, ao montar uma olaria “por maquinismo movido a vapor” em Manaus, informava que estava contratando “homens, mulheres e pessoas acima de 10 anos...”.¹⁰

Embora numericamente menor, o uso da força de trabalho escravo foi também recorrente, tanto por parte do governo provincial, sobretudo nas obras públicas, quanto por parcela da sociedade amazonense. No censo de 1872, aparecem em sua grande maioria, arrolados como *sem profissão* em número de 81 indivíduos, 77 estão arrolados nos serviços domésticos, 2 como criados e jornaleiros e 2 como lavradores. Neste particular, convém lembrar as ponderações de June Hahner, para quem tais pessoas eram “legalmente diferentes dos demais trabalhadores urbanos, embora exercendo muitas vezes a mesma tarefa”.¹¹ As evidências do uso do trabalho de negros no contexto amazonense, seja na condição de escravo, seja na de liberto, estão presentes na documentação da época. Aparecem nos relatórios provinciais e também na imprensa do período, muitas vezes, em tom de denúncia, como a feita pelo periódico *Rio Negro*.¹²

No dia 10 do corrente estando o africano livre Geremias, trabalhando na obra da calçada dos srs. Amorim & Irmãos, como servente, mandou o sr. Delegado José Miguel de Lemos prendê-lo, e depois de estar um dia na enchovia, sem crime, o mandou soltar e remete-lo, para a olaria do sr. Tapajóz.

Esse africano livre ganhava 600 rs. por dia e foi constrangido arbitrariamente pelo sr. Delegado Lemos a ir trabalhar na olaria com a diária de 500 rs!!!...¹³

10. Menezes, Bianca Sotero. *Imprensa e gênero: a condição feminina da mulher amazonense na imprensa provincial, 1850-1889*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014, p. 123.

11. Hahner. *Pobreza e política*. Op. cit., p. 31.

12. Sobre o tema, no contexto amazonense, ver: Pozza Neto, Provino. *Ave libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011; Abreu, Tenner Inauhiny. *Trabalhadores na Província do Amazonas: novos olhares. Fronteiras do Tempo*, (2), jan./dez., p. 155-173, 2011.

13. *Jornal do Rio Negro*. Manaus, 30 de novembro de 1967. Na mesma nota consta ainda que o mesmo delegado se utilizou da mesma prática com outro africano livre, de nome Martinho, prendendo-o e depois encaminhando-o para trabalhar na dita olaria, cujo dono era acusado de maltratar os trabalhadores.

Assim, se até a década de 1870, Manaus não passava de uma pequena cidade, acanhada e desprovida de atrativos, com uma população constituída majoritariamente por indígenas, em meio a parcelas de mestiços, negros e brancos, incluídos aí os estrangeiros. Na década seguinte, o quadro muda de forma significativa. Como mencionado, foi dos lucros auferidos pela borracha a responsabilidade por modificar substancialmente tanto a fisionomia da cidade quanto à composição de seus habitantes.

As elites econômicas e políticas regionais, responsáveis pela promoção e organização da estrutura de acesso aos seringais e montagem do processo produtivo, diante da pressão do mercado mundial pelo produto, tiveram que enfrentar, de forma emergencial, o problema da escassez de mão de obra que viabilizasse a extração do látex e sua transformação em borracha. Portanto, vendo como alternativa viável a atração de excedentes populacionais de outras localidades.¹⁴

Os lucros altos que a borracha propiciou nas duas últimas décadas do século XIX bancaram os investimentos na implementação de uma infraestrutura urbana que transformou Manaus num verdadeiro canteiro de obras, com a edificação de uma gama de prédios públicos e particulares, além de melhoramentos urbanos de toda ordem. Ampliam-se por meio de concessões a empresas estrangeiras, os serviços de abastecimento de água, tratamento de esgotos e transportes coletivos, entre outros. Tecnologias de ponta, como a iluminação elétrica, linhas de bondes elétricos, telégrafo e sistema de telefonia, foram introduzidas na cidade. Em paralelo a essa urbanização, dinamizou-se o comércio e abriram-se inúmeros postos de trabalho tanto na iniciativa privada quanto na burocracia estatal.¹⁵

O resultado desse processo foi a realização de uma significativa expansão demográfica tanto na capital amazonense quanto no resto do Estado, motivada pelo fomento à entrada de imigrantes nacionais e estrangeiros.¹⁶ Em que pese a entrada também de migrantes, por motivos outros que não fossem somente os da fome e do desemprego,

14. Santos, Roberto. *História econômica da Amazônia, 1880-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 87-118.

15. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 3. ed. Manaus: Edua, 2015.

16. Estima-se que a população que se deslocou para a região entre os anos de 1872 e 1910 tenha chegado ao patamar de meio milhão de pessoas. Cf. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 20 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985, p. 129-135.

com relação aos nacionais, teve-se a entrada massiva de nordestinos – principalmente cearenses –, favorecida pela seca de 1877-1878 e pela grande concentração fundiária naquela região, responsáveis pelas condições de vida degradantes e pelo enorme índice de mortalidade. Sobre esse contexto e essa conjuntura desfavorável à imensa parcela da população nordestina, incidiu o peso de uma intensa propaganda estatal e privada, que, mostrando o Amazonas como uma terra da promessa, buscava deslocar para lá esse contingente populacional.¹⁷

Em todo processo migratório há sempre interesses individuais bastante diversificados que, ao fim e ao cabo, entram em causa para favorecer os deslocamentos de indivíduos, famílias e grupos sociais mais amplos. No entanto, tais interesses tendem a ganhar maior efetividade quando fatores externos se projetam indicando caminhos e oportunidades de sucesso. É necessário, portanto, olhar para as duas pontas do processo, que só se configura efetivamente quando forças de repulsão, de um lado, e de atração, no outro, interagem, independentemente se de forma espontânea ou estimulada.

Na virada do século XIX para o XX, as economias de exportação de produtos primários na América Latina funcionaram como o grande polo de atração de populações excedentes não apenas do continente europeu, como também do asiático. Com a demanda pela borracha a Amazônia se vê incluída nesse processo, apresentando-se como um dentre tantos destinos possíveis. O recurso à atração de contingentes populacionais estrangeiros se colocava como alternativa capaz de viabilizar alguns aspectos do desenvolvimento regional, como a carência de trabalhadores qualificados para os empreendimentos urbanos. De forma subsidiária, a agregação de trabalhadores europeus agradava as elites locais que haviam sido impregnadas pelo eugenismo reinante entre a intelectualidade, a indicar a possibilidade de “melhorar a qualidade” da população por intermédio desse empreendimento.¹⁸ Na outra ponta do processo, populações pobres e excedentes, sobretudo no campo, tornavam-se problemáticas para muitos países que então faziam sua conversão para a economia de mercado e, por isso, viam-se como alvo de verdadeiras políticas de expurgo, a direcioná-las para outros

17. Reis, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2. Ed. Manaus: Edua, 1997.

18. Villeroy, Augusto Ximenes. “Como se deve povoar o solo amazônico”. In: Miranda, Bertino (Org). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*. Manaus: Palais Royal, 1911, p. 21.

países e continentes. Como mencionou Hobsbawm, se é certo que na Europa havia desassossego pela falta de trabalho, é certo também que havia esperança em uma vida diferenciada além-mar.¹⁹

Na Amazônia, o processo de alocação dessa força de trabalho se desenvolveu em variadas formas, frentes e direções. Grosso modo, para os trabalhos na extração da borracha, foram mobilizados os nordestinos, oriundos principalmente dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão; enquanto que, para a estrutura gerencial, para os serviços urbanos e para o comércio, foram atraídos tanto trabalhadores nacionais quanto migrantes estrangeiros. Cearenses, portugueses, ingleses, paraenses, italianos, espanhóis, maranhenses, sírios e libaneses, dentre outros, misturaram-se na paisagem urbana da capital amazônica, modificando-a de forma significativa.²⁰ Hermenegildo de Campos, importante médico-sanitarista da época, informou que, em 1907, a população de Manaus era calculada em 60.000 habitantes, sendo pelo menos 10.000 estrangeiros, dentre estes, os portugueses formavam a maior colônia, vindo “em segundo lugar a dos espanhóis, avaliada em 1.400 a 1.500 pessoas e a dos italianos avaliada em 1.100 a 1.200, seguem-se de turcos, árabes, marroquinos, sírios com 800 pessoas...”²¹

As mudanças estruturais em voga, aliadas à chegada desses imigrantes, produziram transformações na sociedade amazônica que tiveram influência na composição do quadro populacional, na modificação dos hábitos e dos costumes tradicionais, favorecendo a paulatina incorporação de novos valores, atribuindo certo ar cosmopolita à cidade.²²

Situação bastante diversa marca a introdução da força de trabalho nordestina nos seringais – as unidades básicas de produção –, nas áreas extratoras incrustadas no vasto e inóspito sertão amazônico, uma vez que ali se engendrou um sistema de trabalho próprio, marcado pela rigidez, espoliação e violência, chegando ao ponto de levar importantes intelectuais e críticos sociais, como Euclides da Cunha, a asseverar seu caráter desumano, por meio do qual o seringueiro “trabalha para se escravizar”.²³

19. Hobsbawm, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2011, esp. p. 181-190.

20. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Imprensa de Imigrantes: vozes da colônia espanhola do Amazonas, 1901-1922*. *Navegar: revista de estudos de e/imigração*, v. 3, n. 4, jan.- jun., 2017, p. 162-185.

21. Campos, Hermenegildo de. *Climatologia médica do Estado do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: ACA/Fundo Editorias, 1988, p. 101.

22. Burns, Bradford. *Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

23. Cunha, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 40-52.

Durante muito tempo, a vida difícil dos extratores nos seringais foi contraposta a uma vida fácil na cidade, onde vingava um estilo de vida mais leve e sem percalços, o que não passava de uma visão parcial e idealizada da vida cidadina. Por muito tempo, as pesquisas sobre os mundos do trabalho no Amazonas deram prioridade aos estudos voltados ao seringal, demarcando assim as agruras vividas nesses espaços;²⁴ enquanto as pesquisas sobre o trabalho, os trabalhadores urbanos e seus modos de vida só recentemente foram iniciados. Havia ainda o peso de uma tradição historiográfica mais conservadora que voltava seus olhos para a cidade, no afã de exaltar o desenvolvimento econômico e o progresso material e civilizacional, numa história que demarcou bem mais os aspectos físicos do urbanismo modernizador do que suas dimensões humanas. Também não lhe interessou assinalar o conflito social ou os percalços da vida cotidiana, disto resultando uma escrita da cidade que, idealizada pelo alto, projetava-se como asséptica, rica, moderna e feliz.

Até recentemente, portanto, pouco ou nada foi dito sobre as reais condições de vida e trabalho da maior parte da população cidadina; população essa que não desfrutou das benesses produzidas pela borracha, constituindo-se em um enorme contingente de pobres urbanos sobre quem insidiam as marcas mais profundas da fome, das doenças e da miséria.²⁵ Isso significa que o enfrentamento do tema do trabalho urbano tem sido uma preocupação assumida pela produção acadêmica recente, cujo esforço tem resultado, felizmente, em importantes artigos, livros, dissertações de mestrado e teses doutorais.²⁶

24. Reis. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit.

25. Houve exceções, como, por exemplo, Samuel Benchimol, autor extremamente sensível à questão da imigração, sendo um pioneiro na História Oral que hoje se pratica no Brasil. Neste sentido, registre-se seu primoroso livro *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Produzido a partir de 57 entrevistas realizadas com migrantes nordestinos chegados à Manaus. Benchimol, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus: Edua, 2010.

26. Entre tantos, podemos citar: Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*. op. cit.; Costa, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus, 1890/1915*. Manaus: Valer, 2014.; Teles, Luciano Everton Costa. *Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920*. Manaus: UEA, 2016; Andes, Pedro Marcos Mansour. *Trabalhadores em movimento: associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus, 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2016; Barros, Claudia Amelia M. *Vozes operárias: a construção da identidade operária amazonense através dos tipógrafos, 1891 a 1914*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

Seja como for, convém asseverar que os principais empregadores da força de trabalho imigrante na capital amazonense foram os governos provincial e, após 1889, estadual, contratando profissionais para áreas especializadas do serviço burocrático como saúde, educação, saneamento etc. Em poucos anos, o funcionalismo público foi aparelhado com a incorporação de médicos e enfermeiras; juízes, delegados e policiais; professores, bibliotecários e amanuenses; engenheiros e agrimensores. Fora do serviço público, as firmas comerciais também assimilaram um contingente significativo de trabalhadores, empregando balconistas, caixeiros, secretários e guarda-livros, dentre outros.

Dada a forte característica de entreposto comercial da borracha, algumas profissões se desenvolveram, chegando a ter grande importância no período, como foi o caso dos trabalhadores portuários, constando, deste rol, estivadores, carregadores, carroceiros e catraieiros.²⁷ Havia também os empregados das empresas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos de água, luz, saneamento e transporte, sendo a Manáos Harbour, no entanto, a maior contratadora na cidade em todo o período de expansão e decadência da borracha.

Outra característica importante do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a grande concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). Em contrapartida, o trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de trabalhadores, quase sempre em empresas de beneficiamento de produtos regionais, como a castanha, guaraná, fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais.

O trabalho feminino e infantil também compôs o universo do trabalho manauense, embora as fontes sobre a existência e dimensões da exploração das crianças sejam mais escassas. Quanto ao trabalho feminino, há mais informações, a começar pela iconografia, que mostra mulheres atuando atrás dos balcões das lojas de artigos de luxo, como costureiras e modistas que, em estabelecimentos próprios, produziam roupas que tentavam acompanhar a moda europeia, particularmente a de Paris. Nas firmas comerciais e escritórios, também tem início a incorporação de secretárias, amanuenses e datilógrafas. Além desses *novos* empregos, as mulheres continuaram atuando no interior de ofícios tradicionalmente direcionados para elas, como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras e arrumadeiras, que eram contratadas tanto por

27. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*. Op. cit.

particulares quanto por proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis, segmentos que cresciam com expansão populacional da cidade.

Os empregos se diversificaram também em função da classe social à qual pertenciam as mulheres. Ser professora primária ou enfermeira, por exemplo, não era uma opção disponível a todas – pelo menos inicialmente –, uma vez que pressupunha a existência de um nível de escolarização mínima. Efetivamente, um fator de grande relevância para a modificação da condição social das mulheres na Amazônia foi a possibilidade de acesso à instrução formal, com a crescente abertura de turmas e escolas destinadas às meninas, que, assim, melhor se qualificavam para o mercado de trabalho. Escassas em meados do século XIX, em pouco tempo, elas constituíam a maioria trabalhando no ensino primário na cidade.²⁸

As mulheres também ingressaram no setor fabril e manufatureiro, ocupando espaço nas confecções de roupas ou nas fábricas de beneficiamento de produtos regionais, como a castanha do Pará. Um flagrante importante dessa atividade aparece no filme *O paiz das Amazonas*, do cineasta português Silvino Santos, produzido em 1922. As cenas demonstram o envolvimento de um número significativo de operárias que, dispostas em linhas de produção, exerciam suas tarefas sob supervisão e controle de fiscais e capatazes também do sexo feminino. Embora não se tenha documentos para afirmar categoricamente, as cenas rodadas no filme passam a impressão de que a grande maioria dessas operárias era nacional e de baixa condição social.

O trabalho infantil também foi largamente utilizado no mundo do trabalho amazonense, tanto na área formal quanto na informal, acompanhando tendência já demonstrada pela historiografia existente para outras áreas do país. Porém, causou impacto, perceber o emprego dessa força de trabalho em tarefas penosas e que geravam grande desgaste físico, como é o caso da estiva que, como é sabido, requer enorme uso de força física.²⁹

Como não podia deixar de ser, o recorte étnico marcou a classe trabalhadora manauense do período. O trabalho portuário, em especial,

28. Sobre o tema, ver: Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Manaus: Edua, 2015; Campos, Luciane Maria D. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus, 1890-1940*. 206f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

29. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*. Op. cit.

permitiu visualizar trabalhadores nacionais e estrangeiros trabalhando (quase sempre) irmanados no âmbito do processo associativo em prol de interesses comuns, como a luta pela redução da jornada de trabalho. Mas também ocorriam tensões difíceis de serem equacionadas no mundo do trabalho e que, em boa medida, estavam relacionadas à efetiva preferência do empresariado pela força de trabalho do estrangeiro, questão recorrente, estampada tanto nos discursos operários quanto nos anúncios visando à contratação de trabalhadores. Pela imprensa, foi possível flagrar, por exemplo, queixas de lideranças dos estivadores nas décadas iniciais do século XX contra essa prática segregadora empregada pela firma inglesa Manáos Harbour, encarregada da administração do porto de Manaus, que preferia recrutar trabalhadores entre os estrangeiros residentes na cidade, principalmente para os que fariam parte do quadro de trabalhadores fixos da empresa. Tais trabalhadores, ao contrário dos contratados de forma avulsa, possuíam salário fixo, tendiam a serem escolhidos entre aqueles de melhor compleição física e eram utilizados, estrategicamente, nos momentos de greves da categoria.³⁰

Nos periódicos, eram frequentes os anúncios divulgados pelos empregadores com acréscimo da frase “*prefere-se português ou espanhol*” ou “*prefere-se portuguesa ou espanhola*”.³¹ Nos casos de mulheres, estas geralmente eram requisitadas para o trabalho doméstico, destinado às casas de famílias; já os homens, pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade, cujo número crescia acentuadamente na cidade.³²

Embora tradicionalmente o meretrício não seja associado ao mercado de trabalho, não se pode deixar de perceber que foi amplamente empregado como estratégia de sobrevivência, seguramente radical e desesperada, por mulheres que estavam exatamente fora do mercado formal de trabalho. A condição extrema de aliciamento, controle e dominação a que muitas mulheres se viam submetidas no ambiente do meretrício colocava a prática prostitucional numa condição análoga à escravidão. Seja como for, com a economia da borracha, houve forte expansão da prostituição em Manaus, sendo este um espaço fortemente demarcado pelo recorte étnico, colocando nacionais e estrangeiras em lados opostos,

30. Ibidem.

31. “No prédio n. 48 a avenida Eduardo Ribeiro precisa-se de um criado de 12 a 14 anos de idade, *prefere-se português ou espanhol*”. *Jornal do Comércio*, 05 de agosto de 1906.

32. “No prédio n. 48 a avenida Eduardo Ribeiro precisa-se de um criado de 12 a 14 anos de idade, *prefere-se português ou espanhol*”. *Jornal do Comércio*, 05 de agosto de 1906.

notadamente pela estigmatização das mulheres nacionais que exerciam a profissão. Um renomado médico sanitarista da época, ao relatar o aumento das doenças sexualmente transmissíveis na cidade, destilava todo seu preconceito por meio de um argumento que opunha, no mercado da prostituição, as “mercadorias”, nacionais e estrangeiras:

A crise amazônica acarretou ainda esta consequência: expulsou as mercadorias estrangeiras, mais ou menos conscientes da necessidade de higiene, substituindo-as por desgraçadas paupérrimas e ignorantes, que a fome e a nudez forjam na escuridão. São pobres entes, rebotalhos das derradeiras vazas sociais que, rebocando em lama vêm espalhar germens de morte.³³

Independentemente de sua origem étnica, as prostitutas foram alvo constante do controle, das críticas e das intervenções dos poderes públicos, por intermédio seja da polícia, seja de médicos sanitaristas. Serviam também de alvo frequente para matérias sensacionalistas dos diversos jornais da cidade, muitas vezes, as estigmatizavam, como vítimas de si mesmas, de sua luxúria e ganância, para, com isso, utilizá-las em seus discursos moralizadores como modelos negativo do comportamento feminino ideal.

Por vezes, foi possível perceber, por parte das autoridades locais, certa tolerância com a prostituição, em especial com aquela que se destinava aos espaços – botequins, boates e casas de espetáculo –, tradicionalmente frequentado pelos segmentos da elite local, onde também se incluíam políticos, profissionais liberais e intelectuais. Em tais espaços, dominavam as estrangeiras, que tinham na *cocotte* francesa, bela, refinada e culta, a idealização máxima, frequentemente acalentada pela crônica jornalística, que assim reforçava imagens idílicas de uma prostituição exercida por uma parcela ínfima desse segmento no universo maior e bem mais cruento da prostituição na capital amazonense.³⁴ Arguto cronista da Manaus da borracha, Nogueira da Mata foi um dos intelectuais que percebeu, sem muito contraditar, a emergência dessas imagens idílicas, chegando a comentar que “é dessa época do ouro que correm as versões mais estonteantes. De homens que acendiam charutos

33. Apud Pinheiro. *A cidade sobre os ombros*. Op. cit., p. 76

34. Pinheiro. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 223.

com cédulas de quinhentos mil réis. Mulheres fascinantes, chegadas de países europeus, especialmente para as noitadas boêmias de Manaus”.³⁵

As questões étnicas não opuseram apenas segmentos nacionais aos estrangeiros. Elas também colocaram frente a frente membros de uma mesma nacionalidade, como o caso dos espanhóis, cujos conflitos de cunho nacionalista foram transpostos além-mar e ganharam corpo no interior da comunidade que buscou se estruturar na sociedade amazonense. Essas querelas ganhavam as páginas dos periódicos locais, que publicavam diversas notícias com largas doses de sensacionalismo. Em 1905, por exemplo, o *Jornal do Comércio* comentava que “nesta luta terrível entre os seus... tem havido assassinatos nas esquinas e envenenamentos no meio da rua; navalhadas à luz do sol e tiros à meia noite...”³⁶

Mas se o conflito era parte constitutiva das novas relações que se estabeleciam na capital amazonense, os movimentos de interação e de construção de uma convivência não apenas pacífica, como também solidária, estiveram presentes, sendo particularmente importante no processo de organização de diversas categorias profissionais. Quando se volta os olhos para os trabalhadores de Manaus, o que se vê é que todo o período de expansão e de decadência da economia gumífera foi marcado por um processo de experimentação no processo associativo, cujo fim era o fortalecimento das categorias profissionais diante tanto de um poder normativo do estado quanto da dominação e exploração patronal. Datam da última década do século XIX os surgimentos das primeiras entidades de classe em Manaus, como a Associação Artística Tipográfica, criada em 1891. No ano anterior, os caixeiros começaram a debater sua condição ao lançar aquele que é considerado o primeiro jornal operário da cidade: *O Restaurador*. A chegada do novo século faz emergir na cidade um número significativo de associações e sindicatos de diversas categorias – carroceiros, estivadores, cigarreiros, foguistas, marítimos, maquinistas, empregados do comércio, dentre outros –, ampliando sensivelmente o ambiente de organização e da luta operárias.³⁷

35. Mata, João Nogueira da. *Antiquilhas manauaras*. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1991, p. 174.

36. Apud Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Imigração e imprensa espanhola em Manaus. In: Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto (Org). *Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)*. Curitiba: CRV, 2017, p. 197.

37. Para o período em estudo mapeamos uma média de 29 associações e sindicatos criados por trabalhadores.

As primeiras manifestações operárias que se tem notícia para o Amazonas datam da década de 70 do século XIX, sendo que duas delas ocorreram em áreas do interior do Estado e uma na cidade de Manaus, promovida por donos de embarcações. Foi somente a partir da década seguinte, no entanto, que a cidade vivenciou as primeiras greves organizadas por trabalhadores, evidenciando a nova dinâmica e a complexidade das relações sociais trazidas pela economia da borracha. As primeiras greves foram promovidas por categorias ligadas aos serviços urbanos que começavam a se estruturar e ganhar relevância, no momento em que a cidade se consolidava, ao lado de Belém, como um dos mais importantes entrepostos comerciais da borracha para o mercado mundial. Não foi à toa, portanto, que os responsáveis pelas primeiras manifestações tenham sido os trabalhadores portuários: estivadores, catraieiros, carroceiros, marítimos.³⁸

Assim, a partir das primeiras décadas do século XX, passeatas, protestos e greves operárias faziam parte do cotidiano do manauara, sendo noticiadas e debatidas pelos jornais de uma imprensa que, nem sempre hostil, nem sempre solidária, oscilava em função de interesses diversos. Os anos iniciais do século XX assistiriam também à entrada em cena de outras categorias, desta vez aquelas mais diretamente ligadas aos serviços urbanos, como motoristas e condutores de bonde, lixeiros, cocheiros, trabalhadores do curro, além de pescadores, alfaiates e gráficos, tornando o espaço urbano menos harmônico do que o desejado pelas elites e autoridades locais.

Ontem, uma procissão comovedora, a procissão dos representantes da miséria e pobreza, esse cortejo numeroso dos perseguidos pela ganância e pela auricidia dos do nosso mercado, passou as ruas da cidade, cheia de indignação patriótica, de revolta sublime e encantadora, contra os perseguidores dos desafortunados que aqui residem e, oirejam pela vida e dos que aqui aportam fugindo à perseguição, que a natureza, pela esterilidade do solo, em algumas regiões empreende.³⁹

38. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto; Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*. Op. cit., p. 58-59.

39. *Correio do Norte*. Manaus, 15 de março de 1906.

O imigrante contribuiu de forma significativa nesse processo, particularmente, os estrangeiros, que integraram segmentos que atuavam nas duas pontas do universo do trabalho. De um lado, os mais afortunados criaram empresas, abriram comércios e outras atividades de mando, enquanto, na base, assumiam as mais diversas funções no mundo do trabalho, das mais qualificadas – como a dos cervejeiros alemães – às mais simples, como a de muitos portugueses na estiva. Seja como for, a imensa maioria dos estrangeiros atuaram no universo mais árduo do trabalho das oficinas e fábricas, no comércio (formal e informal) ou como operários nas concessionárias dos serviços públicos, recebendo salários que quase sempre não permitiam uma sobrevivência digna. Não raro, muitos deles engrossaram as fileiras de indigentes que vagavam, anônimos, pela cidade sem rumo nem acolhimento adequado. Numa cidade marcada pela insalubridade e pela falta de saneamento básico para a imensa maioria da população, as epidemias e febres foram devastadoras, arrastando para a morte tanto trabalhadores nacionais e estrangeiros que chegaram à região acalentando o sonho de fazer a América.

Pouco se sabe ainda de suas vidas atribuladas; e, por vezes, a demarcar suas existências, constam apenas seus nomes impressos em lúgubres obituários dos periódicos da cidade:

Foram inhumados ontem no cemitério S. João Domingos Pena Rodrigues, filho de José Penna Rodrigues, indigente, com 25 anos, espanhol, solteiro, febre tropical; Francisco Maria da Silva, filho de Manoel Jeronimo, indigente, com 32 anos, rio-grandense do norte, solteiro, pyopneumothorax.⁴⁰

Do seio das comunidades de migrantes nacionais e estrangeiras saíram lideranças e militantes anarquistas, socialistas e reformistas que exerceram influência no operariado amazonense, como foram os casos do português Tércio Miranda, do italiano Targino Mariani, do espanhol Joaquim Azpilicueta, dos pernambucanos Cursino Gama e José Bezerra Calazans e do maranhense Anacleto Reis.⁴¹ Desde cedo, essas lideranças atuaram no cenário político local qualificando o debate e a luta no seio da classe trabalhadora amazonense e assumindo,

40. *Jornal do Comércio*. Manaus, 21 de dezembro de 1905.

41. Pinheiro; Pinheiro. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*. Op. cit., pp. 160-168.

dentre muitas pautas, o internacionalismo da classe operária, cuja implementação como prática entre os trabalhadores amazonenses foi, todavia, mais difícil de implementar do que supunham as lideranças.

Fonte maior de informação acerca do seu processo de organização e associação operária em Manaus, a imprensa operária trazia sobretudo a voz e as intenções dessas lideranças e expressava as tendências políticas que abraçavam, quase sempre a partir de postulados muito gerais e de aportes teóricos – Proudhon, Marx, Kropotkin, Ferrer – que, embora pudessem ter origens divergentes, eram, quase sempre, apropriadas de forma indistinta. Nessa imprensa, poucas vezes a questão doutrinária se explicitava, sendo um bom exemplo, nesse sentido, o periódico *A Lucta Social*, fundado em 1914, cujos produtores estavam articulados à Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas, com forte ligação com a Confederação Operária Brasileira (COB). O jornal se dizia de orientação anarquista e sindicalista, tendo como principal articulista o tipógrafo português Tércio Miranda, embora contasse também com outras importantes colaborações. Dos poucos números publicados, percebe-se o interesse em divulgar os acontecimentos relacionados aos movimentos operários internacional, nacional e local, além de farto debate sobre a doutrina anarquista, como se pode ver nos artigos “O salaríado”, “A lucta de classes”, “A greve”, “Os sindicatos operários”, “Liberdade” e “A aurora proletária”, cujo objetivo era de educar e conscientizar o trabalhador amazonense com relação à condição de exploração à qual estavam submetidos.⁴²

Ao operariado amazonense

Aparece hoje brevemente este jornal, que se destina ao operariado. A sua publicação será eventual, e a sua ação será educativa, indicando aos que trabalham, o Futuro, que a emancipação nos trará, feliz e harmonioso.⁴³

Operários! Lede o nosso jornal e dai-o a ler aos vossos camaradas! Interessai-vos pelo estudo das questões sociais se quereis a vossa emancipação e afastai de vós toda a opressão que vos possa corromper.⁴⁴

42. Pinheiro. *Folhas do Norte*. Op. cit., pp. 148-156.

43. *A Lucta Social*, nº 1. Manaus, 27 de fevereiro de 1914 (Suplemento).

44. *A Lucta Social*, nº 1. Manaus, 27 de fevereiro de 1914.

A criação de associações, sindicatos e jornais operários fazia parte de um movimento comum e articulado, cujo objetivo central era a organização e mobilização da luta operária contra o patronato e, em alguns casos, assumindo proposições mais amplas, contra a dominação de classe e sistema econômico capitalista. Fazendo parte central das estratégias de divulgação, mobilização e organização dos trabalhadores, a imprensa operária se diversificou, animada por lideranças de categorias diversas. Além dos gráficos, cuja profissão os habilitava melhor para tal empreendimento, pode-se mencionar as experiências dinamizadas pelos caixeiros com a criação do *Tribuna do Caixeiro*,⁴⁵ os marítimos, assumindo pelo menos três periódicos, entre eles o *Marítimo*, de 1911, e os trabalhadores das quatro artes da construção civil, com o *Constructor Civil*.⁴⁶

Os jornais e as associações de Manaus tiveram grande dificuldade em vencer a efemeridade e, desta forma, de se manterem ativos e atuantes, como, de resto, também ocorreu em outras regiões. Passado o momento inicial de euforia, logo advinham as dificuldades e, com elas, sensações de desânimo e desencanto. A frequência dos associados às assembleias era baixa e a inadimplência nas mensalidades tornou-se regra em todas as categorias que caminharam na direção do associativismo mutualista.⁴⁷ É certo que essa podia ser uma característica geral da classe operária, como parece nos sugerir Marcel van der Linden que, trabalhando o contexto inglês do século XIX, argumentou que os sindicatos eram vistos pela classe trabalhadora como “expedientes temporários destinados a um fim específico” e que alcançados os objetivos a que haviam se proposto o seu fim era uma possibilidade esperada.⁴⁸ Mas o que se destaca no contexto amazonense é que o início

45. Foi o jornal operário de maior longevidade no interior da imprensa operária amazonense, circulando entre 1908 e 1909.

46. Podemos citar ainda os jornais *Correio da Tarde* (1911); *Vida Operária* (1920); *Extremo Norte* (1920), entre outros.

47. Sobre o tema, ver: Batalha, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999; Viscardi, Claudia. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, p. 28, 2010; Luca, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

48. Linden, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 251.

do processo de organização operária se dá exatamente no momento em que o produto que sustentara a expansão econômica entrou em decadência de forma irreversível, retirando as bases de apoio em que havia se ancorado a formação da classe trabalhadora na cidade. Com efeito, de 1910 em diante, sucederam-se falências e uma violenta retração do mercado de trabalho, lançando a população regional a índices lastimáveis de fome e miséria. Embora o movimento operário na cidade tenha ainda demonstrado força e certa expressão até meados da década de 1920, a luta pelo trabalho sucedeu a luta por aumentos salariais e pela conquista de direitos, como a jornada de 8 horas.

Com efeito, as lutas operárias em Manaus ocorreram no interior de uma conjuntura caracterizada pela total ausência de legislação protetiva que desse algum alento e suporte a uma vivência digna e segura, em especial para os segmentos mais fragilizados, situação que se projetava para dentro das organizações como fatores limitantes à ação e ao enfrentamento, uma vez que essa base operária, vitimada que era por processos de superexploração, não se sentia segura à participação, ausentando-se da luta. O processo foi geral e atingiu todo o país, na medida em que, nos anos iniciais do século XX, os trabalhadores nacionais e estrangeiros eram privados de direitos mínimos e de regulamentações trabalhistas capazes de lhes assegurar condições apropriadas para exercer seus ofícios.

Seja como for, tais carências e limites não devem significar que o movimento não tenha tentado avançar em suas preocupações e objetivos. Estas questões aliadas as ideias sociais de diferentes matizes, que, através dos jornais operários, fizeram eco no conjunto da classe trabalhadora, serviram de mote para o empreendimento da luta no sentido de garantir direitos mínimos, tais como: a regulamentação de oito horas de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e de menores, criação de leis e normas que os protegesse contra os constantes acidentes no trabalho e propiciassem melhores salários; como ocorreu também em outras regiões do país no mesmo momento.⁴⁹

Como observamos com o estudo dos estivadores, muitas das conquistas dos trabalhadores manauenses desse período foram bastante efêmeras e pouco influíram para que houvesse uma melhoria em suas

49. Gomes, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 18.

condições materiais de existência; mas, a médio e longo prazos, serviram para consolidar uma tradição de luta que produziu respeitabilidade política frente ao patronado, servindo para, em várias ocasiões, impor limites mínimos e algumas garantias relacionadas a acidentes no trabalho, à manutenção da integridade do salário, com a anulação de multas consideradas injustas, à redução da jornada noturna e ao custeio para tratamento de saúde.⁵⁰

Para esses construtores anônimos da riqueza econômica regional, todo o período da economia de exportação da borracha foi marcado por horas fatigantes de trabalho mal remunerado, exercido em ambientes claustrofóbicos e insalubres, e submetidos a regimes de vigilância, controle e dominação que agravavam ainda mais a situação. Fora dos espaços de trabalho, viam-se totalmente desassistidos por governos que não foram, em momento algum, capazes de fornecer melhores condições de moradia, saúde, habitação e instrução que lhes permitisse sobreviver adequadamente. Da opressão, emergiu um conjunto de experiências de organização, de mobilização e de luta que ainda precisam ser mais bem estudados e analisados pela historiografia regional, sendo essa a motivação maior que esteve subjacente à escrita deste breve artigo.

Referências

ABREU, Tenner Inauhiny. Trabalhadores na Província do Amazonas: novos olhares. **Fronteiras do Tempo**, (2), jan./dez., p. 155-173, 2011.

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000.

AMAZONAS. **Fala do Presidente da Província do Amazonas, Ângelo Thomaz do Amaral, à Assembleia Legislativa Provincial**. 1º. de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemert, 1858.

AMAZONAS. **Fala do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto à Assembleia Legislativa Provincial**. Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1873.

50. Pinheiro. *A cidade sobre os ombros*. Op. cit.

AMAZONAS. **Relatório do Diretor das Obras Públicas, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, apresentado ao Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto.** Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1874.

AMAZONAS. **Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis à Assembleia Legislativa Provincial.** Manaus: Tip. do Comércio do Amazonas, 1872, p. 267.

ANDES, Pedro Marcos Mansour. **Trabalhadores em movimento:** associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus, 1945-1967. 156f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2016.

ARANHA, Bento. **Um olhar pelo passado.** Manaus: Imprensa Oficial, 1897.

BARROS, Claudia Amelia M.; **Vozes operarias:** a construção da identidade operaria amazonense através dos tipógrafos, 1891 a 1914. 120f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, p. 43-68, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** um pouco antes e além-depois. Manaus: Edua, 2010.

BRASIL. **Recenseamento da população do Império do a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

BURNS, Bradford. **Manaus, 1910:** retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

CAMPOS, Hermenegildo de. **Climatologia médica do Estado do Amazonas.** 2. ed. Manaus: ACA/Fundo Editorias, 1988.

CAMPOS, Luciane Maria D. **Trabalho e emancipação:** um olhar sobre as mulheres de Manaus, 1890-1940. 206f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana:** trabalhadores de Manaus, 1890/1915. Manaus: Valer, 2014.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 20. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985, pp. 129-135.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HAHNER, June. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920. Brasília: EDUNB, 1993. Comercio do Amazonas, n. 227. Manaus, 22 de julho de 1870.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

MATA, João Nogueira da. **Antiquilhas manauaras**. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1991.

MENEZES, Bianca Sotero. **Imprensa e gênero**: a condição feminina da mulher amazonense na imprensa provincial, 1850-1889. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MIRANDA, Bertino de. **Cidade de Manáos**: sua história e seus motins políticos. 2ª ed. Manaus: ACA, 1986.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. 3. ed. Manaus: Edua, 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920. Manaus: Edua, 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Imigração e imprensa espanhola em Manaus. *In*: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Org). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Imprensa de Imigrantes: vozes da colônia espanhola do Amazonas, 1901-1922. **Navegar**: revista de estudos de e/imigração, v. 3, n. 4, jan.- jun., p. 162-185, 2017.

POZZA NETO, Provino. **Ave libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

Trabalhadoras e Trabalhadores: capítulos de história social

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2. ed. Manaus: Edua, 1997.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**, 1880-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 19800.

TELES, Luciano Everton Costa. **Mundos do trabalho e imprensa**: a vida operária em Manaus na década de 1920. Manaus: UEA, 2016;

VILLEROY, Augusto Ximenes. "Como se deve povoar o solo amazônico. *In*: MIRANDA, Bertino (Org). **Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola**. Manaus: Palais Royal, 1911.

VISCARDI, Claudia. O estudo do mutualismo: Algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, p. 23-39, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

DE SÃO BENTO A SÃO LÁZARO: RELIGIÃO E RAÇA NAS DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO (SALVADOR, 1893-1906)¹

Gabriela dos Reis Sampaio

Introdução

Neste texto, apresenta-se dois casos específicos envolvendo atividades religiosas para refletir sobre os significados da ocupação da cidade de Salvador por sujeitos de classes sociais e identidades raciais bastante diversas, em um momento de transformações profundas na sociedade brasileira. Ao tratar das áreas centrais de Salvador nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, a ideia é pensar em dinâmicas de usos e disputas pelo espaço urbano envolvendo trabalhadores que circulavam pela cidade – a pé, de bonde, de carroça ou de coche, chegando de navio ou de barco, a trabalho ou a caminho de casa, em dias de festa ou de culto. A intenção é refletir sobre os sentidos que atribuíam à sua vida e à sua experiência no mundo a partir das formas pelas quais ocupavam a cidade da Bahia, como Salvador era chamada. A partir de documentação variada, podemos também pensar sobre os usos de fontes para a História Social da Cultura e do Trabalho, usando a circulação de sujeitos diversos pela cidade e de manifestações diversas de religiosidades como porta de acesso a questões mais amplas da historiografia.

Salvador era uma cidade dividida, segregada e excludente, cujas ladeiras e encruzilhadas eram disputadas cotidianamente, no ir e vir de aguadeiros, ganhadeiras, estudantes, secretas da polícia, professores da faculdade de medicina, políticos, capoeiras, marinheiros, viajantes, carroceiros, candomblecistas, católicos – alguns praticantes, outros, traficantes – e tantos outros personagens, brancos, pretos, quase pretos e quase brancos que circulavam pela cidade mais negra do Brasil.

1. Este texto é uma versão modificada do capítulo 6 de Sampaio, Gabriela R. e Albuquerque, Wlamyra R. *De que lado você samba?: raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Coleção *Históri@ Ilustrada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

Quando a história aqui narrada começa, fazia menos de duas décadas que havia sido abolida a escravidão e, na sequência, decretada a República por meio de um golpe militar. Seus idealistas pregavam o positivismo e a defesa da ordem a qualquer custo, temerosos do apego popular à família imperial, bem como da liberdade conquistada pelos egressos do escravismo, cujos valores e interesses eram bem distintos daqueles previstos pelos que continuavam no poder. Encontrar mecanismos para limitar a liberdade reduzindo a possibilidade de direitos para os trabalhadores era uma missão de políticos amparados por militares e inspirados por doutores. Arrancar direitos e viabilizar sua existência ainda que precária no mundo em que a escravidão já não existia, mas no qual os lugares sociais continuavam marcados por uma ideologia de domínio excludente e racista, na qual os espaços permaneciam violentamente segregados, era o desafio de trabalhadores e trabalhadoras que não pretendiam aceitar sem luta aquela nova ordem que se impunha. Mas a briga não seria fácil.

Começamos com a despedida de um célebre representante da elite intelectual brasileira – que, como tal, tinha adoração pelas capitais europeias. Para pensar em conexões atlânticas e circulação por espaços urbanos, nossa primeira história vai de Salvador para Lisboa e Paris e volta a Salvador. Já na segunda, há outras conexões atlânticas, também mediadas por navios e cultos religiosos, mas conectando Salvador ao continente africano.

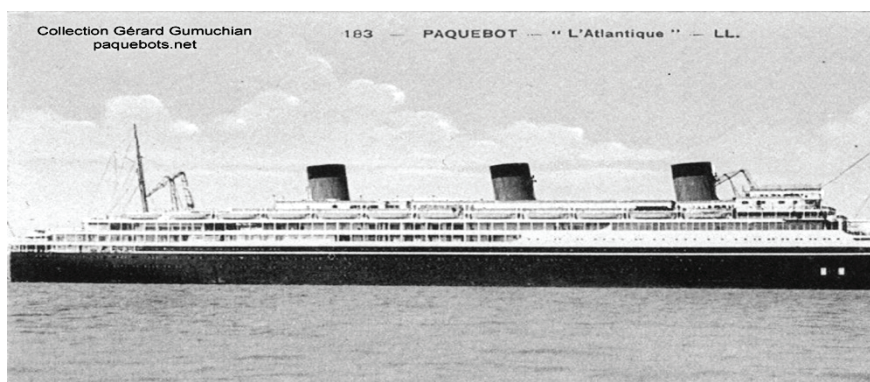
Cortejo fúnebre

Era um dia quente e nublado de maio de 1906 quando o luxuoso pacote francês *L'Atlantique* partiu de Salvador para a Itália². Sob a ameaça de chuvas e trovoadas³, depois de recolher passageiros que

2. O pacote *L'Atlantique*, também conhecido como “o pacote postal francês”, pertencia à conceituada “Compagnie des Messageries Maritimes” (1900-1921) e o agente que a representava tinha escritório no centro de Salvador, à rua Conselheiro Dantas, n. 1, 2.^a andar. Vf. Brito, Antonio Nogueira. “O falecimento do Professor Doutor Raymundo Nina Rodrigues, em Paris, a 17 de Julho de 1906”, em *História da Medicina*, artigo 57. Disponível em: <https://bit.ly/3J1IjKl>. Acesso em: 06 jun. 2019.

3. Idem, *ibidem*. Sobre os dados meteorológicos, os texto afirma que “no dia em que o vapor levantou âncora do porto da cidade do Salvador, a 5 de maio, a temperatura máxima era de 27,° 0; mínima, 25,° 0 e média, 26,° 25; umidade relativa, 73,6; vento: rumo – SE moderado. O dia estava nublado, com cirros-nimbos e chuviscos à tarde; a noite deveria estar nublada, com nimbos e chuviscos grossos”. As demais informações sobre a embarcação, inclusive as escalas, estão no mesmo texto.

chegavam da Companhia de Navegação Bahiana em uma lancha, o suntuoso paquete continuava a viagem iniciada em Buenos Aires, tendo parado antes em Montevideú, Santos e Rio de Janeiro. Ainda pararia em Pernambuco e Dakar antes de chegar à Lisboa, primeira parada europeia, e seguir para Bordeaux.



Paquebot L'Atlantique 1

Fonte <https://i.redd.it/d58cu8xeslg51.jpg>. Acesso em: 20 out. 2021.

Seria mais uma viagem corriqueira entre a Europa e a América Latina feita pelo navio daquela companhia que há seis anos realizava o trajeto. Mas, naquele dia, a embarcação levava um “ilustrado e ilustre” passageiro brasileiro: o cientista e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues. Ele viajava com sua esposa, D. Marocas, e Alice, filha do casal, então com 12 anos de idade. O médico tinha sido escolhido pela Congregação da faculdade para representar o Brasil em um importante congresso de medicina que aconteceria em Milão entre os dias 23 e 27 de maio daquele ano, o IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada. A viagem de trabalho deveria durar quatro meses.

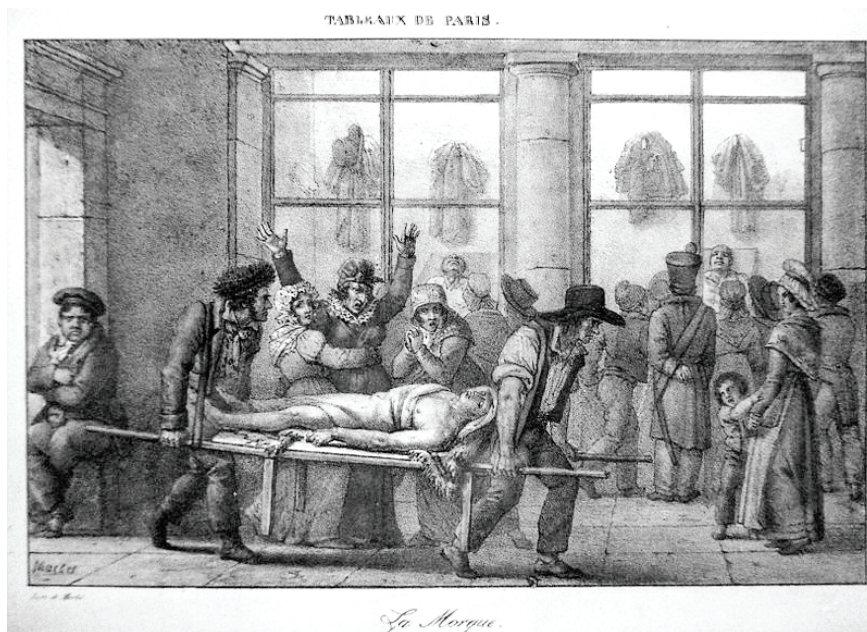
Embora fosse uma figura de renome internacional, tendo publicado artigos em importantes periódicos estrangeiros, Nina Rodrigues nunca havia saído do Brasil. Pretendia passar por Portugal e França antes de participar do congresso na Itália, encontrando os especialistas que lia e com quem dialogava, que o esperavam para participar de diversos eventos. Queria também visitar os centros de medicina legal, especialmente de Paris, e conhecer as lojas da *Rue de Bac*, onde eram

comprados equipamentos para a Faculdade de Medicina da Bahia – estava de olho em diversos instrumentos moderníssimos que seriam adquiridos para o mais avançado instituto médico legal que haveria no Brasil, então em construção na Bahia.

Antes de partir, porém, o médico já apresentava problemas de saúde bastante sinistros. Chegando em Lisboa no dia 17 de maio, Nina passou muito mal. As golfadas de sangue indicavam tuberculose, mal do século XIX que só teria sua cura definida em meados do século XX. Doença frequente naquele século, que matou Lord Byron e Castro Alves, autores jovens e românticos, matou também grande contingente da população trabalhadora em Salvador e no Brasil ao longo do século XIX. Naquela virada de século, as grandes cidades brasileiras se modernizavam, tinham bondes e estradas de ferro, luz elétrica e confortos para os ricos, que segregavam cada vez mais os trabalhadores das áreas centrais da cidade. As doenças, porém, continuavam atingindo a população de maneira democrática, ainda que os mais pobres sofressem bem mais, por conta das precárias condições de trabalho e moradia⁴.

Mesmo com a suspeita de tuberculose – não confirmada pelos médicos portugueses – Nina Rodrigues continuou sua programação; no dia 19 de junho, chegou a Paris com sua família. Os especialistas franceses o receberam festivamente, embora não tenham conseguido chegar a uma conclusão sobre o mal que afligia o médico maranhense. Seguindo com o que havia planejado, o médico chegou a visitar a morgue de Paris, construída por Haussman, o ídolo dos demolidores urbanos do Brasil de então, como Pereira Passos no Rio e J.J. Seabra em Salvador.

4. Ver Sampaio, Gabriela dos Reis, “Decrépitos, anêmicos e tuberculosos. Africanos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1867-18720)”. *Almanack*, Guarulhos, n. 22, ago. 2019, pp. 207-249.



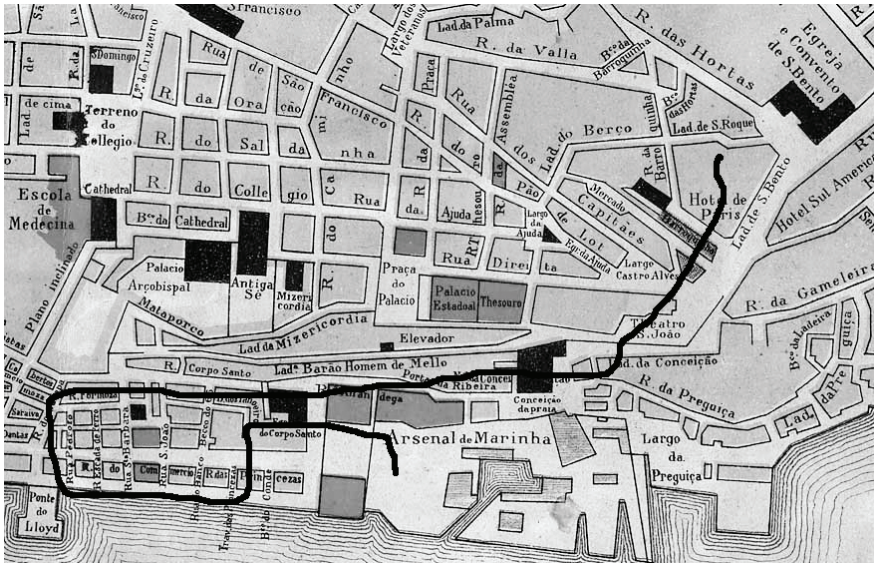
La Morgue, Jean Henry Marlet: extrait des Tableaux de Paris, Musée de la Préfecture de Police, Paris, France

Fonte: <https://bit.ly/3om11EI>. Acesso em: 20 out. 2021.

Conheceu também a tradicional *rue de Bac*, escolhendo alguns instrumentos que iriam para o futuro Instituto Nina Rodrigues da Bahia. Tivesse esquecido por um momento a medicina legal e as autópsias e visitado a gruta da aparição da Virgem Imaculada, localizada na mesma rua, talvez conseguisse um milagre, ou um contrafeitiço, para afastar a doença, já que os médicos não conseguiam restabelecer sua saúde⁵. Pelo visto, Nina ignorou o centro de peregrinação católica. O médico faleceu no dia 17 de julho, em um quarto de hotel em Paris. Sua tão esperada viagem não pode ser completada. Dez dias depois, sua esposa e filha voltavam para a Bahia, trazendo no vapor inglês *Aragon*, em que viajavam, o caixão com o corpo embalsamado do famoso médico.

5. A *rue de Bac* em Paris era também um local de peregrinação de católicos, considerado milagroso pelos franceses, que diziam ter havido ali uma visita da Virgem Maria, em meados do século XIX. Ver informações a respeito em Planchot, Jean Daniel C.M. (2003) "The Chapel of the Rue du Bac". *Vincentiana*: Vol. 47: No. 5 , Article 12. Disponível em: <https://bit.ly/3HrE0rq>. Sobre a aparição da Virgem na rue de Bac, ver também: <https://bit.ly/3J209ga>.

Chegando ao Arsenal da Marinha, levado por uma lancha que o retirou do *Aragon*, o esquife, depois de passar pela Inspetoria da Saúde dos Portos, seguiu para um “coche de primeira classe”, que o esperava em frente ao portão principal. De lá, acompanhado por um numeroso cortejo de alunos e professores das escolas de Medicina, Direito e Politécnica, “com os respectivos estandartes envoltos em crepe negro”, seguiu lentamente “pelas ruas Arsenal da Marinha, Alfândega, Princesa, Santa Bárbara, Barão Homem de Mello, praça Castro Alves e ladeira da Montanha”.



Planta de Salvador de 1894 de Adolfo Morales de los Rios – trecho

Fonte: <https://bit.ly/3aGdnDL>. Acesso em: 20 out. 2021.

Neste trecho do centro da cidade, destacado de um mapa de Salvador de 1894, podemos seguir o caminho percorrido pelo caixão do médico, desde que foi desembarcado no Arsenal da Marinha. O local era cheio de ruas ocupadas com escritórios, moradias de pessoas importantes, mas também casas de africanos, inclusive de líderes do candomblé. Localizava-se naquela região a Faculdade de Medicina da Bahia, várias igrejas importantes, a Santa Casa de Misericórdia, o Palácio do Governo. Ali fervia o comércio, circulavam os carregadores livres e libertos, habitavam médicos, advogados e também comerciantes africanos. Era tudo menos um lugar de paz e silêncio.

Dirigiu-se então o féretro à Igreja de São Bento, onde ocorreria o velório. A igreja foi luxuosamente decorada:

Do alto das portas principais pendem cortinas de casimira negra, presas por sanefas de veludo da mesma cor, ornadas de prata; nas portas principais há escudos com inscrições alusivas ao evento. Tribunas, galeria do coro e púlpitos também se encontram ornamentados com casimira e veludos negros.⁶

O corpo foi velado até a manhã seguinte, quando o caixão saiu da igreja. Nenhuma pompa foi limitada na cerimônia de despedida do ilustre professor. A banda do Regimento Policial, certamente composta por músicos negros, em uniforme de gala, estava presente na Igreja de São Bento tocando a marcha fúnebre, pouco antes das 9 da manhã. A nave da igreja estava lotada: “familiares, autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado da Bahia, populares e a imprensa”; houve missas e canto gregoriano. Em seguida, um grupo de seis estudantes carregou o caixão para o coche fúnebre, “conduzido por três parselhas de cavalos castanhos escuros, estacionado à frente do templo”⁷.

Segundo relatos, muitas pessoas se aglomeraram pelas ruas para acompanhar o cortejo, que seguiu para o cemitério do Campo Santo, em São Lázaro, onde o corpo de Nina Rodrigues foi enterrado.

6. *Jornal de Notícias*, 13.08.1906 e *Diário de Notícias*, 11.08.1906. Apud Brito, Antonio Nogueira. “O falecimento do Professor Doutor Raymundo Nina Rodrigues, em Paris, a 17 de Julho de 1906” (...), op. cit.

7. Idem, *ibidem*.



Carlos Augusto Weyll. Mappa topographica da cidade de S. Salvador e seus suburbios. Stuttgart, Ferd. Glocker, ca. 1851. Biblioteca Nacional Digital
Fonte: <https://bit.ly/3HtViUE>. Acesso em: 20 out. 2021.



Túmulo de Nina Rodrigues no Cemitério do Campo Santo, SSA
Fonte: Fotos da autora.

O cemitério do Campo Santo era Vizinho do candomblé do Gantois, tantas vezes visitado pelo médico, em suas pesquisas sobre os africanos. No final do século XIX, aquela região era ocupada por roças e moradias pobres. Para chegar ao Gantois, muitos fiéis e visitantes – pretos e brancos – ocupavam o mesmo bonde, que ligava o centro da cidade ao Rio Vermelho; ao descer do bonde, era preciso subir a colina para chegar ao candomblé.



Fundação Pierre Verger - Afoxé Filhos de Gandhi

Fonte: <https://bit.ly/3B3OBqc>. Acesso em: 24 out. 2021.

Esta imagem, feita por Verger em meados do século XX, mostra membros do afoxé Filhos de Gandhi partindo para o desfile no Carnaval. É de outro tempo, mas talvez nos dê alguma ideia – guardadas as proporções – do uso que adeptos do candomblé poderiam fazer do bonde em um dia de festa. O bonde tinha muita serventia para quem precisava percorrer longas distâncias para chegar em casas de candomblés mais afastadas do centro administrativo e comercial de Salvador. No dia 5 de outubro de 1896, o *Diário de Notícias* alertava as autoridades para o fato de os bondes da Linha Circular e Transportes estarem, há pelo menos seis dias, “cheios de povo”, entre meio-dia e cinco horas da tarde. Era gente

que ia para “o lugar denominado Gantois, um grande candomblé”. O jornal aproveitava para avisar que entre os apreciadores do candomblé estavam uma autoridade policial, diversos praças da polícia à paisana e alguns secretas – pelo visto, não tão “secretas” como se supunha.⁸

Fosse de bonde, de carroça ou a pé, o fato é que, antes da fatídica viagem à Europa, o médico ia bastante aos mais variados terreiros. Como cientista interessado em estudar a vida dos africanos, fazia diversas incursões aos candomblés. Buscava investigar de perto os cultos que conhecia e ouvia falar, já que eles estavam “no ânimo público e no pleno conhecimento de todos”, segundo explicava:

A existência na Bahia de práticas fetichistas tão regularmente constituídas como as da África; não ocultas e disfarçadas mas vivendo à plena luz do dia, de uma vida que tem arras de legalidade nas licenças policiais para as grandes festas anuais ou candomblés; que conta com a tolerância da opinião pública manifestada na naturalidade com que a imprensa diária dá conta dessas reuniões como se tratasse de qualquer fato de nossa vida normal; a existência de práticas que estendem a sua ação a esferas muito mais amplas do que aquelas em que se geraram; de crenças que são adotadas e seguidas pelas soi-disant classes civilizadas, mercê já das alianças contraídas com o culto católico, já do consórcio firmado com práticas espíritas; esta existência assim vívida e multiforme é coisa que está no ânimo público e no pleno conhecimento de todos⁹.

Por esta descrição, poder-se-ia imaginar que as práticas da religião afro-brasileira eram permitidas e bem aceitas na cidade, já que “viviam à luz do dia”, tinham “licenças policiais” e se estendiam para outros círculos sociais. Era como se os fiéis praticassem a religião por espaços livres da cidade, em acordo e até compartilhando crenças com católicos e espíritas brancos e endinheirados – ou, nas palavras do autor, membros das “classes civilizadas”.

Na verdade, isso estava longe de acontecer. Os adeptos das religiões afro-brasileiras eram constantemente assediados, e nunca poderiam

8. Rodrigues, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo. Editora Nacional, 1988, p. 239.

9. Idem, p. 28.

ocupar as ruas centrais da cidade abertamente, nem mesmo para celebrar o enterro de uma pessoa importante para a comunidade. O espetáculo ocorrido nas ruas centrais da cidade no enterro do professor da Faculdade de Medicina, com rezas e velas acesas para compor um rico funeral em uma das mais célebres igrejas da cidade, a de São Bento, era privilégio de poucos. Eram, em geral, homens brancos e de prestígio, como políticos ou personalidades, a exemplo de Nina Rodrigues, que além de renomado médico era genro de um famoso político baiano, que havia sido presidente da província da Bahia no período imperial e logo ocuparia cargos na nascente República – não à toa, também um médico, o doutor Almeida Couto.

São muito conhecidas as denúncias virulentas nos jornais, as batidas policiais e perseguições aos candomblés; o próprio Nina Rodrigues, que criticava os costumes dos negros e considerava as práticas religiosas dos africanos bastante primitivas, criticou a violência da polícia no trato com os praticantes da religião¹⁰. Em parte para se esconder e buscar proteção das investidas da polícia – embora também para preservar a integridade do culto, o segredo dos rituais – as grandes festas da religião aconteciam em locais de difícil acesso. Se as festas católicas tomadas pelo povo de santo, como a do senhor do Bonfim, as oferendas e vários tipos de “coisa feita” aconteciam e surgiam em locais públicos, com sua “mitologia complexa”, os terreiros da cidade, sítios ou roças onde se localizavam as grandes festas, eram bem mais escondidos.

Era o caso do Gantois, no caminho do “arrabalde do Rio Vermelho”, que foi muito citado por Nina Rodrigues. Para ele, o Gantois, cujo nome vinha de um francês, antigo proprietário da chácara, podia ser um modelo para se ter “uma ideia exata” do que era “um templo fetichista na Bahia” – talvez porque fosse liderado por uma africana. O médico assim descreve sua localização:

Situado no alto de uma colina muito a prumo, o acesso a partir da linha de bondes que passa no vale, se faz por uma vereda si-

10. Entre outros, ver dois textos sobre a perseguição da polícia aos candomblés em Salvador, em um período um pouco posterior: Luhning, Ângela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí”. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”. *Revista USP*, São Paulo (28):194-220, Dez/Fev 95/96; Pereira, Flávia Lago de Jesus. *Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritos e candomblés na Bahia republicana (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFBA, 2015.

nuosa e íngreme, protegida em certa altura de degraus talhados no solo. (...) O terreiro funciona num barracão, coberto de telha, e de parede de taipa, que fica no centro de uma clareira ou roçado, sobreado de algumas árvores frondosas.¹¹



Terreiro do Gantois

Fonte: <https://bit.ly/3gnAhPz>. Acesso em: 24 out. 2021.

Como era comum nos jornais, o bonde era mencionado em uma referência a um terreiro. A linha que passava pelo vale (do Canela), abaixo da Federação, ficava tomada pelos frequentadores dos “cultos africanos”; nos dias principais eram “muitos milhares de pessoas” que se dirigiam para terreiros como o Gantois ou o Engenho Velho¹².

Nina Rodrigues conhecia bem aquela localidade – para onde, provavelmente, também ia de bonde. Este e outros terreiros foram visitados pelo médico, que os mencionava em suas descrições dos rituais

11. Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Fac-símile de artigos publicados na Revista Brasileira entre 1896 e 1897. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Editora UFRJ, 2006, p. 51.

12. Idem, p. 101.

e festas, embora o do Gantois tenha sido o mais frequentado por ele – que teria se tornado ogã da casa¹³. Maria Júlia, africana, era líder do terreiro, e vivia com sua filha Pulquéria e sua família na cidade, e não naquela roça do Gantois, onde aconteciam as festas. Moravam num sobrado no Pelourinho, bem perto da Faculdade de Medicina, numa transversal ao lado da Igreja de São Francisco, o que devia facilitar bastante as visitas do curioso médico¹⁴.

Percebe-se que a cidade era ocupada, até mesmo em áreas mais nobres, também por trabalhadores, inclusive africanos e africanas, que circulavam pelo centro e pelos bairros, disputando os espaços com os brancos e poderosos. Chegavam até mesmo a usar o bonde, o que causava asco no autor do texto de jornal citado, que certamente considerava que o transporte, símbolo de modernidade e da civilização, não deveria andar “cheio de povo”. Longe de indicar uma democratização do acesso à cidade, a presença dos africanos e seus descendentes incomodava; era imposta na marra.

A cidade parou para ver Nina Rodrigues passar em seu caixão, com muita pompa e luxo; as áreas mais nobres foram enfeitadas e se tornaram arquibancadas para que todos assistissem a despedida e prestassem uma homenagem ao pesquisador que defendia a inferioridade da raça negra, cujas ideias influenciavam políticas públicas racializadas e demarcação de lugares sociais muito definidos no período do pós-abolição.

Nas redondezas do Gantois havia outros terreiros, e mais adiante o caminho para o Campo Santo, cemitério que se tornou famoso pela revolta conhecida como a “Cemiterada”, e que ficava a cerca de um quilômetro de distância do famoso candomblé – e três quilômetros da

13. Nina Rodrigues não afirma isso, embora discorra sobre o cargo de ogã e pessoas famosas, mas vários pesquisadores o afirmam. Ver Castillo, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 2008, p. 108. O Gantois contava com outros importantes ogãs, entre os quais dois generais do exército e um engenheiro militar, “indivíduo deveras culto”. Campos, José da Silva, “Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia”, em *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador, 1943, p. 300, apud Castillo, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 2008, p. 107. Os ogãs eram, na Bahia, os responsáveis e protetores do candomblé frente aos poderes públicos. Como explicou o próprio Nina Rodrigues; devido à perseguição que sofriam e à “má fama em que são tidos os feiticeiros”, a procura de protetores fortes e poderosos que garantissem a tolerância da polícia se fez uma constante. A sobrevivência de candomblés, a exemplo dos Gantois, onde ainda hoje os orixás são cultuados, demonstra que tal estratégia política foi bem sucedida, pelo menos para alguns deles.

14. Idem, *ibidem*.

Praça do Palácio, no centro da cidade¹⁵. Entre o cemitério e o Gantois, em São Lázaro, na época uma periferia urbana, área praticamente rural, havia outro terreiro, do pai de santo Joaquim N. da Silva. Havia também casas do culto aos “santos africanos” no bairro do Cabula, outro na rua do Taboão, perto do arsenal da Marinha, onde chegou o caixão de Nina Rodrigues, além de outros em regiões tão distantes quanto a calçada do Bonfim e o bairro do Retiro. Entre os grandes candomblés que Nina frequentou estava também o do Engenho Velho, antigo terreiro da Barroquinha, bem mais velho que o Gantois.

Não longe dali, no bairro do Garcia, Nina Rodrigues costumava visitar outro importante candomblé, cuja responsável era a mãe de santo Isabel. Os orixás assentados no candomblé liderado por Isabel também eram saudados por senhoras elegantes da “melhor sociedade da terra”. Para evitar constrangimentos às tais “damas de qualidade” que quisessem realizar consultas e oferendas, mãe Isabel instalou na sala principal de sua casa uma “loja de modista”¹⁶.

O santo Gonocô

Parte do mesmo trajeto do cortejo fúnebre do professor foi ocupado, sem a mesma pompa e deferência, mas também com bastante movimentação, chamando a atenção dos jornais, por praticantes do candomblé. O motivo também era religioso. Não se tratava de homenagear um morto, mas de uma tentativa séria de evitar a morte de muitas pessoas, orientada por um líder religioso.

Esta segunda história também começa com navios. Não o elegante *paquebot L'Atlantique*, nem mesmo o vapor inglês *Aragon*. Desta vez tratava-se de um navio negreiro, abarrotado de africanos ilegalmente embarcados em algum porto na Nigéria, certamente depois de 1831, e possivelmente ainda depois de 1850. Diversos homens e mulheres – provavelmente mais de 300 – podem ter sido embarcados e amontoados no porão do tumbeiro, talvez aportando na ilha de Itaparica ou na ilha dos Frades, locais de desembarques clandestinos na Bahia depois da proibição do tráfico de carne humana. Viagens como essa levaram para Salvador – e o Recôncavo em seguida – todo tipo de pessoas, com diferentes ofícios

15. Sobre essa revolta, ocorrida em 25 de outubro de 1836, ver Reis, José João. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

16. Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos* (...), op. cit. p. 55.

e religiosidades. Entre elas, chegaram à cidade sacerdotes de variados cultos, como Domingos Sodré, Rufino, Antão e diversos outros.¹⁷

Entre eles, um importante líder religioso montou sua roça na região de São Lázaro. Não sabemos os caminhos do início daquele culto específico, mas provavelmente um “gunnukó”, ou sacerdote de “gunnu”, chegou a Salvador e se estabeleceu perto do cemitério do Campo Santo. O culto ali estabelecido era um dos mais importantes para os africanos nupes, chamados de *tapas* pelos iorubas (ou nagôs, como eram conhecidos na Bahia). Era praticado em momentos de crise, para gerar bem estar e saúde. Anos depois, o culto ainda era praticado pelo pai de santo Joaquim da Silva, que liderava um terreiro no fim da Estrada de São Lázaro. Em 1893, pai Joaquim teria orientado seus fiéis, segundo noticiaram alguns jornais de Salvador, que realizassem uma estranha procissão até a Igreja de Santo Antônio da Barra.¹⁸

Naquele ano, uma terrível epidemia de cólera devastou a Europa. No Brasil, os jornais acompanhavam as informações disponíveis sobre os casos, temendo a importação da doença. A doença chegou a São Paulo e Rio de Janeiro. Em Salvador, porém, seguindo à risca a orientação de Pai Joaquim, os fiéis acreditaram ter evitado a invasão da peste. Segundo um periódico local, uma entidade conhecida como “Santo Gonocô” havia avisado, em um candomblé, que o jeito de impedir que a doença entrasse na cidade era fazer cada habitante levar uma vela de cera a Santo Antônio da Barra, na freguesia da Vitória. A igreja daquele santo, bem próxima à entrada do porto da Barra, tinha a localização ideal para a realização da cerimônia. Segundo o antropólogo Siegfried Frederick Nadel, o culto de gunnu pelos sacerdotes envolvia uma procissão a uma colina sagrada onde havia uma areia branca com propriedades curativas, além de pedras que eram usadas nos rituais de cura. Nada mais sugestivo que o gunnukó de São Lázaro, pai Joaquim, mandasse seus fiéis para a Igreja de Santo Antônio da Barra para impedir a chegada da doença: a igreja ficava em uma colina logo acima do mar, onde certamente haveria areia branca e pedras¹⁹.

17. Ver Reis, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos; Carvalho, Marcus J.M de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

18. Essas informações aparecem no jornal *Monitor Catholico*, citados pelo *Jornal de Notícias* na edição de 17 de julho de 1893, recuperados por Nina Rodrigues. *O animismo fetichista dos negros baianos...*, p. 117.

19. Ver: Nadel, Siegfried Frederick. “Gunnu, a Fertility Cult of the Nupe in Northern Nigeria”. In: *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. Vol. 67 (Jan. - Jun., 1937), pp. 91-130. Disponível em: <https://bit.ly/3glDcIQ>. Acesso em: 25 abr. 2020.



B. Mulock, Igreja de Santo Antônio da Barra em 1860

Fonte: <https://bit.ly/3HsP4V0>. Acesso em: 20 out. 2021.



Mapa de Salvador com destaque para Santo Antônio da Barra

Fonte: Mapa original: Weyll, Carlos Augusto. Mappa topographica da cidade de S. Salvador e seus suburbios. Stuttgart, Ferd. Glocker, ca. 1851. Biblioteca Nacional Digital. Fonte: <https://bit.ly/3HtViUE>. Acesso em: 20 out. 2021.

No entendimento dos adeptos do culto africano, a procissão poderia muito facilmente impedir a importação da epidemia. Em pouco tempo, levar uma vela a Santo Antônio se tornou a principal preocupação de muitos habitantes da cidade - foram vários os seguidores dos preceitos do “Santo Gonocô”. Formou-se uma romaria de

proporções tão exageradas que logo não havia mais espaço na igreja para receber tanta vela.

Já para os adeptos de cultos católicos, a coisa não era tão óbvia. Os jornais católicos se manifestaram prontamente contra aquela procissão. A igreja de Santo Antônio da Barra, erguida no século XVI no alto de uma pequena colina com uma vista estratégica da entrada da baía de todos os santos, abrigou até o XIX a irmandade de São José composta exclusivamente por traficantes de escravizados²⁰. A igreja continuava sendo uma das prediletas da elite oitocentista que morava ali na freguesia da Vitória. Por isso, a romaria prescrita pelo Santo Gonocô soava como provocação da entidade africana endereçada ao santo protetor do “infame comércio”, abrigado no templo de Santo Antônio.²¹

Não que os católicos tivessem alguma coisa contra as velas para Santo Antônio – de preferência, se fossem dedicadas a Santo Antônio de Pádua, branco, adorado por católicos europeus. Mas não viam da mesma maneira se fossem velas para o santo negro da devoção de tantos africanos, cultuado no antigo reino do Kongo, considerado um excepcional taumaturgo.²² Naquele reino, Santo Antônio era tido como mais poderoso que Deus, um fortíssimo curador de doenças, com capacidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo. Mas isso os católicos não quiseram saber. Afinal, aquelas velas tinham “procedência fetichista”, e mostravam a força e o prestígio do candomblé junto à população.

Se tomamos o relato de um observador atento – aquele que, anos depois, desembarcaria pela última vez em Salvador e seria enterrado bem perto do terreiro de Pai Joaquim – praticamente toda a população afrodescendente contava com um oratório em casa: havia “milhares de oratórios”, já que os negros e mestiços praticavam o “culto iorubano”. Nina Rodrigues acreditava que, ao invés do catolicismo converter a po-

20. Por séculos, no altar de São José, velas eram acesas em nome da proteção para que os “negreiros” seguissem seguros nos caminhos atlânticos rumo à costa africana e voltassem apinhadas de carga humana. O sucesso dos barcos no mar garantia riquezas para os fiéis na terra e missas para o santo nos céus.

21. Mattoso, Kátia. *Bahia, século XIX, uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996, pp.400-401; Rodrigues, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

22. Slenes, Robert. “Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: ‘Creolization’ and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/1850”. In: Barry, Boubacar; Soumonni, Élisée; Sansone, Lívio (Orgs.). *África, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*. Trenton, New Jersey: Africa World Press, 2008, p. 209-254.

pulação negra, era a religião europeia que se curvava ao culto fetichista e se adaptava ao “animismo”.²³ Nesta interpretação, que atribuía ao “elemento negro”, a quem ele relegava aos baixos níveis da civilização, a crioulização da religião do colonizador, Nina Rodrigues não levava em conta que o catolicismo chegou ao Brasil não apenas nas crenças portuguesas, mas também africanas. Portanto, a crioulização que ele flagrava estava em curso há séculos no mundo Atlântico, embora estivesse sendo lido pela imprensa católica como uma afronta recente ou atualizada.²⁴

Voltando ao periódico católico oficial, seus articulistas não gostaram nada daquela ameaça ao poder da Igreja. Chegaram a denunciar a irmandade de Santo Antônio como conivente com a “exploração da credulidade fetichista” do público, afirmando que a “supersticiosa romaria” que dia a dia se tornava “mais considerável” provocava “justa indignação”, por se tratar de “injustificável abuso”. E continuava o *Monitor Cathólico*:

Pois havemos de ser vítimas da ignorância, da má fé, dos embustes, dos fetiches muitas vezes iluminados pelos interesses de quem quer auferir lucros e esmolas para a festa de Santo Antônio da Barra, para constituir-se o santo católico alvo de manifestações estúpidas e sem razão plausível?²⁵

O jornal católico não deixava dúvidas em suas acusações: a irmandade da igreja da Barra não teria problema algum em aceitar doações e velas, viessem elas do bairro nobre da freguesia da Vitória ou da periferia urbana que era São Lázaro. O importante era promover “festas e solenidades as mais pomposas”. O mesmo jornal, porém, paladino de uma moral permeada por racismo e muito preconceito de classe, não tinha meias palavras para se dirigir aos trabalhadores negros e mulatos que levavam velas ao seu venerável altar branco: aquela romaria seria “anticristã” e “esdrúxula” aos olhos daqueles que escreviam no *Monitor*, e poderia levar à disseminação de romarias do “povo do santo”²⁶.

23. Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Op. cit., p.10.

24. Thornton, John. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684, 1706*. NY: Cambridge University Press, 1998.

25. Este trecho do *Monitor Catholico* foi citado pelo *Jornal de Notícias* na edição de 17 de julho de 1893, recuperado por Nina Rodrigues. *O animismo fetichista dos negros baianos (...)*, op. cit. p. 117.

26. Parés, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006, pp. 142-168. Em artigo mais recente, o autor sustenta que a crescente hegemonia religiosa da “nação” nagô, cristalizada no final do século XIX foi

Para Manoel Querino, importante líder negro, operário e abolicionista que muito escreveu sobre a vida e os costumes africanos no Brasil, *Gunnu* era “o santo pertencente a tribo dos Tapas, e o Nagô dá-lhe o nome de *Orixá-o-cô*”, uma divindade das florestas.²⁷ O *gunnu* era comum em toda a terra dos Nupes, mas tinha um significado especial para agricultores - talvez por isso Querino tenha afirmado que entre os Nagôs ele era chamado de *Orixá Okó*, e o tenha associado à divindade das florestas. Ao denunciar com sua verve preconceituosa e racista as atividades de diversos negros e mestiços, o jornal acabou informando, para distantes observadores no tempo, preciosas informações sobre um *candomblé* que cultuava, em um contexto de epidemia, um antigo ritual dos africanos nupes ou tapas, depois importado pelos nagôs, cujo mito de origem envolvia a cura de doenças. Indicava, assim, que esse culto específico estava presente na cidade da Bahia no final do século XIX, e seus fiéis, trabalhadores negros, muitos deles egressos do cativeiro, entendiam que tinham todo o direito de ocupar uma área nobre da cidade, inclusive um lugar de culto frequentado por brancos ricos. A orientação da entidade pesava mais que a histeria dos católicos, ou a perseguição da polícia.²⁸

Esses fiéis provavelmente viviam, em sua maioria, ao menos, na região de São Lázaro, área paupérrima da cidade localizada no alto de uma colina, essa - ao contrário da rica Vitória, para onde a procissão se dirigira. Em São Lázaro havia moradias precárias de trabalhadores, certamente egressos da escravidão e sobreviventes de doenças, já que aquela área da cidade era, desde o século XVII, local de despejo de leprosos pobres. No século XVIII, ao lado da capela construída para São Lázaro - o santo padroeiro dos leprosos e enfermos -, funcionava um lazareto, originalmente criado para a quarentena de africanos que chegavam doentes, depois transformado em hospital destinado a abrigar os pobres durante as epidemias.²⁹

resultado de micropolíticas locais de competição entre crioulos afro-brasileiros. Idem, “O mundo Atlântico e a constituição da hegemonia nagô no Candomblé baiano”. *Revista Esboços*, Volume 17, Nº 23, p. 165-185.

27. Querino, Manuel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. 2. ed. Salvador, P55 Edições, 2014, p. 40.

28. Nadel, Siegfried Frederick. “Gunnu, a Fertility Cult of the Nupe in Northern Nigeria”. In: *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. Vol. 67 (Jan. - Jun., 1937), p. 91-130, op. cit. Os nagôs importaram, de certa forma, esse culto, e até hoje celebram a entidade nupe que eles chamam de “*igunnko*”. Ver: OJO, J.R.O. “Masked Dances of the Yoruba Peoples”. In: *The World of Music*. Vol. 23, No. 3, masks II (1981), p. 42. Disponível em: <https://bit.ly/3LHsTgl> (Acesso em: 25 abr. 2020). Agradeço a Lisa Earl Castillo por estas referências.

29. Em 1755 foi fundada uma “ermida” em São Lázaro, pela “caridade de alguns devotos”; em 1762 o Governador D. Rodrigo José de Menezes, “concedeu provisão para construir um peque-



Entrada principal da igreja de São Lázaro onde, ainda hoje, adeptos do candomblé fazem limpeza do corpo com pipoca para prevenir doenças (à esquerda); Representação de São Lázaro como peregrino e com a pele com muitas feridas (à direita)

Fonte: <https://bit.ly/3NRwGbu>. Acesso em: 20 out. 2021.

no hospital de isolamento junto à capela de S. Lázaro, para recolher os doentes contagiosos que viam da Costa d'África". Esse Lazareto foi transferido em 1787 para a Quinta do Tanque. Ver: Ipac-BA: Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Bahia, Secretaria de Cultura e Turismo. Disponível em: <https://bit.ly/3IeFdTv>. Acesso em: 20 abr. 2020. Ver também: Barreto, Maria Renilda Nery. A Medicina Luso-Brasileira: Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851). 260f. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005, p. 180.

Era presumível que ali houvesse também terreiros inseridos no processo de institucionalização do candomblé ocorrido ao longo do século XIX na Bahia. Assim como os católicos ergueram no local uma igrejinha para São Lázaro, os africanos e seus descendentes realizavam, naquela região afastada e ainda cheia de matas, ao lado do antigo lazareto destinado aos escravizados recém-chegados, um culto de purificação de doenças, cuja origem se deu na área dos nupes no continente africano, com um caso de lepra.³⁰

Nos jornais de 1893, quando a religiosidade popular se mostrava uma ameaça, exigia-se que os vigários oferecessem “maior orientação” ao povo. A comissão encarregada de organizar a festa logo se defendeu das acusações feitas pelo *Monitor Cathólico*, afirmando que jamais desceriam de sua dignidade para “pedir a um africano para que, debaixo de um nome de seus santos, incutisse no espírito do povo” a ideia de levar velas e esmolas à igreja de Santo Antônio da Barra, com o objetivo de arrecadar dinheiro para promover a festa. As comemorações do santo eram realizadas todo ano e naquele não seria diferente, com ou sem romaria. Encerrava dizendo que nunca tinham assistido a nenhum candomblé, mas que talvez os articulistas do jornal participassem dos “lautos banquetes” que lá ocorriam. Sem explicar como sabiam sobre as celebrações nos candomblés, eles ainda ponderaram:

Aconselhamos, porém, ao tal Monitor Cathólico que vá ao papai Terreiro ver se consegue do tal santo Gonocô alguma romaria para si, a fim de também ter velas para alumiar seu prelo e melhor distribuir o celeberrimo *Monitor Cathólico* aos seus assinantes.³¹

A troca de acusações exibia diferenças no interior do universo sagrado dos católicos. O que ninguém admitia era que católicos, fossem negros ou não, que frequentavam missas e confessavam seus pecados, também podiam estar entre quem aderiu às prescrições do Gonocô.

30. O mito sobre a origem do culto o relaciona com a chegada de um estrangeiro à terra Nupe, que se instalou na região e, tempos depois, contraiu lepra. A lepra, considerada uma “doença primordial” ou “doença de Deus” para eles, está ligada à essência do mito de gunnu, de regeneração milagrosa e do desaparecimento da doença e da morte. Ver: Nadel. “Gunnu, a Fertility Cult of the Nupe in Northern Nigeria...,” p. 97. O medo da epidemia e fé da população de cor, reinterpretando o catolicismo de acordo com suas diversas crenças, garantiram que ainda hoje existam procissões do povo do candomblé para a pequena igreja de dimensões coloniais que se ergue na vizinhança da atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

31. Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos...*, p. 118.

Graças ao Santo Gonocô ou a Santo Antônio – ou a alguma medida sanitária que tenha controlado a entrada do vibrião colérico em Salvador, como a quarentena de navios ou o isolamento de doentes – a doença não se espalhou pela cidade naquele ano, como aconteceu em outros momentos. Com certeza foram muitas as velas e feitiços com o intuito de evitar que a doença se alastrasse, e muitos devem ter creditado ao candomblé a proteção contra aquele mal. Apesar dos protestos dos jornais católicos, a romaria continuou. Os jornais revelam que muitos católicos pertencentes a ricas irmandades de brancos sabiam da existência e da atuação do pai de santo de São Lázaro – e de muitos outros – indicando que eram populares e conhecidos, e que tinham muita influência entre a população da cidade.

As duas ocupações da cidade

As informações encontradas nas fontes em relação às duas ocupações da cidade aqui descritas – a do enterro cristão de Nina Rodrigues e a da procissão dos fiéis do pai Joaquim – indicam reações diametralmente opostas em relação às diferentes práticas religiosas. O caminho percorrido era basicamente o mesmo, mas em direções contrárias. O cortejo de Nina saiu do centro administrativo da cidade, passou a noite na igreja de São Bento, e levou o caixão para uma área mais rural, São Lázaro, apenas porque ali estava o principal cemitério da cidade. Seguiram em coches luxuosos, vestidos de preto, puxados por cavalos lustrosos, talvez enfeitados com “sanefas de veludo (...) ornadas de prata”. Já a procissão dos filhos de santo saiu da mesma região de São Lázaro, provavelmente iniciada no entorno da igreja de mesmo nome. Certamente a pé, os fiéis passaram pelo cemitério do Campo Santo, subiram ladeiras até o Campo Grande, e de lá se dirigiram à “nobre freguesia da Vitória” para deixar suas velas. Deviam vestir branco – mulheres de saias e batas de chita, homens de calças e mangas de camisa, limpas mas simples, como usavam os trabalhadores em dia de festa de santo. Se esticaram a caminhada depois de deixar as velas, podem ter passado pela mesma igreja de São Bento onde foi velado o professor, e caminhado até o pelourinho, por onde tantos trabalhadores circulavam, vendendo produtos, carregando água, transportando gente.

Mais do que uma mera diferença em torno de práticas religiosas ou hegemonia de cultos, o que estava em jogo na recusa em deixar os candomblecistas circular livremente e ocupar a igreja da Barra era uma

disputa racializada pelos lugares específicos da cidade – aqueles mais nobres, ocupados pela classe dominante – e por formas de estar na cidade e exercer direitos. As procissões passavam por ruas próximas, mas tinham diferentes enfeites e rituais. O cortejo fúnebre de 1906 ocupava as ruas de maneira senhorial, homenageando um médico importante com muito luxo, promovendo um espetáculo público. Era como se ninguém fizesse outra coisa naquele dia: todos deviam parar e olhar. Não para aprender a ocupar as ruas com procissões diferentes, outros símbolos, outros deuses, outras cores, outras maneiras de homenagear os mortos. Também não era para ensinar outros trajetos para sair do centro da cidade – afinal os membros do candomblé circulavam por todas aquelas ruas, muitas vezes por dia. Era também um teatro de marcação de lugares sociais.

As práticas religiosas do pai de santo de São Lázaro continuaram acontecendo, e o culto se manteve “inalterável e firme”. Manuel Querino, testemunha ocular daqueles eventos, dizia que o “culto fetichista” era “aqui professado pelos africanos com adições extravagantes de objetos e sinais tão confusos quanto bizarros”. Tal culto teria ficado “entranhado em nossos costumes, de modo que os descendentes mais diretos da raça negra ainda conservam as práticas desse rito, sem que, de todo, pessoas de outras classes as abominem, antes as observam, quanto possível, clara ou veladamente”.³²

Tanto Manoel Querino quanto Nina Rodrigues notaram o quanto as expressões de fé nos deuses africanos estavam “entranhadas nos nossos costumes” e se faziam notáveis não apenas nas festas no Gantois, mas também entre os católicos, desde o tempo da colônia. Como muitos pesquisadores já sinalizaram, confluências de várias práticas estiveram presentes na formação do catolicismo no mundo atlântico e, mais ainda, das religiosidades afro-brasileiras.³³ Entretanto, a persistência, relutân-

32. Querino, Manoel. *Costumes Africanos no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco- Editora Massangana, 1988, p. 34.

33. A bibliografia a este respeito é vasta; ver, entre outros, Reis, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991; Thornton, John. *The Kongolese Saint Anthony. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998; Castillo, Lisa Earl; Parés, Luis Nicolau. “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu”. *Afro-Ásia* 36, 2007, pp. 111-151; Sweet, James. *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2011; Reginaldo, Lucilene. *O Rosário dos Angolas: irmandades de africanos e*

cia e resistência das populações negras que reeditavam estas práticas depois da abolição era uma questão que intrigava aos dois intelectuais.

As preocupações destes estavam sintonizadas com os projetos republicanos em construção num momento decisivo sobre os rumos do país. As crises políticas que marcaram o governo Floriano Peixoto, entre 1891 e 1894, criavam instabilidade e incertezas quanto aos caminhos possíveis para a jovem República.³⁴ Nas expressões de fé e nas leituras que cientistas, intelectuais, autoridades do estado e da Igreja Católica faziam delas, havia planos para a nova ordem, carregada de valores dados pelo passado escravista, sendo desenhada no espaço público. Brancos e negros seguiriam ocupando e se utilizando da cidade de maneiras diferentes, ainda que bem próximas geograficamente. A segregação e a marcação social e racial ficavam cada dia mais marcadas naquela República recém inaugurada, certificada por médicos e garantida por militares.

Epílogo

Ninguém teve muita certeza da causa da morte de Nina Rodrigues, mas os médicos cogitaram, além da possibilidade de tuberculose, um câncer no fígado. Definitivamente, porém, a morte foi uma surpresa para seus colegas; nenhuma doença grave tinha sido registrada por ele antes da viagem. O que teria causado a morte tão prematura do médico, falecendo aos 43 anos, quando finalmente realizou o sonho de conhecer seus mestres europeus?

Seus colegas especularam diversas possibilidades. Especulemos também, só pelo exercício de possibilidades. O pesquisador de candomblés e de raças tinha sido avisado sobre perigos que poderiam cercá-lo quando começou a investigar terreiros, orixás, oferendas, transes e feitiços. Ele havia sido alertado por mães de santo e seguidores do candomblé para manter segredos, ter respeito e cuidado com a religião sagrada dos

crioulos na Bahia setecentista. São Paulo, Alameda, 2011; Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos; Carvalho, Marcus J.M de. *O alufi Rufino: tráfico escravidão e liberdade no Atlântico Negro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

34. Sobre a instabilidade que marcou os primeiros anos republicanos ver, dentre outros títulos, Neves, Margarida de Souza. "Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX", In: Ferreira, Jorge Ferreira; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil republicano - o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, pp. 13-44.

descendentes dos escravizados, ser discreto. Em sua etnografia sobre a religião dos “negros baianos”, ele contou que:

uma negra (...) cujo filho de leite, hoje aluno da escola jurídica, procurava convencê-la que se devia prestar a uma conferência comigo, advertiu-lhe que não se metesse a entender de santos da Costa, pois estava certa de que eu ainda havia de arrepender-me da minha temeridade³⁵.

Além de se referir à prática de mulheres brancas, ainda bem comum no início do século XX, de transferir a amamentação dos filhos para amas de leite, em geral negras, o médico faz neste trecho uma referência a uma ameaça que recebeu. Essa passagem diz muito sobre como os praticantes do candomblé viam a constante presença do renomado cientista branco em seus eventos sagrados: uma “temeridade”. Além de participar de cerimônias secretas, escrevia e publicava tudo o que via; como se não bastasse o desrespeito em revelar segredos, havia ainda a descrição preconceituosa das atividades, em que os negros apareciam como “fetichistas” e inferiores aos brancos por não conseguirem aderir ao monoteísmo católico. Ao mesmo tempo, ele mesmo parecia entender que a lógica das duas religiões tinha vários pontos de contato:

A mãe de terreiro Livaldina é devotada ao mesmo tempo a N. Senhora da Conceição e a Ogum. O proprietário do engenho onde ela reside, admirado de eu lhe dizer que ela era ali a mãe de terreiro, me afirmava que esta negra faz grandes despesas com a festa católica da Virgem Maria. No dia de Natal, assisti-a interromper pela madrugada o candomblé que dirigia e em que se festejava *Obatalá* para ouvir a missa do galo. Interpelei-a sobre o modo porque conseguia harmonizar as suas crenças católicas e fetichistas, fazendo-lhe ver que não podia haver conciliação possível entre os dois cultos, pois os padres cristãos não admitem a existência das suas divindades e chamam de infiéis aos que adoram pedras, ídolos etc. Ela respondeu-me que os padres não conhecem os deuses da Costa, mas que ela tem provas materiais de que eles existem e são tão verdadeiros como os santos dos brancos. Nada tem ela a ver, porém, com a irreconciliação dos

35. Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista (...)*, op cit p. 115.

santos das duas crenças, pois não somos obrigados a esposar as dissensões dos nossos amigos (...).³⁶

Ao descrever as práticas e dar voz à mãe de santo, Nina Rodrigues revelou a riqueza daquela atividade religiosa. Mas não buscou entender que a correspondência entre santos e orixás tinha sentidos profundos, que a dinâmica cultural permitia adaptações e correspondências, até porque muitos africanos haviam entrado em contato com a religião cristã séculos antes, ainda na África, quando missionários ocuparam diversas regiões do continente em busca de novos convertidos. Se tivesse entendido um pouco, talvez tivesse sido mais respeitoso. Ou pudesse ter percebido o recado de que ele estava ganhando inimigos, e estes poderiam realizar *ebós* para conter os efeitos nocivos dos textos daquele homem branco, bigodudo, perguntador, que divulgava segredos dos deuses africanos e ainda disseminava ideias macabras de supremacia branca e inferioridade racial dos negros e mestiços.

De *Ebó* ou tuberculose, Nina Rodrigues se foi naquele ano de 1906. Dona Julia, sua cunhada, de quem tinha sido noivo, morreu de sarampo no ano anterior, também em uma viagem para a Europa – seu corpo precisou ser jogado ao mar. Seu sogro, o poderoso político e médico Almeida Couto já tinha morrido, e em breve seu concunhado, Alfredo Brito, inconsolado com a morte da esposa, também adoeceria e partiria deste mundo. Dona Marocas foi embora da Bahia com a filha Alice, e viveu em condição muito modesta, no Rio de Janeiro, até o fim da vida. A família não teve lá um destino muito glorioso.

Mas o nome de Nina Rodrigues e suas teses raciais tiveram ainda muito impacto na Bahia e no Brasil. O instituto médico legal de Salvador, que recebeu seu nome como homenagem póstuma, até hoje ostenta a figura do patrono. As teorias sobre a inferioridade dos negros e mestiços e a ligação direta entre o crime e cor negra se disseminaram entre os peritos e as autoridades policiais. O genocídio da população jovem e negra que assistimos hoje na sociedade brasileira é uma das heranças perversas do que se gestou ali, naqueles anos, em que trabalhadores negros no imediato pós-abolição disputavam projetos de República e maneiras de ocupar a cidade, cultuar seus santos, se aproximar de pessoas poderosas e conquistar direitos. Se muitas das batalhas foram

36. Idem, p. 114.

perdidas, se o autoritarismo e o racismo persistem, se outras epidemias chegaram e devastaram nossa triste e dessemelhante nação, se vivemos em pleno século XXI um dos períodos mais sombrios de nossa história, nem por isso a coragem dos seguidores de pai Joaquim, a luta de líderes negros como Manoel Quirino deve ser esquecida. Afinal, como nos lembrou Peter Linebaugh, citando o poeta William Morris,

os homens lutam e perdem a batalha, e aquilo pelo qual eles lutaram acontece apesar da sua derrota, e quando vem, acontece de não ser o que eles tencionavam, e outros homens têm que lutar pelo que eles pretendiam sob um outro nome.³⁷

Referências

BARRETO, Maria Renilda. **Medicina Luso-Brasileira: Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)**. 260f. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005.

BRITO, Antonio Nogueira. “O falecimento do Professor Doutor Raymundo Nina Rodrigues, em Paris, a 17 de Julho de 1906”. **História da Medicina**, artigo 57. Disponível em: <https://bit.ly/3J1IjKl>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CAMPOS, José da Silva. “Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia”, em **Anais do Arquivo Público da Bahia**. Salvador, 1943.

CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: Edufba, 2008.

CASTILLO, Lisa Earl; PARÉS, Luis Nicolau. “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu”. **Afro-Ásia** 36, 2007

LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”. **Revista Brasileira de História** v. 3 n. 6, 1983, 7-46.

LUHNING, Ângela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí”. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”. **Revista USP**, São Paulo (28): 194-220, Dez/Fev 95/96;

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX, uma província no Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

37. William Morris. A dream of John Ball (London, 1886-87), apud Linebaugh, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”, In: *Revista Brasileira de História* v. 3 n. 6, 1983, 7-46.

NADEL, Siegfried Frederick. "Gunu, a Fertility Cult of the Nupe in Northern Nigeria". In: **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**. Vol. 67 (Jan. - Jun., 1937), pp. 91-130. Disponível em: <https://bit.ly/3glDcIQ>. Acesso em: 25 abr. 2020.

NEVES, Margarida de Souza. "Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX", In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil republicano- o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, pp. 13-44.

OJO, J.R.O. "Masked Dances of the Yoruba Peoples". In: **The World of Music**. Vol. 23, No. 3, masks II (1981), p. 42. Disponível em: <https://bit.ly/3LHsTgl>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PARÉS, Luis Nicolau. "O mundo Atlântico e a constituição da hegemonia nagô no Candomblé baiano". **Revista Esboços**, Volume 17, Nº 23, pp. 165-185.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

PEREIRA, Flávia Lago de Jesus. **Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritas e candomblés na Bahia republicana (1920-1940)**. 176f. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFBA, 2015.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. 2. ed. Salvador, P55 Edições, 2014.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

REGINALDO, Lucilene. **O Rosário dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo, Alameda, 2011.

REIS, José João. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

REIS, José João. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo. Editora Nacional, 1988.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Fac-símile de artigos publicados na Revista Brasileira entre 1896 e 1897. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Editora UFRJ, 2006.

SAMPAIO, Gabriela R. “Decrépitos, anêmicos e tuberculosos: Africanos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1867-1872)”. **Almanack**, Guarulhos, n. 22, ago. 2019, pp. 207-249.

SAMPAIO, Gabriela R.; ALBUQUERQUE, Wlamyra R., **De que lado você samba: raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição**. Coleção Históri@ Ilustrada. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

SLENES, Robert. “Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: ‘Creolization’ and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/1850”. In: BARRY, Boubacar; SOUMONNI, Élisée; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities**. Trenton, New Jersey: Africa World Press, 2008, pp. 209-254.

SWEET, James. **Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2011

THORTON, John. **The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706**. NY: Cambridge University Press, 1998.

ORGANIZAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DOS COMITÊS DEMOCRÁTICOS E POPULARES E A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1947 EM SÃO PAULO

Adriano Luiz Duarte

Na história do capitalismo numerosos movimentos revolucionários, mais do que contar com a estreita base da fábrica, tiveram uma base urbana ampla (as revoluções de 1848 na Europa, a Comuna de Paris de 1871, Leningrado em 1917, a greve geral de Seattle 1918, a revolta de Tucumán em 1969, assim como Paris, Cidade do México, Bangkok de 1969, a Comuna Shangai de 1967, Praga em 1989, Buenos Aires em 2001/2002... e a lista poderia ser muito mais extensa). Mesmo para os movimentos que tiveram no centro as fábricas (greve de Flint no Michigan dos anos 1930 e os conselhos operários de Turim nos anos 1920), o vizinhado desenvolveu na ação política um papel crítico, mas muitas vezes negligenciado (as mulheres e os grupos de apoio dos desempregados de Flint e as comunas “casas do povo” em Turim) A esquerda tradicional cometeu um erro ao ignorar os movimentos sociais que se desenvolveram fora das fábricas e das minas.¹

As eleições de novembro de 1947

As eleições para a Câmara Municipal de São Paulo, em 9 de novembro de 1947, elegeram quarenta e cinco vereadores, cujos trabalhos se iniciariam em primeiro de janeiro de 1948. O legislativo municipal havia ficado fechado por onze anos, desde a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937. A última eleição para a Câmara Municipal havia sido

1. Harvey David and Wachsmuth, David. What is to be done? and who the hell is going to do it? In: Brener, Neil, Marcuse, Peter, Mayer, Margrit. *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right of the city*. Routledge, USA/Canada 2012, p. 265.

em 1936, quando foram eleitos vinte vereadores.² Nessa eleição, os vinte vereadores eleitos obtiveram, no conjunto, um total de 50.987 votos.³ Quando a câmara foi fechada, a população da cidade era aproximadamente de 1,3 milhões de habitantes.

Em 1948, a população havia alcançado 2,2 milhões de habitantes, um crescimento vertiginoso em que a cidade quase dobrara de tamanho. Naquele mês de novembro compareceram às urnas 355.425 eleitores, divididos entre as 1.783 seções de votação instaladas na capital. Terminada a contagem dos votos, foram constatados 15.784 votos em branco e 9.443 votos nulos. Assim, o Partido Social Progressista elegeu 11 vereadores, com um total de 66.829 votos; a União Democrática Nacional elegeu sete, com um total de 46.625 votos; o Partido Social Democrático elegeu cinco vereadores, com 31.406 votos; o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu quatro vereadores, com 29.159 votos; o Partido Democrata Cristão também elegeu quatro vereadores, com 24.898 votos; o Partido Republicano elegeu três vereadores, com 23.761 votos; o Partido Trabalhista Nacional elegeu três vereadores, com 20.192 votos; o Partido Social Trabalhista, onde se abrigavam os “candidatos de Prestes”, elegeu 15 vereadores, recebendo um total de 72.985 votos, sendo o partido mais votado nessa eleição⁴. Especificamente no maior bairro operário da cidade de São Paulo, a Mooca, dos 30.000 eleitores, aproximadamente, os “candidatos de Prestes” tiveram 1/4 de todos os votos. No bairro, os chamados “candidatos de Prestes” eram quatro: o pedreiro Luiz João; o guarda civil Afonso Liguori; o metalúrgico Antônio Donoso Vidal e a operária têxtil, Faustina Bonimani. Dos quais dois foram eleitos: Luiz

2. Buonavita, Marília Gabriela. *O debate político na câmara municipal de São Paulo em 1936 e 1937: democracia versus integralismo*. Câmara municipal de São Paulo. Escola do parlamento. Pós-graduação *lato sensu*, São Paulo, 2015.

3. Infelizmente, não consegui localizar o número total de eleitores na cidade em 1936, mas é possível inferir que talvez estivesse entre 60 e 70 mil eleitores. Disponível em: <https://bit.ly/3L-FPIBa>. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, consultado em 18 de maio de 2021.

4. Tribunal Regional Eleitoral, caixas 3.247 e 7.944. Os cassados em 1947/1948, e sua votação são: Adroaldo Barbosa Lima, 4.010 votos; Antônio Donoso Vidal, 4.198 votos; Armando Pastreli, 3.105 votos; Benedicto Jofre de Oliveira, 4.203 votos; Benone Simões, 2.197 votos; Calil Chade, 3.085 votos; Carlos Niebel, 1.747 votos; Elisa Kauffmann Abramovich, 2.940 votos; Iturbides Bolivar de Almeida Serra, var de Almeida Serra 3.505 votos; Luiz João, 1.813 votos; Mário de Souza Sanches, 5.804 votos; Mauro Gattai, 1.779 votos; Meir Benaim, 2.970 votos; Orlando Luís Pioto, 4.933 votos; Raimundo Diamantino de Souza, 2.249 votos. Filho. Fausto Salvarori. “Uma correção histórica: câmara restitui mandatos de 42 parlamentares cassados entre 1937 e 1969 por ações autoritárias de ditaduras e democracias. *Revista Apartes*, novembro de 2013, p. 21-35.

João e Antônio Donoso Vidal. Em nenhum outro momento na história da Câmara Municipal de São Paulo candidatos declaradamente de esquerda e com forte inserção popular obtiveram votação tão expressiva. Mas como podemos entender esses resultados surpreendentes?

As transformações urbanas

Nesta década, a cidade havia se transformado completamente. Desde o “plano de avenidas para a cidade de São Paulo”, elaborado pelo então secretário de obras públicas e viação, Prestes Maia, já se planejava uma intervenção radical no sistema de circulação de pessoas pela capital paulistana. O plano previa uma minuciosa intervenção, sobretudo no centro da cidade, uma verdadeira “cirurgia urbana”, que se estenderia para as áreas próximas. Havia a intenção de descentralizar a vida comercial, ampliar a área do centro velho da cidade, distribuindo melhor a circulação de mercadorias pelas ruas secundárias, redirecionando as correntes de passagem.⁵ Porém, a intervenção no espaço urbano não se restringiu ao centro da cidade: ela estendeu suas radiais e perimetrais para os bairros, criando um centro expandido. Essa intervenção no espaço urbano tinha por objetivo viabilizar os suportes necessários à ampliação dos lucros, principalmente industriais, liberando os fluxos de mercadorias e pessoas.

Em certo sentido, o plano anunciava e se antecipava à enorme expansão da área urbana da cidade que já estava em curso. Novas construções em todos os quadrantes, nem sempre seguindo os regramentos estabelecidos pela prefeitura. Acredita-se que a década de 1940 foi o período de mais rápido crescimento da cidade. Os estudos demográficos sugerem que depois de 1930 há uma redução no fluxo de imigrantes que chegam ao Brasil. A partir de então, aumenta, paulatinamente, o fluxo de migrantes de diferentes regiões do país em direção aos grandes centros urbanos. As estimativas são variáveis, mas pode-se supor que, ao longo da década de 1940, aproximadamente 3,4 milhões de pessoas se deslocaram pelo país. Nesse período, houve um incremento de 49,3% desse número, alcançando, na década de 1950, 5,1 milhões de pessoas

5. Palestra de Prestes Maia, realizada em 1945. In: Câmara, Leonor Moreira. *A Cidade de São Paulo no Estado Novo: um estudo da intervenção do Estado no espaço urbano*. dissertação de mestrado, FGV/SP, 1990, p. 23. A discussão desse item retoma o capítulo I: “moradia: os signos da exclusão, uma cidade para poucos” em Duarte, Adriano. *Cidadania e Exclusão, Brasil, 1937/1945*. Florianópolis, edufsc, 1999.

se deslocando. Dito de outro modo, um em cada dez brasileiros saiu do seu local de nascimento em direção aos grandes centros urbanos. E a capital do estado de São Paulo recebeu os maiores contingentes.⁶

Com o afluxo de novos migrantes, houve uma transformação no padrão de moradia da cidade e, com ela, uma mudança radical na forma de locomoção urbana; ir de casa para o trabalho passou a ser uma experiência radicalmente nova. Se antes, em geral, os trabalhadores moravam próximos do seu local de trabalho, com o crescimento da cidade esse padrão se modificou. Os deslocamentos com ônibus, bondes e trens passaram a ser a regra para o conjunto dos moradores. Ao mesmo tempo, ocorreu também uma diversificação ainda maior nos negócios urbanos. São Paulo se transformava numa metrópole, as indústrias estavam, lentamente, sendo deslocadas para leste e os serviços ocupavam uma área cada vez maior do centro expandido.

A crescente separação entre local de trabalho e moradia levou ao aumento da periferização da cidade e à rápida verticalização das áreas centrais, que se especializavam como zona terciária, com o crescimento dos bancos, do comércio e dos escritórios. A primeira e mais visível consequência dessas transformações foi um significativo esvaziamento populacional dos antigos bairros operários que circundavam o centro da cidade, que passaram a ter taxas de crescimento negativas: Brás -15,5%; Mooca -5,4%; Bom Retiro -16,5%; Santa Efigênia -5,5%; Sé -8,0%; Bela Vista -3,5%; Liberdade- 0,5%. Isso ilustra a consolidação de um novo padrão de separação entre o espaço de trabalho e o espaço de moradia – ou se preferirem, a periferização da cidade.

Entre abril e junho de 1947, foi conduzida – sob a orientação do Reverendo Lebet, professor da Escola de Sociologia e Política, e com os auspícios do Sesi – uma pesquisa sobre as condições de habitação da população urbana na capital. A cidade foi dividida em três áreas: zona central, residencial e arrabalde. O estudo discriminava sete categorias para as moradias: 1) *habitação miserável*: insatisfatória sob todos os aspectos; 2) *casebre*: habitação miserável, mas que pode ter alguns elementos satisfatórios; 3) *semi-casebre*: habitação insatisfatória que não pode ser melhorada; 4) *habitação insatisfatória*: apesar de precária é passível de melhoria; 5) *habitação satisfatória*; 6) *habitação confortável* e 7) *habitação luxuosa*

6. . Vasconcelos, Luiz Leite de. Migrações Internas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Economia*. v. 10, n. 3, 1956, p. 89.

ou muito confortável. Os bairros com crescimento negativo eram exatamente os mais centrais, que revelavam 60% das moradias classificadas como habitação insatisfatória; 25% foram consideradas casebres; 10% habitação confortável e 5% habitação luxuosa ou muito confortável.⁷

O desdobramento “oculto” do plano de avenidas foram as milhares de desapropriações, demolições e desocupações necessárias para torná-lo viável. A população que habitava as áreas centrais da cidade foi deslocada pelo “progresso” e pela “modernização”. Expulsa de suas moradias, tiveram que se dirigir para bairros mais afastados, deixando as áreas centrais para os serviços e o comércio, viabilizando, assim, a circulação mais rápida de mercadorias e serviços. A elevação dos preços dos terrenos e das moradias nas áreas que sofreram a intervenção do poder público também contribuiu para o afastamento da população de baixa renda para os bairros mais afastados e a consequente intensificação do processo de verticalização nas áreas outrora “consideradas deterioradas (leia-se: habitadas pela população de baixa renda)”⁸. Desse modo, abria-se o caminho para o processo de periferação da cidade.

O deslocamento da população da área central da cidade aumentou a demanda por moradias populares e por serviços públicos nas novas áreas para as quais ela se dirigia. Esse aumento da demanda fez subir os preços dos aluguéis, encarecendo ainda mais o já pesado custo de vida da população de baixa renda.

Preocupado com a situação, o governo federal decretou a “nova lei do inquilinato” em 1942. A primeira lei havia sido criada em 1927, congelando por dois anos os valores dos aluguéis. A nova lei, de 1942, fez “retroceder aos preços vigentes em 31 de dezembro de 1941, todos os aluguéis que tivessem sido elevados a partir daquela data.”⁹ O congelamento dos aluguéis seria renovado em 1944, 1945, 1946. Não é muito claro qual o sentido pretendido pela política de congelamento dos preços; tanto poderia expressar uma política deliberada de intervir no mercado de moradias, mas também – o que é mais provável – uma medida com o intuito de ampliar as bases políticas do grupo que ocupava o Estado, num momento de forte pressão inflacionária por conta da guerra na Europa.¹⁰

7. *Revista do Arquivo Municipal*, abril/maio de 1951, p. 7 e segs.

8. Kowarick, Lúcio (org) *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 115.

9. Bonduki, Nabil. *Crise na Habitação e a Luta pela Moradia no Pós-guerra*. In: Kowarick, Lúcio (org) op. cit. p. 111-112.

10. Além de angariar apoio popular, o congelamento dos aluguéis talvez fizesse parte de uma medida mais ampla com o objetivo de dirigir os capitais investidos na construção de

A dimensão da população atingida pelo congelamento em 1942 pode ser percebida através das estatísticas do IBGE: 75% da população domiciliada na capital do estado de São Paulo pagava aluguel. A população da capital, em 1940, era estimada em 1.337.844. Portanto, aproximadamente 1.003.383 de pessoas viviam em casas alugadas.¹¹ A princípio, esse enorme contingente populacional deve ter recebido a medida com entusiasmo e aplaudido a decisão do governo. Afinal, diversas pesquisas mostravam que os gastos médios das famílias paulistanas com moradia giravam em torno de 20% a 25% dos salários.¹² Se a medida tinha o objetivo de ampliar a base de simpatias do governo, obteve sucesso imediato, pelo menos junto aos inquilinos. Porém, as consequências negativas não tardaram a aparecer. Com os aluguéis congelados, as construções de casas populares destinadas à locação pararam imediatamente. Além disso, os proprietários dos imóveis locados esmeravam-se em encontrar modos de burlar a lei do inquilinato, aumentando os aluguéis, ou recorrendo (legal ou ilegalmente) aos despejos.

A junção do “modernizador” plano de avenidas de Prestes Maia com a lei do inquilinato de 1942 tornou caóticas as condições de moradia da população pobre da capital, bem como agravou substancialmente os problemas de circulação pela cidade. Era uma difícil aventura conseguir uma moradia naqueles anos e, após essa conquista, não ser despejado pela cobiça dos locadores. A luta pelo teto (e tudo o que vem junto com ela: transporte e serviços, postos de saúde, serviços telefônicos, escola, iluminação, pavimentação etc.) foi uma das facetas mais trágicas dos anos finais do Estado Novo para a classe trabalhadora.

Para se ter uma ideia do drama que envolvia a luta pelo teto, em 1941, sociólogos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo realizaram um longo estudo sobre as condições de moradia na cidade. A pesquisa comparava cem moradias de bairros pobres (Mooca, Canindé, Bexiga), com cem habitações dos bairros ricos (Higienópolis, Jardim América, Pacaembu). Para cada uma das casas foram feitas 118

moradias populares para o setor industrial. Embora pareça que realmente tenha havido esse deslocamento, nada demonstra que tenha sido ele o objetivo primordial do congelamento e, sim, uma consequência.

11. Cf. In: Berlinck, Manuel. *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1975. p. 50. Citado também por Blay, Eva Altermam. *Eu Não tenho onde Morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985. p. 10.

12. Idem, *Ibidem*. p. 104.

questões, e as conclusões ilustram tristemente as condições de moradias da população pobre da cidade.¹³ Das cem moradias pobres, 91 eram alugadas, sete eram próprias e duas cedidas por empréstimo de parentes e amigos. O número de cômodos, incluindo cozinhas particulares, era 2,5 por moradia. Foram encontrados seis casos nos quais quatro moradores dividiam um único cômodo; outros três casos com cinco moradores por cômodo; cinco casos com seis pessoas ocupando um cômodo; três casos com oito habitantes; outros três casos com nove moradores dividindo um único cômodo e, por fim, um caso no qual onze pessoas dividiam o mesmo cômodo. Nesses “cômodos” estavam incluídos salas e cozinhas. Em cinquenta e cinco dessas cem moradias populares, as famílias cozinham em fogão de tijolos, usando carvão, lenha, gasolina, álcool ou querosene. Dessas famílias, vinte e quatro não tinham cozinha própria, muitas cozinham em seus próprios quartos de dormir, nos pátios internos ou embaixo das escadas. Essas cem moradias contavam com um total de apenas 18 tanques para a lavagem da roupa. No bairro da Mooca, então a maior concentração operária da cidade de São Paulo, trinta e duas famílias diferentes dividiam o mesmo banheiro; no Bexiga, vinte e sete; no Canindé, vinte. Em apenas três destas cem “habitações” o papel higiênico era de uso corrente.¹⁴

Em 1944, foi realizado outro inquérito, agora pelo Serviço de Saúde, no distrito de Santa Efigênia, abrangendo 116 cortiços, com um total de 706 quartos. Concluiu-se que: “a área de cada quarto era inferior a 10m². Desse total, 654 quartos não tinham janelas; cada quarto abrigava entre 4 e 10 pessoas; em 225 deles havia apenas seis camas; em outras 370 dessas moradias as cozinhas localizavam-se nos dormitórios.”¹⁵ Nesses 116 cortiços havia 2.129 pessoas dividindo “fraternalmente” nove banheiros, o que perfazia uma média de 236,5 pessoas para cada banheiro.

A essa situação da habitação na capital somava-se a suspeição com que eram vistos seus moradores:

13. As cem moradias dos bairros pobres estavam divididas em: 50 na Mooca; 25 no Canindé e 25 no Bexiga. Embora o estudo não revele o número total de moradores, é possível imaginar cada moradia sendo habitada, em média, por cinco pessoas, o que abrangeria um total de quinhentas pessoas, pelo menos.

14. Pierson, Donald. *Habitações de São Paulo: Estudo Comparativo*. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Ano VII, Vol. 82, 1942.

15. Castro, M^a Antônia de. *Lares e Casas* In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Ano VII, v. 82, 1944.

O problema da habitação é gravíssimo e afirmam muitos que nele está a gênese do delito (...) estudo sobre os menores delinquentes, afirma que em muitos casos (...) a corrupção dos costumes e a imoralidade têm, como colaboradora na causa a má habitação (...) A moral e a higiene convergem para indicar ao homem as regras que devem presidir a habitação (...) A insalubridade e insuficiência da habitação e sua repercussão sobre a moral constituem problemas que urgem ser solucionados (...) No inquérito em que estudamos a situação de 1.195 pessoas, habitantes de 261 cortiços, encontramos em média, um problema de ordem moral para cada grupo de 2,7 casos. Os problemas específicos mais importantes são, em ordem de frequência: concubinato, abandono do lar pelo chefe, mãe solteira, separação dos cônjuges, menores pervertidos, alcoolismo. Somando-se os casos em que o problema moral foi especificado, aos em que a situação moral da família já vinha apreciada (má, ou deficiente), concluímos que em mais da metade dos casos estudados a situação moral dos habitantes de cortiço é precária.¹⁶

Moradia e transporte constituíam uma complexa interação. É possível argumentar que de todos os problemas urbanos enfrentados pelas classes populares no final do Estado Novo, o mais agudo era o dos transportes coletivos. Nenhum bairro estava livre dos transtornos causados pela ausência ou pela precariedade dos serviços de transporte. É sabido que a especulação imobiliária havia reservado as áreas mais próximas ao centro da cidade para uma valorização, sobretudo com o plano de avenidas; assim, loteavam-se áreas cada vez mais distantes que cresciam sem qualquer planejamento ou infraestrutura. A abertura de novas ruas, muitas vezes, era feita pelos próprios moradores que chegavam. Grande parte desses arruamentos não era reconhecida oficialmente, de modo que não podia ser beneficiada com serviços públicos como correios, coleta de lixo, pavimentação, iluminação ou qualquer outra benfeitoria, pelo simples fato de que não existiam legalmente. A cidade real se edificava muito mais rapidamente que a cidade legal, mas é preciso ressaltar que a cidade ilegal não era a face oculta da legalidade, ao contrário, era a sua condição.

O problema dos transportes públicos era uma espécie de feixe onde se encontravam e se aguçavam boa parte das mazelas da cidade, porque ele antecedia as condições para a solução de muitas outras demandas

16. Telles, Guiomar Urbina. A Habitação e a Moral. In: *Serviço Social*. São Paulo, Ano II, Nº 21.

urbanas. No sistema de transporte residia uma das condições principais para a solução dos problemas de iluminação pública (e privada), para a instalação de postos de saúde, escolas, creches, correios, coleta de lixo etc. Desse modo, a situação de morador (enquanto trabalhador e cidadão), estava profundamente submetida aos serviços públicos que só poderiam ser ofertados com a legalidade das ruas e com o acesso aos meios de transporte. Em resumo, é impossível pensar a cidade de São Paulo e seus conflitos políticos, sociais e econômicos, nesse contexto, sem levar em consideração os significados concretos que tiveram para seus habitantes os problemas envolvidos no sistema público e privado de transportes coletivos.

A junção entre os problemas de moradia e as dificuldades de circulação pela cidade não escaparam à atenção do cônsul estadunidense em São Paulo que, escrevendo para a embaixada no Rio de Janeiro, descreveu o estado de pauperização em que se encontrava a classe trabalhadora paulistana:

Milhares de trabalhadores vivem nos subúrbios (...) para chegar ao trabalho têm que levantar muito cedo, viajando horas em ônibus lotados, lentos e imundos. Com respeito ao transporte urbano, a situação é a bem conhecida falta de ônibus e lotação (...) O problema da habitação para o trabalhador, haja vista a escassez geral e os preços altos do material de construção parece ser insolúvel presentemente, ou até que o fim da guerra normalize os preços destes materiais e faça o preço da terra voltar a seus níveis normais (...) quando o trabalhador fica doente é abandonado à sua sorte (...) aqueles que não estão gravemente doentes são usualmente tratados pelos médicos das próprias companhias. Porém, só as grandes empresas são capazes de lhes proporcionar estes serviços (...) a irritação da classe trabalhadora será provavelmente maior que a do momento, quando ela verificar que os problemas com que se defronta não estão sendo resolvidos (...) observações nos distritos industriais indicam que os trabalhadores estão realmente enfraquecidos pela fome, e a subnutrição é difundida. Os lugares onde se pode comer barato estão servindo carne em condições que somente com pimenta, ingerida liberalmente, pode ser consumida, até mesmo pelo mais faminto dos homens.¹⁷

17. Do cônsul geral dos EUA em São Paulo ao encarregado de negócios interino da Embaixada no Rio de Janeiro, 28/02/45. Usna 832. 504/2 - 2845. Apud. Alem, Silvio. *Os Trabalhadores e a Redemocratização*. Op. cit. p.56.

I

Em 1935, depois do levante promovido pela Aliança Nacional Libertadora, o Partido Comunista havia sido completamente desarticulado e suas principais lideranças presas ou assassinadas. Até 1943, o que restara do partido fazia acirrada oposição ao governo Vargas. Entretanto, nesse ano, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, a posição do PCB se modificou, passando a defender a tese da “união nacional” na luta contra o nazifascismo e pela redemocratização do país. Em abril de 1945, terminada a guerra, o governo Vargas restabeleceu as relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O PCB voltou à legalidade e rapidamente alcançou 100 mil membros. Nas eleições de 2 de novembro de 1945, obteve 10% dos votos e elegeu 15 deputados federais e um senador. Assim, o PCB se tornou, em curto espaço de tempo, a quarta força político-partidária do país. Entretanto, esse não foi um fenômeno unicamente brasileiro. Em quase todos os países do Ocidente, o prestígio da URSS – e, por extensão, do comunismo – foi diretamente proporcional à sua vitória incontestável sobre o mais mortífero exército que já marchara sobre a Europa. Mas, num país em que o anticomunismo vicejava livremente na imprensa e com explícito apoio governamental, a legalidade do PCB era a novidade que prenunciava as possibilidades de uma democracia renovada.

Diversos pesquisadores já argumentaram que o rápido crescimento do PCB no pós-guerra pode ser atribuído a três fatores: 1) ao prestígio gozado pela URSS no final do conflito; 2) à consideração pessoal de Prestes e dos comunistas presos, que teria crescido em proporção direta ao aumento das simpatias pela URSS após a invasão alemã; 3) à ausência de uma organização de esquerda que pudesse concorrer com os comunistas.¹⁸ Minha hipótese, construída a partir de uma série de entrevistas, é que falta um quarto elemento nesse quadro: as ações dos Comitês Democráticos e Populares. Acredito que o sucesso do PCB no pós-guerra se devia também, e talvez principalmente, à sua inserção capilar nos bair-

18. “...um elemento deve ser aqui situado e desenvolvido. Malgrado suas análises estratégicas e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o PCB conseguiu concretizar fórmulas organizatórias, demonstrando, ao menos durante algum tempo, extrema competência mobilizadora”. Alem, Sílvio. *Os Trabalhadores e a “Redemocratização”: 1942/1948*. Campinas, IFCH/Unicamp. Dissertação de mestrado, 1981, p. 187. Esse item retoma o debate do capítulo I: “do estado de guerra às lutas cotidianas” em Duarte, Adriano. *O direito à cidade: trabalhadores e cidadãos em São Paulo, 1942/1953*. São Paulo. Alameda, 2018.

ros de subúrbio através dos Comitês Democráticos, que se espalharam rapidamente por quase todos os bairros da cidade de São Paulo.

Em abril de 1945, com a assinatura do decreto de anistia, teve início a reorganização legal do PCB. Em maio realizou-se no estádio de São Januário o primeiro grande comício legal do partido, em que se anunciou a estratégia para transformá-lo numa organização de massa. A fórmula foi a criação dos chamados Comitês Democráticos e Populares em cada bairro ou fábrica. Seu objetivo inicial foi o de estabelecer um vínculo do partido com os potenciais eleitores. Tudo indica que os Comitês Democráticos não eram pensados como estratégia organizatória de longo prazo. O objetivo era estabelecer um contato direto e proporcionar um conhecimento abrangente das condições específicas dos bairros populares e dos locais de trabalho e, a partir daí, permitir a elaboração de uma plataforma eleitoral centrada na especificidade das condições de vida das classes populares.

Em outubro de 1945, cinco meses depois, já existiam 31 Comitês em funcionamento na capital, 28 em Santos, e vários outros em processo de organização. No primeiro semestre de 1946, a cidade de São Paulo chegou a ter mais de cem comitês. Seu funcionamento variava de bairro para bairro, assim como suas estratégias foram se alterando ao longo do tempo.

Embora a questão eleitoral fosse o motor inicial, as condições da periferia emergiam como a sua temática central, tanto que os Comitês de bairro foram mais numerosos e ativos do que aqueles por local de trabalho. Ou seja, a expansão dos Comitês esteve diretamente ligada à sua capacidade de expressar e de dar visibilidade aos anseios e às reivindicações dos moradores dos bairros populares. Os tópicos gerais da ação dos Comitês abrangiam, por exemplo, a promoção e o desenvolvimento político-cultural dos moradores do bairro, a criação de um jornal semanal que seria porta-voz e tribuna dos problemas locais; o estímulo a campanhas de reivindicação em favor do bairro e de sua população; o debate dos programas dos partidos políticos, a discussão sobre as candidaturas para os legislativos municipal, estadual e federal; o intercâmbio entre os Comitês e as demais organizações locais; o debate e o esclarecimento sobre problemas econômicos e sociais do Brasil.

Um panfleto do CDP dos bairros Jardim Paulista, Itaim e Vila Nova Conceição, arquivado no Dops, nos dá uma ideia dos meios e da amplitude de sua ação:

Os amigos do Jardim Paulista e bairros adjacentes convocam uma reunião para tratar democraticamente de assuntos e reivindicações de seus bairros e de um modo geral dos interesses populares, tais como: água, luz, esgoto, calçamento, higiene, escolas para crianças e alfabetização de adultos, centro de saúde, etc.¹⁹

Em Vila Monumento circulou um panfleto semelhante:

Ao exemplo do que se está processando em todos os bairros desta capital (...) para reivindicações de melhorias e outras necessidades mais imediatas e mais sentidas do bairro. Para procurar facilitar ao povo os meios mais rápidos para proporcionar-lhe cultura (...) sem distinção de classe, nacionalidade, credo religioso ou facção política, comparecer à sede do Esporte Clube Vila Monumento...²⁰

Mas não eram apenas reivindicações como água, luz, transporte, creche, postos de saúde, hospitais, pavimentação etc. Todos os mais de cem Comitês existentes na cidade de São Paulo mantinham alguma espécie de curso regular em suas sedes. Os mais comuns eram alfabetização de adultos e corte e costura. Mas havia cursos de química industrial, contabilidade e serviços de escritório, inglês comercial, inglês prático e taquigrafia, português, economia doméstica e história do Brasil. Ainda havia cursos para marceneiros, pedreiros, eletricitistas etc. Eram comuns também as palestras sobre os mais variados assuntos, dos problemas de saneamento básico à engenharia de tráfego; da eletrificação rural às obras contra as enchentes. Além disso, os departamentos juvenis dos CDPs desenvolviam diversas atividades esportivas e artísticas: futebol, boxe, bailes e os corais. Diversos Comitês criaram também ambulatórios médicos e cooperativas de consumo. A faceta assistencial também não esteve ausente. Muitos providenciaram pagamento de contas de água, aluguel, contratação de médicos, advogados etc.

Desde o início, os Comitês foram “monitorados” pelos órgãos de segurança pública, e o modo como foram percebidos é revelador dos dilemas enfrentados pelas organizações populares no imediato pós-

19. Arquivos do Dops, dossiê 20-Z-56.

20. Arquivos do Dops, dossiê 20-Z-56.

-guerra. Os relatórios dos agentes do Dops sugerem que os Comitês representavam um “fenômeno novo e interessante”. A novidade estava em promover reuniões “de interesse geral e de fins beneficentes ao bairro e ao povo”. O investigador relata:

todas as classes sociais, dominando, porém, a classe proletária, gente boa e simples que, na grande maioria, ia se deixando empolgar por uma pseudo-assistência jurídica e social, reivindicações proletárias, conselhos paternais e outros serviços de menor importância, inclusive promessas de uma vida muito mais suave e feliz.²¹

Os Comitês funcionavam, na verdade, “como pequenos parlamentos”, como me disse o militante do PCB, Noé Gertel, que participou ativamente deles e, por isso, se tornaram instrumentos para a aprendizagem cotidiana do exercício da política, o que expandia muito o seu alcance.²² A simples divulgação das carências e das dificuldades vivenciadas nos bairros periféricos transformou-se num poderoso recurso de mobilização “num mundo habituado a explorar em silêncio.”²³

A linguagem dos direitos começou a ser seguidamente pronunciada nos CDPs e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Ela dava forma e sentido às experiências populares – no trabalho, na moradia, no transporte, na educação, no lazer. A existência dos CDPs encenava publicamente a condição dos bairros periféricos das grandes cidades do país e, ao fazê-lo, trazia à luz as dificuldades da população pobre no imediato pós-guerra. A descrição das mazelas dos bairros operários punha em xeque o modelo de cidade que se construía e desvendava os significados da “redemocratização” do ponto de vista dos trabalhadores.

Os Comitês deram visibilidade a uma situação bastante complexa, que colocava as mais simples e imediatas demandas populares na agenda da “grande política”. Exatamente por isso, foram, antes de tudo, meios de educação para a ação política, de transformação cultural, instrumentos de civilização e do exercício cotidiano da cidadania. Como sabemos, o PCB foi posto na ilegalidade em maio de 1947. Portanto, a experiência dos CDPs durou apenas dois anos. Foi uma

21. Idem.

22. Entrevista com Noé Gertel, concedida ao autor em 27 de agosto de 1999.

23. Castels, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhança em Madrid*. Trad. Glória Rodriguez. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. p. 81.

atividade política marcante. Quando o PCB foi posto na ilegalidade, parte dessa experiência de militância se desloca para as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), que mantiveram, ao menos em parte, as agendas dos Comitês e receberam muitos dos seus militantes²⁴. Assim, a capilaridade dos Comitês e seu envolvimento com os problemas reais e concretos dos bairros periféricos foram decisivos para o desempenho eleitoral dos comunistas.

II

As Sociedades de Amigos de Bairro aparecem com frequência nos relatórios da polícia a partir da cassação do registro legal do PCB; embora haja indícios da sua existência desde 1943/1944. É possível inferir que as Sociedades de Amigos de Bairro se popularizaram com o desaparecimento dos Comitês Democráticos. O surgimento das SABs, ainda no Estado Novo, intrigou e inquietou os órgãos de segurança pública. O delegado chefe do setor político do Dops encarregou, no final de 1943, um conjunto de investigadores de fazer uma varredura em todas as organizações similares espalhadas pelos bairros da cidade de São Paulo. Em fevereiro de 1945, portanto meses antes do surgimento dos Comitês Democráticos, o relatório constatou que existiam dez “sociedades congêneres” funcionando na capital, sem qualquer registro oficial, criadas entre 1943 e 1944. A preocupação do delegado, naquele momento, era estabelecer as possíveis vinculações político-partidárias dessas novas organizações, suspeitava-se de suas ligações com o ainda proscrito partido comunista. Mas depois de uma longa investigação, com participação em reuniões, campanhas etc., o investigador encaminhou seu relatório final com uma pequena nota: “Os elementos que compõem a diretoria da SAB do Tucuruvi e de Vila Maria pertenciam ao Partido Republicano Paulista, os da SAB da Casa Verde, são pecepistas.”²⁵ O investigador terminava seu relatório manifestando a sua incontida sur-

24. “Por isso, as Sociedades Amigos de Bairro, quando o partido foi cassado, foram criadas com essa experiência e eram legalizadas. Então os comunistas iam pra sociedade amigos de bairros, mas não se falava de comunismo lá dentro, compreende? Porque o mal até agora é falar no teu partido, porque na organização de massa tem pessoas com toda tendência política, partido, religião. Então, você se isola. Nós íamos pra Sociedade Amigos da Mooca, como os elementos mais trabalhadores, sem interesse nenhum compreende?” Entrevista com João Louzada, concedida ao autor, respectivamente em 28 de agosto de 1999 e novembro de 1999.

25. Arquivos do Dops, dossiê 20-J-0-6.

presa pela total ausência de membros, ou mesmo de simpatizantes, do Partido Comunista nessas associações. O perfil partidário, com pequenas variações, se repetia em todas as SABs. Além dessa informação, o investigador acrescentou um levantamento da profissão dos membros das diretorias eleitas dessas Sociedades. No Tucuruvi, o presidente era advogado; o vice-presidente, médico; o secretário geral, serventuário da justiça; o primeiro secretário, ferroviário; o segundo secretário e o primeiro tesoureiro foram descritos como proprietários (proprietário, nesse caso, talvez significasse comerciante ou alguém que possuísse casas de aluguel); o segundo tesoureiro, dentista. O conselho consultivo era composto de quatro coronéis, um major e um médico. Na Casa Verde e em Vila Maria, de modo geral, repetem-se as mesmas profissões encontradas no Tucuruvi: dentistas, médicos, corretores de imóveis, farmacêuticos e, em menor número, alguns operários.²⁶

Portanto, SABs e Comitês tiveram um desenvolvimento paralelo, mas com composição social, objetivos e métodos muito diferentes. Nas primeiras preponderava o que se pode chamar de classes médias; no segundo, trabalhadores de fábrica, pedreiros, funcionários do comércio, donas de casa. Certamente, a existência de um jornal diário, ligado ao PCB, o *Jornal Hoje*, e o forte empenho da militância comunista deram aos Comitês Democráticos a visibilidade que as SABs só tiveram quando eles desapareceram, com a ilegalidade do partido. Mas, como se vê, pelo relatório do investigador, ambas organizações sempre foram estreitamente vinculadas à vida político-partidária; de modo que, cassado o registro legal do PCB, muitos membros do Comitês Democráticos passaram a atuar nas SABs, onde elas já existiam, ou estimularam a sua formação, onde ainda não existiam. É possível dizer, portanto, que, no conjunto Comitês e SABs, por duas décadas, forneceram o espaço para um intenso debate sobre o que se poderia chamar, de forma ampla “o direito à cidade”, com diferentes perspectivas de classe e com uma intensa disputa político-partidária. Esse intenso associativismo de bairro surgido no fim do Estado Novo e que atravessou os anos 1940 e 1950, tem sido o elemento ausente nas análises mais correntes sobre o fenômeno do populismo, muitas vezes excessivamente concentrado na experiência sindical. Por exemplo, Jânio Quadros, eleito vereador em 1947, pelo Partido Democrata Cristão, com 1.707²⁷ votos

26. Idem. *Ibidem*.

27. Tribunal Regional eleitoral. Caixa 3.247.

fez sua campanha centrada nos problemas dos bairros periféricos da cidade, visitando os bairros a convite das SABs, com as quais construiu um vínculo que o levaria, em 1953, à prefeitura da capital. Sua atuação durante toda legislatura esteve estreitamente ligada à denúncia, na tribuna da câmara, tanto da pauperização dos moradores, quanto da ausência do poder público e dos serviços urbanos nos bairros operários da cidade. Eleito prefeito em 1953, Jânio manteve um canal direto com as SABs²⁸. Do mesmo modo, a popularidade de Adhemar de Barros e a capilaridade do seu Partido Social Progressista foi tributária da sua contínua conexão com o associativismo de bairro, construída em acirrada disputa com Jânio Quadros e seus seguidores, mas recorrendo, ambos, a métodos muitíssimo semelhantes. Disseminou-se no PSP a ideia de que as SABs seriam as únicas organizações estruturadas em todos os bairros da cidade de São Paulo e com uma teia de contatos e apoios capaz de se equiparar às ramificações de juizes de paz, delegados, subdelegados e inspetores-de-quarteirão, centrais para a capilaridade do partido. Por isso, as SABs eram tomadas como um “partido” concorrente. “Elas se constituíam nas grandes rivais do PSP no que se refere à possibilidade de atendimento a reivindicações da população, dispondo de poder de pressão suficiente para encaminhá-las independentemente de veículos partidários.”²⁹ Por isso, o PSP mantinha com as SABs uma relação ambígua: ao mesmo tempo em que as rejeitava, disputava o seu controle com outras organizações partidárias.

Em resumo, o fenômeno do populismo, que marcou as disputas político-eleitorais de 1947 a 1964, só pode ser plenamente compreendido (e esse não é um fenômeno apenas do estado de São Paulo, mas de onde os Comitês Democráticos e as SABs alcançaram capilaridade) quando pensado em conexão com o associativismo de bairro inaugurado pelos Comitês Democráticos e Populares. Não menos importante, esse associativismo de bairro manteve uma estreita conexão com os movimentos sindicais, seja no trânsito de membros, seja na solidária utilização de espaços, com nos restaurantes comunitários nas greves de 1953 e 1957.³⁰

28. Em conversa com uma antiga liderança de SABs, ele me contou que o gabinete do prefeito estava sempre aberto para as Sociedades. Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000.

29. Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global editora, 1982. p. 145.

30. Costa, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

III

A rearticulação do movimento sindical, com fortes ondas grevistas por todo o país, desde os fins de 1944, e o surgimento de organizações capilares como os Comitês Democráticos e Populares nos bairros operários, aumentaram o temor do *establishment* político com a força inusitada dos comunistas. Essa intensa mobilização sindical e de bairro explica a surpreendente eleição para a Câmara Municipal de 1947. O seu resultado foi tão inesperado que mobilizou o sistema político – diga-se de passagem, o mesmo sistema que sustentara o regime autoritário de Vargas pelos últimos doze anos. Assim, em maio de 1947, provocado por uma filigrana política, o PCB teve seu registro legal cassado e, em janeiro de 1948, numa manobra jurídica, foram também cassados todos os mandatos parlamentares: vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores ligados ao partido, tendo ou não sido eleitos sob essa legenda, deixando o mercado político da “cretinice parlamentar” agitadíssimo com o butim realizado em pleno Estado Democrático de Direito. Esse golpe na nascente democracia foi nossa contribuição ao início da Guerra Fria, e a expressão do nosso alinhamento – na verdade uma submissão explícita – aos interesses políticos e econômicos estadunidenses. Desse modo, ficavam claros os limites que a chamada “república democrática” teria doravante: eleições sim, participação nas decisões, não! Democracia seria apenas a visita periódica às urnas. Entretanto, naquele curto período foi montada uma estrutura de organização popular de base como nunca antes, nem depois, se viu na cidade. Que essa breve descrição reanime nossas utopias de uma organização popular, de base, democrática e capilar, com capacidade de abalar as estruturas do *establishment* político.

Referências

AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. São Paulo. Cia editora nacional, 1958. (Aspectos da metrópole paulistana - vol. III).

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo. Estação liberdade/Fapesp, 1998.

CÂMARA, Leonor Moreira. **A Cidade de São Paulo no Estado Novo**: um estudo da intervenção do Estado no espaço urbano. São Paulo, FGV/SP, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial. Geração editorial/Edusp. 2000.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio (org.) **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Nobel/Fapesp, 1997.

VEIGA, Hecilda Mary. **A redemocratização em Belém 1945-1947**: os comitês democráticos e a campanha contra a fome. Belém. Fase, 1984. (Série recuperação histórica nº 1).

TRABALHADORES E AS FAVELAS CARIOCAS: O CASO DA FAVELA DA PRAIA DO PINTO NO PERÍODO DO SEGUNDO PÓS-GUERRA

Rafael Soares Gonçalves

Introdução

Este trabalho é uma reflexão inicial sobre o mundo dos trabalhadores cariocas a partir da realidade específica dos moradores das favelas e, em especial, da favela da Praia do Pinto, situada no Bairro do Leblon, na Zona Sul da cidade. Esse artigo contextualiza, inicialmente, a realidade das favelas no segundo pós-guerra, descrevendo em especial o papel exercido pela instituição católica Fundação Leão XIII nesses espaços. Sob influência do então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, essa fundação foi instaurada pelo Decreto Presidencial nº 22.498, de 22 de janeiro de 1947 e tinha a missão de “prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, favelas e locais semelhantes no Rio de Janeiro”¹. Pretende-se, ainda, compreender a inserção dos moradores da favela da Praia do Pinto como trabalhadores na Zona Sul carioca para discutir, finalmente, a importância para esses trabalhadores de permanecer no local.

Este artigo desenvolve análise a partir dos dados do fundo de fichas de visita familiar do Serviço Social da Fundação Leão XIII nessa favela.² O

1. Fundação Leão XIII. *Favelas, compromisso que vamos resgatar*. Rio de Janeiro: s.n. 1962.

2. O trabalho se baseia em três artigos anteriores (Gonçalves, Rafael Soares; Pessanha, Manuella Thereza Cabral; Mororó, Géssica Martins. Pelo direito de permanecer: mobilização política e o acesso a serviços de água e luz nas favelas cariocas no período pós-estado novo. *Revista Libertas*, v. 15, n. 2, 2015, p. 295-314; Gonçalves, Rafael Soares; Bautès, Nicolas; Maneiro, Maria, A Informalidade urbana em Questão. *Revista O Social em Questão*. v. 21, n. 42, 2018 e Giannoti, Emanuel; Gonçalves, Rafael Soares. La guerra fría en las favelas y las poblaciones, 1945-1964. Una disputa entre comunistas e Iglesia Católica. *Revista Izquierdas*, n. 49, 2020, p. 642-662), atualizados com dados do fundo de fichas de visita familiar do Serviço Social da Fundação Leão XIII nessa favela. Apoiando-se em trabalhos anteriores de análise dessas fichas (Slob, Bart. *Do barraco para o apartamento: a humanização e a urbanização de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Trabalho de conclusão de curso (graduação

trabalho de pesquisa nesse acervo iniciou-se com a limpeza, tratamento e catalogação das fichas do Serviço Social da Fundação Leão XIII (FLXIII), assim como do Serviço Social da Cruzada São Sebastião.³ O presente trabalho se baseará somente nos dados do primeiro conjunto de fichas, que se refere àqueles moradores da favela da Praia do Pinto transferidos para o Bairro São Sebastião,⁴ conjunto de edifícios construídos pela Cruzada São Sebastião nas proximidades da própria favela. Essas fichas contêm dados estatísticos sobre os antigos moradores da Praia do Pinto, assim como relatos das visitadoras sociais das visitas familiares. Esse material representa uma fonte interessante para compreendermos o trabalho do Serviço Social nas favelas cariocas, as formas de atuação das diferentes instituições privadas e estatais nesses espaços, assim como traz possibilidades para reconstruir o cotidiano dos moradores desses locais.

Essas fichas só foram preservadas porque foram enviadas para o Serviço Social da Cruzada São Sebastião, que manteve o acompanhamento das famílias. Sabemos pelo trabalho de Thamires Ribeiro de Oliveira,⁵ que um conjunto parecido de fichas cadastrais dos Moradores do Centro de Habitação Provisória da Nova Holanda foi preservado também e está sendo tratado e catalogado pelo Museu da Maré⁶. As fichas aqui analisadas possuem dados estatísticos sobre todos os membros das famílias, informações mais específicas sobre doenças e condições da moradia. Maria Jose Valença explica, em seu trabalho de conclusão de

em antropologia). Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro. 2002 e Simões, Soraya Silveira. *Histoire et ethnographie d'une cité de Rio: la Cruzada São Sebastião*. Paris: Kartala, 2010), o presente trabalho inicia uma reflexão mais detalhada sobre o conteúdo desse material.

3. Essas fichas estavam situadas em um armário no salão paroquial da Igreja dos Santos Anjos, no Leblon. Conseguimos transferir esse material para a Pastoral de Favelas, que se localiza no prédio da Diocese Católica do Rio de Janeiro, no bairro da Glória. O acervo possui 622 fichas da Fundação Leão XIII e 1.120 fichas da Cruzada São Sebastião. O material pode ser consultado mediante agendamento junto à Pastoral de Favelas.

4. O maior número de fichas é de moradores da Praia do Pinto (581 fichas/93% do total), mas há um número menor de fichas de moradores das favelas da Ilha das Dragas (10 fichas), Areinha (14 fichas) e Pedra do Bahiano (17 fichas), que também foram transferidos para o conjunto da Cruzada São Sebastião.

5. Oliveira, Thamires Ribeiro de. *Conservação e Memória: O Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Conservação e Restauração), Departamento de Artes e preservação/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2019.

6. Isso abre uma discussão sobre a importância de acessar possíveis acervos documentais, se existentes, da Fundação Leão XIII, o que abriria novas perspectivas de pesquisa sobre as favelas e a própria cidade do Rio de Janeiro.

curso em Serviço Social pela PUC-Rio sobre o trabalho da FLXIII na remoção da favela da Niemeyer, que as visitas familiares eram realizadas pelas visitadoras, que apresentavam todos os casos para as assistentes sociais em busca de resolução.⁷ Cada família recebia um número de registro e as visitas eram relatadas em fichas, que se transformam em uma memória dos atendimentos, fornecendo dados para uma pesquisa estatística: “o que permite avaliar os diversos problemas relativos a cada favela, podendo portanto, estabelecer um plano de ação que servirá de base para um programa de extinção das favelas.”⁸

No caso da Praia do Pinto, conforme identificamos nas fichas, os moradores não podiam abrigar em suas casas familiares ou amigos sem o consentimento da FLXIII, que eram considerados clandestinos e convidados a sair da favela. O controle do Serviço Social da FLXIII se manifestava, assim, no cotidiano familiar, inclusive com forte influência religiosa, já que moradores eram convidados a regularizar suas situações conjugais e batizar seus filhos. Encontramos, ainda, nas fichas, uma série de elementos sobre o cotidiano dos moradores, identificando questões de gênero, violência familiar, assim como elementos sobre as relações raciais, que não serão objeto específico do presente artigo. Da mesma forma, tais fichas nos descrevem parte da realidade da favela da Praia do Pinto: a situação das casas, das ruas, dos comércios, assim como das relações de vizinhança e nos abrem a possibilidade de compreender uma série de situações do cotidiano das favelas do final da década de 1940 até o início dos anos 1960.

Há traços da existência da favela da Praia do Pinto desde o início do século XX. O Censo do Rio de Janeiro de 1906 afirma que existiam 37 construções e 208 habitantes na localidade.⁹ No segundo pós-guerra, a favela da Praia do Pinto já possuía 1232 residências, 25 estabelecimentos comerciais e 24 construções de uso misto, segundo o censo da prefeitura de 1948,¹⁰ enquanto que o Censo nacional de 1950 identificou 7.142 mo-

7. Valença, Maria Jose. *Como trabalhar numa favela carioca através da experiência da Fundação Leão XIII*. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação em Serviço Social), Instituto Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1953.

Além de trabalhar na remoção da favela da Niemeyer, Maria Jose Valença também trabalhou na agência da FLXIII da Praia do Pinto.

8. Valença, op. cit., p. 8.

9. Oficina de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906 (Districto Federal)*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1926.

10. Prefeitura do Distrito Federal. *Censo das favelas*. Aspectos gerais. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

radores no local.¹¹ As condições da Praia do Pinto eram provavelmente bem precárias, conforme descreve Alberto Passos Guimarães sobre a dificuldade de realizar os trabalhos do censo na localidade diante das particularidades do local:

só na [favela da] Praia do Pinto esse trabalho se tornou impraticável, tal a desordem e a dispersão com que foram erguidas as casas, sem qualquer espécie de arruamento. Nesse caso, apenas uma solução foi possível, para que não ficasse sem controle a coleta censitária na Praia do Pinto: a utilização de fotografias aéreas, meio pelo qual a turma especial de recenseadores orientou ali o trabalho.¹²

Conforme já analisamos em trabalhos anteriores, a tolerância precária dos poderes públicos em relação às favelas nesse período procurou manter os aspectos precários e provisórios desses espaços, sobretudo daquelas favelas mais centrais.¹³ Como retomaremos no decorrer do texto, a precariedade da Praia do Pinto era um projeto político e, mesmo tendo seus moradores relativamente inseridos no mercado de trabalho das redondezas, ela apresentava precárias condições de moradia, por causa do rígido controle sobre toda e qualquer melhoria das casas e das próprias localidades. Como analisaremos a seguir, a FLXIII teve um papel importante em manter a precariedade dessa favela, exercendo forte controle das práticas cotidianas de seus moradores.

O contexto das favelas cariocas no segundo pós-guerra e a instituição da Fundação Leão XIII

Após o término da Segunda Guerra Mundial e com o processo de democratização pós-Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) saiu da ilegalidade por um breve período (1945-1947), quando ganhou forte visibilidade na vida política. Segundo José Antônio Segatto, o número de militantes comunistas resumia-se a 100 em 1942, mas

11. Guimarães, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, n. 55, 1953.

12. Guimarães, op. cit., p. 259.

13. Gonçalves, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*. História e Direito. Rio de Janeiro: Editoras Pallas e PUC-Rio, 2013.

chegou a cerca de 200 mil em 1945.¹⁴ Através da redemocratização e da proposta de uma união nacional e uma aliança com os que resistiam ao nazi-fascismo, o PCB decidiu se inserir nos canais institucionais. Recebeu quase 10% dos votos nas eleições presidenciais de 1945 e conseguiu uma grande penetração nos centros urbanos, notadamente no Rio de Janeiro (27,5% dos votos).

Após a promulgação da nova Constituição, ocorrida em setembro de 1946, os comunistas se lançaram na campanha eleitoral para os governos e constituintes estaduais, eleições que ocorreram em janeiro de 1947. Obtiveram excelentes resultados nas eleições locais, elegendo um grande número (36%) dos representantes para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, em janeiro de 1947. O período de atuação dos vereadores comunistas na Câmara foi curto, já que o Partido foi posto na ilegalidade pelo governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, em maio de 1947.

Apesar de curta, a atuação dos vereadores comunistas foi intensa, em especial nas favelas. O crescimento do número de favelados, a estigmatização imposta a eles, a ausência de serviços públicos e a repressão da polícia nesses espaços constituíram um conjunto de elementos que contribuíram para a expansão do ideário comunista nas favelas.¹⁵ Conforme descrevem Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, “os comunistas revelaram grande agilidade na organização de dezenas de Comitês Populares e Democráticos (CPDs), que se envolviam em problemas dos bairros e discutiam temas como habitação, custos dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde pública, lazer, etc.”¹⁶ Mesmo que muitos desses órgãos não fossem abertamente vinculados ao Partido Comunista, eram amplamente influenciados por militantes do partido, servindo de estruturas legais para a inserção política dos comunistas nos bairros.¹⁷

A materialização da proposta ideológica do PCB, de fortalecimento da educação das massas pode ser constatada a partir da criação de diversos mecanismos de organização do proletariado, que não se resumiam aos

14. Segatto, Jose Antônio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1989, p.56.

15. Gonçalves, op. cit., 2013.

16. Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155.

17. Gonçalves, Rafael Soares; Pessanha, Manuella Thereza Cabral; Mororó, Géssica Martins. *Pelo direito de permanecer: mobilização política e o acesso a serviços de água e luz nas favelas cariocas no período pós-estado novo*. *Revista Libertas*, v. 15, n. 2, 2015, p. 295-314.

CPDs, como foram os exemplos das Uniões Femininas¹⁸ ou das Comissões pela Paz na campanha liderada pelo PCB contra o envio de soldados do Brasil à Guerra da Coreia.¹⁹ A exemplo das CPDs, tais instituições tiveram forte inserção na vida cotidiana dos bairros e não se anunciavam abertamente comunistas, mas estavam sob a influência do PCB. Assim, apesar de não terem sido fechadas, estavam sob a rígida vigilância policial, conforme é possível contatar nos documentos do fundo de Polícia Política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Além das lutas contra os despejos em favelas, tais instituições lutavam por melhorias nesses locais, tais como a implementação de escolas, bicas d'água, pontos de luz e policiamento. Para isso, eram organizadas discussões e debates entre candidatos, militantes e a população local. A ação comunista não descrevia as favelas como espaços provisórios ou precários, mas já as concebia como espaços em transformação, que podiam, mediante a mobilização política e a intervenção dos poderes públicos, adquirir melhores condições de habitabilidade. O debate não se pautava na elaboração de políticas habitacionais com a respectiva remoção das favelas, mas sim voltava-se para a paulatina melhoria desses locais. A reflexão inseria as favelas na dinâmica urbana e compreendia que mais do que uma moradia, os favelados buscavam um lugar na cidade.

Os moradores de favelas do Rio de Janeiro, como afirma Brodwyn Fischer, foram parcialmente responsáveis pelo sucesso do Partido Comunista tanto nas eleições de 1945, quanto na de 1947.²⁰ Da mesma forma, muitas favelas não teriam sobrevivido aos inúmeros processos

18. As Uniões Femininas constituíram uma das tantas organizações, de inspiração comunista, que se desenvolveram no pós-guerra e tiveram um papel central nas estratégias políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente após o cancelamento do seu registro, em maio de 1947, e a cassação dos mandatos dos comunistas eleitos em janeiro de 1948. Os seus quadros não eram compostos somente por comunistas, apesar da forte influência do partido. Ver: Gonçalves, Rafael Soares; Pessanha, Manuella Theresa Cabral, *Mulheres na Luta: a mobilização política das Uniões Femininas nas favelas cariocas no pós-guerra*. *Revista Izquierdas*. n. 50. 2021.

19. A Guerra da Coreia aconteceu entre os anos de 1950 e 1953, e apesar de muitos países ocidentais terem composto as forças em defesa da Coreia do Sul, a maioria dos soldados era estadunidense. Apesar das pressões, o Brasil não enviou soldados. Essa temática foi amplamente evocada pelo PCB, que procurou se colocar contrária à guerra e pela paz, criando inclusive comitês para organizar os trabalhadores na campanha contra a Guerra. Sobre essa questão, ver Ribeiro, Jayme Fernandes. *Combatentes da Paz. Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

20. Fischer, Brodwyn. The red menace reconsidered: a forgotten history of communist mobilization in Rio de Janeiro's favelas, 1945-1964. *Hispanic American Historical review*. n.º. 94. 2014, p. 8.

de despejo dos anos 1940 e 1950 sem a organização e a assistência dos comunistas. Eles foram um dos poucos grupos políticos que advogaram abertamente pelo direito à terra aos favelados²¹ e questionaram diretamente a legislação urbanística da época, pleiteando melhoramentos nos morros cariocas.²² Apesar do PCB ter sido colocado na ilegalidade, o Partido manteve sua presença nas favelas da cidade. Segundo Marco Cesar de Oliveira Pinheiro, muitos dos comitês populares democráticos transformaram-se paulatinamente em associações de moradores, visando burlar a repressão policial.²³

Nesse período, as intervenções diretas dos poderes públicos nas favelas foram limitadas. O governo federal instaurou, em seis de setembro de 1946, uma comissão interministerial para estudar as causas da expansão das favelas, cujas conclusões acabaram somente propondo o reforço dos dispositivos repressivos contra as favelas do Código de Obras de 1937. Em 1946, o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra criou a Fundação da Casa Popular, visando aumentar a oferta de moradias. Concomitantemente, várias comissões foram instituídas pela administração pública para analisar o problema habitacional e formular políticas públicas. O prefeito Mendes de Moraes instituiu uma comissão local para a extinção das favelas, no dia 28 de novembro de 1947, para deslançar a erradicação definitiva das favelas.²⁴ Embora nada de concreto tenha sido produzido, essa comissão teve, entretanto, o mérito de organizar o primeiro recenseamento das favelas, em 1948.

Outras iniciativas foram instituídas, como, em escala federal, a subcomissão de favelas, no âmbito da Comissão Nacional de Bem-Estar Social do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, que teve atuação discreta no estudo na questão. Na escala municipal, foi criada a comissão das favelas pela portaria nº 66 de 28 de janeiro de 1953 com o objetivo de estudar o problema das favelas para planejar um vasto programa. Como afirma Lucien Parisse, a comissão definiu que não

21. *Ibidem*, p. 23.

22. Oliveira, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh, 2011.

23. Pinheiro, Marcos Cesar de Oliveira. O PCB e os Comitês Populares democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947). 140f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007, p.43.

24. Parisse, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e sentido*. Rio de Janeiro, Caderno do Cenpha, n. 5, 1969. p. 88.

se devia remover nenhuma favela sem que se tivesse providenciada a instalação de seus moradores em outro local e que deveria ser estabelecida um maior controle sobre novas construções através da Polícia de Vigilância, podendo demolir imediatamente qualquer nova construção erigida nas favelas.²⁵

No que toca a influência do PCB nas favelas, observa-se um movimento coordenado entre Estado e Igreja Católica na adoção de medidas, que visassem neutralizar a atuação comunista. A Igreja, orientada especialmente pelas *Encíclicas Sociais*, não media esforços para conquistar os bairros populares almejados pelos comunistas. Com a fundação do Instituto de Educação Social e Familiar, em 1937, pelo Cardeal-Arcebispo Dom Sebastião Leme e sob forte influência de intelectuais católicos da época, como Stela Faro e Alceu Amoroso Lima, foram formados profissionais qualificados (assistentes sociais e educadores familiares), que passaram a atuar nos diferentes organismos assistenciais do município, principalmente naqueles voltados para o atendimento aos moradores das favelas.²⁶ A finalidade do Instituto era “formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso, formar assistentes sociais, educadoras familiares e donas-de-casa que venham a ser no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam elementos de conexão das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica.”²⁷ Este instituto viria a agregar-se à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1946, imprimindo a marca do trabalho do apostolado leigo no início da assistência social no Rio de Janeiro.²⁸

25. Parisse, op. cit., p. 124.

26. Como analisam Marilda Yamamoto e Raul Carvalho, a influência católica no Serviço Social pretendia construir um discurso de terceira via, com a formulação de um capitalismo permeado pelo comunitarismo cristão e livre dos exageros liberais de forma a contrapor ao socialismo. Ver: Yamamoto, Marilda Vilela; Carvalho, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 2006, p. 241.

27. Lima, Arlete Alves. *Serviço Social no Brasil: A ideologia de uma década*. São Paulo: Editora Cortez. 1987, p. 55.

28. Gonçalves, Rafael Soares; Simões, Soraya Silveira; Freire, Leticia de Luna. A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 31, 2010.

Nesse contexto, o *slogan* evocado pela Igreja no segundo pós-guerra em relação às favelas era: “precisamos subir o morro antes que os comunistas dele desçam.”²⁹ Em parceria com o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, o prefeito Hildebrando de Goes criou a comissão construtora de centros de assistência cultural e recreativa. O primeiro centro foi inaugurado em outubro de 1946 na Barreira do Vasco e, no mesmo mês, outro foi inaugurado no Morro de São Carlos.³⁰ Sob influência do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, foi instaurada, em janeiro de 1947, como já mencionamos anteriormente, a Fundação Leão XIII. Administrada por uma junta composta por um representante da arquidiocese, um da prefeitura e um do Abrigo Cristo Redentor,³¹ as ações da FLXIII pautaram-se em grande medida na criação e animação dos Centros de Assistência Social, que passaram a ser construídos nas favelas cariocas. Em 1953, já tinham sido instalados seis centros de ação social (Barreira do Vasco, São Carlos, Jacarezinho, Telégrafos, Salgueiro e Rocinha) e duas agências sociais provisórias (Praia do Pinto e Cantagalo). Essas agências eram provisórias, já que essas favelas deveriam ser extintas pela prefeitura.³²

Apoiada no tripé educação, saúde e habitação, a Fundação Leão XIII exerceu também trabalhos de saneamento, tendo sido, inclusive, alvo de críticas virulentas por colaborar na consolidação das favelas³³. Atuou em várias favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias. Como explica Samuel Oliveira, essa instituição foi um dos principais braços da política pública praticada pela municipalidade nas favelas, sendo incorporada à administração direta, ligada à Coordenadoria de Serviço Social do Estado da Guanabara em 1962.³⁴

29. Sagmacs. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. Suplementos especiais do jornal O Estado de S. Paulo. 13 e 15 de abril de 1960, p. 28.

30. Valença, op. cit., p. 2.

31. O Abrigo Cristo Redentor foi criado em 1936 por Raphael Levy Miranda, chamado de “Apóstolo da Assistência Social no Brasil” e amigo do presidente Getúlio Vargas. Após ter sido administrado por instituições religiosas, o abrigo passou, em 1991, a ser um órgão público. Ver Gonçalves, Simões; Freire, op. cit., 2010.

32. Valença, op. cit., p. 5.

33. Gonçalves, Simões; Freire, op. cit., 2010.

34. Oliveira, Samuel. “*Trabalhadores favelados*”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese (doutorado em história). PPGHIPBC-CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 2014. p. 67.

As intervenções públicas em favelas durante esse período se equilibravam em uma linha tênue da mencionada tolerância precária, que mantinha o caráter precário e provisório das favelas. Já é possível constatar, no relatório de 1949 da Fundação Leão XIII, a ideia de uma urbanização seletiva, visto que “há favelas que se devem extinguir e seus moradores, localizados em vilas populares, [devem ser relocados] noutras zonas. Há favelas que se devem transformar, aos poucos, em bairros populares, pela construção de casas mediante planos de urbanização.”³⁵ Curiosamente, tais favelas não estavam situadas na Zona Sul da cidade, conforme descreve Maria Jose Valença, “o fim visado seria a extinção total das favelas da Zona Sul, transferindo os seus moradores para outros locais, que deveriam ser previamente preparados e dotados de casas adequadamente construídas.”³⁶

Com o objetivo de permitir que “as populações em ascensão social” se tornassem “menos sujeitas à exploração de políticos inescrupulosos e de agitadores extremistas”,³⁷ a instituição exerceu ainda uma forte influência na vida associativa local, promovendo a formação de várias Associações de Moradores e das Comissões de Luz, responsáveis pela distribuição de energia elétrica em algumas favelas. É importante frisar, ainda, o caráter disciplinador de suas iniciativas, que oferecia serviços escolares e atividades de lazer e recreação. Segundo Parisse (1968, p. 55), a Olimpíada Esportiva, acontecimento anual e de suma importância para a instituição, reuniu, em 1953, cerca de 10.000 pessoas.³⁸

Como bem analisa Sidney Chalhoub, as práticas de controle social privilegiam as experiências cotidianas da classe trabalhadora. Isso significa disciplinar diferentes esferas da vida desde o controle rígido do tempo e do espaço na situação de trabalho até a normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também, como sustenta o autor, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços cotidianos de lazer popular.³⁹

35. Citado por Oliveira. op. cit., 2014. p. 68.

36. Valença, op. cit., p. 5.

37. Fundação Leão XIII, op. cit., 1962.

Maria Luiza Moniz de Aragão, diretora do Serviço Social da Fundação Leão XIII, relata em trabalho de 1947 que uma União Feminina não conseguiu se instalar na Barreira do Vasco graças à presença do Centro de Ação Social da Fundação Leão XIII. Citado por Iamamoto e Carvalho, op. cit., p.284.

38. Parisse, Lucien. Op. cit., p. 55.

39. Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 50-51.

Ora, grande parte do controle social dos favelados se dava através do Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII, que tinha como “objetivo principal a educação das pessoas residentes nas favelas através de iniciativas que visam beneficiar a família.”⁴⁰ O Serviço Social da FLXIII exerceu forte controle sobre a vida cotidiana dos moradores de favelas, decidindo, inclusive, sobre possíveis melhorias ou novas construções naquelas em que atuava. Maria Jose Valença explica como se dava concretamente tal controle: “Cada favela onde se acha uma agência dispõe de dois ou três guardas da Prefeitura do Distrito Federal, cuja finalidade principal é evitar quanto possível a instalação de novas famílias e ao mesmo tempo derrubar todos os barracos desocupados ou abandonados.”⁴¹

Como mencionamos anteriormente, naquelas favelas que deveriam ser removidas eram construídas agências sociais provisórias, como a agência “Ana Néri”, construída, segundo Bart Slob, pela Fundação Leão XIII em um local cedido pela Prefeitura do Distrito Federal no Parque Proletário do Leblon, ao lado da favela da Praia do Pinto. Nessa agência, duas assistentes sociais e quatro visitadoras prestavam serviços religiosos, jurídicos e educacionais, além de oferecer recreação aos moradores da Praia do Pinto.⁴²

O Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha), fundado em 1956 sob a administração Negrão de Lima e a Cruzada São Sebastião, fundada em 1955 pelo então bispo auxiliar Dom Helder Câmara, assumiram gradualmente parte das atribuições da Fundação Leão XIII nas favelas, apesar da Fundação ter mantido sua atuação nas favelas em que estava presente até 1962, quando foi incorporada, como já indicamos anteriormente, como órgão do Estado da Guanabara e doravante braço importante nas operações de remoção de favelas que se iniciavam nesse momento.

Marginais ou trabalhadores?

As teorias da marginalidade exerceram forte influência na construção da compreensão sobre as favelas.⁴³ A noção de marginalidade

40. Valença, op. cit., p. 4.

41. Valença, op. cit., p. 6.

42. Slob. op. cit., 2002

43. Perlman, Janice. *O mito da marginalidade*. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

se tornou uma categoria incontornável para explicar os impactos do grande contingente de pessoas que afluíam para a metrópole carioca. Para Olga Mercado Villar *et al.*, a marginalidade urbana constituiria “um sintoma patológico da desintegração latino-americana”.⁴⁴ Elizabeth Jelin explica que a noção de marginalidade se desdobra em vários entendimentos. Por uma parte, ela está associada a uma noção de transição e está diretamente vinculada ao paradigma de modernização e progresso.⁴⁵ Ainda segundo Olga Mercado Villar *et al.*, o conceito de marginalidade está relacionado com um modelo ideal de conformação da realidade social e se relaciona com a ideia da sociedade moderna.⁴⁶ Então, a marginalidade, quando “tratada” e superada, poderia ser uma transição na vida de pessoas e grupos em direção à modernidade.

Nesse mesmo contexto, Anthony Leeds e Elizabeth Leeds identificaram que construções teóricas sobre a marginalidade dos anos 1950/1960, como os textos de Oscar Lewis ou de Andrew Pearse, foram delineando o entendimento que as favelas eram separadas e isoladas da sociedade mais ampla: “enclaves dentro da cidade”.⁴⁷ A figura paradigmática das teorias da marginalidade seria a noção de “cultura da pobreza”, cunhada justamente pelo antropólogo Oscar Lewis. Como sublinha Emilio Antuñano, a “cultura da pobreza” pretendia inicialmente descrever que a pobreza não poderia se definir somente como uma privação material, mas o termo se tornou paulatinamente muito negativo, chegando a afirmar que a pobreza da cultura é um dos aspectos cruciais da cultura da pobreza.⁴⁸ A principal perversidade dessa noção era reconhecer identidades diferenciadas e negativas dos pobres em relação ao restante da população. Segundo Oscar Lewis, essas características se mantinham de uma geração a outra, delineando nesse grupo populacional rasgos culturais incompatíveis com a modernidade da sociedade dominante.⁴⁹

44. Villar, Olga Mercado; Lafoy, Patricio de la Puente; Uribe-Echevarría, Francisco. *La Marginalidad Urbana: Origen, proceso y modo. Resultados de una encuesta en poblaciones marginales del Gran Santiago*. Buenos Aires: Desal, 1970, p. 29.

45. Citado por González de la Rocha, M. *et al.* From the Marginality of the 1960s to the ‘New Poverty’ of Today: a Larr Research Forum. *Latin American Research Review*. n. 39, 2004, p. 198.

46. Villar, *op. cit.*, p. 27.

47. Leeds, Anthony; Leeds, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

48. Antuñano, Emilio. Mexico City as an Urban Laboratory: Oscar Lewis, the “Culture of Poverty” and the Transnational History of the Slum. *Journal of Urban History*, n° 12. 2018, p. 10.

49. Lewis, Oscar. *La vida: studies in the culture of poverty in San Juan and New York*. New York: Random House, 1969; Lewis, Oscar. *La cultura de la pobreza*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1972.

William Mangin já criticava essas teorias nos anos 1960, afirmando que muitas das descrições dos teóricos da marginalidade não condiziam com a realidade existente.⁵⁰ Charles Valentine também afirmava que a noção da cultura da pobreza e suas ideias deformaram a realidade vivida pelos pobres.⁵¹ Os conceitos de modernização e da cultura da pobreza tornaram-se a justificação teórica de muitos programas de assistência social na América Latina que, de fato, apenas reproduziram o *status quo* em nome da “ajuda aos pobres”.⁵² Nesse contexto, o papel do Serviço Social se enquadrava no esforço de preparar o morador das favelas para a vida em sociedade. Dentro de uma visão ecológica negativa das favelas, como espaço de reprodução da marginalidade, era necessário erradicar tais espaços para enfim integrar seus moradores ao modo moderno de habitar.

É possível identificar tal entendimento em inúmeros trabalhos sobre as favelas cariocas nesse mesmo período, como os relatórios de pesquisa do Instituto de Pesquisas do Mercado (Ipeme), *Favelas e Favelados do Distrito Federal*, de 1957, e *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*, de 1958. Tais relatórios são repletos de preconceitos sobre as favelas e seus moradores. O Ipeme tinha claros interesses voltados ao mercado imobiliário e procurou definir que as favelas situadas na Zona Sul, chamadas de parasitárias, deveriam ser removidas, enquanto que as favelas mais periféricas, chamadas de úteis, poderiam ser urbanizadas.⁵³ O já mencionado trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Jose Valença também reproduzia tais representações negativas das favelas, sublinhando que “as favelas do Distrito Federal crescem assustadoramente, tirando toda a estética da cidade, e ameaçando fazer, da capital do Brasil a cidade que tem maior número de desajustados.”⁵⁴

50. Mangin, William. Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution. *Latin American Research Review*. v. 2, n. 3, 1967, p. 67.

51. Valentine, Charles. *La cultura de la pobreza*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1972.

52. Perlman, op. cit., p. 149.

53. Sobre o Ipeme, ver: Bittencourt, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização e favelas cariocas. Dissertação (mestrado em História), Departamento de História - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012; Pestana, Marco Marques. *Ampliação seletiva do Estado e remoções de favela no Rio de Janeiro: embates entre empresariado do setor imobiliário movimento de favelados (1957-1973)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História/Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2018.

54. Valença, op. cit., p. XII.

Essas considerações das favelas como espaços marginais eram permeadas também de uma conotação racial. Já são bem conhecidas as proposições racistas do censo de favelas da prefeitura do Distrito Federal de 1948,⁵⁵ que afirmou que pretos e pardos eram “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas”⁵⁶, chega a lamentar que as autoridades não levassem em consideração medidas eugenistas “susceptíveis de melhorar a raça humana.”⁵⁷ Maria Jose Valença corroborou também com tal entendimento, afirmando que nas favelas:

predomina a gente “de cor”, desde o preto retinto, ao pardo disfarçado. (...) Não é de estranhar tal predominância, num país onde se verificou por tanto tempo a importação do braço africano para o trabalho em geral. O negro traz consigo uma herança por demais pesada: a escravidão, que o reduziu, demasiadamente, à condição de “coisa” e que, abolida, não pode lhe proporcionar um futuro risonho porque o encontrou e o deixou, ignorante, sem profissão incapaz por muito tempo de dirigir seu próprio destino. Depois da senzala, a favela. (...) Certos tipos passam os dias na jogatina, ou indolentemente dormido, sem qualquer vislumbre de energia que os retire desse estado. Os negros são, em geral, mais desconfiados devido a hereditariedade.⁵⁸

É possível identificar também essa mesma menção racista nas fichas das visitas familiares da Fundação Leão XIII na favela da Praia do Pinto. Reparámos que as relações inter-raciais eram sempre bem remarcadas pelas visitadoras, assim como possíveis práticas religiosas de matriz africana. É o caso, por exemplo, da família da ficha nº 23 da Praia do Pinto. Em visita no dia 20 de julho de 1961 para constatar se a família poderia se mudar para os prédios da Cruzada São Sebastião, a visitadora da FLXIII observou na parede da sala da casa o quadro de São Jorge com dois copos com água e folhas, assim como uma vela

55. Gonçalves, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. *Anais do Museu Paulista*. nº 28. 2020.

56. Prefeitura do Distrito Federal, op. cit., p. 8.

57. *Ibidem*, p. 11.

58. Valença, op. cit., p. 44.

acesa.⁵⁹ No dia 10 de agosto de 1961, a família veio explicar que não gosta de espiritismo, nem de macumba e que inclusive reclamam do barulho de uma “macumba” da favela.⁶⁰ Membros da família voltaram, no mesmo dia aos locais da FLXIII, para entender a razão de não serem chamados para pegar as chaves do apartamento do Bairro São Sebastião. A visitadora responsável assim relatou sobre esse encontro: “A chefe do serviço disse que não tem apartamento para quem pratica macumba, o Sr. Américo negou, disse que não é espírita e nem pratica macumba.” No fim de contas, a FLXIII providenciou um “contra inquérito” para investigar as informações e, conforme os relatos do dia 14 de agosto, o vizinho da família em questão declarou que eles não praticam macumba e não tem nada contra eles.⁶¹

As observações das fichas devem ser analisadas, levando em consideração que foram realizadas pelas visitadoras, mas, mesmo assim, é possível identificar formas de agenciamento dos favelados, que usavam das estratégias possíveis para tirar proveito do contexto complexo de controle social em que viviam. No caso da família acima, acreditamos que não havia nenhum interesse da família em admitir suas práticas religiosas, sobretudo diante do enorme preconceito sobre as religiões afro-brasileiras e o risco de perderem o direito de acederem ao apartamento na Cruzada São Sebastião.

Assim, a FLXIII representava ao mesmo tempo uma forma de ajuda às famílias e de controle de suas práticas cotidianas. O caráter pedagógico da atuação da Fundação Leão XIII, como sublinham Marilda Iamamoto e Raul Carvalho, pressupunha sua inserção no próprio espaço de lazer do trabalhador, de forma a ocupar seu tempo livre, criticando, aliás, as formas populares de lazer existentes na favela, assim como suas práticas religiosas.⁶² Maria Jose Valença, por exemplo, reproduz tal entendimento em relação ao carnaval:

Priva-se a gente da favela do essencial, em favor de supérfluo, sem nenhuma ambição por um nível de vida mais elevado. Alguns gastam o que não podem em “gafieiras”, e pelo carnaval, ostentam ricas fantasias que lhes custaram rios de dinheiro.

59. Ficha nº 23. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

60. Ficha nº 23. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

61. Ficha nº 23. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

62. Iamamoto; Carvalho, op. cit., p. 288.

Preocupam-se demais com as toillettes, tanto as mulheres, quanto os homens. Estes se apresentam, geralmente, vestidos de panamá azul, amarelo e até cor de rosa. Gastam, enfim, sem nenhum escrúpulo, e vivem no limiar da indigência.⁶³

Ora, especialmente sobre o mundo do Samba, as agremiações carnavalescas já exerciam um papel central nas favelas, inclusive politicamente e de forma perene durante todo o ano. No segundo pós-guerra, como analisou Valéria Guimarães, o PCB procurou se inserir nos espaços populares através do mundo do Samba.⁶⁴ São obviamente estranhos os mencionados comentários pejorativos sobre o carnaval e o pretenso aspecto exótico da festa. A consolidação dos desfiles de Carnaval contou com a participação direta da prefeitura de Pedro Ernesto nos anos 1930, que tinha interesses políticos de inserção nas favelas e espaços populares em geral, mas também econômicos, já que apostou no carnaval como grande produto turístico da cidade.⁶⁵ Anthony Leeds e Elizabeth Leeds já tinham sublinhado isso quando afirmaram que o carnaval contava com a participação de inúmeros atores, como os poderes públicos, as companhias têxteis e de cerveja, redes de jornais, rádios e televisão, casas noturnas e banheiros do jogo do bicho.⁶⁶

Assim como as escolas de Samba, diversas agremiações recreativas se estruturavam nas favelas. Jose Alípio Goulart descreve nessa época, por exemplo, a importância dos clubes locais de futebol:

Rara é a favela que não possui seu clube de futebol, com sede, onde os associados se reúnem em festas dançantes e comemorativas. A sede dos clubes, além da finalidade específica, serve também para a realização de reuniões de outros caracteres, inclusive políticas.⁶⁷

63. Valença, op. cit., p. 44.

64. Guimarães, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945-1955)*. Rio de Janeiro, APERJ, 2009.

65. Gonçalves, Rafael Soares. E o prefeito sobe o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas. In: Gonçalves, Rafael Soares; Brum, Mario e Amoroso, Mauro. *Pensando as favelas cariocas. História e questões urbanas*. Rio de Janeiro. Editoras PUC e Pallas. 2021.

66. Leeds; Leeds, op. cit., p.175.

67. Goulart, Jose Alípio. *Favelas do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957, p. 33.

Era o caso do clube expressinho da Praia do Pinto, que aglomerava grande quantidade de pessoas ao ponto do morador da ficha nº 16 solicitar, em visita domiciliar do dia 14 de novembro de 1946, se poderia construir uma cerca para isolar seu barraco dos inúmeros frequentadores do mencionado clube.

Além das críticas às práticas cotidianas populares, as teorias da marginalidade compreendiam as favelas como uma etapa dentro de um pretense processo linear de integração do migrante trabalhador na cidade. Considerados como espaços marginais, era necessário erradicar tais espaços para pretensamente limitar o impacto de reprodução ecológica da marginalidade e, enfim, integrar os favelados ao mercado de trabalho regular.

No entanto, Anthony Leeds e Elizabeth Leeds identificaram situações em que o movimento de ocupação das favelas se deu de forma distinta, ou seja, os migrantes primeiramente ocuparam áreas formais e só depois se instalaram nas favelas como donos de suas casas.⁶⁸ O caso do morador da ficha nº 23 exemplifica a observação de Leeds e Leeds. Fazendo biscate como encerador, o morador trabalhou no Jockey Club, mas foi dispensado juntamente com outros operários. Ocupou depois o cargo de porteiro no edifício Rio, onde morava antes de vir finalmente para a Praia do Pinto.⁶⁹ O fato de vir morar na favela não significou uma exclusão do trabalho formal, já que esse mesmo morador conseguiu um emprego na Light em julho de 1949⁷⁰, e, mesmo assim, se manteve na favela. Leeds e Leeds identificam, assim, que o movimento de pessoas para as favelas não é idêntico ao movimento para baixo na escala social. Se as favelas podem ser uma etapa urbana na vida dos migrantes, para muitos se desenhava como um espaço de moradia mais perene. Os autores chegam a afirmar que “finalmente, como foi dito, algumas pessoas gostam de viver nas favelas.”⁷¹

As favelas e seus moradores tiveram um papel importante na conformação do mundo do trabalho carioca. Maria Lais Pereira da Silva afirma que a política de produção de habitação operária foi ineficiente e que já a partir do final dos anos 1930, desenvolveu-se, em substituição à

68. Leeds; Leeds, op. cit., p.99.

69. Ficha nº23 (10.08.1948). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

70. Ficha nº23 (27.02.1950). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

71. Leeds; Leeds, op. cit., p. 106.

vila operária, a “favela operária”.⁷² Ainda segundo Silva e baseados nos dados do censo do Distrito Federal de 1948, 50,27% de trabalhadores das favelas estavam em indústrias e, desses, 42% eram operários da construção civil, seguindo-se 24,21% nos serviços e 10,35% no comércio.⁷³

Ao analisar dados das fichas da FLXIII, identificamos que muitos moradores da Praia do Pinto trabalhavam nas fábricas da região e inclusive contribuíam para o IAPI. Segundo a ficha nº 8b, a filha da moradora fichada, Teresa, continuava trabalhando na mesma oficina, enquanto seu noivo trabalhava na Brahma.⁷⁴ Nas fichas que analisamos, dos 1.307 trabalhadores mapeados, 294 mulheres trabalhavam com cuidados domésticos, em um universo de 593 trabalhadoras fichadas, enquanto que 178 homens trabalhavam na construção civil, em um universo de 707 trabalhadores.⁷⁵ É o caso, por exemplo, do casal da ficha nº 19: “Sindicâncias com os vizinhos. Tivemos as melhores informações a respeito da família. Sr. João continua trabalhando em construções (pedreiro). Salário 20.000,00. Wilma trabalha como doméstica ganhando 3500,00.”⁷⁶

72. Silva, Maria Lais Pereira da Silva. *Favelas Cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005, p. 115.

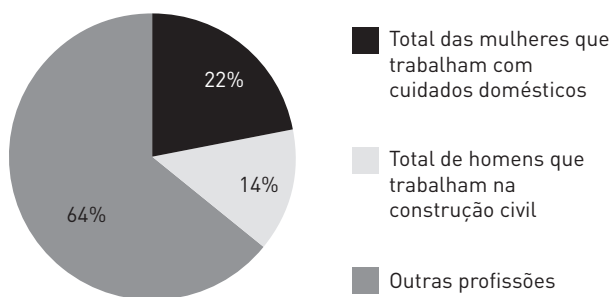
73. *Ibidem*, p. 119.

74. Ficha 8b (02.05.1951). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

75. Dos 1.307 trabalhadores, não identificamos a referência ao sexo em sete fichas. Em relação às profissões, as fichas não apresentavam dados uniformizados sobre elas. As formas de designá-las variavam de acordo com a forma de preenchimento das visitadoras, o que dificulta a tabulação dos dados. Ainda estamos construindo uma classificação mais homogênea das informações das fichas. De qualquer forma, é possível identificar, que além de trabalhadores em serviços domésticos e na construção civil, havia muitos operários nas fábricas da região, trabalhadores no comércio e no setor de serviços, biscateiros em geral, ambulantes e mesmo funcionários públicos.

76. Ficha nº 19 (18.01.1962). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

FLXIII - Os cuidados domésticos e a construção civil



Fonte: Fundo Fichas FLXIII / Arquivo da Pastoral de Favelas.

A predominância dessas atividades se manifesta também nas conclusões do mencionado relatório do Ipeme de 1957 que, mesmo reconhecendo que os favelados eram trabalhadores, faz uma dura crítica à expansão das favelas, argumentando que dois pontos explicavam a razão dessa expansão: “Em primeiro lugar a elevada porcentagem, nos bairros residenciais da Zona Sul, de empregadas domésticas que moram nas favelas. Este lamentável fenômeno deve-se, evidentemente, à proliferação em Copacabana, de apartamentos sem quartos de empregada.” Outro ponto seria a ausência de alojamentos nos locais de obras, o que demandava aos operários buscar moradia nas favelas da cidade.⁷⁷

Marilda Iamamoto e Raul Carvalho defendem que diante de suas ligações extremamente irregulares com o mercado de trabalho, tais moradores não estariam sob a agência básica de socialização e controle da empresa e eram, assim, considerados como marginais, “delinquentes sem delitos”.⁷⁸ Ora, acreditamos ser pertinente uma maior complexificação desse debate. Encontramos relações distintas desses moradores com o mercado de trabalho, desde funcionários públicos estáveis até biscateiros em atividades diversas e mesmo trabalhadores em atividades extremamente precárias. De qualquer forma, o mais interessante é que tais realidades eram por vezes variáveis, ou seja, os mesmos trabalhadores poderiam circular entre condições de trabalho distintas em períodos variáveis. Tais estratégias poderiam se explicar por con-

77. Ipeme (Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado). *Favelas e favelados do DF*. Rio de Janeiro: Ipeme, 1957.

78. Iamamoto; Carvalho, op. cit., p. 290.

tingências do próprio mercado de trabalho ou por estratégias pessoais das famílias, que, em determinados contextos, poderiam se lançar em atividades de biscates ou na exploração, por exemplo, de uma birosca na própria favela. Assim, em muitos casos, o que nos parece o elemento de maior estabilidade no cotidiano dos moradores é a localização privilegiada na cidade que o local de moradia da favela proporcionava.

Leeds e Leeds identificaram casos variados de circulação dos favelados por atividades distintas entre o formal e o informal, como o caso de Sócrates, migrante do Ceará, que serviu no exército, chegou a trabalhar como tipógrafo no *Jornal do Brasil*, mas decidiu deixar o emprego para montar uma quitanda na favela porque poderia ganhar mais dinheiro.⁷⁹ Por sua vez, podemos citar também o caso do trabalhador Osmar, da Praia do Pinto, que usou sua indenização de 19.000,00 do cinema onde trabalhava para comprar e trabalhar com uma lotação.⁸⁰ Outros moradores trabalhavam com biroscas, pequenas quitandas ou biscates em geral. Muitas das atividades de trabalho estavam inclusive voltadas diretamente para a realidade local da favela. O fornecimento de água era, por exemplo, uma dessas atividades, por certo extremamente precária e mal remunerada, mas que envolvia alguns moradores da Praia do Pinto. Segundo a ficha nº 1.403, “Constantino, apesar de ‘psíquico’ trabalha apanhando água para os vizinhos.”⁸¹ O filho da moradora da ficha nº 42, por sua vez, vivia de biscates de pedreiro, “mas no momento carrega água para os vizinhos.”⁸² Isso, sem contar o trabalho das lavadeiras, como a moradora da ficha 8b, que abandonado pelo companheiro, “lava roupa, mas pretende empregar-se como cozinheira. As filhas são empregadas como costureiras e ajudam nas despesas da casa.”⁸³

Assim, a observação mais fina de dados estatísticos e de fontes documentais, como as fichas das visitas familiares da FLXIII, nos demonstra a inserção dos moradores de favelas no mundo do trabalho carioca. Apesar das representações negativas, associando as favelas à marginalidade nos anos 1940/1950, já era possível encontrar material da mesma época que questionava tais representações, como o já mencionado texto de Jose Alipio Goulart, que afirmava “que a grande maioria dos que habitam as

79. Leeds; Leeds, op. cit., p. 101.

80. Relato de 11.06.1954. Ficha nº 16. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

81. Ficha nº1043 (20.09.1949). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

82. Ficha nº 42 (03.07.1958). Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

83. Relato de 7.8.1948. Ficha 8b. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas

‘favelas’ é de elementos úteis e produtivos em atividade constante nos diversos ramos de trabalho honesto.”⁸⁴

Além da afirmação de que favelados não se integravam ao mercado de trabalho, havia um entendimento muito recorrente que os favelados eram passivos politicamente ou amplamente manipuláveis por interesses políticos diversos, sobretudo dos comunistas. O mencionado relatório do Ipeme ressalta que:

as favelas constituem um verdadeiro caldo de cultura para os agitadores sociais. A passividade dos favelados impediu, até agora, que aqueles lograssem um êxito manifesto. Mas a continuidade de sua ação de propaganda, baseada em realidades das quais os interessados vão pouco a pouco tomando consciência, não autoriza a esperar que a calma aparente do momento se prolongue por muito mais tempo.⁸⁵

A compreensão da inserção dos favelados no mundo do trabalho foi amplamente explorada no pós-guerra. Além da forte presença do Partido Comunista, através das mencionadas instituições de inspiração comunista existente nessa época, podemos citar também a criação da União dos Trabalhados Favelados (UTF), em 1954. Criada sob a inspiração do advogado Antoine de Magarinos Torres, após este ter sido contatado pelos moradores do Morro do Borel para defendê-los de um processo de despejo. Da Favela do Borel, no Bairro da Tijuca, centros da UTF se disseminaram em outras favelas e procuraram representar diretamente os favelados junto aos poderes públicos, desempenhando por vezes o papel de associação de moradores. É interessante sublinhar que a UTF reconhecia os favelados como trabalhadores, o que chamou prontamente a atenção das elites, provocando temores de uma possível manipulação política dos favelados.⁸⁶

É possível identificar, através das fichas, que os moradores não eram obviamente passivos politicamente, conforme demonstra, por exemplo, o morador Francisco da Praia do Pinto, fichado sob o nº 18.

84. Goulart, op. cit., p. 7.

85. Ipeme. op. cit., p. 12.

86. Gonçalves, Rafael Soares; Amoroso, Mauro, União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 7, 2013, p. 175-190.

Ao ser avisado, na visita familiar de 9 de novembro de 1949, que deveria sair de sua casa porque a Companhia Leblon estava querendo o local para construções, ele disse que tinha esperança que o Getúlio voltasse para presidente e que preferia que a prefeitura arranjasse um lugar para morar na Rocinha, porque a nação tem obrigação de dar casas para os favelados. O morador afirmou, ainda, que Getúlio não é Gaspar Dutra que só quer política. Alguns anos depois, a visitadora escreveu, em 13 de junho de 1960, que tinham “a impressão de que o Dr. Francisco é desses tipos agitadores. Ele fala do seu conhecimento com pessoas importantes e dá a entender que poderia usar desse prestígio a qualquer momento.”⁸⁷

Como veremos a seguir, apesar do controle rígido da Fundação Leão XIII sobre qualquer tipo de reforma ou melhoria das casas, encontramos inúmeros conflitos nas demandas dos moradores junto à Fundação Leão XIII para a realização de melhorias pontuais, reformas emergenciais e mesmo o aumento de suas casas. A casa e, de certa forma, a própria localidade da favela representava um recurso urbano⁸⁸ imprescindível para a inserção dessas famílias na cidade, inclusive no mercado de trabalho. Grande parte da mobilização política vai se constituir na luta pela permanência, que se manifestava na melhoria da localidade e na consolidação das casas. A pretensa informalidade propriamente urbana das favelas não significa necessariamente informalidade no mercado de trabalho. Encontramos, como já mencionamos, famílias com empregos mais estáveis, inclusive contribuindo aos seus respectivos Institutos de Aposentaria e Previdência. Algumas dessas famílias possuíam lotes em áreas periféricas, mas, como veremos, mobilizaram-se para permanecer na favela da Praia do Pinto.

O cotidiano dos moradores e a luta pela permanência

Apesar dos inúmeros processos ajuizados por proprietários ou grileiros de terras para expulsar os moradores de favelas no pós-guerra, não aconteceu um número importante de remoções ao menos até os anos 1960. No entanto, a possibilidade sempre rondou os moradores de

87. Ficha nº 18. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

88. Gonçalves, Rafael Soares. *L’informalité comme une ressource urbaine ? Le cas des favelas de Rio de Janeiro*. *EchoGéo*. nº 39.2017.

favelas. O trabalho de Maria José Valença descreve justamente a remoção da favela Niemeyer, próxima da Praia do Pinto, com o apoio da FLXIII. Apesar de Valença afirmar que o afastamento inesperado das famílias para locais longe dos seus trabalhos trazia problemas para as famílias, já que a “grande maioria trabalhava na Zona Sul, no próprio Bairro do Leblon”⁸⁹, a maior parte das famílias (177 famílias de 218 removidas) foram transferidas para o Bairro de Coelho Neto, enquanto as famílias restantes “foram transferidas para outros locais, incluindo apenas uma para a Praia do Pinto, três para a Rocinha, duas para a Barra da Tijuca e o restante para terrenos próprios ou cedidos por pessoas amigas.”⁹⁰

Maria José Valença sublinhou que, apesar dos esforços da FLXIII, a transferência foi problemática, sobretudo para as mulheres, já que “em grande parte são domésticas, quase todos trabalham em Copacabana, as mais velhas como lavadeiras e grande parte das mocinhas como operárias em fábricas (Gávea).”⁹¹ Ora, como já mencionamos, ao contrário das teorias da marginalidade indicarem que as favelas eram espaços de reprodução da marginalidade, esses se manifestavam justamente como espaço de integração dos trabalhadores à cidade. Assim, apesar de muitos estudos constatarem a importância da localização das favelas para seus moradores, a solução proposta circulava sempre na destruição das favelas e na transferência dos seus moradores.

As políticas de habitação contavam com o trabalho do Serviço Social para incutir nos moradores os elementos próprios da vida moderna, que seria o acesso à propriedade privada de preferência de um lote na periferia. No entanto, ao analisar as visitas do Serviço Social da FLXIII, identifica-se, no caso dos moradores da Praia do Pinto, o desejo de permanecerem no local. Como as visitadoras e assistentes sociais estimulavam os moradores a comprarem lotes na periferia, eles sempre evocavam as redes de sociabilidade existentes nas favelas, assim como o acesso privilegiado aos serviços públicos e ao mercado de trabalho como justificativa para permanecerem no local, ou seja, o projeto de se mudar para um lote no subúrbio não era necessariamente uma aspiração dos moradores. O morador da ficha nº 1.356, por exemplo, ao ser questionado, em visita do dia 13 de maio de 1949, sobre a importância

89. Valença, op. cit., p. 36.

90. Valença, op. cit., p. 74.

91. Valença, op. cit., p. 75.

de comprar um terreno fora da favela, respondeu a visitadora de forma “mau-humorada, pois não se conforma de sair da favela com sua birosca”. No dia seguinte, procurou a agência da FLXIII para resolver a questão da birosca, pois recebera ordem de fechar: “Contou-nos que é da birosca que vive, pois foi acidentado, ficando inutilizado”.⁹²

No entanto, muitos moradores compraram um lote na periferia como forma de garantia diante do risco de serem removidos, como demonstra a observação da visitadora, em 27 de maio de 1952, que o morador da ficha nº 10 está pagando um terreno em Mesquita. Por sua vez, o já mencionado morador da ficha nº 16, ao usar sua indenização ao ser demitido do cinema onde trabalhara, informou, em visita do dia 11 de junho de 1954, que além de comprar uma lotação para trabalhar, deu entrada na compra de um terreno em Campo Grande.⁹³ Podemos citar também o caso da visitadora da ficha nº 6, que constatou que a família dessa ficha possui um terreno em Realengo, “mas a companhia não consente que se faça barraco. Está pagando 858,60 por mês do terreno; pede se possível a Fundação conseguir material para ele fazer um cômodo para mudar com a família.”⁹⁴ Ao saber que o morador estava construindo casa em Caxias, outra visitadora relatou que “fizemos ver o mal existente na favela e que aqui não é ambiente para família.”⁹⁵ No entanto, apesar da compra desses lotes, as famílias acima mencionadas permaneceram na favela da Praia do Pinto e foram posteriormente transferidas para o Conjunto da Cruzada São Sebastião.

O estímulo na compra de terrenos se manifestava também na crítica das visitadoras à compra de bens dispendiosos, como relata a visitadora da ficha nº 8b, que ao visitar a família no dia 2 de outubro de 1951, teve “uma grande surpresa. Vimos em casa de Paulínia uma enorme rádio-vitrola. Fizemos ver a ela, que quando aconselhamos para comprar um terreno, ela diz que não pode, entretanto como pode comprar um móvel como daquele.” A visitadora completa seu relato, afirmando que aconselhou a família “a adquirir um terreno que era mais essencial do que o rádio-vitrola.”⁹⁶

92. Ficha 1.356

93. Ficha nº16

94. Ficha nº 6, relato da visita sem menção à data. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

95. Registro de 8.03.1949. Ficha nº 1.409. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivo da Pastoral de Favelas.

96. Ficha nº 8b. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

Além do mercado de trabalho, morar na Praia do Pinto proporcionava acesso ao lazer e a serviços públicos de melhor qualidade, como escolas e a rede hospitalar. Segundo relatos da visitadora social, de 5 de outubro de 1948, Sr. Rodrigues tem uma birosca e não tem intenção de sair da favela. Alguns meses depois, em 8 de fevereiro de 1949, o morador reforçou tal posição à visitadora e falou que não queria sair da favela, por ter filhos internados no Hospital Miguel Couto.⁹⁷

Além de estimular os moradores a saírem da favela, o Serviço Social da FLXIII exercia, como mencionado, forte controle sobre as construções locais. Toda e qualquer reforma deveria passar pelo Serviço Social, que negava frequentemente todas as demandas. As reformas de cunho emergencial, como goteiras ou estruturas desabando, eram normalmente autorizadas após o controle da polícia de vigilância, mas não encontramos nenhum aceite de solicitações para acréscimo ou de substituição de material de construção por alvenaria. Os moradores deveriam iniciar as obras até um mês depois de terem obtido a licença.⁹⁸

O controle se dava também no acompanhamento das obras. A visitadora da ficha nº 18 relatou, no dia 1º de março de 1950, que recebeu uma denúncia que o barraco que estavam fazendo perto de uma via conhecida havia sido aumentado. Ao ir ao local, a visitadora conferiu as medidas e constatou que a construção estava meio metro maior do que o inicialmente proposto. Os moradores do local estavam furiosos por terem que diminuir seu barraco e reclamaram muito dos auxiliares da FLXIII, acusando-os de receber subornos. No dia seguinte, Sr. Batista, dono do barraco, foi à agência da FLXIII e pediu para que a visitadora fosse ao local da obra e marcasse que parte do barraco precisaria sair para que pudessem continuar a obra.

Se a FLXIII fazia o controle das construções, contavam com outros órgãos na outorga das licenças e na repressão contra obras sem autorizações. Além da polícia de vigilância, a comissão de Favelas participa-

97. Ficha nº 1.409. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivo da Pastoral de Favelas.

98. O Serviço Social da Fundação Leão XIII mediava compra e venda de terrenos e trocas de barracos, mas não tinham ingerências no Parque Proletário da Gávea, que fica colado à favela da Praia do Pinto. Dona Ruth, por exemplo, foi à agência pedir troca de barraco, mas a visitadora informou que nada poderia fazer, pois troca com casa do parque precisava do aval dos administradores do parque.

Registro de 26.08.1950. Ficha nº 1285. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivo da Pastoral de Favelas.

va desse papel de controle, conforme nos relata o trecho abaixo de 27 de março de 1955:

Fomos ao barraco de Dona Luiza levar a licença para o conserto, precisávamos ter um entendimento com ela, pois estava querendo fazer o 1º andar, alegando que o barraco de frente e o do lado tem 1º andar impedindo assim o sol em seu barraco. Mostramos de todos os modos possíveis a impossibilidade em virtude da circulação da comissão de favela. Finalmente Dona Luiza acabou concordando conosco.⁹⁹

As visitadoras faziam contra-inquéritos para acompanhar se a reforma seguia o pedido formulado pelos moradores e era frequente a destruição de acréscimos realizados sem a devida licença. O Serviço Social fiscalizava as construções, como relata a visitadora na ficha nº 10 no dia 14 de setembro de 1949, que “passando pelo local vimos que o sr. José estava consertando o telhado, porém não tinha a devida licença, alegou-nos que não sabia e prontificou-se em vir buscá-la.” A moradora da ficha 8b, por sua vez, veio pedir, no dia 2 de maio de 1951, para fazer outro andar no seu barracão. A visitadora explicou-lhe que isso “depende do Sr. Serafim, mas quase podemos dizer que ele não consentirá, porém anotamos o pedido e que voltasse outro dia para saber a resposta.”¹⁰⁰ Por sua vez, a moradora da ficha nº 985 pediu, em 2 de fevereiro de 1951, licença para fazer mais um quarto no seu barraco, alegando que seu filho iria se casar e morar no barraco também. A visitadora prometeu anotar o pedido no livro onde Sr. Serafim assina as licenças. No entanto, a visitadora, em 11 de maio de 1951, ao visitar a obra realizada, mandou desmanchar a cerca que foi feita sem a licença do Sr. Serafim.

A demanda de licenças de obras era efetivamente uma questão tensa na relação entre moradores e a FLXIII. A visitadora da ficha nº 1.281 informou aos moradores que não poderiam construir um novo barraco por causa do conteúdo do Código 6.000.¹⁰¹ O filho do dono da casa não

99. Registro nº42. Fundo Fichas FLXIII/Arquivo da Pastoral de Favelas.

100. Ficha 8b. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivo da Pastoral de Favelas.

Ainda não conseguimos identificar se o Sr.Serafim, que aparece com frequência nas fichas, era funcionário da própria FLXIII ou representava algum órgão público.

101. Trata-se do já mencionado Código de Obras de 1937 do Distrito Federal, que impôs regras rígidas para toda e qualquer obra em favelas e previa a substituição das favelas por habitações de tipo mínimo.

aceitou a resposta e disse ao seu pai “que não atendesse estas mulheres da F. [FLXIII] e que ele fizesse o que entendesse porque nada tínhamos a ver”. A visitadora mandou que ele se calasse e disse ao responsável do barraco que lhes acompanhasse a agência da FL XIII para apanhar uma “licença para consertar”.¹⁰²

Há, inclusive, relatos nas fichas de tentativas de suborno das visitadoras para conseguir autorização para algumas melhorias. A visitadora da ficha nº 5 relatou no dia 9 de janeiro de 1952, que o morador lhe pediu secretamente “uma licença para levantar o barraco para acomodar sua filha, cujo esposo não dorme no barraco por falta de espaço. Prometeu-me dinheiro caso o deixássemos secretamente levantar o barraco pois não diria nada a ninguém”. A visitadora explicou que o departamento de vigilância não consente aumento nenhum e, caso transgredisse a lei, os guardas o derrubariam. Ela inclusive relatou que comunicou o fato aos “guardas para que ficassem de cautela.”¹⁰³

Identificamos aqui como se concretizava a ideia por nós levantada em trabalho anterior,¹⁰⁴ de uma espécie de congelamento urbanístico das favelas nesse momento. A FLXIII controlava o crescimento da favela, mantinha a precariedade das casas e da favela, assim como estimulava os moradores a comprarem lotes em áreas periféricas. Temos relatos, inclusive, da participação do Serviço Social da FLXIII na remoção de uma pequena favela, chamada Areinha (situada ao lado da favela da Praia do Pinto), mediando interesses de uma companhia imobiliária do bairro do Leblon. Parte dos moradores dessa favela foram posteriormente transferidos para a Praia do Pinto.

Se as teorias da marginalidade representavam tais espaços como à parte da cidade, José Alípio Goulart já identificava, ao contrário, que “há favelas em que os caminhos, como se fossem ruas, possuem nomes; e os barracos têm número, tal qual as casas dos centros urbanizados.” Nesse sentido, o autor já defendia que não se podia afirmar que as formas de vida nas favelas fossem exclusivas dessas áreas, mas que dialogavam com as do restante da cidade.¹⁰⁵ A luta pela consolidação das

102. Registro sem data. Ficha nº 1281. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivo da Pastoral de Favelas.

103. Registro nº5. Fundo Fichas FLXIII/ Arquivo da Pastoral de Favelas.

104. Gonçalves, Rafael Soares. Da política da ‘contenção’ à remoção: aspectos jurídicos das Favelas Cariocas. In: Mello, Marco Antonio da Silva (org). *Favelas Cariocas: ontem e hoje*, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012, p. 253-278.

105. Goulart, op. cit., p. 33.

favelas se manifestava no esforço de melhorias do local, sobretudo no esforço em instalar serviços coletivos, tais como água e luz. No entanto, como explicam em outro trabalho anterior, a política de tolerância precária do período permitia somente o acesso precário dos moradores de favelas a certos serviços coletivos, mantendo, no entanto, os aspectos precários e pretensamente provisórios desses espaços.¹⁰⁶

Assim, o acesso à água era extremamente precário e se dava sobretudo através das bicas d'água. Como sublinha ainda Jose Alípio Goulart: "A água, como a eletricidade, constitui uma das maiores reivindicações dos favelados; onde não existe a bica - rara é a favela que ainda não a possui - a colocação de uma é o primeiro pedido que os moradores dirigem às autoridades e é a primeira promessa que recebem dos candidatos a cargo eletivo." (Goulart, 1957, p. 43-44). É o caso, por exemplo, do Sr. Adalberto, da ficha nº 3, que afirmou, no dia 4 de outubro de 1948, que conversou com o então vereador Breno da Silveira¹⁰⁷ e que não aceita mudanças da favela, salvo para casas novas que estão construindo na Gávea. Contou, ainda, que o vereador lhe prometeu a construção de uma bica d'água.

Goulart (1957, p. 43) descreve, ainda, que em cada favela há uma torneira que fornece a água utilizada por todos os residentes do núcleo: "Essas bicas, instaladas pela Prefeitura, nem sempre suprem os que as procuram com o líquido, cuja reconhecida preciosidade mais se acentua naqueles ambientes." O autor afirma que as bicas são normalmente assentadas "em uma pequena base de cimento, como se fora uma ilha, no centro do lamaçal que se forma em seu derredor; e, comumente, é colocada o mais próximo possível da principal via urbanizada que passe mais perto da favela." Goulart (1957, p. 43). continua sua descrição, afirmando que homens, mulheres, velhos, crianças, todos fazem o transporte de água para suas residências:

O líquido é transportado em latas de banha, querosene ou gasolina, em cuja boca atravessam um pedaço de madeira - geralmente de cabo de vassoura - para facilitar o transporte. Mas, comumente, as latas são transportadas na cabeça e boa parte do conteúdo se perde no chão e por sobre o carregador, quando ele anda.

106. Gonçalves, op. cit., 2013.

107. Vereador eleito pela UDN em 1947, foi eleito deputado federal e assumiu o mandato em fevereiro de 1951, quando se transferiu para o PSB. Foi eleito deputado federal sucessivas vezes até ter seu mandato cassado em 1969 por força do AI5.

Fernanda Barcellos também descreve a centralidade da água nas favelas: “A água é o elemento mais precioso nas favelas. (...) Todos carregam água.”¹⁰⁸ Ela prossegue, afirmando que “às 4 horas da manhã já tem gente na ‘bica’.”¹⁰⁹ A água não jorra todo o dia e há momentos específicos para recolher a água, sobretudo à noite, quando há maior pressão nos canos, o que aumenta a aglomeração de pessoas, sobretudo mulheres ao redor das bicas Goulart (1957, p. 44). Maria Jose Valença reforça essa questão, sublinhando a constante falta d’água que “em muitas favelas é distribuída à noite, fazendo com que essa gente, já tão sacrificada, não tenha nem ao menos o direito de dormir, pois deve passar a noite recolhendo água que lhe vai servir no dia seguinte.”¹¹⁰ Ela explica que para a coleta de água eram dispostas filas, onde os moradores colocavam as latas até longe e, conforme a distância, as pessoas chegavam a voltar para a casa, retornando mais tarde para apanhá-las.

A busca pela água era obviamente um elemento de grande dificuldade no cotidiano dos moradores. Em 28 de maio de 1956, já com a perspectiva das primeiras transferências de moradores ao Conjunto do Bairro São Sebastião, a visitadora relatou que um morador veio ao Serviço Social afirmar que sua mulher morava na favela (uma das exigências para a transferência aos apartamentos), mas que ela passava 15 dias na favela e 15 dias em Mesquita na casa de sua mãe, pois era muito doente e não podia ficar carregando água.¹¹¹

Assim como a luta pela água, os moradores se articulavam também pela luz. Como mencionado anteriormente, a FLXIII participou ativamente da organização das redes de luz. O Departamento Nacional de Gás e Iluminação, através da Portaria nº 1 de 6 de abril de 1948, apresentou a Fundação Leão XIII como entidade organizadora das redes de luz existentes ou de aprovação da instalação dessas redes em outras favelas,¹¹² mesmo naquelas onde não tinha atuação direta. A portaria estabelecia, em primeiro lugar, que era imperiosa a autorização da Fundação Leão XIII ou de outro órgão legal para a instalação de rede de luz elétrica nas

108. Barcellos, Fernanda A. V. F. *As favelas: estudo sociológico*, Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1951, p. 12.

109. *Ibidem*, p. 19.

110. Valença, op. cit., p. XII.

111. Registro de 30.05.1956. Ficha nº 1471. Fundo de fichas da Fundação Leão XIII. Arquivos da Pastoral de Favelas.

112. Oliveira, op. cit., 2014.

favelas. Danielle Bittencourt afirma que, em 1949, já tinham sido formadas 24 sociedades de moradores, reunindo cerca de oito mil sócios.¹¹³

No entanto, já em 1951, a Fundação Leão XIII deixou de intervir diretamente na direção das sociedades de luz, atuando mais como um órgão consultivo. O serviço de luz da Fundação foi finalmente extinto, em 1952, e os pedidos de instalação ou manutenção passaram a ser tratados diretamente entre os moradores das favelas e o poder público.¹¹⁴ As favelas já eram bem atendidas por redes de luz, conforme Jose Alípio Goulart descreve as favelas durante à noite: “os morros do Rio de Janeiro, com algumas exceções, estão pontilhados de focos luminosos, mostrando não só a incidência da eletricidade nas favelas como, inclusive, a extensão destas.”¹¹⁵

Apesar das descrições negativas sobre os espaços de favelas, é importante compreender que a pretensa precariedade desses espaços era, de certa forma, construída diante do rígido controle exercido sobre possíveis melhorias nas favelas. A FLXIII exerceu tal controle na Praia do Pinto e procurou estimular a transferência dos moradores para loteamentos periféricos. Para os moradores, a localização privilegiada da Praia do Pinto era um recurso importante, o que estimulava forte mobilização pela permanência, ou seja, para eles, a Praia do Pinto não era uma realidade provisória.

Conclusão

O Serviço Social da FLXIII foi bem ativo na escolha dos moradores que foram transferidos para os prédios levantados pela Cruzada São Sebastião. Os candidatos provenientes da Favela da Praia do Pinto deveriam atender aos critérios estabelecidos pela Cruzada, a saber: terem residido pelo menos há quatro anos na favela, serem relativamente pobres, terem uma família legalmente constituída, ou que pelo menos “respeitasse a moral natural”, terem filhos e, finalmente, não possuírem delinquentes na família.¹¹⁶

113. Bittencourt, op. cit., 2012, p. 87.

114. Ibidem, p. 87.

115. Goulart, op. cit., 45.

116. Guarnieri, Enny. *Uma experiência de promoção social*. Cruzada São Sebastião. Rio de Janeiro: CBCISS. 1965, p. 2-3.

Os critérios estabelecidos para o aceite dos novos moradores do conjunto habitacional reforçam a perspectiva das teorias da marginalidade e o esforço do Serviço Social em solucionar tal problema pela transferência dos moradores para a nova moradia. O apartamento consistia, assim, em um contraponto à habitação na favela. Apesar de identificarmos nas fichas alguns receios dos moradores da Praia do Pinto no momento da mudança aos apartamentos, por causa dos custos das mensalidades da nova moradia e do risco de serem expulsos dos apartamentos por inadimplência ou pelo rígido controle exercido também pelo Serviço Social da Cruzada, não identificamos forte mobilização dos moradores contra a transferência.

A chancela da Igreja e a construção do conjunto habitacional a poucos metros dos seus locais de moradia eram elementos que asseguravam aos moradores certa adesão ao projeto. Os moradores transferidos aos apartamentos continuaram convivendo com a favela, que só foi totalmente erradicada após o famoso incêndio de 1969. Nesse momento, o processo de transferência foi bem distinto, já que foi feito em um contexto de urgência por causa do incêndio e para locais distantes, já no contexto da grande leva de remoções dos anos 1960 e 1970, que expulsou dezenas de milhares de trabalhadores das áreas centrais, fazendo desaparecer todas as favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Procuramos identificar que, ao contrário do que as teorias da marginalidade apregoavam, os moradores e moradoras das favelas estavam integrados à cidade, tanto pelo uso e acesso aos recursos sociais como, principalmente, pela atuação no mercado de trabalho. As favelas não eram necessariamente espaços de passagem dos migrantes urbanos, mas muitas famílias já viviam décadas nesses lugares no segundo pós-guerra. Apesar da mobilização dos favelados em prol da melhoria das condições de moradia de suas casas e da própria favela, havia um esforço por parte dos poderes públicos em manter os aspectos precários e provisórios desses espaços, sobretudo das favelas localizadas nas áreas mais valorizadas da cidade.

Em um contexto de forte efervescência política, com a guerra fria e o fim da ditadura getulista, constituiu-se uma nova compreensão na forma de lidar com as favelas, que não resultavam mais em soluções definitivas, mas de um “controle negociado”.¹¹⁷ Nesse contexto, institui-

117. Machado da Silva, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. In: Oliveira, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ções da Igreja Católica participaram da disputa do potencial eleitoral e da influência ideológica desses trabalhadores através de ações diversas no cotidiano desses trabalhadores. É o caso, por exemplo, da FLXIII, que esteve presente em várias favelas da cidade, promovendo atendimento assistencial às famílias. Se, por um lado, as formas de atuação da FLXIII eram parte das melhorias das favelas, mas também promoviam eventualmente remoções e exerciam forte controle no cotidiano dos trabalhadores de favelas, por outro lado, eram instrumentalizadas por esses trabalhadores favelados para alcançarem parte de suas reivindicações.

Referências

ANTUÑANO, Emilio. Mexico City as an Urban Laboratory: Oscar Lewis, the “Culture of Poverty” and the Transnational History of the Slum. **Journal of Urban History**, n. 12. 2018.

BARCELLOS, Fernanda A. V. F. **As favelas: estudo sociológico**, Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1951.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. “**O morro é do povo**”: memórias e experiências de mobilização e favelas cariocas. 170f. Dissertação (mestrado em História), Departamento de História – Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

FISCHER, Brodwyn. The red menace reconsidered: a forgotten history of communist mobilization in Rio de Janeiro’s favelas, 1945-1964. **Hispanic American Historical review**. n. 94. 2014.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Favelas, compromisso que vamos resgatar**. Rio de Janeiro: s.n. 1962.

GIANNOTTI, Emanuel; GONÇALVES, Rafael Soares. La guerra fría en las favelas y las poblaciones, 1945-1964. Una disputa entre comunistas e Iglesia Católica. **Revista Izquierdas**, n. 49, 2020.

GONÇALVES, Rafael Soares. Da política da ‘contenção’ à remoção: aspectos jurídicos das Favelas Cariocas. In: MELLO, Marco Antonio da Silva (org), **Favelas Cariocas: ontem e hoje**, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares, **Favelas do Rio de Janeiro. História e Direito**. Rio de Janeiro: Editoras Pallas e PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. L'informalité comme une ressource urbaine ? Le cas des favelas de Rio de Janeiro. **EchoGéo**. n. 39. 2017.

GONÇALVES, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista**. n. 28. 2020.

GONÇALVES, Rafael Soares. E o prefeito sobe o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas. *In*: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. **Pensando as favelas cariocas. História e questões urbanas**. Rio de Janeiro. Editoras PUC e Pallas. 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro, União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro, **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 7, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; BAUTÈS, Nicolas; MANEIRO, Maria. A Informalidade urbana em Questão. **Revista O Social em Questão**. v. 21, n. 42, 2018.

GONÇALVES, Rafael Soares; PESSANHA, Manuella Thereza Cabral; MORORÓ, Géssica Martins. Pelo direito de permanecer: mobilização política e o acesso a serviços de água e luz nas favelas cariocas no período pós-estado novo. **Revista Libertas**, v. 15, n. 2, 2015.

GONÇALVES, Rafael Soares; PESSANHA, Manuella Theresa Cabral, Mulheres na Luta: a mobilização política das Uniões Femininas nas favelas cariocas no pós-guerra. **Revista Izquierdas**. n. 50, 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna. A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**. n. 31, 2010.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes et al. From the Marginality of the 1960s to the 'New Poverty' of Today: a LARR Research Forum. **Latin American Research Review**. n. 39, 2004.

GOULART, Jose Alípio. **Favelas do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

GUARNIERI, Enny. **Uma experiência de promoção social**. Cruzada São Sebastião. Rio de Janeiro: CBCISS. 1965.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**, nº 55, 1953.

GUIMARÃES, Valéria Lima. **O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945- 1955)**. Rio de Janeiro, APERJ, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2006.

IPEME (Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado). **Favelas e favelados do DF**. Rio de Janeiro: Ipeme, 1957.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEWIS, Oscar. La vida: studies in the culture of poverty in San Juan and New York. New York: Random House, 1969 e LEWIS, Oscar. **La cultura de la pobreza**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1972.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil. A ideologia de uma década**. São Paulo: Editora Cortez. 1987.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: histórias e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MANGIN, William. Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution. **Latin American Research Review**. v. 2, n. 3, 1967, p. 67.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática**: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OFFICINA de Estatística. **Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906 (Distrito Federal)**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1926.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, Samuel. **“Trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 332f. Tese (doutorado em história). PPGHPBC-CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. **Conservação e Memória**: O Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Conservação e Restauração), Departamento de Artes e preservação/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2019.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro**. Evolução e sentido. Rio de Janeiro, Caderno do CENPHA, n. 5, 1969.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTANA, Marco Marques. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favela no Rio de Janeiro**: embates entre empresariado do setor imobiliário movimento de favelados (1957-1973).374f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História/Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2018.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **O PCB e os Comitês Populares democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. 140f. Dissertação (Mestrado em História). – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

PREFEITURA do Distrito Federal. **Censo das favelas. Aspectos gerais**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Combatentes da Paz**. Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

SAGMACS. **Aspectos Humanos da Favela Carioca**. Suplementos especiais do jornal O Estado de S. Paulo. 13 e 15 de abril de 1960.

SEGATTO, Jose Antônio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1989.

SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento**: a humanização e a urbanização de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Trabalho de conclusão de curso (graduação em antropologia). Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro. 2002.

SILVA, Maria Lais Pereira da Silva. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Histoire et ethnographie d'une cité de Rio**: la Cruzada São Sebastião. Paris: Kartala, 2010.

VALENÇA, Maria Jose. **Como trabalhar numa favela carioca através da experiência da Fundação Leão XIII**. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação em Serviço Social), Instituto Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1953.

VALENTINE, Charles. **La cultura de la pobreza**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1972.

VILLAR, Olga Mercado, LAFOY, Patricio de la Puente; URIBE-ECHEVARRÍA, Francisco. **La Marginalidad Urbana: Origen, proceso y modo**. Resultados de una encuesta en poblaciones marginales del Gran Santiago. Buenos Aires: DESAL, 1970.

IV - DESIGUALDADE E DESAFIOS PARA OS MUNDOS DO TRABALHO

GÊNERO E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO: A DIFERENCIAÇÃO DOS CHOFERES PARTICULARES DO SERVIÇO DOMÉSTICO NA ARGENTINA¹⁻²

Inés Pérez

Introdução

Ao longo do século XX, o trabalho assalariado foi progressivamente regulado pelo Estado e associado a diversos direitos sociais.³ O serviço doméstico foi pobre e tardiamente incluído nesses regulamentos. Sua profissionalização foi um processo lento, ambíguo e não linear, que implicou a separação de algumas ocupações especializadas que antes eram consideradas parte deste tipo de trabalho.⁴ De fato, entre as décadas de 1940 e 1950, alguns trabalhadores (aqui o masculino não é neutro) que antes faziam parte do serviço doméstico, como os motoristas particulares ou encarregados financeiros, alcançariam o status de independentes.⁵

Especificamente, em 1946 os choferes conquistaram a sanção de um estatuto específico que os excluía do serviço doméstico, conferindo-lhes uma série de direitos (redução da jornada de trabalho, indenização por

1. Este texto foi originalmente publicado como Inés Pérez “Género y desigualdades en el mercado de trabajo: la desmarcación de los choferes particulares del servicio doméstico en la Argentina”, *Trabajo y Sociedad*, No. 29, invierno 2017. A versão traduzida foi realizada por Esteban Campanela e revisada por Cristiana Schettini.

2. Optamos por utilizar aqui o termo chofer, no para o mesmo termo utilizado em espanhol, uma derivação do francês que no Brasil tinha a mesma conotação de modernidade e progresso, ligada ao ofício e suas variações. Mantivemos o termo motorista quando a autora utilizou o termo “conductor” em espanhol para referir-se à atividade individual.

3. Suriano, Juan. “El largo camino hacia la ciudadanía social”, en Susana Torrado (ed.), *Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una Historia Social del siglo XX*. Buenos Aires, Edhasa, Tomo I, 2007.

4. Isso é semelhante ao que aconteceu em outras latitudes. Ver Raffaella Sarti, “Domestic Service since 1750”, *Gender & History*, Vol. 18, Nº 2, 2006; Adelle Blackett, “Introduction: Regulating Decent Work for Domestic Workers”, en *Canadian Journal of Women and Law*, n. 23, 2011.

5. Pérez, Inés. “Un “régimen especial” para el servicio doméstico. Tensiones entre lo laboral y lo familiar en la regulación del servicio doméstico en la Argentina, 1926-1956”. *Cuadernos del Ides*, na imprensa.

demissão e aviso prévio, descanso semanal de 36 horas consecutivas etc.) que as trabalhadoras teriam só uma década depois, e mesmo assim de forma limitada. Havia pelo menos duas décadas que os choferes procuravam estabelecer essa distinção. Ao serem incluídos na categoria “serviço doméstico” os choferes foram explicitamente excluídos de diferentes direitos garantidos ao mesmo tempo a outros trabalhadores. Esta exclusão fez com que se estabelecessem como um setor específico dentro do sindicato dos trabalhadores domésticos, do qual ainda faziam parte, e a procurar o apoio de legisladores de diversos setores políticos para poderem se diferenciar juridicamente daquele setor.

Com base na análise de projetos de lei, debates parlamentares, revistas jurídicas e jurisprudência, reconstituo, neste artigo, os caminhos pelos quais os choferes conseguiram se diferenciar do serviço doméstico, tornando-se uma atividade profissionalizada.⁶ Em particular, discuto o peso que o gênero teve nesse processo.

O reconhecimento dos diferentes direitos trabalhistas era amparado por definições específicas de trabalho que, embora variassem ao longo do tempo, mantinham um viés androcêntrico. A identificação de um posto de trabalho “moderno” e “produtivo” como objeto de atenção das políticas trabalhistas - isto é, como objeto de intervenção pública - implicou, em contrapartida, o rebaixamento de outros postos de trabalho (“tradicional”, “não produtivos”) para a esfera privada, na qual o Estado não deveria intervir. Esta forma de classificar o trabalho tem uma marca de gênero que ultrapassa o fato de terem sido mulheres ou homens que o realizaram, e que implica em sua identificação como masculino ou feminino. Segundo Joan Scott, poderíamos dizer que na história da classe trabalhadora, não só o gênero dos trabalhadores importa, mas também o gênero do trabalho e como ele foi representado historicamente.⁷

Embora a definição do serviço doméstico fosse objeto de debate durante a primeira metade do século, a relutância em regulamentá-lo - que atrasou a promulgação de um estatuto do setor até 1956 - esteve associada

6. Este capítulo é construído a partir da análise dos Diários de Sessões das Câmaras dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, bem como dos autos instaurados pelo Congresso referentes aos motoristas particulares e serviço doméstico. O *corpus* documental também é composto pelos artigos e portarias referentes a essas obras publicadas em revistas jurídicas. *La ley y Derecho del Trabajo*.

7. Joan Scott. “*Las mujeres en La formación de la clase obrera en Inglaterra*”. In: Joan Scott, *Género e Historia*. México, FCE, 2008.

à sua caracterização como trabalho tradicional, estabelecido no universo do privado. Para serem incluídos nas proteções proporcionadas pelos diversos direitos trabalhistas, os choferes deveriam mostrar que seu trabalho obedecia às noções androcêntricas de trabalho que o Estado havia regulamentado, insistindo que seu trabalho era moderno, que envolvia o uso de máquinas e requeria conhecimentos específicos, que contribuía para o desenvolvimento da Nação e que era realizado na esfera pública.

Na América Latina, trabalho e gênero há muito tempo são tópicos cobertos pela historiografia. Esses estudos tendem a focar a participação das mulheres no mundo do trabalho industrial, bem como algumas ocupações feminizadas.⁸ Apesar de sua relevância no mercado de trabalho ao longo do século 20, o serviço doméstico não teve destaque nesses estudos.⁹ Este artigo procura contribuir para a história do serviço doméstico a

8. Ver, por exemplo, Daniel James; John French, *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers*. Durham and London, Duke University Press, 1997; Barbara Weinstein. *For Social Peace in Brazil. Industrialists and the Remaking of Working Class in Sao Paulo, 1920-1964*. Chapel Hill and London. The University of North Carolina Press, 1996; Patricia Arias; Fiona Wilson. *La aguja y el surco. Cambio regional y relaciones de género en la industria de la ropa en México*. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, 1997; Elizabeth Hutchison. *Labor Appropriate to their sex. Gender, Labor and Politics in Urban Chile, 1900-1930*; Durham e Londres, Duke University Press, 2001. Para a Argentina, ver Mirta Lobato. "Entre la protección y la exclusión: discurso maternal y protección de la mujer obrera. Argentina: 1890-1934", em Juan Suriano (comp.). *La cuestión social en Argentina. 1870-1943*, Buenos Aires, La Colmena, 2000; Mirta Lobato. *Historia de las Trabajadoras en la Argentina (1869-1960)*, Buenos Aires, Edhasa, 2007; Marcela Nari. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Buenos Aires, Biblos 2004; Graciela Queirolo, "El trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires (1890-1940): una revisión historiográfica." En *Temas de Mujeres. Revista del Cehim*, Año 1, N° 1, Universidad Nacional de Tucumán", 2004; Graciela Queirolo. "Dactilógrafas y secretarias perfectas: el proceso de feminización de los empleos administrativos (Buenos Aires, 1910-1950)". *Historia Crítica* No. 57, julho-dezembro 2015.

9. Na Argentina, apesar de seu declínio relativo - explicado pelo crescimento de outras ocupações, especialmente na indústria e no comércio - e das mudanças nas ocupações incluídas nesta etiqueta, o serviço doméstico seria o setor que mais mulheres ocupariam dentro do mercado de trabalho em toda a primeira metade do século 20. Assim, enquanto em 1914 as 57.000 trabalhadoras empregadas no setor praticamente igualavam "a soma das tecelãs e costureiras", em 1947 quase 29,4% das mulheres economicamente ativas do país ocupavam-se do serviço doméstico. Esses números, no entanto, devem ser vistos com cautela, devido à mudança nas categorias censitárias e na definição de "serviço doméstico" ocorrida ao longo da primeira metade do século XX. No início do século, era comum considerar como parte do serviço doméstico quem exercia funções de serviço em estabelecimentos industriais e comerciais. Na década de 1940, o "serviço doméstico", por outro lado, incluiria apenas as atividades realizadas no âmbito da casa do empregador. Apesar destas transformações, as atividades consideradas como "serviço doméstico" em diferentes momentos foram altamente relevantes em termos de participação feminina no mercado de trabalho. Mirta Lobato, *Historia de las...*, op. cit., p. 59; Cecilia Allemandi, "El servicio doméstico en el marco de las

partir de uma perspectiva de gênero, a partir da reconstrução de uma das cisões ocorridas no setor.¹⁰ O foco na profissionalização de uma ocupação identificada como masculina e sua diferenciação do serviço doméstico - então já altamente feminizado -, nos permitirá repor o peso do gênero na construção das desigualdades no mundo do trabalho remunerado.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira reconstituo as noções de “trabalho” que o Estado argentino passou a proteger a partir das primeiras décadas do século XX, observando os motivos da exclusão do serviço doméstico. Na segunda, abordo as cisões ocorridas no serviço doméstico ao longo da primeira metade do século, focando nas estratégias dos choferes para conseguirem sua separação e a sanção de um estatuto específico.

O serviço doméstico e o surgimento do direito trabalhista na Argentina

Na Argentina, as discussões sobre a regulamentação do trabalho surgiram entre o final do século XIX e o início do século XX, em um contexto de preocupação com as transformações sociais ligadas à intensidade do crescimento urbano, à imigração, ao aumento do trabalho industrial e principalmente ao desenvolvimento do movimento

transformaciones de la ciudad de Buenos Aires, 1869-1914”. *Diálogos*, v. 16, b. 2, 2012, p. 404; Carlos Zurita. “Trabajo, servidumbre y situaciones de género. Algunas acotaciones sobre el servicio doméstico en Santiago del Estero, Argentina”. In: *XX International Congress of the Latin American Studies Association* April 17-19, 1997, Guadalajara, Mexico, 1997.

10. Isabel Cárdenas. *Ramona y el robot. El servicio doméstico en barrios prestigiosos de Buenos Aires (1895-1985)*, Buenos Aires, Ediciones Búsqueda 1986; Carlos Zurita. “Trabajo, servidumbre y...”, op. cit.; Lilia Vázquez Lorda. “El otro ángel del hogar es mujer, trabajadora y asalariada. Las empleadas domésticas y el catolicismo en la Argentina de los años 1950”, em Norberto Álvarez (comp.), *Familia, género y después... Itinerarios entre lo público, lo privado y lo íntimo*. Rosario, Prohistoria 2010; Rebekah Pite. “Entertaining Inequalities”, *Hispanic American Historical Review*, v. 91, n. 1, 2011; Fernando Remedi. “Esta descompostura general de la servidumbre.” Las trabajadoras del servicio doméstico en la modernización argentina. Córdoba, 1869-1906”, *Secuencia*, No. 84, setembro-dezembro, 2012; Cecilia Allemandi, “El servicio doméstico...”, op. cit.; Omar Acha, “Trabajo y delito en las empleadas domésticas durante el primer peronismo: repensar las nociones de lucha y conciencia de clase”, *PolHis*, 2013; Cecilia Allemandi. “Sirvientes, criados y nodrizas. Una aproximación a las condiciones de vida y de trabajo en la ciudad de Buenos Aires a partir del servicio doméstico (Fines del Siglo XIX-Principios del XX)”, Tese de Doutorado, Universidad de San Andrés, 2015; Inés Pérez e Santiago Canevaro. “Languages of affection and rationality: household workers’ strategies before the Tribunal of Domestic Work (Buenos Aires, 1956-2013)”. *International Labor and Working-Class History*, n. 88, 2015.

trabalhista. Esses elementos marcaram uma agenda política em que, a partir de diferentes perspectivas ideológicas, se tentou responder às novas situações. A partir dos primeiros anos do século, diferentes leis que buscavam melhorar a proteção dos trabalhadores - como a lei do descanso dominical aprovada em 1905, ou a lei do trabalho para mulheres e menores, em 1907. Por outro lado, em 1904, foi apresentado o primeiro projeto de um Código do Trabalho, que nunca foi sancionado. No entanto, tem-se argumentado que somente em 1915, com a lei de acidentes de trabalho (Lei 9.688), a visão do contrato de trabalho como uma forma de relação jurídica com características particulares passou a se instalar na legislação argentina.¹¹

Se as primeiras leis trabalhistas tinham contado com as ferramentas disponíveis nos Códigos Civil e Comercial para regular a relação contratual de venda do trabalho como um acordo entre iguais regido pelas leis de oferta e demanda, caracterizada como “locação de serviços” -, já no início do século XX diferentes vozes deram conta da inadequação dessas ferramentas jurídicas para responder às novas realidades estabelecidas pela crescente industrialização. A noção de “contrato de trabalho” - que, apesar de não ter sido incorporada em uma legislação específica até a década de 1970, alimentou os debates desse período -, por outro lado, remetia a uma relação essencialmente desigual, na qual uma das partes não tinha “livre arbítrio” para negociar suas condições. Nesse sentido, a ausência de um contrato escrito não anulava a relação, ao contrário do que acontecia com outros contratos. Da mesma forma, a referida lei contemplava a possibilidade de abusos por parte do empregador.¹² A lei reconhecia não só a desigualdade das partes na relação de trabalho, mas também que o trabalho podia causar alguma doença e que o Estado tinha o dever de tutelar essa relação.¹³

A Lei 9.688 estabelecia, entretanto, algumas limitações em sua aplicação: era aplicável apenas aos trabalhadores das indústrias expli-

11. Juan Suriano. “El largo camino...”, op. cit.; Andrés Stagnaro. “Los Tribunales del Trabajo como escenario del conflicto entre el capital y el trabajo. 1948-1960”. Tese de Doutorado, Universidad Nacional de La Plata.

12. Karina Ramacciotti. “De la culpa al seguro. La Ley de Accidentes de Trabajo, Argentina (1915-1955)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011; Andrés Stagnaro. “Los tribunales del...”, op. cit.

13. Karina Ramacciotti. “De la culpa...”, op. cit.

citamente listadas em seus artigos.¹⁴ Como a necessidade dessa lei tinha surgido das modalidades de trabalho geradas pelas novas tecnologias introduzidas na indústria, nem todas as ocupações foram inicialmente incluídas no regime de acidentes de trabalho. Os trabalhadores incluídos no regime sancionado pela lei 9.688 eram aqueles que trabalhavam em:

fábricas, oficinas e estabelecimentos industriais em geral onde uma força diferente da do homem fosse empregada para o trabalho; construção, conservação e reparação de edifícios, ferrovias, portos, diques, canais e obras semelhantes; minas e pedreiras; empresas de transporte, carga e descarga; fabricação e uso de explosivos ou materiais inflamáveis e eletricidade; indústrias florestais e agrícolas apenas para pessoas envolvidas no transporte ou manutenção de motores inanimados; trabalhos de colaboração, reparos ou desmontagem de instalações telegráficas, telefônicas ou para-raios; qualquer indústria ou empresa similar perigosa para os trabalhadores não incluída na enumeração anterior e que assim tenha sido declarada pelo poder executivo, após relatório da área do trabalho, pelo menos trinta dias antes da data do acidente.¹⁵ (tradução nossa)

Desde as últimas décadas do século XIX, a descrição das condições de saúde foi repetidamente utilizada por diferentes atores - desde médicos e juristas do Departamento Nacional de Higiene até setores do movimento operário -, para exigir a intervenção do Estado na regulação das relações trabalhistas.¹⁶ Se as mudanças urbanas motivaram essa intensa preocupação com saúde e higiene, as mudanças tecnológicas incorporadas ao mundo da produção levaram a uma multiplicação de acidentes no âmbito do trabalho relacionados ao uso de novas máquinas.¹⁷ Esses

14. Mario Deveali. "Evolución de la legislación sobre accidentes de trabajo". *Derecho del Trabajo*. v. 15, 1955, pp. 631-639.

15. Ley 9.688. *Anales de legislación argentina 1889-1919*. Buenos Aires, La ley, 1954, p. 950-1020.

16. Héctor Recalde. *La salud de los trabajadores en Buenos Aires. 1870-1910 a través de las fuentes médicas*, Buenos Aires, Grupo Editor Universitario, 1997; Karina Ramaccioti. "De la culpa...", op. cit.

17. Diego Armus. *La ciudad impura. Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires: Edhasa, 2007; Francisco Liernur y Graciela Silvestri. *El umbral de la Metrópolis, Transformaciones técnicas y cultura en la modernización de Buenos Aires, 1870-1930*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

elementos desempenharam um papel central na fundamentação da lei de acidentes de trabalho, mas também foram usados como argumentos para a sanção de outras leis, como a lei do descanso dominical (lei 4.661, de 1905), e as leis de trabalho de mulheres e menores de 1907 e 1924 (leis 5.291 e 11.317), também centradas no trabalho industrial. Em particular, com exceção de alguns artigos das referidas leis, e apesar da elevada proporção de mulheres e menores que trabalhavam neste setor, essas regulamentações excluía os que desempenhavam o serviço doméstico.

No fragmento a seguir, retirado das discussões parlamentares ocorridas antes da promulgação da lei sobre acidentes de trabalho, o deputado católico conservador pelo Partido Constitucional, Arturo M. Bas, argumentava que a aprovação de uma lei sobre acidentes de trabalho era justificada pelas mudanças introduzidas pela indústria moderna e os riscos para a saúde que ela representava. Em vez disso, enquanto estivessem livres de máquinas perigosas introduzidas pelo “industrialismo moderno”, não havia razão para considerar acidentes ocorridos em setores tradicionais. Nesse sentido, opôs-se à inclusão do trabalho agrícola no referido regime, respondendo à proposta do deputado conservador Ernesto Padilla. Em seu discurso, e para destacar o absurdo de buscar incorporar as atividades tradicionais ao regime de acidentes de trabalho, Bas citava o exemplo do serviço doméstico:

(...) se tivéssemos a opinião do deputado [Padilha, que tinha proposto incluir o trabalho agrícola], deveríamos estabelecer que, quando o trabalhador corta uma árvore e aquela árvore cai e o esmaga, há um caso de indenização, como no de um empregada que é enviada limpar janelas, cai da escada, se machuca e morre [...] ...todas as leis separaram aqueles acidentes estranhos ao industrialismo moderno, que é o que veio introduzir esta revolução na ordem legislativa, criando o princípio da responsabilidade por culpa contratual e risco profissional..¹⁸ (tradução nossa)

Porém, se inicialmente a legislação trabalhista esteve voltada para o trabalho industrial, os comerciários logo ganhariam relevância. Em 1929, por exemplo, quando a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais de trabalho foi legislada, enquanto os trabalhado-

18. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 27 de setembro de 1915, p. 582.

res rurais e domésticos continuavam sendo excluídos, os empregados comerciais foram incluídos entre os trabalhadores protegidos. O que é mais significativo é que, em 1933, o Congresso aprovou uma reforma do Código Comercial, por meio da lei 11.729, a partir da qual foram reconhecidos diferentes direitos trabalhistas para os trabalhadores do comércio, como indenização por demissão e aviso prévio, o que deu estabilidade aos trabalhadores. A referida lei 11.729 até reconhecia direitos, como férias remuneradas, que só seriam ampliadas para todos os trabalhadores uma década depois.¹⁹

Se o trabalho industrial deixou de ser o único protegido pela legislação laboral, a exclusão do serviço doméstico passou a ser uma exclusão específica que devia ser justificada. Enquanto a lei de acidentes de trabalho foi promulgada graças a um consenso de que o trabalho que o Estado deveria proteger era aquele vinculado aos avanços tecnológicos do que se chamou de “industrialismo moderno”, quinze anos depois, a lei da jornada de trabalho foi aprovada em outro contexto. Em 1929, a maioria dos legisladores considerava que, em princípio, as proteções previstas na lei deveriam incluir os trabalhadores argentinos, quase sem distinções. Se alguns foram excluídos deste regulamento (concretamente, trabalhadores rurais e serviço doméstico) foi, na opinião majoritária, devido às dificuldades que a implementação da jornada de trabalho teria em algumas zonas do país, especialmente nas zonas rurais. Também foi argumentado que a inclusão de todos os trabalhadores neste regime dificultaria a promulgação de uma lei que consagrasse um direito pelo qual os trabalhadores vinham lutando há muito tempo.²⁰

Especificamente, a exclusão do serviço doméstico baseava-se em uma disposição estabelecida no Código Civil, sancionado em 1869. De acordo com o Código, essa atividade deveria ser regulamentada por portarias municipais. Como apontaram Mirta Lobato e Juan Suriano, as características do trabalho assalariado, já dominantes no país no final do século XIX, não estavam presentes no território argentino ou entre todos os trabalhadores, mesmo nas primeiras décadas do século XX.²¹

19. *Anales de legislación argentina 1920-1940*. Buenos Aires, La ley, 1953, pp. 477-483. Férias remuneradas foram incorporadas aos direitos dos trabalhadores em 1945. Juan Suriano. “El largo camino...”, op. cit, p. 86.

20. *Diario de Sesiones, Cámara de Diputados de la Nación*, 18 de Setembro de 1928, p. 445 e seguintes.

21. Mirta Lobato e Juan Suriano. “Trabajo, cuestión social e intervención estatal”. In: Mirta Lobato e Juan Suriano (comps.), *La sociedad del trabajo...*, op. cit..

Nesse sentido, tem-se argumentado que, em muitas regiões, o serviço doméstico se caracterizava por envolver complexos laços de dependência.²² Embora os legisladores da maioria entendessem que essas relações deviam ser modernizadas e que a regulamentação do Código Civil era arcaica, não consideravam ter antecedentes suficientes para legislar em outro sentido. Por outro lado, as particularidades do serviço doméstico, caracterizado pela convivência com a família do empregador, levaram grande parte dos legisladores a argumentar que o mais adequado era traçar uma regulamentação especial para o setor.²³ Para entender a recusa da maioria em incluir o serviço doméstico nesta legislação, é interessante observar a fundamentação do projeto de lei pelo relator da comissão de legislação trabalhista, deputado da União Cívica Radical, Carlos J. Rodríguez. Em sua apresentação do projeto no plenário da Câmara dos Deputados, Rodríguez defendeu que a lei deveria ser sancionada por razões fisiológicas, econômicas e sociais. As primeiras estavam ligadas à preservação da higiene e da saúde dos trabalhadores; as segundas, à justa distribuição da riqueza “entre todos aqueles que contribuem para criá-la”; e as últimas, à melhoria das condições de vida da família da classe trabalhadora.²⁴ Embora o próprio Rodríguez posteriormente tivesse se tornado favorável à limitação da jornada de trabalho do serviço doméstico, neste momento, ao enfatizar a imagem da família do trabalhador - sustentada pela renda do trabalhador masculino - e o caráter “produtivo” do trabalho protegido por essa lei, estabeleceu limites ao caráter supostamente universalista do seu discurso, limites especialmente no que se refere ao serviço doméstico.

A relutância em legislar sobre esse trabalho baseava-se, em grande medida, no vínculo estabelecido com a família do empregador. O fato de ser realizado dentro de sua casa fazia com que a regulamentação significasse um avanço sobre o mundo “privado”. No entanto, o caráter domiciliar desse trabalho não foi o ponto definidor. O trabalho a domicílio, definido como o trabalho ou ofício manual realizado a pedido de outro, havia gerado forte preocupação entre os legisladores, que o concebiam como uma das mais severas formas de exploração

22. Fernando Remedi. “Esta descompostura general...”, op. cit.

23. Ver intervenção do deputado Landaburu. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 18 de Setembro de 1928, p. 451 e seguintes.

24. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 18 de Setembro de 1928, p. 426 e seguintes.

introduzidas pelas novas modalidades produtivas associadas à indústria. Essas preocupações levaram à regulação do trabalho domiciliar desde 1918, enquanto o serviço doméstico não teve estatuto específico até 1956. Se não era o fato de ser realizado em espaço “privado”, o que criava obstáculos à regulamentação legal do serviço doméstico?

O fato de que quem se dedicava ao serviço doméstico não gerava um produto objetivável com seu trabalho fazia com que este fosse caracterizado como trabalho “improdutivo”. Esta caracterização envolvia certo desprezo por essa ocupação, mesmo por parte daqueles que desde cedo advogaram por sua proteção. Assim, por exemplo, no contexto da discussão da lei da jornada de trabalho, o deputado socialista Adolfo Dickman argumentou que aquelas sociedades nas quais um número significativo de homens trabalhava no serviço doméstico incorriam em um “verdadeiro desperdício de energias sociais” e aconselhava medidas para limitar o número de empregados por cada casa, bem como a organização de empresas dedicadas à resolução dos trabalhos domésticos sem a mediação de uma relação servil entre trabalhadores e empregadores.²⁵

Por outro lado, já nas primeiras décadas do séculoXX, o serviço doméstico era um trabalho altamente feminizado. Independentemente de serem responsáveis por suas famílias, diferentes pesquisas têm mostrado que, nesse período, o trabalho feminino era considerado um “complemento” ao desempenhado pelo provedor masculino, e não o ganha-pão das famílias trabalhadoras que as leis buscavam proteger.²⁶ Num cenário de predomínio do trabalho com pernoite, o fato de as trabalhadoras domésticas residirem com os seus empregadores reforçou a imagem das trabalhadoras domésticas como mulheres sem uma família para sustentar. A persistência da imagem da empregada doméstica como uma mulher solteira, sem responsabilidades familiares, pode ser constatada na justificativa apresentada por Mario Deveali, renomado jurista, às limitações do regime previdenciário das empregadas domé-

25. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 18 de setembro de 1928, p. 514. Nesse sentido, é interessante voltar à caracterização de Adam Smith do trabalho dos “empregados domésticos”: “O trabalho dos empregados domésticos não é especificado ou executado em qualquer matéria ou mercadoria particular que possa ser vendida. Seus serviços geralmente perecem quando são prestados, e raramente deixam vestígios de seu valor, o que serviria para adquirir a mesma quantidade de trabalho.” Citado em María Marín Muñoz, “Trabajo femenino, política familiar y teorías económicas”. In: *Boletín Económico del ICE* No. 2774, p. 7.

26. Mirta Lobato. *Historia de las trabajadoras...*, op. cit.

ticas. Em um artigo publicado em 1956 na revista *Derecho del Trabajo*, Deveali argumentou que:

[...] raramente o serviço doméstico, entre nós, constitui uma *verdadera profesión* (destacado no original). Na maioria dos casos, tanto na Capital como no interior, o serviço doméstico é prestado por mulheres jovens, que quando se casam deixam todas as atividades incluídas nos regimes previdenciários, para se dedicarem quase que exclusivamente ao trabalho doméstico [...] Ainda menor é o número desse pessoal encarregado da *manutenção de uma familia* (destacado no original), se for excluído o caso de mulheres jovens com maternidade ilegítima.²⁷

Definido nestes termos, como um trabalho “improdutivo” cuja proteção não redundava em um benefício para a família trabalhadora, o único argumento de Rodríguez adaptado ao serviço doméstico foi o de razões fisiológicas. Ainda nesse caso, a opinião majoritária assumia que o lar era o ambiente ideal para uma mulher, mesmo que a sua presença ali fosse fruto de uma relação de trabalho e não familiar. Além disso, o trabalho doméstico era considerado menos exigente fisicamente do que outros tipos de trabalho. Nesse sentido, embora por razões fisiológicas a jornada de trabalho devesse ser limitada, não se considerou necessário estabelecer o máximo de 8 horas diárias.

Mesmo aqueles que eram a favor da limitação da jornada de trabalho dos empregados domésticos, mantinham, em termos gerais, jornadas de trabalho mais longas do que a prevista na Lei 11.544. O deputado radical Carlos J. Rodríguez, por exemplo, apresentou em 1929 um projeto que, entre outras coisas, buscava regular a jornada de trabalho nesse setor. No entanto, em comparação com a jornada de 8 horas e a semana de 48 horas sancionadas naquele mesmo ano para a maioria dos trabalhadores argentinos, Rodríguez propôs uma jornada de trabalho de 65 horas semanais para o serviço doméstico, que era reduzida para 54 horas para menores de 18 anos. Quem trabalhasse neste setor, segundo o projeto, teria direito a um descanso diário de 11 horas (o que implicava dias de trabalho de até 13 horas), e a um descanso semanal de

27. Mario Deveali, comentário ao “Régimen de previsión para el personal del servicio doméstico”. Revista *Derecho del Trabajo*, 1956.

12 horas “exceto em casos de urgência.” Da mesma forma, um projeto apresentado três anos antes pelo deputado socialista Agustín Muzio, estabelecia uma jornada de trabalho de 60 horas semanais e 10 horas diárias para os trabalhadores domésticos (que no caso de menores era reduzida a 8, e devia ser entre as 6 e as 22h). Ou seja, deste ponto de vista, embora a jornada de trabalho pudesse - e devesse - ser limitada, a do pessoal do serviço doméstico poderia ser diferente da geral.²⁸

As limitações aos direitos das trabalhadoras domésticas não se referiam apenas à jornada de trabalho. Com poucas exceções, as leis trabalhistas promulgadas na primeira metade do século XX excluía explicitamente o serviço doméstico de sua proteção.²⁹ Da mesma forma, em termos gerais, os projetos que procuravam regular o serviço doméstico reconheciam direitos restritos. Quando o estatuto para o setor foi finalmente promulgado, em 1956, ele teve um caráter “especial” que significou a limitação dos direitos das trabalhadoras domésticas em relação aos reconhecidos para os demais trabalhadores, mesmo no que diz respeito a alguns que antes haviam sido considerados parte do serviço doméstico, como os choferes particulares.³⁰ Essas limitações se justificavam na definição do serviço doméstico como um trabalho não especializado, do qual o empregador não auferia lucro, e que era realizado dentro de casa.³¹

No entanto, essa nem sempre foi a definição legal de serviço doméstico. O estatuto de 1956 acabou consolidando um processo de separação e hierarquização do trabalho que vinha acontecendo no setor havia décadas e no qual os choferes ocupavam um lugar de particular relevância.

28. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 18 de setembro de 1928, p. 452. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 27 de agosto de 1926, p. 620-624.

29. Com exceção do complemento do vencimento anual, direito ao qual foi incorporado o serviço doméstico em 1946, e o descanso semanal, que foi incorporado em 1949, as leis que protegiam o trabalho nesse período explicitamente o excluía. Sobre a exclusão do serviço doméstico do regime de acidentes de trabalho, ver Inés Pérez, “Una línea fluctuante: el servicio doméstico y el régimen de accidentes de trabajo (Argentina, 1915-1956)” *Estudios Sociales*, v. 47, n. 2, 2015.

30. Inés Pérez. “Un régimen especial para...”, *op. cit.*

31. A lei definia explicitamente o serviço doméstico como o trabalho realizado sem lucro para o empregador, dentro de sua casa. Sua caracterização como trabalho não qualificado, por outro lado, não era explícita, mas destacada de seus artigos. Por exemplo, considerou apenas como serviço doméstico o atendimento a pacientes realizado por aquelas pessoas que não tivessem o credenciamento de enfermeiras, que possuíssem um estatuto particular que lhes conferisse direitos mais amplos. Decreto-ley 326/1956.

Cisões do serviço doméstico: o caso dos choferes particulares

Nas primeiras décadas do século XX, os limites do serviço doméstico não coincidiam exatamente com os do mundo do lar. Como mostrou Cecilia Allemandi, entre o final do século XIX e o início do século XX, o “serviço doméstico” era constituído por diferentes ocupações, que incluíam “lavadeiras”, “leiteiras”, “cocheiros”, “garçons”, entre outros.³² É interessante notar que os censos nacionais, em particular o censo de 1914, não distinguia entre aqueles que ocupavam alguns desses cargos exclusivamente para casas de família e aqueles que também trabalhavam em clubes, cafés, hotéis ou restaurantes.³³ Porém, em meados do século, o serviço doméstico teria uma definição muito mais limitada, identificando-se fundamentalmente com o trabalho da empregada “para todo tipo de serviço”. A redefinição do serviço doméstico nessas décadas seria, com efeito, um elemento crucial para explicar a restrição dos direitos reconhecidos ao setor.

As cisões dentro do serviço doméstico tomariam rumos diferentes. A exclusão do setor dos diversos direitos trabalhistas reconhecidos nesse período gerou resistências, tanto individual quanto coletivamente. Algumas delas foram organizadas por trabalhadores que identificavam a si mesmos como “domésticos”, como aquelas que foram organizadas pela Liga Internacional de Domésticos.³⁴ No entanto, as mais bem-sucedidas foram aquelas lideradas por trabalhadores que questionaram sua classificação como “domésticos”.

Os tribunais cíveis e, posteriormente, os tribunais do trabalho - criados em 1944 - foram uma das áreas onde essas resistências se manifestaram com mais clareza. Embora realizassem tarefas de limpeza ou outras tarefas identificadas como domésticas, o fato de serem realizadas em estabelecimentos comerciais e industriais permitiu a alguns trabalhadores alcançarem o reconhecimento de direitos que lhes eram negados como “domésticos”. Em 1939, por exemplo, os juizes de uma Câmara de Paz argumentaram que uma “empregada doméstica de

32. Cecilia Allemandi. “El servicio doméstico...”, *ob. cit.*

33. *Idem*, p. 401.

34. La Liga Internacional de Domésticos foi criada no início do século e teve atuação relevante até a década de 1920. Ver Cecilia Allemandi. “Sirvientes, criados y...”, *op. cit.*

uma casa de pensão foi incluída nos benefícios da Lei 11.729³⁵ que concedia direitos diferenciados aos dependentes de comércio.³⁵ Da mesma forma, em 1937, a Sala 1 da Câmara Civil da cidade de Buenos Aires confirmou uma sentença de primeira instância do ano anterior, na qual se sustentava que um menor que “não só trabalhava como criado, mas também limpava a oficina, ajudava a trazer materiais e até no trabalho dos operários quando faltava um, ele estava protegido pela lei 9.688 [lei de acidentes de trabalho], devendo ser considerado aprendiz.”³⁶

Embora não possamos estabelecer se esses casos são excepcionais ou não, é interessante notar que se trata de decisões reproduzidas por publicações jurídicas da época, com o intuito de estabelecer jurisprudência em relação à consideração jurídica desses trabalhadores. Ainda que não fosse uma garantia, a possibilidade de ser enquadrado/a nessas leis dependia, em grande medida, da capacidade de demonstrar que o trabalhador ou a trabalhadora haviam realizado atividades não só na casa de seu empregador, mas também em um estabelecimento que poderia ser considerado “industrial “ou” comercial”.

Essas distinções seriam recuperadas alguns anos depois com a promulgação da Lei 12.631, de 1940, que, entre outras coisas, incorporou o regime de acidentes de trabalho aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas que não trabalhavam exclusivamente a serviço pessoal do empregador. Essa classificação estaria presente em parte da doutrina jurídica das décadas de 1940 e 1950, em que a ausência de lucro se tornaria um elemento-chave para distinguir o “serviço doméstico” dos demais empregos.³⁷ Ao mesmo tempo, outra parte da doutrina enfatizaria a coexistência como elemento característico do serviço doméstico, destacando a relação particular que se estabelece nesse quadro entre empregadores e trabalhadores, mais próxima de uma relação de família

35. *La Ley*, repertorio 1940-1941, p. 520. Ao contrário, ver decisão da Câmara I da Câmara Civil da Capital Federal que, em junho de 1939, julgou que “las funciones de mozo de un hospital, tareas esencialmente domésticas, nada tienen que hacer con las industrias a que se refieren los arts. 2º de la ley 9.688 y 7º del dec. Regl., y cuyos empleados y obreros son los únicos que pueden invocar sus beneficios.” *La ley*, Repertório 1940-1941, p. 25.

36. *La ley*, tomo 8, outubro de 1937, p. 385.

37. Ver, entre outros, Juan Bernaldo de Quirós. “El Trabajo doméstico en la legislación comparada”, *ob. cit.*; Benito Pérez. “Notas que tipifican el contrato del servicio doméstico”. *Derecho del Trabajo*, T. 17, 1957; Guillermo Cabanellas. *Tratado de derecho laboral*. Buenos Aires, El gráfico editores, 1949; Oscar Grinberg, “El servicio doméstico en el derecho argentino”. Tese para optar por o título de Doutor em Direito e Ciências Sociais, Buenos Aires, 1951.

do que de uma relação de trabalho.³⁸ Um olhar androcêntrico subjazia a ambas as considerações, considerando que as tarefas desempenhadas pelas empregadas domésticas eram relegadas ao mundo privado, assimiladas às que as mulheres desempenhavam gratuitamente em casa.

As estratégias que implicaram na separação do serviço doméstico também implicaram na ação de sujeitos coletivos, como as associações de choferes particulares. O dos choferes seria um dos primeiros sindicatos a começar a exigir sua separação em relação a este setor. Já em 1928, no âmbito da discussão da lei que limitava a jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 horas semanais, os choferes, agrupados na Federación Obrera de Chauffeurs, apresentaram uma petição ao Congresso Nacional para ser separados do “serviço doméstico” e, portanto, incluídos no referido regime.

A ação precoce dos choferes de se separarem legalmente do serviço doméstico se explica, pelo menos em parte, pelo fato de que, no final da década de 1920, suas estruturas organizacionais, independentes das dos empregados domésticos, já possuíam mais de uma década de vida³⁹. O fato de seu trabalho estar ligado ao automóvel, um dos símbolos mais potentes da vida moderna, permitiu-lhes identificar interesses específicos. Isso levou ao surgimento de grupos de choferes fora das associações dos domésticos. Nesse sentido, os choferes particulares poderiam

38. Por exemplo, em 1949, Ao examinar uma portaria que regulamentava o serviço doméstico para a cidade de Buenos Aires em 1937 - que foi finalmente vetada pelo prefeito municipal - Guillermo Lascano argumentava, seguindo os conceitos desenvolvidos na referida portaria, que “devem ser considerados empregados domésticos todas as pessoas que se dediquem à realização do seu trabalho pessoal - a troco de pagamento em dinheiro, em espécie ou misto - para a satisfação das necessidades pessoais do empregador ou dos seus familiares, relacionadas com a sua vida quotidiana”, desde que tal serviço fosse realizado nas casas dos empregadores. Como podemos ver, nesta definição, não se faz referência à ausência de lucro, mas sim à natureza dos serviços prestados e ao local de trabalho. Guillermo Lascano. “El contrato de trabajo de servicio doméstico”. *Derecho del Trabajo*, Tomo 9, 1949, p. 118.

39. O Centro de Protección de Chauffeurs, por exemplo, foi reconhecida pelo Estado já em 1915. Segundo suas próprias estimativas, em 1919 contava com 3.500 membros ativos. Embora muitos eram conduzidos por seus proprietários, a quantidade de carros no país é um fato interessante. Nesse sentido, Melina Piglia destacou que “em 1910 havia 4.800 automóveis no país; em 1921 já eram 75.000 e dez anos depois estavam em circulação cerca de 420.000 unidades. Após uma contração durante os anos mais difíceis da crise, o número de veículos continuou crescendo na segunda metade da década de 1930. A Argentina tornou-se, entre as décadas de 1920 e 1930, o país latino-americano com mais automóveis, e oscilou entre o quarto e o sétimo lugar no mundo; tinha um número muito alto em relação à sua população e sua baixa quilometragem de estradas permanentes.” Melina Piglia, *Autos, rutas y turismo. El Automóvil Club Argentino y el Estado*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2014, p. 17.

articular suas demandas com choferes que atuassem em outras áreas, como aqueles empregados por estabelecimentos industriais e comerciais, proprietários e motoristas de locadoras de veículos e associações de caminhoneiros, bem como com outros grupos interessados em promover o uso de automóveis.

Por exemplo, em 1919, acompanhando as ações do Automóvel Clube Argentino (ACA), os choferes agrupados no Centro de Protección de Chauffeurs apresentaram ao Congresso Nacional uma petição para não aumentar o imposto alfandegário sobre automóveis e seus acessórios.

Na justificativa desse pedido, argumentaram que, longe de ser um item de luxo, “o transporte de mercadorias e o aumento da atividade das pessoas que usam o carro para seus negócios e ocupações são o verdadeiro desempenho social do novo veículo”⁴⁰. E acrescentavam:

Reducir todos os impuestos sobre esse assunto seria altamente benéfico porque aumentaria a utilidade nacional sem a qual não há indústria, nem agricultura, nem vida moderna. Dificultar a introdução deste material é paralisar repentinamente um progresso que é visível a todos e que não deve escapar à penetração dos representantes do país. [...] entendemos que a prosperidade do nosso sindicato está intimamente ligada ao progresso da circulação geral e que a forte entrada de novas máquinas pode depreciar momentaneamente o valor das nossas, mas enriquecendo o país em geral, acionando o movimento de pessoas e produtos, fluirá em nosso benefício, como agentes que somos da solidamente consolidada indústria nacional.⁴¹ (tradução própria)

Como se pode verificar na nota enviada pela Sociedad Protectora de Chauffeurs, uma das formas de legitimar suas reivindicações foi a associação de seu trabalho ao progresso da nação. Melina Piglia mostrou como desde a década de 1910 diferentes associações civis, como a ACA e o Touring Club Argentino, procuraram construir os desafios decorrentes do advento da “modernidade cinética” como um problema público e, para isso, identificaram o aumento do uso do automóvel e da infraestrutura que permitia sua existência como sinais de progresso

40. Expediente No. 915-P-1918, iniciado em 20 de janeiro de 1919, Cámara de Diputados del Congreso de la Nación.

41. Idem.

nacional.⁴² Os choferes utilizaram esses argumentos para seus próprios fins, priorizando seu trabalho ao apontar que se tratava do domínio dessas novas máquinas, fundamentais para a vida moderna e a indústria.

Como observou Judy Wajcman: “Existem conexões importantes entre o poder dos homens no local de trabalho e seu domínio das máquinas”.⁴³ Neste caso particular, o domínio do automóvel e a exigência da carteira de habilitação permitiram que os choferes marcassem seu trabalho como um trabalho que exigia qualificações especiais. O contraste com o serviço doméstico, identificado como um trabalho “tradicional” e “não especializado”, é evidente. Agora, a caracterização do trabalho como “qualificado” ou “não qualificado” dependia de que uma tarefa específica fosse socialmente vista como feminina ou masculina. A não qualificação do serviço doméstico não é intrínseca a esse trabalho, mas é o resultado de uma construção que naturaliza os saberes necessários para desenvolvê-los e os faz depender da condição feminina. Nesse sentido, o gênero do trabalho foi um elemento-chave nas políticas sindicais e nas associações de trabalhadores.

Os choferes não só utilizaram os argumentos androcêntricos disponíveis nas discussões parlamentares, mas, na busca pela diferenciação do serviço doméstico, acentuaram sua caracterização como um trabalho “tradicional” e “não especializado”.

Ao identificar o seu trabalho com o de motoristas que atuavam em outras áreas - tanto no que se refere aos requisitos para o exercício da função como à importância social e econômica de sua atividade - os choferes particulares poderiam questionar sua exclusão de direitos trabalhistas que foram reconhecidos para outros motoristas. Perante um projeto de reforma do Código Comercial que implicava o reconhecimento do direito à indenização por demissão para os empregados do comércio - entre eles, os motoristas de automóveis -, os choferes particulares alegaram que era injusto que não estivessem incluídos no referido regime.

42. Melina Piglia, *Autos, rutas y...*, op. cit. Sobre el concepto de “modernidad cinética”, ver Guillermo Giucci, *La vida cultural del automóvil. Rutas de la modernidad cinética*. Buenos Aires, Prometeo/UNQ, 2007.

43. Judy Wajcman, *Feminism confronts technology*. University Park, The Pennsylvania State University Os motoristas não só utilizaram os argumentos androcêntricos disponíveis nas discussões parlamentares, mas, na busca pela diferenciação do serviço doméstico, acentuaram sua caracterização como um trabalho “tradicional” e “não especializado”. Press, 1991, p. 38, traducción propia.

A injustiça resulta na sua máxima clareza se se constatar que dentro da mesma profissão, a de *chauffeur*, quem está ao serviço de uma casa comercial tem por vezes obtido o mês de indemnização, porque se considera igual aos vendedores, enquanto que o referido subsídio é uniformemente negado a *chauffeurs* que dirigem carros particulares.⁴⁴

Nesta indiferenciação das tarefas dos choferes, independentemente do seu empregador, apoiaram-se as sucessivas intervenções nos debates legislativos e os projetos de lei que procuraram excluí-los da categoria de “serviço doméstico”, reconhecendo assim os direitos garantidos aos demais trabalhadores. A unidade de trabalho dos choferes era conferida, entre outras coisas, pelos conhecimentos exigidos para a realização desse trabalho, bem como pelo atestado de idoneidade que o Estado exigia dos motoristas para os qualificar como tal. Neste sentido, é reveladora a mudança de argumentação do deputado socialista Adolfo Dickman, que após tentar sem sucesso incorporar os trabalhadores domésticos ao referido regulamento, afirmando que não incluí-los era uma “injustiça material e moral”⁴⁵, passou a argumentar que, por serem indevidamente identificados como domésticos, os choferes particulares deveriam ser contemplados pela referida legislação. Segundo Dickman, o trabalho dos motoristas se diferenciava do doméstico porque operavam um “importante instrumento técnico” e precisavam de um certificado de idoneidade.⁴⁶ Especificamente, Dickman afirmou que o dos choferes era

um sindicato que para o exercício da profissão necessita de certificado de idoneidade expedido pelo respectivo órgão público, de um sindicato que trata de um importante instrumento técnico e que não se enquadra na denominação genérica de “serviço doméstico”. Sua inclusão na lei não oferece transtornos de qualquer espécie. Não se pode passar mais de oito horas ao volante, se o trabalho for realizado com a atividade necessária para um bom

44. Expediente 706-P-1919, ingresado em 20 de setembro de 1919, Cámara de Diputados de la Nación.

45. Com essa expressão, Dickman ecoou os argumentos apresentados pela Liga Internacional de Domésticos. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 19 de setembro de 1928, p. 513-514.

46. *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 19 de setembro de 1928, p. 516-518.

serviço, não se trata de amadores que vão passear; são homens que têm a dura obrigação de dirigir uma máquina que exige muita atenção e, portanto, grande desgaste nervoso, além do muscular.⁴⁷

Durante a década de 1930, a bancada socialista apresentou ao Congresso Nacional diversos projetos de lei que buscavam incorporar os choferes às proteções previstas na lei de acidentes de trabalho, descanso dominical e jornada de trabalho, que contou com o apoio de diversas associações de trabalhadores, entre elas o Centro de Proteção dos Chauffeurs da Capital, o Centro de Proteção dos Chauffeurs de Rosário, a Sociedade dos Chauffeurs Particulares, a Federação Socialista da Capital e a Federação dos Círculos Operários Católicos. Os socialistas também divulgaram as reivindicações dos choferes em suas publicações periódicas, como *La Vanguardia*, recuperando as sentenças da justiça e as declarações dos membros do Departamento Nacional do Trabalho sobre os direitos desses trabalhadores.

Em 1937, os choferes conseguiram que o Congresso aprovasse a Lei 12.265, que os excluía explicitamente do serviço doméstico, modificando a Lei 4.661 e incorporando-os ao regime de descanso dominical. No entanto, interpretações posteriores dessa lei consideraram que a separação dos choferes do serviço doméstico só era relevante em relação ao descanso semanal, não se aplicando às demais legislações trabalhistas em vigor. Isso motivou a apresentação de um novo projeto - assinado pelos deputados socialistas Silvio Ruggieri, Enrique Dickman, Américo Ghioldi, Nicolás Repetto e Juan Antonio Solar - que contemplava sua inclusão nos direitos trabalhistas como férias e licenças médicas, limitava sua jornada de trabalho a um máximo de dez horas e os incluía no regime de acidentes de trabalho.⁴⁸ Se os “domésticos” eram “os criados de uma casa”, o fato de os choferes realizarem “noventa e cinco por cento de suas tarefas fora de casa” apenas provava o erro envolvido em identificá-los assim. Pelo contrário, os socialistas aceitavam a forma como os choferes se autointitulavam: como “trabalhadores profissionais”.⁴⁹

47. Palavras de Adolfo Dickman, deputado pela Capital Federal, representante do Partido Socialista. *Diario de sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, 19 de setembro de 1928, p. 517.

48. Expediente 327-D-1939, ingresado em 28 de junho de 1939, Cámara de Diputados de la Nación.

49. Idem.

Apesar dos repetidos pedidos de diferentes associações de choferes, o projeto da bancada socialista não foi sancionado. Porém, em agosto de 1946, os deputados trabalhistas Héctor Cámpora e Ernesto Cleve, e Reinaldo Pastor do Partido Democrático Nacional, apresentaram novos projetos que atendiam às demandas do sindicato. Por fim, em 30 de setembro daquele ano, foi instituído o primeiro estatuto jurídico do setor. Seguindo as recomendações da Comissão de Legislação Trabalhista, presidida pelo trabalhista Ricardo Toro, o referido estatuto não incorporou automaticamente os choferes aos direitos trabalhistas existentes, mas sim criou um estatuto especial, adaptado aos problemas específicos sofridos pelos trabalhadores deste sindicato.⁵⁰

O estatuto definia o seu alcance para “todas as pessoas que trabalham para terceiros como motoristas profissionais de motores móveis e ao serviço de particulares, qualquer que seja a natureza jurídica do empregador” com um mínimo de sessenta dias de antiguidade no mesmo emprego.⁵¹ Entre os direitos reconhecidos por essa lei estavam a indenização e o aviso prévio, férias remuneradas e licença médica. Além disso, o estatuto incorporava os motoristas às proteções do regime de acidentes de trabalho e reconhecia o direito a 36 horas consecutivas de descanso semanal.⁵²

Embora o estatuto aprovado tenha sido acolhido por numerosas entidades que agrupavam choferes particulares - como os Sindicatos de Choferes Particulares da Capital, Córdoba e Rosário -, sua sanção deu origem a novas reivindicações das entidades sindicais. Entre 1947 e 1951, associações como a Sociedade de Proteção aos Choferes, a Sociedade dos Choferes Particulares, o Sindicato dos Choferes Particulares e o Centro de Proteção Recíproca dos Choferes se apresentaram repetidamente ao Congresso para solicitar a reforma do referido estatuto. Entre outras coisas, pediam a mudança no reconhecimento da antiguidade e a prorrogação da indenização, a eliminação da carteira de trabalho, a revogação do artigo que listava os motivos da demissão, a abolição das multas para o trabalhador, a redução da jornada de trabalho até o máximo de 8 horas, a regulamentação de um salário-mínimo e sua

50. Expediente 655-D-1946, iniciado em 16 de agosto de 1946, Cámara de Diputados de la Nación.

51. *Idem.*

52. *Idem.*

inclusão no benefício do salário anual complementar. Os choferes também demandavam que suas funções fossem limitadas (evitando que os empregadores exigissem que eles dirigissem, lavassem e consertassem seus carros) e que os empregadores não pudessem exigir que viajassem com eles fora de seu local de residência.

Embora nem todas as reclamações tenham sido ouvidas, os choferes conseguiram boa parte delas. Em 1951, já haviam sido reconhecidos o salário-mínimo, o complemento do salário anual, a prorrogação das indenizações por aviso prévio e demissão e a redução da jornada de trabalho. Também conseguiram que, no caso de terem que deixar seu local de residência, eles recebessem um bônus sobre o seu salário. Em grande medida, as melhorias salariais alcançadas pelos choferes eram justificadas pelo papel que sua renda desempenhava nas “famílias humildes” que chefiavam.⁵³ Nesse sentido, um dos argumentos utilizados para exigir a eliminação das multas e suspensões é revelador. Segundo os motoristas, a proibição de trabalhar poderia levá-los a “contrair dívidas ou cometer crimes para cumprir suas obrigações de marido ou pai.”⁵⁴ A proteção de seu trabalho e de seu salário repercutia não só na de sua família, mas também da moral pública.

Desta forma, ao distanciar-se do serviço doméstico, os motoristas particulares conseguiram o reconhecimento de direitos que aquele setor só alcançaria cinco anos depois e, então, de forma limitada. Assim, em 1956, enquanto os motoristas contavam com um salário mínimo, estavam protegidos pelo regime de acidentes de trabalho e podiam reclamar abono sobre o salário por viagens fora do local de residência, o serviço doméstico carecia desses direitos. Os motoristas também tinham jornada de trabalho de 8 horas diárias e descanso semanal de 36 horas consecutivas, enquanto o estatuto do serviço doméstico previa jornada de trabalho de 12 horas (podendo ser prorrogada em casos de causas graves ou urgentes) e um descanso semanal de 24 horas consecutivas. As estratégias que permitiram essa divisão basearam-se em critérios androcêntricos para definir o trabalho dos motoristas, distinguindo-o do serviço doméstico e associando-o às noções de trabalho protegido pelo Estado.

53. Os motoristas também incluíam em seus pedidos a limitação da jornada de trabalho a 8 horas por dia. Expediente 168-P-1947, iniciado em 3 de junho de 1947, Cámara de Diputados de la Nación.

54. Expediente 2022-P-1946, iniciado em 24 de abril de 1947, Cámara de Diputados de la Nación.

Considerações finais

A intervenção do Estado nas relações de trabalho assentou-se na construção de uma noção específica de “trabalho”, apoiada em critérios androcêntricos. Na Argentina, o “trabalho” que o Estado procurou regular na primeira metade do século XX foi aquele identificado como “moderno” e “produtivo”, aquele ligado às novidades introduzidas pelo desenvolvimento tecnológico, aquilo que implicava uma qualificação etc. Caracterizado como o oposto deste tipo de trabalho, o serviço doméstico foi excluído das proteções associadas ao trabalho. Embora a sua definição tenha variado ao longo desse período, a sua classificação como trabalho “tradicional” e “improdutivo” e o fato de ser realizado dentro da casa do empregador, relegaram-no ao espaço “privado”: não apenas no sentido de “doméstico”, mas “privado” de direitos, sobre os quais o Estado deve abster-se de intervir.

As estratégias dos motoristas para se diferenciarem do serviço doméstico baseavam-se na caracterização do seu trabalho como trabalho “produtivo” e “qualificado”. Por um lado, a utilização de máquinas (“motores móveis”) associava o seu trabalho ao mundo industrial e aos perigos introduzidos pelas novas tecnologias e formas de produção, bem como ao progresso da nação. Por outro lado, a certificação exigida pelas autoridades municipais para qualificá-los como motoristas, concedida somente após exame, credenciava os conhecimentos específicos que o trabalho exigia. Esses argumentos baseavam-se na oposição em relação ao serviço doméstico, identificado como um trabalho que não gerava lucro para o empregador, não exigia qualificação especial, nem representava risco para quem o desempenhava. Dessa forma, apelaram para as definições androcêntricas de trabalho que o Estado havia identificado como uma instância sobre a qual poderia e deveria intervir, reproduzindo as desigualdades que essas noções favoreciam.

A história do serviço doméstico e o papel dos motoristas nele mostram a relevância do gênero para a história do trabalho e dos/das trabalhadoras. Como mostra o exemplo, esse é um fator fundamental para explicar a forma como os diferentes grupos de trabalhadores foram formados, os argumentos construídos para legitimar seus direitos e o sucesso de suas reivindicações. Na primeira metade do século XX na Argentina, a diferença sexual e as representações de gênero do

trabalho ocuparam um lugar central na produção e reprodução das desigualdades no mercado de trabalho.

Agradecimentos

A investigação em que se baseia este artigo foi realizada graças ao financiamento da Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica recebido no âmbito do PICT 2013-3089.

Referências

ACHA, Omar. “Trabajo y delito en las empleadas domésticas durante el primer peronismo: repensar las nociones de lucha y conciencia de clase”. **PolHis**, 2013.

ALLEMANDI, Cecilia. **Sirvientes, criados y nodrizas. Una historia del servicio doméstico en la ciudad de Buenos Aires (fines del siglo XIX y principios del XX)**. Buenos Aires: Teseo-San Andrés, 2017.

ALLEMANDI, Cecilia. “El servicio doméstico en el marco de las transformaciones de la CIUDAD de Buenos Aires, 1869-1914”. **Diálogos**, v. 16, n. 2, 2012.

ARIAS, Patricia; WILSON, Fiona. **La aguja y el surco. Cambio regional y relaciones de género en la industria de la ropa en México**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997.

ARMUS, Diego. **La ciudad impura. Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

BLACKETT, Adelle, “Introduction: Regulating Decent Work for Domestic Workers”. **Canadian Journal of Women and Law**, n. 23, 2011.

CÁRDENAS, Isabel. **Ramona y el robot. El servicio doméstico en barrios prestigiosos de Buenos Aires (1895-1985)**. Buenos Aires: Ediciones Búsqueda 1986.

GIUCCI, Guillermo. **La vida cultural del automóvil. Rutas de la modernidad cinética**. Buenos Aires, Prometeo/UNQ, 2007.

HUTCHISON, Elizabeth. **Labors Appropriate to their sex. Gender, Labor and Politics in Urban Chile, 1900-1930**. Durham e Londres: Duke University Press, 2001.

JAMES, Daniel; FRENCH, John. **The Gendered Worlds of Latin American Women Workers**. Durham and London: Duke University Press, 1997.

LIERNUR, Francisco; SILVESTRI, Graciela. **El umbral de la Metrópolis, Transformaciones técnicas y cultura en la modernización de Buenos Aires, 1870-1930**. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

LOBATO, Mirta. "Entre la protección y la exclusión: discurso maternal y protección de la mujer obrera. Argentina: 1890-1934". *In*: SURIANO, Juan (comp.). **La cuestión social en Argentina, 1870-1943**, Buenos Aires, La Colmena, 2000.

LOBATO, Mirta. **Historia de las Trabajadoras en la Argentina (1869-1960)**. Buenos Aires, Edhasa, 2007.

MARÍN MUÑOZ, María. "Trabajo femenino, política familiar y teorías económicas". **Boletín Económico del ICE**, No. 2774.

NARI, Marcela. **Políticas de maternidad y maternalismo político**. Buenos Aires: Biblos 2004.

NUÑO, Laura. "La incorporación de las mujeres al espacio público y la ruptura parcial de la división sexual del trabajo: el tratamiento de la conciliación de la vida familiar y laboral y sus consecuencias en la desigualdad de género". 413f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidad Complutense de Madrid, 2008.

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Barcelona: Anthropos, 1995.

PÉREZ, Inés; CANEVARO, Santiago. "Languages of affection and rationality: household workers' strategies before the Tribunal of Domestic Work (Buenos Aires, 1956-2013)". **International Labor and Working-Class History**, n. 88, 2015.

PÉREZ, Inés. "Un 'régimen especial' para el servicio doméstico. Tensiones entre lo laboral y lo familiar en la regulación del servicio doméstico en la Argentina, 1926-1956". **Cuadernos del IDES**, 2015.

PÉREZ, Inés. "Una línea fluctuante: el servicio doméstico y el régimen de accidentes de trabajo (Argentina, 1915-1956)". **Estudios Sociales**, v. 47, n. 2, 2015.

PIGLIA, Melina. **Automóviles, turismo y caminos. Los clubes de automovilistas y la formación de las políticas turísticas y viales en la Argentina (1918-1955)**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2014.

PITE, Rebekah, "Entertaining Inequalities". **Hispanic American Historical Review**, v. 91, n. 1, 2011.

QUEIROLO, Graciela. "Dactilógrafas y secretarías perfectas: el proceso de feminización de los empleos administrativos (Buenos Aires, 1910-1950)". **Historia Crítica**, n. 57, julho-dezembro 2015.

QUEIROLO, Graciela. "El trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires (1890-1940): una revisión historiográfica." **Temas de Mujeres. Revista del CEHIM**, Año 1, N° 1, Universidad Nacional de Tucumán", 2004.

RAMACCIOTTI, Karina. "De la culpa al seguro. La Ley de Accidentes de Trabajo, Argentina (1915-1955)". **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, 2011.

RECALDE, Héctor. **La salud de los trabajadores en Buenos Aires. 1870-1910 a través de las fuentes médicas**. Buenos Aires, Grupo Editor Universitario, 1997.

REMEDÍ, Fernando. "Esta descompostura general de la servidumbre. Las trabajadoras del servicio doméstico en la modernización argentina. Córdoba, 1869-1906". **Secuencia**, n. 84, setembro-dezembro, 2012.

SARTI, Raffaella. "Domestic Service since 1750". **Gender & History**, v. 18, n. 2, 2006.

SCOTT, Joan. "Las mujeres en La formación de la clase obrera en Inglaterra". *In*: SCOTT, Joan. **Género e Historia**. México, FCE, 2008.

STAGNARO, Andrés. **Y nació un derecho. Los tribunales de trabajo en la provincia de Buenos Aires**. Buenos Aires: Argentina, Biblos, 2018.

SURIANO, Juan. "El largo camino hacia la ciudadanía social". *In*: En Susana Torrado (ed.), **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una Historia Social del siglo XX**. Buenos Aires: Edhasa, Tomo I, 2007.

VÁZQUEZ LORDA, Lilia. "El otro ángel del hogar es mujer, trabajadora y asalariada. Las empleadas domésticas y el catolicismo en la Argentina de los años 1950". *In*: Norberto Álvarez (comp.). **Familia, género y después... Itinerarios entre lo público, lo privado y lo íntimo**. Rosario, Prohistoria 2010.

WAJCMAN, Judy. **Feminism confronts technology**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. **For Social Peace in Brazil. Industrialists and the Remaking of Working Class in Sao Paulo, 1920-1964**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1996.

ZURITA, Carlos. "Trabajo, servidumbre y situaciones de género. Algunas acotaciones sobre el servicio doméstico en Santiago del Estero, Argentina." *In*: **XX International Congress of the Latin American Studies Association**. April 17-19, 1997, Guadalajara, Mexico, 1997.

UM INVENTÁRIO DE DESAFIOS PARA O SINDICALISMO DIANTE DA PANDEMIA NEOLIBERAL

Hélio da Costa

Desafio é uma palavra redundante quando se fala em movimento sindical, já que faz parte da sua própria razão de ser o confronto e combate permanente frente ao capital e às mudanças no mundo do trabalho. De qualquer forma, os problemas colocados para o sindicalismo brasileiro nos últimos cinco anos podem transformar-se numa crise de amplitude inédita desde a implantação do modelo corporativista, em 1943.

A conjuntura marcada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, pela eleição de Bolsonaro, em 2018, e pela pandemia, a partir de março de 2020, teve impacto sem precedentes sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e das organizações sindicais que os(as) representam. Um pacote de medidas ultraliberais mergulhou o país num retrocesso econômico, social, ambiental e político que, desde o impeachment até a pandemia, tem afetado dramaticamente a ação sindical por um conjunto de fatores que se interligam e se conectam, tornando ainda mais difícil o cenário em que procura se movimentar o sindicalismo brasileiro.

A reforma trabalhista de 2017, a terceirização irrestrita, a PEC do Teto dos Gastos, a Reforma da Previdência e a flexibilização da legislação ambiental ocorreram num clima de déficit democrático e de uma intensa campanha contra os sindicatos e ressurgimento da militância de extrema direita. Ou seja, não se trata de uma crise unidimensional, determinada por fatores econômicos, mas de uma crise multidimensional que abrange o campo político e ideológico de uma forma mais contundente, abrindo a disputa em várias frentes e tornando o terreno sindical extremamente complexo e espinhoso no quadro atual.

É fato que alguns desses desafios tampouco são novidades no cenário sindical brasileiro. Alguns remontam há várias décadas, como a superação do modelo sindical corporativista, que sofreu seu maior ataque por obra

de um governo de extrema direita com a reforma trabalhista recente, e não do chamado “novo sindicalismo” que tinha no combate à estrutura sindical uma das suas maiores divisas, senão a principal.

Nesse sentido, um ponto fundamental é a rápida fragmentação do mundo do trabalho, iniciada com o desmonte da sociedade salarial típica do fordismo pós Segunda Guerra Mundial, com a degradação do trabalho nos anos 1970 e, de forma mais visível, nos anos 1990. A difusão da automação do trabalho ocasionada pela grande redução dos custos da tecnologia da computação, das tecnologias de rede, da Internet e suas aplicações, conforme assinalam Robert Castel e Guy Standing¹, transforma a precariedade do trabalho num registro regular e permanente, como no caso dos trabalhadores de *telemarketing*, por exemplo. O sentimento de incerteza em relação ao trabalho assalariado torna-se dominante face ao desemprego e à precarização do trabalho. Esse processo ganhou uma escala explosiva nos últimos dez anos com a indústria de aplicativos aprofundando e expandindo a precarização, que ganhou a denominação de “uberização do trabalho”, incluindo aí, uma grande gama de trabalhadores sem vínculos trabalhistas e sem representação sindical².

Mesmo entre os trabalhadores formais, aqueles que estão em modalidades de trabalho como o *Home Office* ou terceirizados, enfrentam embaraços à ação coletiva e à representação sindical. Esse cenário de pulverização do trabalho se dá no contexto de rápida inovação tecnológica que tem sido denominada Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial que, embora seja um processo demandante de mão de obra altamente qualificada, favorece a expansão do trabalho precarizado, como é o caso dos entregadores de refeições, que fazem parte da chamada Gig Economy³. Mas, mesmo trabalhadores qualificados podem sofrer

1. Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis. Vozes, 1998. Standing, Guy. *The Precariat: The New Dangerous Class*. Londres, Bloomsbury, 2011.

2. Abílio, LudmilaCostek. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. 2017. (<https://bit.ly/36Cfvu3>).

3. O termo gig é um jargão, transladado da história da música norte-americana, utilizado desde o início do século XX para nomear os shows das bandas em datas específicas, geralmente nos fins de semana quando os músicos ficavam o restante da semana sem apresentação. O conceito de Gig economy abarca as diversas formas de trabalho alternativo, englobando desde a prestação por serviços por aplicativos até o trabalho de freelancers, podendo ser pensado como um arranjo alternativo de emprego. Basicamente, podemos supor que a Gig economy possui estas características: i) ausência de vínculo formal na relação de trabalho (como a cartei-

um processo de rebaixamento salarial, com o processo de globalização do trabalho como, por exemplo, engenheiros indianos que trabalham durante o período noturno, na Índia, para empresas americanas que operam no horário comercial nos Estados Unidos⁴.

No que diz respeito diretamente ao movimento sindical, como já mencionamos anteriormente, um dos desafios é a reinvenção do movimento sindical a partir da mudança do atual modelo. Na 16^a Plenária da Central Única dos Trabalhadores, ocorrida simultaneamente à redação do presente artigo, o presidente da entidade, Sérgio Nobre, chamou atenção para esta questão:

A reorganização representa um dos principais desafios do movimento sindical, especialmente por conta desse momento de transformações no mundo do trabalho, que foram aceleradas pela pandemia. “O Home Office é uma realidade, portanto, o local de trabalho mudou. Isso não é uma transformação pequena. Os sindicatos que forem até os locais, encontrarão apenas 20% dos trabalhadores e trabalhadoras. Os aplicativos também são realidade, mudanças que colocam em xeque a nossa organização sindical. O mundo que sai da pandemia não cabe mais no nosso modelo sindical, disse o dirigente⁵.

Como se observou anteriormente o escopo dessas mudanças não é exclusividade nacional, elas estão acontecendo em todo o mundo com diferentes respostas, seja de resistência, de assimilação ou ambas simultaneamente, como parece ser a maioria dos casos. Essa dialética, entre as estruturas globais de produção e comercialização com legislações sindicais e trabalhistas de âmbito nacional, coloca desafios transnacionais para o sindicalismo em todo o mundo. No caso brasileiro, essa tarefa ainda se soma ao desafio de articulação nacional, que ainda é inconclusa, dado o desenho do nosso modelo sindical.

ra de trabalho assinada); ii) possibilidade de prestação de serviços para vários demandantes; e iii) jornada esporádica de trabalho. Em 2021, 31,0% do total de pessoas ocupadas no setor de transporte, armazenagem e correios da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - Pnad estavam na Gig economy. GÓES, Geraldo; Firmino, Antony; Martins, Felipe. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. *Carta de Conjuntura, número 53*. Nota de conjuntura 5 - 4º Trimestre de 2021. Ipea (Divulgado em 07 de Outubro de 2021).

4. Castells, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p.265-351.

5. Declaração de do presidente da CUT, Sérgio Nobre na abertura do 16º Congresso da entidade. *Tribuna Metalúrgica*, 22/10/2021. edição 4844.

Nos limites do presente artigo trataremos dos aspectos enunciados acima que se condensaram de forma inédita para o sindicalismo brasileiro a partir do tsunami político, econômico e social que se abateu sobre a sociedade brasileira em 2016. Desta forma, torna-se imperativo ao sindicalismo brasileiro, pelo menos à sua face combativa, não só a necessidade de buscar alternativas à situação atual em forma de resoluções e enunciados, mas, sobretudo, à capacidade de encaminhá-las concretamente, transformando-as em realidade política e ferramenta de ação sindical.

A imagem de um tsunami, para expressar o que se abateu sobre a sociedade brasileira após o impeachment não é, em nosso juízo, nenhum exagero. No entanto, não é o marco zero das questões enunciadas aqui, como temos insistido, seja pelo recorte nacional, seja pelo internacional. Mesmo os governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), durante as presidências de Lula e Dilma, não foram isentos de críticas quanto aos rumos tomados pelo sindicalismo nesse período⁶.

As crises do sindicalismo na era da globalização hegemônica

De tempos em tempos, nas últimas cinco décadas, uma nova crise do movimento sindical é anunciada tanto no Brasil como no resto do mundo. Tais crises são descritas de diferentes formas. Moriaux⁷, em estudo realizado em nove países centrais, constatou um grau diferenciado de exposição e uma cronologia igualmente variável. Por exemplo: Estados Unidos, Japão e França são as primeiras nações a conhecer uma perda substantiva de efetivos, fenômeno que não ocorrerá com o Canadá nem com os países escandinavos.

Richard Hyman⁸ argumenta que o processo de desagregação e divisão pode ser agrupado em três categorias:

6. Braga, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2012. Oliveira, Francisco de; Braga, Ruy; Rizek, Cibele Saliba (orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

7. Moriaux, René. “O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias”. In: Santana, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (orgs). *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. p. 103

8. Hyman, Richard. “Trade Union and the Disaggregation of the Working Class”. In: Regini, Marino. *The Future of Labour Moviments*. Chicago. Sage Publications, 1993.

Trabalhadoras e Trabalhadores: capítulos de história social

A primeira relativa a processos conjunturais de estagnação econômica e recessão. A segunda, de longo prazo, deslocamentos setoriais e ocupacionais e mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho; terceiro, uma maior difusão de tendências cultural, institucional, ideológica e política.

Apesar de afirmar que não se deve desconsiderar os riscos de desagregação dos sindicatos nos anos 1990, que foram muito mais duros se comparados aos tempos de expansão econômica e de intercâmbios políticos positivos no seu conjunto entre as nações europeias, no entanto, Hyman, ao mesmo tempo, chama atenção para o fato que “talvez seja muito mais difícil uma resposta positiva ou otimista hoje do que nos anos 1980”. Ainda segundo o autor, qualquer resposta deve ser nuançada e diferenciada:

Não somente fazer das circunstâncias conjunturais (profundidade da recessão, extensão da reestruturação, a gravidade do desemprego e assim por diante) que variam consideravelmente de país para país; também levar em conta o caráter institucional das relações industriais estabelecidas; a ideologia herdada do movimento sindical, e a natureza e coerência dos projetos e estratégias sindicais. (Op. cit., p. 165)

O autor procura relativizar também uma determinada visão mítica do sindicalismo, existente antes da crise do paradigma fordista, ao argumentar que a noção de classe trabalhadora como um organismo coeso são generalizações sociológicas que tendem a atenuar as divisões e diferenciações presentes na trajetória do sindicalismo.

Armando Boito⁹ refuta a proposição de crise irreversível do sindicalismo. Para este autor o sindicalismo está dando “claros sinais de recuperação e já está na hora dos cientistas sociais, observadores e sindicalistas deixarem de lado o discurso da crise *strictu sensu* e comecem a discutir e entender essa recuperação”¹⁰ e corrobora com os autores que chamam atenção para o impacto diferenciado sobre os países do refluxo sindical, entre os anos 1970 e 1980, tanto em ritmo como em intensidade. Ou seja, pelo panorama geral do sindicalismo no mundo pode-se

9. Boito, Armando. “A crise do sindicalismo” In: Santana, Marco Aurélio Santana; Ramalho, José Ricardo(orgs.). *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

10. Op. cit., p. 321.

aceitar a tese que o seu recuo é uma tendência dominante, porém, esse fenômeno é desigual e contraditório, o que nos leva a concluir, segundo o autor, que se trata de um recuo que representa uma fase de uma crise e de um refluxo temporário.

As políticas antissindicais nos anos 1990 também foram apontadas como componentes para explicar a crise do sindicalismo contemporâneo, tais como: a deliberada política antissindical das grandes corporações e dos governos de corte neoliberal, conforme mencionamos anteriormente e a duríssima reação do governo de Thatcher à greve dos mineiros na Inglaterra, uma batalha de 16 meses, entre 1984 e 1985, que levou a derrota do *National Union of Minerworkers (NUM)* e alertou os demais sindicatos do Reino Unido sobre o que aconteceria a quem ousasse enfrentar o governo. Como expressou Chris Kitchen, Secretário Geral do encolhido NUM: “a maioria dos sindicatos viu como ela nos destruiu”¹¹.

Nesse cenário, as empresas pressionaram os governos para flexibilizar direitos e afrouxar as legislações trabalhistas, abrindo as portas para o processo intenso de precarização do trabalho ocorrido em todas as regiões do mundo. O neoliberalismo foi a expressão política desse processo de acumulação flexível, que combinou privatização, financeirização da economia e flexibilização nas relações de trabalho como políticas estratégicas a serem implementadas. O bordão *There Is No Alternative (Tina)* traduzido como o contra-ataque do Capital, foi “usado com poderoso efeito retórico”. Líderes sindicais eram chamados de “Barões” e essa forma de tratamento foi se naturalizando no discurso cotidiano. Mais detratores ainda eram os tratamentos de “Máfia”, que associavam os sindicatos às práticas de abuso de poder e corrupção. Alan Budd, professor de economia da *London Business School* assessor direto de Margareth Thatcher, deu a seguinte declaração a um programa de televisão, em 1992, sobre os sustentáculos da estratégia seguida pelo governo Britânico, definindo-os como “volta ao básico”:

Aumentar o desemprego foi um jeito bastante interessante de reduzir a força da classe trabalhadora... O que foi engendrada – em termos marxistas – foi a crise do capitalismo que recriou o exército industrial de reserva e sempre permitiu aos capitalistas terem lucros.¹²

11. Dias, Pedro Leite. “Nossa derrota serviu de exemplo político, dizem ex-mineiros grevistas”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mundo. 03 de maio de 2009. (<https://bit.ly/3hcGvCs>).

12. Beynon, Huw. “Sindicalismo tem futuro no século XXI?”. In: Santana, Marco Aurélio; Rammalho, José Ricardo(orgs). *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p.55.

A fragmentação da classe trabalhadora, dentro e fora do local de trabalho, por intermédio da terceirização e multiplicação das formas de contratação do trabalho; a incorporação cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, a diminuição do trabalho industrial em contrapartida ao aumento dos setores de serviços; a crise do socialismo e os novos valores da juventude trabalhadora; os novos movimentos sociais refletindo a diversidade da sociedade têm sido objeto de análise de Peter Waterman, como pautas a serem incorporadas como estratégia para um sindicalismo mais social¹³.

Também, de tempos em tempos, constatamos os anúncios do “adeus” à classe trabalhadora, desde a publicação da obra clássica de André Gorz “Adeus ao Proletariado”, em 1980, na França, seguido por uma série de autores que, apesar dos diferentes enfoques, assinalam a crise da sociedade do trabalho, que caracterizaria a sociedade pós-industrial marcada pela automação, pela globalização produtiva e fragmentação do trabalho¹⁴. Antunes (1995) foi um dos principais autores brasileiros que se insurgiu contra essas abordagens. Além de apontar o caráter eurocêntrico de tais constatações e o superdimensionamento da diferenciação entre o trabalho industrial e de serviços, Antunes afirma que: “ainda que resultando de uma atividade laboral heterogênea, socialmente combinada e globalmente articulada, a totalidade do trabalho cumpre papel central no processo de criação de valores de troca”¹⁵. Vitor Filgueiras e Sávio Cavalcanti, ao se debruçarem sobre o novo adeus à classe trabalhadora, revivido mais recentemente com a propagação das novas tecnologias de informação e comunicação, também refutam essa perspectiva, segundo eles: “por inconsistência teórica, empírica e política”¹⁶.

13. Waterman, Peter. “The new social unionism: a new union model for a New World Order”. In: Munck, Ronaldo; Waterman, Peter (Orgs.) *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new in the new world order*. Londres: Macmillan Press, 1999.

14. Gorz, André. *Adeus ao Proletariado* (1982). Rio de Janeiro: Forense; Offe, Claus (1989). “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?” *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II; Habermas, J. (1987) “A Nova Transparência”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 18, setembro.

15. Antunes, Ricardo (1995). *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez Editora. p.87.

16. “Teórica, porque naturaliza de forma acrítica o determinismo tecnológico; empírica, pois superestima a forma dos contratos e negligencia o conteúdo objetivo das relações; e, por fim, política, porque dificulta a construção de uma luta social adequada à urgente proteção dos direitos trabalhistas”. Filgueiras, Vitor; Cavalcante, Sávio (2020). “O Trabalho no Século XXI e o Novo Adeus à Classe Trabalhadora”. *Revista Princípios*. N.159, Jul.-Out./2020, p. 13.

Cidadãos do mercado e cidadãos do Estado

Não é novidade que o movimento sindical tem sido alvo de um ataque sistemático que se intensificou com governo de Michel Temer. É um ataque liderado pelo setor empresarial, hegemônico pelo capital financeiro, que está reordenando o estado brasileiro, modelando-o num formato de experimento “puro” de políticas neoliberais, seguindo os velhos “mantras” da ortodoxia liberal. Ou seja, a Reforma Trabalhista buscou adaptar a legislação trabalhista ao padrão de regulação do trabalho sob a lógica de acumulação do capitalismo financeiro e global onde os grupos econômicos ganham mais liberdade de alocar a força de trabalho de acordo com as necessidades pautadas unicamente pelo mercado e não pela dignidade do trabalho e do bem-estar social.

Como mencionamos nas páginas iniciais, estamos assistindo à corrosão, desde as últimas décadas, das características do padrão fordista de organização do trabalho com reflexos sobre a organização social e a vida da classe trabalhadora que lhe permitiu um certo padrão de consumo e integração no contrato social construído no pós Segunda Guerra Mundial. Essa classe trabalhadora criou vínculos coletivos forjados na luta por direitos e por melhores condições de vida e pela construção de uma identidade constitutiva da sua existência expressos na linguagem, nas formas de lazer, nos gestos e nos territórios que ocupava, especialmente nas grandes cidades. O sindicato, sob constante fogo cruzado nas últimas décadas, foi uma instituição fundamental dessa experiência de classe que uniu as várias dimensões que constituíram a identidade da classe trabalhadora no pós-guerra. Isso significa que “os diques construídos ao longo dos anos pelo movimento operário com o intuito de opor-se à exploração, de dotar o grupo de uma consciência de classe e resistir melhor a dominação simbólica romperam-se largamente”¹⁷.

17. A esse respeito, ver o excelente trabalho etnográfico, realizado nos anos 1990, de Beaud, Stéphane e Pialoux. *Retorno à Condição Operária*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. Os autores analisam com extrema sensibilidade histórica e antropológica as metamorfoses de um velho mundo industrial em extinção e a resistência/desilusão das velhas gerações a essas transformações em fábricas da Peugeot, na França. Como observam os autores: “a imagem que um grupo operário fazia de si mesmo tornou-se opaca. Essa crise, também de representação, contribui fortemente para a não visibilidade do grupo. Digamos a cru: os operários, que tinham a seu favor a força do número, aos poucos deixaram de meter medo e não assustam mais os dirigentes” (p. 11).

O receituário liberal, crítico ao social liberalismo ou pacto fordista, que teve na social-democracia a sua expressão política, colocado em prática em muitos países como resposta à crise de 1929, foi duramente criticado por Friedrich Hayek¹⁸. Porém, tais críticas tiveram pouca aderência política e social. A polarização política da Guerra Fria, que colocava a Social-Democracia como uma espécie de “terceira via”, a expansão econômica mundial e a sensível melhora do padrão de vida da classe trabalhadora, que tiveram início no pós-guerra sob forte impulso estatal, colocaram as propostas liberais na defensiva.

Na década de setenta do século passado, a “crise do petróleo” (1973-1974) causou uma interrupção do crescimento da economia mundial iniciado desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O Estado de Bem-Estar Social começou a ser criticado principalmente em relação à sua política de proteção social, que segundo seus críticos, gerava déficit fiscal. Nesse período, intensifica-se o processo de financeirização da economia e o crescimento da influência do pensamento neoliberal que, em poucos anos, seria adotado por governos conservadores, como foi o caso de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979-1990), Ronald Reagan nos EUA (1981-1989) e Helmut Kohl na Alemanha (1982-1998). Nesse período também os governos socialistas adotaram pautas conservadoras, flexibilizando a legislação trabalhista para tentar responder à crise do desemprego, como se deu no governo de Felipe González, na Espanha (1982-1996).

O fim da ameaça comunista, simbolizada pelas imagens da queda do Muro de Berlim que percorreram o mundo em 9 de novembro de 1989, e o aprofundamento da globalização financeira da economia fizeram da social-democracia e do estado de bem-estar social o principal alvo dos ataques dos neoliberais transformados em “pensamento único” pela grande mídia. Tem início o desmonte da proteção social construída pelos estados ao longo de décadas em todo o mundo. Quando não foi

18. Hayek, Friedrich August Von. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. A ideia central do livro de que a forma de organizar a economia induz a um tipo orientação política e a um padrão de comportamento social e ideológico, está no artigo “A liberdade e o sistema econômico”, publicado na *Contemporary Review*, de abril de 1938, e, posteriormente, reimpresso, numa versão ampliada, como um dos Panfletos de política governamental editados pelo Professor H. D. Gideonse para a University of Chicago Press (1939), conforme assinala o autor no prefácio da edição inglesa de 1944, que consta na versão em português citada acima.

possível o consenso para esse desmonte, os neoliberais recorreram à força e à quebra das regras democráticas, como foi o caso do impeachment da presidenta Dilma.

Hayek e, principalmente, Friedman¹⁹ ganharam enorme prestígio internacional e tornaram-se grandes influenciadores do pensamento econômico dos anos setenta em diante. Esses autores questionam a ideia de soberania popular assentada sobre universalização de direitos e promoção de políticas públicas que pressupõe que a igualdade deve anteceder a liberdade. A perspectiva da classe trabalhadora e seus sindicatos, lutando por mais direitos e mais salários, era vista como obstáculos à liberdade, à competição e aos lucros, sem os quais não haveria prosperidade. O Estado de Bem-Estar Social era algo impossível de se realizar, algo que levaria progressivamente a um determinado utilitarismo e, segundo eles, a uma visão de sociedade totalitária, apesar das boas intenções do Estado Providência, suas consequências políticas e ideológicas seriam imprevisíveis ao limitar a liberdade de escolha.

Ao comparar liberalismo e democracia, Hayek afirma que “o oposto de democracia é o autoritarismo, sinônimo de poder político concentrado, mas não necessariamente ilimitado. Já o oposto de liberalismo é o totalitarismo que é o controle total de todos os aspectos da vida”. Isso possibilita “tolerar o autoritarismo numa fase de transição para o liberalismo. E o totalitarismo pode ser engendrado por maiorias democráticas”²⁰. Ou seja, para os liberais é preferível sacrificar a democracia em nome do livre exercício da economia de mercado do que tolerar “os excessos de democracia” que privilegiam o Estado regulador que asfixia a economia de mercado²¹.

19. Milton Friedman publicou, em 1962, pela University of Chicago Press, o livro *Capitalismo e Liberdade*, que exerceu grande influência entre os economistas liberais e virou uma espécie de bíblia do liberalismo na década seguinte. Foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976. O liberalismo chegou às salas de estar com a série de TV *Free to Choose*, em 1980, apresentada por Friedman, que inspirou a publicação do livro homônimo em co-autoria com sua esposa, Rose Friedman, que virou best-seller em poucas semanas. Landsburg, Steven (2019). *The Essential Milton Friedman*. Fraser Institute. Disponível em: <https://bit.ly/36ANh2S>. Acesso em: 21 abr. 2022.

20. Brown, Wendy. *Nas ruínas do liberalismo – a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2020. p. 88.

21. Tais questões como a tensão entre democracia e liberalismo sempre estiveram presentes na trajetória do liberalismo como ideário do capitalismo na sua expressão política e econômica, como aponta o clássico ensaio de Polanyi, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora/ Campus, 2000.

O cientista político alemão Wolfgang Streeck²² tem chamado a atenção para a “revolta do capital”, desde os anos 1970, contra a economia expansionista que predominou após a Segunda Guerra Mundial com pleno emprego, com empoderamento dos sindicatos e ampliação do consumo. Para o autor, “estamos numa fase tardia da democracia, na medida em que a democracia, tal qual a conhecemos, está prestes a ser esterilizada como a democracia de massas redistributiva e reduzida a uma combinação de Estado de Direito e distração pública”²³. Nesse sentido, os neoliberais tomam para si a tarefa de desmontar e destruir todas as formas de social democracia. Essa “vingança” do capital se aprofundou com a crise de 2008, tornando mais claro o processo de “desdemocratização do capitalismo através da deseconomização da democracia”, como observa Streeck.

O casamento entre neoliberalismo e autoritarismo criou obstáculos para o exercício da atividade sindical, especialmente do sindicalismo mais combativo. Aqui não se trata de práticas e campanhas antissindicais, como ocorreu em outras conjunturas. O sindicato passou a ser uma instituição indesejável que não se ajusta ao receituário econômico e à ideologia neoliberal. No processo de “destruição” da arquitetura política e social da democracia, o combate aos sindicatos ganhou centralidade na guerra cultural que assistimos na grande mídia e nas redes sociais, revivendo as experiências nos Estados Unidos e Inglaterra na década de 1980²⁴. Como instituições que promovem a distribuição de renda e a ampliação de direitos, são acusadas de diminuir os lucros das empresas e inibir a competitividade do mercado, criando barreiras para os investimentos e a prosperidade de toda sociedade²⁵.

22. Streeck, Wolfgang. *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual Editora, 2013, p. 30.

23. Streeck, Wolfgang. *Idem*. *Ibidem*.

24. “A destruição do Sindicato dos controladores de tráfego aéreo por Ronald Reagan, em 1981, e vitória de Margareth Thatcher sobre o sindicato dos mineiros, em 1984, constituem pontos de viragem dramáticos e simbolicamente importantes”. Streeck (2013), *op. cit.*, p. 71. Para este autor, “o critério de remuneração que corresponde à justiça de mercado é a produtividade-limite; portanto, o valor de mercado da última unidade de produção extraído de acordo com as condições da concorrência” (p. 104).

25. Os dilemas da democratização e desdemocratização vão muito além do liberalismo e são anteriores a ele, como analisou Tilly, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2007. E mesmo no período onde predominou governos socialistas e sociais democratas os debates sobre o papel da democracia no socialismo movimentou acalorados debates entre as correntes de esquerda. Entre outros, conferir em: Przeworsky, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo Companhia

Da perspectiva liberal, os sindicatos interferem no equilíbrio de preços da mão de obra criando mecanismos de regulação que alteram a lei da oferta e da procura. O ministro da economia do governo atual, Paulo Guedes, chegou a acusar os sindicalistas metalúrgicos do ABC de serem cúmplices da ditadura beneficiando-se com altos salários, numa clara demonstração de guerra ideológica contra o sindicalismo combativo²⁶. Então, o movimento sindical tem lutado contra a sua própria negação como instituição legítima e necessária para representar e lutar pelos interesses dos trabalhadores. Os sindicatos têm sido atacados por autoridades governamentais, pelas empresas e pela grande mídia em todo o mundo, não raras vezes são tratados como “os últimos dinossauros da Revolução Industrial”.

O contraponto às reivindicações de caráter classista e universais é a competição individual. No Brasil, temos visto a exaltação do empreendedorismo e da meritocracia como caminho natural para o sucesso profissional. Atributos como engenhosidade, criatividade, ousadia, capacidade de liderar e criar consensos como qualidade que distingue “vencedores” e “perdedores” na competitiva corrida pelo sucesso. Para Marilena Chauí:

trata-se de um novo totalitarismo porque ao invés do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o estado era espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade: todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo como referência, definindo como referência central o mercado, como um tipo determinado

das Letras, 1989; Eley, Geoff. *Forjando a Democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

26. Na abertura do seminário “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica” em 12 de agosto de 2019, o Ministro Paulo Guedes chegou a dizer: “Sobrava [dinheiro] para o governo com bastante impostos, sobrava para as montadoras [...] e sobrava também para os sindicalistas do ABC paulista que ganhavam 10, 12, 13 vezes mais que a média do trabalhador brasileiro porque se não pagasse eles iam para a porta da fábrica e ameaçavam quem quisesse trabalhar e quebravam tudo e brigavam com a polícia e aí, parecia que era coisa da ditadura. Não, a ditadura tava garantindo aqueles salários extraordinários para aquele grupo seletivo de sindicalistas. Quem conhece a economia sabe quem era parceiro de verdade da ditadura militar”. Disponível em: <https://bit.ly/3lboolS>. Acesso em: 20 ago. 2019.

de organização: a empresa – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, um a igreja é uma empresa e, evidentemente o Estado é uma empresa.²⁷

O mundo do trabalho sob permanente fogo cruzado

O cenário de ataque ao trabalho não é uma peculiaridade brasileira. O que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff proporcionou com as reformas neoliberais foi integrar o país numa lógica de desmanche do padrão de organização fordista no plano internacional que foi levado adiante após a crise de 2008, aprofundando as medidas iniciadas na primeira fase do neoliberalismo.

Houve reformas trabalhistas e sindicais em diversas partes do mundo. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somente entre 2008 e 2014 foram realizadas reformas trabalhistas em 110 países em todo o mundo, que implicaram em 642 mudanças laborais que, na maioria dos casos, produziram um aumento da insegurança e da fragmentação do trabalho, além de promover a desigualdade social, incluindo a desigualdade de gênero e raça²⁸. A maior parte dessas reformas caminhou na direção da desregulamentação do trabalho e da diminuição da proteção do emprego. Ou seja, a resposta à crise financeira de 2008, diferentemente da resposta à crise de 1929, foi aprofundar as medidas liberais colocando os estados nacionais cada vez mais a serviço do sistema financeiro.

A fragilização da ação sindical, ocasionada pela crise de ordem política e econômica, ganhou amplitude com a reforma trabalhista com forte viés antissindical, colocando várias travas às negociações, dificultando o seu exercício e prejudicando a sua eficácia. Também afetou de forma impactante a situação financeira dos sindicatos, o que repercutiu imediatamente na sustentação da estrutura vertical (federações e confederações) e das centrais sindicais. Outra consequência da reforma foi o forte impacto na queda das taxas de sindicalização de um modo

27. Chauí, Marilena. *Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo*. Publicado em 06/10/2019. Disponível em: <https://bit.ly/3sZ4zOJ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

28. Dragos Adascalitei; Morano, Clemente Pignatti. "Labour market reforms since the crisis: Drivers and consequences". Geneva-ILO. International Labour Office. *Research Department Working Paper* No. 5, 2015.

geral, tendência que já se desenhava desde 2014, conforme mostram os dados do IBGE de 2019²⁹.

Por enquanto, as respostas dos sindicatos têm sido reativas. De um modo geral: enxugando a estrutura e cortando funcionários, se adequando à escassez de recursos; buscando alternativas de financiamento através da taxa negocial e ampliação de sócios; e concentrando esforços para manutenção dos acordos e convenções anteriores na tentativa de preservar direitos. Não bastasse esse terremoto sobre o sindicalismo brasileiro, criado pela desregulamentação em março de 2020, veio o flagelo da pandemia de Covid-19, a crise sanitária, que agravou ainda mais o quadro que já era dramático.

Outro aspecto que integra esse cenário de desafios, diz respeito às transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela “Indústria 4.0” ou “Manufatura Avançada”, cujos principais vetores são: a digitalização, a informação e a automação, que são expandidos e otimizados pela informática, inteligência artificial, internet das coisas, Big Data, 5G, que permitem a maior capacidade de armazenamento e velocidade das informações necessárias para a conectividade e automação acelerada de todo o processo produtivo e sua integração com fornecedores e consumidores, gerando informação em tempo real³⁰. A indústria de transformação passa a ser totalmente conectada, o que torna possível resolver, de forma remota, problemas técnicos na linha de produção em qualquer parte do mundo. A expansão da manufatura avançada vai gerar impactos na perda de postos de trabalho, entretanto, o atraso em relação a essa pode ter consequências ainda mais negativas, como a repatriação da indústria de transformação existente na periferia do capitalismo pelos países centrais³¹.

Esse avanço tecnológico tem gerado também uma espécie de “industrialização dos serviços” que pode ser observada no processo de uberização do trabalho com a expansão dos trabalhadores contratados

29. Em 2019, 11,2% (ou 10,6 milhões de pessoas) dos trabalhadores do país eram associados a sindicato, uma taxa inferior à de 2018 (12,5% ou 11,5 milhões). A queda acontece mesmo com o aumento de 2,5% na população ocupada, estimada em 94,6 milhões de pessoas em 2019, (contra 92,3 milhões, em 2018). A última vez em que a taxa de sindicalização cresceu foi em 2013. De 2012 a 2019, o contingente de sindicalizados no país caiu em 3,8 milhões de pessoas. Fonte: <https://bit.ly/3Ih2S5A>.

30. Schawab, Klaus. *The Fourth Industrial Revolution*. U.K.: Portfolio/Penguin, 2017.

31. A Indústria 4.0 ainda é um processo em curso, cuja realidade é distante na maioria dos países. Arbix, G. et al. “O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: O que aprender com Alemanha, China e Estados Unidos”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo. V. 36.03. p. 29-49, 2017.

por empresas de aplicativos que prestam diversos tipos de serviços. Essa “indústria” tem como fundamento a precarização extrema do trabalho e, ao mesmo tempo, uma enorme fragmentação dos trabalhadores. Junta-se a essa realidade, a expansão do *Home Office*, causado pela pandemia, utilizada de maneira oportunista pelas empresas para impor essa modalidade de trabalho sem prévia negociação com sindicatos e trabalhadores. Estima-se que 40% do total da mão de obra que neste momento trabalha em *Home Office* permanecerá nessa forma de trabalho após a pandemia. Ou seja, mais um contingente de pessoas trabalhando de forma pulverizada e sem contato com algum tipo de representação sindical.

Dessa forma, a difusão e apropriação das novas tecnologias sujeitas à lógica do mercado e da competitividade capitalista têm aprofundado a desigualdade social através do desemprego, da precarização do trabalho e, também, distanciando os trabalhadores cada vez mais das suas experiências coletivas. Portanto, ao invés de pensarmos em jornadas de trabalho menores compensadas pelos ganhos de produtividade, estamos assistindo cada vez mais aos trabalhadores sendo submetidos a jornadas intensas de trabalho que extrapolam o tempo normal de trabalho. Não sem razão, acordos coletivos firmados entre sindicatos e empresas, o direito à desconexão nos intervalos e fora do horário de trabalho começa a aparecer como uma das reivindicações recorrentes dos trabalhadores no sentido de haver um equilíbrio maior entre a vida profissional e vida pessoal³².

Os motoristas que trabalham para as empresas de aplicativos, que no início tinham a ilusão da autonomia do trabalho, começam a perceber que eles estão sujeitos a uma subordinação ainda mais perversa do que a existente no mercado formal de trabalho. E, na verdade, podemos dizer que eles padecem de um controle ainda maior porque esse controle é invisível e impessoal. Fica evidente que essa ideia de autonomia do trabalhador, desvinculada de uma submissão formal do trabalho, é muito mais um desejo do que uma realidade. Quando olhamos as condições de trabalho dos entregadores de refeições a situação é muito mais dramática, com jornadas extensas e baixa remuneração

32. É o caso do Acordo Marco Global, renovado em 09 de julho de 2019, entre o Grupo Renault e o IndustriALL, que é o Sindicato Global do setor metalúrgico, químico e do vestuário. “*Global framework agreement on developing life at work*” (<https://bit.ly/3JQtAIO>).

numa relação de trabalho totalmente precarizada³³. Essa constatação não elimina o fato que há um desafio político por parte dos sindicatos do ponto de vista político e ideológico. Esses trabalhadores não se identificam com os sindicatos tradicionais e tendem ao distanciamento em relação a esses.

Em síntese, esse cenário coloca então alguns desafios organizativos diante da precarização, da informatização e da pulverização do trabalho, sobretudo o de como organizar esse universo de trabalhadores tão dispersos e tão heterogêneos. A Reforma Trabalhista, que desregulamentou completamente o mercado de trabalho por um lado e fragilizou os sindicatos, por outro, tornou esse quadro mais difícil ainda.

O chamado “novo sindicalismo”, que emergiu no final dos anos 1970 e que protagonizou a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, sempre defendeu uma reforma sindical orientada sob o princípio da liberdade e autonomia sindical, que eliminasse o controle do Estado sobre as organizações sindicais, incluindo a eliminação da contribuição compulsória, o chamado “imposto sindical”. Porém, a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, teve como objetivo desregular o mercado de trabalho, facilitar ainda mais as demissões, flexibilizar os direitos trabalhistas e fragilizar o poder de negociação dos sindicatos. A predominância do negociado sobre o legislado, no atual cenário de desregulamentação do trabalho e taxa de desemprego explosiva, só tende a aumentar a assimetria entre o poder dos sindicatos patronais e dos sindicatos de trabalhadores no processo de negociação³⁴.

Outra consequência, bastante preocupante no atual cenário, é o processo de desindustrialização precoce ao qual estamos assistindo em nosso país. Em meados dos anos 1980, 35% do PIB brasileiro tinha origem na atividade industrial, em 2004 esse número caiu para 17,8% e hoje está em 11,0%. A participação brasileira na produção mundial da indústria caiu de 2,8% em 2005 para 1,8% nos dias atuais. Para se ter uma ideia da situação agonizante da indústria basta compararmos os

33. O cinema transportou de forma brilhante esse cenário de uberização e suas consequências sociais no filme dirigido por Ken Loach *Você não estava aqui*. Vitrine Filmes. Inglaterra/Bélgica, 2019. No Brasil foi produzido um excelente documentário pela ONG Repórter Brasil sobre o mesmo fenômeno: *GIG - A Uberização do Trabalho*, dirigido por Carlos Juliano Barros; Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho. Brasil, 2019.

34. Galvão, Andréia; Castro, Bárbara; Krein, José Dari; Teixeira, Marilane Oliveira (2019). “Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo”. *Cadernos CRH*. Salvador, V. 32, n. 86. Maio/Agosto.

dados do final da década de 1970 entre Brasil e China *vis à vis* com os números atuais. Em 1980, o Brasil tinha ligeira vantagem sobre a China em relação às exportações de manufaturados: 9,028 bilhões de dólares contra 8,712 bilhões de dólares, respectivamente. Hoje, a diferença em favor dos chineses é abissal: 60,7 bilhões de dólares para o Brasil e 2,47 trilhões de dólares para a China. Estamos, de forma acelerada, voltando à primarização da economia com a perda sensível da relevância da indústria na dinâmica do crescimento e do desenvolvimento³⁵.

O Brasil está se desindustrializando, significa dizer que estamos voltando aos anos 20 do século passado e isso afeta diretamente o mercado de trabalho porque os melhores empregos geralmente são os empregos industriais, que geram valor agregado, geram tecnologia, pesquisa e inovação. Por consequência, a primarização da economia limita as estruturas de ensino e pesquisa no país. Enfim, isso coloca muitas interrogações em relação às nossas perspectivas de desenvolvimento e geração de empregos de qualidade. Hoje, grande parte do emprego gerado no Brasil tem origem no comércio e em serviços de baixa remuneração além da precarização já referida anteriormente. Apesar de ser um fenômeno mundial, a perda de emprego da indústria para o comércio e a rapidez desse processo como está acontecendo no Brasil, colocam em risco a própria manutenção dos empregos no setor terciário, que não tem autonomia suficiente para manter os empregos de forma sustentável se não houver crescimento econômico.

Com o aprofundamento da globalização e a conseqüente expansão e diversificação das cadeias globais de produção, os sindicatos voltam a se mobilizar internacionalmente contra o rebaixamento de salários e a violação de direitos trabalhistas, ou mesmo a inexistência destes, praticados ao longo das cadeias globais de produção que se tornam invisíveis, especialmente nas pontas, onde predomina o trabalho com menor valor agregado. Países que estavam fora das esferas internacionais de produção industrial, serão “incluídos” de maneira perversa nas cadeias globais de produção. Com populações socialmente vulneráveis e altos índices de desemprego, esses países, graças aos avanços das tecnologias de informação, comunicação e transportes e com o bene-

35. Arbix, Glauco (2017). “Diretrizes para o Desenvolvimento de políticas de inovação no Brasil”. *Perspectivas*, nº9/2017. Friedrich Ebert Stiftung – Brasil. Cafardo, Pedro. “O poderoso vírus da desindustrialização”. *Valor Econômico*, 30/03/21. <http://glo.bo/36zfqHL>.

plácito dos governos locais, tornaram-se espaços ideais na perspectiva das grandes empresas transnacionais (ETNs) para diminuir seus custos com a mão-de-obra diante de trabalhadores e trabalhadoras (muitos ainda em idade infantil) fragilizados socialmente e sem representação sindical. Há uma tarefa complexa para o movimento sindical contemporâneo: pensar estratégias internacionais combinadas com o fortalecimento local, como observou Boaventura de Souza Santos³⁶.

Há Comitês Mundiais de Trabalhadores em várias empresas multinacionais que têm sido a forma mais ativa na troca de informações, no intercâmbio entre as plantas de uma mesma empresa e no monitoramento de Acordos-Marco Globais. Estes são acordos firmados entre as empresas multinacionais e os sindicatos globais sobre as condições mínimas de trabalho a serem observadas pelas empresas e seus fornecedores em todo o mundo, tendo como referência os Direitos Fundamentais do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁷.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) seguida em menor escala pela Força Sindical (FS), por meio de suas Confederações, tem investido na criação de Redes Sindicais de Trabalhadores em empresas multinacionais com objetivo de trocar informações entre diferentes plantas de uma mesma empresa, construir pautas conjuntas e fortalecer a organização sindical nessas empresas. Existem cerca de cinquenta redes sindicais que abrangem os ramos metalúrgico, químico, financeiro, comércio, alimentação e bebidas, entre outros³⁸. Essas experiências carecem de mais efetividade no processo de negociação com as empresas, mas não deixam de ser um importante ensaio de internacionalismo sindical e nacional ao tentar superar a fragmentação sindical imposta pela estrutura sindical brasileira.

36. Santos, Boaventura de Souza *A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

37. Fitcher, Michael. “Modelando a estratégia Global. A Arena das redes globais de produção, Acordos Marco Globais e Redes Sindicais”. *Global Labour Column*, n. 123, fevereiro de 2013. <https://bit.ly/3LiPqiQ>.

38. Sobre Redes Sindicais, conferir em: Costa, Hélio da. “Redes Sindicales de Trabajadores: Desafios Globales e Locales”. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad*, n° 264, 2016. Para a experiência dos Comitês Mundiais de Trabalhadores da Volkswagen e Daimler Benz, ver: Araujo, Ariella Silva. *O Sindicalismo do Século XXI: A Dinâmica do Comitê Mundial de Trabalhadores da Daimler AG e Volkswagen AG*. São Paulo: Anablume, 2021.

Por um Sindicalismo reinventado

Vimos anteriormente, ao abordarmos aspectos das transformações no mundo do trabalho, que era frequente a associação destes fenômenos com a crise e enfraquecimento do poder de fogo do movimento sindical, cuja atuação foi decisiva tanto no estabelecimento do compromisso fordista, como nas lutas contra o ritmo e o controle do trabalho em geral, especialmente nos anos pós Segunda Guerra Mundial, que tem, em Maio de 1968, seu grande epicentro, como assinalam Harvey, Hobsbawm e Eley³⁹. Esse recuo do sindicalismo, no entanto, foi desigual, contraditório e configurou-se até recentemente como um fenômeno conjuntural. Quando se observa uma curva de longo prazo verifica-se a manutenção do padrão de organização igual ou superior a 1960 para a maioria dos países (Boito, 2003, p. 332).

Apesar da resiliência do sindicalismo numa perspectiva mais ampla, tem sido cada vez mais invocada nas últimas duas décadas a necessidade de um sindicalismo reinventado que supere as barreiras corporativas e se apresente como organização portadora de múltiplas possibilidades de ação, incorporando novas agendas, novos temas e novas alianças como forma de responder a demandas diversas e plurais da classe trabalhadora e dos movimentos sociais contemporâneos. Vários autores têm em comum a análise crítica à excessiva institucionalização do sindicalismo, com a sua estrutura vertical de decisão e sua vocação corporativa. Kim Moody⁴⁰, que teve no movimento sindical brasileiro nos anos 1970 e 1980 uma de suas inspirações, propõe um “sindicalismo tipo movimento social” mais dinâmico, com uma pauta ampla e aberta às novas demandas, de cunho internacionalista e orientado por um socialismo renovado.

Na mesma direção, mas numa perspectiva mais alternativa, experimental e menos politizada, Osterman et al.⁴¹ sugerem que o sindicalismo do futuro deve assumir uma feição de redes ampliadas. Para esses autores, esse sindicalismo deve significar uma voz forte e inovadora em

39. Harvey, David. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola; Hobsbawm, Eric (1995). *A Era dos Extremos*. São Paulo. Cia das Letras; Eley, Geoff (2005). Op. cit.

40. Moody, Kim (1997). *Workers in a Lean World – Unions in the International Economy*. London/New York: Verso. Apud Ramalho; Santana, 2003. op. cit., p. 29.

41. Osterman, Paul et al. (2001). *Working in America – Blueprint for the New Labor Market*. Cambridge/London, MIT Press. Apud Ramalho; Santana, 2003. Op. cit., p. 29.

todos os espaços de atuação, do local de trabalho às formulações nacionais passando pelas demandas das comunidades. Esse novo desenho organizacional deverá requerer, segundo os autores, não só a ampliação do escopo sindical, mas a incorporação efetiva dos novos interesses e as novas necessidades de setores diversos da sociedade como os grupos e organizações comunitárias que lutam pelos direitos humanos e dos trabalhadores mesmo não estando conectados com os locais de trabalho.

Para o caso brasileiro, esses desafios também se colocam e ainda se somam ao esforço de superar o modelo corporativo, no menor prazo possível, num cenário de grandes transformações no mundo do trabalho de diversas naturezas, de mudanças no perfil da classe trabalhadora, ampliação da desagregação e fragmentação territorial da classe trabalhadora, além dos ataques de ordem ideológica e política aos sindicatos.

Clemente Ganz Lúcio⁴² tem apontado a necessidade de reinvenção do sindicalismo no Brasil sob risco de ser tragado pela realidade perdendo relevância política e histórica dada a magnitude das mudanças que impactaram o sindicalismo brasileiro. Tais mudanças no plano institucional e no mundo do trabalho, num cenário de crise econômica prolongada, que foi potencializada pela pandemia, têm drenado as energias do sindicalismo brasileiro tornando-o visivelmente fragilizado. Para este autor, a reorganização sindical precisa acontecer em várias frentes para que possa enfrentar a complexidade dos desafios, que por sua vez não pode conduzir as lideranças sindicais ao “fatalismo imobilizador” ou à produção em série de propostas e resoluções estéreis que nunca serão efetivadas na vida real.

Esse descompasso entre concepção e prática sindical pode ter consequências políticas de grande monta ao distanciar os sindicatos da centralidade do trabalho e da vida dos trabalhadores. Nesse aspecto, a construção de um modelo sindical que supere o corporativismo subordinado ao Estado e fragmentado por categorias em bases municipais é uma tarefa a ser realizada nos próximos anos, apesar das inúmeras tentativas frustradas nessa direção⁴³.

42. Lúcio, Clemente Ganz. *Caminhos para os Sindicatos Construírem seu Futuro em um Mundo do Trabalho em Mudança*. Abril de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3LXXBIK>. Acesso em: 25 maio 2021.

43. A última destas tentativas aconteceu no governo Lula, que instituiu, em 2003, o Fórum Nacional do Trabalho, órgão tripartite encarregado de elaborar uma Reforma Sindical baseada nos princípios da Liberdade e autonomia Sindical. De agosto de 2003 a abril de 2005, o

Salientamos, mais uma vez, que não estamos tratando de nenhuma novidade. Sindicatos organizados desta forma é uma velha aspiração não realizada do “novo sindicalismo”, que sempre foi invocada por ele, embora com baixa capacidade de implementação. Por repetidas vezes, mencionamos o desafio histórico do sindicalismo brasileiro de construir um modelo sindical alternativo à estrutura sindical oficial do período varguista, que seja pautado pelo princípio da liberdade e autonomia sindical, que remonta há muitas décadas, a começar pela Constituinte de 1946⁴⁴ e assim prosseguiu por diferentes conjunturas políticas, desafiando a imaginação dos historiadores como observou Michael Hall⁴⁵. O “novo sindicalismo” fez da liberdade e autonomia sindical seu principal emblema. Essa, inclusive, foi uma das linhas divisórias que o distinguia do “velho sindicalismo”, do período de 1945 a 1964, este último, tido como responsável pela manutenção da estrutura sindical corporativista pelas opções políticas de suas lideranças, hegemônicas pelos comunistas, que priorizaram a aliança com populismo em prejuízo da autonomia de classe⁴⁶. Na avaliação dos novos sujeitos que lideravam o sindicalismo combativo, no final dos anos 1970, havia faltado “vontade política” às gerações que os precederam⁴⁷.

Portanto, pensar um modelo organizativo mais aglutinador na lógica dos ramos econômicos de atividades como sindicatos da indústria, do comércio e serviços, dos transportes e assim por diante, em escala regional ou até mesmo nacional seria um grande salto para superar a fragmenta-

Fórum produziu uma proposta que introduzia a organização sindical por ramo de atividade econômica; o fim do imposto sindical; legalização das Centrais Sindicais; substituição do monopólio da representação sindical por um sistema de reconhecimento sindical mais democrático e plural; a relativização do Poder Normativo da Justiça do Trabalho; ampliação do direito de greve; criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho. A referida proposta apresentada em 2005 não obteve maioria para ser aprovada. Araújo, Ângela Maria Carneiro; Oliveira, Roberto Vêras de. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”. In: Oliveira, Roberto Vêras de; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos. *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

44. Almino, João. *Os democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

45. Hall, Michael. “Corporativismo e Fascismo nas Origens das Leis Trabalhistas”. In: Araújo, Angela (org.). *Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2002.

46. O principal teórico dessa chave explicativa é Weffort, Francisco. *Sindicato e Política*. Tese de Livre Docência em Sociologia. PPGCS-USP, 1973.

47. Santana, Marco Aurélio. “Política e história em disputa: o novo sindicalismo e ideia de ruptura com o passado”. In: *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rodrigues, Iram Jácome (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ção da atual estrutura baseada na unicidade sindical. Isso possibilitaria a estruturação de sindicatos maiores e mais fortes com maior capacidade de negociação, que combinariam um nível de organização que iria do local de trabalho até a estrutura nacional ou regional. Embora necessárias, as mudanças para um modelo mais centralizado e aglutinador da era fordista já não são mais suficientes, e o modelo sindical precisa estar aberto aos novos trabalhadores informais, terceirizados, autônomos e dispersos sob diversas formas, como já foi mencionado anteriormente. Em outras palavras, precisamos a um só tempo avançar em tarefas organizativas do passado e do presente. Porém, não devemos fetichizar a estrutura sindical atribuindo-lhe um poder sobrenatural como *raison d'être* que teriam levado a derrota do sindicalismo combativo em 1964 e em 1968, como aconteceu com as gerações de sindicalistas no período imediato ao golpe militar e depois pelo novo sindicalismo representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴⁸. O próprio diagnóstico que atribuía ao sindicalismo pré-1964 uma prática “cupulista” e distante das bases foi questionada por várias pesquisas ulteriores⁴⁹. O debate referido aqui tem menos a preocupação com o preciosismo acadêmico e mais com a necessidade de refletirmos sobre as questões colocadas no passado e a necessidade de aprendermos com elas. Construir um modelo sindical sintonizado com as mudanças em curso é fundamental e estratégico, como as próprias vozes do sindicalismo têm insistido. Porém, esse objetivo, por si mesmo, não promoverá as mudanças almeçadas se ele não for acompanhado de um forte sentimento de coragem e ousadia para o surgimento de algo novo, que não será resultado apenas de decreto ou

48. As lideranças da Greve de Osasco, em 1968, foram as mais insinuas em relação ao papel da estrutura sindical como o grande problema do sindicalismo brasileiro. Nas hostes acadêmicas, além de Weffort, op.cit., Moisés, José Álvaro (1978). *A Greve de massa e crise política*. São Paulo: Polis, 1978, foi um ardoroso crítico do “velho sindicalismo” que, segundo ele, não ousou romper com a estrutura sindical. Boito Jr., Armando (1991). *Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Unicamp. Foi um dos mais contundentes críticos do novo sindicalismo pela “incapacidade” de romper com as bases do modelo sindical varguista.

49. José Álvaro Moisés em artigo, que se tornou clássico, consolidou uma espécie de tipologia marcando as diferenças entre o velho e o novo sindicalismo em “A Estratégia do Novo Sindicalismo”. *Revista de Cultura e Política*, N. 5/6, 1981. Várias pesquisas posteriores questionaram essa visão dicotômica, sem desconsiderar as especificidades históricas, entre elas: Costa, Hélio da. *Em Busca da Memória*. Comissões de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra. São Paulo: Scritta, 1995. Leal, Murilo. *A Reivenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. Antônio Luigi Negro em *Linhas de montagem - o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

leis, mas um caminho pavimentado com muitas contradições e tensões como é próprio da história do sindicalismo desde a sua origem.

Vale lembrar que as condições do enfrentamento atual são bastante singulares se comparadas às dos últimos 30 anos. Primeiro, ocorreu o ressurgimento de militância de direita e extrema direita que tem grande *performance* nas redes sociais e também tem demonstrado capacidade de ocupar as ruas. Esses “novos sujeitos” da era neoliberal estão presentes nos locais de trabalho, nos bairros, nas igrejas etc. Esses “militantes” não só questionam os dirigentes sindicais, como também colocam em questão o próprio sentido e a razão da existência dos sindicatos. Isso quer dizer que as práticas patronais antissindicais e as campanhas midiáticas contra os sindicatos ganharam ressonância em parte da sociedade⁵⁰. É difícil avaliar a dimensão desse fenômeno, mas essa realidade, ainda que imprecisa, exige estratégias de comunicação e narrativas que superem o distanciamento entre trabalhadores e seus representantes, especialmente entre os jovens, cada vez menos identificados com o discurso sindical. Esse cenário de rejeição somado à própria falta de estratégia e consenso por parte das centrais sindicais pode ter contribuído para a baixa mobilização no período de tramitação da Reforma Sindical, facilitando a sua aprovação⁵¹.

Outro aspecto particular, em relações aos enfrentamentos anteriores, foi o impacto financeiro da reforma sindical sobre as entidades sindicais. Nas suas “crises”, antes da Reforma Trabalhista, as organizações sindicais conseguiram manter a sua estrutura de recursos humanos e materiais com o imposto sindical e a taxa negocial. O fim do imposto compulsório afetou principalmente as centrais sindicais, as federações e confederações que eram mais dependentes desse tipo de financiamento⁵², que se viram

50. Raymond Williams descreve como esse processo se deu de forma dramática para a esquerda inglesa e suas organizações na era Thatcher (1979-1990). Para ele: “Na verdade, o fato mais destrutivo de nossa cultura é não serem apenas os patrões e os ricos, e seus amigos e representantes, os que crêem e afirmam que estamos unicamente interessados em benefícios egoístas: a maioria de nossa sociedade crê e afirma o mesmo, inclusive um número grande e crescente, cínica ou furiosamente, de membros de nossas próprias organizações”. Williams, Raymond. *Recursos da Esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

51. Galvão, Andréia; Castro, Bárbara; Krein, José Dari; Teixeira, Marilane Oliveira (2019). Op. cit., p. 258.

52. As centrais sindicais passaram a receber o imposto sindical, a partir de 2008, quando passaram a ser reconhecidas como parte da estrutura sindical oficial pela Lei 11.648/08. Nem todas as Centrais preencheram os critérios de representatividade para serem reconhecidas oficialmente e receberem o imposto sindical. Ao mesmo tempo que a lei criou um mecanismo

obrigadas a desmontar suas estruturas mantendo o mínimo necessário para o funcionamento das entidades com demissão de funcionários, venda de patrimônio, redução de gastos com comunicação e, sobretudo, suspensão do apoio financeiro aos movimentos sociais. As campanhas de filiação praticadas como resposta à crise financeira têm esbarrado nos efeitos adversos do mercado de trabalho, na proliferação de diferentes tipos de contrato, na rotatividade da mão de obra e do rebaixamento dos salários, além do ambiente político e ideológico adverso⁵³.

O terceiro aspecto que chama atenção na atual conjuntura é o da magnitude da precarização e da fragmentação dos trabalhadores que estão desprotegidos e fora da faixa de representação sindical. As novas formas de contrato dificultam o acesso dos sindicatos mesmo num cenário de retomada do crescimento futuro. Também entre os trabalhadores autônomos, especialmente os mais jovens, a visão do empreendedorismo ou da “liberdade” no sentido liberal da supremacia da escolha individual sobre os interesses coletivos, tal como propugnava Milton Friedman, tem criado um hiato entre esses jovens trabalhadores e as organizações sindicais. Muitos deles agitam a bandeira do antissindicalismo.

A emergência dos movimentos identitários abre uma janela de oportunidades para o sindicalismo e os movimentos sociais atuarem conjuntamente em pautas comuns. Afinal todos, ou a grande maioria, são trabalhadores e trabalhadoras. Porém, esse exercício exige um aprendizado coletivo na construção de estratégias que contribuam de forma dialética para avanços de lutas gerais e específicas. Esse ensaio já vem ocorrendo na prática sindical, mas é preciso avançar nessa direção para dar mais saliência às questões de gênero, raça, orientação sexual, entre outras.

de sustentação financeira para as Centrais e suas respectivas Federações e Confederações, esse mecanismo favoreceu a proliferação de entidades sindicais sem que isso resulte no fortalecimento da representatividade e da capacidade de negociação coletiva. Ladosky, Mario H. Guedes; Ramalho, José Ricardo; Rodrigues, Iram Jácome. “A questão trabalhista e os desafios da ação sindical”. In: Oliveira, Roberto Vêras de; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos. *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, p. 67.

53. Campos, Anderson; Galvão, Andréia; Lemos, Patrícia, Trópia, Patrícia Vieira. O impacto da “Reforma Trabalhista no Sindicalismo Brasileiro: Reações e Resistências”. Capítulo 9. Vol. I. In: *O Trabalho pós Reforma Trabalhista*. Krein, José Dari; Manzano, Marcelo; Teixeira, Marilaine Oliveira; Lemos Patrícia Rocha. (Orgs). Publicação: Unicamp/Cesitq/Ministério Público do Trabalho/Remir-Ttrabalho, 2021.

Considerações finais

O mundo do trabalho está em mudança permanente e cada vez mais ela ocorre em intervalos mais curtos. O sindicalismo faz parte desse processo de forma umbilical. A inserção sindical pode ocorrer de forma mais pró-ativa ou mais resignada. Na primeira situação, poderá usar seu protagonismo para elaborar diagnósticos, organizar suas bases e construir estratégias de resistência e negociação. O imobilismo é uma aposta de alto risco que pode causar danos irreversíveis à relevância política e social dos sindicatos como instituição representativa dos interesses dos trabalhadores.

Os aspectos mencionados anteriormente relacionados às mudanças da legislação trabalhista e sindical, das mutações no mundo do trabalho, em várias dimensões, e da brutal desproteção social nos últimos anos são colocados como imperativos para a alteração do modelo sindical. Além dessas motivações, há um esforço de setores do empresariado e do governo de alterar a legislação sindical de forma a aprofundar a fragilização sindical com o objetivo de tornar o trabalho cada vez mais disponível às necessidades das empresas. Essa proposta visa retirar o Estado da relação entre empregado e empregador, permitindo uma “relação mais leve” entre o sindicato e o trabalhador. Além disso, a proposta prevê o cenário de pluralismo sindical e a possibilidade de uma estrutura ainda mais fragmentada com a possibilidade de sindicatos por empresa. O modelo de liberdade e autonomia sindical, idealizado pelo governo, é o da fragmentação, do enfraquecimento da negociação coletiva e da adequação das relações de trabalho à economia de mercado onde prevalece o primado do indivíduo sobre o coletivo⁵⁴.

É estratégico que se construa um modelo sindical capaz de dar respostas às transformações que estamos vivendo, que permita sair de uma situação passiva ou defensiva e possa influenciar de maneira

54. O atual governo nunca escondeu a intenção de ampliar a Reforma Trabalhista e Sindical, da Lei 13.467/17, com iniciativas como: as MPs 873, 881 e 905, e, durante a pandemia, com as MPs 927 e 936. Nova investida nessa reforma – dessa vez mais organizada – deve ser empreendida no pós-pandemia sob a coordenação do Gaet (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), criado no âmbito do Ministério da Economia. A pandemia adiou essa iniciativa para 2021 e, depois, para 2022. Entre os pontos visados pelo governo, está a adoção da liberdade sindical: a) formato de negociações coletivas; b) representatividade nas negociações coletivas; e c) registro sindical. (<https://bit.ly/3LVIwRB>). Publicado em 14 de outubro de 2020.

protagonista as mudanças em curso em favor dos trabalhadores. Não se trata de superdimensionar o papel da arquitetura sindical, que por si só não tem capacidade de agência. É fundamental que esse novo modelo esteja sintonizado com uma nova cultura sindical, que será engendrada historicamente, com todas as contradições que os processos de ruptura e continuidades proporcionam, que esteja aberta aos novos sujeitos, mais plurais e portadores de novas narrativas, práticas e expectativas. Combinar a longa tradição de luta classista e solidária, que forjou a democracia e a cultura de direitos com a realidade e as aspirações de uma classe trabalhadora cada vez mais diversificada e fragmentada, é o grande desafio contemporâneo para o sindicalismo brasileiro e internacional.

Atualmente, tramita no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 196/19), de autoria do Deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que tem o apoio das centrais sindicais, para fazer contraponto às iniciativas do governo⁵⁵. Nesse aspecto, é preciso articular várias frentes de iniciativas, tais como: a capacitação de ativistas e dirigentes sindicais para entender e formular diagnósticos sobre o estado da arte das transformações no mundo do trabalho e de pautas emergentes que afetam diretamente a sociedade como questão ambiental, entre outras. A sinergia entre formação e pesquisa também é uma combinação necessária que precisa ser mais praticada. Nesse sentido, é fundamental a parceria com instituições de pesquisa e universidades, que produzam estudos prospectivos que ajudem a construir estratégias que permitam pensar o presente, mas também construir estratégias para o futuro. Num ambiente de ataque à proteção do trabalho, um novo modelo sindical pre-

55. A proposta dá nova redação ao artigo 8º da Constituição e estabelece que “é assegurada a liberdade sindical”, de modo que o Estado não poderá exigir autorização para fundação de entidade sindical, mas manterá a prerrogativa de efetuar o registro dos atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Organização por setor ou ramo de atividade sendo que a base territorial do sindicato será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de 1 (um) município. O texto veda a possibilidade de criação de sindicato por empresa. Negociação coletiva deverá ser obrigatória. A regra de transição proposta estabelece que: no período de 1 ano, desde a promulgação da emenda, ficarão preservadas a exclusividade e as prerrogativas das entidades sindicais pré-constituídas, no seu âmbito de representação, desde que comprovada a sindicalização mínima de 10% dos trabalhadores em atividade; e no período de 10 anos, desde a promulgação da emenda, ficarão preservadas as prerrogativas das entidades sindicais pré-constituídas, no seu âmbito de representação, desde que comprovada a sindicalização mínima de 50% mais 1 dos trabalhadores em atividade (<https://bit.ly/3schZYr>). Publicado em 11 de novembro de 2019.

cisa caminhar na direção contrária e buscar proteger o maior número de trabalhadores possível. Tarefa essa que será cada vez mais desafiadora diante das diferentes formas de proteção demandadas por uma classe trabalhadora, mais heterogênea, mais dispersa, menos protegida e pouco suscetível às tradicionais formas de assalariamento.

O território de atuação sindical assumiu novas dimensões com a pulverização dos locais de trabalho. Ou seja, além da tradicional, e sempre necessária organização no local de trabalho, os sindicatos precisarão cada vez mais marcar presença nos bairros da periferia e em outros espaços onde possam combinar as lutas por condições de trabalho e condições de vida. O sindicalismo brasileiro já experimentou esse tipo de inserção mais ampla, entre meados dos anos 1970 e começo da década seguinte, que foi extremamente importante para o seu fortalecimento e para o próprio rumo da redemocratização⁵⁶.

O território ganha ainda uma dimensão mais complexa quando pensamos nas cadeias globais de produção e de todo o processo de corrosão do trabalho em nível global, que exigirá, conforme salientamos, uma articulação entre o local e o global cada vez mais intensa, incorporando inclusive outros “globalismos” como direitos humanos, grupos ecológicos, consumidores, pacifistas, orientação sexual entre outras causas que cada vez mais devem integrar a agenda sindical do século XXI⁵⁷. Redes sindicais nacionais e internacionais de trabalhadores em diferentes níveis devem cumprir esse papel de combinar o local e o global. Os melhores instrumentos construídos nesse sentido têm sido os Acordo-Marco Globais, mas ainda carecem de maior efetividade, porém, representam um passo além dos códigos de condutas unilaterais, voluntários e difusos no conteúdo das empresas ou adesão a códigos multilaterais sobre comportamento das empresas multinacionais em matéria de responsabilidade social, como, por exemplo, o “Pacto Global” da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2019, o governo da Alemanha enviou ao parlamento daquele país a proposta de uma lei sobre “Due Diligence”

56. Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Macedo, Francisco Barbosa. *A Greve de 1980: Redes Sindicais e mobilização coletiva dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Dissertação em história social. Departamento de História da FFLCH da USP, 2010.

57. Costa, Hermes. *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da GGTP e da CUT*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

(Diligência Devida) aplicada a todas as empresas alemãs, dentro e fora do país, incluindo a sua cadeia global de suprimentos. Depois de sua aprovação, em 11 de junho de 2021, a lei foi saudada com otimismo pelo sindicalismo internacional como um dos caminhos possíveis para combater a violação de direitos humanos em todo o mundo⁵⁸.

Todas as questões mencionadas já foram debatidas separadamente ou em conjunto por uma ampla literatura há pelos menos duas ou três décadas. No entanto, o risco de desmonte da atual estrutura sindical para um modelo pulverizado, desagregador e com menos condições de proteger o trabalhador, e mais sintonizado com a desconstrução dos mecanismos de proteção social não está totalmente descartado no período pós-pandemia. O bloco político hegemônico no comando do país deseja não “apenas” sindicalistas dóceis, mas sindicatos com baixa capacidade de negociação e representação que não interfiram na lei de concorrência do preço da mão de obra num regime de livre iniciativa. O sindicalismo brasileiro, sem omitir a natureza do perigo, deverá mobilizar todos os seus “recursos da esperança” necessários para afastá-lo do “pessimismo paralisante”, reafirmando o seu compromisso com a “construção de uma esperança viável” capaz de apontar um futuro de possibilidades emancipatórias, nos termos colocados por Raymond Williams⁵⁹.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36Cfvu3>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. “Labour market reforms since the crisis: Drivers and consequences”. Geneva-ILO. International Labour Office. **Research Department Working Paper**. N. 5, 2015.

58. Em 22 de julho de 2021, a Lei de Diligência Devida Corporativa em Cadeias de Abastecimento (Lei de Diligência Devida de Cadeia de Abastecimento) foi publicada no German Federal Law Gazette. A lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023. O objetivo da Lei de Diligência Devida da Cadeia de Abastecimento é proteger os direitos humanos e o meio ambiente na economia global de forma mais eficaz. Obriga as empresas com 3.000 ou mais funcionários na Alemanha a tomar «medidas adequadas» para respeitar os direitos humanos e o meio ambiente dentro de suas cadeias de abastecimento «com o objetivo de prevenir ou minimizar os riscos relacionados aos direitos humanos ou ao meio ambiente ou acabar com a violação de deveres relacionados aos direitos humanos ou ao meio ambiente.” (Lei de Diligência Devida da Cadeia de Abastecimento art. 1, §§ 1, 3.). A partir de 2024 a exigência para o número de funcionários será reduzida a 1.000 (<https://bit.ly/3IbG0Eu>).

59. Williams, Raymond, op. cit. p. 463-475.

- ALMINO, João. **Os democratas autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.
- ARAUJO, Ariella Silva. **O Sindicalismo do Século XXI: A Dinâmica do Comitê Mundial de Trabalhadores da Daimler AG e Volkswagen AG**. São Paulo: Anablume, 2021
- ARBIX, Glauco. “Diretrizes para o Desenvolvimento de políticas de inovação no Brasil”. **Perspectivas**, nº9/2017. Friedrich Ebert Stiftung – Brasil, 2017.
- ARBIX, Glauco *et al.* “O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: O que aprender com Alemanha, China e Estados Unidos”. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo. V. 36.03. 2017.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à Condição Operária**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BEYNON, Huw. “Sindicalismo tem futuro no século XXI?”. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs). **Além da fábrica**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- BOITO Jr, Armando. “A crise do sindicalismo” In: SANTANA, Marco Aurélio Santana; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BOITO Jr, Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1991.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2012.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do liberalismo – a ascensão da política antide-mocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2020.
- CAFARDO, Pedro. “O poderoso vírus da desindustrialização”. **Valor Econômico**. Disponível em: <http://glo.bo/36zfqHL>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CAMPOS, Anderson et al. O impacto da “Reforma Trabalhista no Sindicalismo Brasileiro: Reações e Resistências”. Capítulo 9. Vol. I. In: **O Trabalho pós Reforma Trabalhista**. KREIN, José Dari et al. (Orgs). Publicação: UNICAMP/CESITQ/Ministério Público do Trabalho/REMIR-Trabalho, 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 265-351.

CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo**: a nova forma de totalitarismo. Publicado em 06/10/2019. Disponível em: <https://bit.ly/3sZ4zOJ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória**. Comissões de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Hélio da. “Redes Sindicales de Trabajadores: Desafios Globales y Locales”. Buenos Aires: **Revista Nueva Sociedad**, nº 264, 2016

COSTA, Hermes. **Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da GGTP e da CUT**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia**. A história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. “O Trabalho no Século XXI e o Novo Adeus à Classe Trabalhadora”. **Revista Princípios**. N.159, Jul.-Out./2020.

FICTHER, Michael “Modelando a estratégia Global. A Arena das redes globais de produção, Acordos Marco Globais e Redes Sindicais”. **Global Labour Column**, n. 123, fevereiro de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3LiPqiQ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GALVÃO, Andréia et al. “Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo”. **Cadernos CRH**. Salvador, V.32, n.86. Maio/Agosto, 2019.

GÓES, Geraldo; FIRMINO Antony; MARTINS, Felipe. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. **Carta de Conjuntura, número 53. Nota de conjuntura 5 – 4º Trimestre de 2021**. IPEA. Divulgado em 07 de Outubro de 2021.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HABERMAS, J. “A Nova Transparência”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 18, setembro, 1987.

HALL, Michael. “Corporativismo e Fascismo nas Origens das Leis Trabalhistas”. In: ARAÚJO, Angela (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo**: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

- HARVEY, David. (1992). **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HYMAN, Richard. "Trade Union and the Disaggregation of the Working Class". *In*: REGINI, Marino. **The Future of Labour Moviments**. Chicago. Sage Publications, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo. Cia das Letras, 19995.
- LADOSKY, Mario H.Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. "A questão trabalhista e os desafios da ação sindical". *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.
- LANDSBURG, Steven. **The Essential Milton Friedman**. Fraser Institute. Disponível em: <https://bit.ly/36ANh2S>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- LEAL, Murilo. **A Reivenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.
- LÚCIO, Clemente Ganz. **Caminhos para os Sindicatos Construírem seu Futuro em um Mundo do Trabalho em Mudança**. Abril de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3LXXBIK>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- MACEDO, Francisco Barbosa. **A Greve de 1980: Redes Sindicais e mobilização coletiva dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo**. Dissertação em história social. Departamento de História da FFLCH da USP, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. **A Greve de massa e crise política**. São Paulo: Polis, 1978.
- MOISÉS, José Álvaro. A Estratégia do Novo Sindicalismo. **Revista de Cultura e Política**, N.5/6, 1981.
- MOODY, Kim. **Workers in a Lean World - Unions in the International Economy**. London/New York Verso, 1997.
- MORIAUX, René. "O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias". *In*: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs). **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem - o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo; Boitempo/Fapesp, 2004.

OFFE, Claus. "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?" **Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSTERMAN, Paul et al. **Working in America - Blueprint for the New Labor Market**. Cambridge/London, MIT Press, 2001.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora/Campus, 2000.

PRZEWORSKY, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. "Política e história em disputa: o novo sindicalismo e ideia de ruptura com o passado". In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo - para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SCHAWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution**. U.K.: Portfolio/Penguin, 2017.

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class**. Londres, Bloomsbury, 2011.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado - a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Actual Editora, 2013.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WATERMAN, Peter. "The new social unionism: a new union model for a New World Order". In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Orgs.) **Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new in the new world order**. Londres: Macmillan Press, 1999.

WEFFORT, Francisco. **Sindicato e Política**. Tese de Livre Docência em Sociologia. PPGCS-USP, 1973.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

V – CONFERÊNCIA DE EILEEN BORIS,
PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DA
CALIFÓRNIA, SANTA BÁRBARA (EUA)

COMO UMA AMERICANISTA SE TRANSFORMOU EM HISTORIADORA TRANSNACIONAL?¹⁻²

Mediação:
Fabiane Popinigis
Gláucia Candian Fraccaro
Henrique Espada Lima

[Professora Gláucia Fraccaro] Boa tarde a todas. Hoje recebemos a professora Eileen Boris no nosso seminário. Nós vamos fazer uma conferência com ela e eu gostaria de primeiro apresentá-la. Eileen Boris é professora e pesquisadora da área de estudos feministas, história e estudos negros, estudos globais da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. Suas pesquisas demonstram como a casa é o lugar onde as mulheres retiram o sustento. Muitas vezes é o local de trabalho delas. É autora de vários livros premiados como, por exemplo, *Home to Work: Motherhood and the Politics of Industrial Homework in the United States*, de 1994, e *Caring for America: Home Health Workers in the Shadow of the Welfare State*, que ela escreveu junto com a Jennifer Klein, de 2012. Boris é uma das organizadoras do livro *Intimate Labors: Cultures, Technologies, and the Politics of Care* de 2010, e com Dorothea Hoehntker e Susan Zimmerman, ela organizou *Women's ILO Transnational Networks, Global Labour Standards, and Gender Equity*, que foi publicado em 2018. O livro mais recente dela — *Making the Woman Worker: Precarious Labor and the Fight for Global Standards, 1919-2019* — é um livro de História transnacional. Nos últimos tempos a professora tem se dedicado a estudar imigração e trabalho doméstico, entre trabalho livre e compulsório no pós-guerra. Os textos de Boris podem ser encontrados nas principais revistas científicas do mundo. E a trajetória dela pode ser definida por seu intenso engajamento na produção de conhecimento e por sua atuação social junto aos grupos e organizações políticas das mulheres de vários países do mundo, especialmente aquelas que promovem a

1. [†] Tradução: Laura Candian Fraccaro.

2. ^{*} Conferência *online* realizada durante o VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho, em 2021.

cooperação internacional entre sindicatos e associações de trabalhadores domésticos. Então, é com muita honra e muita alegria que a gente recebe a professora Eileen Boris. Bem Eileen, eu já acabei minha apresentação, o microfone é seu.

[Professora Eileen Boris] Bem, primeiramente eu gostaria de agradecer a vocês todos. Essa é uma das alegrias, eu suponho, do nosso novo mundo remoto; eu consigo viajar ao Brasil sem deixar meu próprio escritório. E é maravilhoso encontrar velhos camaradas da História Global aqui e também conhecer novas pessoas. Vamos começar bem pelo começo dos meus *slides*. Nós temos que ir mais para cima; para o número um. Aí está. Então, me pediram para dar um tipo de visão geral de como eu me vejo, minha evolução como uma historiadora global do trabalho, e o que isso realmente significa. De certa maneira, eu intitulo: *Como uma americanista*, porque meu doutorado é sobre a civilização americana, o que é um jeito bastante grandioso de chamar os Estudos Americanos que eram feitos naquela época, *se transformou em uma historiadora transnacional*. Essa primeira foto, na verdade, foi em Montevideu no Uruguai em 2013 e estou com algumas das líderes do *Nude*, que era o Sindicato Nacional das Empregadas Domésticas (*National Union of Domestic Employees*) de Trinidad e Tobago, e a outra mulher é a líder da Associação das Donas de Casa no Uruguai. Porque o Uruguai foi o primeiro país a ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho, sobre trabalho digno para trabalhadores domésticos. E eu tive o privilégio de ir para o que se tornou a Conferência da Federação Internacional dos Trabalhadores Domésticos, que foi resultado das lutas das trabalhadoras domésticas de todo o mundo para obter uma convenção global. Foi uma grande honra poder tomar notas, ser uma mosquinha nessa convenção de abertura que foi no Uruguai. Essa experiência foi muito estimulante, na verdade, e, antes do Uruguai, eu viajei para o Brasil na única vez que eu tive oportunidade de estar lá, em 2013, para dar uma palestra na Universidade de São Paulo. Essa imagem resume minha vida como uma acadêmica ativista. Eu vejo uma dialética que acontece entre o que nós pesquisamos e nossos ativismos. Como historiadores do trabalho, nós sabemos que nosso trabalho resulta das lutas dos trabalhadores e nós devemos aos trabalhadores um retorno, da maneira em que conseguirmos, e eu, naquele momento, estava escrevendo sobre as origens do trabalho doméstico e os padrões de

trabalho globais. Foi maravilhoso estar lá. Bem, como eu disse, eu tenho, eu digo isso muito frequentemente. Eu tenho dois temas: casa e trabalho. E eles são, na realidade, o mesmo, e me permita dar um pequeno esboço e, então, eu explicarei essas duas imagens.

Testemunhando em uma audiência sobre normas de trabalho em meados dos anos 1930, uma trabalhadora de confecção, relatava ao advogado, que a antiga canção “Lar, doce lar” (*Home sweet home*), teria que ser chamada mais precisamente, “Lar, duro lar.” (*Home sweat home*) Ela estava se referindo à exploração e abusos no trabalho domiciliar (*sweatshop*), particularmente, o sistema doméstico de manufatura, feito em casas como uma forma de trabalho das mulheres. Tanto *sweatshops* de confecção como o serviço doméstico, e outras formas de trabalhos realizados em casa — babá, cuidadores de idosos e também a mãe como trabalhadora —, eu argumento, compartilham um aspecto oculto que a frase “Lar doce lar” expressa: um sentido binário da casa e do trabalho, amor e dinheiro, privilégio e a falta dele, privado e público. Esses elementos binários levam ao primeiro termo associado às mulheres e obscurece as relações desiguais baseadas em gênero racializado, classe, cidadania, *status* e localização geográfica. O trabalho doméstico é ideal para abusos, não apenas devido a tais ideologias, mas também por causa do isolamento do trabalhador e por sua localização, moldados pelas relações industriais. Nosso entendimento de trabalho fez com que o lar ficasse excluído dos entendimentos convencionais de valor. O estado serviu, no entanto, eu argumento, como um terreno de luta no qual trabalhadores protestaram contra a violência da exploração do lar e lutaram pelo reconhecimento da dignidade e direitos. Então, “casa” e “trabalho”: eu tenho esses dois temas e eles são, na verdade, o mesmo. A casa como um local de trabalho não assalariado como também assalariado, mas nem todo mundo na casa tem o mesmo relacionamento com os trabalhadores que lá estão. Essas duas imagens — uma “O trabalho das mulheres nunca acaba” — são de um coletivo feminista de Londres dos anos de 1970, que expressa a continuidade e a variedade dos trabalhos das mulheres. A outra é um cartaz de uma campanha pela Aliança das Trabalhadoras Domésticas, especificamente, Trabalhadoras Domésticas Unidas em Nova York nos anos 2000, no começo dos anos 2000, que, essencialmente, expressa a relação de interconexões e desigualdades, perguntando a mulher que emprega “Como você se beneficia do meu trabalho?” e construindo o argumento que eu construí: nós temos —

e eu irei me aprofundar sobre isso mais tarde — uma crise da reprodução social nos anos de 1970, quando para que algumas mulheres saíssem de casa para trabalhar, outras tinham que sair para trabalhar em suas casas. É um outro entendimento a se considerar em relação à terceirização de uma fábrica, mover o trabalho para a realidade da casa, mas há também a internalização do trabalho reprodutivo remunerado: de trabalhadoras domésticas, babás, faxineiras, cuidadores de idosos indo trabalhar nas casas. Próxima imagem. Então, meu trabalho gira em torno dessas questões: O que é trabalho? Quem é o trabalhador? E eu tentei fornecer o que eu chamo, enfaticamente, de interpretações alternativas. Eu perguntei: “como a lei e políticas sociais moldam nossas interpretações desses termos?”, “Quais eram e quais são as implicações de não limitar o trabalho apenas aos trabalhadores assalariados? De ir além dessa definição que exclui o trabalho materno e outras formas de cuidar, e limita o trabalho aos trabalhadores industriais, em detrimento dos domicílios rurais, outros serviços, e trabalhadores supervisores?” O trabalhador, de acordo com as origens da História do Trabalho, ao menos no meu país, era um homem adulto branco no seu auge. A mulher, a grávida, o imigrante, os idosos, a criança e as minorias eram considerados um tipo de trabalhador que necessitava de proteção quando não era preterido no mercado de trabalho, e eram relegados a salários baixíssimos quando ocupavam postos temporários. Essa construção da definição foi crucial não apenas para os direitos civis no espaço de trabalho ou para os direitos trabalhistas, mas também pelos direitos à cidadania em um estado de bem-estar social emergente. Esses direitos, sejam auxílio para idosos ou auxílio-desemprego, ou salário-mínimo e representação sindical, dependem da condição social do indivíduo, assim como sua posição no emprego. Para aqueles programas sujeitos à avaliação do Estado, ao menos nos Estados Unidos, dependem até mesmo da região do país na qual o indivíduo reside. No entanto, aqueles excluídos da letra da lei aceitam a promessa da cidadania através do trabalho e demandam por um estado de bem-estar social expandido, decorrente do regime público-privado, ao menos nos Estados Unidos, o qual recompensa com educação, moradia, saúde e aposentadoria para alguns em detrimento de outros. Esses não foram concedidos pelo Estado, mas foram historicamente produtos de lutas. E nós estamos vendo esse cenário na vanguarda dos debates de hoje, sobre cozinhar, limpar e cuidados como trabalho. Da mesma maneira, vemos o Plano de Resgate Americano,

que atualmente tem um crédito para crianças não associado a trabalho, mas é dinheiro para cuidar das crianças. E a questão que está sendo debatida agora é: “O que será necessário para transformar trabalho essencial, empregos que consideramos essenciais, em bons empregos?” E o que isso significa quando um trabalho está em casa? Porque a questão, que investigo historicamente sobre a casa como um local de trabalho, agora tornou-se uma questão sobre o cotidiano, até mesmo para aquelas pessoas sortudas do meu país, de classe média, que podem trabalhar remotamente de casa. Essas questões de “Como você conecta trabalho de cuidados e emprego?”, “Qual o significado de trabalho doméstico?”, são centrais. Eu me envolvi muito cedo, desde quando eu era uma aluna de graduação, com que se chamava o debate do trabalho doméstico entre feministas socialistas: “Para quem uma dona de casa trabalha? Seu marido ou o patrão dele?” “Qual é o papel do domicílio no capitalismo, no salário?” Essas questões voltaram, ainda que de outra forma.

Essa é uma outra imagem. A imagem anterior era de um protesto de um grupo de trabalhadoras domésticas, um grupo filipino em Nova York. *Okay*, vamos voltar à imagem sobre “Capitalismo também depende do trabalho doméstico”, e essa imagem é do mesmo coletivo feminista de Londres dos anos 70 e é uma imagem maravilhosa porque nos lembra, nós podemos passar para a próxima imagem, sobre o que é realmente o trabalho para a reprodução da vida. É a criação e a manutenção das pessoas e esse trabalho é essencial para uma economia política mais ampla. Eu realmente prefiro o termo trabalho para a reprodução da vida do que trabalho de cuidados. Trabalho de cuidados é parte do trabalho para a reprodução da vida, mas acredito que o trabalho para a reprodução da vida é mais amplo. E, você sabe, só para lembrar: são os processos que envolvem a manutenção das pessoas, referem-se aos trabalhadores e às trabalhadoras e à capacidade de retomarem o trabalho diariamente, geração após geração. São as atividades do dia-a-dia, da vida cotidiana. É cozinhar, a manutenção do domicílio, cuidados, alimentação, até mesmo o sexo. São as formas comidificadas também, os acordos íntimos, como o trabalho doméstico pago e o trabalho de cuidados, e o trabalho sexual. É a reprodução pública através de serviços sociais e infraestrutura. Eu considero o mesmo para outras coisas como transporte e sistema de esgoto e água. Mas também é algo que acontece nos estados, mercados, família, e nas escolas, igrejas e outras organizações civis. Essas são todas áreas para a criação e manutenção das pessoas, para forjar pessoas em termos

de seus lugares na sociedade. A socialização das crianças é também trabalho para a reprodução da vida. E então, é um espaço que pode criar e recriar desigualdades sociais, mas também é um espaço de intervenção. É frequentemente um lugar *generificado*, racializado e relacionado a faixa etárias. Mas, como a filósofa feminista Judith Butler disse e discutiu sobre a construção de gênero: há uma repetição e, com a repetição, há mutações. Há algumas coisas que não saem do jeito que deveriam e isso acontece com frequência. É por isso que nós não somos todos clones de nossos pais e não somos todos sujeitos obedientes do sistema no qual nascemos. Próxima imagem. Recentemente, à medida que eu e outras começaram a pensar a reprodução social, considerando as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, nós começamos a considerar as diferenças entre as mulheres. E, se você seguir com o *slide* novamente, eles mostrarão uma coisa aqui. E isso é o que a feminista negra e professora de direito, Dorothy Roberts, acredita ser trabalho doméstico espiritual *versus* trabalho doméstico subalterno; que há uma divisão do trabalho entre as mulheres, uma divisão de quem pode fazer o quê. E isso inclui até mesmo as mulheres privilegiadas da classe média e da classe média alta que optaram sair do mercado de trabalho depois de seu primeiro ou segundo filho. Elas fazem o que é considerado a forma espiritual do trabalho materno e do trabalho doméstico, que é cuidar das crianças. Elas estão envolvidas com criar enquanto o trabalho doméstico é geralmente designado a uma mulher negra ou parda, muitas vezes a uma mulher imigrante. No Brasil, frequentemente é uma mulher da zona rural e frequentemente uma mulher de cor. Apesar de saber que é muito complexo quando se trata dessas definições no Brasil. Porém, as mulheres negras frequentemente estão envolvidas, ao menos as que eu encontrei no Brasil, com o trabalho doméstico. E isso com certeza também é verdade em muitos outros países e nas Américas. Mas definitivamente rural *versus* urbano e, nos Estados Unidos, imigrantes porque, em sua maioria, jovens mulheres negras, afro-americanas, não querem fazer o trabalho doméstico. Portanto, nós temos que relembrar os tipos de trabalho e suas divisões. Deste modo, muito cedo em nosso grupo de estudo e em um momento de grupos de estudo de jovens marxistas e feministas nos anos 80, nós todas estávamos desenvolvendo noções de capitalismo, patriarcado e outros conceitos, e eu estava dizendo “E raça?” E, eu acho que eu fiz essa pergunta porque tive o privilégio de ensinar por catorze anos na Universidade de Howard, que é historicamente uma instituição negra dos Estados Unidos. Foi lá

que eu comecei a aperfeiçoar meu entendimento do mundo a partir de uma perspectiva negra, uma perspectiva anti-racista e aprendi sobre anti-negritude, como chamamos hoje, e a desenvolver um ponto de vista interseccional e não hegemônico. Esse cenário foi realmente crucial para desenvolver um entendimento das diferenças entre mulheres e não mulheres como um único grupo. Próxima imagem, isso. Porém, eu também aperfeiçoei meus entendimentos do que é analisado através do trabalho das mulheres, particularmente, trabalho de mulheres rurais no Sul Global. Um dos desafios, para alguém treinada como eu, uma americanista, foi partir para a História Global. Apesar de já ter mencionado que eu era na verdade uma prematura historiadora do Atlântico, meu primeiro livro — que eu mencionarei em breve — é um estudo transatlântico. Eu analisei o trabalho do programa da OIT sobre mulheres rurais no final dos anos 1970 e começo dos 1980. E, no meu livro *Making the woman worker*, esse é realmente o cerne moral do livro; o capítulo 4, o qual trata do programa das mulheres rurais, é sobre o programa das mulheres rurais. E, foi lá que a redefinição do trabalho através de pesquisa de ação participativa com mulheres no Sul Global na África e Ásia e América Latina realmente apareceu. E nos anos 1980, final dos 1970, 1980, as feministas economistas desenvolvimentistas da OIT essencialmente entenderam o que era trabalho a partir do estudo que elas fizeram em parceria com mulheres e organizações de base por todo o mundo, bem como com mulheres pesquisadoras dessas áreas ao criar programas para melhorar as condições das mulheres rurais. Elas começaram a entender a necessidade de equilibrar a separação do então chamado trabalho produtivo do trabalho para a reprodução da vida, eventualmente, resultando na definição de trabalho doméstico como trabalho. E, em 2013, a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, que é patrocinada pela Organização Internacional do Trabalho, começou a redefinir e pedir a governos para mudarem estatísticas e incluir trabalho como qualquer coisa que produz bens e serviços para o consumo de um domicílio, como por exemplo, madeira e combustível, coleta de água e cozinhar, limpar, e também fornecer cuidados para as crianças, para os mais velhos e para outros dependentes.

Então, vocês percebem o quanto demorou para essas transformações resultarem nessa redefinição do que pode ser contabilizado no PIB, Produto Interno Bruto. Não é assim em qualquer lugar que eu conheça, que contam as estatísticas dessa forma. Mas isso foi um desafio para mim, como uma americanista que entendia raça no contexto dos Estados Uni-

dos e eu estava indo para o global. Raça, em qualquer outro lugar, não é entendida da mesma maneira como é entendida nos Estados Unidos. Com meu estudo sobre a OIT, eu realmente me deparei analisando o colonialismo e a geografia como uma estratégia para expandir e recalibrar meu próprio mapa mental de como entender raça em países e áreas, e não apenas dentro de um único país. E, vocês sabem, algumas vezes nós que escrevemos sobre os Estados Unidos pensamos “Nossa, por definição nós somos globais, a chamada nação das nações. Nós temos imigrantes, nós temos grupos tão diferentes nesse país que você pode desenvolver filosofias e teorias da diferença, da desigualdade mesmo dentro desse grande território.” Entretanto, quando pessoas dos Estados Unidos viajam internacionalmente, elas são pessoas dos Estados Unidos. E eu aprendi isso quando eu era uma bolsista Fullbright e uma das pessoas da embaixada americana onde estávamos era afro-americana e eles pensavam nosso grupo como “esses americanos”, “pessoas do exército que por acaso são negras”, ou “latinos”, “eles são as tropas americanas.” E, frequentemente, não parece fazer uma grande diferença em relação a outras pessoas. Algumas vezes, isso importa. Próxima imagem. Meu primeiro livro foi resultado da minha tese que eu escrevi como um livro e não como uma tese, e essa estratégia fez com que eu demorasse séculos. E foi um estudo bastante inicial das trocas anglo-saxãs e atlânticas; era um estudo transacional. Eu estava interessada em ideias, objetos, pessoas do movimento britânico de artes e ofícios que vinham para os Estados Unidos. E, no livro *Art and Labor*, foi a primeira vez que questionei “O que é trabalho?” e “Quem é o trabalhador?”, “O que era arte?” e “O que era trabalho?” Eram questões centrais. Ao pesquisar as ideias das personalidades do século XIX — John Ruskin, um crítico de arte, e William Morris, um socialista — eu percebi que o movimento americano de artes e ofícios tratava sobre a formação da classe média vitoriana. E eu também fui uma historiadora de gênero prematura. As outras imagens de uma casa ideal de artesão, como é chamada, é bastante masculina se você pensar bem. Eu fiz uma análise completa da masculinidade da cadeira de Morris que tem, vocês podem ver bem em frente à lareira, todas essas madeiras. Mas a ideia do artesão tratava da maneira na qual o capitalismo industrial tinha destruído o processo de produzir coisas, assim como também levou a uma alienação do trabalhador em relação a seu trabalho. Ao fazer isso, eu delinee as influências dessas ideias nas várias esferas, que incluíam a escola pública, implemen-

tação da arte na escola — É meu sotaque de Boston: ar-te — o movimento, representado nessa decoração da casa do artesão, incluía o renascimento muito auto-consciente de vários ofícios. Incluía fábricas ideais. E também envolvia o Partido Socialista nos Estados Unidos e alguns socialistas britânicos que vieram para os Estados Unidos nesse período, como John Spargo, um mineiro que escreveu *The Bitter Cry of the Children* (O choro amargo das crianças) e expôs assim mesmo. Mas se você colocar na próxima imagem. Para mim, um dos mais intrigantes aspectos era a celebração auto-consciente do trabalho têxtil e artesanato das mulheres, não apenas como, o que nós chamamos, “dons dos imigrantes.” No museu do trabalho da Hull House; A Hull House era uma das maiores casas sociais nos Estados Unidos, associada a Jane Addams. Essas casas sociais eram para onde homens e mulheres, na maior parte brancos, iam — ainda que mais tarde houvesse algumas casas para pessoas negras e alugadas por afro-americanos em lugares como Atlanta — para tentar melhorar os bairros pobres de imigrantes e levar serviços que até aquele momento eram inexistentes. Outras mulheres da Hull House, como a Jane Addams, conseguiram coleta de lixo para a vizinhança, por exemplo. E fizeram várias campanhas por educação e saúde, e pela organização de trabalhadores. A Hull House e o Museu do Trabalho trouxeram o artesanato das mães e avós da vizinhança. Essas mulheres, que eram da Itália e Síria, mas em sua maioria italianas, expuseram suas confecções de roupas naquela época. E havia outros muitos projetos que eram um retorno autoconsciente da fiação à mão, particularmente em Appalachia, onde você podia encontrar artistas e estilistas que criavam. Eles iam ou para os distritos de imigrantes ou para o Sul rural para fazerem as pessoas reviverem os artesanatos antigos. Bem, eu fiquei interessada em saber “Qual a diferença entre uma loja de artesãos e uma *sweatshop*?” Porque a maioria dessas lojas, uma vez que eles trabalham em um ritmo próprio, não era muito diferente do trabalho exploratório: quem recebia, o ritmo e a precariedade do trabalho. Ao mesmo tempo, o governo Reagan na década de 1980 tentava destruir o *The Fair Labor Standards Act*, dos anos 1930, da era Roosevelt, do *New Deal*, e que regulamentou a jornada de trabalho e criou o salário-mínimo. E foi sob esse ato, no final da década de 1940, que várias indústrias foram incluídas, como a de roupas de malhas e indústrias têxteis, porque inicialmente essas indústrias tinham salários tão baixos que adotavam uma tabela salarial própria. E para essas indústrias, para o trabalho industrial feito em casa, o sistema domiciliar foi

banido e fazia parte da lei do trabalho por hora. E sob o governo Reagan, houve uma tentativa de retirar esse ato e, por fim, uma retirada de todas essas proibições, exceto nas indústrias de vestuário. Isso porque o sindicato dos vestuários teve poder o bastante, ainda que esse poder estivesse sendo sangrado pela reorganização global da indústria de vestuários; o movimento na cadeia global de fornecimento para lugares como Estados Unidos mudava para o Caribe, México, para o Sudeste Asiático e para a China. Então, no meu livro seguinte, se você mudar para o próximo slide. *Home to work* foi resultado desse debate contemporâneo e termina com essa discussão. Um dos capítulos finais é sobre a Era Reagan e a desregulação do trabalho industrial feito em casa, sobre a tentativa de fazer essa retirada de direitos. Esse livro realmente me conduziu para o conceito das maneiras pelas quais o estado regula os padrões de trabalho e a quem esses padrões servem. A capa do livro é uma fotografia de Lewis Hine, que foi um grande fotógrafo documental. E eu fui à Biblioteca do Congresso aqui onde eles possuem os negativos originais e tudo mais. Eles também possuem cartões em índice para muitos dos seus cadernos de notas. E eu pesquisei essa fonte que é chamada de *Tenent House Scrapbook*, que foi digitalizada recentemente, mas os cartões em índice não tinham sido digitalizados naquela época. Eu não sei se estão digitalizados hoje em dia. Havia algumas histórias que ele, Lewis, tinha escrito nos cartões sobre cada imagem e se você as lê transversalmente — o que eu fazia — você pode achar a história social dessas mulheres, das famílias e as condições nas quais o trabalho acontecia. Então, *Home to Work* é sobre História Social e também sobre História das Políticas Públicas enquanto *Art and Labor* não era sobre políticas; era uma História Cultural, que também era História Social e Intelectual. Eu analisei objetos mais diretamente. E a próxima imagem, como também parte do slide, fornece um sentido do que estava acontecendo na década de 1980, início dos anos 90; à medida que eu escrevia esse livro, havia um retorno, o retorno das *sweatshops*. E essas eram as mulheres imigrantes costurando em um apartamento de Los Angeles e você pode ver o bebê no cadeirão. Então, há muitos paralelos do início do século XX e do final desse mesmo século, com a persistência do trabalho industrial feito em casa e, claro, com o trabalho industrial em casa nos dias de hoje, que persiste em muitas áreas do mundo. Eu era apenas uma consultora da OIT com um relatório que tinha sido publicado no outono anterior sobre o retorno da persistência do trabalho baseado na casa e os dife-

rentes tipos desse trabalho. E, obviamente, hoje esse trabalho se tornou também digital com a Amazon Turks e outros do tipo, que são as *sweatshops* atuais, uma das *sweatshops* de hoje, ainda que tenhamos o trabalho industrial feito em casa. E um dos encantos, acredito, de fazer pesquisa foi, para mim, o fato de que quando eu estava terminando *Home to Work* e outros projetos relacionados, eu fui para a Índia. Eu fui para a Índia como parte do grupo de consultores de 1989 da OIT na verdade. Foi meu primeiro contato com a OIT e, até o fim da escrita daquele livro, eu tentava colocar o trabalho domiciliar em um contexto global. Eu quero dar a vocês uma compreensão sobre a regulação das *sweatshops* porque uma parte dela ainda perdura. A charge aqui é de um jornal anti-Roosevelt e anti-New Deal, o Chicago Tribune, que no início da década de 1930 era contra o New Deal. E as imagens do que era chamado de “*brain truster*”, que era um dos especialistas de Roosevelt conduzidos ao governo. Eles criaram essa proibição do trabalho doméstico industrial na fabricação de flores artificiais, um dos tipos de trabalho para aquela época, através do que ficou conhecido como Administração da Recuperação Nacional (*National Recovery Administration*). Havia um caso trazido por uma mulher que dizia “o único jeito que eu posso cuidar das minhas duas crianças em casa é fazendo flores artificiais” e o *New Deal* era contra a maternidade. Esse é o primeiro caso, na verdade; A primeira coisa que eu encontrei nos arquivos foi sobre a controvérsia durante o *New Deal*. Eu disse “Oh”. Eu tinha focado meu primeiro livro no início do século XX, final do XIX, e o início do século XX, embora, quando fiz a graduação, eu pensava que iria escrever sobre o New Deal na década de 1930 e a política dos anos 1930, artistas comunistas, mas eu voltei para os anos 1890. Esse caso realmente engloba todos os tipos de discussões que estavam acontecendo durante a Era Reagan sobre mulheres levando trabalho para casa. Permitia a elas combinar o trabalho assalariado e o trabalho de cuidados. Quando sociólogos e outros estavam aprendendo, “Você não pode fazer as duas partes da jornada dupla juntas.” E então houve essa regulamentação e, naquela época, eu estava terminando meu livro e, logo após, um movimento vigoroso anti-*sweatshops* ganhou força, e isso, claro, foi impulsionado por parte do movimento estudantil — Estudantes Contra as *Sweatshops* (*Students Against Sweatshops*) — e o movimento anti-globalização dos anos 90. E essa imagem é de um protesto em Santa Mônica em 2003 e o Observatório das *Sweatshops* foi na realidade fundado por sindicatos de trabalhadores têx-

teis porque eles estavam tentando impedir a debandada dos empregos e a única maneira para que o trabalho retornasse aos Estados Unidos eram as *sweatshops*, mesmo sendo feito nacionalmente por mulheres imigrantes. Eu dei uma aula na UCSB para uma disciplina para o primeiro ano sobre *Sweatshop* nos Estados Unidos. Nós fomos para o bairro de trabalhadores têxteis em Los Angeles em uma excursão e, no Centro dos Trabalhadores Têxteis (*Garment Workers Center*), os alunos aprenderam sobre condições etc. Esse Centro fornece recursos legais e representa o trabalho informal, de organizações não-sindicais, frequentemente, de trabalhadores imigrantes em ocupações de baixa remuneração. Eles, do Centro, nos deram um mapa e disseram: Nós não podemos levar vocês para lugares onde há *sweatshops*, mas aqui está onde nós achamos que existam *sweatshops*. Era um sábado de manhã, nós fomos para um prédio, e subimos, e descemos muitos andares, e nós batemos em muitas portas e, nós encontramos uma *sweatshop* e elas abriram a porta. Lá estava eu com cinco ou seis alunos e eu tinha que dizer algo e eu disse para a mulher: “A Carmen está?” Eu devo ter dito em espanhol. Meu espanhol é terrível, mas sim. Ela falou “Espere um minuto” e abriu a porta. Com a porta aberta, a gente pôde ver as máquinas. Ela chamou pela Carmem e alguém respondeu “Não tem nenhuma Carmem.” E no ínterim, eu pensava “Meu deus, tomara que eu não tenha feito ninguém ser demitida só por ter dito aquilo.” Foi incrível. Na visita seguinte que fizemos o prédio já tinha sido demolido para a gentrificação do centro de Los Angeles. Porém, eu dei um testemunho que entrou para o Registro dos Debates no Congresso (*Congressional Record*) sobre essas questões naquele período. Naquela época, eu estava escrevendo *Home to Work* e eu fiz duas coletâneas, uma primeiro e depois a outra. A primeira era, em sua maioria, sobre os Estados Unidos, ainda que não totalmente, e nós realmente queríamos mostrar a evolução do trabalho remunerado dentro de casa. A segunda foi resultado da consultoria para a OIT e eu conto essa história no prefácio do *Making the Woman Worker*. Um dia, em março de 1989, eu recebi um convite para participar de um encontro da OIT sobre Trabalho Domiciliar em Ahmedabad, Índia. Nessa cidade está a sede do Sewa, Associação das Mulheres Trabalhadoras Autônomas, um sindicato do setor informal de autônomas, de catadoras de retalhos, costureiras, bordadeiras e vendedoras ambulantes. Eu tive a oportunidade de viajar para lá, nos locais onde Ghandi começou sua Marcha do Sal, a cena da mais recente violência baseada em casta e religião. Junto a outros

acadêmicos e especialistas de todo mundo, eu refleti sobre definições e tipos de trabalho feitos em casa, as estratégias de organização, aproximações com a saúde ocupacional e contratos legais, e tendências micro e macroeconômicas. E, lá, naquela manhã, eu lembro de estar sentada para o café da manhã e havia um homem do México, uma mulher do Peru, Bila Sorj do Brasil e eu. Uma das mulheres de Bangladesh passou por nós, e elas eram muito mais ricas; a classe social delas comparada com os pesquisadores das Américas. E se referiram a nós como os americanos, e eu disse “Ao menos eu não sou a grandiosa vinda do Norte, vinda dos Estados Unidos”. Eu também me lembro de quando estávamos cantando uma mística à noite, nos conectando com as mulheres da África, mulheres do Quênia e mulheres da Nigéria. Eu ainda estava lecionando na Universidade de Howard naquele período e eu tinha muito mais em comum com elas do que com as mulheres da Ásia, assim, vocês sabem, culturalmente. Quero dizer, nós todos tínhamos algo em comum; nós todos éramos pesquisadoras que tinham interesses similares, mas as mulheres da África e das Américas, para mim, pareciam familiares de um jeito que as outras mulheres acabavam por parecer diferentes. Isso foi uma revelação para mim; sobre as maneiras que isso aconteceu. Bem, de qualquer maneira, ao fazer a discussão final sobre as Pesquisas Futuras, cada uma de nós se comprometeu a tomar ações depois que voltasse para casa. Eu declarei que, como uma historiadora dos Estados Unidos, eu não tinha que buscar por financiamento da OIT e que eu poderia avançar na conscientização da campanha que se construía para uma Convenção Internacional de Trabalhadores em Domicílio. Eu conseguiria organizar uma sessão na 4ª Conferência Internacional dos Estudos sobre Mulheres que aconteceria na Faculdade Hunter em Nova York no ano seguinte. Eu ainda poderia fazer uma coletânea para difundir as descobertas. Eu fiz isso tudo, mas se você me perguntasse o que eu tinha dito naquela reunião eu não lembraria de jeito nenhum. Eu encontrei o documento no arquivo que dizia o que eu havia dito que eu faria, e eu fiz, mas acho que esse é um dos limites da História Oral, eu suponho. E com a cientista política Elizabeth Prügl, que era uma aluna de doutorado, eu co-editei *Homeworkers in Global Perspective* com ensaios de muitos dos participantes de 1989, de encontros subsequentes e pesquisadores que se juntaram antes da Convenção 177 da OIT sobre Trabalhadores em Domicílio, em 1996. Refletindo a rede transnacional de ativistas pelo trabalho em domicílio, os ensaios destacaram condições no

México, Brasil, Indonésia, Finlândia, Filipinas, Irã, Paquistão, Índia, Canadá, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Portanto, essa foi uma das minhas maiores incursões para o global, em me tornar uma historiadora global do trabalho; foi por conta disso. Eu peguei o vírus do transnacional, eu supinho, especialmente depois de anos como uma bolsista Fullbright na Finlândia e depois de participar do Conselho Consultivo do Instituto Internacional para a História Social em Amsterdã. Isso foi muito importante e, vocês sabem, eu dou um alô para Marcel van der Linden a quem muitos de nós devemos; eu considero ele um decano da História Global do Trabalho e ele viu em mim alguém que ele gostaria que estivesse à bordo. Eu acho que é por conta da maneira que eu estava pensando casa como um local de trabalho. E questionando categorias padrões. Com o nascimento da Federação Internacional pela Pesquisa da História das Mulheres (*International Federation for Research in Women's History*), da qual fui editora do boletim de notícias no começo dos anos 2000, e, a partir de 2015 a 2020, como presidente da Federação, me envolvi ainda mais nessas redes amplas, como também fiz antes e depois de mudar para Austrália, Japão e França. Então, eu me vi retornando para as minhas próprias raízes, tentando colocar os Estados Unidos dentro do mundo e analisando em uma perspectiva transnacional. E com o *Making the Women Worker*, eu sabia que teria que ter um capítulo sobre a convenção com a qual eu tinha uma certa relação — a Convenção 177 — e eu pensei que eu conhecesse essa história. Certo? Eu pensei, bem, porque eu considerei nós como “as ativistas feministas”, “Nós estávamos lá, nós éramos as escolhidas, nós fizemos acontecer.” Bem, não exatamente. Se você ler o capítulo, você verá que o que fez acontecer foram as mudanças nos sindicatos globais, a mudança global nos secretariados e que, sim, havia conexões entre a Sewa e o Sindicato Internacional da Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restaurantes, Tabaco e das Associações de Trabalhadores Associados (*The International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Associations - IUF*) sob a liderança de Dan Gallin. O programa para as mulheres agrárias também tinha descoberto a Sewa Associação das Mulheres Trabalhadoras Autônomas em Gujarat. E tínhamos pessoas na OIT, mas não teria tido esse resultado se não fosse a mudança nos sindicatos globais, deixando de pedir apenas pela abolição do trabalho em domicílio e passando a disputar a sua regulação. Isso fez com que os Estados Unidos, que tinha tido por muito tempo uma perspectiva pela abolição quando se fala-

va sobre o trabalho em domicílio, amenizasse sua opinião porque os postos de trabalho já tinham sido perdidos. A ideia é: se você elevasse os padrões no resto do mundo, talvez os postos de trabalho voltassem para o país, pois não haveria mais incentivos para que os empregadores levassem o trabalho para áreas mais baratas ou áreas sem sindicalização. Particularmente, com a moda rápida (*fast-fashion*), o rápido é muito importante e é por isso que algum desses trabalhos retornam para os países, mas não todos eles. Você pode ir para a próxima imagem. Enquanto isso, eu desenvolvi o conceito, junto com a minha colega Rhacel Parreñas, de “trabalho íntimo.” Eu estava ensinando sobre os estudos das mulheres, estudos feministas, assim que chamávamos porque queríamos focar na discussão através da perspectiva política mais do que a quais partidos ela pertencia. Especialmente com a ascensão dos estudos sobre transgêneros a serem incluídos, nós não queríamos dizer que era sobre gênero, raça, sexualidade, etcetera, etcetera., e acabar deixando algo de lado. Então, nosso departamento se tornou estudos feministas. E eu fiquei interessada no corpo como um conceito para a história do trabalho. Com a Ava Baron, socióloga, nós publicamos na revista *Labor* um tipo de manifesto sobre o corpo como uma categoria para análise do trabalho e da história da classe trabalhadora. Eu comecei a desenvolver o conceito de trabalhos íntimos para pensar o trabalho sexual, o trabalho de cuidados, o trabalho doméstico e outros tipos de trabalho similares, e isso passou a informar a análise. Como eu mesma gosto de dizer: se eu tive duas boas ideias na minha vida, ou talvez três, uma foi gênero racializado — não que eu seja a única pessoa a ter essa ideia, mas eu a promovi —, trabalho íntimo é a segunda, e a terceira foi a casa como um local de trabalho. Essas foram as únicas ideias que eu tive. E se eu não escrever sobre essas ideias, bem, não é tão fácil. Eu escrevo sobre outros assuntos, mas isso não é tão natural para mim. Esses foram os únicos assuntos, como vocês sabem. Mas eu acho que ter três ideias em toda uma vida, uma vida de trabalho, é muito bom. Então, trabalho íntimo, como o slide diz, é sobre toque, proximidade corporal ou emocional, familiaridade, observação atenta. O conceito foca em relações interdependentes frequentemente associadas com mulheres e amor e trabalho não remunerados, que fomentam as necessidades afetivas, físicas, intelectuais e emocionais; que lidam com tarefas da vida cotidiana e que, claro, envolvem corpos. Nós contratamos uma graduanda, talvez Tanya,

para essa foto porque nós não achávamos possível que apenas uma pessoa pudesse representar essa variedade de trabalhos.

Naquele período, eu estava trabalhando com o que nós chamamos economia do trabalho de cuidados. *Caring for America: Home Health Workers in the Shadow of the Welfare State*, que eu escrevi com minha colega Jennifer Klein de Yale, juntou, de fato, nossos interesses na História do Trabalho e o Estado de bem-estar social, o trabalho doméstico e o serviço de saúde. Eu aprendi sobre o sistema de saúde e de cuidados para a saúde com a Jen e ela aprendeu sobre o Estado de bem-estar social e trabalho doméstico comigo. Nós duas já tínhamos feito conhecimento sobre História do Trabalho e ela, na verdade, tinha sido aluna de pós-graduação do meu esposo na Universidade da Virgínia (UVA) muitos anos atrás. Esse livro também foi resultado do ativismo de quando eu me mudei para Santa Bárbara em 2001. Lá, eu fui contatada pelo Sindicato Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos da América Unidos (*United Domestic Workers of America*), que é um grupo da área da saúde integrante do sindicato dos trabalhadores federais, estaduais e municipais (*AFSCME-American Federation of State, County, and Municipal Employees*). Cuidadores e cuidadoras são custeados de muitas maneiras diferentes nos Estados Unidos, mas na Califórnia, eles são custeados pelo estado, através de algo chamado “Programa de Suporte Domiciliar de Serviços” (*In-Home Supportive Services Program*) cujo alvo são as pessoas com deficiência, pessoas idosas, entretanto, na Califórnia, um membro da família pode ser pago para cuidar, e também em alguns outros lugares, outros estados, esse processo é feito por agências. E me pediram para testemunhar na Assembléia de Santa Bárbara, no órgão responsável pelo condado, por conta desse novo acordo no qual o condado transformaria esses cuidadores em terceirizados. Então, os sindicatos tinham a oportunidade de negociar com os cuidadores, com os condados por condições melhores. E, eu não sei como eles chegaram no meu nome, mas eles pegaram meu nome com alguém. Então, eu fui. E disse: Eu não conheço muito esse assunto, porque acabei de me mudar e, como vocês sabem, eu sei sobre trabalho doméstico e casa como um local de trabalho. “Deem informações”. Então, eles me deram e eu escrevi no jornal local [*Santa Barbara New-Press*] antes desse jornal se tornar impossível. Atualmente esse jornal é contra sindicatos. Ninguém lê esse jornal mais. Foi um dos jornais que apoiou a candidatura de Trump em 2016. Uma mulher rica, que gosta de animais, mas não de pessoas, comprou o jornal. Enfim,

foi fascinante para mim e a partir disso eu me envolvi com a Aliança da Costa Central para uma Economia Sustentável (*Central Coast Alliance for Sustainable Economy*), uma organização não governamental local. Ela foi fundada no mesmo momento em que os trabalhadores da saúde no condado vizinho, Ventura, não conseguiam viver com o salário que tinha sido aprovado. Então, eu me envolvi com isso e me envolvi com um grupo da Universidade da Califórnia (Ucla), do Centro de Estudos do Trabalho que estava conduzindo um estudo e fazendo uma pesquisa para os sindicatos da Califórnia e seu sistema de cuidado domiciliar; tanto para o Sindicato Internacional dos Trabalhadores de Serviços (*Seiu - Service Employees International Union*) e para o Trabalhadores Domésticos Unidos da América (*United Domestic Workers of America - UDWA*), porque a Califórnia tinha dois grupos e eles dividiram o estado, e o condado de Santa Bárbara onde eu vivia, estava com o UDWA. Há alguns pormenores, detalhes que são muito interessantes se vocês puderem ler o livro. Mas eu me envolvi com todos esses sistemas de cuidados em domicílio; Eu não percebi essa variedade até descobrir, depois de pesquisar, que os Estados Unidos não era uma exceção no início do século XX quando tínhamos sistemas que, na verdade, se assemelhavam muito com a Europa. Eles eram baseados na municipalidade, organizações religiosas e filantropia. Quando eu estava na Finlândia, eu fiquei fascinada com o que eles chamam de Empregadas e Empregados Domésticos Municipais. São trabalhadores que vão, especialmente para as casas nas áreas rurais, quando as mães estão incapacitadas, seja porque elas estão perto da época do parto, ou por doenças. E essas trabalhadoras faziam visitas, essencialmente para substituir as mães e nós tínhamos esse mesmo sistema nos Estados Unidos, mas ninguém sabia disso porque era feito em um nível local. E estava relacionado com associações filantrópicas de família e crianças, ou organizações religiosas: Grupos Judaicos, Católicos e Protestantes em um nível local. Mas com a Crise de 1929, ser cuidador tornou-se uma ocupação. O *New Deal* criou essa ocupação, eu descobri na minha pesquisa, e aqui estão algumas imagens do que chamamos de Administração para o Progresso do Trabalho (*Work Progress Administration - WPA*); um programa do *New Deal* de trabalhadoras domésticas que não eram nem enfermeiras, nem empregadas. Essa definição mantinha a ocupação com baixos salários, promovia o trabalho como uma forma de assistência para mulheres pobres, em sua maioria negras, que estavam desempregadas durante a

Crise de 1929, e impedia que essas mulheres substituíssem as enfermeiras na hierarquia que estava se formando no sistema de saúde. Então eu fiz uma pesquisa sobre o WPA e Jen fez sobre os hospitais porque o programa também era visto como uma maneira de resolver a crise fiscal dos hospitais. A solução: retirar e levar para casa os doentes crônicos. Muitas dessas conexões com o trabalho doméstico podem ser vistas aqui nessas fotos de treinamento. Próxima imagem. Eu trago essas imagens para que vocês possam ver as interconexões entre cuidados com a casa, cuidados com pessoas em casa e o trabalho industrial. Eu escrevo sobre a mesma coisa o tempo inteiro, mas é sempre de um jeito diferente. Essas são imagens, se voltarmos um slide, da Grande Depressão e, essa outra, é um cartaz do *New Deal*. Alguns desses treinamentos eram demonstrações de serviço doméstico para treinar trabalhadoras domésticas a serem melhores trabalhadoras, mas que as mantinham nessa ocupação. Minha amiga, Phyllis Palmer, escreveu um livro e é quem descobriu isso. A imagem do meio é sobre organização de trabalhadoras domésticas na década de 1930. E o panfleto do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos é extremamente fascinante e eu encontrei mais material sobre isso. E esse sindicato se ligou ao Sindicato da Construção (*Building Services Union*) que mais tarde seria a Seiu. E o Sindicato Internacional de Trabalhadores de Serviços é, em grande parte do país, a maior organização sindical para cuidadores domésticos e um grupo integrante da AFSCME em outras partes. A terceira imagem é do que ficou conhecido como o Mercado de Escravos do Bronx, sobre o qual muitos já escreveram e onde, como hoje, que você encontra imigrantes parados em esquinas, em sua maioria homens, esperando para serem contratados para um dia de trabalho. Isso acontecia durante a Depressão com as mulheres trabalhadoras domésticas negras. Mulheres de classe baixa e média conseguiam contratar domésticas, essencialmente, por centavos. E algumas vezes essas mulheres contratadas acabavam em situação de perigo e assédio sexual porque homens estavam nesse mercado buscando por mulheres. E Ella Baker, que se tornou conhecida como líder do movimento pelos direitos civis, escreveu um artigo com outra mulher que está no periódico *The Crisis*, revista de W.E.B. Dubois. E, no entanto, essas trabalhadoras foram simplesmente excluídas das leis trabalhistas. Esse problema atingia tanto os trabalhadores rurais quanto as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, que ficaram fora das leis trabalhistas. Muito provavelmente isso aconteceu porque seus traba-

lhos não eram considerados trabalhos de verdade; possivelmente pelo racismo dos democratas sulistas que barravam tudo. Então, você tem essa negociação faustiana do *New Deal* com a qual ainda convivemos. E algumas das lutas sobre as quais discutimos hoje no livro, por inclusão nas leis trabalhistas, vem dessa negociação faustiana. Vamos para a próxima. Ao analisar as lutas sindicais e outras lutas para reconhecimento de direitos e de dignidades dos cuidadores e, posteriormente dos trabalhadores domésticos, a narrativa da escravidão sobressaía. E isso levantou algumas questões: “Quem pode usar o discurso da escravidão?”. O que significa quando pessoas se referem a si mesmas como..., e isso aconteceu nos anos 1980 e 1990. Eu tenho um capítulo no livro *Home to Work* sobre “Escravos brancos nas cidades” (*White slaves of the cities*), essa expressão era utilizada pelos abolicionistas referindo-se aos trabalhadores e trabalhadoras exploradas pelas *sweatshops* e mulheres imigrantes. E, então, você tem o comércio de escravas brancas no tráfico de pessoas e na prostituição daquele tempo e avança para as trabalhadoras negras dizendo: “Eu não sou uma escrava.” E isso representava uma implicação muito grande, eu diria; Quando a imagem da escrava, da escravidão é apropriada por outras pessoas, que nunca vieram e não vem de um passado da escravidão, ao menos no contexto americano, e na Europa ocidental. E a escravidão moderna: é a mesma coisa? Quem pode usar esse termo? O que significa? Porque a pior coisa que você pode ser é um escravo ou um senhor de escravos. E essa é uma área muito complicada da academia e isso nos lembra o que eu vou sugerir em breve: as linhas entre trabalho livre e não livre são sempre fluidas e sempre um *continuum*. Quando a Convenção de 189 – trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos – foi aprovada na OIT em junho de 2011. Myrtle Witbooi da África do Sul, que hoje é presidenta da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (*International Federation of Domestic Workers*) e era também a responsável por um dos grupos da OIT, disse: “Escravas nunca mais”, “Trabalhadoras domésticas não são mais escravas.” Ela tinha autoridade para falar isso, pois era alguém que havia lutado, como uma mulher negra, contra o *apartheid*, como uma mulher de cor. *Okay*, próximo slide. O que me traz para o livro *Decent work and rights for domestic workers!* Porque essa foi uma outra maneira pela qual eu entrei na OIT. Se eu inicialmente cheguei à OIT através do trabalho doméstico, foi nos estudos sobre licença maternidade e na promoção do trabalho artesanal e manual das mulheres do Sul Global que

resultaram dos livros *Art and Labor* e *Home to Work*. Foi assim que eu me adentrei nesse arquivo vasto, e nesse assunto vasto que levanta a questão, que o cartaz diz: “Trabalhadoras domésticas são também trabalhadoras”. E a ideia era “podemos tornar esse trabalho elegível ao título de trabalho?” Próximo slide. Então, o Henrique Espada está na coletânea que eu decidi fazer com a minha colega Premilla Nadasen, que escreveu um livro muito bom sobre trabalhadoras domésticas e suas lutas desde a Segunda Guerra Mundial. O livro se chama *Household Workers Unite*, um livro maravilhoso. Eu mando um alô para ela. Porém, esse cartaz que usamos como capa para número especial *Historicising Laborers’ Resistance and Organizing* [i.e. Introduction: Historicizing Domestic Workers’ Resistance and Organizing] foi resultado da conferência em Montevideu em 2013, “Domestic workers of the World Unite” (Trabalhadoras Domésticas, uni-vos). Nós conseguimos permissão do sindicato para usarmos essa foto como capa. E a outra imagem eu tirei durante a primeira Conferência de Trabalhadoras Domésticas, que foi muito emocionante. Novamente, estar lá e ver a História sendo feita informou as questões que eu poderia perguntar como uma historiadora sobre a organização, solidariedade, companheirismo e sobre o que eu chamo de dialética das greves e dos padrões de trabalho, ou protestos e políticas. As pessoas lutam por esses padrões que são apenas bons quando aplicados, mas garantem mais poder para as pessoas se organizarem e demandarem a sua aplicação. Próxima imagem. Aqui está o livro que foi finalmente publicado, *Women’s ILO*. E algumas pessoas dizem que a única maneira para se fazer um estudo de cem anos é convencer outras pessoas a fazerem pesquisas em áreas correlatas para que você consiga se basear nelas, citá-las em seu próprio livro.

Não, nós não conseguimos incluir todo mundo. Nós tentamos, mas era uma luta com três editores que têm ideias diferentes. Mas nós demos conta, eu acho, de trazer um livro que oferece um caminho alternativo. Nós temos artigos sobre Gana, um sobre Itália e um sobre Argentina. Nós temos alguns que não são tão comuns, e alguns temas, como gravidez de aluguel, que não são assuntos comuns. A OIT não ficou feliz com esse artigo sobre gravidez de aluguel. Eles consideravam que esse tema não era algo com o qual a OIT lida. Porém, nós tínhamos um artigo sobre como os padrões da OIT podem ser aplicados à gravidez de aluguel. Então essa é a imagem, porque nós achamos que era uma ótima imagem de mulheres trabalhadoras, mas que também traz o olhar mas-

culino, o assédio sexual no local de trabalho. Isso me traz, portanto, para o livro *Making the Woman Worker*, que foi publicado em 2019, no outono de 2019. Inicialmente eu queria a foto das trabalhadoras domésticas na OIT, mas a imagem que eu tinha, que tinha sido feita pela minha colega Jennifer Fish, uma fotografia fantástica. O livro dela sobre a construção da Convenção 189 é uma etnografia admirável. Eu mando um “alô” para a Jennifer também. Porque ela realmente abriu os caminhos para mim, para que eu me conectasse com a Myrthe e as demais do movimento. Meu editor achava “bem, não é nada óbvio que elas são mulheres trabalhadoras”, ainda que fosse uma foto multiracial. Tinha uma mulher da Califórnia usando uma camiseta da Aliança das Trabalhadoras Domésticas da Califórnia (*California Domestic Workers Alliance*) e a maioria era de mulheres latinas. Não. Nós tivemos que pegar uma outra foto e eu recorri à Dorothea que trabalha na OIT e disse: “Eu preciso de fotos.” E foi essa que escolhemos. Embora ela achasse que a editora Oxford tivesse escolhido uma foto de trabalho infantil (na foto é uma adolescente), eu disse não, não... É uma imagem perfeita, eu não queria ter apenas uma mulher, uma única mulher não representa. Essa é a ironia de trazer o trabalho manual e de artesanato à mulher trabalhadora como uma instrução que reforça o trabalho precário das mulheres trabalhadoras e a maneira na qual os padrões globais de trabalho têm muitas consequências. Esse é o meu livro que é menos sobre a OIT e muito mais sobre essa categoria, essa construção de transformar a mulher trabalhadora, e eu uso a OIT como meu arquivo porque me permitia escrever sobre História Global. É também uma História Transnacional porque há conexões entre pessoas variadas. É História Internacional porque acontece nas organizações internacionais, mas é também uma História Global porque as forças do trabalho, do colonialismo, da globalização do trabalho são globais, bem como são as multinacionais. Eu tenho inúmeros aprendizados nesse livro. O primeiro deles: eu argumento que os padrões de trabalho por definição são uma legislação protetiva para os trabalhadores, e nós temos que fazer distinções entre legislação protetiva e o que eu chamo de culturas de proteção que falam sobre outros fatores, como moralidade, sexualidade, estrutura familiar, normas de gênero, hierarquias raciais na missão civilizadora. Portanto, esse é o meu jeito de ir além do debate sobre igualdade e diferença. É sobre a legislação específica para mulheres que certamente abalou o

início do começo do século XX e agitaram a OIT e os corredores de Genebra na Liga das Nações, nos quais o feminismo pela igualdade legal, como o do Partido Mundial da Mulher (Woman's World Party) sobre o comando de Alice Paul nos Estados Unidos, consideravam a OIT como a maior inimiga das mulheres porque estava tratando-as de maneira diferente dos homens. Por outro lado, as feministas ligadas ao mundo do trabalho reivindicavam tratamento específico para conseguir igualdade. Porém, tratamento específico pode levar a desigualdade, portanto, é uma equação complexa. Eu pensei que ao fazer uma distinção entre os padrões de trabalho nos locais de trabalho, e a proteção da sexualidade e do corpo, ou do gênero, ou da missão racializadora (cultura de proteção) era uma maneira de ir além daquele debate, uma maneira de fazer distinções. Eu também analisei o que eu chamei de políticas do corpo e corpos de uma forma em que sempre há a Cláusula Colonial, que funcionava para que os impérios do começo do século XX não cumprissem os padrões internacionais de trabalho, tratando com padrões menores as chamadas nações tropicais. Aqui, eu penso que as ideias de Maria Mies sobre a "Housewifization" (expansão da dona de casa) — de alguma forma as mulheres no Sul Global estão na verdade produzindo produtos e serviços para as donas de casa do Norte Global — é, sem dúvida muito muito útil. Portanto, esse foi o tratamento especial para os países com condições especiais. O livro é dividido em três partes: "Difference: The Problem of the Woman Worker" (Diferença: o problema da mulher trabalhadora). Essa parte analisa os homens e mulheres, mas também analisa as diferenças geográficas e as convenções do trabalho forçado para espaços coloniais e ainda analisa, eu vou falar em poucos minutos sobre sexo com marinheiros e a OIT. A segunda seção é chamada "Difference's Other: Women in 'Developing' Countries" (Diferença da outra: mulheres em países em desenvolvimento), na qual mulheres do Sul Global são percebidas como as outras em relação às mulheres do Norte Global, que estavam indo para as indústrias, ainda que já estivessem na indústria ou indo trabalhar em escritórios; e, por fim, a terceira seção é "Difference All" (Todas as diferenças), como todas nós nos tornamos trabalhadoras feminilizadas com o crescimento do setor de serviços e o lugar do cuidado no centro, apesar de nós sabermos que há diferentes níveis de industrialização e serviços em várias áreas do mundo. Aqui estão algumas imagens para nos lembrar disso. Próximo *slide*.

Então, o livro, de fato, analisa um século de padrões de trabalho, questões persistentes como salário mínimo, seguro social, trabalho domiciliar, e igualdade das mulheres, como nós protegemos as trabalhadoras. Nós podemos voltar um *slide*. Eu argumento que no processo de aliviar a exploração e corrigir o abuso, o tratamento especial, no entanto, ameaçou a manutenção das hierarquias incorporadas juntamente com os eixos de intersecção de gênero, idade, raça, geografia, classe etc., mapeados nas ocupações. E, no final, eu vejo os padrões de trabalho como uma faca de dois gumes. Eles são necessários, mas tudo se resume a “Como você define quem é um trabalhador?” e os padrões têm sido usados para regular o trabalho das mulheres entre a casa e outros espaços de trabalho. Então, quando países precisam de mulheres como força de trabalho industrial e no mercado de trabalho, de alguma maneira eles têm bons padrões para o cuidado das crianças, eles mudam os padrões que visam sobre o trabalho noturno, e quando eles querem as mulheres em casa, fazendo mais bebês, são normas e padrões diferentes, e nós já vimos isso. Hoje é também fascinante se você examinar as revisões de algumas convenções da OIT, da década de 1990 no momento neoliberal, sobre os escritórios privados para empregos e sobre o trabalho de meio período: homens foram incluídos nos empregos de meio período e as proteções diminuíram. Então, é fascinante ver isso. Eu não dei muita importância para isso naquele momento porque eu estava finalizando o livro e eu também não tive acesso às minutas internas nos arquivos para os anos após o início da década de 90. Eles me deram alguma coisa para alguns temas, mas eu não consegui pedir tudo. Eles me deram algum material sobre trabalho industrial feito em casa e sobre o papel deles em Beijing e algumas das convenções sobre mulheres. Agora, a próxima imagem. Por fim, depois do livro, eu tinha material sobre o debate da prostituição em 1998, mas isso viria a ser um artigo separado. Fiz alguns artigos desde o livro que incluía a OIT e um com a Magaly Rodriguez Garcia, que é chamado *(In)decent work: Sex and the ILO* no qual nós partimos das diferentes etapas desde os primeiros anos do século XX para algum reconhecimento das trabalhadoras do sexo na década de 80, para a maneira como o trabalho sexual entra pela porta dos fundos da saúde pública, particularmente com a Aids no local de trabalho. Foi uma grande controvérsia com a coletânea da Lim sobre o setor do sexo que tratava da Ásia em 1998 e eu não consegui os regis-

tros até que fosse muito tarde para o livro, mas eu usei um pouco daquele artigo, que é absolutamente fascinante. O senador americano conservador Jesse Helms usou o livro para tentar achatar o financiamento destinado à OIT. Me contaram isso, mas eu não consegui achar esse evento porque a data era um pouco diferente do que a pessoa na OIT tinha me dito: “Elas estão promovendo a descriminalização da prostituição”, então era um debate fascinante sobre o qual eu espero escrever mais no futuro. Próxima imagem. Minha outra obra, outros artigos que eu venho trabalhando, vão sair em um número especial da revista *Labor: Studies in Working-Class History* sobre a história do assédio sexual, e conta a história da convenção mais recente, Convenção 190, a qual foi aprovada no centésimo aniversário, 2019, mas que também acabou acontecendo muito tarde para ser incluída em detalhe no livro. Eu consegui a permissão para pesquisar em alguns dos arquivos da década de 90 e, com esse material, percebi que levou de 1986 até 2019 para ter uma convenção que olhasse para a violência de gênero no trabalho e eu, com certeza, irei contar essa história e porque isso aconteceu. No fim, através desses diversos trabalhos, algo que eu também tenho no livro, é a relação entre aqueles dentro da OIT, sejam eles economistas desenvolvimentistas no final dos anos 1980, ou pessoas que estavam pressionando pela convenção do trabalho industrial feito em casa ou pela convenção do trabalho doméstico juntamente com os grupos de base que, através dos sindicatos, podiam ter sua palavra dentro da OIT. E isso é realmente crucial para a construção dos padrões do trabalho. Os empregadores, começando com a convenção do trabalho em casa, essencialmente se recusaram a participar de muitas das convenções. Eu, na verdade, vou compartilhar meu trabalho sobre a OIT e assédio sexual com outras pessoas em um seminário em duas semanas, um seminário adiado desde o ano passado. Porém, eu revisei essa comunicação desde a primeira versão que eu fiz porque eu tenho um apreço real pelas mulheres nas secretarias sindicais; elas têm sido essenciais para o meu trabalho e não só sobre a convenção das trabalhadoras domésticas. Outro trabalho que já vai ser publicado está espalhado em vários capítulos do livro, mas eu juntei tudo em um texto e é sobre migrantes globais. Nós tivemos uma conferência dois verões atrás em Amsterdam com uma rede global de trabalho sobre migrantes com a qual eu espero que alguns de vocês tenham interesse em se envolver. Julie Green (Univer-

cidade de Maryland), eu e alguns outros construímos uma coletânea que está em revisão para um contrato com a editora da Universidade de Illinois sobre migração global de mão de obra. Próximo *slide*. Portanto, eu analiso essas diferentes categorias na história da OIT, que desde o início da organização pressionava por padrões de igualdade para trabalhadores migrantes; que se preocupava sobre as condições dos trabalhadores a bordo de navios, com tráfico — que é parte das culturas de proteção — preocupava-se com o movimento da, então chamada, mão de obra nativa nas colônias, quando homens eram enviados para longe de suas vilas para trabalhar para o governo. Havia um movimento necessário dos refugiados, então há um agente regulador para a migração, para a agência de emprego, ou para o intermediário, que nós vemos tanto no trabalho doméstico, o que me leva para a minha pesquisa atual. Está tudo conectado. E esse é o projeto que eu estou chamando de “Neither free, Nor slave: Migrant Domestic Workers, the Employment Agency and Reproductive Labor under Capitalism” (Nem livre, nem escrava: trabalhadoras domésticas migrantes, a agência de emprego e o trabalho para a reprodução sob o capitalismo). E essas são algumas das manchetes dos jornais nos anos 1950 nos Estados Unidos. Esse projeto será global, mas, em sua maior parte, concentrado na pesquisa original sobre as migrantes Afro-Americanas depois da Segunda Guerra Mundial que vinham do sul para o norte, e as trabalhadoras imigrantes trazidas, em particular, para ocupar o lugar das mulheres negras a partir dos meados da década de 1960 quando você tem mudanças no *Immigration ACT* nos Estados Unidos. E, assim, alguns dessas manchetes são inacreditáveis, as mulheres são chamadas de “Trabalhadoras domésticas desamparadas”, de “Vergonha do Sul, escândalo do Norte”, “Estado investiga caso de trabalhadora escrava”, e a pior era “Compre uma empregada, ganhe selos”. Essa era uma agência de emprego, mas minha mãe ia para o supermercado e eles davam esses selinhos, se você comprasse uma certa quantidade, e depois que você completasse três álbuns, você poderia ganhar uma torradeira ou algo assim. Uma torradeira, essa agência de emprego estava dando selos se você contratasse uma mulher negra com ela. Eu digo, o que dizer sobre a mercantilização. Mas à medida que eu estou escrevendo sobre isso eu percebo, eu estou lendo sobre essas coisas, sim, há um discurso sobre respeitabilidade, há um discurso sobre colocar trabalho irregular nos padrões globais de

trabalho. Porém, se você lê essas histórias, as próprias mulheres estão procurando por uma vida melhor e por prazer, assim como por salário mais altos — um comportamento do qual as organizações para o avanço da raça como a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People* - NAACP) e a Liga Urbana (*Urban League*) desconfiavam. Portanto, há frequentemente uma fusão das mulheres com a prostituição. É muito mais complicado do que essas imagens, e parte disso é o que eu chamo, quando nós vamos para a próxima imagem, a crise no trabalho da reprodução da vida traz a empregada de volta. Essa é uma citação do jornal *The Washington Post* de 1970: “hoje as mulheres educadas e emancipadas sentem que a maternidade e carreira podem coexistir e sentem que não é apenas seu direito, mas seu dever contribuir nesse mundo errado”, mas elas estão encontrando dificuldade para achar “ajuda adequada” que não apenas limpe o chão, mas com quem elas possam deixar os filhos depois da escola. Elas não queriam “alguma mulher indiferente que não se importasse com suas crianças.” Bem, as mulheres negras eram consideradas insolentes; elas não queriam esses empregos e, então, começa o processo de trazer mulheres da América Latina, e, depois, da Ásia. Essas eram algumas das manchetes. Assim, eu me acho agora lutando por — não, nós podemos ir para a última imagem — lutando por trabalho decente na economia de cuidados. E eu considero a organização de trabalhadoras de cuidados sejam elas professoras — uma imagem é de Wisconsin, professoras reivindicando melhores condições e o direito a se sindicalizar — mas também eu estive ativa na campanha da Coalizão das Trabalhadoras Domésticas da Califórnia (*California Domestic Workers Coalition*) na qual as trabalhadoras domésticas demandavam inclusão na categoria de trabalhadores da saúde e segurança. Os incêndios descontrolados nos últimos anos, bem como a crise do Covid ressaltaram a maneira na qual a casa, como um ambiente privado, não é um espaço privado. É um espaço de trabalho. A exclusão das trabalhadoras domésticas da categoria de área da Saúde e Segurança vêm desde o New Deal, porque a legislação para essa categoria no estado foi moldada conforme a lei federal do começo dos anos 1970 que, por sua vez, foi formulada de acordo com o *Fair Labor Standards Act*, que excluía as trabalhadoras domésticas e trabalhadores do lar. Nós passamos esse projeto de lei sem nenhuma oposição real em setembro do ano passado

(2020) e nosso governador liberal, “um democrata, vetou com base na ideia de que se trata de uma casa, um ambiente privado. “Vai ser muito oneroso para os empregadores das trabalhadoras domésticas.” Agora, se alguém é realmente um empregador, e outra pessoa vai para a sua casa por algumas horas na semana, ou se elas são autônomas ou trabalham para uma agência, elas estão trabalhando na sua casa. Sua casa tem que ser segura e o projeto de lei teria sido alterado para incluir um comitê consultivo das partes interessadas que determinaria qual dos padrões da categoria de saúde e segurança seriam implementadas no ambiente doméstico. O projeto de lei funcionaria através de denúncias, porque o OSHA (Occupational Safety and Health Administration), dentro de sua categoria, é feito através de queixas. Não há inspetores o bastante e, por isso, as organizações de trabalhadores são obviamente tão importantes para proteger as trabalhadoras e trabalhadores, mas também para reunir reclamações. Sem dúvida não seria uma invasão à privacidade. “Se o Uruguai pode fazer isso, e fizeram com a lei das trabalhadoras domésticas, por que os Estados Unidos não podem?” “Por que nós somos tão retrógrados?” Eu deixo aqui esse questionamento.

[Professor Henrique Espada] Bem, obrigado, muito obrigado por essa apresentação fantástica, quer dizer, por esse panorama geral de toda a sua carreira, por essa explicação abrangente de sua trajetória acadêmica. Permita-me começar com, bem, desculpe, mas meu gato interrompeu. Eu acredito que nós não nos apresentamos, nós nos apresentamos no começo, então, eu vou começar dizendo que eu sou Henrique Espada da Federal, da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como minha colega Glaucia Fraccaro, que é minha recente, a mais recente colega que eu tenho no meu departamento. E Fabiane Popinigi, que, Fabiane Popinigi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colega e co-autora, e também uma historiadora fantástica. Bem, nós preparamos algumas questões. Eu vou adaptá-las porque, obviamente, nós não sabíamos o conteúdo preciso de sua apresentação. Eu acho que você começou se apresentando como, você mesma chama, uma acadêmica ativista. E você nos dá, nos deu uma boa ideia do que isso é. Mas eu estou particularmente interessado em “Como você se tornou uma historiadora ativista?” O que te levou para a História do Trabalho,

bem, para essa carreira que você nos apresentou de forma grandiosa e bonita? E eu começo com essa pergunta.

[Professora Eileen Boris] Obrigada. Bem, como uma pessoa se transforma em uma historiadora do trabalho? Como alguém se transforma em uma historiadora da esquerda ou uma historiadora ativista? Eu tive que responder essa questão uma vez; porque eu estava escrevendo sobre trabalhadoras domésticas, a casa, em uma conferência anos atrás quando nós juntamos líderes das trabalhadoras domésticas, ativistas e acadêmicos que escreviam sobre trabalho doméstico. E eu estava em uma mesa na qual tínhamos a velha guarda — pessoas que escreveram por anos nessa área — e eu era a única mulher branca e isso era assustador. Havia duas acadêmicas negras, uma mexicana e uma mulher americana com ascendência asiática. Ó meu deus, o que eu vou dizer? As pessoas estavam falando sobre as suas avós, suas mães e o que eu iria dizer? Eu sou apenas uma *voyeur*? Não. E então, eu estava pensando e me ocorreu algo que nunca tinha passado na minha cabeça, e isso foi em 2015 ou 2016, ou seja, não faz muito tempo: que eu cresci com o trabalho feito em casa, que meu pai administrava o negócio dele ilegalmente a partir da nossa casa, que nós nos mudamos graças ao GI Bill, aí conseguimos pagar por uma casa em um subúrbio agradável fora de Boston. Primeiramente, meu pai mantinha uma frente de loja em Boston quando ele tinha um caminhão com o qual ele ia de fábrica em fábrica vender comida para trabalhadores na hora do almoço. E ele tinha que ir e acender o fogo das grandes latas de café Sterno de manhã cedo. Ele era um intermediário, ele tinha um bom caminhão, ele tinha uma cantina no caminhão, ele não ia para as ruas, e minha mãe administrava o dinheiro. E ele também fornecia alimentos e bebidas para jogos de futebol para a escola, quando ele explorava a mim e a meus amigos. Nós trabalhamos atrás do balcão entregando os cachorros quentes que a gente não poderia comer, ou Coca-Cola que a gente não iria beber, mas que as crianças compravam. À noite nós pegávamos todo o dinheiro e minha mãe fazia o depósito, minha mãe, que era a vice-presidente não paga da empresa do meu pai, fazia tudo. E naquela época, quando ele não estava nas fábricas vendendo, ela estava fazendo o café em casa antes dos eventos, antes dos eventos escolares, dos jogos de futebol, dos eventos de música, ou qualquer outro. E eu então pude ver o trabalho explorado das mulheres em jornada dupla ou tripla: a casa como um local de trabalho. E ver minha mãe

sendo muito mais competente que meu pai, mas não sendo reconhecida e valorizada por nenhum de nós. Eu não ia ser como minha mãe, eu não ia deixar as pessoas pisarem em mim. Bem, eu não ia ser apenas uma dona de casa que não era apenas uma dona de casa. Mas eu venho da era do movimento dos direitos civis, e do movimento anti-guerra. Mas, na verdade, crescer em uma casa onde o trabalho acontecia até que explica. E eu lembro que uma ou duas vezes por ano, a tia rica da minha mãe, tia Faye, que vivia do outro lado da cidade, onde o dinheiro velho ficava, emprestava a Senhorita Betty – uma trabalhadora doméstica negra – para ajudar a minha mãe com a limpeza de primavera e outono. E eu, criança, achava isso muito estranho. O que era aquilo? Foi assim que eu entrei nesse assunto, quando eu entendi o que o trabalho doméstico realmente significava. Mas obviamente a liberação das mulheres, esses tipos de teoria que faziam sentido para mim, também me influenciaram e mudaram como eu valorizava o trabalho domiciliar.

[Professor Henrique Espada] Eu acho que temos outras perguntas que vão contribuir com esse diálogo que você fez com seu próprio passado. Glaucia, eu acho.

[Professora Glaucia Fraccaro] Sim, eu vou tentar elaborar minha questão em inglês, mas se ficar muito difícil de entender, eu posso escrever para você, está bom? O trabalho doméstico e o trabalho de cuidados começaram a receber a atenção devida, como a gente acabou de ver, pelas historiadoras e historiadores do trabalho depois de uma vida sendo desconsiderados. Seu trabalho é importante nesse contexto. Você poderia compartilhar suas ideias sobre isso?

[Professora Eileen Boris] Obrigada. Bem, um dos prazeres, eu suponha, foi quando *Home to Work* ganhou o Prêmio Taft de história do trabalho em 1996. Porque isso surpreendeu os homens que, vocês sabem, poderiam estar escrevendo sobre essa temática como trabalho. Mas o trabalho industrial feito em casa é explícito e você tem o sistema doméstico como se fosse para a indústria, mas examiná-lo, realmente, começou a transformar o paradigma. E eu, de fato, acho que a história do trabalho segue os movimentos das trabalhadoras e trabalhadores e a razão que o trabalho industrial feito em casa tornou-se tão notável nos anos 1990 é por conta do movimento *anti-sweatshop*. Meu livro foi lançado um pouco cedo demais para ter um público grande. Se tivesse saído em 1999, teria tido muito mais público, além do acadêmico. Mas todas as pesquisas feitas

sobre o trabalho de cuidados e doméstico realmente decorrem do fato de que o trabalhador modelo, ou o arquétipo do trabalhador não é mais o trabalhador fabril, da indústria automobilística, ou o metalúrgico, mas sim a trabalhadora de cuidados, a mulher de cor imigrante, que são trabalhadores essenciais. São esses trabalhadores dos cuidados, são os trabalhadores dos hospitais, o setor de serviço, e os trabalhadores dos supermercados. Nós vamos ter mais estudos sobre esses trabalhadores porque os historiadores do trabalho seguem o movimento trabalhista ou seguem a vida das pessoas trabalhadoras. E isso aconteceu enquanto a história do trabalho parecia estar sob efeito de um eclipse. Assim, as pessoas falavam: “Eu poderia me definir como uma historiadora do gênero”, outras pessoas diriam “historiadora da migração”, “historiadora da América negra” ou “Historiadora Ásia-americana” Essas questões da migração, de raça, do setor de serviços, elas são todas centrais agora para a história do trabalho. E nós estamos entendendo agora os estudantes como trabalhadores, por exemplo. Eu dou um “Alô” para a Elizabeth Shermer, cujo livro vai ser publicado no outono sobre os estudantes sob contrato, sobre a dívida estudantil e como os Estados Unidos construiu esse cenário. Nós acabamos de fazer uma palestra sobre um livro de história da classe trabalhadora que analisa a Guerra Civil americana e os soldados negros e suas fotografias e o trabalho de fazer a representação desse momento e de suas participações. Mas quando se trata do setor de cuidados e encontrar sua história, porque os cientistas sociais começaram a fazer esse trabalho, mas eu acho que nós, historiadores, tivemos um papel em demonstrar mudanças e continuidades ao longo do tempo, explicando uma parte disso. E, claro, isso remete tanto para o passado quanto para o futuro. Como eu disse, eu me formei intelectualmente na década de 1970, em meados dos anos 1970 quando eu descobri o debate do trabalho doméstico. Esse debate ajudou a explicar alguns pontos para mim. É interessante que naquele período eu estava lendo sobre o trabalho das mulheres na África, por que onde mais eu poderia encontrar estudos sobre o trabalho domiciliar e o setor informal para os quais eu ainda nem tinha um nome? E alguns anos atrás, eu fui convidada para uma mesa de mulheres historiadoras na Conferência de Berkshire sobre África e mulheres na África, eu disse “eu não sou africanista.” Eles disseram, “é verdade, mas você entende que você escreveu sobre gênero depois da África,” e essa é a maneira pela qual a história da África nos ajuda a entender melhor gênero, a expandir o entendimento

sobre a história de gênero. Um dos meus colegas me pediu para fazer algo para sua conferência e eu tive essa ideia, e porque eu havia ensinado na Howard sobre a diáspora africana – um “Alô” para a Linda Haywood que está agora na Universidade Boston (BU) e John Thornton, seu marido. De fato, eu tinha lido sobre História da África porque eu tinha que ensinar história Afro-americana no centro de história dos Estados Unidos, que particularmente é sobre América Antiga, eu precisava saber sobre África e a vida das pessoas na África e quais os sistemas de gênero que eles trouxeram para cá e suas expectativas. Então, sim, essa é a minha resposta a isso.

[Professora Glaucia Fraccaro] Obrigada.

[Professor Henrique Espada] Fabiane, você quer aproveitar a oportunidade? Você não ia fazer aquela pergunta sobre a formação historiográfica?

[Professora Fabiane Popinigris] Querida Eileen, foi ótimo ouvir você. É muito bom estar aqui com você e eu gostaria de perguntar sobre suas inspirações historiográficas para fazer as questões que você fez na sua pesquisa.

[Professora Eileen Boris] Obrigada. Eu sou muito eclética nas minhas leituras. Eu diria que ao longo dos anos um trabalho que realmente me inspirou, assim como muitos da minha geração foi o de E. P. Thompson. A formação da classe operária de Edward Thompson e seu entendimento de classe e cultura foi muito inspirador. Eu diria que os trabalhos no debate sobre trabalho doméstico e, particularmente, Silvia Federici, em seu primeiro trabalho, e Dalla Costa e James, com o livro *Wages for housework* foram extremamente inspiradores. O ensaio de Angela Davis no papel das mulheres negras na comunidade escrava foi muito importante, um dos destaques de 2005. Eu era co-moderadora da Conferência em Berkshire sobre a história das mulheres e a Angela Davis ia dar a palestra mais importante e eu tinha que fazer a apresentação dela, vocês sabem, para mais de mil pessoas. A estrela do rock em mim teve que sair e explicar para todas aquelas pessoas sobre o quanto importante esse ensaio era, sobre o trabalho essencial das mulheres escravizadas para a família e comunidade, que era necessário para a manutenção das pessoas e para as suas habilidades em resistir. E, esse ensaio, foi realmente importante para mim.

Então, esses são alguns dos trabalhos que foram fundamentais para mim.. Eu adquiri diferentes coisas, lendo até mesmo fontes primárias. Quando eu era uma jovem garota, eu idealizava Janes Adam, eu queria ser como a Jane Addams da Hull House. Quero dizer, hoje eu faço críticas a ela, mas ela era bastante incrível.

[Professor Henrique Espada] Vou aproveitar para fazer uma sequência. Você, bem, nós tínhamos uma pergunta sobre sua relação com “gênero”, com o debate sobre gênero na história nos anos 1980, mas de certa maneira, seu debate precede um pouco essa discussão e também participa dela. Eu acho, seguindo um pouco o que a Fabiane perguntou, de que maneira você, como isso impactou seu trabalho? De que maneira você se relaciona com o debate que surgiu no meado dos anos 1980?

[Professora Eileen Boris] Sim, bem, havia uma conferência famosa na década de 1980, eu acho, de historiadores do trabalho e eu me inscrevi, mas não fui aceita. Porque eu não era elegível como uma historiadora do trabalho. Meu esposo, Nelson Lichtenstein, estava lá. Isso quer dizer, ele, sim, era um historiador do trabalho apesar de se considerar um historiador do capitalismo hoje em dia, e da economia política. Mas ele era elegível, ele escrevia sobre trabalhadores industriais e Segunda Guerra, trabalhadores verdadeiros na Segunda Guerra e greves, mas eu não era considerada apropriada, o que eu estava pesquisando não era elegível. E, certamente, *Art and Labor* não era... Algumas pessoas consideravam como história do trabalho, mas, vocês sabem, não era a tradicional história do trabalho porque era também história cultural e era sobre as artes dos trabalhadores. E eu fiquei muito agradecida que uma jornalista jovem e brilhante, Sarah Jaffe, no seu livro *Work won't love you back* tenha retornado ao *Art and Labor* no capítulo sobre trabalhadores e arte. Ela até mesmo diz para outras pessoas, em entrevistas, que o livro é uma das suas inspirações, o que é muito gratificante se você levar em conta as outras inspirações dela. Em todo caso, eu fazia parte de um grupo, Ava é parte dele. Ava editou uma coleção sobre trabalho e gênero. Portanto, havia um grupo inteiro do qual a gente fazia parte. Naquele tempo, éramos consideradas historiadoras do trabalho feminino e algumas de nós faziam mais análises de gênero. Eu sempre me considerei como alguém que fazia análise de gênero, bem como análise sobre mulher, porque eu estava interessada nas estruturas e interessada na masculinidade, assim como na feminilidade ou na infância.

E, como eu disse, interessada em um conceito racializado de gênero. E nosso grupo estava na coletânea *Work Engendered*, a qual deu origem a muitos outros livros que hoje alguns chamam de história do trabalho feminino, história de gênero e trabalho no começo da década de 90, e *Home to work* certamente era um desses livros. Eu acho que, naquele tempo, quando eu ganhei o Prêmio Taft, as pessoas estavam expandindo as fronteiras da história do trabalho. Assim, havia uma história tradicional sobre o trabalho feminino, sobre as meninas trabalhadoras têxteis da cidade de Lowell, as mulheres de Lynn. Pessoas que foram incríveis e generosas em seus trabalhos, como Tom Dublin, sobre as trabalhadoras têxteis de Lowell e Mary Blewett sobre Lynn. E Alice Kessler-Harris que estava escrevendo o livro dela, *Out to work*. Vocês podem perceber que meu livro é *Home to work*, que faz um trocadilho com o livro dela *Out to work*. Eu não sei se Alice já percebeu isso em algum momento. Então, havia pessoas fazendo isso e analisando setores nos quais as mulheres dominavam, como a Sue Porter Benson, que analisa as mulheres nas lojas de departamento, as vendedoras. Ou o livro de Dorothy Sue Cobble sobre garçonetes. Então, você vê, eu estava escrevendo sobre a casa como um espaço de trabalho que é um pouco diferente, paralelo, mas diferente. Eu acho que as pessoas que estudavam raça e mulheres étnicas entendiam o que eu estava fazendo devido à natureza da escravidão e seus trabalhos e o trabalho na agricultura, assim por diante. Mas também porque eu participei do debate sobre a história das políticas públicas e isso foi muito mais difícil, porque havia muito mais, eu diria, mais homens brancos conservadores que iam para essa área para fugir da história social e aproveitavam para ressignificar a história das políticas públicas de um jeito que excluísse mulheres e as historiadoras mulheres. E, sim, talvez seja bom ter uma ou outra historiadora negra e nós podemos discutir essas questões. E havia um grupo de feministas que exigiram estar na mesa e nós continuamos exigindo. Eu diria que Donald Critchlow, que de fato fundou a história das políticas públicas, o pai dessa área não era assim como esses homens. Ele era bastante aberto a ter feministas e a ter análise de gênero. Ele viu a importância disso. Ainda que ele se defina como um republicano e conservador hoje em dia, eu estou no conselho editorial da revista dele. Ele sempre foi bom quando se tratava em analisar gênero e questões das mulheres, mesmo que seja um pouco diferente. Mas ele tem a mente aberta, é uma pessoa que você quer como editor.

E outra área que influenciámos nos anos 90 foi os estudos sobre o estado de bem estar social. Eu não falei sobre isso, a reforma do estado de bem estar social. Eu, na verdade, cheguei no discurso sobre escravidão ao olhar a reforma do estado de bem estar social. De certa maneira, as mulheres dos movimentos do estado de bem estar social pensavam o trabalho daquele momento dessa maneira. Nós tínhamos um grupo chamado “As mulheres do comitê das 100” (The Women’s Committee of 100) que está voltando à ativa por causa dos debates sobre os créditos do governo para o cuidado das crianças e outros. Mas entre as feministas acadêmicas há uma tensão entre criar condições nas quais todas as mulheres pudessem ter a escolha de ficar em casa e maternar, e tornar possível para outras mulheres terem empregos, salários e cuidado dos filhos. O problema é que podemos ter creches e garantir o cuidado das crianças e impulsionar o emprego sem salários decentes e isso é uma situação difícil. Essas discussões faziam parte da igualdade pela diferença, tratamento especial, e tratamento igual, esse tipo de debate.

[Professor Henrique Espada] Ótimo, bem, a gente já está chegando perto de duas horas. Eu acho que nós moemos seu cérebro o bastante, mas eu não sei. Minhas colegas, vocês têm algo a acrescentar? Eileen, antes de terminar, eu gostaria de te convidar para dizer suas últimas palavras nessa nossa conversa.

[Professora Eileen Boris]: [Ri] Últimas palavras nessa conversa. Bem, eu gostaria de re-enfatizar que, no livro *Making the Woman Worker*, eu argumento que ao analisar o passado a partir do trabalho feminino, meio-período, temporário, de salários baixos, sem garantia de padrões trabalhistas ou de barganha coletiva, nos permite olhar através de janelas para esse novo mundo do trabalho. Esse nosso trabalho, o trabalho histórico não é apenas história, mas ajuda a entender um regime construído no conceito da mulher trabalhadora, como uma trabalhadora diferente e temporária, que a economia do trabalho informal, do trabalho eventual, que tem sido a condição da maior parte dos trabalhadores, na maior parte do mundo e na maior parte da história. É algo que nós temos que estudar com o objetivo de aprender sobre luta, sobrevivência e solidariedade. Obrigada.

SOBRE OS AUTORES

Coordenação

Fabiane Popinigis: Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Foi editora da *Revista Mundos do Trabalho*, coordenadora nacional do GT – Anpuh Mundos do Trabalho e da Associação Nacional de História do Trabalho. Tem experiência na área de História do Trabalho, suas pesquisas e publicações versam sobre a história da escravidão e da liberdade, relações de gênero e história e direito. É membro da Alhis (Asociación Latinoamericana e Iberica de Historia Social) e Redlat (Red Latinoamericana y del Caribe de Trabajo y Trabajadorxs), sua tese de doutorado sobre o movimento associativo e reivindicativo pela regulamentação da jornada de trabalho no comércio ganhou o prêmio “Várias Histórias” do Cecult/Unicamp, que resultou na publicação do livro *Proletários de casaca: empregados no comércio carioca (1850-1911)*, pela Editora da Unicamp em 2007.

Deivison Amaral: Doutor em História pela Unicamp, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Teve sua tese de doutorado desenvolvida com período de estágio e pesquisa no Centre d’histoire sociale du XXe Siècle da Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no CPDOC/FGV sobre a militância católica junto aos trabalhadores de Pernambuco no final do século XIX e início do XX. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano. Foi editor da *Revista Mundos do Trabalho* (2009-2013), editor assistente na *Revista Brasileira de História* (2016-2017) e na revista *Estudos Históricos* (2016-2018). Publicou, em 2018, o livro *Catolicismo e Trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*.

Autorias

Adriano Luiz Duarte: Doutor em História Social pela Unicamp, pós-doutorado pela New York University e pela University of Maryland. É professor no departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde leciona História Contemporânea, Teoria da História e História do Brasil,

com ênfase em República. Atua também no programa de pós-graduação, investigando, principalmente, os temas ligados à história do trabalho, direitos de cidadania, Estado-Novo, associativismo popular, cultura popular e cultura política, teoria e história da literatura em perspectiva dialética. Coordena também o Núcleo de Estudo de História, Literatura e Sociedade (Nehlis).

Ayalla Oliveira Silva: Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de História do Brasil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). É autora do livro *Ordem Imperial e Aldeamento Indígena: camacãs, guerens e pataxós no Sul da Bahia* (2018), também de capítulos de livros e de artigos publicados em periódicos científicos. Dedicou-se à pesquisa sobre as experiências indígenas no Sul da Bahia oitocentista nos mundos do trabalho, na elaboração das fronteiras de colonização, enfocando também as relações interétnicas e a adaptação da política indigenista imperial no Sul da Bahia. É coordenadora adjunta do Projeto de extensão 20 depois de 500: *Marcha dos 2000 e lutas pela Convenção nº 169 da OIT*, com financiamento Proex-UFSB.

Eileen Boris: Graduada em Língua e Literatura Inglesa e História e Civilização Americanas pela Boston University, College of Liberal Arts, Summa Cum Laude com Distinção, mestra em Civilização Americana pela Brown University e doutora pela mesma universidade e especialidade. Especialização ao abordar: Estudos Trabalhistas, Gênero, Raça, Classe, História Feminina, Política Social, com área de estudo e atuação nos seguintes eixos: gênero, raça e classe; teoria feminista; estudos de trabalho; política social; mulheres, trabalho e bem-estar; mulheres e história de gênero. Com uma extensa lista de publicações destacamos aqui seus três últimos trabalhos, “Engendering Transnational Transgressions: From the Intimate to the Global”, editado por Eileen Boris, Sandra Trudgen Dawson, e Barbara Molony. Routledge, 2021; “Making the Woman Worker: Precarious Labor and the Fight for Global Standards, 1919-2019”. Oxford University Press, 2019; “Women’s ILO: Transnational Networks, Global Standards, and Gender Equity”, editado por Eileen Boris, Dorothea Hoehntker and Susan Zimmermann. Brill and ILO, 2018.

Gabriela dos Reis Sampaio: Doutora em História Social pela Unicamp, é professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2002, e faz parte do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Tem experiência na área de História do Brasil, atuando

Trabalhadoras e Trabalhadores: capítulos de história social

principalmente nos seguintes temas: História do Brasil Império, Rio de Janeiro e Bahia, Escravidão, Religiões Afro-Brasileiras, Cultura Popular.

Gláucia Fraccaro: Doutora pela Unicamp, onde defendeu a tese “Os Direitos das Mulheres - organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro”, na História Social do Trabalho da Unicamp. É professora da UFSC. Em 2017, recebeu o prêmio “Mundos do Trabalho em Perspectiva Multidisciplinar”, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet). Foi Coordenadora de Autonomia Econômica das Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Seus temas e áreas de atuação envolvem: história do feminismo, feminismo transnacional, história da esquerda, história do trabalho, história das mulheres e gênero.

Hélio da Costa: Graduado em Bacharelado e Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em História Social pela Unicamp e doutor em Sociologia do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP). É coordenador da área de estudos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Foi pesquisador visitante no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra - Portugal. Foi pesquisador do Instituto Observatório Social, onde coordenou o projeto sobre responsabilidade social empresarial e atualmente prepara projeto de pós-doutorado sobre Indústria 4.0 e seus impactos sobre o trabalho. Possui livro publicado: *Em busca da memória - Comissões de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, São Paulo, Scritta, 1995. Coautor da publicação *Na luta por direitos - estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999. Autor de diversos artigos sobre populismo, globalização e redes sociais.

Henrique Espada Lima: Professor Associado do Departamento de História da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em História Global e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (área de concentração: África e suas Diásporas). Suas áreas de atuação incluem História da Historiografia, Metodologia e Teoria da História, Micro-história, História Global, e História Contemporânea e do Brasil, com ênfase nos estudos de história social do trabalho, pesquisando as experiências e trajetórias de ex-escravos e trabalhadores domésticos entre a escravidão e o pós-emancipação, bem como as relações históricas entre trabalho e lei no Atlântico. Coordenador Nacional do GT Mundos do Trabalho (Anpuh) entre 2007 e 2010. Foi professor visitante na Universidade Federal do Pará (UFPA) e em algumas instituições estrangeiras, como: IGK - Work and

Human Lifecycle in Global History? (Humboldt-Universität zu Berlin, 2011-2012), Institute d'Études Avancées de Nantes (França, janeiro-março 2013).

Inés Pérez: Professora licenciada em História pela Universidad Nacional de Mar del Plata e Doutora em Ciências Sociais e Humanas pela Universidad Nacional de Quilmes. Obteve bolsas Fulbright e Erasmus, respectivamente na Universidade da Califórnia, Berkeley e na Universidade da Lovaina, Bélgica. É pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas vinculada ao Centro de Estudios Sociales y Políticos da Universidad Nacional de Mar del Plata. Também é docente de Departamento de Sociologia da mesma universidade. Suas pesquisas concentram-se no campo dos estudos de gênero e na história do trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), no consumo e na vida familiar. Publicou livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. É autora de *El hogar tecnificado. Familias, género y vida cotidiana, 1940-1970* (Biblos, 2012), e coautora, com Débora Garazi e Romina Cutuli, de *Senderos que se bifurcan. Servicio doméstico y derechos laborales en la Argentina del siglo XX* (Eudem, 2018). Com a Marinês Ribeiro dos Santos, compilou *Gênero e consumo: representações midiáticas de práticas de consumo no espaço doméstico (Argentina e Brasil no século XX)* (UFPR, 2017). Em 2017, foi eleita vice-presidenta da Asociación Argentina para la Investigación en Historia de las Mujeres y Estudios de Género. Em 2021, obteve a “Argentine Studies Visiting Fellowship” da Universidade de Columbia.

Juliana Barreto Farias: Doutora em História Social pela USP, professora Adjunta da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Programa de Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), e no Programme de Doctorat Unique ès-Lettres de l'Université Cheikh Anta Diop, Dakar-Senegal. Investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde integra a equipe do projeto Slafnet, Escravatura em África: um diálogo entre Europa e África, vinculada ao Centro de História da Universidade de Lisboa e à Universidade Cheikh Anta Diop, em Dakar, com financiamento do Horizont 2020 - Research and Innovation Framework Programme, Marie Skłodowska-Curie Actions. Tem experiência em produções editoriais e na área de história, com ênfase na História do Brasil, da África e da diáspora africana, que resultaram nos livros: *Mercados minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro* (Prefeitura do Rio/ AGCRJ, 2015); *No labirinto das nações* (Prêmio Arquivo Nacional 2003); Em 2014, a tese de doutorado ganhou

o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e o Prêmio Teses História Social 2012-USP/Capes.

Karine Teixeira Damasceno: Doutora em História Social pela UFBA, com tese intitulada: “Donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira da de Santana, Bahia, 1871-1888)”. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) desde dezembro de 2019. Enquanto doutoranda foi pesquisador visitante (sanduíche) na Howard University, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) entre 2017 - 2018.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro: Doutora em História pela PUC-SP e Pós-Doutorado pela mesma instituição. É Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), atuando na Graduação em História e no Curso de Pós-Graduação em História. Desde 2005 coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Imprensa, História e Cidade, Movimento Operário, Movimentos Migratórios e Imigração Urbana (com ênfase ao Amazonas) e Gênero e História das Mulheres.

Mariana Armond Dias Paes: Doutora em Direito pela USP e Instituto Max Planck de História do Direito e Teoria do Direito (Alemanha), com a tese “Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1889)”. Atualmente é Coordenadora do Grupo de Investigação “Direito e a Criação da Dependência no Ibero-Atlântico” e investigadora do Instituto Max Planck. Tem como interesses acadêmicos às áreas de História e Direito, especialmente aos temas: história social; história do direito; escravidão; personalidade jurídica; direito de propriedade; terras. Sua publicação mais recente é intitulada “Cultura jurídica atlântica partilhada: o caso de um processo de liberdade em Benguela.” *Atlantic Studies, Global Currents* 17: 3, 419-440 (2020).

Paula Cecilia Zagalsky: Doutora em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora do Conicet com sede no Instituto de Investigaciones de Estudios de Género da UBA, e professora da carreira de História dessa universidade. Seus temas de especialização giram em torno da história social colonial da América Latina, com foco na história da mineração e nos mundos

do trabalho em Potosí e no sul dos Andes. Publicou em compilações e revistas e seu primeiro livro *Obedecer, negociar y resistir. Tributo y mita indígena en Potosí, siglos XVI y XVII* será publicado pelo Banco Central de Reserva do Perú e pelo Instituto de Estudios Peruanos.

Rafael Soares Gonçalves: Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Dynamiques Comparées des Sociétés en Développement pela Université de Paris VII - Denis Diderot e doutor em Histoire et civilisations pela mesma universidade. Pós-doutorado no Laboratório de Antropologia da escrita da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Desde 2009 é professor do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO (professor associado 1). Jovem Cientista do Nosso Estado pela FapeRJ (2012-2021), bolsista de produtividade do CNPQ (PQ 2-CA Psicologia/Serviço Social) desde 2016 e Cientista do Nosso Estado pela FapeRJ desde 2021. Coordena o Laboratório de Estudos urbanos e socioambientais (Leus) desde 2010 e é associado ao Laboratório Lemetro-InEAC/UFF e Lavue/CNRS (Paris). É o editor científico da Revista *O Social em Questão* (A2-Serviço Social). Em uma perspectiva interdisciplinar, suas pesquisas se concentram sobretudo no campo dos estudos urbanos (História Urbana, Sociologia urbana e Direito Urbanístico).

Vânia Maria Losada Moreira: Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Pesquisadora do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Cientista do Nosso Estado da FapeRJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. É autora dos livros *Brasília: a construção da nacionalidade* (1998), *Espírito Santo indígena* (2017), *Reinventando a Autonomia* (2019), além de diversos artigos publicados em periódicos científicos e livros especializados.

Título	Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social
Organizadores	Fabiane Popinigis Deivison Amaral
Assistência Editorial	Andressa Marques Giovanna Ferreira Taís Rodrigues
Capa	Vinicius Torquato
Projeto Gráfico	Leticia Nishihara
Preparação	Tiago Franco
Revisão	Marcia Santos
Formato	16x23
Número de Páginas	392
Tipografia	Book Antiqua
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Agosto de 2022

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.




Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em

www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100